

Universidade Federal do Rio de Janeiro

VARANDA E MODO DE VIDA DA ZONA SUL CARIOCA

Helena Câmara Lacé Brandão

2009

VARANDA E MODO DE VIDA DA ZONA SUL CARIOCA

Helena Câmara Lacé Brandão

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura.

Orientador: Angela Maria Moreira Martins, D.Sc.

Rio de Janeiro
2009

VARANDA E MODO DE VIDA DA ZONA SUL CARIOCA

Helena Câmara Lacé Brandão

Orientador: Angela Maria Moreira Martins, D.Sc.

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura.

Aprovado por:

_____

Presidente, Profª. Dr.ª Angela Maria Moreira Martins, D.Sc.

_____

Prof.ª **Cláudia Barroso Krause**

_____

Prof. **Rogério Medeiros**

_____

Prof. **José Simões de Belmont Pessoa**

_____

Prof. **Otávio Leonídio Ribeiro**

Rio de Janeiro

2009

Brandão, Helena Câmara Lacé

Varanda e Modo de Vida da Zona Sul Carioca./ Helena Câmara Lacé Brandão **-** Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2009.

x, 255f.**:** il..; 29,7 cm.

Orientador:

Tese (doutorado) – UFRJ/ FAU/ PROARQ - Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2009.

Referências: f. 246 - 255

1. Varanda. 2. Modo de vida. 3. Significado. 4. Contemporaneidade. I. Martins, Angela Maria Moreira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Varanda e Modo de Vida na Zona Sul Carioca.

Dedico este trabalho aos meus alunos

AGRADECIMENTOS

À professora Angela Maria Moreira Martins por aceitar ser minha orientadora, pela assídua orientação, por se encontrar sempre disponível, pelas horas de dedicação a este trabalho, pela paciência, pelo saber transmitido, pela pessoa ética que sempre se mostrou ser.

Ao PROARQ – Programa de Pós Graduação em Arquitetura - por ter me concedido a Bolsa de Doutorado no País do CNPq, acreditando no meu trabalho e dedicação.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pelo fomento a esta pesquisa cedido através do PROARQ.

Aos meus colegas de trabalho – funcionários, professores, arquitetos – que acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos meus amigos e familiares que me deram suporte físico e psicológico sem o qual eu não conseguiria realizar a travessia.

Ao meu Senhor Jesus que comigo esteve durante todo o vale, abrindo as portas certas, me sustentando nos momentos de angústia e tribulação, colocando todas essas pessoas acima mencionadas a minha volta, pois acredito de todo o meu coração que “o Senhor está comigo entre aqueles que me ajudam” (salmo 118; 7), pela sua fidelidade, o meu mais sincero agradecimento.

Se tanto se fala em trabalho *interdisciplinar* como base da operação arquitetônica, é exatamente porque *o arquiteto deve elaborar os seus significantes baseado em sistemas de significados que ele próprio não informa, embora possa ser ele o primeiro a denotar, tornando-os explícitos*. (Umberto Eco – Estrutura Ausente)

RESUMO

VARANDA E MODO DE VIDA DA ZONA SUL CARIOCA

Helena Câmara Lacé Brandão

Orientador: Angela Maria Moreira Martins, D.Sc.

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências em Arquitetura.

Esta pesquisa de doutorado investiga a relação da varanda com o modo de vida do carioca com o objetivo de compreender sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro que, por mais que seja estimulada pela legislação edilícia vigente, é justificada também, ou até mais, pelos significados a ela atribuídos de **espaço de transição entre a casa e a rua**, de **socialização** e de **integração com o meio ambiente**. Tais significados foram construídos ao longo do tempo e na contemporaneidade continuam importantes para os hábitos de moradia das pessoas, muito em virtude da demanda por vigília e controle dos tempos atuais. Essa necessidade dos dias de hoje favorece a presença da varanda pelo fato dela, como **espaço de transição**, vir a operar como filtro e posto de vigília, assim como posto de exposição e lugar iminente do encontro, pela varanda, como **espaço de socialização**, ser utilizada para o convívio e o lazer da família, para receber visitas e para se ter contato com a rua sem ter que sair de casa e por ela, como **espaço de integração da casa com o meio**, não só ter a possibilidade de atuar como elemento de adequação climática, mas também como instrumento de ampliação da moradia que favorece a contemplação da paisagem e o contato com a natureza dentro da segurança do lar. Esses significados dialogam entre si um influenciando na construção do outro e, juntos, devido a sua importância para o modo de vida do carioca, vão ainda conferir a varanda o sentido de espaço de representação do *status* social do morador.

Palavras-chave: varanda, modo de vida, significado.

RÉSUMÉ

VÉRANDA ET MODE DE VIE DE LA ZONA SUD CARIOCA

Helena Câmara Lacé Brandão

Orientatrice: Angela Maria Moreira Martins, D.Sc.

Résumé de la thèse de doctorat soumise au Programme de Post Graduation en Architecture, Faculté d'Architecture et Urbanisme de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro – UFRJ, comme partie des requis nécessaires à l'obtention du titre de douteur ès Sciences en Architecture.

Cette recherche de doctorat examine le rapport entre la véranda et le mode de vie du *carioca* avec le but de comprendre sa présence dans les édifices d'appartements de la zone sud de Rio de Janeiro, ce qui, en plus d'être encouragé par les normes édiliciennes en vigueur, se justifie aussi et, qui plus est, par le sens qu'on lui attribue **d'espace de transition entre la habitation et la rue**, de **socialisation** et **d'intégration avec l'environnement**. Tels sens ont été construits au fil du temps et aujourd'hui ils continuent à être importants pour les habitudes de résidé des gens, en vertu de la demande de vigilance et de contrôle de l'actualité. Ce besoins de nous jours favorise la présence de la véranda, car, en tant qu'**espace de transition**, elle peut opérer comme filtre et poste de surveillance, de même que poste d'exposition et lieu imminent de retrouvailles, puisque, comme **espace de socialisation**, elle est utilisé pour la convivialité et les loisirs de la famille, pour recevoir des visites et pour qu'on puisse avoir le contact avec la rue sans être obligé de sortir du domicile, et comme **espace d'intégration de l' résidence avec l'environ**, non seulement pour avoir la possibilité de fonctionner comme élément de d'adéquation climatique, mais aussi comme moyen d'agrandissement de la résidence, ce qui favorise la contemplation du paysage et le contact avec la nature dans la sécurité du foyer. Ces sens dialoquent entre eux, l'un influençant dans la construction de l'autre et, ensemble, dû à leur importance sur le mode de vie du *carioca*, vont attribuer encore à la véranda le sens d'espace de représentation du statu social de l'habitant du logement.

Mots-clés : véranda, mode de vie, sens

SUMÁRIO

Introdução **1**

Objeto 1

Objetivo 1

Hipótese 1

Justificativa 1

Metodologia 2

Capítulo 1 – A varanda e sua presença na arquitetura doméstica carioca **4**

1.1- A varanda e suas diversas terminologias 4

1.2- A varanda e sua assimilação pela casa brasileira 12

1.3- A varanda nas moradias cariocas durante o período colonial 18

1.4- A varanda diante dos primeiros sinais de modernidade das moradias cariocas oitocentistas 26

1.5- A varanda nas moradias cariocas no início do século XX 34

1.6- A Varanda nas Habitações Multifamiliares Permanentes da Zona Sul Carioca: o século XX e a contemporaneidade 41

1.6.1 - A fase de permanência 51

1.6.2 - A fase de ausência 57

1.6.3 - A fase de retorno 63

1.6.3.1 - O processo de avarandamento 70

1.6.3.2 - O fechamento e a abertura de espaços avarandados 73

Capítulo 2 – A varanda e as diversas visões de seu emprego na contemporaneidade **80**

2.1 - A legislação edilícia relativa às habitações multifamiliares permanentes e a suas respectivas varandas 81

2.2 - A semiótica e a visão historicista pós-moderna do emprego da varanda 85

2.3 – A visão contemporânea de lugar a partir da fenomenologia e sua implicação no emprego da varanda 92

2.4 - A varanda a partir da visão do regionalismo crítico 95

2.5 - A varanda como universo de reconhecimento 99

Capítulo 3 – A varanda como espaço privado e espaço público no ambiente da casa **110**

3.1- Casa e rua: duas esferas sociais complementares e opostas 110

3.2- A varanda e a transição entre o mundo da casa e o da rua 116

3.2.1 - A varanda como filtro da casa e posto de vigília 119

3.2.2 - A varanda, lugar iminente do encontro 138

3.3- A varanda dentro da tripartição social, íntimo e de serviço 148

Capítulo 4 – A varanda e sua vocação para promover a socialização da casa **161**

4.1- A varanda como espaço de convívio e lazer da família 162

4.2- A varanda e a socialização da família com outros grupos sociais 169

4.3- A varanda como espaço de representação do status social 194

4.3.1 - A varanda como objeto de uso e de consumo 200

Capítulo 5 – A varanda e a integração da casa com o meio ambiente **203**

5.1- A varanda como elemento de adequação climática que proporciona conforto ambiental ao usuário 204

5.2- A varanda como instrumento de ampliação da casa 220

5.2.1 – A varanda e a paisagem carioca 222

5.2.2 – A varanda e o contato com a natureza: sua ambientação como jardim 235

Conclusão **241**

Referências **246**

Anexos **256**

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado estuda a varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca com o objetivo de compreender sua presença que é marcante nesta região da cidade do Rio de Janeiro, tendo em mente que os significados atribuídos a esse ambiente da casa ao longo da história continuam sendo importantes para os hábitos de moradia das pessoas na contemporaneidade.

A principal motivação para esse estudo reside no fato de que a varanda, que já era comumente vista nos edifícios de apartamento desses bairros, tem se proliferado desde as últimas décadas do século XX, aparecendo como um dos principais atrativos dos lançamentos imobiliários e sendo acrescentada nas fachadas de prédios existentes, cujas unidades residenciais não dispunham desse ambiente.

Essa proliferação que, curiosamente, ocorre após um período de mais de 10 anos onde a varanda praticamente se mostrou ausente, conta com a ajuda do decreto de n.º 51 de 1975 que retira do cálculo da ATE – área total edificada – o balanço até 2metros de profundidade das varandas residenciais. No entanto, a presença desse ambiente nas habitações multifamiliares permanentes dessa região da cidade, que também se mostra expressiva em outras épocas, não pode ser compreendida apenas sob a ótica da legislação edilícia. Ela deve ser analisada, sobretudo, a partir da relação da varanda com o modo de vida do carioca, construída ao longo da história.

Desde sua assimilação pela casa brasileira até os dias de hoje, a varanda aparece constantemente na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, demonstrando ser um ambiente que possui significados importantes para os hábitos de moradia da população.

Evidentemente, o código de obras colabora para que ela se faça presente, mas é a importância desses significados na contemporaneidade que torna sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

Ao se levantar o histórico das leis que regulamentam as construções e edificações, mais especificamente, as habitações multifamiliares permanentes, desde a lei orgânica de 1892 – período que a cidade do Rio de Janeiro está se expandindo do centro para o sul, formando os bairros que mais tarde serão ocupados pelos edifícios de apartamento – nenhuma legislação proibindo a presença da varanda é encontrada. O que existe são disposições sobre o seu balanço que vai resultar em diferentes tipologias, sendo as varandas balanceadas nos dias de hoje, em função do decreto n.º 51/75, por exemplo, mais comum do que as embutidas no corpo da fachada.

Em contrapartida, ao se observar a etnografia urbana da zona sul carioca, os usos e costumes, o comportamento cultural, o modo de vida dessa população, se observará uma relação intrínseca com a presença, assim como com a ausência, da varanda, em virtude dos significados atribuídos a ela ao longo do tempo que, de acordo com o período histórico, podem se mostrar importantes ou não para os hábitos de moradia das pessoas.

Nas últimas décadas, pela proliferação que se vê de varandas, é evidente a importância de tais significados, o que chega a ser explorado por grupos de arquitetos que baseiam a sua produção na fenomenologia e na semiótica, a partir da compreensão da varanda como um signo.

Obviamente, não são todas as produções contemporâneas com varandas que se fundamentam nessas duas teorias oriundas de outras áreas do conhecimento, mas é certo que o "consumo" da varanda e, consequentemente, a sua presença, por mais que seja estimulada pela legislação edilícia, está atrelada aos múltiplos significados desse significante.

Com esse entendimento, esta pesquisa formula a hipótese de que a varanda estaria relacionada com o modo de vida do carioca ao fazer parte ao longo da história da cidade do Rio de janeiro dos hábitos de moradia da população, a ponto de sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul se justificar pelos significados atribuídos a ela e não apenas pela legislação edilícia vigente, apesar desta ser determinante para a sua existência.

A metodologia empregada para a verificação desta hipótese fez uso de duas técnicas distintas, porém complementares que são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A primeira, com base em fonte secundária (documentação indireta), visou investigar os significados da varanda ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro. A segunda tinha o interesse de analisar, através de fonte primária (documentação direta), a importância desses mesmos significados para o modo de vida do carioca na contemporaneidade.

Com esse intuito, a pesquisa de campo trabalhou tanto com a observação direta extensiva, através da observação assistemática – que consiste na coleta de fatos da realidade sem dispor de meios técnicos especiais -, quanto com a observação direta intensiva, através de entrevistas e envio de questionários para registrar como as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca são apropriadas nos dias de hoje.

No que diz respeito à observação direta extensiva assistemática, a aproximação com o objeto de estudo, isto é, com as varandas, não seguiu critério prévio. Ao transitar pelas ruas da zona sul, a autora por vezes se deparava com certas apropriações do espaço da varanda que chamavam a sua atenção e despertavam questões em relação aos possíveis significados que esse ambiente da casa poderia deter para o morador.

Tais questões não chegaram a ser confirmadas com seus usuários, se transformando em algumas hipóteses com base no que tinha sido averiguado com a pesquisa bibliográfica, reforçando a hipótese central deste trabalho.

No que se refere à observação direta intensiva do objeto de estudo, ocorreu uma seleção das varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul para a realização de entrevistas e para o envio de questionários que não se baseou em alguma observação anterior da autora em relação à apropriação do espaço da varanda, mesmo que as respostas obtidas viessem reforçar as hipóteses levantadas durante a observação assistemática.

A entrevista – técnica de pesquisa onde o pesquisado tem contato direto com o pesquisador – foi limitada aos síndicos dos três prédios aqui utilizados como exemplo dos edifícios que passaram pelo processo que esta pesquisa intitulou de processo de avarandamento, isto é, pelo acréscimo em suas fachadas de varandas anos após sua construção, visando verificar os motivos que impulsionaram tal interferência nos imóveis.

A realização dessas entrevistas, apesar de bem sucedidas, foi de extrema dificuldade visto que os entrevistados relutaram em disponibilizar algum horário. Motivo pelo qual se optou pelos questionários – técnica de pesquisa onde o pesquisador não tem contato com o pesquisado – para a observação direta intensiva de outras varandas.

A seleção das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro para onde foram enviados os questionários com o intuito de saber como as pessoas apropriavam o espaço da varanda e, com isso, analisar a sua importância para os hábitos de moradia do carioca, teve como base a amostra da tese de doutorado de Viviane de Cunha Paula (2007) sobre os edifícios de apartamento do século XX que apresentou como parte da conclusão o aumento significativo do setor social das moradias nas últimas décadas do século passado em virtude da presença de varandas.

O interesse nas amostras de Paula partiu da intenção de dar continuidade ao trabalho por ela desenvolvido com a análise dos significados da varanda para o morador não verificados durante o seu estudo e que para este trabalho justificam, em parte, a presença que Paula destaca desse ambiente na casa.

A opção de se trabalhar com base na mesma amostragem não se deu, desta forma, pela observação prévia dessas varandas que poderiam se destacar por algum tipo de apropriação, apesar de parte delas indicar questões interessantes que puderam ser estudadas com as respostas obtidas.

Como o recorte temporal da pesquisa de Paula era o século XX, para a definição das 30 amostras deste trabalho para onde seriam enviados os questionários, foram acrescentados, aleatoriamente, 7 edifícios de apartamento da primeira década do século XXI. No entanto, foram retirados das 95 amostras de Paula os prédios que não apresentavam varandas, os endereços que não foi possível localizar, assim como os edifícios que se encontravam fora do recorte espacial proposto.

Mesmo tendo a zona sul como recorte espacial deste trabalho, visando uma amostragem típica dos moradores da zona sul, 6 bairros foram selecionados para a distribuição dos questionários, a saber: Leblon, Ipanema, Copacabana, Leme, Botafogo e Flamengo, segundo critérios que levam em conta a formação urbana dessa região da cidade do Rio de Janeiro, como o fato deles serem balneários e a renda média de seus moradores, assim como a densidade bruta da população, questão importante para o estudo da varanda.

Igual às entrevistas, esse tipo de abordagem com questionários também apresentou algumas dificuldades, sendo necessário o retorno ao local diversas vezes para primeiro ter a

concordância dos síndicos e depois, a colaboração dos moradores, o que refletiu no índice de 22% de respostas obtidas – 126 questionários respondidos dentre os 726 que foram distribuídos. Esse percentual, mesmo assim, é representativo e se encontra acima do esperado neste tipo de pesquisa, segundo Marconi e Lakatos (1985).

Os dados obtidos com essas duas técnicas acima relatadas – observação direta extensiva e intensiva – compõem, assim, o material desta pesquisa que acabou sendo desenvolvida em três etapas e gerada em cinco capítulos.

A primeira etapa, que corresponde ao primeiro capítulo, consiste na apresentação do problema, definindo, primeiramente, o que este trabalho considera como varanda, para depois relatar o histórico dela na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro e avaliar sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, desde o século XX até a atualidade.

A segunda etapa, referente ao segundo capítulo, formaliza a hipótese, investigando os motivos da presença marcante da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro - constatada na etapa anterior -, através de diversas visões que justificaria seu emprego na contemporaneidade. Aqui, a presença da varanda é vista sob a ótica da legislação edilícia, como, também, das propostas arquitetônicas que se baseiam na fenomenologia e na semiótica – teorias que levam a compreensão da varanda como signo, evidenciando o fato da varanda ser um significante repleto de significados que seriam importantes para o modo de vida do carioca a ponto de justificar seu emprego.

A terceira e última etapa trata de investigar a hipótese formulada, analisando três significados da varanda. São eles: o significado de espaço de transição entre o público e o privado, o significado de espaço de socialização da moradia e o de espaço de integração da casa com o meio ambiente que acabam, cada um deles, se desmembrando em diversos outros significados.

Tais significados são bastante expressivos ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro e, no entender desta pesquisa, seriam importantes para o modo de vida do carioca da zona sul, justificando sua presença nas habitações multifamiliares permanentes dessa região da cidade.

Esses atributos são abordados em capítulos distintos, sendo o capítulo três dedicado ao significado da varanda como espaço de transição entre o público e o privado, o capítulo quatro ao significado dela como espaço de socialização da moradia e o capítulo cinco ao seu significado de espaço de integração da casa com o meio ambiente. Com o fechamento dessa terceira etapa, a autora encerra este trabalho, apresentando suas conclusões.

CAPÍTULO 1 – A VARANDA E SUA PRESENÇA NA ARQUITETURA DOMÉSTICA CARIOCA

O presente trabalho sobre as varandas nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca têm como objetivo compreender o motivo de sua presença marcante, partindo da hipótese de que a existência desse espaço nas moradias não é resultado apenas da legislação edilícia, mas se justifica também, e talvez ainda mais, pelos significados atribuídos a ela importantes para o modo de vida do carioca e que foram se formando ao longo do tempo.

Dessa maneira, antes de se ater ao objeto de estudo em questão que são as varandas nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca - o que por si só já remete a pesquisa ao século XX em diante pela época de formação urbana dos bairros que constituem essa região -, este trabalho dedicará o primeiro capítulo ao relato da presença da varanda na arquitetura carioca, desde sua assimilação pela casa brasileira até a atualidade, para indicar sua relação com os hábitos de moradia da população da cidade do Rio de Janeiro.

Essa primeira abordagem não pretende apontar os motivos que levam à transformação do espaço da casa, mas sim revelar a assiduidade da varanda na arquitetura doméstica carioca nos diversos períodos da história para sua constatação como parte da cultura material dessa região. Aspectos formais que se repetem, compõem a tradição tanto construtiva como sóciocultural de uma comunidade, e indicar a varanda como um deles permitirá, mas adiante, investigar os significados que ela adquire ao longo do tempo e que justificam hoje sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul. Momento onde, aí sim, se falará do comportamento cultural, do modo de vida, dos usos e costumes do carioca e de suas mudanças.

Contudo, para se verificar a varanda como elemento característico da moradia carioca, é preciso que essa pesquisa discorra sobre as diversas terminologias empregadas para definir esse espaço da casa, visto que esse termo faz referência a vários ambientes que possuem tipologias distintas, sendo necessário conhece-los para que eles possam ser identificados como varanda ao longo da história da arquitetura doméstica.

1.1 – A varanda e suas Diversas Terminologias

A definição encontrada para o termo varanda em alguns dicionários da língua portuguesa, como também em dicionário específico da área da arquitetura, normalmente remete a diversos ambientes, dando a entender que a varanda aparece, no decorrer da história da arquitetura doméstica, com nomenclaturas distintas.

Cada uma dessas terminologias faz referência a tipologias específicas e, provavelmente, a usos variados, mas, de acordo com os dicionários aqui consultados, são palavras que podem ser empregadas como sinônimo de varanda, o que aponta mais para a presença desse ambiente na casa com outro nome do que para sua ausência.

No Dicionário Ilustrado da Arquitetura (ALBERNEZ; LIMA, 1998, vol. II / LIMA; ALBERNEZ, 1998, vol. I) diversos termos são empregados para se definir varanda, direta ou indiretamente, ao

se consultar a palavra utilizada para fazer referência a ela. No anexo 1 desse trabalho, foram separados as cópias das páginas desse dicionário que se referem a varanda com as terminologias existentes, a definição completa e as respectivas ilustrações elucidativas. No corpo desse texto, porém, fica registrada o que essa pesquisa considerou mais relevante que é a definição da varanda como:

> Guarda corpo [...] guarda-corpo vazado [...] nas janelas rasgadas e janelas de púlpito [...]. Balcão corrido ou sacada corrida [...]. Varanda corrida [...]. Sala [...] onde eram feitas refeições diárias e realizadas tarefas domésticas [...]. Alpendre [...]. Sala de jantar [...]. Espaço aberto integrado à construção [...]. Terraço [...]. Varandado [...]. Varandim [...]. Sala da frente nas casas rústicas (ALBERNEZ; LIMA, 1998, vol. II, p. 648).

Assim como a palavra varanda, vários desses termos acima referidos, quando consultados, remetem a outro sinônimo, muitas vezes rebatendo de volta ao nome varanda, como no caso de varanda corrida, varandado, varandim ou a outro vocábulo utilizado na própria definição de varanda. Os únicos termos empregados para explicar varanda que possuem uma definição própria nesse dicionário são o balcão, o alpendre, o terraço e o termo galeria que aparece quando se verifica o significado de varandas no plural.

O termo balcão (anexo 1) aparece como:

> Corpo saliente em relação à fachada externa ou interna de uma edificação, constituído pelo prolongamento do piso do andar em que se encontra e no qual se abre porta-janela [...] em geral, não tem cobertura e comumente quando a tem, está é formada pela bacia do balcão em piso superior na mesma prumada [...] quando é coberto e possui vedações até a altura do seu teto é chamado bow-window. Diferencia-se do alpendre elevado pelas suas dimensões inferiores [...] quando em balanço é também chamado de sacada (LIMA; ALBERNEZ, 1998, vol. I, p. 78).

Já o alpendre (anexo1) é definido como:

> Espaço coberto e aberto incorporado á construção [...]. Pode ser saliente à edificação da qual faz parte ou formar nesta um espaço reentrante. Quando forma saliência, pode ser constituído pelo prolongamento do telhado principal do edifício ou possuir cobertura independente [...]. pode ser totalmente ou parcialmente fechado por GUARDA-CORPOS, RÓTULAS ou até mesmo VIDRAÇAS. Alpendre avarandado é o alpendre fechado ou semifechado por guarda-corpo vazado que antigamente recebia o nome de guarda-corpo avarandado. Com o tempo e a freqüência da utilização do alpendre avarandado, foi-se generalizando a denominação avarandado e depois varanda (LIMA; ALBERNEZ, 1998, vol.I, p. 29).

Os dois termos fazem menção a tipologias bastante distintas. Enquanto o balcão é um corpo saliente pela sua definição, e que, em geral, não tem cobertura, o alpendre pode ser

saliente ou formar um espaço reentrante, mas é, necessariamente, coberto. Contudo, apesar dessas diferenças, ambas as terminologias são empregadas como sinônimo de varanda pelo Dicionário Ilustrado de Arquitetura, levando a entender que balcão e alpendre são ambientes diferentes, podendo os dois, no entanto, receberem o nome de varanda.

O mesmo procede ao se analisar os vocábulos terraço e galeria que são definidos, respectivamente, como “espaço amplo plano e descoberto, que em geral se constitui na cobertura do edifício ou de parte da edificação, usualmente situado no alto do prédio ou no nível de um dos seus pavimentos” (ALBERNEZ; LIMA, 1998, vol. II, p. 611), e como “compartimento amplo e alongado destinado principalmente à circulação horizontal [...]. Muitas vezes situa-se próximo ao acesso principal do prédio” (LIMA; ALBERNEZ, 1998, vol. I, p. 284).

Destinado principalmente a circulação horizontal, a galeria funciona como um corredor, um espaço de ligação entre os demais ambientes da construção que, pela definição dada por esse dicionário, não parece ser, obrigatoriamente, a função dos demais ambientes aqui apresentados. O terraço, por sua vez, quando situado no nível de um dos pavimentos do prédio e não na cobertura, já se assemelha ao balcão descoberto, porém, por ser definido como espaço sem cobertura, se opõe ao alpendre.

Novamente, ambientes com tipologias diferentes utilizadas para definir um único termo: varanda, o que já permite se deduzir, pela pluralidade de terminologias atribuídas como sinônimo, a existência de uma pluralidade de significados.

Poder-se-ia até questionar as definições do Dicionário Ilustrado de Arquitetura se não fosse a merecida credibilidade conferida por suas referências bibliográficas (anexo 1) ao trabalho das autoras e se os dicionários da língua portuguesa não apresentassem, também, a mesma diversidade de termos nas suas definições de varanda.

No dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), por exemplo, varanda aparece como “*sf*. 1. balcão, sacada. 2. terraço(1). 3. *brás*. Espécie de alpendre à frente e/ou em volta das casas” (p.490), sendo que a abreviação *sf.* quer dizer *substantivo feminino* e a *brás. brasileiríssimo*. Quando consultados, o termo balcão remete à varanda e à sacada, sendo este último referido como balcão saliente. Já as palavras terraço e alpendre recebem definições mais explicativas, apesar de divergentes.

Semelhante ao Dicionário Ilustrado de Arquitetura, no Aurélio, terraço é “1.balcão descoberto e amplo. 2. cobertura plana dum edifício. 3. espaço descoberto sobre um edifício, ou ao nível dum de seus andares” (FERREIRA, 1999, p. 465), sendo que apenas a definição de número 1, segundo o autor, é utilizada como sinônimo de varanda.

A definição de alpendre de “cobertura saliente, duma só água, em geral à entrada de um prédio” (FERREIRA, 1999, p. 22), apesar de bem mais sucinta, também não se difere muito da outra aqui apresentada, isso se a interpretação de cobertura saliente for o espaço formado por ela e não somente a peça do telhado, ambas válidas e usualmente utilizadas.

O cenário não muda ao se consultar o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa de Francisco da Silveira Bueno (1965). Nesse, mais termos aparecem para definir varanda, sendo alguns até aplicados fora da área da arquitetura, são eles:

> Balcão, sacada, terraço, eirado, grade de sacadas ou de janelas rasgadas ao nível do pavimento, roda dentada ao largar de azeite, tabela de bilhar, balcão corrido ao longo de um edifício ou de parte dele, guarnição de renda das redes, primeira parte do curral de pesca, sala da frente nas casas rústicas, sala de jantar, galeria ou popa de navio (BUENO, 1964, p. 1180).

Terminologias essas que continuam a designar espaços divergentes, mesmo que alguns termos apresentem semelhanças entre si ou se definam reciprocamente, como pode ser observado. Balcão, nesse dicionário, é o mesmo que “varanda saliente com balaustrada; sacada” (BUENO, 1964, p. 165), já sacada é “construção ressaltada da fachada de uma parede ou do nível de outra construção” (BUENO, 1964, P. 1015).

Na definição dada por esse dicionário, não aparece o termo alpendre, no entanto o vocábulo varandado, derivado de varanda, é explicado como “espécie de alpendre à frente e em volta das casas de campo” (BUENO, 1964, p. 1180), onde alpendre se refere à “cobertura saliente de uma só água” (BUENO, 1964, p. 79).

Diante de tal diversidade de expressões, este trabalho buscou na bibliografia específica como o termo varanda era empregado pelos estudiosos de arquitetura, a fim de confirmar quais ambientes podiam receber essa denominação.

Nos livros de arquitetura, encontra-se, freqüentemente, como sinônimo de varanda, os termos alpendre, latada, sacada, balcão, galeria, corredor e até sala de jantar, e cada um deles apresenta características específicas que os diferem entre si. Contudo, todos eles são empregados para designar o espaço da casa que é comumente chamado de varanda.

Luis Saia (1939), por exemplo, faz referência à varanda a partir de dois termos: latada e alpendre. O primeiro termo diz respeito a uma peça formada por quatro esteios[1] e uma cobertura de galhos e folhas encostada na edificação, mas sem participar da estrutura da mesma (fig.1). O segundo, alpendre, difere do primeiro por ser resultado do prolongamento do telhado, sendo, então, sua cobertura de uma só água ou de tacaniça[2] (fig.2). A sustentação do alpendre também é feita por esteios, podendo ser, no entanto, por alvenaria, porém seu piso é diferente da latada, por ser o mesmo sobre o qual se assenta a edificação. Outra diferença entre os dois termos, para Saia, é que o alpendre diz sempre respeito a um elemento que se situa na frente da casa, podendo anteceder à construção ou estar embutido no corpo da fachada.

[1] Peça vertical de madeira, pedra ou ferro que serve como sustentação.
[2] Água do telhado de superfície triangular entre os espigões do madeiramento.

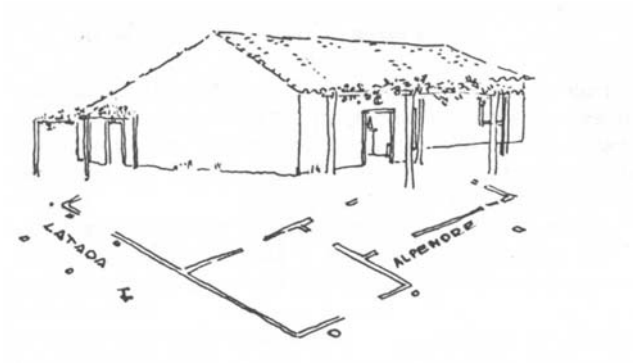


Fig.1: exemplos de latada e alpendre dados por Luis Saia

Fonte: SAIA, Luis. O Alpendre nas casas brasileiras. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 3. Rio de Janeiro: MES, 1939, p. 239.

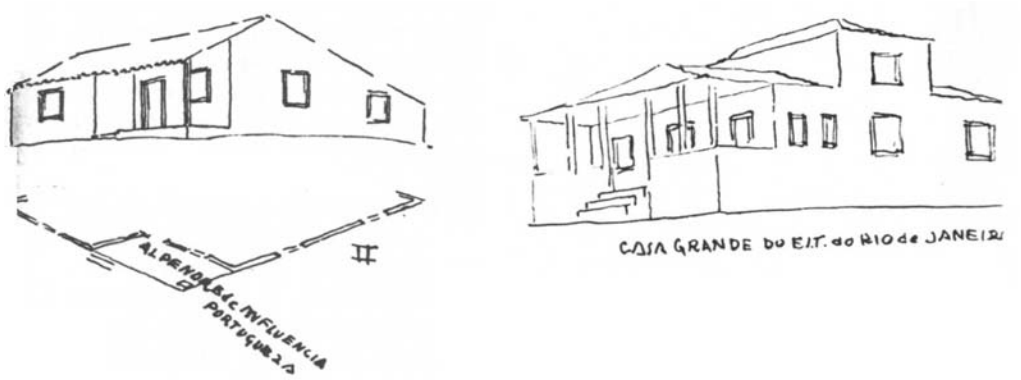


Fig.2: exemplos de alpendre de uma só água (a esquerda) e de tacaniça (a direita) dados por Luis Saia

Fonte: SAIA, Luis. *O Alpendre nas casas brasileiras*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: MES, 1939, p. 239 e 247.

Normalmente utilizadas como sinônimas, essas duas palavras, alpendre e varanda, já na opinião de Carlos Lemos, expressam funções distintas, pois, para esse autor, o alpendre é um "telhado que se prolonga para fora da parede mestra da casa e que é apoiado em suas extremidade por colunas, tendo uma função precípua, fazer sombra à construção, evitando que se acumule na alvenaria o calor do sol, refrescando, assim, os interiores" (1996, p.27 e 28, grifo nosso). Já a varanda é "um refrescante local de lazer, de estar da família, seja alpendrada ou não" (1996, p.30).

Dessa forma, o alpendre verdadeiro, para Lemos, está obrigatoriamente vinculado à proteção climática e deve considerar, por sua vez, a orientação do sol, não precisando, necessariamente, estar na frente da edificação; o que vem contrariar a definição já mencionada de Luís Saia.

Essa observação feita por Carlos Lemos sobre esse elemento da arquitetura o leva a dizer que "um alpendre pode vir a ser uma varanda (visto que este pode ser um espaço aprazível e de convívio da família), mas nem toda varanda é alpendrada" (1996, p.30), isto é, oferece uma adequação da construção ao clima da região. Mesmo quando alpendrada, isto é, formada pelo prolongamento do telhado, a varanda não é um alpendre, pois assim só seria se sua orientação levasse em consideração a irradiação solar.

Além disso, há o caso da varanda que não resulta do prolongamento do telhado como o alpendre, a qual Lemos chama de entalada e que nada mais é do que um"cômodo da construção simplesmente desprovido de sua parede externa [...] (que) nada tem a ver com o calor ou com o sol" (1996, p.29), não podendo jamais ser chamada de alpendre, como assim faz Luis Saia (1939), através de seus exemplos iconográficos (fig.3).

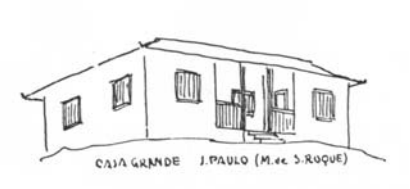


Fig.3: esquema da casa paulista com presença de varanda embutida no corpo da fachada que é dada como exemplo de alpendre por Luis Saia
Fonte: SAIA, Luis. *O Alpendre nas casas brasileiras*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: MES, 1939, p. 247.

Essa varanda embutida no corpo da fachada, muito comum nas residências paulistas dos bandeirantes "em São Paulo dos primeiros séculos, chamava-se corredor" (LEMOS, 199, p. 29). Eis aqui outro termo também utilizado para designar varanda: corredor, por ela desempenhar, muitas vezes, uma função distribuidora, caso em que, pelo Dicionário Ilustrado de Arquitetura (LIMA; ALBERNEZ, 1998), ela seria sinônima de galeria.

A função exercida pela varanda, muitas das vezes, determina sua terminologia, sendo assim Carlos Lemos chama a atenção para outro termo, ao falar que varanda também pode ser denominada como sala de jantar, lugar de reunião da família, que outros autores especificam como sala de viver.

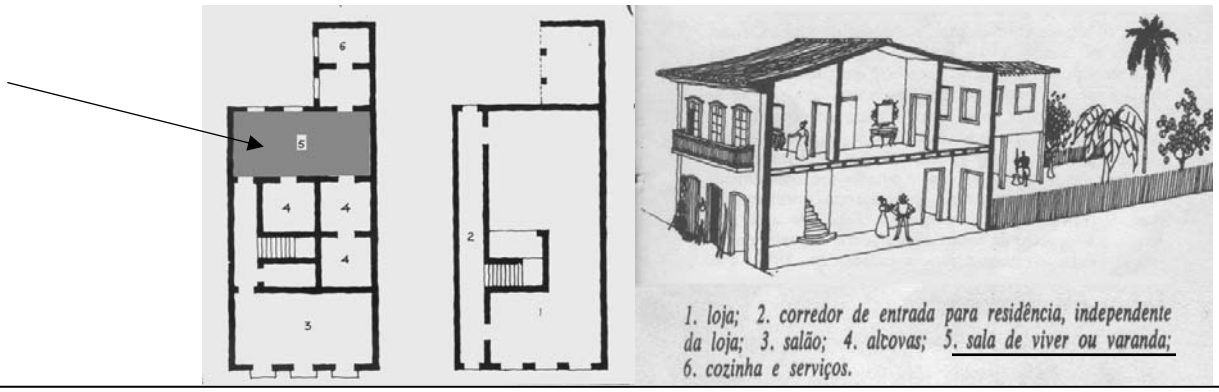
O Autor afirma que a sala de jantar, propriamente dita, ou, mais precisamente, a copa, corresponde à varanda do período colonial voltada para os fundos do terreno, elemento de ligação da casa com a cozinha que se situava junto ao quintal e que com o passar do tempo foi se fechando.

Nas construções rurais, esse espaço da casa que dará origem a copa é apenas a área mais próxima do setor de serviços da varanda que, podia circundar toda a moradia, sendo difícil distinguir, com precisão, varanda de sala de jantar ou, até mesmo, de corredor ou alpendre, como parece fazer questão Carlos Lemos.

A varanda – sala de jantar ou de viver - é mais visualmente distinguível nas construções urbanas que, em virtude dos lotes estreitos, eram levantadas nas divisas, apresentando aberturas apenas para os fundos e para a frente do terreno.

Contudo, vale a pena atentar para o fato de que ao mesmo tempo que há varandas que são chamadas de sala de jantar, ou de viver pela função ali exercida, existem também salas de jantar ou de viver que, mesmo perdendo as características de varanda, continuam a receber esse nome (fig.4), provavelmente porque a "tradição continuou a chamar de varanda qualquer lugar em que a família estivesse comendo e permanecendo em tertúlias em volta da mesa" (LEMOS, 1996, p.30).

Insistimos nessa questão da sala de jantar ou varanda porque ela representa uma persistência cultural de importância [...]. Embora não sejam necessários aqui testemunhos antigos [...] achamos interessante e elucidativo o depoimento de uma preceptora alemã que [...] em 1882 [...] descrevendo a velha moradia diz: [...] varanda [...] é como os brasileiros (divergindo da nossa noção de uma 'veranda') chamam a sala de jantar, mas as inúmeras janelas e portas de que é dotada essa peça justificam, em parte, a sua denominação (LEMOS, 1999, p. 25 e 26).

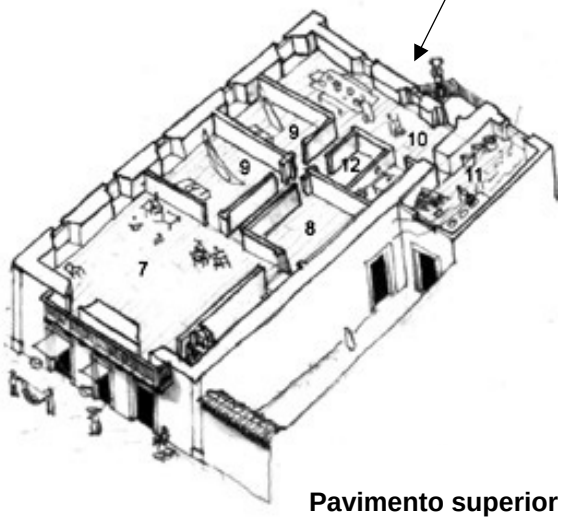


Pavimento térreo
1. Loja
2. Entrada para o 2º pavimento
3. Depósitos
4. Sala de engomar
5. Quintal
6. Área descoberta



Pavimento térreo

Pavimento superior
7. Sala da frente
8. Oratório
9. Alcovas
10. Sala de viver ou varanda
11. Cozinha
12. depósito



Pavimento superior



Fig.4: esquemas de sobrados coloniais com sacada na frente e varanda voltada para fundo do quintal

Fonte: REIS FILHO, N. G.. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 8ª edição. SP: Perspectiva, 1987, p.29. (imagem acima)

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S., Mendes C.. Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI. Rio de janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2007, p. 143 (imagem abaixo).

Não se deve confundir as duas, uma vez que são ambientes distintos, e sim identificar a sala de jantar chamada de varanda como resultado da varanda que funcionava como sala de jantar e que, por isso, é denominada como tal.

Outras expressões bastante utilizadas como sinônimo de varandas são os termos sacada e balcão (fig.5) que, segundo a definição dada pelo Glossário de Arquitetura e Ornamentação sobre o Barroco Mineiro, fazem referência a "parte da construção que se projeta em balanço da superfície da fachada" (ÁVILA; GONTIJO; MACHADO, 1980, p. 83) característica, num primeiro momento, dos sobrados urbanos - construções com mais de um pavimento que pertenciam, normalmente, a classes mais abastadas da sociedade -, mas vista posteriormente também em sedes de fazenda.

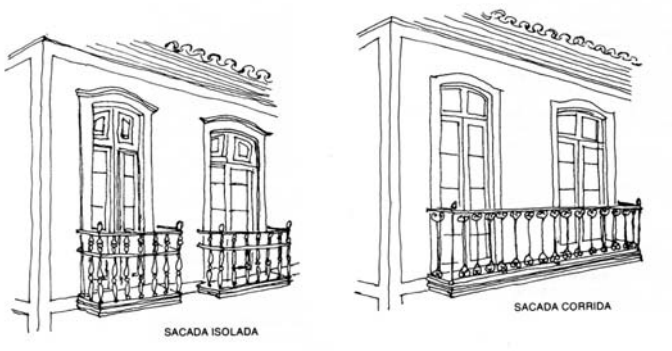


Fig.5: esquemas de sacadas das casas assobradadas

Fonte: S ÁVILA, A.; GONTIJO, J. M.; MACHADO, R. G. *Barroco Mineiro Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Rio de Janeiro: Co-edição Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho, Companhia Editora Nacional, 1980, p.30.

Ambas terminologias são frequentemente usadas por Debret e Vauthier, contudo, essas duas personalidades francesas do século XIX, que viveram no Brasil em regiões e em épocas distintas, registrando aquele período em texto ou em ilustrações, não deixavam de empregar o termo varanda para designar tais ambientes, como também a palavra galeria, mais precisamente quando se referiam a espaços avarandados que serviam de circulação e que, por serem fechados por muxarabiê ou gelosia, lembravam as galerias mourescas (fig.6).



Fig.6: exemplos de fechamentos em muxarabiê e galerias mourescas

Fonte: RODRIGUES, José Wasth. *Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil*. 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.163 e 165.

Como se não fossem suficientes os termos galeria, sacada, balcão, corredor, sala de jantar, alpendre e latada, já comentados aqui, os textos de arquitetura ainda utilizam, para se referirem à varanda, as denominações terraço e eirado, mesmo que raramente empregadas, talvez por expressarem também espaços que não pertençam à fachada e, sim, à cobertura da edificação, trazendo características que certamente remetem a outros usos e apropriações.

Desta forma, em virtude da variedade de termos empregados como sinônimo de varanda, esse trabalho verificou a necessidade de apresentar sua própria definição, a qual pudesse não só englobar as diversas terminologias aqui relatadas que apontam para diferentes períodos da arquitetura, como, também, se adequar ao objeto de estudo em questão que são as varandas nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

A varanda aqui pesquisada é, então, definida como: ambiente que, obrigatoriamente, liga o interior da construção com o exterior, podendo estar embutido no corpo do edifício, como saliente a ele, no nível de acesso ou em pavimentos superiores, possuir elemento de vedação ou não, assim como apresentar cobertura ou ser descoberto, desde que situado nas fachadas da edificação, como prolongamento horizontal do cômodo adjacente a ele.

A partir dessa definição, será possível identificar a presença quase que constante da varanda nas moradias ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, o que a torna parte da cultura material da população. Primeiro passo para averiguar sua importância para os hábitos de moradia do carioca e investigar os significados atribuídos a ela relevantes para o modo de vida desse povo que será dado pelo estudo de sua assimilação pela casa brasileira.

1.2 – A Varanda e sua Assimilação pela Casa Brasileira

Na literatura sobre a casa brasileira, vários são os termos encontrados para se referir à varanda, porém, se há uma pluralidade de terminologias a ser aplicada, há, em compensação, um relativo consenso em relação à sua origem, o de que a varanda é um elemento resultante de um processo de aculturação[3] que Keesing define como um processo de transferência de comportamento, “onde o contato e a difusão ocorrem com certa continuidade” (1961, p. 63).

Dentro desse processo, a polêmica reside em saber quais culturas contribuíram para essa troca de hábitos. A grande maioria dos autores fala que a varanda, trazida pelos portugueses, tem origem tanto na cultura moura, como na asiática.

A influência moura diz respeito mais ao fechamento em gelosia e muxarabiê (fig. 7) que remete às galerias mourescas, normalmente referidas por Vauthier, como já comentado, e que tinham sido incorporadas na arquitetura portuguesa devido ao tempo em que Portugal foi ocupado pelos povos do norte da África.

[3] De acordo com Keesing, aculturação é diferente do processo de enculturação, que diz respeito à aquisição de hábitos sociais a partir do ingresso de um indivíduo em outra cultura.

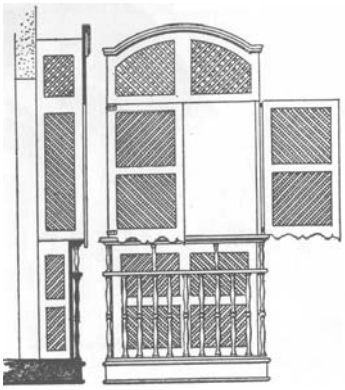


Fig.7: exemplos de sacada fechada com muxarabiê

Fonte: RODRIGUES, José Wasth. *Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil*. 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.163.

Assimilação cultural que, na opinião de Debret (1940), não se deve apenas ao domínio desse povo que se mantiveram na região Ibérica durante cerca de 700 anos, mas, também, ao aproveitamento da mão de obra moura que lá permaneceu mesmo após a expulsão dos árabes e que continuou a ser utilizada na construção. Debret diz que “as mesmas mãos que construíram as mesquitas, construíram as igrejas” (1940, p.259).

A influência asiática na origem da varanda, por sua vez, é devido ao contato que Portugal manteve com a cultura indiana através das navegações. Carlos Lemos (1996), por exemplo, ao fazer distinção entre o termo alpendre e a palavra varanda, fala que ambos têm origem na Índia, sendo que o primeiro diz respeito a uma peça do bangalô - casa rural da Índia que tinha como propriedade oferecer proteção climática – e o segundo, o termo varanda, aparece em registros de Vasco da gama como uma palavra oriental para designar um local de permanência aprazível.

É evidente que os hábitos de moradia do extremo oriente, também de clima quente, se tornaram mais adequados para o território brasileiro do que os hábitos lusitanos de clima frio, e os portugueses acabaram trazendo de lá a varanda para ser empregada na moradia do Brasil, como atesta Paulo Bertran, ao dizer que:

> a arquitetura civil, depois de passagens do Lusitano pelo trópico indiano, parece lixar-se para a tradição ibérica, (pois em terras brasileiras) a peça mais usada da habitação é a arejada varanda, nome vindo – diz o dicionário de R.L. Turner -, do indo-ariano asiático do sânscrito *váraté*.” (2007, p.12)

Apesar dessa relação entre a varanda brasileira e a cultura asiática ser mencionada por diversos autores, como os aqui já citados, tal vínculo não aparece nos registros de Debret que, mesmo atestando a influência das galerias mourescas nas varandas do Brasil, lança a origem da mesma numa outra direção.

Quando Debret fala das varandas das casas de chácaras brasileiras, comenta que “é notável sua analogia com os mouros na África e muito mais ainda com as casas antigas de Pompéia (e a define como) galeria, entrada da casa – *protyrum* dos antigos, o que significa: na frente das portas” (1940, p.260).

Essa referência à arquitetura de Pompéia, provavelmente, deve-se, acima de qualquer outro argumento, às escavações de 1748 que trouxeram das cinzas essa antiga cidade Romana e que, junto com outras descobertas, fizeram reviver a Antigüidade, impulsionando o movimento neoclássico, como comenta Paulo Santos (1981), do qual fazia parte o francês Debret.

Se assim não fosse, Debret poderia fazer menção diretamente à *domus* romana ou à casa renascentista que busca inspiração na Roma e na Grécia antiga e haveria, por parte de outros autores, referência não só á cultura moura, mas a de outros povos do mar mediterrâneo que, certamente, influencia também Portugal, situado nessa região, antes de influenciar o Brasil.

Mesmo sendo essa opinião de Debret singular, ele levanta com essa analogia à arquitetura italiana, especificamente a de Pompéia, situada no Mediterrâneo e de clima subtropical, uma questão que é unâmine entre os demais críticos, a de que a varanda é resultado de uma adequação climática da arquitetura portuguesa construída no Brasil. Produção que respeitou, "judiciosamente, as exigências do clima e dos materiais existentes no país" (DEBRET, 1940, p.259).

> Os estudiosos de arquitetura sempre encontram nas regiões meridionais [...] o uso de um abrigo colocado do lado externo das habitações: a galeria mouresca, a *logia* italiana e a varanda brasileira aqui representada. É muito natural que com uma temperatura que atinge às vezes 45° de calor, sob um sol insuportável durante seis a oito meses no ano, o brasileiro tenha adotado a varanda nas suas construções; por isso encontra-se, embora muito simplesmente construída, até nas habitações mais pobres (DEBRET, 1940, p.141 e 142).

Essa adaptação ao meio destacada por Debret também é abordada por Gilberto Freyre quando descreve sobre a semelhança encontrada nos registros feitos por esse francês e se seu compatriota, Vauthier - apesar das diferenças de época e de região existentes nos dois relatos, visto ter Debret habitado no sudeste brasileiro no início do século XIX e Vauthier no nordeste, a partir de meados do mesmo século.

> [...] (apesar das diferenças) muito mais fortes se apresentam as semelhanças entre as duas expressões arquitetônicas do mesmo tipo de patriarcado e das mesmas tendências da colonização portuguesa do Brasil no sentido de adaptação do meio americano e tropical de tradições e técnicas portuguesas de casa e de construção. Técnicas e tradições enriquecidas pelo contato lusitano com o mouro e com o extremo oriente. Vê-se, por exemplo, que nas casas de campo desenvolveu-se no sul, como no norte, aquela continuidade de uma varanda (FREYRE, 1943, P.102, grifo nosso).

A importância que as varandas adquirem nas habitações da época, pela função de adequação climática da casa portuguesa em território tropical, faz com que elas não sejam simplesmente elementos de origem moura e asiática trazidos por Portugal, como Freyre reforça no texto acima, mas, também, elementos brasileiros. "Brasileiros por terem sido reinventados aqui

entre nós desde os primeiros momentos" (LEMOS, 1996, p.27, grifo da autora) e também por sua ampla disseminação por todo Brasil.

No seu estudo sobre solares portugueses, Carlos de Azevedo (1988) comenta que, apesar da arquitetura doméstica do norte de Portugal só apresentar varandas a partir do século XVIII, elas já se faziam presentes nos solares rurais do sul de Portugal.

Realmente, Lemos (1996), em pesquisa realizada em Portugal, constata a presença de varandas na arquitetura popular portuguesa, mas isso não impede o autor de afirmar a brasilidade dessas peças por terem sido, como ele próprio diz, reinventadas em terras brasileiras, em virtude não só das diferenças de clima, mas também de modo de vida, numa região pouco povoada, onde o isolamento dos colonos demandava hábitos específicos.

> Pode-se considerar que a colonização das Américas foi um desses momentos de crise para a arte de construir. A migração para um novo, distante e desconhecido território representa uma das mais espetaculares rupturas de hábitos e costumes que se pode imaginar. No Novo Mundo, os europeus encontram um clima diferente, materiais de construção diferentes e foram levados à convivência com outros indivíduos de origens culturais diferentes. Não nos referimos aqui apenas aos africanos e nativos da própria América, mas também a diversidade de usos e costumes que acontecem até mesmo num país pouco extenso como Portugal (SANTOS, 2005, p. 180).

Não é à toa que o dicionário Larousse da língua francesa[4] descreve o termo *véranda* como nome feminino, do português varanda, que faz referência à "ligeira galeria colocada, sobretudo, ao redor das habitações da Índia, do extremo oriente, e também, por vezes, do Brasil, e que se imita na Europa em certas residências particulares" (AUGÉ, 1953, p. 1074, tradução da autora).

Uma amostra dessa reinvenção que torna a varanda uma peça característica da arquitetura doméstica do Brasil, na opinião de Carlos Lemos, é seu emprego, por exemplo, estar relacionado com o fato dos primeiros portugueses que aqui habitaram terem assimilados os hábitos de moradia dos índios nativos e, não somente, os comportamentos culturais do povo do Oriente. Razão pela qual, Lemos diz que "se a história da nossa casa tem seu começo nas terras lusitanas, também tem seus vínculos com a oca indígena" (1996, p.11). Vínculo esse que, neste caso, não diz respeito exatamente a sua arquitetura, mas aos hábitos que ela expressa muito mais adequados ao clima tropical.

A casa, em região de baixa temperatura, sempre teve ligação com o fogo, possuindo, ambos, a mesma atribuição, a de reunir as pessoas, a família. Com a necessidade de se proteger do frio, a casa se torna "lugar privilegiado, onde se reúne em volta de um fogo que permite se aquecer e preparar as refeições (e que, por isso,) será sempre chamada *foyer*[5], núcleo da família"

---

[4] **véranda**: n.f (portg. Varanda). Galerie légère, établie sur toute la longueur des habitations de l'Inde, de l'Extrême-Orient, et aussi, parfois, du Brésil, et qu'on imite en Europe dans certaines maisons particulières. Fonte: Augé, Paul e Claude. *Nouveau Petit Larousse illustré* : dictionnaire encyclopédique, édition du centenaire, Librairie Larousse, Paris, 1953, tradução da autora.

[5] *Foyer*: palavra francesa cuja tradução é lareira ou lugar da lareira, mas que, por extensão, pode significar lar.

(FREY, 2003, p.190, tradução da autora). Neste sentido, as residências portuguesas operavam em torno do fogão, palavra esta que, assim como o termo fogo, eram empregadas para exprimir casa em Portugal.

> Compreende-se que a casa seja tradicionalmente, no Ocidente, considerada 'lume' ou fogo. O lume doméstico, a luz que alumia a casa durante a noite. O fogo em que o morador cozinha a comida ou ao pé do qual se aquece quando faz frio fora e dentro da casa (FREYRE, 1979, p. 24).

Essa organização típica de clima frio não é, contudo, coerente em terras tropicais, onde a necessidade de aquecimento é bem menor. De acordo com Lemos (1996), a casa portuguesa, quando implantada no Brasil, expulsa para o lado de fora o preparo das refeições, apropriando-se dos costumes indígenas (fig. 8). A cozinha, então, torna-se um apêndice da construção e é ligada a esta por meio de uma varanda. Lugar agradável onde a família se reúne e que mais tarde, segundo o mesmo autor, dará origem à sala de jantar ou à copa, como comentado anteriormente.

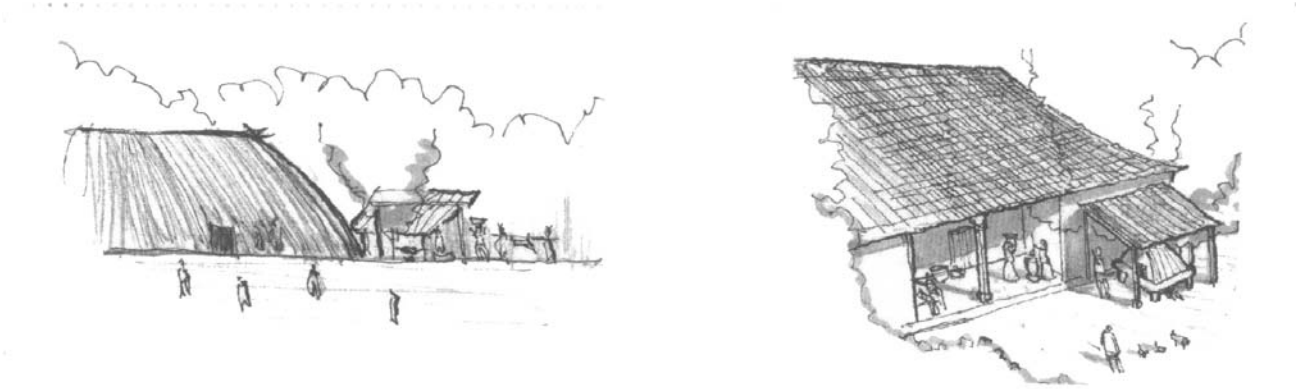


Fig. 8: Oca indígena (à esquerda), influencia para casa portuguesa (à direita)

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S., Mendes C.. Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI. Rio de janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2007, p. 120.

Dentre todas essas opiniões sobre a origem da varanda e a sua assimilação pela casa brasileira, ainda resta uma que, na bibliografia pesquisada, é defendida por Luis Saia (1939). Esse autor, que não faz distinção entre o termo varanda e alpendre, atribui a origem desse espaço da casa brasileira à basílica cristã-primitiva, devido ao adro[6] de tais arquiteturas religiosas ser alpendrado (fig.9).

> Aí está uma boa razão para se pensar na hipótese de uma tradição que teria vindo para o Brasil já plenamente desenvolvida, e se teria infiltrado, tanto aqui como na península Ibérica, nas zonas rurais. [...] a escolha do exemplo da basílica, serve para indicar um fato que me parece de extrema importância para o estudo do alpendre [...]: o acesso ao templo proibido (SAIA, 1939, p.240).

[6] Adro: pátio, à frente ou em torno das igrejas.



Fig.9: esquema de basílica com adro alpendrado

Fonte: SAIA, Luis. *O Alpendre nas casas brasileiras*. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol. 3. Rio de Janeiro: MES, 1939, p. 239.

Templo este que pode ser o da igreja, como, também, o da casa, ambos proibidos às pessoas estranhas, e que por isso utilizam a varanda, ou no caso, o alpendre, como limite de acesso. No templo religioso, o adro alpendrado era o local dos pecadores, dos que ainda não haviam se convertido e que, por isso, não podiam estar na presença do Senhor; no templo doméstico, a varanda ou o alpendre, era lugar dos estranhos, dos que não tinham intimidade suficiente para participar do convívio da família, principalmente, da mulher, como sempre chama a atenção Gilberto Freyre.

Paulo Santos (1981) reverencia a opinião de Saia quando faz menção aos estudos deste no momento em que descreve as cerimônias religiosas realizadas nos oratórios das casas de chácara, a partir dos desenhos de Debret. Cerimônias estas que eram assistidas pelos escravos do lado de fora, mais precisamente, da varanda.

Contudo, Carlos Lemos (1996) se coloca totalmente contrário à associação do alpendre brasileiro com a basílica cristã-primitiva feita por Saia. Além do fato do adro alpendrado da construção religiosa não estar vinculado à proteção climática do edifício, condição *sine qua non* para Lemos na definição de alpendre, as basílicas cristã-primitivas, para exercerem influência na arquitetura luso-brasileira, deveriam, antes, influenciar as moradias portuguesas. Fato este que, na opinião de Carlos Lemos, não acontece.

Como já comentado, as casas portuguesas apresentam o alpendre, mas, de acordo com Lemos (1996) elas seriam posteriores, ou pelo menos contemporâneas, às casas alpendradas do Brasil. O que poderia demonstrar, segundo o autor, ser o alpendre uma influência brasileira na habitação de Portugal e não o contrário.

> Em Portugal, [...], em certas regiões do centro-sul, às vezes, na arquitetura rural portuguesa popular, encontramos algumas casas providas de alpendres [...]. Dizem ali que esses telhados para fora da casa são para refrescar os interiores. Certamente são, mas essa prática não é generalizada e parece ser recente e, se não posterior, pelo menos contemporânea ao uso brasileiro (LEMOS, 1996, p. 28).

Na opinião de Lemos, “o que a arquitetura portuguesa residencial usou muito, inclusive em casas de aldeia, foi a varanda entalada entre dois compartimentos” (1996, p. 28), já descrita aqui neste texto, e que não corresponde à associação de Saia com a basílica cristã-primitiva. A relação da varanda com o adro alpendrado da basílica pela condição de filtro dos que se aproximam da arquitetura é bem coerente, porém, relacionar sua origem com a construção religiosa cristã-primitiva é algo realmente questionável.

Independentemente dos caminhos traçados pela varanda para compor a casa brasileira, o que importa é observar que ela é resultado de uma aculturação, um processo de assimilação de usos e costumes e, como tal, se difundiu por todo território nacional, permanecendo ao longo da história e não deixando de receber outras influências culturais que modificaram sua tipologia.

Se há opiniões distintas em relação à sua origem, numa questão há concordância, a de que ”em arquitetura, quando um costume entra em mestiçamento e, se acontece de, ainda que por acaso, estar ligado a determinado detalhe de construção, este o acompanha sempre, levando consigo as soluções técnicas que lhe são próprias” (SAIA, 1993, p.235), isto porque “o ato de morar é uma manifestação de caráter cultural e enquanto as técnicas construtivas o os materiais variam com o progresso, o habitar um espaço, além de manter vínculos com a modernidade, também está relacionado com os usos e costumes tradicionais da sociedade” (LEMOS, 1996, p.8).

1.3 – A Varanda nas Moradias Cariocas durante o Período Colonial

Na bibliografia referente às moradias cariocas do período colonial, uma ambiente que constantemente se faz presente é a varanda, seja pelos depoimentos de época ou estudos divulgados pelo SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - que, em plena modernidade, visaram resgatar a memória da arquitetura daquele período – vigente até hoje no meio acadêmico -, seja pelas pesquisas contemporâneas que emitem um outro parecer sobre as formas de morar no Rio de Janeiro.

Entre os estudos mais antigos, a presença da varanda se apóia na visão compartilhada por diversos autores de que, no Brasil, a casa apresenta pouca variação tipológica, apesar da diversidade física, econômica e social do território brasileiro.

> Interessante (o estudo das casas no Brasil) pelas características permanentes dessa casa, principalmente pela unidade do seu aspecto em todo o território e pela imutabilidade, através do tempo, dos princípios que prescindiram à sua construção, fenômeno esse comparável pela semelhança (tendo em vista a extensão territorial) ao da língua e ao da religião (RODRIGUES, 1945, p.159).

Essa pouca variação é fundamentada muito em virtude da repetição de elementos compositivos como a própria varanda que, segundo Rodrigues (1945), Vauthier (1943), Reis Filho (1987) e Lemos (1996), entre outros, levam a uma unidade na linguagem formal da arquitetura

doméstica. Unidade esta que se permite falar da varanda nas moradias cariocas a partir de uma visão geral de sua presença na casa brasileira.

Algo que já não seria possível de se realizar com base nas bibliografias mais recentes sobre habitação no Rio de Janeiro que questionam exatamente essa unidade, muito em virtude do entendimento do que seria tipologia. Contudo, nesses estudos mais direcionados que possibilitam identificar, através de suas amostras, os ambientes que formam a casa com mais precisão, a varanda é vista também repetidas vezes, tanto no meio rural, quanto no urbano, segundo as pesquisas de Calvente (2001) e Santos (2005).

Ao traçar esse paralelo entre rural e urbano para se falar da varanda a partir desses diferentes estudos é, no entanto, importante compreender que, apesar da formação das primeiras cidades e vilas já ser notada desde o século XVI (fig. 10), a economia basicamente agrícola confere a esses vilarejos que iam se formando ao logo do litoral, características essencialmente rurais. Os primeiros núcleos urbanos, por causa disso, só se constituem, efetivamente, com a descoberta de diamantes e ouro, já no final do século XVII (NOVAIS, 1997), o que leva a considerar as moradias até então como rurais.







Fig.10: “a marcha do povoamento e a urbanização” in: Azevedo. A. de. *Vilas e Cidade do Brasil Colonial*. Ensaio de geografia urbana retrospectiva. Boletim n.º 208, Geografia II. São Paulo: FFLCH-USP, 1956

Fonte: NOVAIS, F. A. Condições da Privacidade na Colônia. in: NOVAIS, F. A. (coord. Geral); SOUZA, L. de M. (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.18 - 19.

Dentro da visão de “imutabilidade” da arquitetura doméstica, Rodrigues (1945) diz que independentemente do sistema construtivo e da conjuntura da época, a casa do Brasil colonial até o século XVIII sempre apresenta as mesmas características: paredes lisas, vãos bem distribuídos, telhados simples e varanda. Elemento este que, desta forma, é encontrado seja em casas rústicas de pau cruzado de barro do início da colonização, em casas de taipa de mão ou de taipa de pilão dos primeiros engenhos do ciclo da cana, em casas de pedra irregular ligada com argamassa dos arraiais.

No início, de acordo com Rodrigues (1945), nada se tem de muito representativo, apenas casebres, casas modestas, abrigos dos primeiros desbravadores que exploravam o território recém-descoberto, mas que já apresentavam a varanda. Ela aparecia tanto na frente da casa quanto nos fundos, ligando esta com a cozinha, local de preparo dos alimentos que, a exemplo da oca indígena, como já comentado, se fazia fora da casa, em outro recinto.

Só durante a produção agrícola açucareira, no então século XVII, se pode falar dos engenhos, significativamente. Arquiteturas onde, segundo Lemos também, “todas possuem, é verdade, uma varanda ou um alpendre” (1996, p.25), comentário que ele completa dizendo que “não só os remanescentes coloniais antigos, como a pequena iconografia disponível, mostram, sistematicamente, nossas sedes de fazenda portando a tal varanda” (1996, p. 29), conforme a ilustração de Debret (fig. 11).

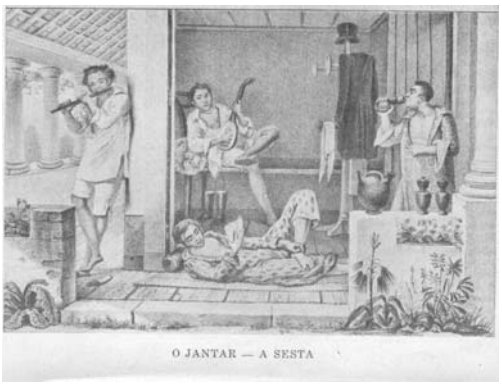


Fig.11: ilustração de Debret que mostra atividades realizadas na varanda

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940, prancha 8.

Realmente, neste ponto, as pesquisas contemporâneas confirmam o que aqui foi relatado. Calvente (2001), em seu estudo, sobre as sedes de fazenda de Quissamã, na região rural do Rio de Janeiro, conclui que algo em comum durante três ciclos de construções que vai do século XVIII até o XIX é a presença de varanda.

> O exemplar mais antigo que utiliza a varanda como acesso frontal é a casa de Mato de Pipa. As demais casas estudadas, como Quissamã, Machadinha, Mandiqüera, São José e São Manoel, também utilizam a varanda frontal como acesso. Na casa de Machadinha, a varanda está presente na fachada lateral que pode, no entanto, ser considerada como entrada principal, graças ao conflito de centralidades existentes naquela planta (CALVENTE, 2001, p. 151).

Dentre esses seis exemplares, os que correspondem ao período colonial são a casa de Mato de Pipa (fig. 12), datada de 1777, e a casa de Quissamã (fig. 13), construída entre 1796 e 1805. Sobre a primeira, Calvente remete seu partido às casas dos bandeirantes da região de São Paulo, dizendo que:

> A faixa fronteira intermediária, correspondente ao setor social, que nos modelos paulistas compõem-se de varanda, quarto de hóspedes e capela, ambos situados nas extremidades da varanda [...] em Mato de Pipa se torna mais complexa, com a capela situada no interior da casa, com nave e com acesso pela varanda [...] na fachada oposta, a existência de uma sala com porta e janela, que hoje abrem para um quarto, sugere ter havido ali uma varanda [...] (sendo a) sala anexa ao oratório, o maior espaço da casa depois da varanda (CALVENTE, 2001, p. 44 - 45).

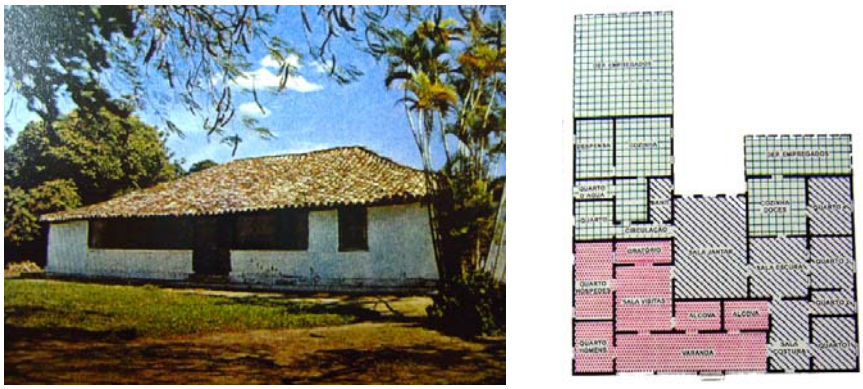


Fig.12: casa de Mato de Pipa com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 50 e 53.

Sobre a segunda, o autor comenta que “a planta da casa de Quissamã possui disposição semelhante à da planta da casa de Mato de Pipa, com faixa fronteira formada por varanda e dois corpos nas extremidades” (CALVENTE, 2001, p. 64).



Fig.13: casa de Quissamã com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 73 e 74.

Da mesma maneira que a varanda é comumente vista nas moradias rurais, ela também é notada nas habitações urbanas, segundo os diversos estudos aqui apresentados sobre a arquitetura doméstica.

> Por toda parte, em casas térreas rurais, engenhos ou fazendas, observa-se ampla varanda na frente, com colunas ou pilastras de alvenaria ou esteios de madeira, toda aberta, ou tendo no eixo a escadaria, e de um lado a capela ou um cômodo a fechá-la. Nas assobradadas: alpendre na frente, sobre pilastras com grades de madeira recortada. Casas urbanas com amplas varandas no primeiro andar e em toda a extensão da fachada, com peitoril de alvenaria ou de tábuas, ou de torneados, não são raras (RODRIGUES, 1945, p.173).

A presença da varanda nas casas urbanas comentada acima por Rodrigues inclui as moradias cariocas em virtude da visão desse e de demais autores, já comentada aqui, sobre a pouca variação tipológica da casa brasileira, interpretada por Vauthier, durante o século XIX, como uma mesmice, algo praticamente entediante, ao comentar que “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas” (1943, p.143) - apesar desse engenheiro e arquiteto francês ter como amostra apenas parte do território brasileiro, mais precisamente, o trecho que vai do Cabo de São Roque, no litoral norte do Rio Grande do Norte, até o Rio de Janeiro, por considerar este “o verdadeiro Brasil moderno, o que tem leis e costumes, o que marcha ativamente na senda da civilização” (1943, p.129).

Opinião compartilhada, também, por Reis Filho (1987), pelo menos quando se refere às casas urbanas. Na sua visão, um ponto que contribuem para essa pouca variação de tipologia da moradia, são os loteamentos dos terrenos, pois, para esse autor, “um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada” (1987, p.16).

Os lotes no meio urbano, na sua grande maioria, eram todos iguais, com características limitadoras específicas inalteradas até meados do século XIX. Sucessivamente, de frente estreita e de longa profundidade, motivo pelo qual eram chamados de lotes charutos, como comenta Reis Filho (1987), esses loteamentos que predominavam em todo o território restringiam as soluções do partido arquitetônico da casa urbana que se repetia com a elevação das paredes laterais sobre os limites do terreno e a abertura de vãos voltados apenas para frente ou para os fundos (fig. 14). Terrenos iguais, onde são construídas casas todas iguais, que, mais tarde, na opinião do autor, cederão lugar para edifícios de apartamentos, também, sem muitas diferenças entre si.



Fig.14: esquema da casa colonial implantada em lote charuto

Fonte: REIS FILHO, N. G.. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.31.

Outra questão que na visão de Reis Filho influência na unidade da casa brasileira no meio urbano é a legislação edilícia que começam a vigorar no século XVIII antes mesmo da vinda da família real ao Brasil.

Os regulamentos fixados nas cartas régias e nas posturas municipais, legislavam as dimensões, aberturas e gabaritos em busca de uma padronização e acabavam fazendo com que as casas se parecessem entre si, contudo nada mencionavam sobre a divisão interna da residência e se influenciaram na "mesmice" observada por Vauthier, como atesta Reis Filho, agiram apenas na aparência externa.

Fato que, na opinião de Carlos Lemos, não derruba a teoria das casas brasileiras serem todas iguais, falando que:

> "Os governantes não interferiam na organização interna das residências, cujas plantas, no entanto, eram extremamente semelhantes entre si, como se houvesse acordo tácito coletivo entre os moradores das cidades: todos habitando da mesma maneira, todos, pobres e ricos. Só variava a quantidade de cômodos" (LEMOS, 1999, p. 13).

Contudo, é exatamente a diferença na quantidade de cômodos, como também na maneira de dispô-los, que vai fazer com que Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005), em sua recente pesquisa sobre as casas cariocas, levante uma opinião contrária e questione essa posição, aparentemente unânime, sobre as formas de morar, pelo menos no Rio de Janeiro de 1750 a 1850, o que quebra a suposta unidade da casa em todo o território nacional durante todas as épocas.

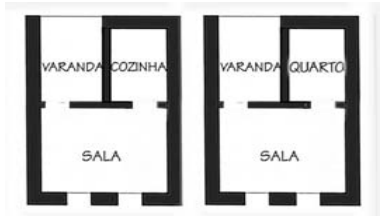
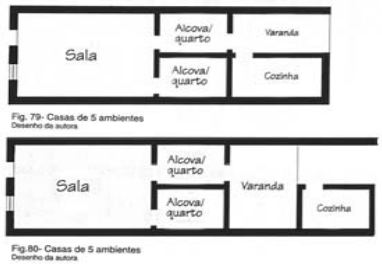
Na sua tese de doutorado, Santos afirma que "não foi possível identificar na amostra dos inventários nenhum imóvel que pudesse ser considerado uma matriz elementar" (2005, p. 203), muito pelo contrário, nos inventários que serviram de fonte primária para sua pesquisa, ela comenta que "foram encontrados quarenta e seis programas diferentes, muitos ocorrendo uma vez só" (2005, p. 207).

Algo que poderia comprometer a presença significativa da varanda nas moradias cariocas desse período diante da variedade programática encontrada, se não fosse a existência desse ambiente em diversos exemplares coletados pela autora, o que representa a sua importância para os hábitos de moradia dos cariocas tanto no período colonial que adentra o século XIX, quanto no império.

No levantamento realizado por Santos, "as casas térreas predominam nos inventários, numa proporção de 73,40% da amostra" (2005, p. 288), por isso, dentre os 305 imóveis relatados em seu trabalho, 229 casas eram térreas e 76 sobrados, sendo que 63 com um pavimento acima do térreo e 13 com dois pavimentos elevados.

As casas térreas encontradas variavam de dois a sete ou mais ambientes, organizados de maneira distinta, mas com exceção das casas com dois ambientes, no total de dois imóveis, todas as outras apresentavam, pelo menos, dois partidos com varanda, a qual sempre estava presente quando a casa continha cinco ou mais cômodos, conforme o quadro1.

Quadro 1 - presença da varanda nos programas de casas térreas do tecido urbano carioca entre 1750 e 1850

CASAS TÉRREAS NO MEIO URBANO						
QUANTIDADE DE AMBIENTES	**QUANTIDADE DE IMÓVEIS**	**QUANTIDADE DE PROGRAMAS ENCONTRADOS**	**QUANTIDADE DE PROGRAMAS SEM VARANDA**	**QUANTIDADE DE PROGRAMAS COM VARANDA**	**PROGRAMAS COM VARANDA (imagens e textos retirados da tese de Ana Lúcia Vieira dos Santos)**	
2	2	1	1	0		
3	25	4	2	2		"foram encontrados vinte e cinco imóveis nesta categoria [...] planta em que dois aposentos abrem diretamente para a sala que ocupa toda a parte da frente. Esses dois ambientes podem ser um dormitório e uma cozinha, dois dormitórios, cozinha e varanda ou ainda dormitório e varanda" (SANTOS, 2005, p.215 - 218)
4	9	5	3	2		"todas as casas de quatro ambientes têm sala e cozinha. Os outros dois compartimentos podem ser quarto, alcova, varanda e, em um caso, gabinete [...] As casas em que um dos aposentos é uma varanda são as de menor frente. É possível que a varanda funcionasse como uma circulação aberta para os fundos, ou ainda que a cozinha constituísse um puxado construído posteriormente. Neste caso, o preparo das refeições na casa primitiva seria feito na própria varanda ou ao ar livre" (SANTOS, 2005, p.227 - 230)
5	32	2	0	2		"O programa mais comum é sala, 2 alcovas, varanda e cozinha" (SANTOS, 2005, p.232) "Na maioria dos casos, essa necessidade (cômodos de uso geral) é suprida pela varanda" (SANTOS, 2005, p.239)
6	não mencionado	"O módulo da tipologia anterior (5 ambientes) de cozinha e varanda, é acrescido de despensa" (SANTOS, 2005, p.240)				
7 ou mais	não mencionado	"estas casas ocorrem raramente no tecido urbano carioca [...]. A complexidade dos programas já dificulta as tentativas de reprodução das plantas, mas é bastante provável que as circulações ainda se resolvessem através das chamadas 'salas de dentro', varandas e despensas" (SANTOS, 2005, p.243)				
CONCLUSÃO DA TESE DE ANA LUCIA VIEIRA DOS SANTOS	"quando a sala de jantar aparece nas casas térreas, vamos encontrá-la na parte de serviço, às vezes substituíndo a despensa ou a varanda ou a elas associadas [...]. A despensa e a varanda, assim como a sala de jantar, eram aposentos de função múltipla, onde se desenrolava o cotidiano da família, sob o comando da dona de casa. As nomeclaturas mesmo se confundem, podendo-se dizer que 'sala de jantar' é o termo mais recente para denominar o que antes se chamava 'varanda', 'despensa' ou ainda 'sala de dentro' " (SANTOS, 2005, p.246) "Nas casas térreas é o setor de serviço que cresce primeiro, especializando-se em varandas, despensas e cozinhas " (SANTOS, 2005, p.293)				

Fonte: prórpia com base nos dados coletados na tese de Doutorado em História de Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005)

As varandas que aparecem nas amostras de Santos (2005) são todas voltadas para os fundos do terreno, ligando a casa com a cozinha e o quintal. Ambiente que, de acordo com Carlos Lemos (1996), como já comentado, era o lugar onde se faziam as refeições, chamado também, de sala de jantar ou de viver. Varandas servindo como ambiente de acesso à moradia, conforme a pesquisa realizada por Santos (2005), não aparecem nas casas térreas do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro, diferentemente das construções rurais que, segundo Calvente (2001), não deixavam de fazer uso delas para esse fim.

É relevante, no entanto, atentar para o fato de que, neste período da história, o trabalho ocorre dentro do espaço doméstico, utilizando-se, no meio urbano, os cômodos dianteiros da construção ou todo o pavimento térreo, quando nos sobrados.

A necessidade de um anteparo na frente da edificação não existe quando se pretende na verdade atrair quem vem de fora. Situação esta que explicaria a ausência de varandas na frente das casas térreas e a presença delas, mesmo que elevadas, nas residências assobradadas, recebendo a denominação de sacada, balcão ou mesmo de galeria suspensa (fig.15).

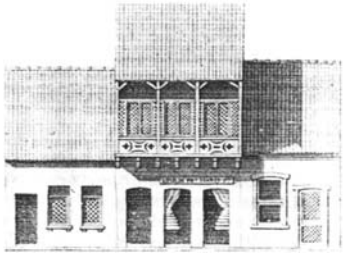


Fig.15: ilustração de Vauthier de um sobrado com galeria fechada entre duas casas térreas

Fonte: VAUTHIER, L.L. Casas de residência no Brasil. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol.7 Rio de Janeiro: MES, 1943, p.131.

Realmente, a pesquisa realizada por Santos (2005) sobre as moradias cariocas, quando aborda o sobrado, relata sobre a existência de varandas fazendo referência às sacadas ao falar que “os prédios de dois andares deveriam ter janelas rasgadas (como também são chamadas as sacadas) no primeiro piso e de peito no segundo ou sacadas em ambos” (SANTOS, 20005, P. 276).

As casas assobradadas, de acordo com Santos (2005), então, possuíam dois tipos de varanda, uma voltada para frente e elevada e outra para os fundos do terreno, quando o pavimento térreo não era todo ocupado pelo comércio ou quando o pavimento elevado mantinha a mesma distribuição encontrada nas casas térreas, o que, segundo a autora, era mais comum nos sobrados de um andar.

Assim sendo, no período colonial, seja nas habitações rurais ou nas urbanas, a varanda se faz presente na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, segundo o parecer dos diferentes estudos aqui apresentados sobre as formas de morar, certamente por já apresentar vínculos com o modo de vida do carioca, o que faz com que ela permaneça mesmo quando a colônia recebe os primeiros sinais de modernidade no século XIX, caminhando em direção á independência e ao império.

1.4 – A Varanda diante dos Primeiros Sinais de Modernidade das Moradias Cariocas Oitoentistas

No final do século XVIII e início do século XIX, a arquitetura doméstica carioca, principalmente a do meio urbano, sofrerá profundas modificações com a transferência da família real para o Brasil e a elevação da então colônia à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Transformações que se tornam ainda mais relevantes com a chegada à cidade do Rio de Janeiro da Missão Artística Francesa, em 1816, fato que afetará o campo da arquitetura e até mesmo do urbanismo. Como destaca Gilberto Freyre, uma "espécie de revolução francesa: a do sistema e dos métodos de construção, a dos estilos e gostos de habitação e dos próprios hábitos brasileiros de vida doméstica" (1943, p.110) que propaga os primeiros sinais da modernidade.

O espaço da varanda é logo impactado por essa realidade "moderna" que, no campo da arquitetura, é, para Lemos (1996), construir segundo o critério da corte. Critério este que primeiro afeta as casas urbanas, mas que depois se difunde por todo o território brasileiro, influenciando, também, a moradia rural.

Um ano após a família real aportar no Brasil, exatamente em 1809, as peças de vedação que vestiam as varandas e sacadas, como muxarabiês, gelosias e treliças "que, para a sensibilidade dos dias presentes, são bonitas, tiveram que ser retiradas dos sobrados" (SANTOS, 1981, p.32) por determinação de D. João VI ao desembargador Paulo Fernandes Vianna, então intendente geral da polícia[7], "que ficou encarregado de limpar a cidade, eliminando, principalmente, aqueles citados guarnecimentos mouriscos" (LEMOS, 1996, p.46).

Fechamentos de influência moura que envergonhavam a coroa portuguesa, mas que refletiam os hábitos dos brasileiros e que, por isso, resistiram por mais algum tempo, mesmo com a ordem do príncipe regente, sendo "preciso um acesso de cólera imperial para ativar o desaparecimento das rótulas [...] e em breve um decreto da Câmara Municipal deu a esse desejo força de lei" (VAUTHIER, 1943, p.174).

Vauthier fala que, depois da atitude que D. Pedro I tomou a esse respeito, "as varandas não conservaram mais senão um painel inteiriço à altura do parapeito e, às vezes, os marcos e as peças transversais que emolduravam os caixilhos gradeados" (1943, p.174).

Os relatos desse engenheiro e arquiteto francês, para quem Gilberto Freyre dá "direito a lugar seguro na bibliografia não apenas técnica, porém crítica e mesmo sociológica [...] sobre a arte de construção" (1943, p.100), reforçam a opinião de Lemos que, mesmo adepto da visão de unidade da casa brasileira, fala que, a partir do século XIX, há duas modalidades: uma que representa as construções já existentes, que ele chama de tradicional, e outra correspondendo ao padrão da corte, que vai em direção ao estilo neoclássico, com a vinda da Missão francesa (fig. 16).

[7] Nesta época, sobre as construções, tinham jurisdição as casas de obra junto com a polícia.

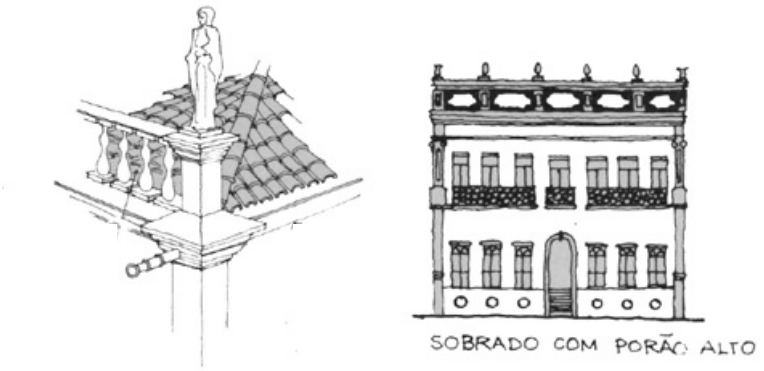


Fig. 16: sobrado neoclássico com porão alto, platibanda e caixilhos de vidro no lugar dos escuros.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.41.

Diferentemente das casas coloniais, os sobrados neoclássicos apresentavam uma composição simétrica da fachada. Eles tinham seus telhados escondidos por platibandas onde a água da chuva era recolhida por sistemas de calha, não sendo despejadas diretamente na rua, como também apresentavam porão alto, por vezes habitável, liberando o primeiro pavimento do contato com o solo e, desta forma, com a umidade.

Contudo, no que diz respeito à varanda, a principal diferença estava nos elementos de vedação e proteção (guarda-corpo), assim como no seu dimensionamento. Encaixadas na alvenaria e sustentadas pela pedra, as varandas, agora chamadas de sacadas ou de balcões, tinham peitoril de ferro e apresentavam pouco balanço (fig. 17), muito em função da caixa da rua ser estreita, restringindo saliências nas fachadas situadas no alinhamento do terreno.

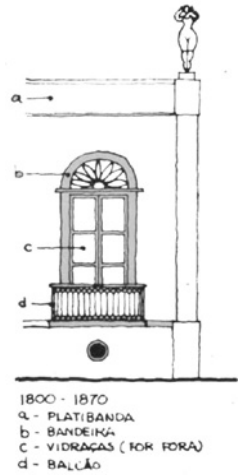


Fig. 17: esquema da presença da varanda nos sobrados neoclássicos.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.161.

> A Rua da Alfândega tem apenas dezoito pés de largura, e tal é, em geral, a largura das ruas na parte velha da cidade [...] (que) os carros quando se cruzam, quase tocam as casas de um e outro lado. Pela mesma razão, não se permite escada saliente ou qualquer coisa que sobressaia da fachada (THOMAS EWBANK apud CADERMAN, 2004, p. 25).

Essas sacadas e balcões das residências neoclássicas desfrutam de novos materiais oriundos ou proliferados pela revolução industrial e que chegam ao Brasil a partir da abertura dos portos às nações amigas, primeira decisão tomada por D João VI ao aportar no Brasil, e se a retirada das peças de influência moura tinha o objetivo de civilizarem as cidades, essa atitude também visava à comercialização dos produtos industrializados ofertados pela "mais amiga das nações", a Inglaterra.

O vidro plano e transparente, por exemplo, mais acessível com a industrialização, vem substituir os escuros, janelas de tábua de madeira que vedavam as fachadas tanto nas casas urbanas como nas moradias rurais.

As casas começam a ser invadidas pela luz do sol que, a princípio, atravessa as paredes com o uso do vidro nas aberturas laterais e que mais tarde, no meio urbano, vai penetrar pelas coberturas com o emprego dos lanternins e das clarabóias. Solução de iluminação e ventilação zenital nas construções urbanas mal arejadas e iluminadas dos lotes "charutos". A alcova característica da moradia do brasileiro estava com seus dias contados (fig.18).

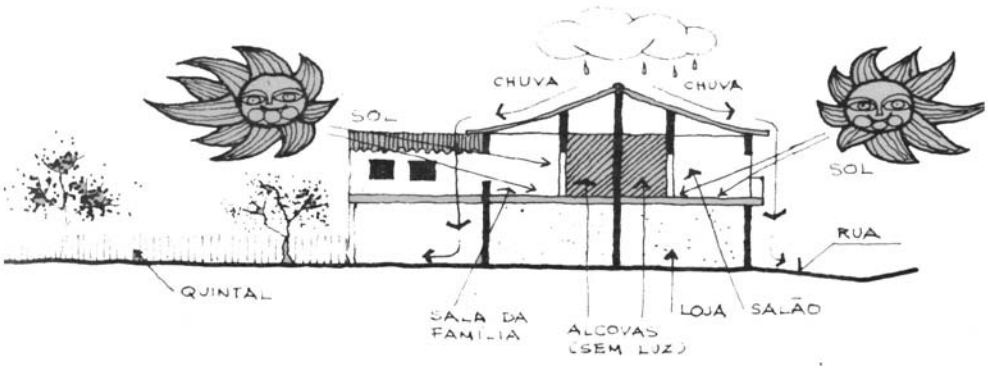


Fig.18: corte esquemático de um sobrado colonial, retratando as alcovas no centro da habitação.
Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.161.

As modificações que alteravam a linguagem da arquitetura doméstica brasileira, tanto nos centros urbanos como na zona rural, eram higienizadoras. Rybczynski (1996) diz ser durante o século XVIII que a Europa se preocupa em iluminar e, principalmente, ventilar seus ambientes lotados de cinzas em virtude das lareiras e, com a chegada da corte, essa atitude também começava a fazer parte dos hábitos brasileiros, principalmente dos cariocas que conviviam de perto com a família real domiciliada no Rio de Janeiro.

Essas edificações ditas "modernas" para a época, no entanto, continuavam a ter, nas suas fachadas, a presença marcante da varanda, mesmo se essa se apresentava como sacada, o que pode ser observado pelas anotações de Darwin[8] em seu diário na ocasião de sua visita ao Rio de Janeiro, durante sua expedição a América do Sul, em 1832 (fig. 19).

[8] O naturalista Darwin e o pintor alemão J. M. Rugendas, que retratou em suas ilustrações os costumes dos brasileiros, visitaram o Brasil, praticamente, na mesma época, podendo as litogravuras desse último, representar graficamente o texto do primeiro.

> Pela manhã desembarquei com Earl nas escadarias do Palácio (Paço Imperial); nós então caminhamos pelas ruas, admirando sua aparência alegre e povoada [...] pelas cores alegres das casas, ornadas por sacadas, pelas numerosas igrejas e conventos, pelo número de pessoas apressadas pelas ruas, a cidade ganha uma aparência que é sinal da capital comercial da América do Sul (FOLHA CULTURAL, 2008, p. 12, grifo nosso).



Fig.19: Litogravura de Rugendas: *rua direita no Rio de Janeiro* (rua 1º de março no século XIX*)*.
Fonte: RUGENDAS, J. M.. Viagem Pitoresca Através do Brasil. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

Isso demonstra que, apesar das alterações, a varanda ainda era importante para os hábitos de moradia, expressando o modo de vida do carioca, e ela continua presente mesmo com a independência e com as intensas mudanças que, principalmente a partir de meados do século XIX, ocorrerem no Brasil imperial.

Durante o segundo reinado, a industrialização, que já oferecia novos materiais, oferta também o aprimoramento das técnicas construtivas. As casas, servidas de água e esgoto, libertam seus tigres[9]. Agora existem os banheiros, ou melhor, as salas de banho. As construções cada vez mais utilizam materiais industrializados e importados, encomendados por catálogos. Quando o século XX se aproxima, então, a abolição e o início da imigração afetam diretamente o funcionamento da casa, dependente desde sempre da mão-de-obra escrava. As varandas, todavia, ainda podem ser vistas, seja nas casas rurais, nas chácaras ou nos sobrados urbanos.

Na zona rural, a arquitetura do café apresenta diferenças em relação à casa-grande dos engenhos de açúcar, mas um ponto em comum é a presença da varanda, como mostra a pesquisa realizada por Calvente (2001) sobre as sedes de fazenda na região de Quissamã no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com a conclusão de seu trabalho aqui já comentada, a varanda sempre aparece como acesso frontal, seja nas construções coloniais que, seguindo a visão de Lemos (1996), ele chama de tradicionais, seja nas sedes que seguem o estilo neoclássico ou nas que apresentam o padrão eclético.

[9] Tigres – Barris onde, antigamente, se transportavam, para despejo, as fezes humanas, podendo também significar os escravos que faziam esse transporte.

A casa da Machadinha (fig. 20), construída entre 1863 e 1867, é um exemplar do período neoclássico que, segundo Calvente, “passa a integrar [...] os padrões da corte no meio rural” (2001, p. 82) sem deixar de apresentar a varanda como acesso a residência, mesmo locada na fachada lateral.

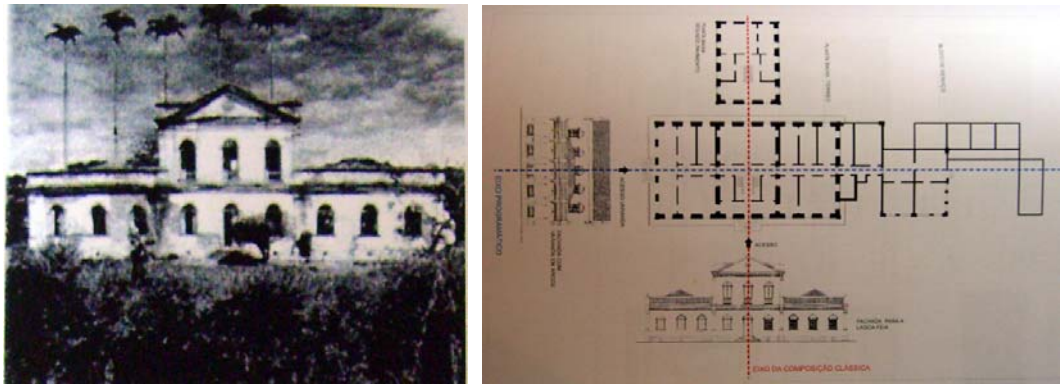


Fig.20: casa de Machadinha com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 95 e 96.

Na visão do autor, a existência de “duplo acesso do exterior, um pela varanda lateral e outro pelo eixo da edificação [...] (aponta) o duelo instaurado entre os hábitos cotidianos da forma de morar tradicional brasileira e as imposições formais do estilo neoclássico europeu” (2001, p. 85 e 87) que se torna evidente pela varanda, mesmo localizada na lateral, servi de acesso principal, conforme os depoimentos colhidos por Calvente. Esse duelo, para ele, atinge uma conciliação na casa da Mandiqüera (fig. 21), erguida em 1875, onde “a varanda desempenha um papel destacado na composição” (2001, p. 103).

> Na Mandiqüera [...] a varanda, que desfruta posição destacada no projeto, é o ponto de ligação dos ambientes do setor social. Além de servir da nave para a capela, que se situa em posição central, no eixo de simetria da composição, dá aceso a duas salas de receber, uma social e outra comercial, escritório do proprietário (CALVENTE, 2001, p. 100 e 101).

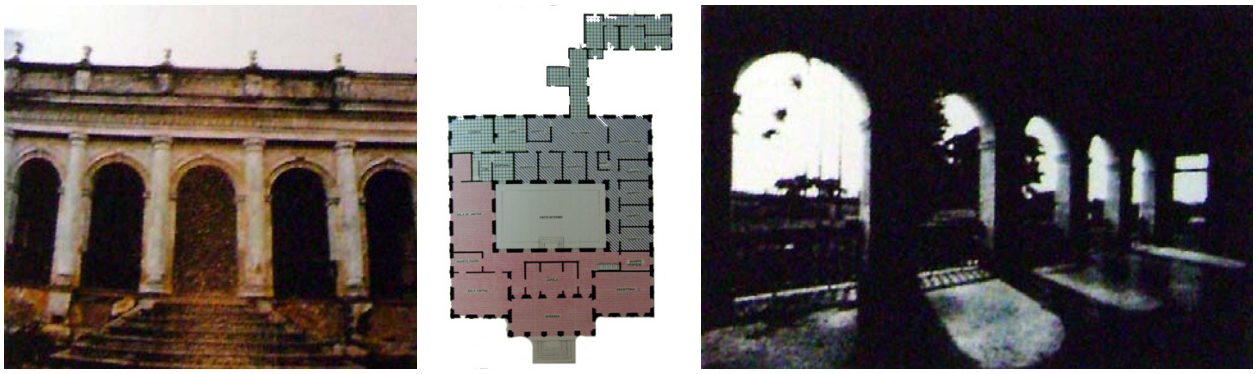


Fig.21: casa de Mandiqüera com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 107 e 108.

A casa de São José e a casa de São Manoel, exemplares apresentados por Calvente (2001) como sendo do terceiro ciclo de construção da região de Quissamã, são do final do século XIX e já comportam características do ecletismo, o que, no entanto, não interfere na presença da varanda.

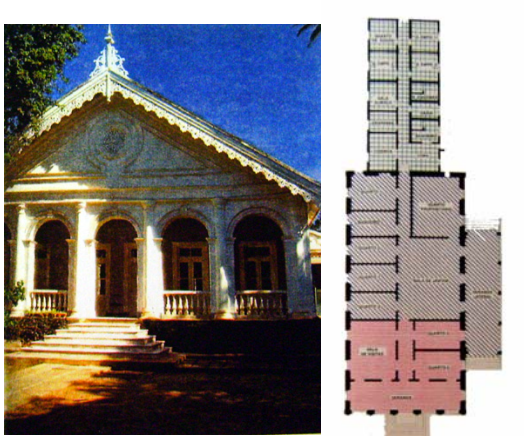


Fig.22: casa de São José com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 121 e 122.

Na casa de São José (fig. 22), por exemplo, construída em 1880, oito anos antes da promulgação da lei Áurea, “o acesso é feito pela varanda frontal [...] que ocupa toda a largura da construção, comunicando-se com o escritório, quarto de hóspede, sala de visitas e com o corredor central, compondo o setor social” (CALVENTE, 2001, p. 116). Já em São Manoel (fig. 23), concluída em 1886, o autor não parece ter certeza da presença da varanda, dizendo que:

> O acesso principal da casa é feito pelo pórtico central, através de uma elegante escada [...]. Este espaço [...] reproduz o espaço da varanda [...], mas é fechado por janelas. A dupla mensagem é tão marcante que fica difícil nomear o espaço, se varanda ou sala de visitas. Na verdade não é nem uma nem outra, e ao mesmo tempo funciona muito bem como espaço distribuidor da circulação (CALVENTE, 2001, p. 129).

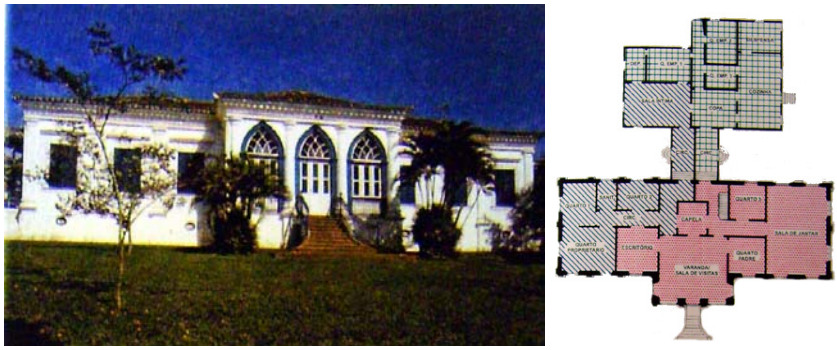


Fig.23: casa de São Manoel com sua planta baixa ao lado

Fonte: CALVENTE, E. A.. Arquitetura e tradição familiar – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001, p. 132 e 133.

Contudo, ao analisar o partido arquitetônico, Calvente acaba afirmando a sua presença, concluindo que “em São Manoel a varanda é fechada por janelas” (2001, p. 130) e constatando a existência desse ambiente em todos os exemplos que compõem os três ciclos de construção por ele estudados.

Da mesma maneira que nas sedes de fazendas, nas casas de chácara oitocentistas que serviam como uma alternativa entre a vida rural e o viver sempre mais tumultuado do meio urbano, a varanda é um ambiente comumente encontrado. Neste tipo de moradia, normalmente destinada à classe mais abastada da população, Paulo Santos (1981) afirma ser a varanda sua parte mais característica, descrevendo as chácaras como “casas avarandadas (que) teriam, provavelmente, decorrido das casas de engenho” (1981, p.37). Debret, nas primeiras décadas do século XIX, também faz referência em seus registros à “pequena chácara [...] (como) habitações rurais que são, em geral, simplesmente térreas e que tem comumente [...] varandas” (1940, p. 260) (fig. 24).



Fig.24: ilustração de Debret da casa de chácara, intitulada: casa de campo

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil.* Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940, prancha 42.

Realmente, em seu estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro, Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005) identificou, através dos inventários, a presença desse ambiente nas chácaras, tipo de construção que no Rio de Janeiro, segundo a autora, “antecede a chegada da Corte em 1808, embora, certamente, tenha se intensificado após esse fato“ (2005, p.134).

> Em fins do século XVIII, áreas muito próximas ao núcleo tradicional da cidade, como Laranjeiras, Botafogo ou Engenho Velho, eram ocupadas por propriedades agrícolas, fossem elas de pequena ou grande extensão. [...] É no período em estudo (1750 – 1850) que a chácara começa a se configurar como propriedade de recreio ou mesmo opção de moradia, sem que fosse necessário um isolamento acentuado da vida urbana (SANTOS, 2005, p. 134).

Como exemplares de chácara, Santos encontrou a propriedade de Leonarda Maria da Conceição, na Glória, que possuía “uma varanda de arcaria ladrilhada” (2005, p. 117), a propriedade de José Francisco Oliveira, em Macacu, Engenho Velho, que “tinha na frente uma varanda” (2005, p. 118) e a propriedade de Leonor Alves de Castro Rozo, em Laranjeiras, apresentando “uma varanda lateral que dava para um pátio e um telheiro” (2005, p. 125).

Assim como nas moradias rurais ou nas casas de chácara, as varandas também se fazem notar nas habitações urbanas da segunda metade do século XIX. A sacada continua presente nas fachadas que dão para a rua dos sobrados, da mesma forma que a varanda, ou sala de viver, se encontra voltada para o quintal.

Na pesquisa realizada por Santos (2005), entre as amostras coletadas por ela onde se vê esses dois tipos de varanda, há também exemplares datados de 1850, em virtude do recorte temporal de seu trabalho, indicando a presença desses ambientes em meados do século XIX.

Reis Filho (1987) comenta que naquela época ainda vigorava o urbanismo colonial e só com a sua modificação é que se realizam novos tipos de loteamentos, possibilitando uma outra implantação do edifício. Possibilidade essa que acarreta uma nova tipologia de residência e, conseqüentemente, de varanda.

Quando as construções começam a ser situadas em terrenos de dimensões mais proporcionais, de frente bem maior do que a dos lotes charutos, elas começam a apresentar afastamento lateral, demonstrando a importância cada vez maior dada ao arejamento e à iluminação. Neste afastamento, normalmente só de um dos lados, havia, com vasta freqüência, um jardim particular e, ligando-o ao nível da residência elevada pela existência do porão, as varandas novamente alpendradas. (fig. 25).



Fig.25: exemplo da implantação com jardins e alpendre lateral na rua Paissandú, Flamengo, RJ
Fonte: própria da autora

A varanda alpendrada, que havia desaparecido das casas urbanas assobradadas, implantadas nos lotes “charutos”, reaparece nessa nova tipologia de casa, dentro da linguagem da arquitetura do ferro e do vidro. O alpendre lateral das moradias urbanas da segunda metade do século XIX é composto, freqüentemente, por cobertura de vidro e por esteios de ferros que, na opinião de Reis filho, representam “os conjuntos metálicos de maior importância, nas moradias, [...] importância funcional, plástica e construtiva que [...] pode ser comprovada por sua variedade e freqüência” (1987, p.166).

Essas alterações que ocorrem com a varanda são reflexos da industrialização e dos avanços tecnológicos da época, isto é, da modernidade que chega ao Rio de Janeiro junto com a família real, percebida com mais intensidade a partir da segunda metade do século XIX e que conhecerá seu apogeu durante o século XX sem, contudo, afetar a presença da varanda nas casas cariocas.

1.5 - A Varanda nas Moradias Cariocas no Início do Século XX

O século XX nasce com o legado da industrialização e com a responsabilidade de se modernizar cada vez mais. A sociedade moderna, que tem seu início lá no século XV, na renascença, vê a ciência leva-lá à técnica no século XIX e esta ao auge da modernidade que aflora no começo do século XX (fig. 26).

> [...] Advento da chamada Segunda Revolução Industrial, também intitulada de Revolução Científico-Tecnológica, ocorrida de meados do século à sua plena configuração em 1870. Apesar de ser comumente denominada de 'segundo momento da industrialização', a Revolução Científico-Tecnológica na realidade é muito mais complexa, ampla e profunda do que um mero desdobramento da primeira, como o nome poderia sugerir. Ela representava de fato um salto enorme, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em relação à primeira manifestação da economia mecanizada (SEVCENKO, 1998, p.8).



Fig.26: A consagração da ciência positivista: a ciência presidindo e dirigindo as indústrias, o progresso e a civilização, sala dos Atos da Universidade de Oxford Inglaterra.

Fonte: SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.).História da Vida privada no Brasil: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

No Brasil, agora republicano, as duas primeiras décadas desse século são marcadas por um período de transição dos hábitos de moradia que já pode ser observado desde o final do século XIX.

> Nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos [...]. Essas transformações drásticas do modo de vida ocorreram concentradamente em especial entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX [...] quando o impacto da Revolução Científico-Tecnológica se faz sentir na sua plenitude, alterando [...] os hábitos e costumes cotidianos (SEVCENKO, 1998, p.7-11).

Mudanças que afetam o espaço doméstico carioca e, com isso, a sua varanda, principalmente no meio urbano para onde este estudo se voltará daqui em diante, visando o objeto desta pesquisa.

Além dos benefícios já sentidos pela habitação oitocentista, tanto pela higienização promovida por maior iluminação e ventilação dos ambientes, quanto pelos serviços de água e esgoto, a casa carioca do início do século XX mostra um funcionamento cada vez mais racional. Uma racionalidade que se reflete numa setorização praticamente cartesiana dos ambientes domésticos dentro da tripartição social, íntimo e serviço, levando ao surgimento de um novo compartimento, o *hall*, que junto com o corredor interno operam como as linhas de produção das fábricas, colaborando para a organização estanque dos setores.

Organização que antes era promovida muitas das vezes pela varanda, corredor externo da moradia, que evitava o trânsito inconveniente de pessoas estranhas no ambiente privado da casa e que, ainda no século XX, mesmo com a existência do corredor interno e do hall, se mostrava útil no exercício dessa função.

> Novidade programática foi a definição de novos critérios de circulação dentro da casa [...] (que) havia de proporcionar total independência entre as zonas da casa: as áreas de estar, repouso e a do serviço [...]. Essa exigência fez surgir uma nova dependência na casa burguesa, o vestíbulo (ou hall), distribuidor dos passos [...], influenciando o planejamento de grande parte das casas da classe média. Esta, no entanto, como veremos, não chegou a abdicar muitas vezes da velha varanda, passagem forçada a quem quisesse ir à cozinha, ao quintal, ao banheiro e até ao dormitório (LEMOS, 1996, p.52).

Assim, a varanda que, durante a segunda metade do século XIX, aparece locada nas laterais da casa, para onde se abriam alguns dos cômodos, continua presente no século seguinte nas residências de estilo eclético.

> Varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore [...]. Em inúmeros casos, o alpendre de ferro iria funcionar, até certo ponto, como corredor externo. Para ele abririam as portas das salas de visitas e almoço, janelas ou portas de alguns dos quartos e, por vezes, mesmo as portas da cozinha (REIS FILHO, 1987, p.46).

No final do século XIX e início do século XX, a liberdade da arquitetura do lote já é completa. Como comenta Reis Filho, “para uso das classes mais abastadas, nos anos seguintes a 1918, surgiram os ‘bairros-jardim’, sob a influência intelectual de [...] esquemas ingleses da ‘cidade-jardim’” (1987, p.71), proposta urbanística que visava solucionar os problemas oriundos da industrialização.

Nesses bairros, a edificação é obrigatoriamente afastada dos lotes e nelas as varandas ecléticas do início do século XX, localizadas apenas numa das laterais da construção, quando esta se afasta só de um lado do limite lote, ou rodeando toda a edificação, quando esta se situa em centro de terreno, ainda “ostentam guarda-corpo de ferro batido e um arremate de madeira, conferindo-lhes uma indiscutível semelhança com os velhos sobrados residências dos tempos de colônia. Esses traços persistiriam mesmo em edificações construídas entre 1920 e1930” (REIS

FILHO, 1987, p.61), quando elas também começam a apresentar varandas fechadas, comumente chamadas de jardins de inverno.

O jardim-de-inverno, outra influência marcante da Inglaterra “na arquitetura brasileira de quase todo o período em que influíram os esquemas do ecletismo” (REIS FILHO, 1987, p.176), era um ambiente fechado com esquadrias de vidro, normalmente chamadas de *bay window*, onde, “nas regiões de clima quente, localizavam-se ali, normalmente, as varandas de uso familiar” (REIS FILHO, 1987, p.76) (fig. 27).



“Esse típico casarão de Botafogo combina elementos de diferentes referencias estilísticas: telhado renascentista francês sobre *bay window* inglesa [...]. O avarandado é italiano e a escada acentua a assimetria incomum” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 113).

“Originalmente, um pitoresco cottage inglês com embasamento em pedra e alvenaria de tijolos aparentes, essa residência foi formada e ampliada três anos após sua construção. [...] a *bay window* balanceada no segundo piso, por exemplo, resultou enterrada no corpo avançado do térreo que hoje lhe serve de apoio” (CZAJKOWSKI, 2000, p. 113).



Fig.27: exemplo de uma casas ecléticas com varanda fechada com *bay window* (jardim de inverno)

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 113 e 114.

Nota-se com isso que, mesmo sob influência de padrões internacionais oriundos principalmente da Europa – padrões que atravessam o Atlântico e que chegam ao Brasil com muito mais rapidez do que antes, devido aos novos meios de transportes e de comunicação que surgem a partir da revolução industrial –, a moradia brasileira persiste em preservar traços característicos com a permanência de elementos da tradição construtiva, como a varanda.

Elementos que são ainda mais valorizados com o revivalismo estilístico, de prefixo *neo*, que se opunha às influências estrangeiras da *belle epoque*. O neocolonial, ao buscar um sentido de brasilidade, fazia das varandas, ambientes de destaque da casa, por representarem as construções tradicionais do Brasil (fig. 28).



Fig.28: Largo do Boticário: projeto neocolonial com a presença da varanda e muxarabiês

Fonte: CARDEMAN, D.; CARDEMAN, R. G.. O Rio de Janeiro nas Alturas. Mauad: RJ, 2004, p. 149.

Diante do quadro aqui apresentado da presença da varanda na moradia carioca desde sua assimilação pelos primeiros colonos até o início do século XX, pode-se afirmar que esse ambiente é praticamente constante nas habitações do Rio de Janeiro que, de acordo com a conjuntura de cada época, assume tipologias distintas, sem, contudo, deixar de estar presente. Fato que indica sua relação com os hábitos de moradia, os usos e costumes, o modo de vida do carioca, podendo ser considerada como parte de sua cultura material.

Como tal, é compreensiva a permanência da varanda na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro até mesmo quando a casa é radicalmente marcada por avanços tecnológicos, como a invenção do concreto armado e do elevador que ocorrem em fins do século XIX, que vão provocar no século XX a verticalização da construção e o surgimento de um novo tipo de habitação: os edifícios de apartamento que, na opinião de Roberto Segre constitui “um dos componentes fundamentais da modernidade carioca” (2000, p.13).

Segundo esse mesmo autor, o “Rio antecipou-se a outras cidades latino-americanas, e até mesmo a Miami, no que se refere à presença urbanística do prédio residencial, já bastante notória no final da década de 1930” (SEGRE, 2000, p.13) e é, certamente, uma das primeiras cidades a se verticalizar, condizentemente na época com seu desenvolvimento e adensamento populacional.

Realmente, desde a chegada da família Real e da Missão Francesa, no início do século XIX, no Rio de janeiro, esta cidade se torna uma das principais portas de comunicação do país com o exterior, recebendo influências, principalmente, do mundo europeu e, posteriormente, do norte-americano, o que a torna pólo de “irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro” (SEVCENKO, 1998, p.522).

Evidentemente, as soluções formais dos prédios de apartamento apresentavam uma gama de variações, mas vários eram os edifícios de apartamento construídos nessa época que mantiveram a varanda em suas fachadas, adaptando as soluções das antigas moradas.

Propagados ainda nas décadas de 1930 e 40, muitos dos edifícios de apartamento eram, muitas vezes, construídos nos antigos lotes “charutos”, onde, antes, existia o sobrado ou mesmo a casa térrea, edificados nos limites do terreno. Fato este determinante dos partidos arquitetônicos que “continuavam, como as casas, a ter frente e fundos, fachada e quintal” (REIS FILHO, 1987, p.80). Uma solução de projeto bem comum nesse caso parece, à primeira vista, excluir a varanda, mas ao se observar mais de perto, ela pode ser logo avistada.

Diferentemente das construções que antecederam os edifícios de apartamento nesse tipo de lote, na frente se vêem colocados os quartos, pois a privacidade dos aposentos está protegida pela altura da construção. As dependências de serviço, cozinha, lavanderia e aposento da empregada continuavam voltados para o “quintal”, os fundos, servindo, muitas vezes, à iluminação e ventilação do banheiro da casa. A sala, esta, apesar de voltada para frente, é iluminada e ventilada naturalmente apenas por um jardim de inverno, visto sua forma ser recortada para

viabilizar a nova disposição dos dormitórios. Disposição comumente chamada de planta "cachimbo", que solucionava o projeto de apartamentos em lotes "charutos".

Esse jardim-de-inverno, única ligação da sala com o exterior, contudo, pode ser visto como uma releitura das varandas laterais que serviam de acesso às casas (fig.29). Nesses tipos de apartamentos, operando como o jardim-de-inverno inglês da habitação eclética, elas estão fechadas, talvez devido aos ventos que são tão mais fortes quanto mais alto são os edifícios e, provavelmente, para bloquear o barulho das ruas que se propaga para cima. Entretanto, elas também aparecem abertas na sua função de amenizar o calor e de ligação entre o interior e o exterior, sendo chamadas de balcão ou de varanda embutida no corpo da fachada.

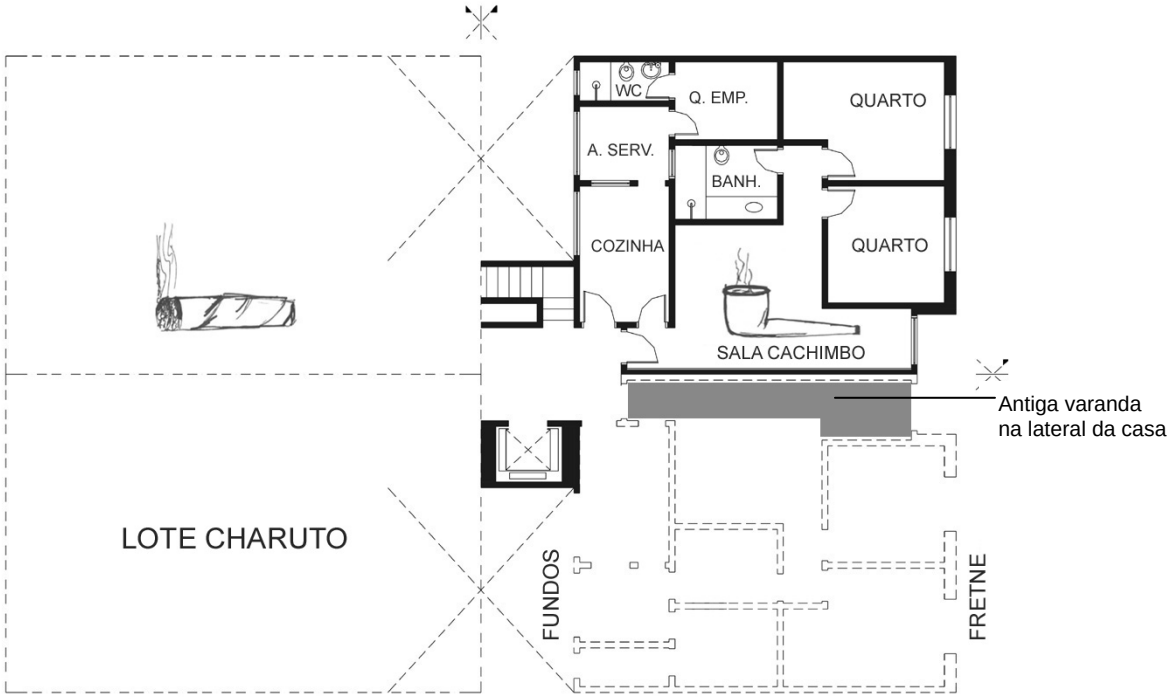


Fig.29: esquema de edifício com quatro apartamentos por andar, implantado em dois lotes charutos
Fonte: própria da autora



Por outro lado, se tais exemplares mantiveram uma distribuição similar às residências de outrora em função do tipo de lote, em terrenos de dimensões bem mais distribuídas construiu-se prédios que eram verdadeiros palacetes uns em cima dos outros e que "internamente procurava-se, por todos os meios, repetir as soluções de plantas e saletas e mesmo amplos alpendres, de modo a oferecer aos habitantes uma reprodução de seus ambientes de origem" (REIS FILHO, 1987, p.79, grifo da autora) (fig.30).

Fig.:30 – edifício de apartamento com varandas em estilo neocolonial
Fonte: acervo próprio, fotógrafo João Paulo Azevedo

Tal fato ocorria muito em virtude de, no início, haver uma resistência muito grande à aceitação dessa moradia vertical que colocava várias famílias umas em cima das outras, pois habitações multifamiliares permanentes, até essa época, se restringiam aos cortiços, abrigo das classes menos favorecidas, que mais lembravam um Brasil monárquico do que uma nação moderna e republicana. Era preciso construir esses mencionados palacetes que, mesmo "empoleirados", atraíssem os consumidores.

> A resistência à moradia coletiva, discriminada pelos discursos oficiais como sinônimo de todas as desgraças sanitárias presentes nas capitais brasileiras desde o Império, foi aos poucos arrefecendo diante da novidade constituída pelos apartamentos, inicialmente dirigidos aos segmentos mais abastados das grandes cidades. O receio de decair socialmente, advindo do desprezo para com as coabitações, foi vencido com [...] o apelo da denominação dos primeiros edifícios, 'palacetes', palavra consagrada, capaz de atenuar hesitações ou preconceitos (MARINS, 1998, p. 187).

As opiniões sobre os edifícios de apartamento eram, realmente, divergentes, como é possível notar comparando, por exemplo, os pronunciamentos do escritor Lima Barreto com os do editorialista da revista *A Noite ilustrada*, em 1930, sobre a demolição do Convento da Ajuda.

> Vão substituir o Convento da Ajuda por um hediondo edifício americano enorme, pretensioso e pífio (dizia Lima Bareto), uma casa, uma habitação com centenas de metros de altura [...] de forma que não se pode abranger de um só golpe de vista o conjunto e os movimento dos detalhes. Não é só monstruoso é besta e imbecil.
>
> (Já o editorialista da *Noite ilustrada* falava que) em dez anos, nos terrenos da Ajuda, ergueram-se os *skyscrapers* (arranha-céus) majestosos que dão à nossa grande artéria um ar de imponente *street* (rua) nova-iorquina. Esses gigantescos e audaciosos arranha-céus são símbolos do progresso vertiginoso que agita a Cidade Maravilhosa e assina a esplêndida eclosão do Brasil novo. Saudemos a cidade nova que cresce para as nuvens, digamos adeus à cidadezinha dos brados, a modesta cidade dos mestres-de-obra (informação verbal, CARNEIRO, 1996, vídeo).

Na visão de Gilberto Freyre, os arranha-céus além de serem uma expressão arquitetônica extremamente masculina, símbolos fálicos, na sua opinião, eram "estilos soberanamente indiferentes às condições regionais de vida e paisagem que invadiram nossas cidades maiores, [...] de tipo norte-americano ou de feitio alemão" (1979, p.48).

Realmente, nos primeiros prédios construídos em estilo *art deco*, até as varandas que apareciam embutidas no corpo da fachada ou, por vezes, em balanço sem cobertura, remetiam às soluções do continente europeu (fig. 31).

> [...] vários edifícios de apartamento, construídos dentro da síntese formal do *art deco* [...] admitiam varandas. A proposta, porém, [...] mostra-se como uma espécie de transição onde o sol é bem-vindo [...]. Uma reserva de sol e aquecimento [...] soluções que parecem extraídas diretamente de importantes revistas européias de arquitetura. (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999, p. 39)



Fig.:31 - edifícios em estilo art deco com varanda embutida no corpo da fachada em balanço sem cobertura

Fonte : CZAJKOWSKI, Jorge. (Org.).Guia da Arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 49, 56 e 93.

Contudo, dentro dessa polêmica, a realidade é que os edifícios de apartamento passaram a ser considerados moradia de vanguarda e foram ocupando os lotes disponíveis dos bairros residenciais para os quais a cidade do Rio de janeiro se expandia, no que, se tratando das classes economicamente dominantes, quer dizer para a zona sul.

> A construção de unidades habitacionais verticais começara no Rio de Janeiro desde fins da década de 10 (do século XX), em volta da praça Floriano Peixoto, e se intensificaria na década de 20 (do mesmo século), com uma crescente participação dos bairros da Zona Sul (MARINS, 1998, p. 189).

Certamente, “a exigüidade de terrenos nas regiões central e sul cariocas favoreceu uma ocupação intensa dos lotes disponíveis nos bairros exprimidos entre os maciços rochosos que pontuam a faixa litorânea da cidade” (MARINS, 1998, p. 189) (fig. 32), mas não se pode ignorar o fato do surgimento desse tipo de habitação que se tornou paradigma da modernidade coincidir com a expansão da cidade para o sul.



Fig.:32 – mapa parcial da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge. (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000.

Destinada, a princípio, às moradias rurais, fosse pelas fazendas que ali se formaram no período colonial ou, mais tarde, pelas chácaras, a zona sul carioca começou a atrair a população em sua direção durante o século XIX pela importância que ganha nesta época o banho de mar.

Deslocamento da região central do Rio de Janeiro nessa direção que é estimulada pelas linhas de bonde e pela política higienista da república, fazendo com que essa região no século XX seja o campo de proliferação dos edifícios de apartamento, essa nova tipologia de moradia que surge nessa mesma época e que vem compor o objeto de estudo em questão que são as varandas nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

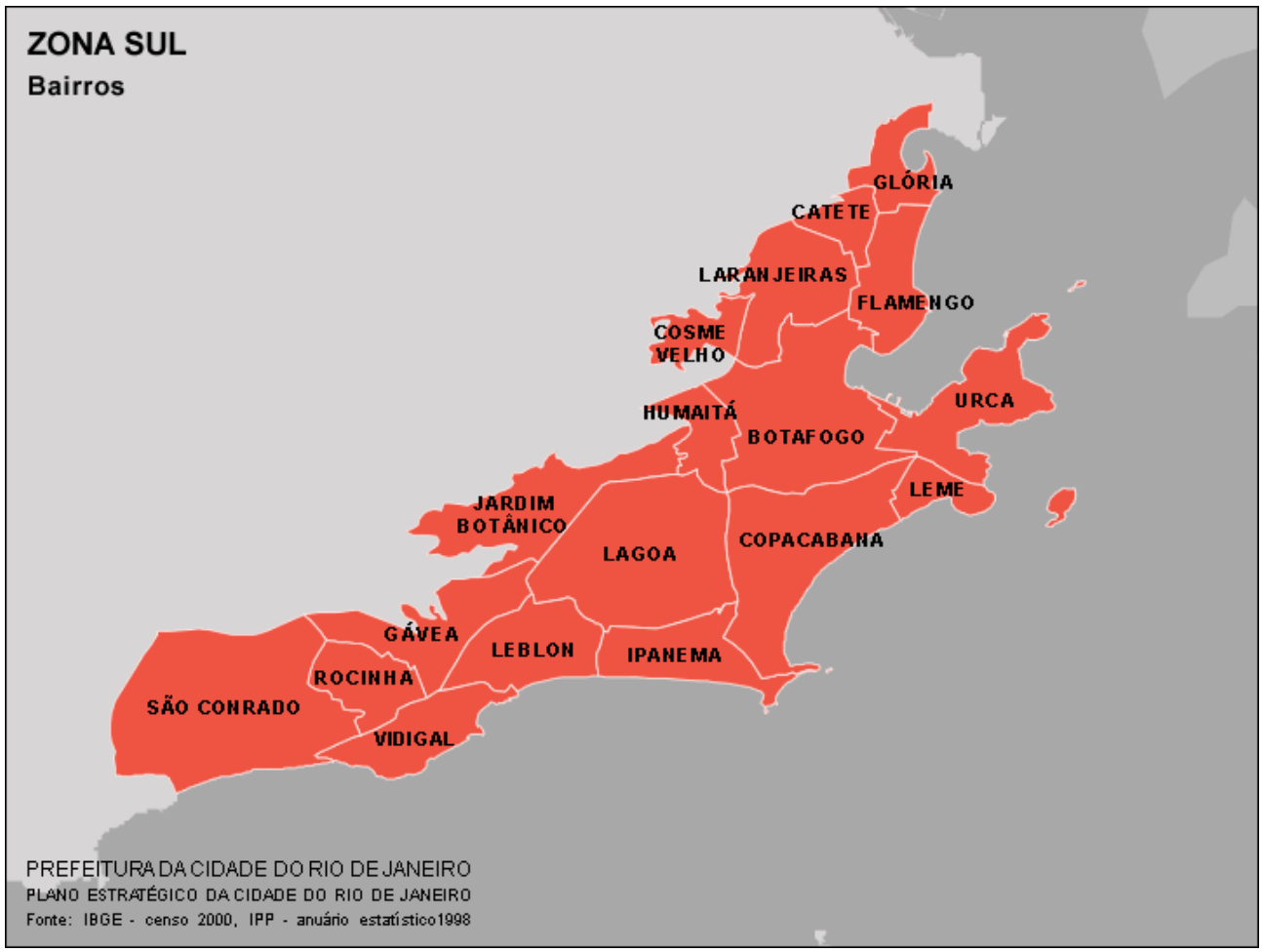
Tema este que vem fechar a visão panorâmica sobre a presença da varanda nas moradias cariocas – importante para a investigação posterior de seus significados -, e que será, a partir de agora, o foco deste trabalho.

1.6 – A Varanda nas Habitações Multifamiliares Permanentes da Zona Sul Carioca: o século XX e a contemporaneidade

O relato da presença da varanda na arquitetura doméstica carioca, dentro de sua abordagem cronológica, chega ao século XX e à contemporaneidade, atingindo, em fim, o objeto de estudo dessa pesquisa que são as varandas nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

Nessa parte da cidade do Rio de Janeiro, a varanda é comumente vista nas fachadas dos edifícios de apartamento que vieram a ocupar, em diferentes épocas, os bairros que formam essa região, a saber: Leblon, Ipanema, Copacabana, Leme, Urca, Botafogo, Flamengo, Catete, Glória, Laranjeiras, Cosme Velho, Humaitá, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea e São Conrado[10], sendo o próprio cenário urbano um registro iconográfico da presença desse ambiente, desde a época em que a habitação se verticaliza até a atualidade (fig. 33).

[10] Na última década do século XX, a comunidade do Vidigal e da Rocinha foram constituídos como bairros da zona sul, ficando a primeira vinculada à VI RA – Região Administrativa - e a última ganhando sua própria RA de número XXVII,mas como até esse momento apresentavam construções irregulares, esses dois bairros não farão parte desta pesquisa.



IPANEMA - LEBLON



COPACABANA



LEME



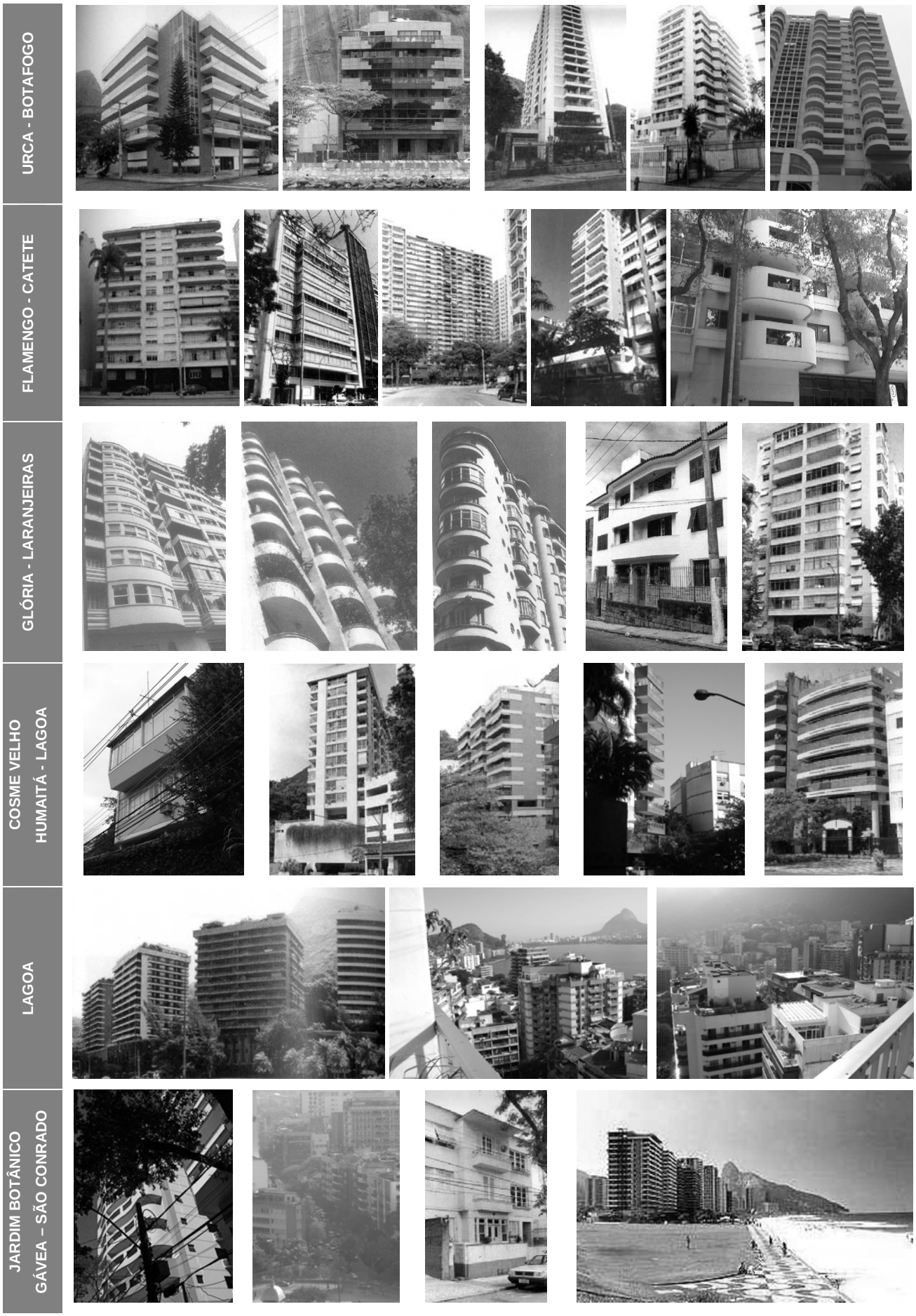


Fig. 33: presença de varanda nas habitações multifamiliares permanentes nos bairros da zona sul
Fonte: própria da autora

Embutida no corpo do edifício, onde muitas vezes sua presença se encontra disfarçada por fechamento realizado com esquadria de vidro, ou saliente às fachadas, quando, normalmente, aparece em balanço, a varanda é uma ambiente comum das moradias com o qual o transeunte se depara a cada quarteirão, mesmo em meio a exemplares que não a possuam em suas fachadas (fig. 34).



Fig.: 34 – quarteirão da rua Paula Freitas em Copacabana entre a Barata Ribeiro e a Tonelero, apresentando nas duas extremidades varandas com tipologias distintas

Fonte: própria da autora

Certamente, as diferenças de tipologias que fazem com que a varanda apresente como sinônimo diversas terminologias, conforme discussão anterior, estão relacionadas com a legislação vigente no período de construção de cada prédio, orientando o partido arquitetônico como um dos imperativos do projeto, mas isso só demonstra que cada um desses tipos caracteriza um determinado período da arquitetura e da ocupação dos bairros da zona sul pelos edifícios de apartamento que se proliferaram nessa região da cidade do Rio de Janeiro portando, inúmeras vezes, a varanda.

De fato, se tratando da presença da varanda nas habitações multifamiliares permanentes, no que se refere ao edifício de apartamento, a zona sul é um excelente cenário, pois a história da ocupação dos bairros dessa região se confunde com a história desse tipo de habitação e, consequentemente, de suas varandas.

Como comentado anteriormente, o surgimento dos edifícios de apartamento ocorre no início do século XX, época em que se intensifica a expansão da cidade do Rio de Janeiro do centro para o sul que tinha se iniciado pela interação de três fatores: a valorização da praia, a política higienista da república implementada pela reforma de Pereira Passos e a melhoria de acesso à região com a abertura de caminhos e túneis e a oferta de transporte coletivo que, em termos de zona sul, se refere às linhas de bonde.

> O transporte coletivo estimula a ampliação física da cidade [...]. Enquanto o bonde reforça o desenvolvimento de bairros nobres, onde moram as classes médias e altas (zona sul), o trem abre caminho para a formação dos subúrbios cariocas (ARAÚJO, 1993, p. 234)

Antes do surgimento dos bondes, já havia no período oitocentista outros meios de transporte coletivo que facilitavam o acesso às casas de chácara, locadas na região. Segundo Teixeira (2000), o serviço de diligência criado em 1817, chega em 1850 a Botafogo. As gôndolas que surgem em 1838, oferecem linhas para Botafogo a partir de 1858, atingindo Jardim Botânico e Laranjeiras em 1865. Os ônibus que serviam a região de Botafogo desde 1839, em 1842 chegam a Laranjeiras (fig. 35).



Fig.: 35 – transporte no século XIX: diligência (à esquerda); gôndolas (ao centro); ônibus (à direita)
Fonte: <http://www.museudantu.org.br/brasil2.htm>. Acesso em 08/08/08

Esses meios de transporte, todos de tração animal, juntamente "com a abertura e melhor conservação de caminhos [...] intensificou o movimento anterior de saída do centro para regiões da zona sul" (TEIXEIRA, 2000, p. 32) que já podia ser sentido no Rio de Janeiro mesmo antes da chegada da família real, como já comentado, mas, certamente, "é no final do século, a partir de 1870, com a introdução do bonde de burro [...] que o antigo espaço colonial ganha a feição de metrópole" (ARAÚJO, 1993, p. 234) (fig. 36).

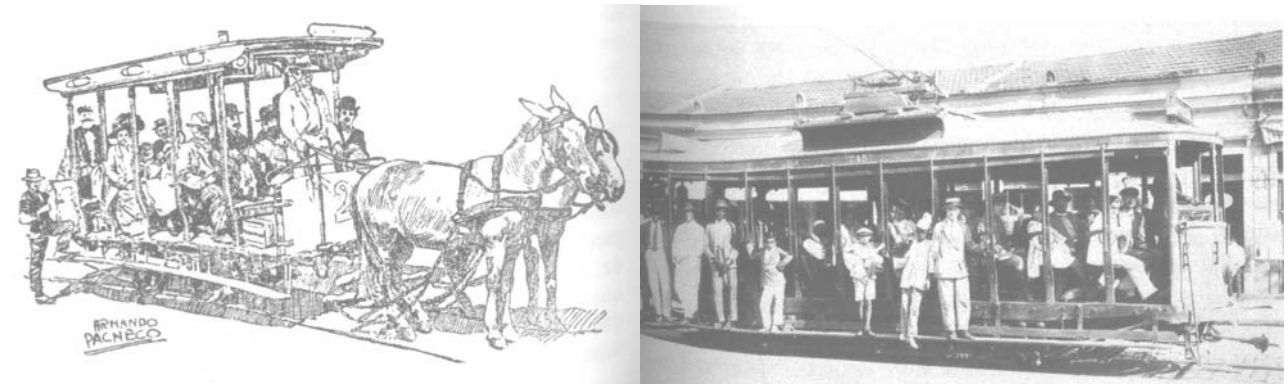


Fig.: 36 – transporte no Rio de Janeiro: bonde de burro (à esquerda); bonde elétrico (à direita).
Fonte: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 526 e 527.

Detentora desde essa data do monopólio de transporte na zona sul da cidade, a Companhia Jardim Botânico, segundo Teixeira (2000) possuía já em 1879 estações na Glória, Catete, Largo do Machado, Botafogo e Largo das Três Vendas, atual praça Santos Dumont na Gávea.

Entretanto, para servir a outros bairros localizados na zona sul do Rio de Janeiro, era necessário cruzar os morros que isolavam essas regiões e, neste caso, a “abertura dos túneis, aliada à extensão das linhas de bonde, foi decisiva para estender a cidade para além de Botafogo” (ARAÚJO, 1993, p. 320)

Em 1892 é inaugurado o túnel Alaor Prata, conhecido atualmente como Túnel Velho, facilitando o acesso à Copacabana, mas só na virada do século que chega ao bairro o bonde, já, então, eletrificado e se “movido à tração animal, ele já era um poderoso índice de urbanização, transformação tecnológica e ampliação do espaço público” (SEVCENKO, 1998, p. 527) com a eletricidade, ele impulsiona mais ainda o crescimento da zona sul, agora em direção à Copacabana – que já em 1906 ganha outro caminho de acesso com a inauguração do túnel Coelho Cintra, o chamado Túnel Novo – e, posteriormente, à Ipanema e ao Leblon.

No entanto, essa melhoria de acesso aos bairros situados na zona sul que, como foi visto, se intensificou no final do século XIX, estava aliada à valorização da praia e à reforma urbana de Pereira Passos que ocorreu entre os anos de 1902 e 1906, acontecimentos que estimulavam os interesses imobiliários na região.

> A praia foi incorporada à vida da cidade [...] como fruto da articulação dos empresários dos ramos de transporte e imobiliário com o Estado, favorecendo a ocupação da região [...] destinada a uma classe que tinha tempo para usufruir o lazer (BRANDÃO, 2003, p. 31).

Visando o embelezamento, a modernização e a higienização da cidade que carregava consigo traçados ainda coloniais, a abertura da avenida central, atual avenida Rio Branco, por Pereira Passos resultou no “processo de demolição das residenciais da área central que a grande imprensa saudou denominando-a com simpatia de a ‘regeneração’ (e que) para os atingidos pelo ato era a ditadura do ‘bota-abaixo’” (SEVCENKO, 1998, p. 23).

Diante disso, o destino da população desabrigada de baixa renda foi a zona norte ou os altos dos morros espalhados pela cidade, enquanto que a população mais abastada seguia em direção contrária pela avenida Beira-mar, resultante dos aterros entre a Misericórdia e a praia da Saudade (fig. 37) ao encontro dos terrenos por ela já ocupados com as casas de chácara.

> o prefeito Pereira Passos virou o Rio de Janeiro pelo avesso. Rasgou grandes avenidas [...] mudando o traçado antigo da cidade, feito em xadrez. Com os corredores, abriria as alas para a chegada do bonde e da luz elétrica. A avenida Central [...] cortava a cidade em linha reta e desembocava na Beira Mar, parecendo apontar naturalmente a direção que a cidade tomaria dali para a frente. As avenidas levam a Botafogo, costeando as praias da Santa Luzia, da Lapa, da Glória, do Russel e do Flamengo rumo à Copacabana, quer dizer, à zona sul que Pereira Passos inventou (GASPAR, 2004, p.128 e 129).



Fig.: 37 – av. Beira-mar ligando o centro do Rio de Janeiro a zona sul.
Fonte: GASPAR, Claudia Braga. Orla carioca: história e cultura. São Paulo : Metalivros, 2004

Esse deslocamento da classe economicamente mais favorecida para a zona sul da cidade que já era notado desde o século XIX e que se intensifica com a criação da avenida Beira-mar e o surgimento dos bondes elétricos, se deve, por sua vez, à valorização da praia que passa a estar associada à salubridade desde o início do século XIX pelas práticas terapêuticas relacionadas ao banho de mar e, posteriormente, pela prática do esporte que desencadeará o culto ao corpo.

Segundo Terry (2002), o mar na Antiguidade já estava vinculado à higiene e a atividades esportivas com a existência, por exemplo, das vilas balneárias de Roma, mas essa relação se perde na história da sociedade ocidental, sendo retomada apenas na Idade Moderna, mais precisamente no século XVIII quando surge na Europa os hotéis balneários em função do poder terapêutico da água salgada divulgado pelos trabalhos do médico inglês Richard Russel.

A prática terapêutica do banho de mar no Brasil, mas propriamente no Rio de Janeiro, é aderida por D. João VI na praia do Caju que se torna, então, no século XIX o primeiro balneário da cidade. Como o que fazia bem para o pensamento da época era o banho de sal, não de sol, essa prática vai aos poucos se espalhando pela população, mas com horários e duração prescritos pelos médicos, com roupas próprias que cobriam da cabeça aos pés as pessoas que, por sua vez, deviam evitar os horários mais ensolarados. Condição para se manter “um tom pálido, macilento, funéreo, sinal de distinção daqueles que não precisavam trabalhar sob o sol” (SEVCENKO, 1998, p. 561) (fig. 38).



Fig.: 38 – imagem da revista *A Semana Ilustrada* de banhos terapêuticos em 1874
Fonte: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: império. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 76.

Com o passar dos anos, contudo, o Homem moderno mudaria sua mentalidade e passaria a relacionar um corpo saudável e atlético com o sucesso, momento em que “os trajes se tornariam mais leves, curtos e colantes, enfatizando o sol como a principal atração do banho de mar, não por efeitos terapêuticos, mas estéticos” (SEVCENKO, 1998, p. 570) (fig.39).

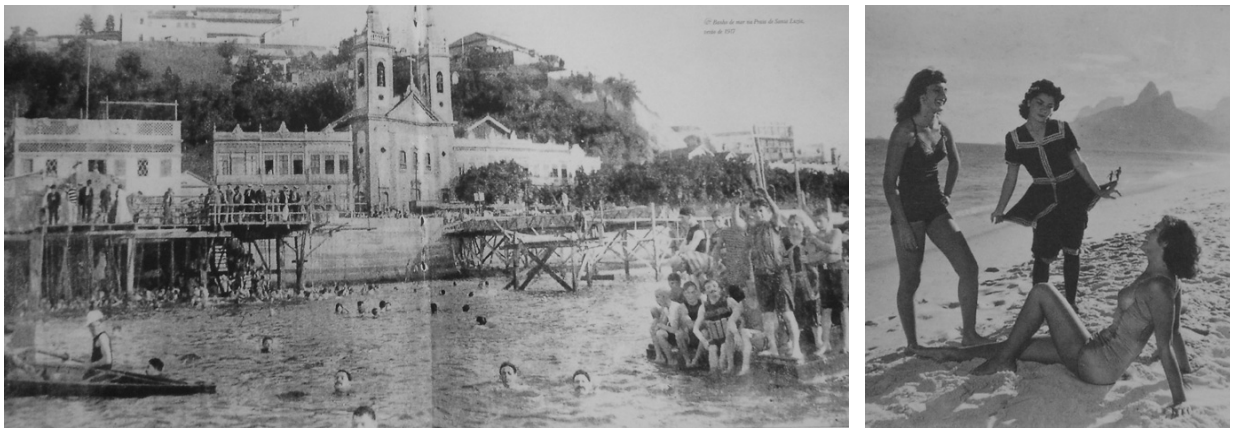


Fig.: 39 – banho de mar na praia de Santa Luzia já em 1917 (à esquerda) e a diferença dos trajes de banho do final do século XIX e de meados do século XX (à direita)

Fonte: GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca*: história e cultura. São Paulo : Metalivros, 2004.

As práticas esportivas também são intensificadas em função dessa nova mentalidade em relação ao corpo e a saúde e vão valorizar ainda mais a praia, recebendo incentivo até do poder público. O remo já era praticado desde 1815 e desde meados do século XIX ocorriam disputas oficiais, mas foi Pereira Passos que “estabeleceu nexo entre a regeneração, a modernidade e os esportes ao construir o Pavilhão de Regatas na praia do Botafogo” (SEVCENKO, 1998, p. 570) (fig.40).

> Como as metrópoles eram o palco por excelência dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes (SEVCENKO, 1998, p. 571).

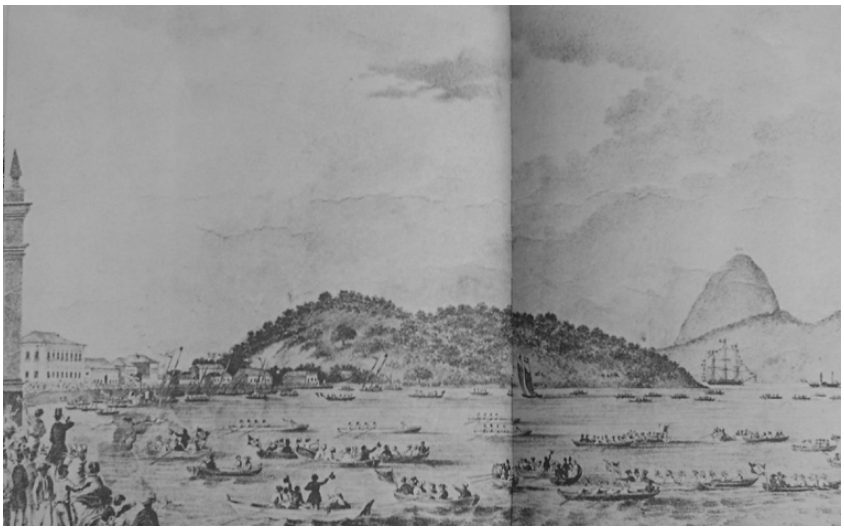


Fig.: 40 – primeira regata da sociedade Recreio Marítimo na enseada de botafogo em 1851

Fonte: GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca*: história e cultura. São Paulo : Metalivros, 2004.

Cercada pelo mar e dispondo tanto de praias oceânicas, como de enseadas, a cidade do Rio de Janeiro ganha assim uma identidade balneária que a partir do acesso facilitado pelas linhas de bonde, pela abertura dos túneis e pela reforma urbana passa a ser representada pela orla da zona sul, pois “apesar dos bairros litorâneos representarem geograficamente uma pequena parcela da cidade, o imaginário que se recria com [...] a orla da zona sul vai se transformar na representação da cidade do Rio de Janeiro e do próprio carioca” (IWATA, 2001, p.2).

Em 1892, ano da abertura do Túnel Velho que facilitou o acesso à Copacabana, a Companhia Cidade da Gávea, por exemplo, pretendia, segundo Terry (2002), edificar a Cidade Balneária nas praias ainda virgens de Copacabana, Vila Ipanema, Leblon e São Conrado, o que não ocorreu apesar da intenção, através do decreto n.º 459 de 30 de julho, ter sido aprovada pela prefeitura que, neste mesmo ano, assume autoridade sobre os planos urbanísticos da cidade, conforme é mencionado por Cardeman (2004).

Contudo, mesmo sem a concretização da Cidade balneária, o fato é que na passagem do século XIX para o século XX, tanto as companhias de transporte quanto as imobiliárias ressaltavam as praias da zona sul pelas “qualidades do mar e do clima ao seu redor, desde já uma antítese do centro insalubre” (ARAÚJO, 1993, p. 321) e aos poucos as indústrias da região foram sendo transferidas ou fechadas, enquanto que as praias da zona norte iam sendo descartadas como local de lazer.

Desta forma, quando a zona sul começa a se expandir no início do século XX já carrega consigo o estigma da modernidade marcado por um estilo de vida em meio às praias “diametralmente oposto ao restante da cidade [...] a partir de loteamentos ordenados e prontos para receber as novidades do progresso” (BRANDÃO, 2003, p.30 e 31), como almejava a reforma de Pereira Passos, atraindo para si o que há de mais moderno em termos de habitação que são os edifícios de apartamento.

Dentre os bairros dessa região, Copacabana pode até não ter sido o primeiro a receber tais edifícios de apartamento, mas foi o que mais rapidamente cresceu, sendo “conhecido nos anos 1930 como a ‘Babilônia de arranha-céus’” (SEGRE, 2000, p.14) (fig. 41).



Fig.: 41 - praia de Copacabana em 1934 (à esquerda) e em 1958 (à direita)

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 13.

Anúncios com *slogans* (chamadas) "'paraíso à beira-mar', 'seja feliz em Copacabana', 'more como gente de bem', 'não negue à sua família o direito de viver em Copacabana'" (CARDOSO; VAZ; ALBERNAZ; AIZEN; PECHMAN, 1986, p.133) tinham como objetivo atrair o público, nem sempre aberto para aquela inovação em termos de arquitetura doméstica, pois, como já comentado, até aquele momento, o que estava mais associado à habitação multifamiliar eram os cortiços e vilas, ou seja, habitações de baixa renda.

> Era imperioso conferir exclusividade e luxo àqueles que se dispusessem a migrar dos palacetes para os apartamentos, já que eram incontornavelmente um gênero de moradia coletiva, aspecto nauseante para as elites, que condenavam os cortiços, estalagens e casas de cômodos (MARINS, 1998, p. 191).

Contudo, se a "zona sul [...] estava preparada para ser o paradigma da vida moderna" (BRANDÃO, 2003, p. 31), assim também as habitações multifamiliares permanentes caracterizadas pelos edifícios de apartamento, possuindo, ambas, uma relação intrínseca e nesse tipo de habitação que se propagou nessa região, a varanda, que pôde ser vista nos diversos períodos da arquitetura doméstica carioca, continuou presente em muitos exemplares espalhados por esses bairros, desde o início de sua ocupação até os dias de hoje.

Essa presença, entretanto, revela algo curioso: a proliferação desse ambiente nos edifícios residenciais nas últimas décadas do século XX e na contemporaneidade, evidenciada não só pelo seu emprego nas fachadas dos lançamentos imobiliários, mas também pelo que esse trabalho chama de processo de avarandamento que consiste nas varandas em balanço acrescidas em construções já existentes.

Principalmente, porque essa proliferação ocorre logo após um período onde sua ausência é marcante a ponto de ser notada, indicando haver, durante todo o período de ocupação da zona sul pelos edifícios de apartamento que inclui a atualidade, três fases da varanda: uma que é marcada por sua permanência nas moradias, outra onde ela se mostra ausente e a atual que é quando ela retorna com expressividade.

Diante dessa problemática e com objetivo de compreender a presença marcante da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, este trabalho discute seu emprego a partir do contexto arquitetônico do século XX e da contemporaneidade, indicando, para elucidar as duas primeiras fases, exemplares importantes da arquitetura carioca, mesmo que se situem fora do recorte espacial desta pesquisa que é a zona sul, pois são referências projectuais da época, registrado no Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro, produzido pelo Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (2000). Discussão essa que começa pela fase de permanência da varanda no início da arquitetura moderna brasileira.

1.6.1 - A Fase de Permanência

O movimento modernista que aflora no início do século XX no cenário europeu, com as propostas de vanguardas de mestres como Walter Gropius, Le Corbusier e Mies Van der Rohe se expande, a partir da segunda metade do mesmo século, para outros continentes. Contudo, como bem coloca Josep M. Montaner, as inovações modernistas "não foram aplicadas de maneira ampla na maioria dos países até os anos cinqüenta" (2002, p.12).

De fato, a vanguarda brasileira promotora da Semana de Arte Moderna de 1922[11] em São Paulo, e do Salão de 1931, no Rio de Janeiro, procurava mais a atualização de um país que há pouco se tornara republicano e abolicionista e que ainda não podia ser considerado como um país industrializado em sintonia com a linguagem da máquina.

Nessa busca pela modernidade brasileira, havia também certa procura por "uma identidade nacional da qual o país se ressentia" (HAAS LUCCAS, 2006, p. 1), expressa no Manifesto Pau-brasil[12] de 1924, no Manifesto Antropofágico[13] de 1928, ambos do jornalista e advogado Oswald de Andrade, e na adoção do neocolonial e do desenho marajoara na arquitetura, cujos projetos estavam expostos na Semana de Arte Moderna de 1922.

Fora do eixo Rio – São Paulo, a busca pelo que era legitimamente expressão brasileira também poderia ser vista, até mais intensamente, na opinião de Gilberto Freyre (1987), no Manifesto Regionalista proferido no Congresso Regionalista de 1926, realizado na cidade de Recife. Para esse sociólogo, se tratava de um "regionalismo tradicionalista a seu modo modernista, (pois para ele estava ocorrendo) uma revolução cultural valorizadora do Brasil" (1987, p.82).

Era a intenção de ser moderno através de uma brasilidade que Kenneth Frampton, ao falar sobre regionalismo crítico, traduz como um paradoxo.

> De um lado, a nação tem de fincar raízes no seu passado, forjar para si mesma um espírito nacional e desfraldar essa reivindicação cultural e espiritual perante a entidade colonialista. Mas, para poder tomar parte da civilização moderna, é necessário participar simultaneamente da racionalidade científica, técnica e política, o que muitas vezes exige o abandono puro e simples de todo um passado cultural. [...]. E o paradoxo é: como modernizar-se e retornar às fontes? Como despertar uma velha civilização adormecida e se integrar na civilização universal? (2006, p. 505)

[11] evento realizado no Teatro Municipal de São Paulo nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 e organizado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral, Villa-Lobos, entre outros, que marca o advento do modernismo brasileiro, consolidando várias tendências modernas que vinham se firmando em São Paulo e no Rio de Janeiro, que passaram a possuir um espaço cativo em livros, revistas e manifestos.

[12] Oswald de Andrade desencadeou dois movimentos, o Pau-Brasil e o da Antropofagia. O primeiro pregava a criação de uma poesia primitiva e nacionalista, fruto da união de uma cultura nativa com uma cultura intelectualizada. Sua proposta é a de unir a floresta e a escola. O segundo movimento questionava a estrutura política, econômica e cultural do país, entendida como uma herança deixada pelo colonizador.

[13] "Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. Tupy, or not tupy that is the question." Trecho do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, publicado em 1928 no n. 1 da Revista de Antropofagia, uma das revistas porta-vozes dos principais manifestos modernistas que surgem após a Semana de 1922.

Frampton, nessa parte de seu texto, não fala especificamente do Brasil, mas, sim, das nações que se encontravam fora do centro de discussão do movimento moderno e que, no início do século XX, possuíam uma realidade bem diferente da dos países onde atuavam as vanguardas européias. Razão pela qual leva Montaner dizer que é exatamente nesses "contextos periféricos onde foi possível superar de maneira mais profunda as insuficiências da modernidade universalista na qual o núcleo do movimento moderno se baseava" (2001, p.207 – 208), dando, como exemplo, a América latina e, mais especificamente, o Brasil.

A arquitetura moderna brasileira se desenvolve, dessa forma, dentro desse paradoxo colocado por Frampton, dentro dessa dualidade, o que explica o fato do modernismo no Brasil, em sua gênese, como chama a atenção Marcus Lontra, ser "um modernismo regional enquanto a proposta modernista é universal" (informação verbal, 2006). Regional, pela utilização de elementos e materiais da tradição construtiva brasileira, dentro de uma linguagem moderna na arquitetura de Lúcio Costa, pela representação de mulatas na pintura de Di Cavalcanti, pela cultura brasileira registrada nos textos de José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, pelo retrato do verdadeiro Brasil nas expressões artísticas de vanguarda, "muito mais descompromissadamente modernizantes do que fechadamente 'modernistas'" (FREYRE, 1987, p.59).

No Brasil, o modernismo olha para a história. A maior prova disso é a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, em 1937, impulsionada pela ocorrência dessa busca por uma identidade brasileira e que, paradoxalmente, se instala no prédio sede do MES – Ministério da Educação e da Saúde, ícone da arquitetura moderna brasileira. Como destaca Montaner, "a modernidade e a tradição (no Brasil) não eram antagônicas. Se a arte moderna era intelectual, internacional e resistente ao gosto estabelecido e às convenções, no Brasil foram possíveis uma arquitetura e uma arte moderna enraizadas na experiência da arte popular [...] que se enriquece com a mimese do vernáculo e da história real" (2001, p.13 e 14).

Esse pensamento de Montaner pode ser comprovado pela permanência da varanda em edifícios que são referência da arquitetura modernista brasileira. Varanda esta que é elemento da arquitetura vernacular brasileira e que também é empregada pela arquitetura moderna.

Com isso, não se está dizendo que a varanda seja um elemento estritamente brasileiro, pois, como foi visto neste trabalho, a sua presença na arquitetura doméstica do Brasil é resultado de um processo de aculturação devido ao contado dos portugueses com vários povos que já a utilizavam em suas moradias, o que não elimina o fato dela pertencer à arquitetura vernacular do Brasil e de ter se tornado elemento de tradição sociocultural pelo relato histórico de sua presença.

Da mesma maneira, não se está falando aqui que a varanda na arquitetura moderna só possa ser encontrada na produção brasileira, algo que seria por si só contraditório, pois, apesar dela ser um elemento comum que se torna característico das habitações do Brasil, ela é assimilada aos hábitos de moradia pela transferência de comportamentos culturais de outras regiões.

Muitas das vezes, as varandas existentes nos projetos modernistas brasileiros não se encontram relacionadas nem com a tradição e nem mesmo com a adequação do edifício ao clima da região, possuindo referencia na produção arquitetônica de outros continentes, como a Europa, onde também ela se fazia presente.

Contudo, se a presença da varanda na arquitetura moderna do Brasil não indica por si só um regionalismo, ela é empregada diversas vezes por alguns arquitetos com essa intenção, no intuito de conferir a sua obra uma identidade brasileira e, mesmo quando esse não era o objetivo do projetista, podia acabar sendo o resultado no imaginário das pessoas que com ela se deparavam.

Na cidade do Rio de Janeiro, vários são os exemplos modernistas de edifícios de apartamento que se utilizam da varanda desse modo. O Edifício Morro de Santo Antônio no Centro da cidade, que data de 1929, cuja autoria é de Marcelo Roberto, destinado a lojas no pavimento térreo e apartamentos duplex para aluguel[14] nos demais, apresenta varandas em sua fachada. Se não fosse a semelhança com o bloco de apartamentos para estudantes da Bauhaus (fig. 42), poder-se-ia dizer que as varandas desse prédio, assim como o partido em duplex, remetem aos sobrados do século XIX que tinham sacadas em suas fachadas.



Fig.:42 – Edifício Morro de Santo Antônio (à esquerda) e bloco de apartamento para estudantes da Bauhaus (à direita)

Fonte : CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 14.

Outro exemplo do início do modernismo é o Edifício Tapir (fig. 43), no Flamengo, projetado por Jorge Moreira em 1939 e que, dentro de uma linguagem moderna de pilotis e janelas em *Lounger*, faz uso do elemento varanda.

As varandas apontadas nos dois exemplos acima, por suas características formais semelhantes às de outras construções, como as da Bauhaus, escola que tanto influenciou diversas composições tanto do estilo *art deco*, como já comentado aqui, como do modernismo, podem até não terem sido concebidas com o objetivo de interpretar elementos da arquitetura tradicional, utilizados em outros projetos, na maioria das vezes, para adequação climática de uma proposta européia em terras tropicais, mas, de qualquer forma, acabam fazendo referência a eles.

[14] Somente com a lei da propriedade imobiliária, em 1948, é que as unidades residenciais nos edifícios de apartamento puderam ser comercializadas para a venda e não somente para aluguel.

Ora, se a tradição construtiva não estava na intenção do arquiteto, com certeza existia no imaginário do usuário daquele espaço privado como no de quem por ali passasse, no espaço público. Tradição esta presente no emprego da varanda por outros arquitetos em obras que se tornaram símbolos da arquitetura modernista carioca.

É o caso, por exemplo, do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, mais conhecido como Pedregulho (fig.44), concebido por Affonso Eduardo Reidy, em 1946, para o bairro de São Cristóvão. Arquitetura esta que, na opinião de Roberto Segre, "talvez tenha sido a mais importante da segunda metade do século XX no Brasil" (2000, p.15) e que, como prossegue dizendo o mesmo autor, "pode ser entendida como uma síntese de elementos tradicionais da arquitetura brasileira" (2000, p.15, grifo da autora). Entre esses elementos está a varanda.



Fig.:43 – Edifício Tapir



Fig.:44 - Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes

Fonte fig. 43: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 60.

Fonte fig. 44: REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura no Brasil. 8ª edição. S. P.: Perspectiva, 1987, p.89.

No entanto, o exemplo mais significativo em termos da utilização da varanda como elemento da tradição construtiva brasileira que visa, junto com os aspectos sócioculturais, à adequação climática da construção é, sem dúvida, o conjunto formado pelos Edifícios Nova Cintra, Bristol e Caledônia (fig 45), no Parque Guinle, em Laranjeiras, projetado em 1948 por Lúcio Costa.



Fig.45: Edifício Nova Cintra com sua localização no Parque Guinle junto dos Edifícios Bristol e Caledônia

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 61.

O fechamento das varandas com elementos de cerâmica vazada faz alusão aos muxarabiês de origem moura, muito utilizado pela arquitetura colonial brasileira, atingindo, como bem observa Segre, “a integração entre universal e local” (2000, p.16).

> O ensaio de uma linguagem “nativa” é proposto através do emprego de treliças, venezianas, azulejos, e do uso da cor e pela planta baixa, onde varandas fechadas reproduzem o espaço de convivência da casa tradicional. (CZAJKOWSKI, 2000, P.61)

É bem verdade que Lúcio Costa, além de diretor do SPHAN, era, no início de sua carreira, adepto à arquitetura neocolonial, que visava à utilização de formas construtivas tradicionais do Brasil, principalmente, a das antigas casas senhoriais do nordeste e das igrejas barrocas mineiras, mas também é verdade que a proposta modernista desse arquiteto para o Parque Guinle, que remete aos elementos de tradição construtiva brasileira, nada tem a ver com as arquiteturas do movimento neocolonial dos anos de 1920 a 1930, trata-se da “necessidade de valorizarmos o que seja ‘passado utilizável’ em nossa experiência arquitetônica” (1979, p.49), como destacava Gilberto Freyre em suas críticas à implantação de modelos importados de moradias.

> Segundo ele (Lúcio Costa), a busca de uma intenção plástica no contexto brasileiro deve ser desenvolvida recorrendo às formas do lugar e reinterpretando a arquitetura colonial [...]. Para Lúcio Costa, a arquitetura deve seguir o espírito inexorável da época da máquina, mas sem esquecer aquilo que a caracteriza: sua pertinência ao lugar. (MONTANER, 2001, p. 92-93)

Na realidade, essa obra, assim como outras do mesmo arquiteto, demonstra um diferencial da arquitetura moderna no Brasil em relação à proposta do movimento modernista europeu do início do século XX. Fato este que se deve muito, como já comentado, ao contexto onde se dá a modernidade brasileira que acarretará, como destaca Montaner, uma interpretação singular da arquitetura.

> O Brasil adota uma visão própria da arquitetura moderna. [...]. A demonstração mais clara de existência de um caminho latino-americano próprio para a modernidade são as teorias de Lúcio Costa [...] (que) demonstram [...] a preocupação pelo genius loci. (MONTANER,2002, p.26)

O *genius loci* a que Montaner se refere, Norberg-Schulz explica como sendo o “’espírito do lugar’ que os antigos (romanos) reconheciam como aquele ‘outro’ que os homens precisam aceitar para ser capazes de habitar. O conceito de *genius loci* refere-se à essência do lugar” (2006, p.449).

Como o próprio Montaner coloca, “nas últimas décadas, a idéia de lugar teve um peso específico muito variável e foi interpretada de distintas maneiras” (2001, p.37), mas entre a vanguarda modernista era possível encontrar arquitetos que buscassem uma relação de integração do edifício com a região, recorrendo à arquitetura vernacular e utilizando-se de elementos tradicionais. “Frente a uma insipiente consciência da insuficiência da linguagem e da tecnologia moderna, estas referências vernáculas tinham como objetivo outorgar ‘caráter’ expressivo e ‘sentido comum’ construtivo” (MONTANER, 2001, p.32).

Uma dessas referências que expressam “caráter” e “sentido comum” é, sem dúvida, a varanda, se observada a definição de Michael Graves de caráter como “aquilo que, ao fim e ao cabo, nos proporciona o nosso sentimento de identidade com um lugar, um edifício, um aposento [...]. (sendo que) o caráter e as características dos edifícios são em parte narrações, em parte memória, em parte nostalgia, em parte símbolo” (apud NESBITT, 2006, p. 102).

O termo caráter, sob a ótica da antropologia, pode ser definido como “os aspectos característicos da cultura e personalidade de um determinado grupo” (KEESING, 1961, p.47) e a varanda, certamente, é um desses aspectos da cultura material, isto é, dos hábitos de moradia do brasileiro e, no caso aqui, do carioca, pois se trata de um elemento quase constante na sua arquitetura doméstica presente nas construções rurais e nos sobrados urbanos do período colonial, nas casas neoclássicas da época do império, nas residências ecléticas da passagem do século XIX para o XX e que, paradoxalmente, mesmo como um elemento de tradição sóciocultural, também é vista na arquitetura modernista da cidade do Rio de Janeiro.

As varandas, apesar de estarem relacionadas com a história, também estavam em sintonia com o funcionalismo pregado pelo pensamento modernista da época, pois, como elementos de proteção climática, colaboravam para o conforto térmico e lumínico do edifício. É bom lembrar que, até a década de 1970, o condicionamento artificial não era tão difundido.

Dentro dessa ótica, os irmãos Marcelo e Milton Roberto que, normalmente, demonstram uma preocupação com o conforto ambiental de seus projetos, através de ventilação e iluminação natural adequada para seus ambientes internos, também apresentam nas suas propostas para edifícios de apartamento, o elemento varanda. É o caso, por exemplo, do Edifício Júlio Barros Barreto (fig 46), importante obra da arquitetura modernista carioca, situada no bairro de Botafogo e projetado pelos irmãos Roberto no ano de 1947. Nele, os apartamentos duplex apresentam varanda em toda a sua extensão com pé direito duplo.



Fig.:46 - Edifício Júlio Barros Barreto

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 63.

Contudo, os prédios destinados à habitação multifamiliar permanente, nos anos que adentram pela segunda metade do século XX, serão desprovidos de varandas, apresentando uma crescente substituição desse elemento de proteção climática, assim como de outros como *brises*, treliças e cobogós, por panos de vidro, seguindo a tendência do estilo internacional.

1.6.2 - A Fase de Ausência

O movimento moderno que surge na Europa, no início do século XX, em sintonia com um novo espírito[15], relacionado com o contexto industrial da época, levantava, entre outras questões, a ruptura com o academicismo, com os estilos arquitetônicos e propunha, principalmente através da abstração, uma originalidade, uma produção sem referências, sem antecedentes.

Contudo, na década de 1930, a arquitetura moderna "reaparecia na idéia de estilo, de existência de uns padrões definidos de linguagem para um período coletivo e histórico determinado" (MONTANER, 2002, p. 13).

A idéia do modernismo como estilo se consumaria em 1932, com a exposição denominada *The International Style: architecture from 1922* (O Estilo Internacional: arquitetura de 1922), organizada pelo historiador de arquitetura Henry–Russel Hitchcock e o arquiteto Philip Johnson no MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, criado em 1929 para abrigar as produções crescentes da arte moderna.

Essa exposição que, na opinião de Josep Montaner, "estava traindo e reduzindo a base da arquitetura do movimento moderno" (2002, p. 13), movimento este que preconizava, entre outros fatores, a ausência de uma linguagem única e de cânones, mostrava, através de diversas obras modernas européias e americanas, que já existia um estilo moderno internacional.

Tal estilo apresentava três princípios básicos. Seriam eles: o volume concebido dentro de um jogo dinâmico de planos, a substituição da simetria pela regularidade na composição e a ausência da decoração em favor de uma expressão que valorizasse a precisão técnica.

Esses acontecimentos valorizavam ainda mais a tendência universalista que existia na proposta da arquitetura moderna que, como já ressaltado aqui, antagoniza a produção regionalista de alguns modernistas, como Lúcio Costa e Affonso Eduardo Reidy, entre outros, que, através do uso de elementos construtivos tradicionais, como, no caso, a varanda, buscavam criar uma relação de integração com o lugar, isto é, com o ambiente físico, social e cultural à sua volta.

> Na arquitetura moderna [...], passando pelos mestres do movimento moderno e pelos postulados da exposição *The International Style* de Philip Johnson e Henry–Russel Hitchcock (1932), a sensibilidade pelo lugar é irrelevante: todo objeto arquitetônico surge sobre uma indiscutível autonomia. [...]. As vanguardas enfatizam o processo de isolamento dos elementos fora do seu contexto usual [...] uma arquitetura autônoma, que pode se fundamentar sem nenhuma relação com o entorno. (MONTANER, 2001, p. 31)

Apesar da arquitetura moderna não ser identificada apenas pelo estilo internacional, o que se vê nas propostas para as habitações multifamiliares permanentes na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas da segunda metade do século XX, é cada vez mais a adoção de uma linguagem universalista onde "a diferenciação de cada tipo de edifício vai sendo diluída no tratamento formal,

[15] Referente ao mestre do movimento modernista europeu, Le Corbusier, que, em 1923, anunciava uma nova época e proclamava um novo espírito.

homogêneo e estandardizado" (MONTANER, 2001, p.86). Situação que pode ser observada pela ausência da varanda nas fachadas de composição cada vez mais similar com a linguagem do estilo internacional dos exemplares escolhidos por este trabalho.

Antes de qualquer comentário, contudo, é importante destacar que não estão sendo questionadas aqui as qualidades arquitetônicas e as contribuições para a arquitetura moderna brasileira dos exemplos que se seguem que, certamente, são muitas. O motivo pelo qual estes edifícios foram selecionados para ilustrar a discussão é apenas o de demonstrar a ausência do elemento varanda e, desta maneira, do regionalismo existente no início da produção modernista brasileira, em grande parte dos exemplos da arquitetura moderna carioca da segunda metade do século XX.

No Edifício Pasteur (fig. 47), localizado na Urca e projetado por Oscar Niemeyer em 1957, pode se notar a presença da varanda, entretanto, também é possível perceber a redução desse espaço tradicional da arquitetura doméstica brasileira, tanto em termos de dimensionamento, quanto em termos de eficiência no que tange à proteção climática da fachada.



Fig.:47 - Edifício Pasteur

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 71.

No que diz respeito às suas dimensões, apesar do seu comprimento corresponder a toda a fachada, sua largura é pequena, permitindo o uso de seu espaço apenas quando as portas de correr envidraçadas estão abertas, integrando a varanda à sala.

Morfologia esta que tem implicações na redução de sua eficiência como elemento de proteção climática, onde as lajes que se estendem até o limite da fachada funcionam, mais do que a varanda, como fator de sombra e, por isso, podem ser denominadas de "lajes-brises".

De certo, é possível fazer a leitura da fachada de Niemeyer, relacionando seu balcão linear com as sacadas corridas das casas assobradadas do século XVIII e XIX, também de profundidade reduzida e, conseqüentemente, sem a função de proteção climática.

Todavia, é bem evidente o jogo de planos que as "lajes-brises" proporcionam ao edifício, assim como a regularidade na composição e a ausência de ornamentos em favor de uma linguagem pura, reveladora da técnica. Três pontos que, como já comentado, são os princípios formais básicos do estilo internacional.

Estilo este que é bem mais preconizado pelo Edifício Marechal Deodoro Fonseca (fig. 48) ou pelo Condomínio Residencial Casa Alta (fig. 49), ambos situados no bairro de Botafogo. No primeiro, que consiste numa lâmina em centro de terreno, projetada por Arthur Lício Pontual em 1966, a ausência da varanda é evidente nas quatro fachadas de tratamento homogêneo que alternam as estruturas em concreto aparente com esquadrias em fita, compostas por vidros e painéis coloridos, como numa composição neoplástica de Mondrian[16].



Fig.:48 - Edifício Marechal Deodoro Fonseca



Fig.:49 - Condomínio Residencial Casa Alta

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 69 e 70.

No segundo, projetado por Sérgio Bernardes, que data de 1959, a varanda também está ausente. Nele, a influência das soluções para arranha-céus de Mies Van der Rohe, direção na qual caminha o estilo internacional, “onde a estética do movimento moderno, polida, mecânica e sem ornamentos, voltou-se para tecnologias como estruturas de aço e as paredes de vidro” (GHIRARDO, 2002, p.5), é evidente na forma prismática do volume e na fachada independente do sistema estrutural, que apresenta uma linguagem universal ao fazer uso dos panos de vidro.

> A janela [...] implica uma leitura da evolução tecnológica da construção [...] quanto mais a janela vai perfurando a pedra ou o concreto, mais leve vai ficando a construção, até que a janela horizontal, *en lounguer*, de Le Corbusier, na Ville Savoye, marque a clivagem para estrutura metálica, digo, a passagem da pedra ao metal, anunciando o pano de vidro de Mies Van der Rohe [...] a janela venceu a parede, da qual, um dia, foi furo e negação. (PIGNATARI, 1995, p. 9-11)

No bairro de Copacabana, onde a presença da varanda era sentida nos primeiros edifícios de apartamento a serem construídos em estilo *art deco*, no início do século XX, também é notória a ausência desse elemento praticamente constante da moradia carioca nas construções modernistas das décadas posteriores.

Já na década de 1940, a ausência da varanda em Copacabana podia ser notada nos Edifícios Mississipi e Missouri (fig. 50) de Firmino Saldanha que utilizavam, nas suas fachadas, aberturas em fita.

[16] Mondrin - pintor neo-plástico que participou do movimento holandes chamado *De Stijl* do início do século XX que influenciou o campo da arquitetura.



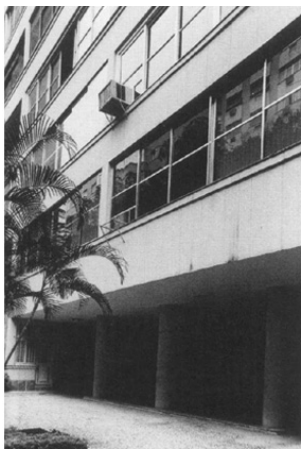


Fig.:50 - Edifícios Mississipi (a esquerda) e Missouri (a direita)

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 80.

No Edifício Angel Ramirez (fig. 51), concebido em 1952, os irmãos Roberto, apesar de fazerem uso de elementos da arquitetura tradicional brasileira, como as venezianas articuláveis, para promover conforto ambiental no interior do edifício, assim como Saldanha, adotam as janelas Le Corbusianas no lugar das varandas.



Fig.:51 - Edifício Angel Ramirez



Fig.:52 - Edifício Justus Wallerstein

Fonte : CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 72 e 81.

Era a tendência a uma linguagem universal ainda mais evidente no projeto de Sergio Bernardes, em 1953 para o Edifício Justus Wallerstein (fig.52).

Nos bairros de Ipanema e Leblon, de ocupação posterior à de Copacabana, os edifícios para habitação multifamiliar permanente já nascem, na sua grande maioria, sem varandas.

No Leblon, o projeto de Paulo Ferreira Santos, em 1956, para o Edifício Fernão Dias (fig.53), assim como o Edifício Angel Ramirez dos irmãos Roberto (fig. 51), também apresentam como proteção de suas aberturas as venezianas, fazendo uso, igualmente, das janelas em fita em vez de varandas.



Fig.:53 - Edifício Fernão Dias

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 99.

Elemento este também ausente nos projetos de Edison Musa para os Edifícios Domenico Veneziano, Paul Klee, Pieter Bruegel e Watteau (fig. 54), em 1972.



Fig.:54 - Edifícios Domenico Veneziano, Paul Klee, Pieter Bruegel e Watteau

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 103.

No bairro de Ipanema, a realidade não é diferente. Seja no Edifício Barão de Gravatá (fig. 55), projetado por Sérgio Bernardes em 1952, seja no projeto de Álvaro Vital Brazil, em 1958, para o Edifício Vieira Souto (fig 56) ou no projeto de Oscar Niemeyer, em 1960, para o Edifício JK (fig 57), a ausência da varanda é marcada por fachadas onde o contato com o exterior e a transparência são proporcionados pelo vidro.



Fig.:55 - Edifício Barão de Gravatá



Fig.:56 - Edifício Vieira Souto



Fig.:57 - Edifício JK

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 87 e 88.

Soluções estas em conformidade, como já comentado anteriormente, com a proposta modernista de continuidade espacial entre interior e exterior e que aparece nas obras de arquitetos como Mies van der Rohe (fig. 58) e Philip Johnson (fig. 59), entre outros, apresentando uma harmonia com as idéias universalistas do movimento moderno europeu do início do século XX.



Fig.:58 - The Farnsworth house, 1950



Fig.:59 - The Glass house, 1949

Fonte fig. 58: ZABALBEASCOA, A.; MARCOS, J. R.. Minimalisms. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2000, p.20.

Fonte fig. 59: JR. SCULLY, V.. Arquitetura Moderna. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2000, p.30.

Idéias de uma arquitetura universal que se tornaram mais fortes com a criação do estilo internacional, em 1932, referência para muitas das obras aqui expostas e que “será combatida pelos críticos em relação ao movimento moderno” (MONTANER, 2002, p. 13).

> O sonho da padronização que animara alguns segmentos do movimento moderno realizou-se bem mais do que o esperado [...], e em meados da década de 60 (do século XX) começou a formar-se uma reação. A tarefa de repetir estruturas de aço e paredes de vidro mostrou-se pouquíssimo exigente, sobretudo em termos de criatividade. (GHIRARDO, 2002, p. 8)

O interessante nisto é que, após o período de revisão crítica do modernismo ter início, nos anos de 1950, e as novas estruturas teóricas, dentro do campo da arquitetura, começarem a ganhar força nos anos que vão em direção ao final do século XX, ocorre um surpreendente retorno da varanda nos edifícios de apartamento, seguido por um processo de "avarandamento" das fachadas de muitos prédios que, por volta dos anos de 1950 a 1970, na cidade do Rio de janeiro, optaram por sua ausência.

1.6.3 - A Fase de Retorno

A década de 50 do século XX é marcada pela crítica ao movimento moderno que, praticamente, 20 anos antes tinha sido reverenciada pela criação do estilo internacional. Uma crítica que se daria, principalmente, em relação à sua índole universalista, à sua crença positivista[17], ao seu determinismo histórico e à sua visão unifuncionalista.

Questões como fenomenologia, existencialismo, antropologia, história crítica começam a ser debatidas nos CIAMs – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – com o intuito de rever a proposta modernista defendida até a presente época.

Essa revisão se estenderá pelos anos de 1960 e 80 com a formação de diversos discursos teóricos que, basicamente, se concentrarão em dois núcleos de difusão: os Estados Unidos da América e a Itália.

Nesse último, o IUAV – Istituto Universitario di Architettura di Venezia, mais conhecido como a Escola de Veneza, contava com personalidades como Vittorio Gregotti, editor – chefe das revistas *Casabella* e *Rassegna* e Aldo Rossi que, junto com outros teóricos e arquitetos, faziam parte de um movimento neoracionalista, chamado *La Tendenza*, que procurava "'restabelecer as fundações teóricas do projeto arquitetônico' e desenvolver um método lógico de projeto" (NESBITT, 2006, p. 371), baseando-se "na rejeição ao impulso universalizador do racionalismo modernista e na valorização das fontes históricas" (GHIRARDO, 2002, p. 18).

Nos Estados Unidos da América, o IAUS – Institute for Architecture and Urban Studies – produzia periódicos como *Oppositions* sob a direção de Peter Eisenman, Kurt Forster, Kenneth Frampton, Mario Gandelsonas e Anthony Widler e com a colaboração de inúmeros outros arquitetos.

Eisenman, junto com Richard Méier, Michael Graves e Charles Gwathmey, conhecidos como os "Brancos", se aproximavam dos neoracionalistas italianos, seguindo, contudo, a "estética arquitetônica pura e polida do modernismo" (GHIRARDO, 2002, p. 27), ficando conhecidos como a terceira geração desse movimento[18].

---

[17] O positivismo é uma corrente filosófica oitocentista que invade as escolas politécnicas da França dessa época através da pessoa de Auguste Comte, objetivando "uma descrição científica da sociedade" (ÀBALOS, 2001, p. 70). Essa filosofia aparece na base do pensamento arquitetônico moderno, influenciando a visão universalista, a ausência de referências históricas, a concepção abstrata, a transparência, o uso da cor branca, dentre outras questões levantadas pelo movimento moderno europeu e dissipadas pelos CIAMs - Congressos Internacionais de Arquitetura moderna.

[18] Na opinião de Robert Stern (2006), a primeira geração do movimento moderno é constituída por Le Corbusier e Mies Van de Rohe, a segunda, por Philip Jonson, Kevin Roche e Paul Rudolph e a terceira, por Richard Meier, Charles Gwathmey e Peter Eisenman.

A proposta desses arquitetos – todos integrantes do New York Five[19] – se opõe ao emprego de elementos historicistas utilizados por Robert Venturi, Charles Moore, entre outros, conhecidos como os "Cinzentos"[20]; grupo que mais tarde contará com a adesão de Michael Graves, arquiteto que, "mesmo em seus projetos 'brancos' (modernos) [...] já demonstrava um interesse especial pelo figurativo, isto é, pelo potencial representativo da arquitetura" (NESBITT, 2006, P. 101).

Em função dessa oposição, Mario Gandelsonas coloca que duas ideologias dividem a cena arquitetônica dos anos que vão de 1960 a 1980: a ideologia do neoracionalismo, representada, principalmente, por Rossi, na Itália, e por Eisenman, nos Estados Unidos, que defendia a autonomia da arquitetura, e a do neorealismo, voltada para a história e para a cultura, onde as obras de Venturi e outros arquitetos se adequam.

Apesar de antagônicas à primeira vista, ambas questionam a ideologia modernista no que diz respeito à sua visão unifuncionalista, ressaltando o problema do significado na arquitetura e sua dimensão simbólica, que despertam outras funções do objeto arquitetônico, além das pragmáticas.

> Tanto o neoracionalismo como o neorealismo são, essencialmente, antifuncionalistas [...] funcionalismo (este) criado na conjuntura histórica particular do período entre guerras [...]. Função e tecnologia constituídas como base da generalização da forma na arquitetura são eliminadas pela visão acadêmica contemporânea de significado e simbolismo. (GANDELSONAS, 1998, p. 7, tradução da autora)

Apesar de essas discussões teóricas terem se fixado entre esses dois pólos, o norte-americano e o italiano, as críticas ao unifuncionalismo da arquitetura, que contribuía para com a visão universalista do movimento moderno que, por sua vez, tendia "a obscurecer as tendências locais, regionais e étnicas" (GHIRARDO, 2002, p.2), parece ter de alguma maneira refletido na produção brasileira.

No que tange à produção arquitetônica da cidade do Rio de Janeiro, elementos da tradição construtiva do Brasil, que se fizeram ausentes nas décadas de 1950 a 70, nos edifícios de apartamento de linguagem purista e universal, começam a ter sua presença novamente notada.

As varandas voltam a ser incorporadas nas fachadas dos prédios de apartamento, como no Edifício Atlântica Boavista (fig. 44), no bairro de Ipanema, projetado por Luis Paulo Conde e Mauro Neves Nogueira, em 1978.

---

[19] Grupo formado por Peter Eisenman, John Hejduk, Richard Méier, Michael Graves e Charles Gwathmey cujos trabalhos foram objeto de uma exposição no MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova Yorque - em 1969, posteriormente publicados no livro *Five Architects* (1972).

[20] O termo "cinzento" diz respeito à expressão *"The Grey"* da língua inglesa, também traduzida como "os pardos", utilizada para identificar os arquitetos historicistas da segunda metade do século XX. Por tal motivo, consideram o historicismo não como uma versão, mas como sinônimo de pós-modernismo, se referem aos "cinzentos"como arquitetos pós-modernos e aos "brancos" como arquitetos modernistas.



Fig.:60 - Edifício Atlântica Boavista

Fonte: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 89.

Neste prédio, os elementos de cerâmica vazada, os cobogós, junto com as varandas, voltam a ser empregados para conferir adequação climática às unidades residenciais.

Outro exemplo do retorno das varandas à habitação multifamiliar permanente é o Edifício Alberto de Campos (fig. 61), situado também em Ipanema e projetado na mesma data da referência anterior, em 1978, por Cláudia e Ignez Ferraz.

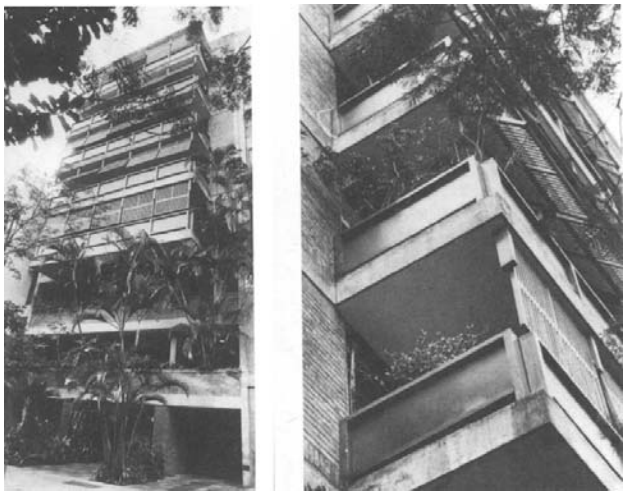


Fig.:61 - Edifício Alberto de Campos

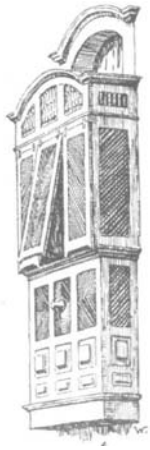


Fig.:62 - fechamentos em muxarabiê, rótulas e gelosias

Fonte fig. 61: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000, p. 90.

Fonte fig. 62: RODRIGUES, José Wasth. Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil. 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.163 e 165.

Nele, as varandas em balanço, que preenchem, praticamente, toda a extensão da fachada, são fechadas por básculas de madeira, evidente alusão aos muxarabiês, rótulas e gelosias que faziam os fechamentos dos alpendres elevados das casas assobradadas do período colonial anterior à chegada da corte Portuguesa em terras tropicais (fig. 62).

Em Copacabana, Leme, Botafogo e Flamengo, como nos de mais bairro da zona sul, os prédios de apartamento, edificados depois da década de 1970, também apresentam varanda (fig. 63).



Fig.:63 - prédios com varanda construído a partir dos anos 70 em Copacabana, Leme, Botafogo e Flamengo (da esquerda para direita)

Fonte: própria da autora

Elemento este, frequentemente, utilizado nos lançamentos imobiliários a partir das últimas duas décadas do século XX e que, hoje em dia, é um dos principais atrativos do imóvel (fig. 64).



Fig.64: anúncio no estande de vendas do imóvel dando destaque à varanda

Fonte: própria da autora

A varanda, na opinião dos especialistas do mercado imobiliário, chega a valorizar o imóvel em 20%. Para Rubem Vasconcelos, presidente da imobiliária Patrimóvel, “todo mundo no Rio, por exemplo, quer morar num apartamento com varanda, que já é uma marca da arquitetura carioca. Por isso, esse tipo de imóvel tem mais liquidez” (apud CASEMIRO, 2005, p.2)

Na tese de Viviane da Cunha Paula (2007) sobre os edifícios de apartamento no Rio de Janeiro no século XX, cujo recorte espacial também era a zona sul, uma das análises feita pela autora dos espaços de moradia é que, na atualidade, as varandas são responsáveis pelo aumento do setor social, indicando, através de gráficos (fig. 65) que avaliam a oscilação das áreas dessas

varandas sociais desde os anos de 1930 até a última década do século XX, a existência, exatamente, dessas três fases aqui relatadas, onde há a permanência da varanda até o inicio dos anos 60, passando nessa década por um período de ausência que vai, aproximada mente, até meados da década de 70, momento em que ocorre um expressivo retorno que impacta o setor social das moradias analisadas por ela (fig. 66).

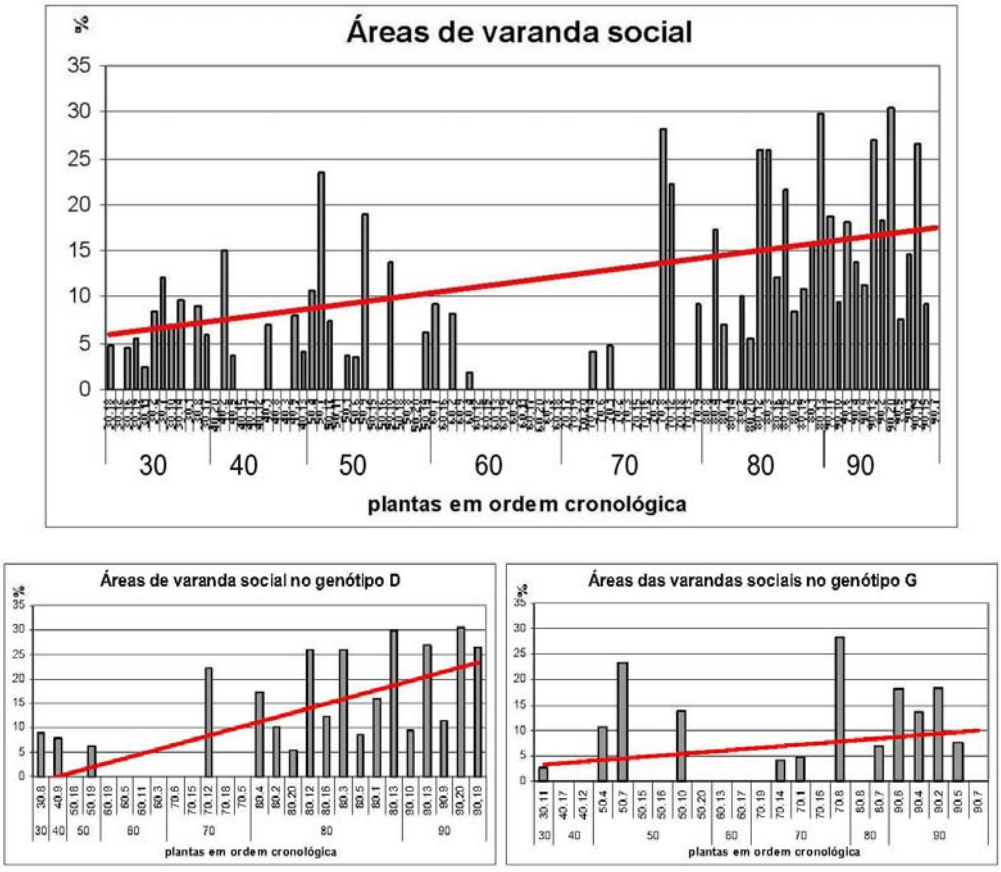


Fig.65: gráfico 7.14 da tese de PAULA que tem no eixo Y a porcentagem da área da varanda em relação à área do apartamento e no eixo X cada apartamento que compõem a mostra de sua pesquisa, referenciada com numeração específica. Os termos genótipos D e G dizem respeito a dois grupos onde PAULA arruma suas amostras a partir dos arranjos de circulação entre os ambientes.

Fonte: PAULA, V. da C.. Espaço e Sociedade: apartamentos no Rio de Janeiro no século XX. 2007. Tese (doutorado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 273.

> As varandas sociais cresceram intensamente em área e ocorrência desde a década de 1970 e principalmente nos anos 1980 e 1990. Varandas na esfera social da amostra foram freqüentes nos anos 1930, mas com dimensões pequenas e nos anos 1940 apareceram em menos casos, mas com as áreas maiores. Em 1950, algumas alcançaram ainda medidas maiores, mas não aumentaram o número de vezes em que ocorreram. Na década de 1960, as varandas não aconteceram mais do que em duas plantas, onde timidamente foram construídas, enquanto nos anos 1970 cinco apartamentos as incluem, com duas alcançando áreas amplas. Em 1980, varandas estão em quase todos os apartamentos e tendem a crescer em área consistentemente. Elas continuam bastante freqüentes nos anos 1990, e chegam a valores de medida ainda maiores em alguns casos (PAULA, 2007, p.272, grifo nosso).

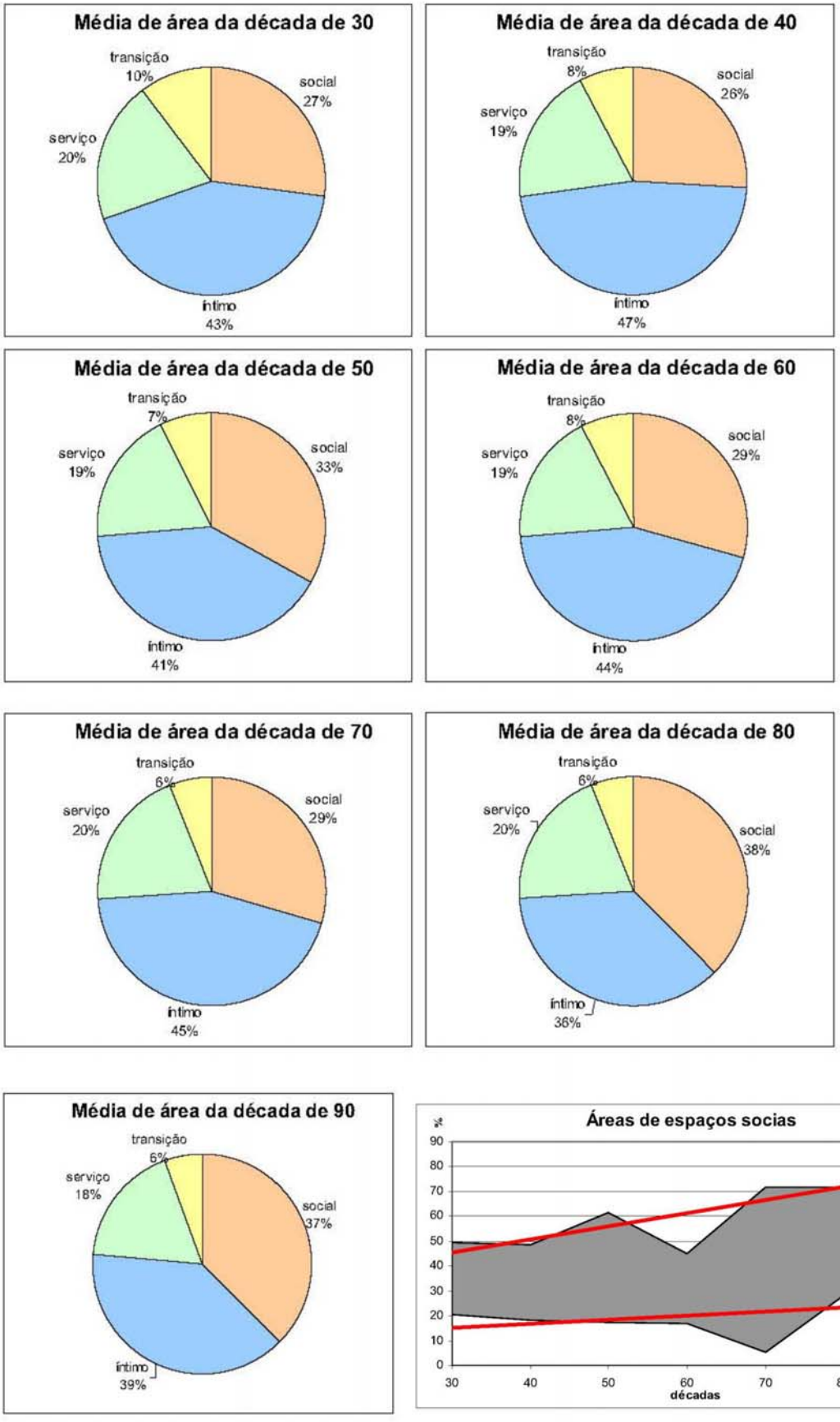


Fig.66: gráfico 7.11 junto com a tabela 7.1 da tese de PAULA indicando a relação em termos de área do setor social da moradia com os demais ao longo do século XX.

Fonte: PAULA, V. da C.. Espaço e Sociedade: apartamentos no Rio de Janeiro no século XX. 2007. Tese (doutorado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 268 e 270.

Obviamente, o decreto n.º 51 de 1 de julho de 1975 que, além de permitir a construção de varandas abertas em balanço com até 2 metros de profundidade, desde que dentro do afastamento mínimo, não computa sua metragem no cálculo da ATE – área total edificada -, exerce uma forte influência nesse retorno, como atesta Caderman ao dizer que, a partir de 1975, “em toda a cidade, há perfis completos de fachadas que ostentam as varandas em balanço sobre o afastamento” (2004, p. 147), lembrado que até aquele momento, "construções em balanço ou formando saliência acima do pavimento térreo, (eram) permitidas até o máximo de 20º da largura do logradouro, não podendo exceder o limite de 1,2 metros” (CARDEMAN, 2004, p. 51), conforme disposto no decreto 6000 de 1937.

Contudo, a legislação edilícia, por si só, não justifica essa volta, como também não explica sua ausência, visto que os regulamentos nessa fase eram iguais a da anterior de permanência da varanda. Ela manifesta, sim, as diferenças de tipologia de cada época e, com certeza, se encontra diretamente relacionada com sua intensa presença nos lançamentos imobiliários (fig. 67).

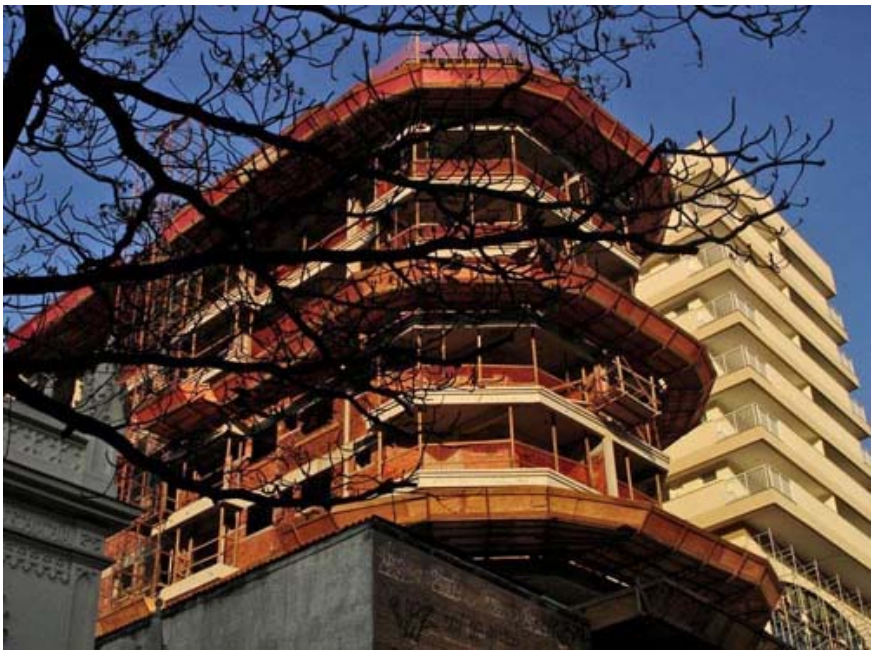


Fig. 67: exemplo da presença de varanda nos lançamentos imobiliários

Fonte: Fonte: acervo próprio, fotógrafo João Paulo Azevedo.

Entretanto, não consegue explicar sozinha o tratamento dado por Claudia e Ignez Ferraz nas varandas do edifício Alberto de Campos - utilizado como exemplo dessa fase de retorno por este trabalho -, nem tão pouco o que essa pesquisa chama de processo de avarandamento que, como já foi mencionado, consiste no acréscimo de varandas balanceadas em prédios já existentes, cobrindo a transparência dos panos de vidro. Processo esse que, na opinião desta autora, é o que, atualmente, mais evidencia o retorno da varanda aos edifícios de apartamento da cidade do Rio de Janeiro, mas especificamente, da zona sul.

1.6.3.1 – O Processo de Avarandamento

O processo de avarandamento, que diz respeito ao acréscimo de varandas em balanço em construções já existentes, teve seu início na zona sul da cidade do Rio de janeiro no ano de 2003, quando o prédio de número 135 da rua Cupertino Durão, no Leblon, recebeu um acréscimo de 17% na área total do imóvel com a construção de varandas em sua fachada, vinte e sete anos após ser edificado (fig. 68).



Fig.:68 – Acréscimo de varandas no prédio da Cupertino Durão n.º 135

Fonte: HCH Arquitetura e Planejamento Ltda

Matéria do caderno Morar Bem, do jornal O Globo, em 10 de agosto de 2003, sob o título "Tem uma varanda lá fora", de autoria de Luciana Casemiro, a construção dessas varandas teve muita repercussão. O arquiteto Hugo Hamann, autor do projeto, disse, segundo a reportagem, ter sido consultado na época por cerca de 20 prédios sobre a possibilidade de fazer algo semelhante. Além disso, a empreitada do edifício do Leblon levantou discussões como a reabilitação de construções de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (Apacs), como é caso do prédio em questão, que não é tombado, nem preservado e, sim, tutelado[21].

O fato é que o assunto ganhou dimensões além das esperadas e acabou culminando na resolução de n. 578 de 03 de janeiro de 2005, da Secretaria municipal de Urbanismo do Rio, onde o então Secretário Alfredo Sirkis regulamenta a construção de sacadas em prédios já construídos, considerando:

> O clima da região da baixada da Guanabara que propicia a vida ao ar livre; o tradicional uso das varandas nos edifícios da cidade; as potenciais melhorias ambientais e paisagísticas que o uso de edificações com varandas promoverá no espaço urbano carioca; as possibilidades de requalificar edificações vistas como obsoletas, pela introdução de varandas em suas unidades. (Resolução n. 578, de 03 de janeiro de 2005, Rio de Janeiro, 2006)

Atrelado ou não à tendência atual existente no mercado imobiliário do arquiteto de fachada, esse processo de avarandamento, a exemplo do prédio localizado na avenida Vieira Souto n.º 438, em Ipanema (fig. 69), só confirma a importância desse espaço da casa para o carioca que chega a provocar, como bem coloca Luciana Casemiro, "O sonho da varanda própria", título que ela deu à sua segunda matéria sobre a construção de varandas em prédios já existentes, publicada também no caderno Morar Bem, do jornal O Globo em 9 de janeiro de 2005.

[21] Bem tutelado diz respeito às con :ruções e áreas livres que, mesmo sem valor artístico e cultural, se integram aos bens preservados e/ou tombados, sendo submetidas s zonas de uso, aos gabaritos e aos projetos de alinhamento das Apacs.

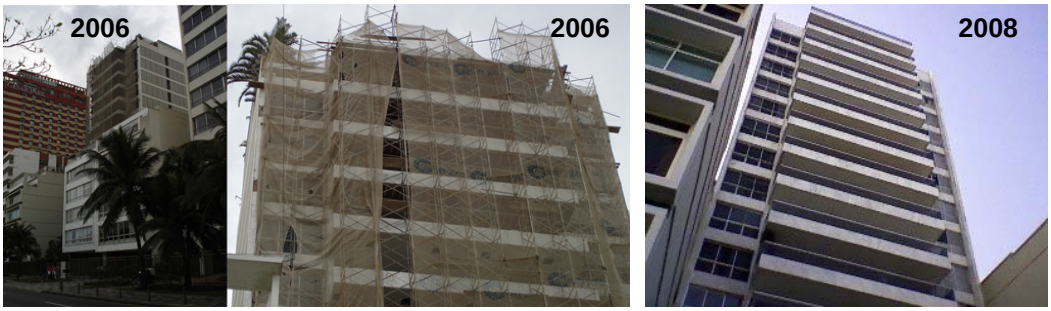


Fig.:69 - Colocação de varandas em edifício de apartamento situado na orla de Ipanema

Fonte: acervo próprio, fotógrafo João Paulo Azevedo.

As varandas em balanço, acrescidas em construções já existentes, são apoiadas em estrutura metálica e aparafusadas na fachada, como ilustra a foto do prédio de n.º 97 da rua General Artigas no Leblon (fig. 70), a qual, por possuir afastamento frontal em relação ao alinhamento do terreno, pode comportar esse acréscimo na construção. Porém, mais do que uma possibilidade tecnológica ou, até mesmo, de uma viabilidade legal hoje em dia, contida no Código de Obras a partir de 2005, elas são resultado do desejo do morador de sua casa ofertar um espaço condizente com seu comportamento cultural, com seus hábitos de moradia que foram adquiridos ao longo do tempo em que a varanda se fez presente na arquitetura doméstica do carioca quase como uma constante, se tornando, como parte da cultura material, elemento de tradição sóciocultural.



Fig. 70: prédio da rua General Artigas na fase de execução do acréscimo de varanda, em 2006 (à esquerda) e com a intervenção concluída, em 2008 (à direita).

Fonte: Fonte: HCH Arquitetura e Planejamento Ltda

Não se pode negar que o acréscimo das varandas em balanço vem aumentar a área construída de cada unidade residencial, valorizando ainda mais o apartamento, mas é de se convir que o valor de compra e venda de imóveis não é calculado pelo fato dele ser maior e sim melhor, onde a metragem quadrada é apenas mais um item que pode conferir qualidade. A varanda em balanço acrescida no apartamento agrega, assim, não apenas valor quantitativo, como também qualitativo, seja pelo aumento da área total construída ou pelas melhorias que ela pode gerar, tanto no aspecto prático, quanto no simbólico.

Em entrevista realizada com os síndicos de cada um desses três exemplos aqui mencionados (anexo 2), tal situação acima relatada se torna bem clara. Entre sete razões que motivaram os condomínios a acrescentar as varandas em suas fachadas, a necessidade de um espaço para contemplar a paisagem é mencionada em primeiro lugar pelos síndicos dos dois edifícios situados no Leblon, enquanto que o síndico do prédio localizado na Vieira Souto aponta a vontade de se possuir um espaço de transição entre a rua e a casa. O acréscimo das varandas para a valorização dos imóveis é colocado pelo síndico do número 135 da Cupertino Durão em 4º lugar e pelo síndico da General Artigas número 97 em 5º lugar, não sendo essa razão indicada pelo síndico do condomínio da Vieira Souto (gráfico 1).

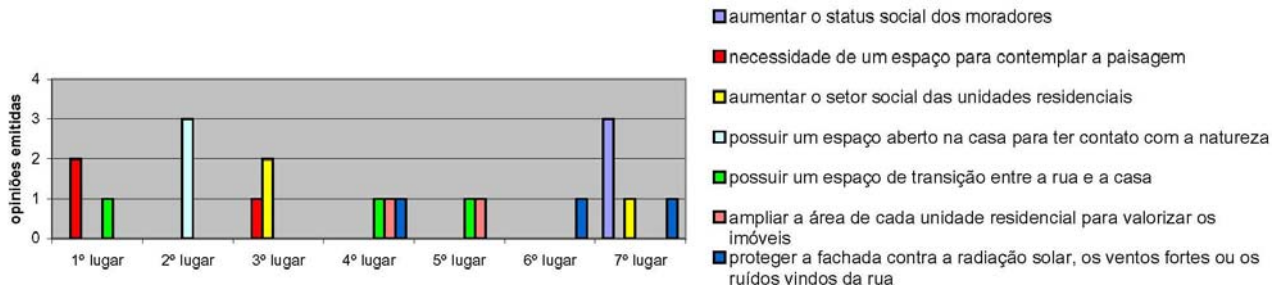


Gráfico 1: motivos que levaram o condomínio a acrescentar varandas em suas fachadas

Fonte: dados obtidos pela autora em entrevista com os síndicos

Por sinal, este último afirma que a valorização do imóvel não compensa o custo da obra, mas a melhoria na qualidade de vida sim. Questão também relatada pelos síndicos dos exemplares do Leblon, apesar desses dois considerarem que os gastos com a intervenção na fachada foram compensados pela valorização do imóvel.

Mesmo com a diferença de opiniões – que se deve também a realidade distinta dos padrões dos prédios aqui mencionados -, é unânime a posição dos três síndicos em relação ao fato de que a varanda valoriza o imóvel, não apenas pelo aumento da metragem quadrada das unidades residenciais, mas por tudo o que ela agrega.

Como melhorias obtidas após a conclusão da obra, foram citadas por todos os entrevistados a sensação de maior amplitude das unidades residenciais pela presença da varanda, a permanência maior da abertura dos vãos dos ambientes adjacentes a ela e a percepção da privacidade dos ambientes ligados à varanda ter aumentado; questão indicada inclusive pelo síndico do condomínio da Vieira Souto que não possui diante de sua fachada nenhuma outra edificação e, sim, a praia com a imensidão do mar de Ipanema (gráfico 2).

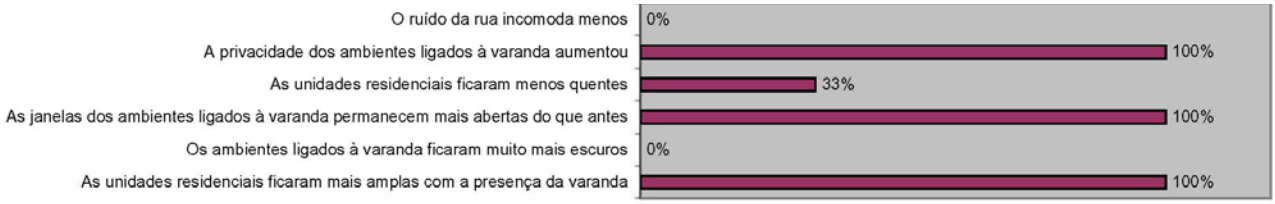


Gráfico 2: melhorias percebidas depois do acréscimo das varandas

Fonte: dados obtidos pela autora em entrevista com os síndicos

Como se pode notar, a varanda está, sim, relacionada com o modo de vida do carioca como elemento de tradição sóciocultural e a ocorrência desse processo de avarandamento é o exemplo mais evidente dessa relação, mesmo que ele acabe proporcionando um ganho de área construída.

Aliás, a discussão da varanda representar o comportamento cultural do carioca ou de apenas significar um aumento na metragem quadrada da unidade residencial é algo que antecede o acréscimo que se vê, nos últimos anos, de seu balanço nas fachadas dos edifícios residenciais em virtude do fechamento de muitas delas com esquadrias de vidro.

Contudo, se há exemplares espalhados pelos bairros da zona sul com esses elementos de vedação, há, em paralelo, a presença de varandas que permanecem abertas, como também de espaços avarandados que são criados pela retirada de tais elementos, na intenção de constituir, com isso, a tipologia de varanda embutida no corpo da fachada, o que não implica num ganho de área e que, ao mesmo tempo, não deixa de ser um processo de avarandamento.

Desta forma, com o intuito de continuar a discussão sobre a relação da varanda com o modo de vida do carioca, acreditando que é isso que, junto com a legislação vigente nos dias de hoje, fez com que sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul se proliferasse nos últimos anos, período identificado, aqui, como a fase de seu retorno, este trabalho prossegue com a abordagem do fechamento e da abertura de espaços avarandados.

1.6.3.2 – O Fechamento e a Abertura de Espaços Avarandados

O fechamento do espaço da varanda por diversos moradores dos edifícios de apartamento, mesmo quando esse ambiente era desejado, é algo que questiona a sua importância para os hábitos de moradia do carioca e, mesmo ocorrendo em todas as décadas do século XX e não apenas na atualidade, a abordagem desse tema ajuda a avaliar se o retorno expressivo da varanda nos últimos anos está atrelado ou não com o modo de vida desse povo, pois, de alguma maneira, indica a importância desse ambiente na casa, focando a discussão na questão de que se varandas são fechadas, elas também são, diversas vezes, abertas.

As varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca construídas na primeira metade do século XX, que registram o que este trabalho chama de sua fase de permanência, podiam aparecer tanto fechadas por esquadrias de vidro – situação em que, normalmente, recebiam o nome de jardim de inverno -, ou abertas. Muitas destas, porém, acabaram sendo fechadas pelo próprio morador com o passar do tempo, principalmente quando se difundem as tecnologias artificiais de condicionamento interno do ar, como os aparelhos de ar condicionado de janela.

Provavelmente, esses fechamentos ocorriam, entre outros motivos, com o intuito de isolar os ruídos e a poluição vindos da rua, de inibir os ventos fortes que se tornam mais intensos quanto mais alta for a unidade residencial, como também de aumentar a área do ambiente adjacente à varanda, como a sala ou o quarto (fig. 71).



Fig. 71: exemplos de varandas fechadas

Fonte: própria da autora

Algo que continua sendo feito até os dias de hoje, não só quando as varandas não se encontram balanceadas, como também quando elas se projetam sobre o afastamento mínimo, a exemplo desses edifícios recém construídos nos bairros do Catete e da Gávea (fig. 72), mesmo que o decreto n.º 51 de 1 de julho de 1975, que vem permitir seu balanço, coloque como condição para a retirada de sua área do cálculo da ATE - área total edificada -, o não fechamento de seu espaço, mesmo se com vidros, sendo o condomínio co-responsável na desobediência a essa exigência, conforme parágrafo 9 (anexo 3).



Fig.72: varandas fechadas com esquadrias de vidro no Catete (à esquerda) e na Gávea (à direita)

Fonte: própria da autora

Contudo, se há, por motivos diversos, essa tendência ao fechamento do espaço da varanda com esquadrias de vidro, até mesmo quando ela é balanceada, contrariando a objeção da lei que a regulamenta, também existe a inclinação para a abertura com a ausência de tais elementos de vedação, inclusive em varandas embutidas no corpo da fachada que, por vezes, recebem tratamento diferenciado, mostrando ser esse um ambiente importante da casa que, por alguma razão, merece destaque (fig. 73).



Fig. 73: presença de varandas abertas concomitantemente com varandas fechadas

Fonte: própria da autora

Essa importância da varanda para os hábitos de moradia é evidenciada pela permanência de varandas abertas, principalmente quando o contexto urbano no qual elas se encontram inseridas, a princípio, deveria induzir o seu fechamento.

No edifício situado no bairro da Urca, na esquina da rua Cândido Gaffrée com a João Luiz Alves (fig. 74), o fechamento da varanda do primeiro pavimento residencial, certamente, se deve a distúrbios vindos da rua, oriundos não só do ponto final das linhas de ônibus que atendem o bairro – o que configura uma zona de ruído numa região de pouca intensidade de tráfego – como, também, do Bar da Urca que ocupa a sobreloja e do Boteco Tabajaras, situado no térreo, ambos estabelecimentos comerciais produtores de barulho e cheiro forte durante todo o dia e a noite até o encerramento do expediente – situação atípica no bairro. Percebe-se que as unidades superiores já não apresentam o mesmo fechamento, com exceção do último pavimento, o qual, diferentemente do primeiro, ainda preserva parte da varanda, mesmo alterando sua forma original.

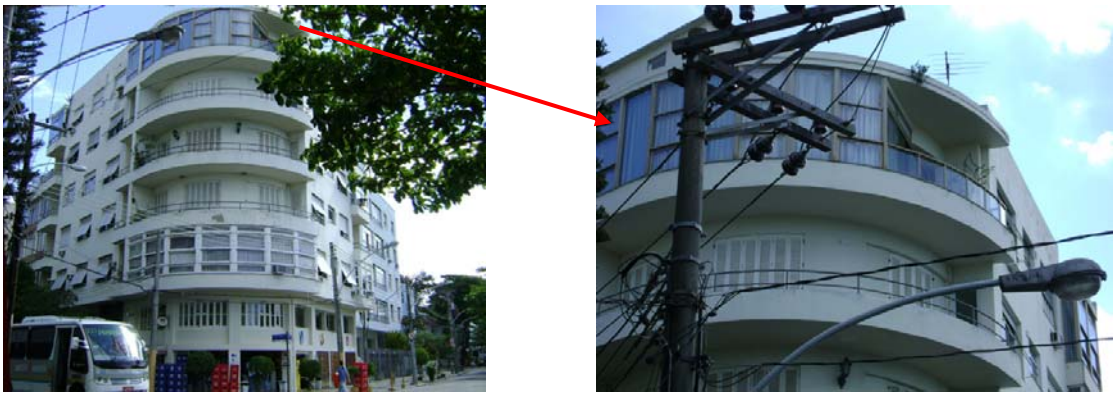


Fig. 74: exemplo de fechamento de varanda em virtude de distúrbios vindos da rua

Fonte: própria da autora

Tal situação está em sintonia com o contexto urbano em que se encontra o edifício, ao contrário das varandas do prédio localizado em Copacabana, no encontro da rua Marechal Mascarenhas de Moraes com a avenida Barata Ribeiro – uma das principais vias do bairro de tráfego intenso (fig. 75). Nesse exemplo, os primeiros pavimentos que, sem dúvida, são os mais afetados com o barulho e até com a ameaça de insegurança vindos da rua, são exatamente os que permanecem com suas varandas abertas, indicando que elas fazem parte dos hábitos de moradia de seus usuários que resistem em fechá-las.



Fig. 75: exemplo de varandas que permanecem abertas apesar dos distúrbios vindos da rua

Fonte: própria da autora

Aliás, é necessário destacar que o próprio fechamento, por si só, não invalida a importância da varanda para o usuário, pois a presença, neste caso, das esquadrias de vidro, pode significar uma forma de melhor utilizar seu espaço que, pelas intempéries da natureza ou por distúrbios vindos da rua, se tornava inabitável quando aberto. Como comentado no início deste trabalho, o termo varanda também se aplica a ambientes que apresentam elementos de vedação e a própria definição dada aqui não descarta essa possibilidade.

O fechamento só elimina o espaço da varanda da moradia quando a parede que divide seu ambiente com o adjacente a ela não é mantida, na intenção de aumentar algum espaço da casa, a exemplo desse apartamento situado na Fonte da Saudade (fig. 76). No entanto, frente ao fechamento que provoca essa eliminação, se coloca a abertura de espaços avarandados com a criação de varanda em apartamentos que nunca tinham possuído esse ambiente antes, exatamente com a elevação de alvenaria dividindo um único espaço em dois.

	APARTAMENTO SITUADO NA FONTE DA SAUDADE		
			
	QUARTO DO MENINO		**QUARTO DA MENINA**
ANTES			
DEPOIS			

Fig. 76: exemplo de fechamento da varanda para aumento da área dos quartos

Fonte: própria da autora

A intervenção realizada em um dos apartamentos do edifício situado no número 93 da rua Paissandu, no Flamengo, é um exemplo disso. À pedido dos proprietários, o quarto do casal foi reduzido para poder comportar um balcão, uma varanda embutida no corpo da fachada, que teve sua esquadria retirada para que o novo ambiente da casa se integrasse mais com a rua que comporta o famoso “corredor” de palmeiras imperiais (fig. 77).



Fig. 77: intervenção em apartamento para criação de balcão embutido no corpo da fachada
Fonte: própria da autora

Ao contrário das varandas balanceadas que são adicionadas nas fachadas de edifícios existentes, a criação desse ambiente, que também se configura num processo de avarandamento, ocorre por subtração, não podendo estar atrelada à valorização do imóvel, há não ser que esta ocorra não por aumento da área construída, mas sim em virtude de outros benefícios que a varanda possa proporcionar por está relacionada com o modo de vida do carioca.

Relação esta que fundamenta a presença marcante da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, seja na primeira metade do século XX, momento que este trabalho chamou de sua fase de permanência, seja nas últimas décadas desse mesmo século e nos dias de hoje, quando, de acordo com essa pesquisa, ocorre sua fase de retorno, exatamente por se dar após um período de notória ausência que, por sua vez, certamente ocorreu por mudanças no modo de vida na época que fez com que a varanda não fosse tão importante assim para os hábitos de moradia vigentes e não pela existência de alguma legislação que a inibisse. Se os regulamentos edilícios servissem como a principal justificativa para sua presença, o mesmo também deveria ocorrer para sua ausência.

Decerto, a proliferação de varandas nos edifícios residenciais nos últimos anos é impulsionada pela legislação edilícia que, é claro, atua como veículo para sua existência, mas o cerne da sua presença, não só nessa fase de retorno, como em todas as épocas em que ela aparece nas moradias, é sua relação com o modo de vida do carioca. O decreto de n.º 51 de 1 de julho de 1975, nesse sentido, permite as varandas em balanço que são comumente vistas nos lançamentos imobiliários, mas, como afirma Caderman, tal decreto é, na verdade, "a consolidação de um sonho de consumo do carioca: a varanda" (2004, p. 65), o que demonstra que esse espaço da casa não é apenas uma imposição feita pelo projetista, mas um desejo também do usuário, ainda mais evidente no processo de avarandamento.

Neste caso, então, a própria Secretaria de Urbanismo da cidade do Rio de Janeiro se baseia na relação da varanda com o modo de vida do carioca para oficializar o que já era um ato estabelecido nos bairros da zona sul, como pode se notar no texto da resolução n.º 578, citado anteriormente.

Provavelmente, esse desejo explícito pelo processo de avarandamento aflora com a abundância de varandas balanceadas pela cidade, em virtude dos lançamentos imobiliários de 1975 em diante, mas talvez essa presença da varanda não seria tão marcante assim nem nos novos edifícios residenciais se o momento não fosse propício, pois, nessa fase de retorno, além da varanda aparentar ter retomado sua relação com o modo de vida do carioca, esse relacionamento parece, ainda por cima, ter sido explorado pela produção arquitetônica das últimas décadas do século XX que tira partido dele, visando a dimensão simbólica da arquitetura; interesse, como já comentado, de grupos de arquitetos dessa época.

Afinal de contas, ao se fazer presente na história da arquitetura doméstica da população do Rio de Janeiro, expressando os hábitos de moradia desse povo, a varanda não só faz parte da cultura material, como, também, da imaterial pelos significados atribuídos a ela ao longo desse tempo. Significados esses que fazem com que ela pertença ao grupo de elementos que Gilberto Freyre apresenta como “símbolos culturais [...] (de) valores tradicionais e regionais, paradoxalmente, pós-modernos, em arquitetura e noutras artes espaciais e visuais [...] espaços quase que religiosamente considerados importantes” (1987, p. 16).

Condição esta da varanda que se torna mais clara ao avaliar as diversas visões de seu emprego na contemporaneidade que será o foco do segundo capítulo ao examinar os regulamentos do código de obras diretamente relacionados com a varanda, assim como algumas teorias que basearam a produção arquitetônica dos últimos anos.

CAPÍTULO 2 – A VARANDA E DIVERSAS VISÕES DE SEU EMPREGO NA CONTEMPORANEIDADE

À primeira vista, o emprego da varanda na contemporaneidade parece se apoiar na legislação edilícia que, a partir de 1975, permitiu sua configuração aberta e em balanço sem que sua área fosse computada no cálculo da ATE - área total edificada. Certamente, essa regulamentação possibilitou a proliferação da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas, mas o motivo principal de sua presença, como de sua ausência, em qualquer época, é a relação que mantém com o modo de vida do carioca e que, de uns anos para cá, passou a ser explorada, intencionalmente, por grupos de arquitetos na busca por significado e simbolismo nas suas obras.

Em virtude disso, junto com a apresentação da legislação edilícia que regulamenta a presença da varanda nos dias de hoje, este trabalho vai aqui expor outras visões de seu emprego na contemporaneidade, as quais se baseiam em teorias oriundas de outras áreas do conhecimento, mas que movimentaram as discussões no campo da arquitetura desde a década de 1960 até a atualidade.

Essas teorias são a fenomenologia e a semiótica, que se fizeram presentes em meados do século XX nos CIAMs – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, contribuindo para a revisão crítica do modernismo. Com base nessas teorias, se instaura o debate de temas como função, história, memória e lugar, levantando a questão em torno do significado da arquitetura e fazendo com que, na segunda metade do século XX, surjam propostas arquitetônicas, como o historicismo pós-moderno[22] e o regionalismo crítico, que vão sustentar o emprego da varanda na contemporaneidade dentro do discurso teórico.

O emprego da varanda, com base nessas duas propostas, visa à criação de uma relação semântica, introduzida pela semiótica, e a construção do lugar fenomenológico, explorando os significados atribuídos a esse ambiente da arquitetura doméstica, em virtude do seu vínculo com modo de vida do carioca, mesmo que o enfoque dado por cada uma delas seja diferente.

O historicismo pós-moderno tem o seu foco na semiologia, explorando uma relação semântica a partir do emprego de elementos da história, seja clássica ou vernacular, que despertam a memória cultural, podendo, através do imaginário comum, como é o caso da varanda da arquitetura doméstica carioca, contribuir para a criação do lugar fenomenológico. Já o regionalismo crítico inverte essa relação, pois, ao concentrar seu interesse no vínculo da arquitetura com o lugar, fazendo uso da história e da memória cultural da região, ele parte, primeiramente, da formação do lugar fenomenológico com o uso de imagens comuns que acabam despertando uma semântica.

[22] Durante a década de 1960, a produção arquitetônica que fazia frente à arquitetura modernista com o uso de elementos da história foi denominada por alguns críticos com Jencks (1996) de pós-moderno. Com o passar dos anos e o surgimento de outras manifestações arquitetônicas, tal produção passou a ser chamada de historicismo ou de historicismo pós-moderno, como assim faz Kate Nesbitt.

De qualquer maneira, o emprego da varanda a partir dessas duas visões é pertinente, e se baseia na relação dela com o modo de vida do carioca que, por sua vez, leva a compreensão desse elemento do objeto arquitetônico como universo de reconhecimento. Compreensão esta que faz com que a varanda não seja apenas utilizada por grupos de arquitetos, mas também desejada por seu usuário.

Essas diversas visões do emprego da varanda na contemporaneidade ajudam, assim, a compreender a sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca e, por isso, serão aqui apresentadas, a começar pelo ponto de vista da legislação edilícia que, mesmo não sendo considerada por este trabalho como a principal razão de sua presença, é, sem sombra de dúvidas, determinante para sua existência.

2.1 - A Legislação Edilícia Relativa às Habitações Multifamiliares Permanentes e a suas Respectivas Varandas

A legislação edilícia, que é específica para cada município, visa o desenvolvimento urbano da região sob a alçada da Secretaria Municipal de Urbanismo, regulamentando as construções e edificações, entre elas, as habitações multifamiliares permanentes. Em relação a esse tipo de habitação, vigora desde 5 de janeiro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, o decreto n.º 7336 que regulamenta a construção de edifícios residenciais multifamiliares, a qual se aplica a todos os bairros da zona sul, independentemente de sua Região Administrativa[23], legislando no item 2.1.4 a respeito das varandas, sacadas e saliências, conforme anexo 3.

No entanto, tal item mantém, na sua grande maioria, o que já tinha sido disposto em decretos anteriores a esse, sendo válido percorrer o histórico da legislação edilícia relativa às habitações multifamiliares permanentes e avaliar as mudanças dos regulamentos que fazem referência à varanda.

De acordo com Lemos (1999), no período em que o Brasil ficou vinculado a Portugal, a superintendência da Câmara, interessada nos aspectos estéticos da cidade, se ateve apenas à continuidade dos alinhamentos e à harmonia das fachadas ao legislar sobre as residências, ditando o ritmo entre as cimalhas e as cornijas, como as alturas das cumeeiras que deviam se apresentar niveladas, mas nada mencionava em relação às varandas.

Somente no Brasil republicano, após as prefeituras assumirem autoridade sobre os planos urbanísticos das cidades com a lei orgânica de 1892, é que começa a vigorar regulamentos específicos para esses elementos, como o decreto n.º 762 de 1 de junho de 1900 sobre a construção e/ou reconstrução de prédios que proíbe balanço com mais de 60 cm sobre a rua (CARDEMAN, 2004).

[23] A zona sul é dividida em 4 RAs – Regiões administrativas – da seguinte maneira: IV RA – Cosme Velho, Laranjeiras, Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, Urca e Humaitá; V RA – Copacabana e Leme; VI RA – Ipanema, Leblon, Lagoa, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e Vidigal; XXVII RA _ Vidigal. Contudo, o decreto n.º 7336/88 atua como regulamento geral para todas.

Essa determinação se manteve em vigor até o surgimento do Código de Obras e Legislação Complementar do Distrito Federal, que na época se tratava do Rio de Janeiro, com o decreto n.º 6000 de 1 de julho de 1937. Nesta lei que começa a vigorar exatamente quando os edifícios residenciais se proliferam nos bairros da zona sul, construções em balanço ou saliências, como as varandas, só são permitidas até o máximo de 20º de largura do logradouro, como comentado anteriormente, não podendo exceder o limite máximo de 1,2 metros (CARDEMAN, 2004).

Imposição esta que dita a tipologia da maioria das varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul não apenas durante os 30 anos de vigência do decreto nº 6000/37, mas até 1975, visto que o que tinha sido disposto a esse respeito no código de obras de 1937 não sofre modificação nem com a nova lei nº 1574 de 11 de dezembro de 1967 de Desenvolvimento Urbano do estado da Guanabara, nem com os Regulamentos Complementares a esta, presentes no decreto nº 3800 de 20 de abril de 1970 (CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1974).

Tanto a lei nº 1574/67, quanto o decreto nº 3800/70 vigoram até os dias de hoje, determinando a legislação edilícia da cidade do Rio de Janeiro, especificamente dos bairros da zona sul. No entanto, os preceitos legais que regulam as varandas em habitações multifamiliares permanentes se modificam com o decreto nº 51 de 1 de julho de 1975 que vem alterar as "disposições relativas às condições das edificações, estabelecidas [...] no Regulamento de Construções e Edificações aprovadas pelo decreto 'E' nº 3800 de 20 de abril de 1970" (CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 1977, p.275), mais especificamente, no caso aqui presente, a seção 6 do capítulo VI desse decreto de 1970 que trata das fachadas (anexo 3), influenciando o que este trabalho chama de fase de retorno da varanda.

Vale aqui ressaltar, como já comentado, que tal decreto nº 51/75 não vem permitir a presença de varandas nas habitações multifamiliares permanentes que, conforme pode ser observado, nunca esteve proibida, não podendo a legislação edilícia justificar a fase de ausência, anterior a de retorno, nem ser a única explicação para esta última, mas, sim, aprovar o balanço desse ambiente com até 2 metros de profundidade, sem que sua área fosse computada no cálculo da ATE – área total edificada -, o que, certamente, incentivou sua oferta pelos lançamentos imobiliários das últimas décadas, sem, contudo, poder explicar o fato da varanda ter se tornado, com isso, um dos principais atrativos do imóvel.

O texto relativo às varandas nesse decreto nº 51 de 1975 se encontra no seu artigo 3, mais especificamente, do 4º ao 9º parágrafo, conforme pode ser observado na sua integra no anexo 3. Em termo gerais, o 4º parágrafo estipula que, em logradouros cuja a largura for igual ou maior que 12 metros, serão permitidas varandas abertas em balanço até 2 metros de profundidade, desde que dentro do afastamento mínimo frontal, caso em que não serão computadas no cálculo da ATE – área total edificada -. Varandas laterais ou de fundos, como situações adversas, são abordadas do 5º ao 8º parágrafo e o 9º parágrafo alerta para a proibição do fechamento ou envidraçamento,

mesmo que em parte, dessas varandas que devem permanecer abertas sob qualquer pretexto, sendo o condomínio co-responsável na desobediência a esta exigência.

Esse regulamento que veio alterar o cenário arquitetônico dos bairros da zona sul carioca, contribuindo, mesmo que indiretamente, até com o processo de avarandamento, estimulando o desejo de se ter tais varandas balanceadas e abertas, foi mantido na sua integra pelo decreto nº 322 de 3 de março de 1976, que aprova o novo regulamento de zoneamento do município do Rio de Janeiro, no seu artigo 114, sendo acrescentado ao texto do decreto nº 51/75, primeiramente mais 3 parágrafos que dispõem sobre situações adversas (anexo 3) e posteriormente mais 2 parágrafos, o 13º e o 14º, respectivamente pelo decreto nº 835 de 1 de fevereiro de 1977 e pelo decreto nº 3044 de 23 de abril de 1981, sem apresentar, no entanto, alterações significativas para este estudo (anexo 3).

Isso só ocorre quando o decreto nº 7336 de 5 de janeiro de 1988 passa a regulamentar, especificamente, a construção de edificações multifamiliares, reservando o item 2.1.4, exclusivamente, para varandas, sacadas e saliências. No que diz respeito ao objeto deste estudo (varandas e sacadas – item 2.1.4.1 desse decreto), o que tinha sido disposto pelo decreto nº 51 de 1975 e mantido pelo decreto 322 de 1976, em geral, continua em vigor, sendo que o texto atual (anexo 3) não faz menção alguma à largura do logradouro onde se encontra o edifício residencial para que seja permitido o balanço da varanda com até 2 metros de profundidade, o que deveria, a princípio, ser de 12 metros (CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2000).

Outra alteração é que a área da varanda não computada na ATE – área total edificada – deve corresponder no máximo a 20% da área útil da unidade residencial, devendo a área excedente a esta fazer parte do cálculo, com ressalva ao disposto no Regulamento de Zoneamento, no PEU – projeto de estruturação urbana -, ou em decreto que incida na região.

Esse decreto nº 7336 de 1988 é o que vigora nos dias de hoje com alterações em relação ao processo de licenciamento estipuladas pelo decreto nº 10426 de 6 de setembro de 1991, mas, no que tange à varanda, nada se modificou. A única novidade é a Resolução da Secretaria Municipal de Urbanismo nº 578 de 3 de janeiro de 2005, que não chega a ser uma modificação e, sim, uma ampliação da legislação.

Como comentado anteriormente, essa resolução nº 578 de 2005 regulariza o processo de avarandamento, permitindo “a aplicação do item 2.1.4 do decreto municipal nº 10426/91 no que se refere à construção de varandas balanceadas em edificações aprovadas anteriormente a vigência do regulamento de zoneamento, aprovado pelo decreto 322/76”[24] (RIO DE JANEIRO, 2006, p.1).

A legislação edilícia, pelo o que foi visto aqui, influencia o emprego da varanda nas habitações multifamiliares permanentes, mas, como comentado anteriormente, essa influência se aplica mais à tipologia das varandas que precisa se adequar aos regulamentos vigentes e que, ao longo do tempo, se alteram, modificando o cenário arquitetônico dos bairros da zona sul (fig. 78).

[24] O texto original se refere ao item 2.4.1 e não 2.1.4, mas isso se deve a um erro de digitação existente em algumas edições do código de obras e identificado por essa autora, pois no texto do decreto 10426/91 - que é o mesmo do decreto 7336/88 com alteração em relação ao licenciamento – o item 2.4.1 faz referencia a instalações prediais e o que diz respeito às varandas é o item 2.1.4.



Fig. 77: cronologia da legislação edilícia relativa às varandas das habitações multifamiliares permanentes

Fonte: própria da autora

Na contemporaneidade, os decretos que passaram a vigorar desde 1975 trouxeram vantagens aos lançamentos imobiliários que incorporaram a varanda, contribuindo para que ela se proliferasse, mas, como já foi discutido, sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro se justifica ainda mais por sua relação com o modo de vida do carioca e, mesmo dentro do discurso arquitetônico, existem outras visões de seu emprego que se baseiam em teorias oriundas de outras áreas do conhecimento, mas que fundamentaram parte da produção da arquitetura da últimas décadas e que, agora, serão aqui expostas, a começar pela semiótica e a visão historicista pós-moderna.

2.2 - A Semiótica e a Visão Historicista Pós-moderna do Emprego da Varanda

Durante a segunda metade do século XX, diversos arquitetos começaram a fazer uso de elementos da história tanto clássica como vernacular com o objetivo de proferir significado a suas obras, baseados em teorias lingüísticas, mais propriamente, na semiologia. Fato esse que dá origem ao termo historicismo, ou melhor, historicismo pós-moderno, para denominar tais produções que também são chamadas por alguns críticos, como Mário Gandelsonas, de arquitetura semântica ou figurativa[25].

A busca de significado, como comentado anteriormente, é um ponto em comum nas discussões que surgem no campo da arquitetura a partir da revisão crítica do modernismo e essa "produção de sentido tem sido frequentemente examinada à luz de 'analogias lingüísticas'" (NESBITT, 2006, p. 19).

Dentro desse contexto, a varanda é compreendida a partir da semiologia como um signo e empregada com o intuito de criar uma semântica. É o que acontece no projeto do escritório Reinach Mendonça Arquitetos Associados para uma residência em Bragança Paulista, no estado de São Paulo (fig. 79).



Fig.79: residência em Bragança Paulista de autoria de Reinach Mendonça Arquitetos Associados

Fonte: "Eixos de circulação definem planta em T e dois pátios externos". Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>. Arcesso em 28/03/2006. Fotógrafo Leonardo Finotti.

[25] Mario Gandelsonas compara a produção de Michael Graves com a de Peter Eisenman, chamando a primeira de arquitetura semântica e figurativa em seu texto *"On Reading Architecture"* que faz parte do livro "*Signs, Symbols and Architecture"*, organizado por Goffrey Broadbent, Richard Bunt e Charles Jencks e publicado na Grã-Bretanha pela John Wiley & Sons Ltd, em 1980 (NESBIT, 2006).

Fora de contexto, a varanda empregada nessa casa de pontos, linhas e planos que remetem, à primeira vista, aos projetos modernistas, pela forma cúbica e pela cor (ou mais apropriadamente falando, pela ausência desta), visa produzir uma relação semântica com o usuário desse espaço na tentativa de explorar os diversos significados que esse significante – no caso o elemento varanda – tem para o observador, podendo até despertar outros a partir de sua recontextualização, num diálogo recíproco e constante entre o objeto e seu usuário.

Em relação ao objeto desse estudo, que são as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, a mesma intenção pode ser observada na obra de Cláudia e Ignez Ferraz (fig. 61) – aqui já referida ao se abordar a fase de retorno desse ambiente nas últimas décadas – que faz uma alusão aos muxarabiês do período colonial com suas básculas de madeira e, certamente, o intuito de criar tal semântica também é o principal objetivo de muitos outros arquitetos que empregam a varanda, esse ambiente da história da arquitetura doméstica carioca, nos edifícios residenciais da cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade, buscando, com base na semiótica, conferir significado à arquitetura.

A semiótica é a ciência que trata dos signos, através dos conceitos de significante e significado introduzidos por Saussure no estudo científico da linguagem. No início do século XX, Ferdinand de Saussure, filósofo suíço, assim como Charles Sanders Peirce, pesquisador norte-americano, tinham a intenção de construir uma “teoria da significação” que foi denominada por Peirce de semiótica e por Saussure de semiologia. Tanto uma quanto a outra são definidas por Roland Barthes (1981) - personalidade importante do estudo semiológico - como a ciência dos diferentes sistemas de signos ou como o estudo sobre de que consistem os signos que Saussure diz ser algo composto por duas partes, um significante e um significado que, combinados, possuem uma significação, uma semântica.

Roland Barthes (1981) explica que o significante é o objeto denotado, o senso comum do signo, enquanto que o significado é o objeto conotado que ganha sentido a partir das experiências pessoais – sentimentos e emoções – e dos valores culturais. A significação do signo composto pelo significante e pelo significado demanda, desta forma, da soma da denotação e da conotação dada, respectivamente, a cada componente pelo observador.

Na opinião de Umberto Eco, tanto a denotação do objeto, quanto a conotação, pertencem ao significado e a significação é o resultado dos “significados denotativos e conotativos que se aplicam aos significantes” (2007, p. 198), mas se alinha ao pensamento de Barthes ao falar que o “processo de significação” se dá, portanto, quando “introduzindo o homem, passamos para o universo do sentido” (1986, p. 111). Isso porque é o ser humano quem atribui significado a um significante, formando, desta forma, o signo. A interpretação do signo depende de seu leitor, ou melhor dizendo em relação à arquitetura, da percepção de seu observador, de seu usuário, que varia, conforme Barthes, com a cultura e com a vivência de cada um.

De certo, a teoria da percepção[26] considera não apenas as respostas objetivas aos estímulos externos dos cinco sentidos – audição, olfato, paladar, tato, visão – para se perceber e se interpretar um objeto, mas também os aspectos culturais e as experiências pessoais que dizem respeito aos fatores internos e subjetivos.

> A percepção é uma relação do sujeito com o objeto; este tem características próprias, mas é com minha subjetividade que o conheço; no meu modo de apreendê-lo projetam-se meu modo de ser, meu modo de pensar, modelados pelas experiências anteriores e pelo meio sóciocultural ao qual pertenço e, ainda, meus interesses imediatos. (PENNA, 1968, p. 15)

Por tais motivos, Eco afirma que, “no processo de significação”, ou, por assim dizer, na relação semântica, “o sinal (o signo) não é mais uma série de unidades [...], mas uma forma significante que o destinatário humano deverá encher de significado (momento em que) passamos de uma teoria matemática da informação para uma teoria geral da comunicação, ou semiologia” (1986, p. 111).

Apesar de alguns críticos e arquitetos como Agrest e Gandelsonas (2006) considerarem que a semiologia (ou a semiótica) deva se distinguir da teoria da comunicação por uma (a comunicação) analisar como os signos são enviados e recebidos, e a outra (a semiologia ou a teoria da significação) estudar de que se trata os signos, é indiscutível a importância dos trabalhos iniciados por Saussure e Peirce em relação ao significante e ao significado para todas as discussões sobre as teorias lingüísticas. Discussões essas que terão implicações no campo da arquitetura na década de 1960, quando se reconhece que a arquitetura, assim como a linguagem, é uma convenção, trazendo implicações, inclusive, para o emprego da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, a partir da visão historicista.

A produção historicista pós-moderna que estaria relacionada com o emprego da varanda na contemporaneidade, como já mencionado, se baseia na semiologia que, a partir da compreensão da arquitetura como linguagem, traz a tona temas como a função da arquitetura, o emprego de referências históricas, a memória cultural e o lugar, com o propósito de resolver o problema da produção de sentido na arquitetura.

No que diz respeito ao primeiro tema, a função da arquitetura é questionada pela semiologia, pelo fato da “reestruturação do pensamento em paradigmas lingüísticos” (NESBITT, 2006, p. 35) colocar a obra arquitetônica como uma obra aberta, definida por Umberto Eco (1986) como aquela que só se completa a partir de seu observador, não possuindo uma única interpretação, mas interpretações múltiplas, conforme os estímulos provocados pelo diálogo, pois, neste caso, se a produção de sentido na arquitetura varia de acordo com os significados que são dados a um mesmo significante, qual seria a função do objeto arquitetônico com a qual os arquitetos funcionalistas do movimento moderno diziam que a forma deveria estar atrelada?

[26] Os estudos da psicologia da percepção humana interagem tanto com a teoria lingüística, quanto com a fenomenologia, mantendo relação com os trabalhos da Gestalt – psicologia da forma – iniciados na primeira metade do século XX pela Escola de Berlim.

Na famosa frase “a forma segue a função”, Sullivan se refere a uma única função, à função pragmática da arquitetura, isto é, àquela relacionada com as necessidades objetivas, estipuladas pelo programa arquitetônico, calçando, com isso, a visão unifuncionalista[27] do movimento moderno europeu.

Contudo, o entendimento que a semiótica traz de que a forma é detentora de uma linguagem, de um poder de comunicação, questiona qual seria a função que ela, a forma, deveria seguir, pois, “em termos comunicacionais, o princípio de que *a forma segue a função* significa *que a forma do objeto não só deve possibilitar a função, mas denotá-la*” (ECO, 2007, p. 200), sendo esta função pragmática, na opinião de Eco (2007), apenas o significado denotativo do significante que é a forma, a qual detém, por sua vez, outros significados conotativos.

A forma arquitetônica deveria estar atrelada somente à função pragmática que se atém às necessidades objetivas ou a uma função simbólica, teórica, estética ou ainda a todas as funções possíveis, seguindo no final das contas, nenhuma delas? A forma que *emociona* ou a forma que *incomoda*[28] possui essa propriedade por seus aspectos objetivos ou por seus valores subjetivos ou por ambos?

> Dentro dessa perspectiva, portanto, a qualificação de “função” passa a abarcar todas as destinações comunicacionais de um objeto, visto que na vida associada as conotações “simbólicas” do objeto útil não são menos “úteis” do que suas denotações “funcionais” [...] conotações simbólicas [...] comunicam uma utilizabilidade social do objeto. (ECO, 2007, p. 202 – 203)

Questões como essas são levantadas na segunda metade do século XX, por exemplo, no livro *“A Estrutura Ausente”* de Umberto Eco que, ao discutir sobre semiótica, dedica um capítulo inteiro à arquitetura, com a justificativa de que “se virmos na semiologia [...] a ciência que estuda todos os fenômenos da cultura como se fossem signos [...], um dos setores onde ela (a semiótica) tem sido mais desafiada pela realidade que procura dominar é a arquitetura” (2007, p.187). Assunto também abordado em outras publicações como *“Meaning in Architecture”* - uma coletânea de artigos organizados por George Baird e Charles Jencks em 1969 que, segundo Kate Nesbitt, é “o primeiro livro em inglês sobre o assunto” (2006, p. 143) - e *“The Language of Post-modern Architecture”*, de autoria de Charles Jencks (1996), onde, por intermédio desse último, o termo pós-modernismo (no que se refere ao historicismo pós-moderno) é difundido, esquentando as discussões sobre o sentido da arquitetura.

[27] A visão unifuncionalista que baseou o movimento moderno europeu, isto é, a visão de que a função da arquitetura é apenas a de responder a necessidades objetivas do ser humano, ligados ao programa arquitetônico, é um dos pontos questionados durante a revisão crítica do modernismo.

[28] O arquiteto modernista Le Corbusier é o autor da frase “a forma deve emocionar”; em contrapartida Peter Eisenman, em suas experiências em torno da casa pós-humanista - que é a proposta das casas numeradas em cima da descontrução da Casa Dominó desse mestre do movimento moderno europeu (ÀBALOS, 2003; MONTANER 2001) -, fala que “a forma deve incomodar”.

> Os problemas relacionados ao significado da arquitetura [...] são inerentes à questão das origens. Por exemplo, é comum dizer que a função, isto é, o uso pragmático do abrigo, singulariza a arquitetura e, portanto, define seu significado. Outros, contudo, alegam que a função de acomodação (no sentido literal da palavra) é a essência da *construção*, e não da *arquitetura*, cuja gama de intenções é mais ampla e comporta uma função simbólica (NESBITT, 2006, p. 19).

O questionamento a partir da semiologia sobre o tema da função da arquitetura abre a discussão em cima da temática da história, pois a compreensão de que a arquitetura possuía outras funções além da pragmática, como comentado, estimulava a utilização de referências históricas como algo que produzia significado.

O movimento moderno europeu primava pela originalidade – uma produção sem precedentes que encontrava na abstração uma forma de expressão, tendo origem, segundo Montaner (2001), no racionalismo cartesiano que colocava a experiência como método científico. Contudo, se a história fora negada pelo modernismo, ela estava sendo, agora, valorizada

> Partindo da negação da tradição, as vanguardas propõem formas puras e abstratas [...]. Isto deveria permitir a diluição da definitiva expressão convencional da arquitetura a favor de uma nova expressividade [...]. Mas a essência das vanguardas consiste em sua ruptura [...] com aquilo que lhe permitiria uma expressividade harmônica e compreensível (MONTANER, 2001, p. 90-91).

O emprego da varanda fechada com básculas de madeira na obra de Cláudia e Ignez Ferraz, como de diversas outras nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca do Rio de Janeiro, não está atrelado somente à função de adequação climática da construção ou a qualquer outra intenção pragmática, mas também está vinculada a funções subjetivas a partir dos diversos significados que esse elemento de tradição sóciocultural detém para a casa carioca. Afinal de contas, “o que permite o uso da arquitetura [...] não são apenas as funções possíveis, mas antes de mais nada, os significados coligados que me dispõem para o uso funcional” (ECO, 2007, p. 191 e 192).

Na opinião de Eco, esses significados se baseiam em códigos onde “os processos de codificação são comportamentos sociais [...] (e) denotam uma ideologia global que presidiu à operação do arquiteto” (2007, p. 197 – 199).

> Minha releitura [...] não se baseia apenas nos códigos e ideologias reencontrados [...], mas também nos códigos e nas perspectivas ideológicas específicas do nosso dia [...] que nos permitem inserir o objeto do antiquário em outros contextos, desfrutá-lo pelo que então significava, mas usá-lo também para as conotações que lhe atribuímos com base nos nossos léxicos de hoje [...] uma descontextualização do signo e uma reinserção deste num contexto novo que o carrega de significados diferentes. (ECO, 2007, p. 211)

A utilização, desta forma, de fragmentos da história – elementos compositivos, referências iconográficas – que deu origem ao termo historicismo, ou historicismo pós-modermo, para a produção arquitetônica dessa época que seguia essa linha de pensamento, tem a intenção de criar não um revivalismo, nem um ecletismo, mas uma analogia estilística com o objetivo de conferir significado, isto é, de "criar formas que contêm associações, chegando inclusive a construir uma narrativa" (NESBITT, 2006, p. 54) que viesse a revelar a dimensão semântica da arquitetura com a recontextualização desse fragmento.

Intenção essa que se afirma na exposição *"Ècole des Beaux-Arts"* – Escola de Belas Artes – realizada em 1975 no MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova Iorque – que, partindo do mesmo pressuposto da exposição *"Architecttura Razionale"* – Arquitetura Racionalista – realizada dois anos antes na trienal de Milão de que a visão unifuncionalista do modernismo estava ultrapassada, se diferenciava da intenção italiana ao indicar que "o futuro reside paradoxalmente no passado" (EISENMAN, 2006, p. 97).

Esta valorização da história, por sua vez, traz junto a reflexão sobre memória cultural que, nos setores da antropologia e da sociologia, era algo que se diluíra pelo rompimento das fronteiras nacionais devido à aceleração da troca de informações, assim como de valores culturais, com a qual o mundo se depara desde a revolução industrial e que a política de preservação do patrimônio tentava resgatar com a criação de monumentos[29].

Robert Stern, no seu artigo "Novos Rumos da Moderna Arquitetura Norte-Americama", publicado em 1977 na revista britânica *"Architetural Association Quarterly"*, defende a produção historicista vigente na época, ressaltando que o interesse pelo adorno das fachadas com elementos de referência histórica não é uma simples ornamentação, tão criticada pelos pioneiros do movimento moderno[30], mas sim uma alusão que visa despertar a memória cultural de quem as observa, destacando o fato de que "as formas acumulam sentido ao longo do tempo" (NESBITT, 2006, p. 115).

Esse acumulo nem sempre é contínuo, pois, como Eco alerta, "a história, com sua voraz velocidade, esvazia e enche as formas, priva-as e enriquece-as de significados" (2007, p.212), mas, no entanto, é exatamente esse "jogo mutável dos acontecimentos que lhes conferem novos significados" (ECO, 2007, p.210).

O emprego, desta forma, desses elementos históricos, "seja de inspiração clássica, seja de inspiração vernacular" (NESBITT, 2006, p. 55), como a varanda, implica numa recontextualização que se dá a partir de uma relação semântica. Essa semântica, por sua vez, é chamada por muitos de elitista, visto que a "intenção de recontextualizá-la ou de representá-la em um novo contexto" (NESBITT, 2006, p. 47) se faz a partir da ativação, se assim se pode dizer, da memória cultural de

[29] Na opinião de Pierre Nora, monumentos são fragmentos da história que dão a continuidade do tempo e que pelo "laço entre vontade de conservação, a crise de identidade e a perda de sentido das instituições [...] se transformam em "lugares de memória" (1984, p. XVII apud AUGÉ, 1997, p.49).

[30] A falta de ornamentos elevada até mesmo ao nível da ausência de cor, referenciada pelo uso do branco nas obras de arquitetos como Le Corbusier, é sustentada no texto de Adolf Loos, titulado *Ornato e delito.*

quem com eles interagem e, nem sempre, isso faz sentido “aos olhos de destinatários desprovidos dos códigos adequados” (ECO, 2007, p.207).

> Essa pesquisa pós-modernista do precedente histórico nasceu da convicção de que fazer referências adequadas à arquitetura histórica pode enriquecer os novos projetos e, com isso, torná-los mais acessíveis, familiares e possivelmente ainda mais significativos aos olhos das pessoas que usam os edifícios (STERN, 2006, p. 120).

No caso das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro, a varanda que, além de fazer parte da arquitetura vernacular dessa cidade, se fez presente praticamente em todos os períodos da história de sua arquitetura doméstica, como uma constante da casa carioca, pode muito bem ativar a memória cultural do observador. Esta ativação foi chamada por Robert Stern (2006) de “alusionismo”[31] – arquitetura como um ato de resposta à história e à cultura – remete à idéia defendida por ele de que o objeto arquitetônico é uma parte de um todo urbano maior, partindo da rua, passando pelo bairro e chegando à cidade, vinculando, desta forma, a arquitetura ao meio social, cultural e político no qual ela se encontra inserida, isto é, vinculando a arquitetura ao lugar.

Desta forma, a semiologia, além de questionar a função da arquitetura, abrindo margem para a utilização de referências históricas como produtoras de significado a partir da ativação da memória cultural, acaba também apontando para a importância do lugar.

Como comentado rapidamente no item anterior, o lugar não foi um tema muito explorado na primeira metade do século XX, visto que “as questões [...] do lugar não foram reconhecidas pelo movimento moderno devido ao seu foco no coletivo em detrimento do individual, o que se expressava em uma linguagem de universalidade, a um só tempo tecnológica e abstrata” (NESBITT, 2006, p. 45).

Como bem coloca Josep Montaner, “a sensibilidade em relação ao lugar por parte da arquitetura contemporânea é um fenômeno recente” (2001, p. 27), atentando para o fato de que o crucial para o movimento moderno era a concepção do espaço; idéia que se fundamenta no “momento em que Schmarzow define a arquitetura como ‘a arte do espaço’ e Riegl situa como essência da arquitetura o conceito de espaço” (MONTANER, 2001, p. 28) ou no instante em que Bruno Zevi (1996), em seu livro “Saber Ver a Arquitetura”, coloca o espaço como o protagonista da arquitetura. Espaço esse que podia também ser chamado de “’anti-espaço’ por ter sido gerado como contraposição e dissolução do tradicional espaço” (MONTANER, 2001, p. 28).

Apesar de certas personalidades da primeira geração do movimento moderno como Frank Lloyd Wright e Alvar Aalto buscarem, através da arquitetura orgânica, uma relação mais intensa com o sítio e de alguns arquitetos como Lúcio Costa, Arne Jacobsen e Josep LLuís Sert, entre outros, fazerem referência ao lugar, como já comentado anteriormente, com o uso de elementos da arquitetura vernacular, de um modo geral, o movimento moderno europeu, com sua índole

[31] Na opinião de Kate Nesbitt (2006), o termo “alusionismo”, utilizado por Stern, foi empregado pela primeira vez para se referir à produção historicista pós-moderna por Robert Venturi em seu livro *“Learning from Las Vegas”.*

universalista, negava a cultura local, os aspectos sociais e políticos da região, podendo até dialogar com o entorno imediato, mas não com o lugar.

Diálogo este que, na opinião de Josep Montaner (2001), começa a ser retomado pelo que ele chama de terceira geração de arquitetos modernos[32] e que a arquitetura semântica do historicismo pós-moderno nas últimas décadas do século XX se propunha a ter pela alusão criada com o uso de elementos da história, uma vez que "a revalorização da idéia de lugar estaria estreitamente relacionada com o início da recuperação da história e da memória, valores que o espaço do estilo internacional – ou anti-espaço – rejeitava" (MONTANER, 2001, p. 36).

O vínculo com o lugar, ativado pela memória cultural, com o uso de referências históricas por propostas historicistas tem, desta forma, o intuito de proferir significado ao objeto arquitetônico, explorando outras funções além das pragmáticas, como as funções simbólicas e estéticas que o objeto arquitetônico pode ter.

Assim, o emprego da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro, além de criar uma relação semântica por ativar a memória cultural do observador, também transmite significado por vincular a arquitetura ao lugar, uma vez que ela é um elemento de tradição sóciocultural que está relacionado com os hábitos de moradia, os usos e costumes e o modo de vida do carioca.

Contudo, a idéia de que o lugar é detentor de significado não reside apenas numa interpretação antropológica do lugar, como a que é dada por Marc Augé (1997), como sendo por onde cada indivíduo constrói sua identidade e suas relações, mas habita também na interpretação existencial e fenomenológica de lugar.

O conceito de lugar foi importante na revisão crítica do modernismo da década de 1950 e 1960 a partir da fenomenologia e do existencialismo, fundamentos filosóficos que, apesar de serem pertencentes à outra área de conhecimento como a teoria lingüística da semiótica, estão na "base das atitudes pós-modernas com relação ao sítio, ao lugar, à paisagem e à edificação" (NESBITT, 2006, p. 31), que visam discutir o problema do significado na arquitetura. Atitudes essas que colaboram para o estudo da varanda na contemporaneidade, o que torna importante a investigação sobre a visão contemporânea de lugar a partir da fenomenologia.

2.3 - A Visão Contemporânea de Lugar a partir da Fenomenologia e sua Implicação no Emprego da Varanda

A varanda, elemento de tradição sóciocultural, é uma imagem comum da casa carioca que se associa aos hábitos de moradia, aos usos e costumes, ao modo de vida desse povo, colaborando para a construção do lugar fenomenológico com o objetivo de proferir significado à arquitetura.

[32] Montaner (2001) chama de terceira geração do modernismo, que apresenta uma sensibilidade pelo lugar, arquitetos como Louis Kahn, Luis Barragán, Alvaro Siza, Jorn Utzon, entre outros.

O lugar fenomenológico, por sua vez, é um espaço repleto de significados pelas relações pessoais ali desenvolvidas, sendo, por isso, a transformação do espaço em lugar o objetivo de diversas propostas arquitetônicas da contemporaneidade que têm como preocupação a produção de sentido na arquitetura.

Os estudos fenomenológicos de Edmund Husserl e de Mauríce Merleau – Ponty, autor do livro "A Fenomenologia da Percepção", publicado em 1945, adentram o campo da arquitetura, principalmente, através da obra de Gaston Bachelard, titulada "A Poética do espaço" (1993), que leva ao entendimento de que as experiências pessoais contribuem para o julgamento de valor e, assim, para a construção do lugar, baseada na definição do ato de habitar dada por Heidegger (2001) em seu texto "Construir, Pensar e Habitar".

Nesse texto, Heidegger propõe uma reflexão sobre a existência do ser e ele assim o faz, a partir do ato de habitar, que, para ele, é a essência do ser humano. Diferente de morar ou residir, habitar é o modo como o homem é e vive. Desta forma, a partir do momento em que o ser habita, desenvolve uma "'identificação' (que) significa, para os fins desta análise, ter uma relação 'amistosa' com determinado ambiente" (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 456), dando a esse um sentido de lugar carregado de intimidade e de experiências pessoais que se torna importante para o ser humano.

Com a intenção de mostrar essa importância, Norberg-Schulz, em seu texto "O Fenômeno do Lugar", comenta, citando a Bíblia, que a condenação de Adão dada por Deus foi retirá-lo de seu lugar, falando: "serás um fugitivo e um peregrino na Terra" (Gênesis, cap. 4, versículo 2 apud NORBETG-SCHULZ, 2006, p. 459), e, contribuindo para essa visão, pode-se dizer também que o perdão Divino foi o de restituí-lo, ao profetizar: "ordenarei um lugar para meu povo de Israel e o plantarei, para que habite em seu lugar e nunca mais seja removido de uma para outra parte; e nunca mais o debilitarão os filhos da perversidade, como ao princípio" (1 Crônicas, cap. 17, versículo 9, grifo nosso).

O lugar no sentido fenomenológico é, desta forma, construído pelo ser que o habita, pela identificação deste com determinado espaço, que pode muito bem ser estimulada por imagens comuns, como é o caso da varanda, presente no imaginário da casa carioca, sendo ela um recurso da arquitetura para a possível criação de lugares. O grifo no termo *possível* é importante para ressaltar que, pela fenomenologia, a arquitetura não cria lugares, apesar de contribuir para o seu surgimento. Confusão comum que remete a um rigor no uso das palavras.

Kate Nesbitt comenta que "Norberg-Schulz identifica o potencial fenomenológico na arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente, mediante a criação de lugares específicos" (2006, p. 443). Realmente, existe esse "potencial" na arquitetura que, de certo, tem essa "capacidade", mas é importante ressaltar que a "criação de lugares" não é atribuição do arquiteto, visto que o lugar no sentido fenomenológico é construído pelas experiências pessoais de cada indivíduo que surgem pelo ato de habitar.

O que o arquiteto pode e deve ter é a intenção ou o desejo de que os espaços por ele criados se tornem lugares, façam parte da vida cotidiana de seus usuários, algo que Norberg-Schulz fala "que deveria ser a verdadeira preocupação [...] dos arquitetos" (2006, p. 445). Como a própria Kate Nesbitt coloca, para Juhami Pallasmaa, "as formas em si não têm significado, mas podem comunicar um sentido por meio de imagens enriquecidas por associações" (2006, p. 481, grifo nosso).

> Como arquitetos, nós não projetamos edifícios primordialmente como objetos físicos, mas como as imagens e os sentimentos das pessoas que os habitam. Por isso, o efeito da arquitetura nasce de imagens mais ou menos comuns e de sentimentos básicos associados ao construir (PALLASMAA, 2006, p. 485).

Imagens essas que colaboram para que o espaço arquitetônico venha a se tornar um lugar, e que, como já comentado, é o caso, na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, da imagem da varanda, sendo ela detentora de diversos significados. "Significados (que) não estão contidos nas formas, mas nas imagens transmitidas pelas formas e na força emocional que elas carregam" (PALLASMAA, 2006, p. 484).

A varanda, imagem comum da casa carioca, desta forma, colabora para constituição do lugar, sendo muitas vezes empregada por arquitetos que se dispõem a ter um compromisso com ele. Pode-se dizer até que a varanda no Rio de Janeiro vem "ajudar o homem a habitar [...] (já que) vimos que isso acontece por meio de construções que reúnem as propriedades do lugar e as aproximam do homem" (NOBERG-SCHULZ, 2006, p. 459).

Sendo assim, o emprego da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro ajuda a produção de sentido na arquitetura, tanto no que diz respeito ao uso de elementos da história, criando uma relação semântica entre o objeto arquitetônico e seu usuário, através da memória cultural – o que Robert Stern chamou de alusionismo – quanto no que se refere ao potencial da arquitetura de construir lugares com uso de imagens que sejam comuns, não servindo a legislação edilícia como única justificativa para sua presença na contemporaneidade.

Apesar da fenomenologia e da semiótica terem implicações distintas no campo arquitetônico, promovendo intenções diferentes na produção dos arquitetos[33], essas duas teorias se identificam de certa maneira, a partir do momento em que o entendimento fenomenológico de que experiências pessoais fazem parte do critério de julgamento do ser humano reforça a teoria da significação de Saussure de que um mesmo significante possa possuir múltiplos significados. Fato esse que leva Norberg-Schulz, um dos principais intérpretes dos aspectos fenomenológicos da arquitetura, a utilizar-se não apenas da fenomenologia como também da lingüística e da psicologia da percepção ao escrever em 1963 o livro "Intenções em Arquitetura" (NESBITT, 2006).

[33] Não se pode dizer que a arquitetura semântica, por exemplo, de Robert Venturi resulte de uma proposta fenomenológica, nem que os trabalhos fenomenológicos de alguns arquitetos dependam do emprego de elementos da história, seja da história clássica ou vernacular.

Esse livro, como diversos outros que trazem para o campo da arquitetura a importância da visão do lugar a partir da fenomenologia, contribui para que as propostas arquitetônicas que têm como objetivo o vínculo com o lugar levem em conta os aspectos fenomenológicos e se utilizem de elementos que fazem parte do imaginário comum - como a varanda - para viabilizar a criação do lugar. É o caso, por exemplo, do regionalismo crítico.

2.4 - A Varanda a partir da Visão do Regionalismo Crítico

O regionalismo crítico é uma proposta contemporânea que, diante da globalização e das questões do desenvolvimento sustentável[34], surge no final do século XX, tendo como principal objetivo o vinculo da arquitetura com o lugar. Vínculo esse no que diz respeito tanto às características físicas e climáticas do sítio, quanto às questões antropológicas e fenomenológicas, visto que elas interagem entre si, a partir do momento em que, normalmente, um elemento da tradição sóciocultural está adequado ao clima da região e aos hábitos de moradia da população, ao mesmo tempo que se faz presente no imaginário comum. Situação totalmente pertinente à varanda da casa carioca, o que faz com que, na contemporaneidade, seu emprego nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul esteja pautado, também, na proposta do regionalismo crítico.

Apesar dessa proposta estar relacionada com questões da atualidade, ela se baseia na produção arquitetônica do século XX de carácter regionalista que antecede os dias de hoje e, com o intuito de diferenciar uma época da outra, agrega a expressão “regionalismo” o termo “crítico”.

Regionalismo, isoladamente, é uma expressão que aparece na arquitetura para designar as produções que consideram as características regionalistas do sítio onde o objeto arquitetônico está situado. Ela surge ainda nas décadas de 1940 e 50, questionando não diretamente a índole universalista do movimento moderno europeu, mas mais propriamente o estilo internacional criado na década de 1930, como já comentado.

A produção da arquitetura moderna, dentro de uma visão regionalista, como mostrado na primeira parte deste capítulo, já era intenção de arquitetos situados fora do núcleo do movimento moderno europeu, como Lúcio Costa, que trabalhava com elementos da tradição construtiva brasileira, como a varanda, dentro de uma linguagem moderna, e Alvar Aalto, que rejeitava o uso de telhados planos em seus projetos na Finlândia.

Contudo, é a partir dos pronunciamentos de Munford em torno do estilo internacional que, segundo Tzonis e Lefaivre (2006), a discussão sobre a produção regionalista ganha maiores dimensões, atingindo não só os Estados Unidos da América, como também a Europa e se fazendo presente na contemporaneidade a partir do regionalismo crítico, que traz, desta forma,

[34] O conceito de sustentabilidade ampliada dos dias de hoje engloba, além dos aspectos ambientais, os fatores econômicos, sociais e culturais relacionados com o desenvolvimento sustentável, conforme a *Agenda 21 para Construções Sustentáveis*: Relatório CIB, publicação 237, novembro, 2000.

uma outra visão do emprego da varanda, além da que é dada pela legislação edilícia vigente nas últimas décadas do século XX e pela produção historicista pós-moderna.

Na opinião de Tzonis e Lefaivre (2006) que, conforme Nesbitt (2006), são os criadores do termo “regionalismo crítico”, foi Lewis Munford, historiador da arquitetura, quem chamou a atenção para o rumo que a arquitetura moderna estava tomando, destacando a falta de relação desta com seu meio, propiciada, principalmente, pelas tecnologias artificiais de condicionamento.

As críticas de Munford ao estilo internacional acabaram ocasionando um debate público sobre tal questão, titulado “O que está acontecendo com a arquitetura moderna”, que se realizou no MOMA – Museu de Arte Moderna de Nova Yorque – no ano de 1948, contando com a presença de Henry-Russell Hitchcok, Philip Johnson, Walter Gropius, entre outros. Esse debate destacou a importância do lugar, ponto relevante na revisão crítica do modernismo, como já comentado, e que vai ser o principal interesse dos arquitetos que trabalham, nos dias de hoje, com a noção do regionalismo crítico.

Kenneth Frampton diz que “se algum princípio do regionalismo crítico puder ser isolado, ele certamente será o compromisso com o lugar e não com o espaço [...] (onde) seu preceito cultural mais valioso é a criação do ‘lugar’” (2006, p. 518 - 519), sendo assim, a função da arquitetura, a história e a memória são trabalhados por essa proposta, a partir desse objetivo.

A intenção do regionalismo crítico, desta maneira, não é de assemelhar formalmente a produção contemporânea com arquiteturas vernaculares, com o objetivo de promover uma alusão histórica, mas é de manter uma relação harmônica com seu meio, podendo ou não fazer uso de elementos construtivos da tradição sóciocultural, como é o caso da varanda, a partir do momento em que esses contribuam para essa relação.

Ao contrário do pós-modernismo historicista, que, na opinião de Alexander Tzonis e Liane Lefaivre, tira partido de elementos da história vernacular, criando “ambientes regionalistas forçados [...] incorporando-os por ‘estranhamento’ e não por ‘familiaridade’ [...], o regionalismo crítico faz com o que o edifício pareça entrar em um diálogo imaginário com o observador” (2006, p. 527), onde a semântica é conseqüência do vínculo com o lugar.

As expressões “estranhamento” e “familiaridade” que, segundo os autores acima citados, são o que diferencia as duas propostas, podem ser melhor compreendidas ao se comparar a casa concebida por Reinach Mendonça Arquitetos Associados em São Paulo – dada como exemplo da intenção semântica no início da discussão da visão historicista pós-moderna do emprego da varanda (fig. 76) – com o projeto do Studio Arthur Casas para outra habitação paulista, na cidade de Santana de Parnaíba, pois logo se vê que, enquanto a varanda formada pelo telhado de telhas de barro remete às construções vernaculares e conflita com a forma modernista do projeto, a outra varanda se encontra em harmonia com a linguagem da casa (fig.80).



Fig.80: exemplo do emprego da varanda por “estranhamento” (à esquerda) e “familiaridade” (à direita)

Fonte: "Eixos de circulação definem planta em T e dois pátios externos". Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>. Acesso em 12/05/2006. Fotógrafo Leonardo Finotti (imagem à esquerda).

Fonte: "Planejamento rigoroso garantiu a estrita execução do projeto". Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>. Acesso em 08/10/2006. Fotógrafo Tuca Reines (imagem à direita).

Essa preocupação em diferenciar o regionalismo crítico de outras intenções, na visão de Frampton, é referente à “manipulação do consumidor [...] e ao problema da arquitetura concebida e percebida como uma moda efêmera [...] ou como cenografia” (NESBITT, 2006, p. 503). De qualquer maneira, a varanda vista nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, que é o objeto aqui em questão, se adequa à proposta do regionalismo crítico tanto no que diz respeito à criação de “familiaridade” que possibilita o espaço se tornar um lugar, quanto ao que concerne à adequação climática do edifício à região, quando utilizada corretamente, - fator primeiro da sua utilização em terras brasileiras pelos portugueses e que contribui para sua utilização hoje em dia por arquiteturas engajadas com o desenvolvimento sustentável, como será discutido mais adiante –, sendo legítima sua utilização dentro dessa proposta regionalista.

Saber se o intuito do arquiteto, ao conceber o espaço da varanda, era promover uma proposta dentro do regionalismo crítico não é tão imediato como identificar uma proposta historicista, como certamente é a de Cláudia e Ignez Ferraz, aqui já mencionada (fig. 61). Seria preciso obter essas informações diretamente com o projetista. Entretanto, as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro correspondem aos hábitos de moradia, ao modo de vida, aos usos e costumes do comportamento cultural do carioca e podem, muito bem, ter sido concebidas com a intenção de promover o vínculo da arquitetura com o lugar, seja ele físico, antropológico ou fenomenológico, isto é, o seu emprego na contemporaneidade pode se apoiar no regionalismo crítico.

Ao se observar a planta desse edifício residencial (fig.80), nota-se que a varanda social se estende até a cozinha como que estivesse unida com aquela varanda das casas coloniais voltada para o quintal. Certamente, essa configuração é conseqüência do questionamento que se vê, nos dias de hoje, da tripartição íntimo, social e de serviço que divide a casa em compartimentos estanques – assunto abordado mais adiante -, mas não se pode negar que o espaço projetado é o daquela antiga sala de viver, onde a família se reunia, que pode também ser observado nos exemplos, aqui dados, das casas paulistas (fig. 81).



Fig.81: Lançamento imobiliário onde a varanda, interligando todos os setores da casa, se integra com a cozinha como a antiga varanda colonial voltada para os fundos do terreno.

Fonte: própria da autora

Com uma linguagem formal que nada se assemelha às construções vernaculares e longe de ser uma proposta historicista pós-moderna, essa varanda é uma imagem comum que ativa a memória cultural do observador, estimulando o vínculo da arquitetura com o lugar que é o principal objetivo do regionalismo crítico e, concebida a partir dessa visão, pode, muito bem, ser vista com esse olhar.

Esse vínculo com o lugar é o que acaba levando o regionalismo crítico a um compromisso com a identidade cultural do local, que, diante da globalização dos dias de hoje, é algo que se vê em crise. Com essa visão, Tzonis e Lefaivre afirmam que essa “corrente contemporânea de arquitetura regionalista – o regionalismo crítico – é um movimento [...] que surgiu como resposta aos novos problemas criados pela globalização contemporânea” (2006, p. 522) e se a aproximação com o partido das construções vernaculares visa promover apenas uma boa relação com o meio, esses dois autores também destacam a importância, diante de um mundo sem fronteiras, dos “elementos regionais por sua potencialidade de funcionar como apoio, físico ou conceitual, aos contatos humanos e às comunidades, o que poderíamos chamar de elementos ‘definidores do lugar’” (2006, p. 527).

Elementos “definidores do lugar”, por estarem relacionados com a cultura local e com a identidade do grupo social, uma vez que fazem parte da tradição construtiva da região, assim como dos hábitos de moradia, do modo de vida, dos usos e costumes pelos quais se pode detectar o comportamento cultural de determinado povo, pelo menos no que tange à cultura material. Esses elementos de tradição sóciocultural, como a varanda, na contemporaneidade, são vistos pela antropologia e a sociologia como universos de reconhecimento.

2.5 - A varanda como Universo de Reconhecimento

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, na contemporaneidade, pode ser vista como universo de reconhecimento. Esse entendimento terá implicações não somente no desejo de se ter esse ambiente da casa, como também no emprego desse elemento de tradição sóciocultural tanto por arquiteturas que têm a intenção de promover uma relação semântica – como a produção historicista pós-moderna - quanto por aquelas cujo interesse é vincular o objeto arquitetônico ao lugar, caso das que se baseiam no regionalismo crítico.

Universo de reconhecimento é uma expressão utilizada pela antropologia e pela sociologia para designar espaços, locais e mesmo artefatos que, por remeterem à cultura de um povo, como é o caso da varanda no Rio de Janeiro, levam as pessoas a se identificarem com elas mesmas e a encontrarem a sua identidade. Algo que, na atualidade, recebe atenção, pelo fato dessa identidade, diante da perda de referências, em virtude do processo da globalização em que vive o planeta, se ver em crise, fazendo com que aflore a necessidade da existência de tais elementos.

A identidade de um indivíduo, segundo a ciência da antropologia (AUGÉ, 1997), é formada por três identidades: a identidade partilhada, a identidade particular e a identidade singular. Todavia, num mundo globalizado e sem fronteiras, a identidade partilhada por um grupo de indivíduos que habita o mesmo ambiente e compartilha dos mesmos costumes se perde, assim como a identidade particular construída a partir da relação com um outro grupo, restando apenas a identidade singular, formada a partir de si mesma, causando o que Marc Augé (1997) diz ser a crise de identidade promovida pela morte do outro.

Na opinião desse etnólogo[35], “hoje o planeta encolheu, a informação e as imagens circulam e, ao mesmo tempo, a dimensão nítida dos outros se apaga. Os outros não mais são diferentes” (AUGÉ, 1997, p. 25).

Segundo a teoria do espelho de Lacan de que o “eu” se constitui numa relação com o “outro”, a formação da identidade, seja ela individual ou coletiva, ocorre através do outro, de um outro indivíduo, de um outro grupo social, de uma outra cultura. Uma vez que a cultura se mundializa, devido ao processo de globalização, a identidade se vê em crise, perde suas referências.

> O planeta, hoje em dia, tornou-se, em graus variáveis, o horizonte e a referência de todos os humanos [...]. Planeta que até data recente nunca havia sido encarado na unidade de um mesmo olhar (AUGÉ, 1997, p.86).

O Processo de globalização que vive hoje o planeta deve muito de suas origens à revolução industrial que, apesar de ser “em grande parte européia ocidental e americana, é mundial em seu impacto aculturativo” (KEESING, 1961, p.172 – 173). Desde o final do século XVIII, em virtude não só da industrialização, mas de todos os avanços tecnológicos resultantes, o

[35] Segundo Felix Keesing (1961), a etnologia é um ramo da antropologia cultural – ciência que estuda o comportamento cultural do Homem – voltada para o estudo dos costumes.

planeta vem sofrendo a diminuição do espaço pelo tempo, o que pode ser reparado “pelo uso quase obrigatório na literatura de termos e expressões tais como ‘aceleração’, ‘aldeia global’, ‘superação de barreiras espaciais’, ‘ruptura dos horizontes’, e assim por diante” (MASSEY, 2000, p.177).

A expressão “aceleração” diz respeito às facilidades de comunicação cada vez mais intensas entre as pessoas, o que faz com que culturas antes distantes uma das outras se conheçam, e se confrontem.

> Invertendo a prolongada tendência centrífuga do Homem para o regionalismo e a diferença cultural, ela (a revolução industrial) introduziu uma nova e forte tendência, culturalmente centrípeta, que põe em contato povos e culturas dos extremos da terra (KEESING, 1961, p. 174).

Os meios de transporte cada vez mais velozes da era da máquina permitem a troca de informações rapidamente. Informações estas que, com o passar dos anos e com os avanços tecnológicos, chegam através da mídia, dos meios de comunicação, da internet, podendo ser transmitidas de lugares geográficos distantes em tempo real, o que permite ao mundo permanecer sempre conectado e que faz com que a era contemporânea não seja mais a da máquina e, sim, a da informação.

A aceleração da informação, dessa forma, faz com que a percepção de acontecimentos, antes distanciada pelo tempo e pelo espaço, seja notada por vezes até, simultaneamente, ocasionando o que Marc Augé (1994) chama de “superabundância de fatos” e de “estreitamento do planeta”, gerando, com isso, o termo “aldeia global”, que significa que as barreiras espaciais estão superadas e os horizontes ou as fronteiras rompidas e, conseqüentemente, a dimensão dos outros apagada.

Contudo, esse cenário que retrata o contexto da modernidade vigente no século XX ou, como coloca Marc Augé, da supermodernidade, promove uma reação basicamente newtoniana, fazendo com que a pós-modernidade seja chamada por Zygmunt Bauman de “idade da comunidade”. No entender desse autor, é correto dizer que “a pós-modernidade, a idade da contingência [...], da contingência consciente, seja também a idade da comunidade: da ânsia da comunidade, da busca, invenção e imaginação da comunidade” (BAUMAN, 1999, p. 261) que vise ao resgate da identidade negada pela inexistência dos outros, com a intenção de promover abrigo, refúgio, num mundo sem fronteiras.

Essa “imaginação da comunidade”, colocada por Bauman, aparece na idéia de que ela pode ser estabelecida pela utilização de artefatos que sejam comuns a todos que a ela pertençam. Artefatos repletos de significado e simbolismo que despertam algum aspecto da tradição sóciocultural, como é o caso, no Rio de Janeiro, da varanda, e que, por isso, podem ser vistos como universos de reconhecimento. Doreen Massey comenta que “um sentido forte do lugar, da localidade, pode ser um tipo de refúgio [...] uma resposta ao desejo de fixidez e de segurança da identidade” (2000, p. 181).

No campo da arquitetura, o emprego de elementos da tradição sóciocultural, como é o caso da varanda na cidade do Rio de Janeiro, acabam promovendo, consciente ou inconscientemente, universos de reconhecimento, onde as pessoas se encontram com elas mesmas, com sua cultura, com a sua identidade. Fato esse que acaba se refletindo na capacidade de tais elementos criarem tanto uma relação semântica como, também, a possibilidade do vínculo do objeto arquitetônico com o lugar.

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca promove uma relação semântica da mesma maneira que contribui para que a arquitetura produza um vínculo com o lugar, porque, antes de mais nada, ela se comporta como universo de reconhecimento, fazendo com que seja também compreendida na atualidade como “lugar da memória”.

A expressão “lugar de memória” é empregada mais habitualmente para monumentos do patrimônio histórico e artístico de uma cidade, mas, diante da relação entre a crise de identidade e a intensa presença das varandas que se vê nos lançamentos imobiliários das últimas décadas na cidade do Rio de Janeiro, nada impede que as mesmas sejam assim denominadas.

A varanda é afirmada como “lugar de memória” não apenas por ser um elemento da tradição construtiva do Rio de Janeiro, mas por ter adquirido, dentro dessa tradição, significados relevantes para o modo de vida carioca. Na varanda, não só do Rio de Janeiro, mas de outras regiões do Brasil, onde ela, certamente, também representa os hábitos de moradia, acontece o rito da rede, do cafuné, do descanso e da contemplação nas horas de lazer, do convívio da família, de se receber o estranho, do olhar para o outro ou, pelo menos, de se deixar ser visto (fig.82); “atividade ritual (que) [...] determina para cada indivíduo seu lugar e sua identidade social” (AUGÉ, 1997, p. 96).



Fig.:82 – *Riposatevi*: pavilhão brasileiro de autoria de Lúcio Costa na XIII Trienal de Milão, em 1964, representando os hábitos do brasileiro nas horas de lazer

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arquitextos.asp / 068.02>. Acesso em 27/02/2007.

Diferente de um bem tombado, marco da cidade, a varanda dos espaços privados das moradias cariocas é um espaço anônimo, mas “o mundo atual está cheio de espaços anônimos que são, para alguns, lugares de passagem regular, de encontro e de reconhecimento, no sentido dos ‘universos de reconhecimento’” (AUGÉ, 1997, p. 114).

> O imaginário urbano, em primeiro lugar, são as coisas que o soletram. Elas se impõem [...] organizam em torno de si o romance da cidade [...] esses personagens levam sua vida própria [...]. Eles são testemunhas de uma história que, ao contrário daquelas dos museus ou dos livros, já não tem mais linguagem [...]. Esses objetos selvagens, provenientes de passados indecifráveis, são para nós o equivalente do que eram alguns deuses da Antiguidade, os 'espíritos' do lugar (CERTEAU, 1998, p. 192 – 193).

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, que pode muito bem ser um desses objetos que Certeau diz remeter ao "espírito" do lugar[36], ganha assim, na contemporaneidade, esses dois significados, o de universo de reconhecimento e o de "lugar da memória". Significados estes da varanda tanto para quem habita a casa como para quem passa na rua, lembrando que ela é um elemento que se situa na fronteira entre esses dois mundos. É possível até dizer que a partir desses significados adquiridos, a varanda venha a influenciar o percurso de quem caminha pela rua, partindo do que Michel de Certeau (1994) chamou de "retórica de pedestres".

Baseado em Certeau, Augé comenta que "o percurso e a localização na cidade são influenciados pela existência de pontos fortes e pela disposição geral da cidade" (1997, p. 172). Realmente, no campo da arquitetura, "Rossi [...] reconhece [...] que a orientação espacial na cidade provém da experiência de episódios significativos" (NESBITT, 2006, p. 65). Episódios esses que podem muito bem ser construídos a partir do encontro de quem passa na rua e se depara com a varanda da casa.

Como universo de reconhecimento, ou como "lugar da memória", as varandas, expostas nas fachadas das moradias, dialogam com o espaço público e "criam uma forma de identidade momentânea" (AUGÉ, 1997, p. 115), tanto para o habitante do espaço privado, como para quem passa pela rua, visto que, por representar o encontro com o outro e, a partir desse, o encontro com sigo mesmo, "todas essas relações constitutivas de identidade pessoal e coletiva têm uma expressão espacial: [...] espaço público [...] em relação ao espaço privado" (AUGÉ, 1997, p. 15)

A compreensão da varanda, então, como universo de reconhecimento, não apenas reforça as diferentes visões de seu emprego nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca por arquitetos na contemporaneidade, como também explica grande parte do desejo dos usuários de tê-la nos dias de hoje; algo que pode ser comprovado pelo "processo de avarandamento" que ocorre na cidade do Rio de janeiro e que, como apresentado anteriormente, consiste no acréscimo desse espaço em prédios residenciais já edificados.

Situações essas que não descartam a importância da legislação edilícia para presença marcante da varanda na contemporaneidade, mas que, também, não a colocam como a única e, nem menos, como a principal justificativa, direcionando o foco para a relação da varanda com o modo de vida do carioca.

---

[36] O "espírito" do lugar que faz referência aos deuses da antiguidade é o mesmo que *genius loci*, termo que, como já foi visto, é utilizado por Norberg-Schulz em diversos trabalhos de sua autoria.

Uma grande evidência disso é a ambientação como se fossem varandas de espaços da moradia que nada tem de avarandados, a partir da definição aqui dada por este trabalho para o termo varanda, e que são dessa maneira chamados, isto é, compreendidos por seus usuários, moradores da casa. É o caso da varanda fenomenológica que existe a partir da visão do morador, onde o espaço é assim apropriado para que se torne lugar, algo que pode ser visto nesses dois exemplos apresentados a seguir.

No mesmo apartamento situado à rua Paissandu n.º 93, no bairro do Flamengo, onde um balcão embutido no corpo da fachada foi criado pelos moradores (fig. 76) – exemplo aqui dado da abertura de espaços avarandados (item 1.6.3.2) – uma sala foi trabalhada com plantas e materiais rústicos, como madeira de demolição e cimento queimado, na intenção de promover a ambiência de uma varanda (fig. 83); termo utilizado pelos clientes para solicitar tal interferência à arquiteta. O desejo, que partiu dos próprios moradores, de se ter uma varanda ultrapassou a dimensão física do apartamento, refletindo os hábitos de moradia da família.



Fig.83: intervenção em uma das salas do apartamento da rua Paissandu n.º 93 com a intenção de promover a ambiência de uma varanda.

Fonte: própria da autora

O mesmo fato também pode ser observado neste outro grupo familiar que reside em Copacabana, no edifício situado na esquina da rua Tonelero com a Otaviano Hudson. Nesse apartamento, a área da sala próxima às janelas, mesmo sem configurar um espaço avarandado embutido ou não no corpo da fachada, é chamado pelos moradores de varanda, sendo seu

espaço delimitado pela diferença de piso e pela ambientação com plantas e mobiliário específico de áreas abertas. Nessa residência, por sinal, pode-se notar até a existência de duas varandas, ao se observar a planta baixa da casa, isso se a copa for interpretada, dentro da visão de Carlos Lemos (1996 / 1999), como aquela varanda, sala de viver, voltada para a cozinha que, com o passar do tempo, foi fechada; assunto aqui já abordado (fig.84).

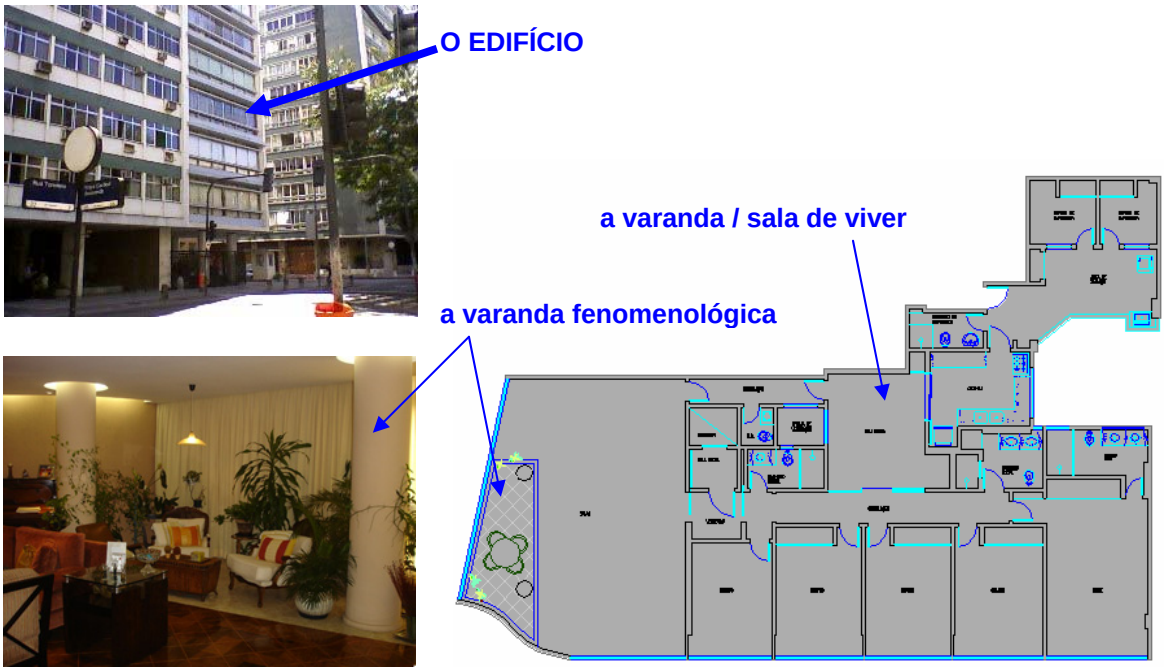


Fig.84: espaço da varanda criado pela diferença de piso e pela ambientação com plantas e mobiliário específico, num apartamento que apresenta a antiga varanda sala de viver.

Fonte: própria da autora

A partir das questões levantadas até o presente momento, este estudo termina esse capítulo formulando a hipótese de que a varanda está relacionada com o modo de vida do carioca ao fazer parte ao longo da história da cidade do Rio de janeiro dos hábitos de moradia da população, a ponto de sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul se justificar pelos significados atribuídos a ela e não apenas pela legislação edilícia vigente, apesar desta ser determinante para a sua existência. É por essa relação com o modo de vida que a varanda se prolifera nas últimas décadas do século XX, estabelecendo o que este trabalho chama de fase de retorno, e é por essa ótica que se deve olhar tanto sua presença, como até sua ausência, nas outras épocas.

A abordagem das diversas visões do emprego da varanda na contemporaneidade por este trabalho aponta nesta direção. Tanto a visão historicista pós-moderna, quanto a do regionalismo crítico, da mesma forma que seu entendimento como universo de reconhecimento, valorizam exatamente os significados atribuídos a ela em virtude de sua relação com o modo de vida do carioca, ao se basearem na semiologia e na fenomenologia, e é com base nessas duas teorias oriundas de outras áreas do conhecimento que este trabalho apresenta esta hipótese.

Aqui, a varanda, que certamente se apóia na legislação edilícia para se fazer presente, é compreendida como um signo. Seja ela empregada dentro de uma proposta consciente ou seja o emprego desse elemento da tradição sóciocultural “uma iconografia consumista disfarçada de cultura” (FRAMPTON, 2006, p. 506), que Frampton diz ser a “mercantilização do abrigo” (NESBITT, 2006, p. 503), o fato é que ela é um significante, repleto de significados que formam a cultura imaterial relativa a esse elemento da cultura material do carioca, podendo ser vista como uma expressão do modo de vida desse povo, isto é, podendo lançar sobre esse elemento do objeto arquitetônico, um olhar sociológico e antropológico.

> O arquiteto [...] deve articular significantes arquitetônicos para denotar funções [...], *mas o sistema das funções não pertence à linguagem arquitetônica, está fora dela*. Pertence a outros setores da cultura [...] estudados pela Antropologia Cultural, pela Sociologia [...] *o que a Arquitetura informa* (um sistema de relações sociais, um modo de habitar, e de estarmos juntos) *não pertence à Arquitetura*. (ECO, 2001, p. 231)

Mesmo que se enxergue a varanda como objeto de consumo, isso não desfaz o vínculo que existe entre a sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro com o fato ser uma expressão do modo de vida do carioca, pois o ato de consumir também tem relação com a construção de uma identidade – assunto que será abordado mais adiante. Como coloca Canclini, “quando selecionamos os bens e nos apropriamos deles, definimos o que consideramos publicamente valioso, bem como os modos com que nos integramos e nos distinguimos na sociedade, com que combinamos o pragmático e o aprazível” (1999, p.45) e, dessa maneira, se a varanda é um objeto de consumo, isso é, também, porque ela é um universo de reconhecimento, um ambiente onde se realizam “as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento” (CANCLINI, 1999, p.46).

É verdade que, ao relacionar a presença da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro com o modo de vida do carioca, não se pode deixar de considerar a heterogeneidade da população que habita essa parte da cidade, constituída não só por cariocas legítimos, nascidos e criados nessa região ou vindos de outros bairros da cidade – filhos de sangue, assim por dizer -, mas, também, por filhos adotivos, do coração, que escolheram o Rio de Janeiro para viver, onde, então, “a identidade é poliglota, multiétnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas” (CANCLINI, 1999, p.166). Fato que, certamente, levará a diferentes maneiras de apropriação desse espaço da moradia que influencia seus significados, mas que não deixa, por sua vez, de evidenciar aqueles que são importantes para o modo de vida dessa pluralidade de grupos sociais que habita essa parte da cidade.

Com esse entendimento de que a varanda é um signo, cujo os significados atribuídos a este significante são construídos pelo meio sociocultural e pelas experiências pessoais, este estudo procurou identificar os significados que se mostram mais expressivos ao longo da história da arquitetura doméstica carioca e que justificariam, hoje, sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul, focando a pesquisa, assim, nos significados construídos

pelo meio sociocultural, visto que seria inviável se trabalhar com aqueles adquiridos pelas experiências pessoais de cada usuário.

Dessa forma, dentre os diversos significados que a varanda pode ter para seu usuário, se considerou os que estão atrelados ao fato dela ser o espaço de transição entre o espaço público da rua e o espaço privado da casa e, por isso, de ser ela também o espaço de socialização da moradia, como, também, de integração da residência com o meio ambiente, não apenas no que se refere à adequação climática da construção, como, também, no que diz respeito à paisagem e ao contato com a natureza. Significados que serão investigados de agora em diante, nos capítulos que se seguem.

Com o intuito de provar a hipótese aqui formulada, além de avaliar a existência, ao longo da história da arquitetura doméstica carioca, desses significados da varanda, através de uma abordagem histórica com base em fontes secundárias (documentação indireta), este trabalho realizou pesquisa de campo com o intuito de observar, a partir de fonte primária (documentação direta), como as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca são apropriadas nos dias de hoje e, desta forma, poder analisar a importância desses seus significados para o modo de vida na contemporaneidade.

Nesta pesquisa de campo, foi realizada tanto a observação direta intensiva, quanto a extensiva[37] (MARCONI; LAKATOS, 1985), com a observação assistemática[38] do objeto de estudo e com o envio de questionário aos moradores de uma amostragem das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro que possuem varandas.

As amostras dos edifícios residenciais para o envio de questionário aos moradores foram selecionadas à partir das 95 amostras[39] estudadas por Viviane de Cunha Paula (2007) na sua tese, aqui já comentada, sobre os edifícios de apartamento no Rio de Janeiro que teve, como uma das conclusões, o aumento do setor social dos espaços de moradia nos últimos anos pela presença da varanda, dando, assim, continuidade ao trabalho desenvolvido pela referida autora, com a análise dos significados desse espaço para os moradores; assunto não abordado em sua pesquisa e que, para este trabalho, é extremamente relevante.

Primeiramente, essa seleção da amostragem ocorreu acrescentando-se, aleatoriamente, exemplares recentes de habitações multifamiliares permanentes que apresentavam varandas às amostras de Paula para englobar a primeira década do século XXI, pois, mesmo abrangendo todas as décadas desde 1930, o recorte temporal de sua pesquisa é o século XX, o que faz com que ela limite o seu trabalho até a década de 1990. Em seguida, foram desconsiderados os edifícios estudados por Paula que não apresentavam varanda, como, também, os que não existiam mais ou que não se encontravam dentro do recorte espacial desta pesquisa, totalizando

[37] A observação direta intensiva diferencia-se da extensiva, segundo Marconi e Lakatos (1985), pela primeira ocorrer o contato direto com o objeto de estudo, através de observação e entrevista, o que é evitado pela segunda.
[38] "técnica de observação não estruturada [...] (que) consite em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas" (MARCONI; LAKATOS, 1985, p. 67).
[39] Viviane de Cunha Paula, em seu trabalho, apresenta, inicialmente, 142 amostras, mas acaba selecionando 95 de onde tira suas conclusões, inclusive, a de que a varanda é responsável pelo aumento do setor social nas últimas décadas do século XX.

30 amostras de habitação multifamiliar permanente para onde foram enviados os questionários, conforme anexo 4.

O recorte espacial, como o próprio objeto de estudo deste trabalho já determina, é a zona sul. Entretanto, com o intuito de diminuir a diversidade de grupos sociais a serem analisados com o envio do questionário e considerando a heterogeneidade da população carioca, foram selecionados, para definição da amostragem, seis bairros, a saber: Flamengo, Botafogo, Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon.

Com a intenção de que esse fosse um grupo típico, representativo da população da zona sul, essa seleção foi realizada a partir de critérios que surgem ao se avaliar o histórico da formação urbana dessa região que, entre outras questões, ganha impulso com a valorização da praia como lazer.

O primeiro critério, desta forma, para a seleção desses bairros da zona sul é a condição de serem balneários. O segundo critério é a renda média dos moradores em termos de salário mínimo que foi obtida através dos dados fornecidos pela prefeitura (fig. 85), visto que uma das características da zona sul foi ter sido ocupada pela população economicamente mais favorecida, sendo que, para esta seleção, foram descartados os bairros que apresentaram as rendas mais baixas, como as mais altas.

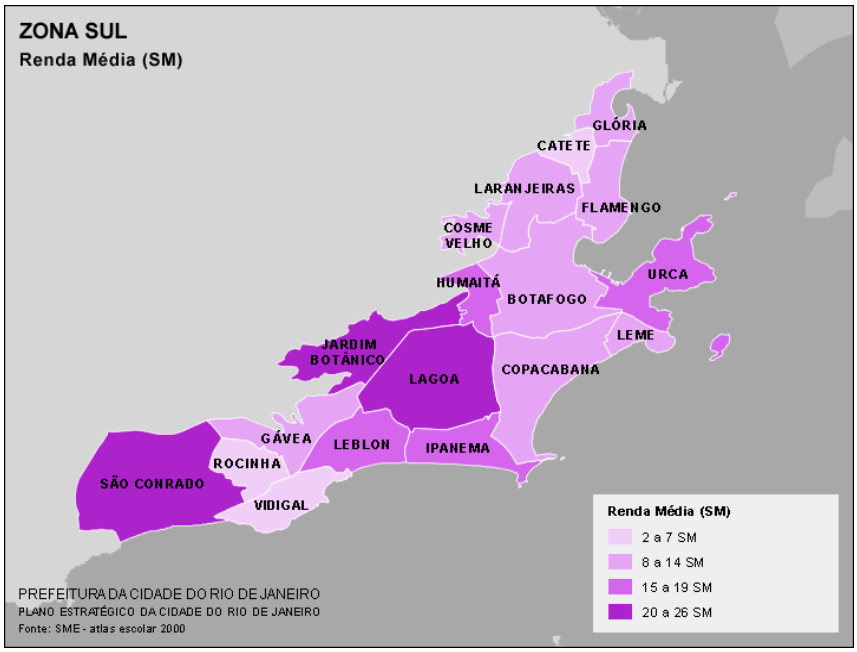


Fig.: 85– mapa da renda média da população na zona sul do Rio de Janeiro

Fonte: dado da prefeitura disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/zonasul /mapas e informações/mapas/renda média da população>. Acesso em 08/08/08

O terceiro e último critério não diz respeito a formação urbana da zona sul, mas é um item importante na análise de uso da varanda, que é a densidade bruta da população, obtidos também através dos dados da prefeitura (fig. 86), onde, novamente, os bairros que apresentaram índices extremos, para mais ou para menos, foram excluídos.

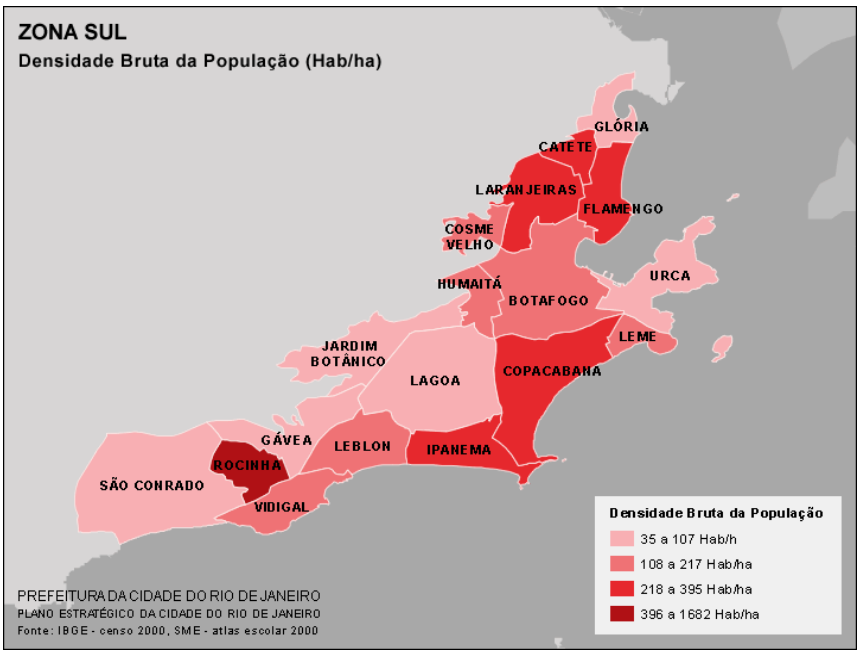


Fig.: 86 – mapa da densidade bruta da população na zona sul do Rio de Janeiro

Fonte: dado da prefeitura disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/zonasul /mapas e informações/mapas/densidade bruta da população>. Acesso em 08/08/08

Desta forma, segundo o quadro abaixo, ficou assim estipulado os bairros da zona sul que compõem o recorte espacial da amostragem para o envio dos questionários.

Quadro 2: recorte espacial da pesquisa para envio dos questionários

RAs	BAIRROS ZONA SUL	BAIRROS BALNEÁRIOS	RENDA MÉDIA 8 - 19 SM (salário mínimo)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 108 - 395 HAB/HA (habitante por habitação)
IV RA	COSME VELHO		COSME VELHO	COSME VELHO
	LARANJEIRAS		LARANJEIRAS	LARANJEIRAS
	CATETE			CATETE
	GLÓRIA	GLÓRIA	GLÓRIA	
	FLAMENGO	FLAMENGO	FLAMENGO	FLAMENGO
	BOTAFOGO	BOTAFOGO	BOTAFOGO	BOTAFOGO
	HUMAITÁ		HUMAITÁ	HUMAITÁ
	URCA	URCA	URCA	
V RA	LEME	LEME	LEME	LEME
	COPACABANA	COPACABANA	COPACABANA	COPACABANA
VI RA	IPANEMA	IPANEMA	IPANEMA	IPANEMA
	LEBLON	LEBLON	LEBLON	LEBLON
	LAGOA			
	JARDIM BOTANICO			
	GÁVEA		GÁVEA	
	SÃO CONRADO	SÃO CONRADO		SÃO CONRADO
	VIDIGAL*	VIDIGAL		VIDIGAL
XXVII RA	ROCINHA*			

* como especificado na nota 10 do item 1.6, essas duas comunidades não fazem parte desta pesquisa por terem se elevado à condição de bairro só no final do século XX e apresentarem construções irregulares, mas, de qualquer forma, pelos critérios de seleção deste recorte espacial, elas já seriam excluídas.

Fonte: própria com base nos dados da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro

O total de questionários distribuídos entre as unidades residenciais dos 30 edifícios de apartamento que compõem a amostra deste trabalho foi de 762 e, dentro desse número, 162 foram preenchidos, o que corresponde a 22% de respostas, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: relação da amostragem e dados sobre a distribuição dos questionários

Nº	LOGRADOURO	BAIRRO	DÉCADA	Nº DE UNIDADES RESIDÊNCIAIS	Nº DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS	TIPOLOGIA DAS VARANDAS	N.º DA FICHA ANEXO 4	
1	rua Sorocaba, 179	Botafogo	90	48	12	25%	ABERTA	6.1	
2	rua Álvaro Ramos, 71	Botafogo	00	36	9	25%	ABERTA	6.2	
3	rua Conrado Niemeyer, 14	Copacabana	00	40	10	25%	ABERTA	2.7	
4	rua Mal Mascarenhas de Morais, 196	Copacabana	00	20	7	35%	ABERTA	2.5	
5	rua Mascarenhas de Morais, 155	Copacabana	00	24	7	29%	ABERTA	2.4	
6	av. Barata Ribeiro, 250	Copacabana	30	8	2	25%	FECHADA & ABERTA	2.2	
7	rua Constante Ramos, 23	Copacabana	50	46	10	22%	FECHADA	2.8	
8	rua Tonelero, 94	Copacabana	50	20	4	20%	FECHADA	2.3	
9	av. Barata Ribeiro, 717	Copacabana	70	36	9	25%	ABERTA	2.6	
10	av. Atlântica, 1602	Copacabana	30	10	2	20%	FECHADA	2.1	
11	rua Carlos Campos, 125	Flamengo	00	6	3	50%	ABERTA	5.1	
12	rua Machado de Assis, 12	Flamengo	30	8	4	50%	FECHADA & ABERTA	5.2	
13	rua Barão da Torre, 667	Ipanema	00	10	3	30%	ABERTA	3.7	
14	rua Barão de Jaguaribe, 402	Ipanema	30	2	2	100%	FECHADA	3.6	
15	rua Redentor, 120	Ipanema	40	4	1	25%	FECHADA	3.4	
16	rua Nascimento Silva, 330	Ipanema	40	3	2	67%	ABERTA	3.3	
17	av. Visconde de Pirajá, 228	Ipanema	40	28	5	18%	FECHADA	3.8	
18	rua Joana Angélica,24	Ipanema	00	6	3	50%	ABERTA	3.2	
19	av. Prudente de Morais, 799	Ipanema	80	6	3	50%	ABERTA	3.1	
20	rua Alberto de Campos, 50	Ipanema	90	24	5	21%	FECHADA & ABERTA	3.5	
21	rua Rita Ludolf, 74	Leblon	00	5	2	40%	FECHADA & ABERTA	4.3	
22	rua Aperana, 93	Leblon	00	14	4	29%	ABERTA	4.5	
23	av. Ataulfo de Paiva, 528	Leblon	60	14	4	29%	FECHADA	4.2	
24	av. Ataulfo de Paiva, 209	Leblon	60	7	2	29%	FECHADA	4.1	
25	rua Visconde de Albuquerque, 694	Leblon	70	72	12	17%	ABERTA	4.6	
26	rua Jerônimo Monteiro, 35	Leblon	80	28	5	18%	ABERTA	4.8	
27	rua Desembargador Alfredo Russel, 67	Leblon	80	12	3	25%	ABERTA	4.7	
28	rua José Linhares, 145	Leblon	90	48	8	17%	ABERTA	4.4	
29	av. Atlântica, 632	Leme	50	45	7	16%	FECHADA & ABERTA	1.1	
30	av. Atlântica, 270	Leme	-	96	12	13%	ABERTA	1.2	
				726	**162**	**22%**			
				Nº DE QUESTIONÁRIOS DISTRIBUIDOS	**Nº DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS**	**% DE RESPOSTAS OBTIDAS**			**TOTAL**

Fonte: própria da autora

Cada um dos edifícios dessa amostragem está catalogado no anexo 4, em fichas numeradas onde, além do levantamento fotográfico de suas varandas, estão registrados os dados estatísticos obtidos através dos questionários, o que possibilitou o levantamento dos dados estatísticos por bairro e, consequentemente, dos dados estatísticos da zona sul, no que diz respeito aos seis bairros do recorte espacial.

A obtenção desses dados através dos questionários visa à análise dos significados das varandas das habitações multifamiliares permanentes. Significados esses aos quais as páginas seguintes serão dedicadas com o intuito de provar a hipótese aqui formulada, a começar pelo que Juhami Pallasmaa, em seus estudos sobre fenomenologia diz “fazer parte dos sentimentos primordiais gerados pela arquitetura [...] (que é o de) entrar na casa, atravessar a porta, cruzar a fronteira entre exterior e interior” (2006, p.487), isto é, pela condição da varanda de espaço de transição entre o público e o privado. Assunto de importância para a arquitetura que chega a ser o tema do CIEA - Concurso Internacional de Escolas de Arquitetura - da 7ª Bienal Internacional de Arquitetura realizada em São Paulo no ano de 2007 e que se relaciona com a varanda quando ela é questionada como espaço privado e espaço público da casa.

CAPÍTULO 3 – A VARANDA COMO ESPAÇO PRIVADO E ESPAÇO PÚBLICO NO AMBIENTE DA CASA

A varanda carrega consigo diversos significados para seu usuário que, desde o período de colonização até a atualidade, acompanham e justificam o seu emprego, fazendo dela uma expressão do modo de vida carioca. Um desses significados, que surge em virtude da sua definição como um ambiente que, obrigatoriamente, liga o interior da construção com o exterior, é o de ser elemento de transição entre dois mundos, duas esferas sociais que, na opinião de Roberto Da Matta, "constituem uma oposição básica" (1997, p.13). Esses dois mundos são o da casa, reconhecida como espaço privado de relações pessoais, e o da rua, entendida como espaço público onde as relações seriam impessoais.

Essa condição da varanda que, por sua vez, vai gerar outros significados como o de filtro da casa, posto de vigília e lugar iminente do encontro, como também vai ajudar a designar sua posição nos setores da moradia, dentro da tripartição social, íntimo e de serviços, levanta a questão da varanda como espaço privado e espaço público no ambiente da casa, questão essa que se inicia pela discussão sobre a casa, símbolo do espaço privado, e a rua, símbolo do espaço público.

3.1 - Casa e Rua: duas esferas sociais complementares e opostas

Casa e rua são dois termos repletos de significados, mas que sempre carregam uma oposição. Um desses significados opostos é o de ser a casa espaço privado e o de ser a rua espaço público. Entende-se por espaço público não aquele pertencente somente a uma instituição governamental, mas aquele que é conhecido como tal, exatamente por ser o espaço destinado a toda a sociedade. Definição que torna o espaço público um espaço coletivo, simbolizado tanto pela praça – a *piazza* italiana ou a *ágora* grega – como pela rua; "expressões espaciais da esfera pública [...] (que) representam a concepção arquitetônica do espaço público" (GHIRARDO, 2002, p.121) por serem locais onde, teoricamente, todas as pessoas, sem distinção, podem livremente se reunir e trafegar.

Esse entendimento do espaço público permite compreender que, mesmo dentro de uma propriedade privada, existam zonas públicas ou, pelo menos, mais públicas do que outras, por possibilitarem o convívio de grupos sociais distintos; fato que acontece dentro até da casa, símbolo do espaço privado.

A sala, aquela destinada a ser a sala de visitas, de receber as pessoas de fora é, dentro da esfera privada, um dos espaços mais públicos da casa, com certeza mais público do que o quarto, onde se pode até compara "o movimento contínuo entre o quarto e as salas, (com o) entre a casa e a rua" (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 509).

Essa questão não diz respeito ao fato de existirem expressões como semipúblico e semiprivado, que suavizam a oposição entre os termos públicos e privados, mas está relacionada com a definição de cada um desses extremos.

Assim como o espaço público, o espaço privado não pode ser definido como aquele pertencente a uma instituição privada, particular. Em oposição ao sentido de coletividade, o espaço privado é aquele que não é destinado a toda a sociedade e sim, a uma célula social, a família, entendida, independentemente da sua configuração, como aquela formada por um grupo de indivíduos que compartilham a mesma intimidade.

Segundo Witold Rybczynski (2002), o sentido de privacidade é construído pelo ser humano, não nasce com ele, e surge junto com o senso de intimidade[40]. "Antes que a consciência humana entendesse a casa como o centro da vida familiar, precisava-se da sensação de privacidade e intimidade que não eram possíveis no salão medieval" (RYBCZYNSKI, 2002, p. 59).

Dessa forma, o espaço privado é aquele que nos é mais íntimo. No convívio familiar, o espaço privado de cada membro da família, onde ele desfruta de toda a privacidade e intimidade é, normalmente, o quarto de cada um.

> (Em épocas passadas, na Europa medieval) a vida era uma questão pública e, assim como as pessoas não tinham uma forte consciência de si, elas também não tinham um quarto. [...]. Seu uso apontava para a emergência de algo na consciência humana: o surgimento do mundo interno do indivíduo, do próprio ser e da família (RYBCZYNSKI, 2002, p. 48).

Essa sensação de intimidade pode ser conferida até por espaços públicos, mas é normalmente na casa, junto da família, onde ela reside. Motivo pelo qual algumas pessoas chamam de casa os espaços onde elas passam a maior parte do tempo, onde desfrutam de alguma intimidade por fazerem parte do seu cotidiano – como ambiente de trabalho, bares, praias, clubes e até praças e ruas –, assim como de família, os outros indivíduos que, nesses locais, compartilham de seu convívio.

Como coloca Bachelard, "a casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico" (1993, p. 62) e a intimidade que a casa exala pode ser sentida em outros universos. Na opinião desse mesmo autor, "todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa [...] sensibiliza os limites do seu abrigo" (1993, p.25). Com isso, pode-se deduzir que o sentido de intimidade que faz com que determinado espaço passe a ser percebido como espaço privado, como casa, mesmo fora dos limites físicos da moradia é, para esse fenomenológico, conseqüência do ato de habitar.

---

[40] No seu livro *Casa: pequena história de uma idéia*, onde Rybczynski aborda a evolução da casa, desde a Idade Média até o século XX, não pelos avanços tecnológicos, mas pelo modo de vida das pessoas, existe um capítulo dedicado à *Intimidade e privacidade*, sentidos que, segundo o autor, começam a existir na Europa a partir da sociedade burguesa, quando o trabalho começa a ser realizado fora do espaço doméstico.

Como abordado no capítulo anterior, para o filósofo Heidegger, habitar é “a maneira como tu és e eu sou, o modo segundo o qual somos homens sobre essa terra [...] o homem é a medida que habita” (2001, p. 127). Muito mais que morar numa residência, habitar é viver e ao viver se adquire experiências que vão conferir intimidade. Intimidade essa que dá à casa – àquele espaço que se torna privado pelas experiências pessoais e íntimas – um sentido de habitação que transcende as paredes onde se mora.

> Na auto-estrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência (HEIDEGGER, 2001, p. 125).

Dentro de uma visão fenomenológica, como apresentado neste trabalho ao se falar das teorias que baseiam as discussões da contemporaneidade, o espaço habitado, aquele com o qual se adquire intimidade, passa a ser chamado de lugar e, por isso, ganha a conotação de casa. Como coloca Tuan, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar“ (1983, p. 21). Não lugar geométrico, o *topos* que Aristóteles (AUGÉ, 1994; MONTANER, 2001) considerava como propriedade básica e física dos corpos - espaço delimitado no qual um corpo é colocado - nem lugar antropológico onde, para Marc Augé (1997), cada indivíduo se define, se relaciona e adquire senso de filiação e onde, por isso, “ a identidade, as relações e a história daqueles que o habitam estão inseridas” (AUGÉ, 1999, p. 134), mas lugar fenomenológico, formado pelas experiências pessoais, pela percepção do entorno, pelos valores psicológicos de cada indivíduo.

> Precisamente, a idéia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência. Lugar está relacionado com o processo fenomenológico da percepção e da experiência do mundo por parte do corpo humano (MONTANER, 2001, P. 37).

A casa passa a ser sinônimo de todo espaço com o qual se desfruta de alguma intimidade, de todo espaço que se torna lugar, pois “a casa é o nosso canto no mundo” (BACHELARD, 1993, p. 24). Frente a isso, Frey, baseado nesses dois autores, Bachelard e Heidegger, questiona, então, se o termo casa é o mais apropriado para ser utilizado como referência de espaço privado.

> Os termos referentes ao conceito casa apresentam a particularidade de evocar múltiplos lugares, formas, objetos de um universo cotidiano com o qual nós estamos completamente familiarizados, já que ninguém pode viver sem habitar. Pode-se, provavelmente, se questionar se a palavra “**casa**” é o termo mais genérico que exista para designar não o lugar onde se habita, já que o vocábulo “habitar” pode ter um sentido geográfico ou ecológico, mas o edifício, a construção que é ocupada, senão permanentemente, pelo menos com fortes hábitos e regularidade (FREY, 2003, p.186, tradução da autora).

Contudo, “sabemos bem que nos sentimos mais tranqüilos, mais seguros na velha morada, na casa natal, que na casa das ruas que só de passagem habitamos” (BACHELARD, 1993, p. 59) e como a rua representa o espaço público, mesmo sem ser, na prática, o local onde diferentes grupos sociais coexistam sem problemas, Frey concorda que a casa venha a simbolizar o espaço privado, pois, “considerando o que ele (o termo casa) designa de mais vital, se falará do **abrigo**, da **cabana**, do **refúgio**” (FREY, 2003, p. 186, tradução da autora).

A casa é o microcosmo do universo infantil; é nesse espaço privado que se aprende a conviver em grupo, em sociedade. Dentro da intimidade do lar, desfrutada pelos membros da família, dessa célula social, se adquire a segurança necessária para se viver em público. “A vida começa bem, começa fechada, protegida, agasalhada no regaço da casa“ (BACHELARD, 1993, p. 26).

A existência do Homem na terra se faz através de uma escala do habitar que passa sucessivamente pelo ovo, pelo ninho, pela casa, até chegar a pátria e ao universo[41]. Ovo e ninho que podem ser representados pelo útero materno, sendo a casa o primeiro abrigo do homem após seu nascimento, “valor singular de todas as nossas imagens de intimidade protegida” (BACHELARD, 1993, p. 23), de refúgio.

> Ela (a casa) é [...] o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo. [...] uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos dos homens [...] sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. É corpo e é alma. É o primeiro mundo do ser humano (BACHELARD, 1993, p. 24 - 26).

Esse sentido de abrigo, de proteção, possibilitado pela intimidade do ser humano com a casa, fazendo dela símbolo do espaço privado, se opõe ao sentido de coletividade imanente ao espaço público, demandando atitudes e comportamentos específicos para cada ambiente pelas diferenças de sensações que cada um emana.

No espaço privado da casa, tudo é conhecido; no espaço público da rua, a pessoa precisa estar sempre atenta ao que pode acontecer, ao inesperado. Enquanto no interior do abrigo, a sensação é de segurança, no mundo exterior, sem controle e sem domínio dos acontecimentos, o Homem se encontra exposto a diversas possibilidades.

Bachelard comenta em seus estudos que, assim como há a claustrofobia (medo de lugares fechados), também existe a agorafobia (medo de espaços abertos, de estar em público), condição na qual “o excesso de espaço sufoca-nos muito mais do que a sua falta” (SUPERVIELLE apud BACHELARD, 1993, p. 223).

---

[41] Bachelard, para decorrer sobre o *ninho* em seu texto *A poética do espaço*, faz uso do romance *Notre Dame de Paris*, quanto Victor Hugo diz que para Quasímodo (seu protagonista) “a catedral fora sucessivamente ‘o ovo, o ninho, a casa, a pátria, o universo’” (1993, p. 103).

As diferentes sensações que o Homem possui em relação ao espaço privado e ao espaço público também são marcadas pela diferença do tempo de cada um desses ambientes; Da Matta (1997) fala que o tempo da casa é diferente do tempo da rua. Todo espaço possui um tempo, um tempo de deslocamento, de experiências, de percepção, de vivência. Correspondência essa que se manifesta pela expressão "'espaço-tempo', em relação à teoria da relatividade de Albert Einstein e à introdução da variável do movimento" (MONTANER, 2001, p. 28), introduzida pelos cubistas no início do século XX (ZEVI, 1996) que passaram a considerar o tempo como quarta dimensão do espaço, depois da largura, altura e profundidade, relacionadas com as suas características geométricas; "as quatro dimensões de que tanto se tem falado no tocante à arquitetura moderna" (RAJA, 1993, p.XXIX).

> O que eu queria era pesquisar a origem de todas as formas estéticas; cheguei ao movimento que, num tempo determinado, determina a forma; hoje, sei finalmente que a forma nada mais é do que um movimento no tempo (VIEIRA, 2005, P.241).

Na opinião do sociólogo Roberto da Matta, essa dimensão espacial, o tempo, é construída por relações sociais; "o tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens" (1997, p.33). Desta forma, ele coloca o tempo e o espaço como categorias sociológicas e as define como "aquilo que uma sociedade pensa e assim institui como seu código de valores e idéias" (1997, p.14) que são, portanto, diferentes para a casa e para a rua, promovendo comportamentos distintos na esfera privada e na esfera pública e, consequentemente, sensações de conflito, de onde se deduz que "não se pode viver da mesma maneira os qualificativos ligados ao interior e ao exterior" (BACHELARD, 1993, p. 219).

Contudo, se a casa e a rua são dois mundos conflitantes e opostos, eles também são complementares, pois é a existência de um que justifica a presença do outro, permitindo a sua compreensão, afinal, "se as casas são domínios privados, a rua é o domínio público. Dar igual atenção à moradia e à rua significa tratar a rua não apenas como espaço residual entre quadras residenciais, mas sim como um elemento fundamentalmente complementar, espacialmente" (HERTZBERGER, 1996, p. 64); espacialmente como também socialmente, visto ser o espaço construído pelo e para o Homem.

Na verdade, como bem descreve Bachelard, "o exterior e o interior formam uma dialética de esquartejamento" (1993, p. 215), de corte, de ruptura, que não se restringe ao seu limite físico, geométrico, mas que engloba também comportamentos sociais, uma vez que, para esse mesmo autor, "a casa e o universo não são simplesmente dois espaços justapostos. No reino da imaginação, ambos se atiram reciprocamente em devaneios opostos" (1993, p. 59).

O diálogo entre a casa e a rua, entre o interior e o exterior, marcado por suas diferenças, nem sempre é amistoso; pelo contrário, esses dois mundos vivem se hostilizando. Talvez não mutuamente, visto que “a casa [...] (é um) ser que se defende sem jamais ter a responsabilidade de atacar” (BACHELARD, 1993, p. 61). Como espaço aberto, espaço das diferenças, realmente a rua, mesmo oposta à casa, talvez não se sinta tão hostilizada por ela, mas, com certeza, a casa sente a necessidade de resguardar seu interior, sua intimidade e privacidade.

Por isso é que Jean-Pierre Frey, comenta em seu texto sobre *Formas de habitação e termos referentes à casa* (2003) que existem pequenos detalhes que fazem toda a diferença. Esses detalhes para Frey são os espaços que se situam no limite entre esses dois mundos e que apresentam a casa à rua e vice-versa, espaços de interseção como o da varanda. Bachelard diz que “os lógicos (os racionais, os matemáticos) traçam círculos que se superpõem ou se excluem, e logo todas as suas regras se tornam claras” (1993, p. 215), nasce a interseção (fig. 87); local onde se situa a varanda.

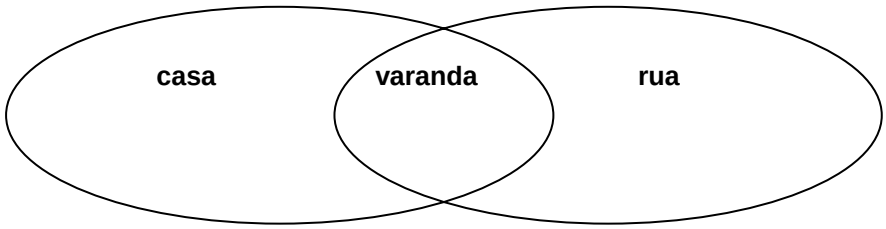


Fig. 87: a varanda como interseção entre a casa e a rua
Fonte: própria da autora

Contudo Frey sabe que, para um filósofo como Bachelard ou para um sociólogo e arquiteto como ele próprio, “porta, janela [...], *loggia*[42], balcão, varanda, pérgula, galeria, pórtico[43], patamar são palavras que servem para descrever as características essenciais de uma casa. [...] da imagem e da funcionalidade urbana da casa: sua inserção no espaço urbano a partir da rua.” (2003, p. 190, tradução da autora).

Não é à toa que, para efeito de ilustração, a capa do livro de Roberto Da Matta, *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, que fala da relação entre esses dois espaços em questão, contenha exatamente a imagem da varanda; da varanda onde se encontra o morador da casa recebendo a pessoa da rua (fig. 88).

[42] Loggia, assim como balcão e galeria, é um termo de origem italiana para designar o espaço da varanda, porém sem tradução na língua portuguesa.
[43] Pórtico, de origem do latim, pode traduzir a palavra francesa *porche*. Na língua inglesa, porém, o termo similar *porch* é designado como varanda, existindo uma palavra específica para pórtico.

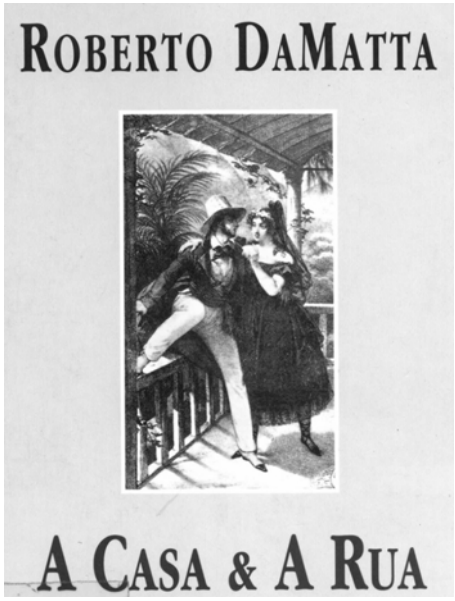


Fig.88: capa do livro *A casa & a rua* de Roberto Da Matta utilizando a imagem do pintor Rugendas que retrata costumes brasileiros no século XIX

Fonte: DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, capa.

Esses espaços apresentados por Frey, e aqui, mais especificamente a varanda, oferecem uma transição gradativa entre esses opostos, diluindo a sensação de conflito entre eles. A varanda, no caso, assim como esses outros espaços, protege a casa, ao mesmo tempo que convida a rua, o espaço público, a visitar o espaço privado, apresentando os habitantes desses dois distintos universos. São “espaços diplomáticos” que se colocam na fronteira, na tentativa de apaziguar todo e qualquer embate.

> Esses espaços que se dizem também “intermediários”, arredores e partes comuns dos prédios, jardim da frente [...], nas habitações residenciais, são sem dúvida os lugares mais frágeis da casa onde o edifício, como o morador, colocam em jogo sua identidade e sua integridade [...] causa da rejeição desses espaços no anonimato da cohabitação (FREY, 2003, p. 190-191, tradução da autora).

Fato que questiona a varanda como espaço privado, como espaço público ou como espaço de transição no ambiente da casa.

3.2 - A Varanda e a Transição entre o Mundo da Casa e o da Rua

A varanda, no histórico da arquitetura doméstica da cidade do Rio de Janeiro, normalmente se coloca como ponto de ligação entre o mundo da casa e o da rua, atuando como local do encontro e do diálogo entre esses dois domínios aparentemente opostos. Contudo, essa posição faz dela também um elo perdido, pois, nessa sua condição, a varanda não é nem espaço privado, nem espaço público ou, dependendo do ponto de vista, ela é tanto um quanto outro.

Dentro desse ponto de vista, o arquiteto Hertzberger, utilizando outro termo para falar desse mesmo espaço na arquitetura holandesa, diz que elas são “alpendres que por um lado pertencem às habitações, mas, por outro, também fazem parte da ‘rua’” (1996, p. 40).

Na visão desse profissional, a presença de varandas nas fachadas de residências faz com que o espaço da casa seja transcendido, pois “a fronteira entre o público e o privado é deslocada e [...] pelo menos do ponto de vista espacial, o domínio privado se torna publicamente mais acessível” (HERTZBERGER, 1996, p. 77). Acesso este que não é apenas visual, pois a varanda, assim como outros espaços da casa, se comporta muitas vezes como rua, entendendo esta como local do encontro, espaço das relações sociais (CABRAL, 2006).

Como comentado no início deste capítulo, existem espaços públicos que se comportam como casa, da mesma maneira que há, dentro do espaço privado da casa, ambientes que ganham a conotação de espaço público. Por exemplo, o ato de receber que ocorre muitas vezes nas varandas, faz delas “zonas das próprias cidades: praças e subúrbios” (DA MATTA, 1997, p. 56).

Roberto Da Matta fala que o espaço da casa e o da rua “relacionam-se por seus sub-espaços (praças, adros, mercados, jardins, portas, janelas, cozinhas e varandas)” (1997, p. 60, grifo nosso). Sendo assim, a condição da varanda como espaço privado e espaço público é relativa. Dentro desse relativismo, a varanda carrega sentidos opostos, contrários, mas que são igualmente pertinentes, mostrando sua ambivalência, “ambivalência nos dispositivos simbólicos [...] que se referem ao mesmo tempo à ligação entre interior e exterior e à ligação entre identidade e relação, entre indivíduo e os que o cercam” (AUGÉ, 1999, p. 140).

Torna-se, dessa forma, mais coerente do que classificá-la como espaço privado ou espaço público, chamá-la de interseção ou ainda de intervalo entre esses dois mundos. “Entradas, alpendres e muitas formas de espaços de intervalo fornecem uma oportunidade para a ‘acomodação’ entre mundos contíguos” (1996, p.35), diz Hertzberger, mas também se pode falar que esses espaços de intervalo são matizes que diluem oposições a princípio rígidas.

Quando então a varanda é colocada nas fachadas dos edifícios, se forma esse intervalo, suavizando “a ligação entre interior e o exterior, em termos espaciais, e a ligação entre si - mesmo e o outro, em termos psicológicos, sociológicos e, aventuramos o termo, ontológicos” (AUGÉ, 1999, p. 138) que a transparência dos vidros nas fachadas dos apartamentos, promotora de continuidade espacial entre interior e exterior, proporciona de maneira muito imediata e bruta.

> Se imaginarmos [...] que estamos ao lado de uma janela [...] poderíamos exigir que o seu caixilho nos ajude a entender não apenas a paisagem, mas também nossa posição em relação à geometria da janela e ao edifício como um todo. A arquitetura moderna, no entanto, raramente satisfaz essas expectativas. Ao contrário, a janela é muitas vezes corrida, formando faixas horizontais sobre a parede, ou o que é mais assustador, transforma-se na superfície inteira (GRAVES, 2006, p.105).

Essa transparência dos panos de vidro que não se pode deixar de considerar como uma evolução tecnológica é, para os espaços de moradia, o limiar da invasão, mesmo que apenas visual, da privacidade do lar, principalmente para realidades como a da casa carioca, acostumada a ter o intervalo da varanda em suas fachadas. "Indiscreto, o habitat confessa sem disfarce" (CERTEAU, 1998, p.204) todo o jeito dos moradores, quando as aberturas das fachadas não protegem a residência da visão dos outros, da curiosidade alheia. A casa, "esse espaço privado, é preciso protegê-lo dos olhares indiscretos (pois) aqui todo visitante é um intruso, a menos que tenha sido explícita e livremente convidado a entrar" (CERTEAU, 1998, p.203).

A varanda, por ser intervalo entre esses dois mundos – o da casa e o da rua – acaba sendo um filtro para o espaço privado e, conseqüentemente, local do encontro com o outro; com o estranho que passa na rua e com aqueles que são recebidos pelo morador, mas que não são íntimos o suficiente para adentrar na casa.

Gilberto Freyre comenta, em um dos seus diversos estudos sobre a sociedade brasileira, através dos hábitos de moradia, que "a relação do Homem com a casa é [...] quase o que é a relação do Homem com o ventre materno, ventre gerador, o abrigo do útero" (1979, p.36). Realmente, Bachelard comenta que, "diante da hostilidade (da rua) [...], a casa adquire as energias físicas e morais de um corpo humano" (1993, p.62) e, como comentado no início deste capítulo, ela, na sua condição de espaço privado, torna-se "a fuga da ágora, do fórum, do público [...] o lugar do autêntico" (ÀBALOS, 2003, p.52) e pode ser "em termos líricos definida através de imagens como 'ninho', 'toca', 'refúgio'" (FREYRE, 1979, p.14). Essa sensação de segurança, essa proteção psicológica que a casa oferece ocorre em oposição com o sentido que a rua transmite de se estar desprotegido, pois, "para além de nossa porta ou do portão do jardim [...], há um sentimento crescente de que o mundo [...] é um mundo hostil" (HERTZBERGER, 1996, p. 48).

A pessoa que chega desse mundo, seja através do olhar ou de sua presença física, é um estranho, um invasor da privacidade da casa, "um fantasma que nos chega da rua" (DA MATTA, 1997, p. 11) e a varanda, por ser um intervalo entre essas duas realidades, é um elemento arquitetônico de anteparo para esse intruso, um filtro para a moradia de onde se pode vigiar quem se aproxima da casa e ter contato com esse indivíduo.

Anteparo para olhares indiscretos, intervalo entre duas esferas sociais distintas, espaço de encontro e de transição gradativa entre o mundo da casa e o da rua, a varanda se comporta como Hestia – Hermes, par de deuses gregos que, segundo Jean-Pierre Vernant (2002), nos seus estudos sobre a mitologia e o pensamento grego, habitava as entradas das residências. Hestia, pólo feminino que simbolizava a permanência, o fixo, o interior, o lar, o espaço doméstico; Hermes, o pólo masculino, simbolizando o exterior, a abertura, o comércio, a troca, o contato com o outro. Dentro da dicotomia público – privado, a varanda exprime o comportamento cultural de seu usuário, revelando as práticas sociais de quem habita a casa, assim como as etnografias urbanas.

> É realmente digno de nota encontrar traços nas sociedades, distantes umas das outras pela história ou pela geografia, de uma necessidade que lhes é comum: a necessidade de organizar espaços interiores e aberturas para o exterior, de simbolizar o lar e o limiar, mas necessidade simultânea de se pensar a identidade e a relação, o si-mesmo e o outro (AUGÉ, 1999, p. 137 - 138).

Necessidade esta apontada por Augé a qual justificaria a presença ou a ausência da varanda nas moradias, mas que não é percebida ao se olhar apenas para uma das esferas sociais, para a casa ou para a rua, mas sim, para ambas, pois "a casa e a rua se reproduzem mutuamente" (DA MATTA, 1997, p. 55).

Apesar de aparentemente estarem em posição oposta, toda vez que se fala em espaço privado, por extensão, fala-se também de espaço público. São extremos que, à primeira vista, estão estanques neles mesmos, mas como está implícito no próprio termo "dicotomia"[44], só "se definem e deixam apanhar ideologicamente com precisão quando em oposição" (DA MATTA, 1997, p. 15).

Desta forma, a condição da varanda de ser um espaço de intervalo e, por conseguinte, os seus significados de filtro da casa e de posto de vigília, assim como de local de encontro com o outro, do encontro entre habitantes da casa e desses com os transeuntes da rua, acompanham a varanda ao longo do tempo, articulados com o diálogo que a casa mantém com a rua de acordo com o modo de vida, os usos e costumes de cada época; diálogo este que está registrado nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

3.2.1 - A Varanda como Filtro da Casa e Posto de Vigília

O significado da varanda como filtro da casa e posto de vigília surge por sua condição de local de transição entre o espaço privado e o público e está atrelado à necessidade de se proteger o universo da casa do ambiente da rua. Aparecendo como um dos motivos da presença da varanda na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, desde o início da colonização até os dias de hoje, essa necessidade está vinculada ao modo de vida, ao comportamento cultural dos habitantes da moradia que, por sua vez, depende tanto da sociedade na qual eles estão inseridos, como da célula social a que eles pertencem, isto é, da família.

Falar da casa e da relação que esta mantém com a rua é falar também da família que a habita, conceito que não é estático e que vai influir no que se entende por intimidade e privacidade do lar e, conseqüentemente, na importância de se ter a varanda como filtro da casa e posto de vigília.

Se, atualmente, essa célula familiar pode ser constituída até por um indivíduo solteiro e sem filhos, visto que "morar sozinho em um domicílio é uma situação que apresenta índices

[44] Dicotomia - divisão lógica de um conceito em dois outros conceitos, em geral contrários, que lhe esgotam a extensão, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio – século XXI, de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela editora Nova Fronteira, em 1999.

ascendentes no conjunto dos arranjos domésticos" (BERQUÓ, 1998, p.432), antigamente, no século XVI até meados do século XIX, ela era mononuclear, centrada na figura do pai provedor, se estendendo aos parentes de sangue e até aos escravos e serviçais que compartilhavam do cotidiano da casa. Com o tempo, essa célula, ainda mononuclear, se reduz, passando a englobar apenas os parentes de sangue e depois se limitando a figura dos pais e filhos. Dentro dessas estruturas, a mulher, seja a progenitora ou a filha, aparece dependente do homem da casa, mesmo quando alcança maiores liberdades.

Somente de um século e meio para cá, muito em função da inserção da mulher no mercado de trabalho (BERQUÓ, 1998), é que a célula da família deixa de ter apenas um núcleo, se partindo em estruturas diversas, onde "estaria havendo uma tendência à passagem de uma família hierárquica para uma família mais igualitária" (BERQUÓ, 1998, p.415). Se, hoje em dia, persiste a família tradicional focada na figura paterna, também é aceita a família monoparental, composta só pela figura da mãe, ou do pai, com os filhos, assim como as famílias formadas por pessoas solteiras e por diversos outros arranjos familiares (fig. 89) que podem ou não fazer uso da varanda como filtro da casa e posto de vigília, que podem ou não sentir a necessidade de proteger a casa da rua. Opção esta que, em épocas passadas, era muito remota, praticamente inexistente, pelos costumes pertinentes às células familiares e pela realidade que as envolvia.

TABELA 4
Arranjos domésticos
Brasil, 1970-95

Arranjos Domésticos	Anos				
	1970	1980	1987	1991	1995
Casal com filhos	57,6	54,8	54,8	53,3	51,7
Casal com filhos + parentes+ agregados	9,8	8,1	6,9	7,7	6,1
Casal sem filhos	9,2	10,6	10,6	11	11,2
Casal sem filhos + parentes+ agregados	2,2	1,8	1,6	1,8	1,7
Monoparental	7,8	10,7	12,3	12,5	14,4
Monoparental + parentes+ agregados	2,5	2,7	2,7	3,1	3,1
Morando sozinho	5,8	6,5	6,5	6,4	8,1
Parentes + agregados	2,7	2,9	3,3	3,7	3,4
Outros	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE, censos de 1970, 1980, 1991; PNADS de 1987 e 1995.

TABELA 6
Famílias monoparentais segundo o sexo dochefe
Brasil, 1970, 1980, 1987, 1991 e 1995

Chefe	Anos				
	1970	1980	1987	1991	1995
Homens	17,7	19,1	11,6	10,9	10,4
Mulheres	82,3	80,9	88,4	89,1	89,6
Total	100	100	100	100	100

Fonte: censo de 1970, 1980, 1991; PNADS de 1987 e 1995.

Fig.89: tabelas de diversos arranjos domésticos e de famílias monoparentais no Brasil

Fonte: BERQUÓ, Elza. Arranjos Familiares no Brasil:uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.).História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 425 (tabela 4) e 429 (tabela 6).

No início da colonização, a realidade que envolvia as famílias mononucleares daquela época se voltava para dois tipos de povoamento: um que “tendeu para a permanência, fixidez e uma certa estabilidade; e em decorrência, formas de convívio mais sedimentares e profundas [...] (e) no pólo oposto [...] um povoamento rarefeito, em permanente mobilidade” (AGRANTI, 1997, p. 24 e 25).

O povoamento que ocorreu pela permanência se deve à economia canavieira que se estabeleceu nas regiões litorâneas, como a do Rio de Janeiro, voltada para a exportação e que acontecia paralelamente à economia de subsistência que caracterizava o povoamento que, segundo Algranti (1997), se dá pela mobilidade. Desta maneira, mesmo sendo “a primeira sociedade colonial economicamente e socialmente estável” (FREYRE, 1987, p.152), com a presença de vilas e até cidades desde o século XVI, as construções até o final do século XVII, como já comentado no primeiro capítulo, ainda eram rurais, fossem as moradias dos primeiros ocupantes ou, posteriormente, as casas de engenho, e essa realidade vai influenciar diretamente no uso da varanda como filtro da casa e posto de vigília para a família carioca do período colonial.

> Qual o sentido e significado de uma vida privada para aqueles que, nas primeiras décadas do século XVI, moravam a quilômetros de distância uns dos outros, e afastados do que poderíamos considerar uma vida efetivamente pública, num território pouquíssimo povoado, cercado de índios e escravos que poderiam ser hostis? Certamente não seria o mesmo que assumiu para o habitante do centro de salvador em meados do século XVIII, ou para aquele que vivia na corte, na época de d. João VI (AGRANTI, 1997, p. 88).

Isoladas umas das outras e, por conseguinte, do convívio freqüente com os outros, com quem não fazia parte da estrutura familiar, realmente, as moradias rurais não sofriam com olhares indiscretos dos vizinhos e, além disso, “a mistura ou quase indefinição de espaços entre o trabalho e a vida privada, que caracterizava o cenário rural, com forte predominância do trabalho escravo” (SALIBA, 1998, p. 319) fazia com que o Rio de Janeiro colonial, até o século XVIII, fosse caracterizado por “um período em que as esferas do público e do privado já não estão indistintas, mais ainda não estão separadas – estão imbricada” (NOVAIS, 1997, p.16).

Como foi mencionado no início desse capítulo, o senso de privacidade que, por sua vez, dá sentido à dimensão pública, surge junto com o de intimidade; algo que, segundo Rybczynski (2002), vai se intensificar na Europa com a sociedade burguesa, a partir da separação do ambiente de trabalho do ambiente de moradia, o que no Brasil só iria se concretizar no século XIX.

Em virtude dessas questões, Algranti afirma que “a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX” (1997, p. 89). Contudo, se o sentido de privacidade e intimidade não eram tão marcantes pela inserção do trabalho no ambiente doméstico, aliado ao fato das grandes distâncias entre as moradias, ambos os fatores, juntos, geravam insegurança, como chama atenção Carlos Lemos (1996), o que vai

colocar a varanda, primeiramente empregada para a adequação climática da construção portuguesa em terras tropicais, como ambiente estratégico para se observar o estranho que se aproximava.

> No mundo rural, as grandes distâncias e o isolamento nem sempre favorecem a intimidade, quer pela presença de muitos escravos nos latifúndios, quer pelo próprio caráter das relações de dominação típicas da sociedade colonial. A falta de privacidade constatada em alguns domicílios evidencia mais uma das muitas contradições presentes na Colônia: o isolamento tanto podia incentivar como bloquear a intimidade (AGRANTI, 1997, p. 152).

A varanda ganha, então, a atribuição de posto de vigília, com o intuito de resguardar a casa, a família, e, dentro desta, principalmente, a mulher que vivia isolada do convívio com estranhos, pois, mesmo que a historiografia recente apresente diversas formas de arranjos assumidos pelas famílias coloniais, a estrutura predominante era aquela centrada no homem da casa que Gilberto Freyre referenciava como a família patriarcal.

A varanda posto de vigília, por sua vez, é também filtro da casa, pois dela se avistava como se recebia o desconhecido, estranho, senão de todo, pelo menos da intimidade do lar – entre outros, escravos não da casa, mas da senzala, assim como viajantes e comerciantes, pessoas que não faziam parte diretamente daquela economia a princípio estável da cana-de-açúcar e, sim, da economia de subsistência, cuja característica era a mobilidade.

Naquela época, era muito comum a aparição de viajantes, tropeiros, que abasteciam os moradores da região com mercadorias diversas e informações de outras localidades, onde a "intensa mobilidade aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial, em contraposição a relativa estabilidade" (NOVAIS, 1997, p. 20) que, além da insegurança gerada pela conseqüente dispersão e isolamento, causa, também, a necessidade da hospedagem.

Hospitalidade que, assim como a proteção da casa, vai ser exercida na varanda, pois nela as pessoas eram recebidas e, até quando necessário, pernoitavam, uma vez que o interior da habitação era um ambiente restrito da família, onde o viajante não adentrava. Mesmo quando havia o quarto de hóspede, este se voltava para a varanda, não tendo ligação com as alcovas, lugar de reclusão das mulheres, o que reforça ainda mais o significado da varanda de filtro da casa.

> As grandes distâncias e o parco povoamento transformaram a hospitalidade numa característica e necessidade do mundo colonial brasileiro. O viajante, contudo, não passava com facilidade do alpendre, espécie de varanda. Era aí que, nas moradias mais pobres, ele se abrigava da chuva e armava sua rede. Quando ao lado do alpendre dianteiro havia um quarto de hóspede, era nele que guardava seus pertences (AGRANTI, 1997, p. 93 - 94).

Esse significado de filtro da casa ainda pode ser atribuído à varanda nessa época, por ser ela o local de onde se assistia aos cultos religiosos realizados na capela adjacente à residência, quando não se era da família; questão esta já comentada no capítulo anterior.

Na pesquisa realizada por Calvente (2001) sobre as sedes de fazenda na região de Quissamã, no estado do Rio de Janeiro, já comentada por este trabalho no primeiro capítulo, ambos os exemplares que datam do período colonial – a casa de Mato de Pipa (fig. 12) e a casa de Quissamã (fig. 13) – apresentam essa mesma composição, onde o quarto de hóspede e a capela se encontram voltados para a varanda. Sobre a casa de Mato de Pipa, Calvente comenta que:

> A presença da varanda frontal, com sua função protetora dessa intimidade é bastante clara. A própria denominação de 'quarto dos homens' dada ao quarto da extremidade esquerda e registrada na memória dos antigos moradores indica que esta era uma peça 'do lado de fora', em algum momento quarto para visitas, geralmente homens, estranhos à intimidade doméstica (CALVENTE, 2001, p.45).

O significado da varanda de posto de vigília e filtro da casa existente no meio rural, também é pertinente nas residências coloniais do Rio de Janeiro, quando este passa a apresentar uma configuração mais urbana em fins do século XVII, início do XVIII, apesar do senso de intimidade e privacidade, como já comentado, só se tornar mais forte a partir de meados do *setecentos*.

> Somente por volta de meados do século XVIII, quando a colonização se estabelecera definitivamente, que a composição da morada colonial [...] começa a apresentar indícios de mudança [...] no que se refere às formas de sociabilidade e aos costumes domésticos [...] em escala crescente da intimidade dos indivíduos, dos corpos e das famílias, principalmente entre as elites (AGRANTI, 1997, p. 153).

Habitadas pelo mesmo tipo de arranjo familiar e localizadas próximas umas das outras nos estreitos "lotes charutos" – lotes que eram um dos determinantes da implantação do edifício nos limites do terreno, como comentado anteriormente – as moradias não sofriam com a insegurança proferida pelo isolamento, mas se encontravam bem mais sujeitas a serem devassadas, uma vez que "as casas muito próximas e os muros baixos facilitavam os olhares dos vizinhos e transeuntes" (AGRANTI, 1997, p. 152). Diferentemente das construções rurais, as casas urbanas se aproximavam uma das outras "e todas das igrejas, dos teatros e da rua" (FREYRE, 1968, p.154), enfim, dos outros.

> Nas análises de gravuras, notamos o código de valores da época colonial através da forma-aparência das casas. As janelas serviam como mediação entre o espaço da casa e o espaço da rua. A rótula nas portas e as janelas amplas possibilitavam ver de dentro de casa o que se passava no espaço da rua (CABRAL, 2006, p.5).

Dentro desse contexto, a implantação e a configuração da casa urbana vão determinar diferenças significativas no emprego e, consequentemente, no uso da varanda no meio urbano em relação ao meio rural. As casas térreas, como já comentado, não apresentavam a varanda na frente da construção, mantendo apenas a varanda voltada para o fundo do quintal. Quando surgem os sobrados, contudo, a varanda frontal aparece no segundo pavimento em diante, fechada por gelosias e muxarabiês, elementos de influência moura. Por estar acima do nível de acesso, a varanda não é, neste tipo de edificação urbana, o local de se receber e de se barrar o estranho, mas ainda pode ser considerada como filtro da casa, por dificultar, com a ajuda dos elementos de vedação, a visão do interior da residência para quem está do lado de fora.

É relevante observar, para melhor compreender o emprego da varanda, que no período sobre o qual se está falando, as atividades de trabalho dentro do espaço de moradia, nas zonas rurais, se davam no entorno da construção, enquanto no meio urbano, elas eram realizadas no pavimento de acesso, quando a casa era assobradada, e na frente da residência, quando térrea.

Disposição que comprometia, por um lado, o senso de privacidade e intimidade e, por outro, aumentava a necessidade de se proteger a família, a partir da visão de Novais (1997) de que, naquela época, as esferas do público e do privado não estavam nem indistintas, nem separadas, mas imbricadas, em situação análoga, mesmo que defasada, a da Europa Burguesa, como descreve Rybczynski (fig. 90).

> Uma mudança [...] vinha ocorrendo desde a Idade Média: muitas pessoas não mais viviam e trabalhavam no mesmo local. Apesar da maioria dos donos de loja, mercadores e artesãos ainda morarem na ‘sobreloja’, havia mais burgueses [...] para quem a casa era somente residência. A conseqüência desta separação foi que – com relação ao mundo exterior – a casa estava se tornando um lugar mais privado. Junto com esta privatização da casa surgiu um maior senso de intimidade, que identificava a casa exclusivamente com a vida familiar (RYBCYNSKI, 2002, p.51).



Fig.90: comércio dentro do ambiente doméstico do séc XVII e XVIII retratado pelo pintor Rugendas

Fonte: RUGENDAS, J. M.. Viagem Pitoresca Através do Brasil. 4ª ed. São Paulo:Martins, 1949.

Na arquitetura colonial urbana do Rio de Janeiro, essa necessidade de se proteger o universo da família vai se refletir na aproximação da rua do espaço destinado ao comércio nas casas, seja situando-o na frente da moradia ou em todo o pavimento térreo, pois, além de permitir fácil acesso ao público, tal disposição já isola, por si só, a intimidade do lar do estranho da rua, o que faz com que Algranti venha até a comparar esses ambientes comerciais com a varanda, por, neste caso, ambos possuírem a função de filtro.

> A loja, ou escritório, instalada no primeiro pavimento, evitava que os estranhos se introduzissem nos espaços de convívio da família. Tais cômodos tinham a função semelhante ao alpendre e varandas das casas de sítios ou casas térreas, embora esses últimos servissem também de área de circulação (AGRANTI, 1997, p. 101).

É por isso que no sobrado, onde, nos pavimentos superiores, a privacidade pode estar comprometida por se aproximar dos limites do espaço público, a varanda na frente da construção está presente, afirmando seu espaço na casa e seu significado de filtro. Condição de filtro e de posto de vigília, visto ser esse o local que colocava o morador em contato com a rua sem, contudo, o lançar para fora do seu ambiente doméstico.

Rua, por assim dizer, pois na realidade não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil daquela época, como define Nestor Goulart, ela era um “traço de união entre conjunto de prédios” (1987, p.24) que se colocam sobre o alinhamento das vias públicas, mas que não deixava de ser, mesmo freqüentada mais pelos escravos do que pelas senhôras e senhores, um local de passagem, de encontro e de festividades, influenciando o significado das varandas para as moradias (fig. 91).



Fig.91: imagem *Carregadores de água* de Rugendas, retratando o espaço público do séc. XVII e XVIII.
Fonte: RUGENDAS, J. M.. Viagem Pitoresca Através do Brasil. 4ª ed. São Paulo:Martins, 1949.

Diferentemente do sentido na zona rural, o significado da varanda de posto de vigília no meio urbano não se atém à necessidade de se observar quem se aproxima da casa, mas engloba também a possibilidade de acompanhar os eventos ofertados nos espaços públicos. Dentro desse prisma, a varanda transcende o sentido de posto de vigília, passando a ter também o significado de camarote, como bem destaca o arquiteto Hertzberger, ao falar das galerias espanholas:

> Estas moradias particulares (durante as touradas realizadas na rua) [...] assumem temporariamente condição pública. Todas essas varandas [...] – evidentemente tendo em vista essa função pública adicional – acabam por formar um grande espaço unificado, semelhante ao teatro italiano clássico, com suas fileiras verticais de camarotes (1996, p.67)

Analogamente falando, é da varanda, ou melhor, da sacada ou do balcão dos sobrados cariocas que se assiste e se participa das procissões, das festas religiosas, como também dos julgamentos públicos, das condenações, dos enforcamentos, isto é, dos acontecimentos que ocorriam na rua.

Muitas das vezes, essas participações não se limitavam à observação, mas também se expressavam através de adornos – panos, bandeiras, flores, velas -, objetos que de alguma forma comunicavam a posição do morador da habitação em relação ao que se passava no espaço público. Motivo pelo qual se voltará a esse assunto no capítulo seguinte, onde é discutido a vocação da varanda para promover a socialização da casa.

O significado de camarote, apesar de parecer similar, na verdade, inverte o sentido de posto de vigília, pois representa uma abertura da casa ao mundo da rua, muito mais direcionada ao encontro do que à proteção e, desta forma, à sua socialização.

No momento, o importante é observar que esses instantes de abertura da casa – que também se reflete no comportamento da mulher, normalmente restrita ao espaço privado, ao encontrar na sacada a possibilidade de ver e de ser vista – vai se intensificar no século XIX, principalmente após a chegada da família real, que determina a retirada dos muxarabiês e gelosias, como já comentado, aumentando ainda mais o contato com a rua.

A varanda oitocentista, apesar de diferente da do período colonial, pela retirada dos fechamentos de origem moura, representando a abertura maior desse espaço doméstico, em relação ao do período anterior, continua, contudo, a ter o significado de filtro da casa, de posto de vigília, mesmo sendo este agora, também, posto de exposição, pois os caixilhos de vidro que compõe as esquadrias dessa residência não só permite mais entrada de luz, como também maior invasão dos olhares alheios.

Esses significados, além de permanecerem pertinentes à varanda, continuam a ser importantes para a casa, expressando os hábitos de moradia de uma família que ainda se apresenta dentro da mesma estrutura, apesar de já mostrar comportamentos distintos.

Fato este que pode ser constatado através das tipologias de habitação que começam a surgir em meados do século XIX, como descrito no capítulo primeiro, em loteamentos de frente bem mais generosa que a dos “lotes charutos”, permitindo partidos diferentes daqueles das casas assobradadas. Tais residências vão apresentar novamente a varanda junto ao pavimento térreo, como espaço de acesso à moradia (fig. 92).

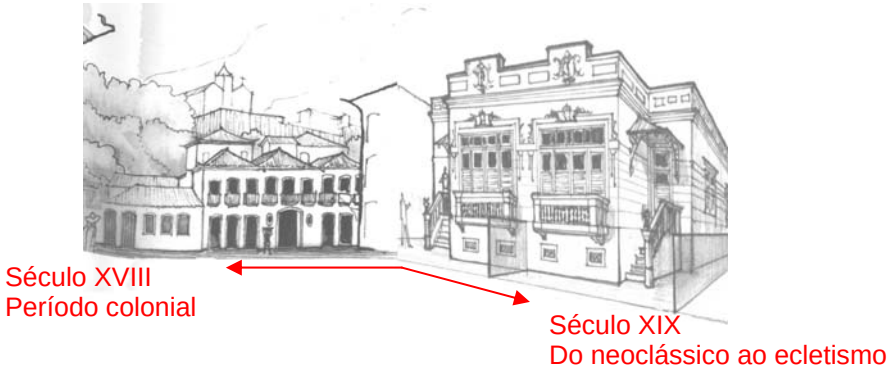


Fig. 92: mudanças na arquitetura doméstica do período colonial ao início do ecletismo.

Fonte: REIS FILHO, N. G. Quadro da Arquitetura no Brasil. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1987, p.165.

O século XIX foi um período de grandes mudanças no comportamento cultural do carioca, afetando seu modo de vida, seus hábitos de moradia e de estar em público. Reflexos de acontecimentos já comentados no capítulo anterior como, na primeira metade do século, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, mais especificamente para o Rio de Janeiro, onde D. João VI estabelece domicílio, a vinda da Missão Francesa e a abertura dos portos às nações amigas e, na segunda metade, a abolição da escravidão, a chegada de imigrantes e o trabalho nas fábricas, liberando o espaço de moradia para as atividades domésticas da família, agora mais reduzida aos parentes de sangue.

Acontecimentos que promoveram mudanças arquitetônicas que visavam a uma produção segundo o critério da corte, caminhando, a princípio, em direção ao estilo neoclássico e, depois, ao ecletismo, mas que também mostravam sintonia com as famílias que agora abriam as suas casas não apenas para a claridade das clarabóias e dos caixilhos de vidro, mas para receber. As alcovas reservadas, além de serem iluminadas, cediam, agora, espaço para os salões de festas. Em meados do século XIX, o lugar do trabalho, que começava a ocorrer fora do espaço doméstico, era ocupado pelos recitais e saraus, onde as “festas familiares tornam-se noitadas em sociedade, a sala de família torna-se sala de recepção em que as pessoas privadas se reúnem num público” (HABERMAS, 1984, p.62) (fig. 93).

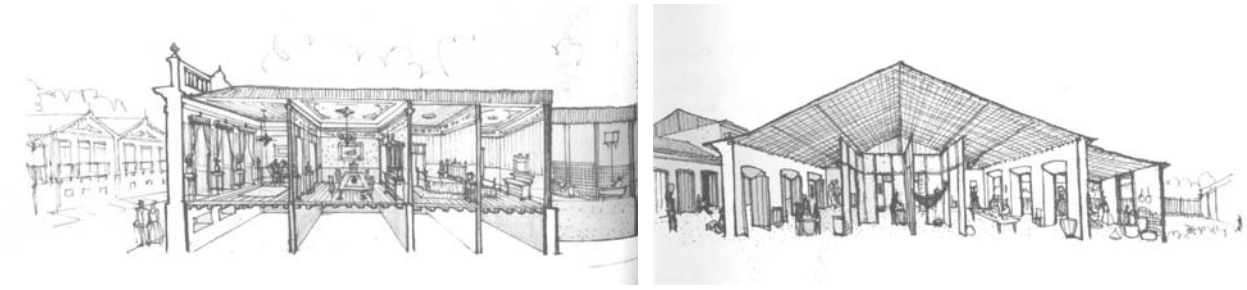


Fig.93: espaço doméstico de meados século XIX sem a presença do comércio (à esquerda) e do século XVIII com a presença do comércio (à direita).

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 26 e 46.

Diante dessas mudanças, como bem descreve Habermas, “a linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa” (1984, p. 62), pelo salão, e não mais pelo ambiente de acesso, pela varanda ou pela loja, como antes (fig. 94).

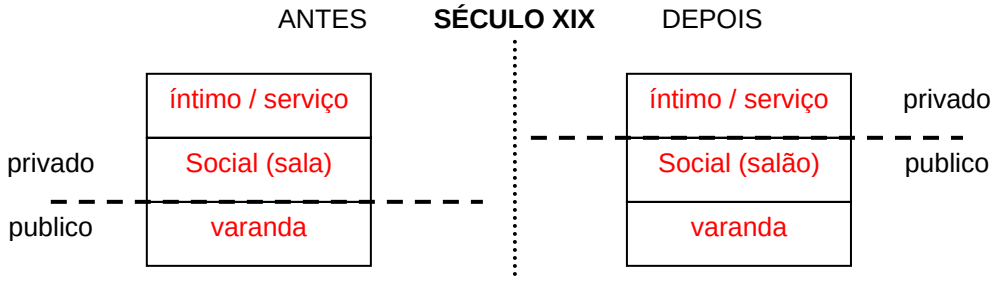


Fig. 94: deslocamento da linha entre o público e o privado

Fonte: própria da autora

Contudo, desde que todos os ambientes da casa se destinavam às atividades do lar e não mais se ocupavam do comércio, fosse na frente da construção ou em todo o pavimento térreo, como ocorria no século anterior, as casas urbanas iriam demandar, como as construções rurais – que, destinadas, nessa época, ao cultivo do café, pouco se diferenciavam das casas de engenho do ciclo do açúcar, com varandas, muita das vezes, rodeando toda a construção (fig.95) – de um filtro que pudesse barrar e selecionar quem entrasse.

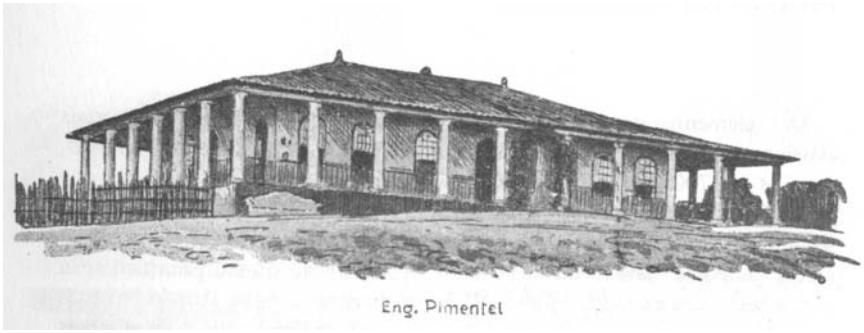


Fig. 95: Engenho Pimentel, exemplo de arquitetura rural do século XIX

Fonte: RODRIGUES, José Wasth. Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil. 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.260.

Isso ocorria porque, apesar da família oitocentista estar mais aberta para com quem estava de fora da sua estrutura do que em épocas passadas, o senso de privacidade e intimidade era maior, como já comentado, pela saída do trabalho do espaço doméstico, afirmando, paradoxalmente, a necessidade ainda presente de se separar o universo da casa do mundo da rua.

Rua que no século XIX começaria a ser calçada, aparecendo os primeiros passeios junto aos edifícios, o que indicava que ela passaria a ser freqüentada não só pelos homens, mas por todos os membros da família que “se torna cada vez mais privada, enquanto que o mundo do trabalho e da organização se tornam cada vez mais públicos” (SCHELSKY, apud HABERMAS, 1984, p.181).

> Na mesma medida em que a esfera profissional se autonomiza, a da família se recolhe a si mesma: a mudança estrutural da família [...] é caracterizada [...] pela sua progressiva separação do contexto funcional do trabalho social de modo geral (HABERMAS, 1984, p. 184).

Essa separação ente o local do trabalho do ambiente de moradia que tanto afetou não só o espaço doméstico, como a família que o habita e que adquire um outro sentido para a relação público e privado, por sua vez, se deve muito à substituição da mão de obra escrava pela a assalariada, devido á abolição da escravidão e a chegada de imigrantes vindos de outros países em busca de novas oportunidades.

População livre, porém pobre que se movimentaria “pelas ruas alvoroçadas em busca de emprego e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões – e espaços” (MARINS, 1998, p. 132) e se durante a primeira metade do século XX, a rua torna-se, pelo menos para as camadas médias e altas da população, cada vez mais um espaço agradável e convidativo, tanto para o homem, como para as mulheres e as crianças, questionando a necessidade de se ter ou não a varanda como filtro da casa e posto de vigília, isso se deve a um período de transição que se inicia no final do século XIX, com a república e sua ambição de “‘civilizar’ o país, modernizá-lo [...] inseri-lo [...] nos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais européias” (MARINS, 1998, p. 133 e 134).

> Tumulto e desordem foram palavras fácil e comumente aplicadas à dinâmica das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. [...] confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. [...] forasteiros da República, vindos das fazendas ou das aldeias européias oitocentistas [...] massa de cidadãos pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do império (MARINS, 1998, p. 132 e 133).

O período em que as etnografias urbanas, isto é, os costumes, a cultura e o modo de vida na cidade, farão da rua um local de convívio, permitindo não só o deslocamento, comentado por Habermas, da linha entre a esfera pública e a privada para o salão, mas, futuramente, ao longo das décadas, a subtração da varanda das fachadas das moradias, se viabiliza com as “reformas após o advento republicano, referenciado no exemplo ‘civilizador’ da Paris haussmanniana” (MARINS, 1998, p. 137) que Pereira Passos implanta no Rio de Janeiro e que ocasionará a expansão da cidade do centro para o sul, como foi discutido no primeiro capítulo.

A zona sul do Rio de Janeiro, recorte espacial onde se insere o objeto de estudo desse trabalho – as varandas das habitações multifamiliares permanentes – se desenvolve numa “bela época”, onde há mais horas para o lazer, em virtude do aumento do tempo livre, em relação à

diminuição do tempo de trabalho – conquista trabalhista frente às problemáticas da produção industrial -. Neste período, as atividades de lazer não se restringem mais às festas religiosas, ao descanso ou ao ócio, elas se diversificam e passam cada vez mais a ocupar o espaço da rua. Os museus e bibliotecas agora são prédios públicos e se abrem para a população que, além do teatro, desfruta do cinema para sua diversão. O comércio que, em épocas passadas, ia até a casa, se encontra nas lojas espalhadas pelas avenidas e galerias ou concentrado em charmosas lojas de departamento. Confeitarias e cafés atendem a quem não só passa, mas também a quem passeia pelas calçadas que se tornam um lugar de brincadeiras para as crianças diante da perda, nas habitações, da área do quintal, conseqüência da verticalização da construção (fig. 96).



Fig.96: ambiente da rua do início do século XX retratado pela famosa Confeitaria Colombo.
Fonte: capa do menu da Confeitaria Colombo, acervo pessoal.

Para a população economicamente mais favorecida, “os sonhos de civilização emergiam [...] na consolidação dos bairros da zona sul carioca, refúgio cada vez mais acentuado de espaços privados semelhantes no aburguesamento, avizinhados na mesma harmonia” (MARINS, 1998, p. 149) e, dentro desse contexto, a varanda deveria se render “à nova gramática entre os espaços públicos e os privados ambicionada pelas elites reformistas” (MARINS, 1998, p. 151)

As pessoas da rua, os vendedores ambulantes, os prestadores de serviço, e mesmo os médicos e os advogados se aproximam menos da casa, ao mesmo tempo que os habitantes da moradia saem mais para a rua. Rua essa freqüentada pelo espírito cosmopolita[45] que toma conta do Homem moderno do século XX. O mundo fora do “abrigo” da casa, antes evitado, se torna convidativo, diminuindo a necessidade de elementos filtrantes para receber o visitante ou de postos para vigiar quem chega desse universo e, nem mesmo, de lugar de exposição, pois para isso nada melhor do que o caminhar pela rua, “tornando mais difusas as fronteiras do público e do privado” (SALIBA, 1998, p. 329), mesmo que esse ato se dê de forma acelerada e que dispute espaço com os automóveis (fig. 97).

[45] Sennett, em seu texto *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*, editado em São Paulo pela Companhia das letras em 1993, define o homem cosmopolita como “um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem parentesco com aquilo que lhe é familiar” (p.31).



Fig.97: o caminhar pela rua do século XX, quando os pedestre já dividem o espaço com os automóveis.

Fonte: SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.).*História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 550.

> Outro modo elegante de referi-se ao hábito inovador de caminhar pelas rua sozinho e às pressas era chamá-lo de 'andar à americana' [...] atitude de total desprendimento por tudo e por todos que estão ao redor. Esse ato de introversão implica ao mesmo tempo uma possibilidade de concentração em outros assuntos alheios àquele lugar e àquelas pessoas, ganhando tempo pessoal [...] numa sincronização com o ritmo acelerado dos novos equipamentos tecnológicos. Paradoxalmente, portanto, ampliação do tempo e espaço privado para o interior do âmbito público [...] condição por excelência do homem moderno (SEVCENKO, 1998, p. 551).

Contudo, o que se pode notar, como destacado no primeiro capítulo, é que a zona sul, até meados do século XX, é marcada pela permanência das varandas nas habitações multifamiliares permanentes, muito em virtude de uma produção arquitetônica que buscava imprimir em suas obras uma identidade brasileira, mas, também, pela vontade dos próprios moradores de transportar para os edifícios de apartamento, o espaço doméstico das antigas residências, na intenção de preservar seus hábitos de moradia, seu modo de vida.

Dentre eles, o de possuir um filtro, um posto de vigília, até porque se a expansão da cidade para o sul seguia a "vocação balneária que o Rio de Janeiro haveria de levar até as últimas conseqüências, fazendo das praias o foco principal do lazer e uma extensão natural dos quintais e das salas" (SEVCENKO, 1998, p. 571) das moradias que eram edificadas perto da orla, essa mesma praia, percebida no imaginário de muitos habitantes dessa região como espaço privado, é, na verdade, "o maior e mais democrático espaço público do Rio" (IWATA, 2001, p.39).

A dissolução entre a fronteira entre o público e o privado pelo diálogo mais amistoso entre a casa e a rua, que a *belle époque* do começo do século XX inicia, vai refletir na varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul na segunda metade desse mesmo século, nas décadas de 60 e 70, período que, como comentado anteriormente, marca a fase de sua ausência, tanto por influência, no campo da arquitetura, da índole universalista do movimento moderno europeu que a criação do estilo internacional trataria de afirmar, quanto pela "impossibilidade de um delineamento de fronteiras entre o mundo público e o mundo pessoal" (SALIBA, 1998, p. 328) diante da velocidade cada vez maior da vida moderna.

Habermas (1984), ao falar sobre a relação entre o público e o privado no mundo moderno, parece se referir aos subúrbios das cidades americanas como se olhasse para as habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, durante essas duas décadas em que a varanda se torna ausente.

> Agora os membros individuais da família passam a ser socializados em maior escala por instâncias extra-familiares, pela sociedade de modo imediato [...]. Este secreto esvaziamento da esfera familiar íntima encontra a sua expressão arquitetônica na construção de casas e de cidades. O isolamento da casa privada [...] através de jardins, (varandas), e cercas [...] está hoje tão rompido quanto, inversamente, com o desaparecimento do salão, das salas de recepção de um modo geral, está ameaçada a sua abertura para o intercambio social de uma esfera pública. A perda da esfera privada e um acesso seguro à esfera pública são hoje traços característicos do modo de morar e viver urbanos (HABERMAS, 1984, p. 186 e 187). [...] "Assim como as portas desaparecem dentro das casas, assim também desaparecem as cercas entre vizinhos" (WHYTE apud HABERMAS, 1984, p. 187).

Na realidade dos bairros da zona sul do Rio de Janeiro dessa época, a necessidade de proteger o lar do intruso também parece que diminui, influenciando diretamente a presença das varandas nas habitações multifamiliares permanentes.

De certo, a verticalização da moradia, através dos edifícios de apartamento (arranha-céus residenciais) tem relação com essa questão, pois, além de elevar o espaço doméstico do nível da rua e, assim, dos olhares indiscretos, o acesso à moradia nessa tipologia se faz pelo centro da edificação, onde a portaria é responsável por parte dessa filtragem, antes realizada pelas varandas, que serviam de transição entre o mundo da casa e o da rua, mas também não se pode negar, como bem coloca Rosa Araújo, que "a cidade modernizada estimulou a família a usufruir do espaço público, tornando-a mais consciente de seus direitos de circular na rua com segurança" (1993, p.333).

A varanda não deixa de ser o filtro da casa, mas, exatamente por isso, ela deixa de ser tão presente, o que explica, em parte, a ausência da mesma descrita no primeiro capítulo durante os anos que vão de meados do século XX até a década de 1970 nas habitações multifamiliares

permanentes da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Ausência essa que no final do século XX e início do século XXI é substituída pelo retorno expressivo das varandas, muito em virtude do seu significado de filtro da casa e de posto de vigília.

Detentora de qualidades espaciais, na transição entre o mundo da casa e o da rua, o emprego novamente desse intervalo entre essas duas esferas sociais opostas representa mudanças nos hábitos de moradia que estão articuladas com as problemáticas existentes nas cidades contemporâneas do mundo todo, principalmente nas de médio e grande porte.

> Enquanto a tendência no fim dos anos 60 parecia levar a uma abertura maior da sociedade em geral e dos edifícios em particular, assim como a uma revivescência da rua – o domínio público por excelência -, há atualmente um movimento crescente para restringir este acesso e buscar refúgio em sua própria "fortaleza", longe da agressividade, na segurança da própria casa (HERTZBERGER, 1996, p. 86).

Na cidade do Rio de Janeiro, a violência, o barulho, a agitação e a correria, assim como o aumento do tráfego de automóveis, transformam a rua em local de passagem, ao invés de local de permanência. Ela que tinha se tornado, de meados do século XIX em diante, lugar de convívio e lazer, que pela sua condição de espaço público era ponto de encontro, espaço das relações sociais, sofre, atualmente, um processo de "esvaziamento [...] (e) converte-se em espaço de indiferença" (CABRAL, 2006, p.4).

A convivência passa a ocorrer em lugares fechados como museus, centros culturais, clubes, *shopping centers* que, para Diane Ghirardo, são espaços públicos controlados que recriam a atmosfera da cidade com a oferta de "espetáculo, vigilância e controle" (2002, p.71).

Espaços públicos pertencentes a instituições privadas, espaços semipúblicos, espaços coletivos; independentemente do termo utilizado[46], o que interessa é que a existência cada vez maior desses espaços reflete a hostilidade crescente da rua, que sofre com a violência e que deixa a população insegura, pois, como bem coloca Josep Montaner, "toda coletividade necessita de alguns lugares arquetípicos carregados de valores simbólicos; se a cidade não os oferece, estes são criados pelos grupos sociais" (2001, p. 161).

A rua torna-se cada vez mais habitada por automóveis do que por pessoas e "quanto mais o ambiente da rua se torna hostil, mais o ambiente da casa se torna acolhedor" (CERTEAU, 1998, p210). Se não há, na contemporaneidade, a necessidade de se resguardar as mulheres e as crianças como naquela família tradicional mononuclear, é prudente proteger todos os membros dos diversos tipos de família da hostilidade da rua, isto é, por razões distintas, torna-se mais importante ainda cuidar da privacidade e da intimidade do lar, mesmo se o grau de importância varie de acordo com cada família.

---

[46] O conceito de público passa atualmente por uma redefinição. Diane Ghirardo, no seu texto *Arquitetura Contemporânea*, fala da dificuldade de se determinar espaço público, pois existe mais de um "público", na verdade existem vários "públicos", em função dos grupos sociais. Desta forma, espaço público está sendo definido, atualmente, não como aquele pertencente a uma entidade pública, mas, em oposição ao espaço privado, como aquele que é utilizado por mais de uma célula social, por mais de uma família.

> Sem uma esfera privada protetora e sustentadora, o indivíduo cai na torrente da esfera pública, que, no entanto, passa a ser desnaturada exatamente através desse processo [...]. A correlação entre esfera pública e esfera privada está perturbada. Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva dificilmente penetrável, tanto mais ele (o homem) se recolhe á sua esfera privada [...] o espaço público se perverteu no sentido de uma superfície mal-ordenada de um transito tirânico (BAHRDT apud HABERMAS, 1984, p. 188 e 189).

Essa realidade atual da rua causa novamente o afastamento entre esses dois mundos que, apesar de complementares, são, por definição, opostos, pois “pelas práticas que articulam o seu espaço interior, ela (a casa) inverte as estratégias do espaço público” (CERTEAU, 1994, p.119). Isso traz à tona a necessidade de haver mais uma vez uma transição menos imediata, mais gradativa entre eles e, como “a dialética do exterior e do interior apóia-se num geometrismo reforçado em que os limites constituem barreiras” (BACHELARD, 1993, p. 219), o elemento arquitetônico chamado varanda é novamente empregado. A varanda serve de filtro para a casa e desempenha, como em épocas passadas, sua função de posto de vigília.

Na opinião do sociólogo Zygmunt Bauman, “o ‘progresso’, que já foi a manifestação mais extrema do otimismo radical e uma promessa de felicidade universalmente compartilhada e permanente, se afastou totalmente em direção ao pólo oposto” (2007, p. 16) nas últimas décadas do século XX, causando a sensação de insegurança que passa a caracterizar a vida nas grandes metrópoles globalizadas.

Diante dessa visão, Bauman chega a afirmar em seus estudos que na contemporaneidade, “aqueles que podem dar-se ao luxo de se fortalecerem contra todos os perigos visíveis ou invisíveis, atuais ou previstos, familiares ou ainda desconhecidos, difusos, porém ubíquos, protegem-se por trás de muros, equipando os acessos a moradias” (2007, p. 17) assim fazem e, no caso das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro, um desses “equipamentos” parece ser a varanda, ambiente conhecido da arquitetura doméstica carioca.

Ela afasta a intimidade do lar dos olhares intrusos que, mesmo com a verticalização das construções, nos dias atuais, volta a ser uma necessidade da arquitetura doméstica carioca. O caos urbano proveniente dos inchaços das cidades, que colaboram para o esvaziamento da rua, também pode ser observado na aglomeração dos edifícios da zona sul do Rio de Janeiro. Os afastamentos mínimos entre as edificações aproximam os vizinhos, esses estranhos que invadem, voluntária ou involuntariamente, a privacidade da casa (fig. 98).



Fig. 98: registro da proximidade entre os edifícios residenciais

Fonte: própria da autora

As varandas nos edifícios de apartamento, como as sacadas dos antigos sobrados, elevadas do nível da rua, não chegam a filtrar as pessoas que entram na residência, nem servem para receber o estranho, mas elas ajudam a proteger o morador do contato imediato com um mundo que se mostra mais hostil e diante do qual muitos querem ser tornar indiferentes. Afinal de contas, como descreve Certeau, “o espaço privado da casa é aquela cidade ideal onde todos os passantes teriam rostos de amados, onde as ruas são familiares e seguras, onde a arquitetura interna pode ser modificada quase à vontade” (1998, p. 211).

Tal proteção dada pela varanda à privacidade da casa, chega a ser almejada até mesmo por edificações como as que se localizam na orla da zona sul que só tem diante de si a praia, pois, como já comentado anteriormente, o fato desta ser um espaço público que corresponde a um dos lazeres mais populares da cidade, contraria sua apropriação como espaço privado sugerida por Sevcenko (1998) ao mencionar que esta área era vista pelos moradores da orla como o quintal de suas casas.

Mesmo no imaginário do usuário, é quase que impossível que as varandas das habitações multifamiliares permanentes localizadas na orla se comportem como as antigas varandas coloniais voltadas para o fundo do terreno, para a privacidade do lar, pois, além de localizadas na fachada frontal, ligam a casa com um local que, dependendo do dia, apresenta a intensa presença de pessoas estranhas de hábitos distintos.

Não é à toa que, na entrevista realizada com os síndicos dos edifícios que sofreram um processo de avarandamento (anexo 2), o representante do prédio localizado na Vieira Souto, orla de Ipanema, endereço de parte da população economicamente mais abastada da cidade, tenha indicado em primeiro lugar, como comentado anteriormente, a necessidade de um espaço de transição entre a casa e a rua como um dos motivos para o acréscimo de varandas na fachada do condomínio e tenha colocado, como um dos benefícios adquiridos com a intervenção, o aumento de privacidade das unidades residenciais.

Dentro dessa visão, as varandas da orla da zona sul carioca, mais do que um lugar de convívio ou de contemplação que deveria estimular a presença do morador em seu recinto, atua, na verdade, como um filtro da casa, um posto de vigília que às vezes se torna camarote, dependendo dos acontecimentos que venham a ocorrer na rua.

Significados atribuídos à varanda cuja importância na contemporaneidade é confirmada através dos dados obtidos na pesquisa de campo com o envio dos questionários. De acordo com os moradores das 30 amostras selecionadas (anexo 4), tais significados aparecem como uma das vantagens de se ter a varanda no espaço de moradia para 86% das opiniões emitidas, sendo que 54% apontam como uma das vantagens o fato da varanda aumentar a privacidade da sala e 32% a questão dela permitir um contato maior com a rua, conforme gráfico 3.



Gráfico 3: vantagens de se ter a varanda na opinião dos moradores

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Esses percentuais aqui mencionados, como os que aparecem nas páginas seguintes, salvo alguma exceção, correspondem aos dados gerais obtidos com as 30 amostras, mas no anexo 4 pode-se verificar os dados por bairros, assim como os dados de cada um dos edifícios que compõem a amostragem isoladamente.

Caso onde é interessante observar que, mesmo apresentando características diferentes, os seis bairros que compõem o recorte espacial desta pesquisa para o envio dos questionários apresentam sempre, como uma das vantagens de se ter a varanda, essas mesmas questões que se encontram relacionadas com o significado de filtro da casa, posto de vigília e de exposição. Algo que só deixa de ocorrer em algumas situações, quando se observa cada prédio isoladamente e, mesmo assim, apenas quando a maioria dos moradores afirma que a varanda não foi decisiva para obtenção do imóvel, exatamente por não identificar nela nenhuma vantagem.

Dentro do quadro geral, isso nem chega a 50% das opiniões emitidas, conforme gráfico 4, além de que a opinião que afirma que o fato do imóvel possuir uma varanda não foi decisivo para a sua obtenção ser, normalmente, proveniente de edifícios onde tais ambientes já se encontravam fechados ou apresentavam dimensões pequenas.

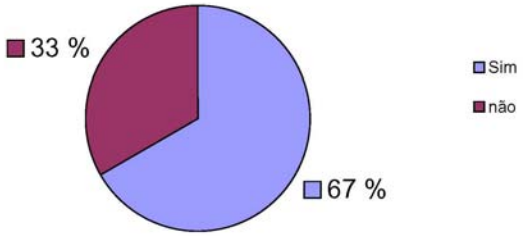


Gráfico 4: opinião a respeito do fato do imóvel possuir uma varanda ser decisivo para sua obtenção
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

É importante mencionar, uma vez que os dados obtidos sofrem influencia direta dos grupos sociais, que 41% dos tipos de arranjos domésticos das famílias que preencheram os questionários corresponde a casal com filhos e que 88% desses moradores, quando domiciliados no Rio de Janeiro, viveu a maior parte do tempo na zona sul, conforme gráfico 5 e 6 respectivamente, sendo que 36% não tinha residido em outro imóvel com varanda, de acordo com gráfico 7. situação que certamente influencia os significados da varanda aqui estudados.

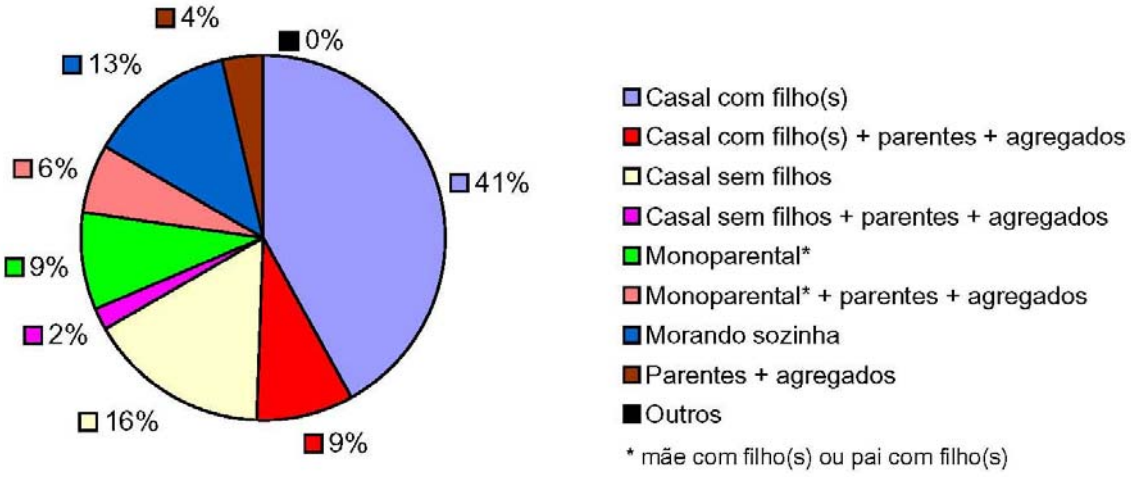


Gráfico 5: tipos de arranjos domésticos das famílias que preencheram os questionários
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

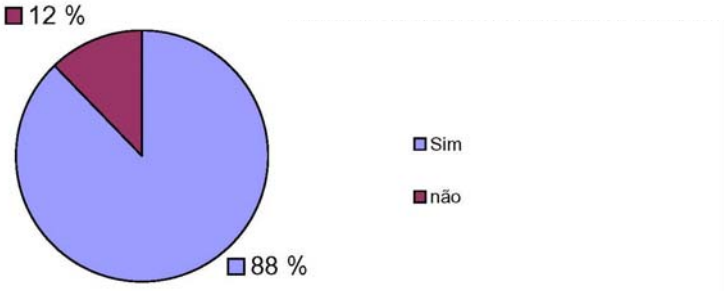


Gráfico 6: opinião a respeito da zona sul ter sido o local de residência por mais tempo no Rio de Janeiro
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

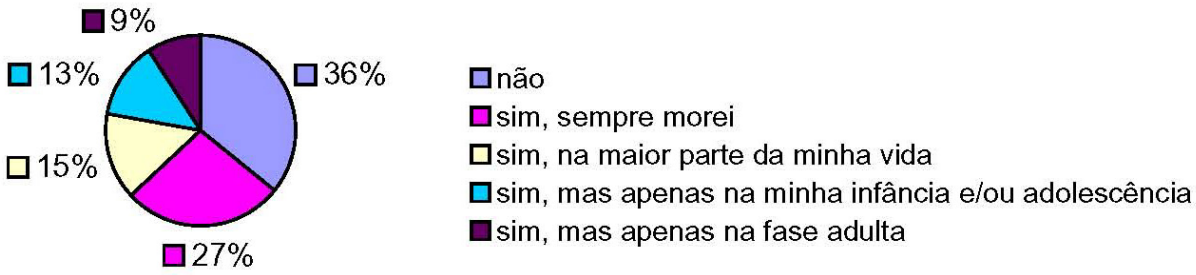


Gráfico 7: opinião a respeito do entrevistado já ter morado em outra residência com varanda
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Como se pôde constatar tanto com fontes secundárias quanto primárias, o significado de filtro da casa, de posto de vigília, como de exposição, acompanha a varanda em todos os momentos em que ela se faz presente na arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, justificando, senão de todo, pelo menos em parte, o seu emprego nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

Contudo, ao se falar desses significados da varanda, obrigatoriamente também se está questionando o significado dela como lugar do encontro, encontro com os acontecimentos da rua, com quem se dirige até a casa, com o outro com quem muitas das vezes não se quer ter contato. Significado da varanda de lugar do encontro que, como o de filtro ou o de posto de vigília e de exposição, está atrelado a sua condição de espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua.

3.2.2 - A Varanda, Lugar Iminente do Encontro

A ambivalência da varanda, por ela ser tanto espaço privado quanto espaço público, o que faz com que ela seja chamada de intervalo, reside no fato de ser o lugar iminente do encontro.

Certamente, não se está pretendendo falar do lugar fenomenológico, visto que, em se tratando de experiências pessoais, ficaria impossibilitada a discussão, como também não há a intenção, no momento, de se trabalhar com o lugar antropológico, aquele que confere a cada indivíduo a sua identidade a partir de si mesmo e de sua relação com os outros, mas, quando se fala da varanda como lugar iminente do encontro, a intenção é apresentar esse elemento arquitetônico como “sendo o lugar geométrico das chegadas e das partidas” (BARRAULT apud BACHELARD, 1993, p. 226).

O termo iminente foi escolhido porque, independentemente de haver ou não o encontro com o outro, desse fato ser consumado, é lá, na varanda, que existe sempre a ameaça dele acontecer em breve, seja porque é nesse ambiente que se primeiramente recebe a pessoa de fora da estrutura familiar, seja porque é desse espaço que se avista a rua, ou seja, porque é nele que se é visto.

Essa iminência ocorre porque a varanda, a soleira ou qualquer outro espaço de intervalo, como bem coloca Hertzberger, “fornece a chave para a transição e a conexão entre áreas com demarcações territoriais divergentes (a casa e a rua) e [...] constitui (desta forma) a condição espacial para o encontro e o diálogo entre áreas de ordens diferentes” (1996, p. 32).

Na opinião desse arquiteto holandês, intervalos como o da varanda promovem “o encontro e a reconciliação entre a rua, de um lado, e o domínio privado, de outro” (1996, p.32). Na varanda, esses “dois mundos se superpõem em vez de estarem rigidamente demarcados” (1996, p.32).

A casa se comunica com a rua através da varanda quando ela é filtro, posto de vigília e de exposição, quando nela acontece o encontro. Significados da varanda que dialogam entre si como causa e conseqüência um do outro, e que vão aparecer na arquitetura doméstica carioca sempre interagindo entre si.

No período colonial, a varanda das habitações rurais do Rio de Janeiro era o filtro da casa exatamente por ela ser o lugar do encontro com o estranho. Numa época em que o comércio – produtos e serviços – ia até à casa, a varanda era o local onde se recebia os mascates, os negociantes, os professores, os médicos, os escravos das senzalas, enfim, todos aqueles que tinham contato com a família, mas que não faziam parte daquelas estruturas familiares focadas na figura do pai provedor; células mononucleares que formavam a sociedade patriarcal tão comentada por Gilberto Freyre em seus textos (1964; 1968) (fig. 99).

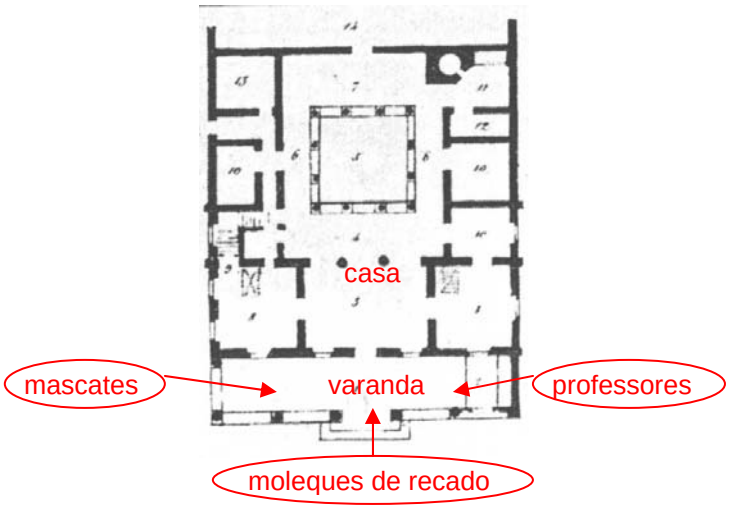


Fig.99: esquema da varanda como espaço de transição

Fonte: própria da autora a partir de desenho disponível no livro DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). São Paulo: Livraria Martins, 1940, prancha 42.

Esse autor, de acordo com Novais (1997), chega a mencionar que os locais onde ocorria esse encontro, como a varanda, podiam até ser chamados de áreas de amaciamento, principalmente quando se referia ao encontro entre os senhores e os escravos, pessoas de posição oposta uma da outra, o que demandava de uma zona relativamente neutra, onde a aproximação entre os dois mundos fosse “amaciada”. Algo que marcou a vida na colônia e que contribuiu para a presença das varandas nas habitações rurais do Rio de Janeiro daquela época.

> A organização patriarcal, por exemplo, bem como as formas de moradia são diretamente afetadas por essa clivagem fundamental; os tipos de família e as formas de moradia configuram-se diferentemente nas áreas e nas situações em que predominam os extremos (senhor/escravo) [...]. A criação de zonas intermediárias ou momentos de aproximação (amaciamento, diria Gilberto Freyre) passa a constituir um traço marcante na vida de relações na colônia (NOVAIS, 1997, p. 27 e 28).

Mesmo quando ela deixa de receber o estranho nos sobrados coloniais, a varanda continua a promover o encontro do habitante da casa com quem passa na rua, por sua condição de posto de vigília e de exposição.

Durante o século XIX, as tipologias das residências são outras, mas a qualidade da varanda de lugar do encontro continua. As sacadas dos sobrados sem as gelosias e muxarabiês permitem ainda mais ao morador da casa participar dos acontecimentos da rua e, mesmo quando a varanda divide a sua atribuição de espaço de acesso à casa com os jardins na lateral da construção, ela continua sendo o lugar de receber quem chega de fora: os moleques de recado, os vendedores, os prestadores de serviço, as visitas, os pretendentes (fig. 100).

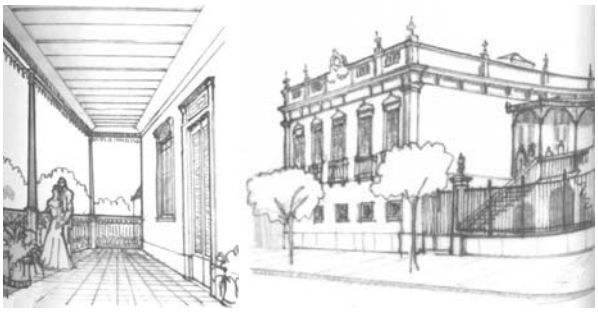


Fig.100: a varanda alpendrada em meados do século XIX, como espaço de acesso à casa.

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 32 e 33.

Até quando a rua passa a ser mais freqüentada e o habitante da residência tende a sair mais em sua direção do que receber o “mundo” em sua casa, a varanda não deixa de ser o lugar do encontro, pois ainda no século XX e, mesmo nos dias de hoje, ela continua sendo, quando presente na edificação, filtro da casa, posto de vigília e de exposição. Significados importantes para o modo de vida do carioca na contemporaneidade e que são inerentes à varanda pelo seu atributo de espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua, contribuindo para a sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro.

A varanda só deixa de ter esses significados quando ela se volta para uma área isolada do contato com o espaço público ou com alguma outra unidade habitacional, como as salas de viver das antigas casas da época da colônia. Isso é, quando sua tipologia não permite que ela, mesmo sendo por definição um ambiente que, obrigatoriamente, liga o interior da construção com o exterior, se comporte como filtro da casa, posto de vigília ou de exposição (fig. 101).



Fig.101: sala de viver colonial, exemplo de varanda que não é nem filtro, nem posto de vigília e de exposição e que, por isso, também não é lugar iminente do encontro.

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 110.

Fato que leva a entender que esses significados da varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca não estão relacionados apenas com o modo de vida das pessoas, os usos e costumes de cada época, mas também com a tipologia desse elemento arquitetônico.

Em relação à questão do encontro, pode-se dizer que as características tipológicas mais relevantes são a disposição, a forma e as dimensões físicas da varanda.

A iminência do encontro aumenta de acordo com o tempo de permanência do usuário no espaço da varanda. Se a varanda é dimensionada para comportar mobiliários como cadeiras, espreguiçadeiras, mesas, redes, entre outros, isso certamente ajudará com que o morador da casa passe mais tempo nesse recinto do que num onde a largura seja tão estreita que só permita à pessoa se debruçar.

De acordo com os dados obtidos através dos questionários distribuídos durante a pesquisa de campo, o que mais interfere a utilização da varanda pelo morador é, exatamente, o fato de seu espaço ser muito pequeno. Conforme gráfico 8, dentro da parcela de pessoas que afirmaram pouco utilizar a sua varanda, 13% indicou como uma das razões desse fato a dimensão de seu espaço físico.

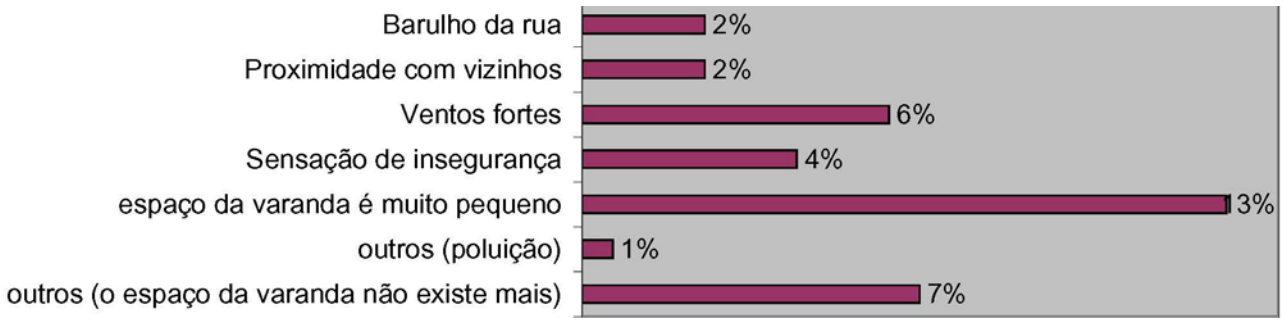


Gráfico 8: razão pela qual a varanda é pouco utilizada pelos moradores

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

É claro que as dimensões da varanda não são determinantes para a presença de seu usuário em seu local e, com isso, para que aconteça o encontro, mas decerto seu dimensionamento é um colaborador. Outro colaborador é a forma, ou seja, como ela se apresenta formalmente disposta no corpo do objeto arquitetônico.

Varandas embutidas no corpo da fachada expõem menos o morador da habitação, quando esse se encontra em seu recinto, do que as varandas que se apresentam soltas da mesma não só pela frente, mas também pelas laterais, como as varandas em balanço que, totalmente salientes, causam no seu usuário a sensação de estar fora da proteção do espaço privado.

Entretanto, se o dimensionamento e a forma da varanda colaboram para que ela possa ser considerada lugar iminente do encontro, sua disposição na planta da arquitetura é determinante. Decerto, a varanda oferece uma transição entre o interior e o exterior, mas nem sempre esse dois espaços são o privado e o público, a casa e a rua. Pode acontecer de serem o interior da construção e o exterior da mesma: um jardim voltado para os fundos sem contato com a rua, nem com alguma outra unidade habitacional, o que, no caso, impossibilitaria o encontro, como já comentado.

No entanto, nessa situação, a varanda não seria nem filtro, nem posto de vigília, nem de exposição, isto é, não ofertaria uma transição gradativa entre a casa e a rua, suavizando o clima de conflito entre esses dois universos que é uma das características da maior parte das varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca aqui estudadas.

Muitas das vezes, o entorno imediato da residência não é percebido como um ambiente propriamente hostil, mesmo que a conjuntura da época contribua para isso, pois, como apresentado no início deste capítulo, a intimidade promovida pelo cotidiano o torna parte da casa que, subjetivamente, se apropria dele, ampliando as fronteiras do espaço privado. O que Bachelard (1993) e Heidegger (2001), assim como outros autores já discutidos, falam, em seus estudos, é o que Freyre chama de “supercasa”.

> Ao sentido [...] de casa como habitação se junta inevitavelmente o espaço a seu redor [...]. O espaço imediato em torno à residência [...] completa, amplia, integra a residência num todo além de residencial. Todo que pode ser definido como supercasa (FREYRE, 1979, p.16 e 17, grifo nosso).

Essa sensação de intimidade, essa impressão de se sentir em casa, mesmo estando em espaço público, já é por si só uma oferta de transição gradativa entre mundos a princípio opostos, mas, de qualquer forma, a varanda colabora para que a passagem entre essas duas esferas sociais distintas seja suavizada, pois a casa e a rua contêm “visões do mundo e éticas particulares” (DA MATTA, 1997, p.47) e, mesmo se o convívio diário aproxime uma da outra, elas demarcam “fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais” (DA MATTA, 1997, p.48).

Neste sentido, a varanda não é só o lugar do encontro entre pessoas que não se conhecem o suficiente para compartilhar da privacidade do lar, mas o espaço físico do encontro

entre duas entidades morais antagônicas. Qualidade esta que faz com que a varanda seja desejada, mas que, paradoxalmente, faz também com que ela não seja, muitas das vezes, habitada.

Quase 100% dos moradores que responderam aos questionários, quando solicitados a numerar em ordem de preferência o que mais lhes agradava quando se encontravam na varanda, indicaram em último lugar, a possibilidade de ter contato com vizinhos, seguida pela opção de ser visto por outras pessoas, de acordo com praticamente 70% das opiniões emitidas, conforme gráfico 9.

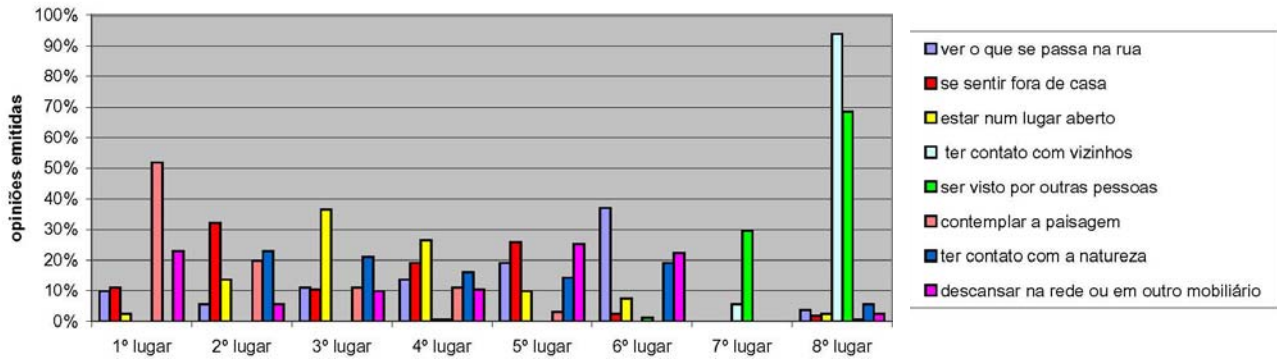


Gráfico 9: o que mais agrada ao morador quando ele se encontra na varanda

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

A ausência da presença física do morador no espaço da varanda, certamente decorre também de outros fatores, como os climáticos – que serão abordados mais adiante – e como os que dizem respeito às suas dimensões; característica tipológica já ressaltada, que colabora para aumentar o tempo de permanência do usuário no espaço da varanda.

Todavia, a possibilidade do encontro entre o mundo da casa e o da rua promovida pela varanda é um dos motivos dela se apresentar, muitas das vezes, vazia, fazendo com que a presença física do morador da residência na varanda venha depender muito da relação desse espaço privado com o espaço público a seu redor, venha depender do encontro entre esses dois domínios ser uma necessidade prazerosa e agradável ou ser um ato obrigatório que, por sua vez também está relacionado com o tipo de estrutura familiar, com o que cada família, formada por um indivíduo ou por grupos de indivíduos, entende por privacidade e intimidade.

Nas casas rurais do período colonial, estar na varanda era estar em contato com a natureza, o verde, a paisagem, mas também era estar em contato com um ambiente que a qualquer momento poderia se mostrar hostil, uma vez que as moradias eram isoladas umas das outras e ficavam à mercê de serem surpreendidas com a chegada inesperada de uma visita indesejada.

Possibilidade de hostilidade que se tornava mais forte no meio urbano, pois a proximidade das construções, por sua vez, aproximava a casa com uma rua que, destinada a ser local de passagem, comércio e troca, só era freqüentada por homens livres e escravos, fazendo com que

o morador do espaço privado só se deixasse ver quando a rua ofertasse algum evento – ritos cívicos, festas religiosas e, posteriormente, o carnaval – quando o diálogo do “abrigo acolhedor” com a “ágora” fosse desejado.

Do século XIX ao início do século XX, estar em público era algo bem mais agradável, e a varanda que ampliava a casa para além das paredes do espaço privado, promovia o encontro com a rua, que passou a ser lugar de convívio e de lazer, freqüentada por homens, mulheres e crianças. Desta forma, tanto a rua como a varanda podiam ser habitadas.

Contudo, dentro dessa relação amistosa entre o espaço privado e o espaço público e dentro de uma estrutura familiar não tão rígida como a dos séculos anteriores, a importância dos significados da varanda de filtro da casa e posto de vigília se perde, colaborando para que os panos de vidro, progressivamente, substituíssem a varanda na oferta de local de exposição e de encontro (fig. 102), o que justifica em parte a ausência desse elemento da tradição sociocultural nas fachadas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul, comentada no primeiro capítulo, durante a segunda metade do século XX.



Fig.102: edifícios de épocas distintas na Urca retratando a substituição da varanda por panos de vidro
Fonte: própria da autora

Encontro esse que, com o passar dos anos, acontecerá também através do aparelho de rádio, primeiramente e, posteriormente, através do aparelho de televisão, que oferece, como a rua, lazer e informação, com a vantagem de não expor o morador a uma realidade que se modificará com o crescimento desordenado das cidades e o caos urbano, refletindo-se nos anos seguintes. Estar na varanda para se ter contato com a rua não é nem tão necessário, como nem tão agradável.

Nas últimas décadas, do final do século XX até a atualidade, apesar de sua presença marcante nos lançamentos imobiliários desse período, usufruir da varanda como local de encontro se torna muito menos freqüente, o que pode ser notado pela quantidade de varandas vazias não só de pessoas, como também de mobiliário, ornamentos e utensílios: mesas, cadeiras, espreguiçadeiras, redes, vasos de plantas, pote de água para o beija-flor, entre outros, mesmo quando suas dimensões permitem a presença destes.

A época atual é uma época em que a indiferença com a rua aumenta. Além da tela da televisão, existe agora a tela do computador que, através da internet, conecta seu usuário com

qualquer parte do planeta, fazendo com que a informação chegue em tempo real. As pessoas interagem mais com o mundo diante de um monitor, no espaço virtual, do que andando pela rua, no espaço real. Rua essa que está cada vez mais barulhenta e agitada, habitada mais por automóveis do que por pessoas, rua que sofre com a violência e que deixa a população insegura.

Como comentado no item anterior, o significado da varanda de filtro da casa e posto de vigília volta a ser importante em virtude da necessidade de se proteger a casa do ambiente novamente hostil da rua, e, como em épocas passadas, a possibilidade do morador da habitação estar se expondo a um ambiente inóspito diminui sua permanência no espaço da varanda.

Dentro do grupo de pessoas que afirmaram através dos questionários utilizarem pouco a sua varanda, 7% indicou os distúrbios vindos do espaço público com uma das razões para essa ocorrência, donde 4% diz respeito a sensação de insegurança, 2% é referente ao barulho da rua e 1% à sua poluição, conforme gráfico 8 apresentado na página 141.

Partindo do princípio de que existem tipologias de varanda que promovem mais o encontro do que outras, é viável deduzir que, da mesma maneira, há tipologias que são mais propícias do que outras para que o morador da habitação se faça presente em seu espaço, uma vez que é a possibilidade do encontro uma das questões que colaboram para que isso aconteça.

Em certos tipos de apartamento, a proximidade entre os edifícios faz com que a varanda, por sua condição de filtro da casa, seja novamente desejada - como argumentado no item anterior – como também faz com que ela não seja habitada pela possibilidade do encontro com os moradores das outras unidades residenciais.

Mesmo quando voltada para os fundos, sem contato com a rua, a varanda de habitações multifamiliares permanentes pode proporcionar o encontro com o morador do apartamento ao lado em virtude da proximidade entre as unidades residenciais. Situação que, como indicado no gráfico 8 apresentado anteriormente, corresponde a um dos motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada na opinião de 2% dos moradores que relataram, através dos questionários, não desfrutar do espaço da varanda (fig. 103).

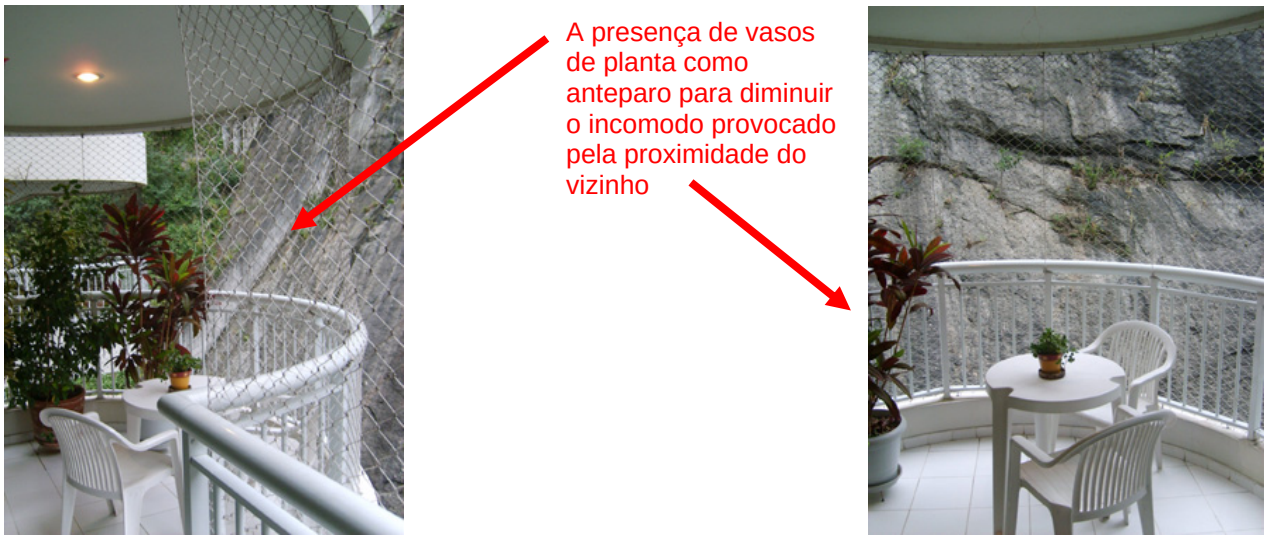


Fig.103: varanda sem contado com a rua, mas devassada pela proximidade com outras unidades.

Fonte: própria da autora

Independente da relação amigável com a vizinhança, se a proximidade entre as unidades é grande, permanecer na varanda significa praticamente compartilhar do mesmo espaço com o vizinho, como se fosse uma área de uso comum. Quando não há anteparo algum divisor dos limites da propriedade privada, o usuário da varanda se comporta não como se estivesse num ambiente de transição, mas como se já estivesse num espaço público. A proximidade pode ser tanta que ao invés da varanda funcionar como filtro, ela acaba convidando o “estranho”, morador do apartamento ao lado, a participar do convívio em família (fig. 104). Incomodo que, como já comentado, depende do tipo de família, como também do grupo social a que ela pertence.



Fig.104: varanda onde a proximidade e a forma colaboram para que o seu usuário se sinta exposto.
Fonte: própria da autora

A possibilidade do encontro que incomoda e diminui a presença física do morador no espaço da varanda não é apenas com outras pessoas, mas também com outras realidades que agridem a atmosfera agradável da casa. Na atualidade, a varanda, em certas circunstâncias, lança seu usuário de encontro a um exterior carregado de problemas sociais, quando, por exemplo, diante das sacadas dos apartamentos luxuosos aparecem as favelas, mostrando claramente as diferenças e questionando, muitas das vezes, quem não quer ser questionado.

Outras vezes, a varanda é a porta para que a frieza das construções urbanas adentre o espaço acolhedor da casa, quando a paisagem, outrora vista da varanda, é cortada por viadutos ou interrompida por uma empena que se constrói cega, escurecendo a visão de antes – uma agressividade que pode ser considerada por muitos bem maior do que a simples troca de olhares estranhos.

Esse até pode ser um dos motivos de muitos moradores optarem pelo fechamento de suas varandas, pois a simples presença de um anteparo, mesmo que translúcido como o vidro, pode amenizar a sensação de constrangimento promovida pela possibilidade do encontro, do encontro com outro indivíduo, e do encontro com outra realidade, apesar de, quando questionados, apenas 2% dos moradores dentro do total da amostragem terem mencionado que fechariam suas varandas para diminuir o barulho que vem da rua e de nenhum deles ter afirmado que as fechariam para aumentar a segurança da casa, de acordo com o gráfico 10, mesmo sendo esses

dois distúrbios provenientes do espaço público uns dos motivos alegados para a pouca utilização da varanda, como já comentado.

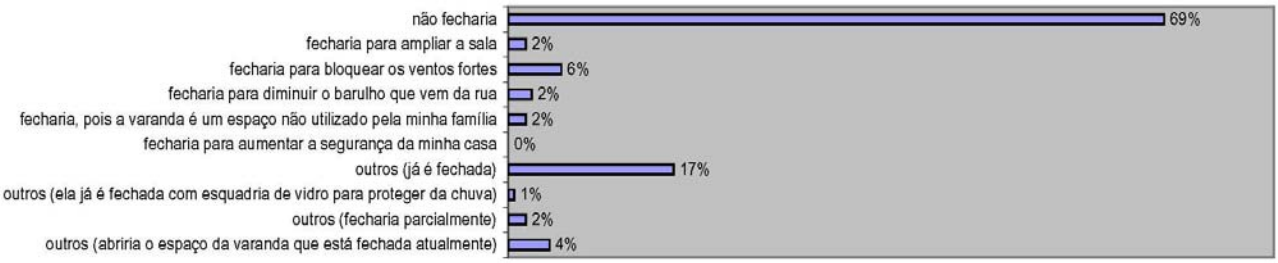


Gráfico 10: posição dos moradores em relação ao fechamento das varandas

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Contudo, se na contemporaneidade a presença física do morador da habitação na varanda é comprometida por sua qualidade de ser o lugar iminente do encontro, é também por esse significado, e não só pelo de filtro da casa e posto de vigília, que a varanda está sendo desejada na arquitetura doméstica carioca; desejo esse que pode ser constatado, por exemplo, pelo processo de avarandamento comentado no capítulo anterior, sendo esse significado importante para compreender a presença da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro.

Diante do contexto atual da globalização e das questões vigentes da sustentabilidade, a varanda, para a habitação carioca do século XXI, representa não só o lugar do encontro com pessoas de fora da estrutura familiar ou o encontro entre esferas sociais distintas, mas significa, também, a possibilidade de encontro com a natureza, o meio ambiente à sua volta, assim como o encontro consigo mesmo, tanto para quem habita a casa, como para quem passa pela rua, isto é, o encontro com a sua identidade, por ser ela um elemento de sua tradição sociocultural, de sua cultura material.

> As sociedades civis aparecem cada vez menos como comunidades nacionais, entendidas como unidades territoriais, lingüísticas e políticas; manifestam-se principalmente como [...] conjuntos de pessoas que compartilham gosto e pactos de leitura em relação a certos bens [...], os quais lhes fornecem identidades comuns (CANCLINI, 1999, p. 285).

A varanda, assim como seu mobiliário, mais especificamente a rede, remetem a hábitos, a usos e costumes, a comportamentos culturais presentes desde o início na formação da sociedade brasileira, fazendo com que, em meio a esse mundo sem fronteiras, ela se torne, como mencionado anteriormente no primeiro capítulo, universo de reconhecimento, lugar da memória; assunto que também se coloca dentro do significado da varanda como lugar iminente do encontro, na compreensão desse lugar, agora, não apenas pelo aspecto físico, mas também pelo sentido antropológico e até mesmo fenomenológico.

A pesquisa de campo realizada com o envio dos questionários mostrou que entre as vantagens de se ter a varanda está a identificação cultural quando 16% dos moradores consideram relevante a questão da varanda lembrar as casas de fazenda e a vida tranqüila do interior e 1% indicar que esse ambiente de sua moradia remete às casas de sua cidade natal, conforme gráfico 3 já apresentado (pág. 136).

Os significados aqui mencionados, não só de lugar iminente do encontro, como também de filtro da casa, posto de vigília e de exposição podem ser atribuídos à varanda independentemente do ambiente com o qual ela seja adjacente, apesar de, a primeira vista, parecer que está se falando apenas da varanda resultante do prolongamento da sala, isto é, daquela pertencente ao setor social da casa.

Fato que certamente está atrelado a sua condição de espaço de transição entre o público e o privado que, no imaginário do observador, a coloca na frente da casa, antecedendo a sala, mas que, no entanto, não deixa de ser um pensamento equivocado ou, pelo menos, imediatista, o que leva a este trabalho encerrar este capítulo com a discussão sobre em qual setor a varanda se enquadra dentro da tripartição social, íntimo e de serviço.

3.3 – A Varanda dentro da Tripartição Social, Íntimo e de Serviço

A condição da varanda de espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua que vai lhe conferir o significado de filtro, posto de vigília e exposição, assim como de lugar iminente do encontro, praticamente determina sua posição dentro do

s setores da casa, organizados pela tripartição: social, íntimo e de serviço.

À primeira vista, pelos seus significados aqui expostos que remetem ao contato do morador com uma realidade externa ao seu espaço privado, considera-se a varanda parte do setor social da casa, como se ela fosse, invariavelmente, uma espécie de extensão da sala, mais propriamente dita, da sala de visitas.

Contudo, a varanda, mesmo sendo, por definição, um ambiente que obrigatoriamente liga o interior da construção com o exterior, não necessariamente se localiza na frente da sala, podendo estar diante dos quartos, o que a aproximaria do setor íntimo, anexa à cozinha ou ao quintal, o que a colocaria no setor de serviços, como também rodeando toda a edificação, o que dificultaria, por sua vez, a locação dela num único setor, sendo mais apropriado especificá-la como cômodo de distribuição dessa tripartição, isto é, como corredor externo que, ao mesmo tempo que pertence a todos, não tem vínculo com nenhum setor.

A existência do corredor na casa normalmente significa uma divisão mais categórica dos setores social, íntimo e de serviço, o que vai fazer com que ele se torne, como já comentado no primeiro capítulo, peça, ou melhor, ambiente fundamental para a racionalização crescente do espaço de moradia que vai culminar no início do século XX, na arquitetura funcionalista.

Como espaço neutro, isso é, sem pertencer a nenhum setor, o corredor pode tanto unir como distribuir de maneira estanque o espaço social, íntimo e de serviço da casa. Sem ele, essa tripartição, por mais que existente, se mistura, obrigando um dos setores a servir de passagem para o outro (fig. 105), o que causa certo desconforto pelas mudanças de comportamento que isso implica.

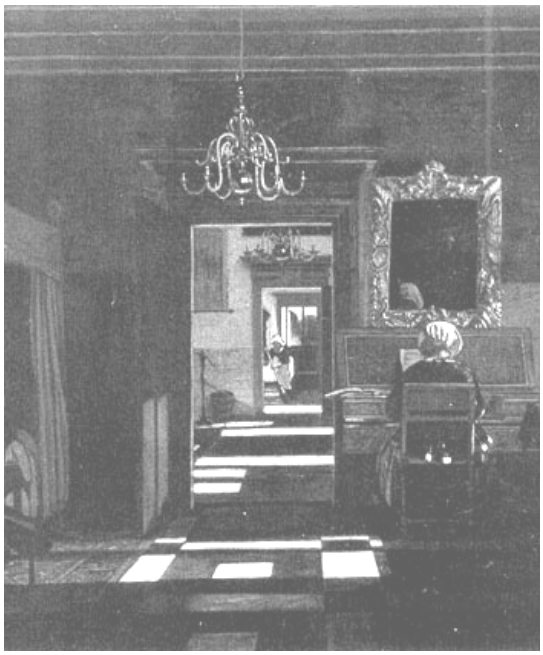
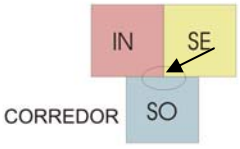


Fig. 105: pintura de Emanuel de Witte de 1665-70 - titulada *Interior com uma mulher no virginal* - que retrata uma casa sem corredor, onde um cômodo serve de passagem para o outro.
Fonte: RYBCZYNSKI, W. Casa: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996, p.62.

O espaço doméstico apresenta subespaços que se relacionam, numa escala menor e mais íntima, como a casa e a rua, demandando, da mesma forma, gestos e atitudes específicos. Como bem coloca Da Matta, “temos dentro da própria casa uma rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações” (1997, p. 50) (quadro 3).

Quadro 3 – exemplos de esquemas tipológicos

	O espaço íntimo é devassado na passagem do social para o setor de serviço
	Na passagem da sala para o quarto a pessoa é obrigada a passar pelo setor de serviço
	O morador para ir do quarto à cozinha passa pela sala, sendo obrigado a se comportar como se estivesse num espaço público
	Quando ocorre a interseção, a exemplo do esquema ao lado, sempre há o “corredor”, mesmo que seu espaço não esteja delimitado

Fonte: própria da autora

Quando esse cômodo de distribuição se localiza no interior da casa, ele é chamado tanto de corredor como de *hall* – termo inglês que se insere na casa brasileira na segunda metade do século XIX, sob influência da cultura inglesa que, assim como a francesa, afeta os hábitos e padrões culturais do brasileiro[47] . Quando localizado junto às fachadas da casa, voltado para a sua parte externa, a palavra empregada ainda pode ser corredor, mas a denominação mais habitual é varanda[48] (fig. 106).



Fig.106: no projeto do escritório Nitsche Arquitetos Associados para casa em São Sebastião (2000 – 2003) a passagem entre os ambientes da casa é feita pela varanda, único cômodo de distribuição da moradia.

Fonte: In: "Uma grande varanda" Disponível em: <via http://www.arcoweb.com.br>. Acesso em 05/06/2004. Fotógrafo Nelson Kon.

Dessa forma, a classificação da varanda dentro dos setores da casa é uma variante que vai depender muito da tipologia da arquitetura doméstica que determina o ambiente ao qual ela se torna adjacente, assim como do uso dado à varanda, isto é, os significados que ela adquire para o morador da habitação. Tipologia e utilização que, por sua vez, estão relacionados com a sociedade e, conseqüentemente, com a família a que ela pertence.

Esses fatores influenciam não apenas a localização da varanda dentro da tripartição social, íntimo e de serviço, como também a existência dessa divisão da casa que, segundo Rybczynski, só acontece no cenário ocidental, quando o senso de privacidade e intimidade começa a invadir o espaço doméstico na "transição da moradia feudal, pública, para a casa de família, particular" (2002, p. 61), a casa burguesa. Na opinião de Lukacks, "domesticidade, privacidade [...] o conceito de lar e da família: estas são, literalmente, as principais conquistas da Era Burguesa" (apud RYBCZYNSKI, 2002, p. 63).

Antes mesmo de Sullivan[49], no início do século XX, proferir seu aforisma "a forma segue a função" - que vai fundamentar a arquitetura funcionalista de Le Corbusier e de muitos outros arquitetos modernistas, colaborando para a organização do espaço doméstico dentro de uma divisão cartesiana - a disposição dos cômodos da casa de acordo com sua utilização já era notada. Os setores social, íntimo e de serviço podem ser traduzidos respectivamente, em espaço

[47] O termo *hall* para Gilberto Freyre é conseqüência da influência que o Brasil sempre sofreu da Europa. Influência essa que ele aborda em seu texto *Modos de Homem e Modas de Mulher*, publicado no Rio de Janeiro pela editora Record em 1987, como vindo primeiro através de Portugal e depois "tendo se feito sob influxos principalmente britânicos e franceses [...] sobretudo, através da Grã-Bretanha, já carbonífera e industrializadíssima [...] afetou modos e modas dos brasileiros" (p.119 – 130).

[48] A palavra corredor para designar esse cômodo de distribuição voltado para o exterior da edificação era muito comum nas construções paulistas da época dos bandeirantes e, como comentado no primeiro capítulo, outros termos como alpendre, galerias, sacadas entre outros, também são empregados para se falar desse mesmo espaço, mas todos, apesar de suas diferenças morfológicas, são por este trabalho considerados como sinônimos de varanda, por apresentarem uma mesma tipologia.

[49] Louis Sullivan (1856 – 1924). Arquiteto precursor do movimento modernista de grande influência na Escola de Chicago e que é considerado por muitos como pai da arquitetura modernista.

destinado às visitas, espaço destinado à família e espaço destinado aos serviçais (empregados assalariados ou escravos).

A casa reproduz “em suas divisões internas a própria sociedade com seus múltiplos códigos e perspectivas” (DA MATTA, 1997, p. 54) e, desta forma, a separação do espaço doméstico em setores não está relacionada apenas com as correntes de pensamento arquitetônico, mas se mostram articuladas com a conjuntura de cada época, com a estrutura familiar, com o modo de vida das pessoas, a partir do sentido de intimidade e privacidade que elas demonstram ter. Sentido esse que, como já comentado, não é inerente ao ser humano e sim, algo que pertence ao comportamento cultural de cada povo.

> Uma melhor subdivisão interna da casa [...] estava a caminho. O senso de intimidade doméstica que estava surgindo (na Europa do século XVII ao XVIII) foi uma invenção humana assim como qualquer implemento tecnológico. Na verdade, deve ter sido mais importante, pois não afetava somente o ambiente físico, como também a nossa própria consciência (RYBCZYNSKI, 2002, p. 61).

A colonização portuguesa no Brasil, além de ser realizada no período em que o sentido de privacidade e intimidade invadia o espaço doméstico europeu, também transfere para os primeiros brasileiros os valores culturais de influência moura, já assimilados pelos portugueses. Desta forma, no sistema patriarcal, constituído por famílias centradas na figura do pai provedor, que vai caracterizar a sociedade brasileira e, no caso aqui em questão, a do Rio de Janeiro desde o início da colonização, proteger a família e, dentro dessa célula, principalmente a mulher, era extremamente importante.

Em virtude disso, a casa carioca vai localizar o setor íntimo, praticamente os quartos, no meio, protegido pelo setor social e pelo de serviços, sem acesso direto – se não visual, pelo menos físico – com a rua.

Antes dos primeiros núcleos urbanos, as construções do Rio de Janeiro rural mantinham o setor íntimo dos quartos, as chamadas alcovas, sem abertura para o exterior, voltadas para a sala e, para não invadir esse espaço na passagem do setor social para o de serviço, a varanda funcionava, muitas das vezes, como cômodo de distribuição, rodeando a construção, quando não aparecia como acesso separado ao setor de serviço e ao social, ou apenas a esse último (LEMOS, 1996). Nunca, contudo, a varanda dava acesso aos quartos, com exceção do quarto de hóspede, localizado fora da casa, como destaca a pesquisa de Calvente (2001), relatada no primeiro capítulo deste trabalho.

A varanda, como já comentado anteriormente, era o local de se avistar quem chegava de longe, de receber o estranho, de ter contato com o outro, e essa função social não se harmonizava com o sentido de privacidade que o setor íntimo demandava nessa época, mesmo que as crianças e as mulheres (resguardadas, na maior parte do tempo, dentro da casa) pudessem ser vistas na varanda, tanto na da frente quanto na dos fundos da construção, em horas de lazer e de convívio.

A varanda era desejada na frente da casa e até no setor de serviços, local que, além de receber gente de fora da moradia, também era ocupada pelas pessoas da família que desempenhavam as tarefas do lar – na sua grande maioria, escravos da casa que faziam parte da estrutura familiar-, mas não no setor íntimo.

Essa disposição dos setores da arquitetura doméstica carioca que coloca o setor íntimo entre os outros dois é, entretanto, bem mais visível quando, muito em função das dimensões dos lotes dos núcleos urbanos do século XVIII, as casas térreas ou assobradadas assumem um partido colado com as divisas laterais do terreno, numa relação frente e fundos com o mesmo.

O setor social, obviamente, é o que se volta para a rua, e o de serviço, o que se abre para o quintal localizado nos fundos; entre os dois, o setor íntimo constituído pelas alcovas mal iluminadas. Tipologia que pode ser constatada na pesquisa de Ana Lúcia Vieira dos Santos (2005), cujos diversos programas da casa térrea carioca entre 1750 e 1850 relatados por ela estão dispostos no quadro 1, no primeiro capítulo deste trabalho (pág. 24), indicando essa disposição dos setores.

Nas casas térreas desse período do Rio de Janeiro, a varanda aparece voltada para o quintal, dentro do setor de serviço, ligando a casa com a cozinha, como comentado no primeiro capítulo, mas como ela era utilizada como sala de viver da família – o que hoje em dia poderia ser chamada de sala íntima ou de copa, se a interpretação se detiver no fato de ser lá o local onde se faziam as refeições –, esta varanda também pode ser classificada dentro do setor social ou mesmo do setor íntimo, por ser um social exclusivo da família, sem, contudo, se estender até os quartos.

> Agregada à cozinha encontramos um espaço, à vezes alpendrado, voltado para o quintal urbano [...] onde todos os familiares e “parentes” reúnem-se.
> É a sala de viver [...], local onde, no correr do dia, mulheres assistem ao trabalho das escravas, sem o contato com a área social, principalmente se por lá existirem hóspedes, uma espécie de claustro. Nesse local podemos observar um pouco da descontração natural que acompanha a postura das pessoas na intimidade [...], um espaço vedado a indiscretos olhares estranhos (BITTAR; VERÍSSIMO, 1999, P.116).

As construções urbanas desse período também vão apresentar a varanda dentro do setor social, propriamente dito, aquele que permite o contato com as pessoas da rua, quando elas aparecem na frente da edificação nas casas assobradadas. São, no caso, duas varandas distintas, com uso e significados diferentes, as quais não aparecem interligadas, nem pertencendo ao mesmo setor.

Situação essa que se repete no meio urbano ao longo do tempo, até que o comercio deixa de ocupar os cômodos da frente da moradia ou mesmo todo o pavimento térreo, como já comentado. Nas casas destinadas apenas para as atividades domésticas da família, situadas nos lotes de frente mais larga que começam a aparecer em meados do século XIX, a varanda social

volta a se localizar no térreo, podendo rodear a construção, servindo de cômodo de distribuição; o que faz com ela pertença tanto ao setor social quanto ao setor de serviço, integrando a casa com a rua, recebendo quem é de fora da família e servindo de espaço para reunir as pessoas que fazem parte da estrutura familiar, contudo, sem pertencer ao setor íntimo dos quartos. Por mais que agora eles se diferenciem das alcovas e se abram recebendo luz e ventilação, não apenas pelas clarabóias, mas por vãos laterais, essas aberturas não se voltam para a varanda.

Até o século XX, a varanda pertencente ao quarto, aquela que poderia ser classificada dentro do setor íntimo da casa, é uma varanda isolada, como o setor íntimo deve ser e, praticamente, só aparece com a verticalização da construção e o surgimento dos edifícios de apartamento, quando , mesmo voltada para a rua como o setor social da casa, se afasta do seu acesso, que agora se dá pelo centro da edificação.

Durante a primeira metade do século XX, nos edifícios de apartamento da zona sul carioca, recorte espacial desta pesquisa, a varanda ligando a casa com a rua podia ser vista tanto na frente da sala, pertencendo ao setor social, como diante dos quartos, fazendo parte do setor íntimo, mas, mesmo com a quebra de hierarquia das fachadas, defendida pela arquitetura modernista, na frente da cozinha ou da área de serviço, antigo quintal da casa, ela já não se fazia presente como em épocas passadas.

A varanda do setor de serviço, que reunia os membros da família, evoluíra para a copa ou para a sala íntima, uma vez que a sua outra função, a de receber os serviçais de fora da casa já era realizada pela portaria do edifício. O interesse desse setor de manter o contato direto com a rua não era mais o de servir como filtro para a moradia, mas apenas o de receber iluminação e ventilação natural, sem a preocupação, contudo, com o conforto térmico e lumínico, pois mesmo sem a mão de obra escrava, o setor de serviço é o mais desvalorizado da casa.

Apesar desses locais da casa, desde a abolição da escravatura, na segunda metade do século XIX, serem cada vez mais habitados por todos os membros da família e até por quem, mesmo sendo de fora dessa célula social, compartilhasse um pouco da intimidade do lar, a cozinha e a área de serviço, que constituem o setor de serviço da casa, continuam a ser motivo de constrangimento, por expor, nem sempre de maneira organizada, o cotidiano da moradia e, desta forma, a intimidade da família, às vezes, muito mais do que os quartos, mesmo sendo essa família bem mais aberta ao mundo fora da casa, a ponto de permitir, na frente de seus aposentos, a presença da varanda.

Varanda essa que, no começo, se mostra isolada do setor social, permitindo, por seu significado de posto de vigília e de exposição, o contato visual entre o setor íntimo da casa e o mundo da rua, mas sem dar licença à visita da sala de acessar o quarto. Consentimento que só será oferecido mais tarde, quando essa varanda íntima e a do setor social, como se quisesse novamente exercer a função de cômodo de distribuição, com o passar dos anos, se funde numa só (fig. 107)



Fig. 107: exemplos de varandas do setor íntimo e do setor social separadas e unidas numa só
Fonte: prospecto do lançamento do condomínio *Port Brise* da construtora CHL

Nas primeiras décadas do século XX, apesar da nova tipologia de habitações multifamiliares permanentes, constituída pelos edifícios de apartamento, apresentarem as varandas nas suas fachadas, como já comentado, não era muito comum a presença de varandas contínuas, ligando mais de um setor da casa.

Tal fato pode ser constatado pela amostragem selecionada para o envio dos questionários composta por 30 edifícios de apartamento que contêm exemplares de cada década desde a de 1930, ao se observar a planta baixa de arquitetura de cada um deles disponível no anexo 4. Como aparece no quadro abaixo, com exceção do edifício situado em Ipanema, no número 402 da rua Barão de Jaguaribe, até a década de 1950, as varandas se comportam como prolongamento apenas de um ambiente adjacente isoladamente que, normalmente, é a sala.

Quadro 4 – dados da amostragem em relação à tipologia das varandas

N.º DA FICHA ANEXO 4	LOGRADOURO	BAIRRO	DÉCADA	TIPOLOGIA DAS VARANDAS		AMBIENTE ADJACENTE
2.1	av. Atlântica, 1602	Copacabana	30	fechada	embutida	sala/quarto isoladamente
2.2	av. Barata Ribeiro, 250	Copacabana	30	fechada & aberta	saliente	sala/quarto isoladamente
3.6	rua Barão de Jaguaripe, 402	Ipanema	30	fechada	embutida	sala/quarto continua
5.2	rua Machado de Assis, 12	Flamengo	30	fechada & aberta	saliente	sala
3.3	rua Nascimento Silva, 330	Ipanema	40	aberta	saliente	sala
3.4	rua Redentor, 120	Ipanema	40	fechada	saliente	sala
3.8	av. Visconde de Pirajá, 228	Ipanema	40	fechada	embutida	sala
1.1	av. Atlântica, 632	Leme	50	fechada & aberta	saliente	sala
2.3	rua Tonelero, 94	Copacabana	50	fechada	embutida	sala
2.8	rua Constante Ramos, 23	Copacabana	50	fechada	saliente	sala/quarto continua
4.1	av. Ataulfo de Paiva, 209	Leblon	60	fechada	embutida	sala
4.2	av. Ataulfo de Paiva, 528	Leblon	60	fechada	embutida	sala/quarto continua
2.6	av. Barata Ribeiro, 717	Copacabana	70	aberta	saliente	sala/quarto continua
4.6	rua Visc. de Albuquerque, 694	Leblon	70	aberta	saliente	sala/quarto continua
3.1	av. Prudente de Morais, 799	Ipanema	80	aberta	saliente	sala
4.7	rua Desenbargador Alfredo Russel, 67	Leblon	80	aberta	saliente	sala/quarto isoladamente
4.8	rua Jerônimo Monteiro, 35	Leblon	80	aberta	saliente	sala/quarto continua
3.5	rua Alberto de Campos, 50	Ipanema	90	fechada & aberta	saliente	sala/quarto continua
4.4	rua José Linhares, 145	Leblon	90	aberta	saliente	sala/quarto continua
6.1	rua Sorocoba, 179	Botafogo	90	aberta	saliente	sala/quarto continua
1.2	av. Atlântica, 270	Leme	-	aberta	saliente	-
2.4	rua Mascarenhas de Morais, 155	Copacabana	00	aberta	saliente	-
2.5	rua Mal Mascarenhas de Morais, 196	Copacabana	00	aberta	saliente	-
2.7	rua Conrado Niemeyer, 14	Copacabana	00	aberta	saliente	-
3.2	rua Joana Angélica,24	Ipanema	00	aberta	saliente	-
3.7	rua Barão da Torre, 667	Ipanema	00	aberta	saliente	sala/quarto continua
4.3	rua Rita Ludolf, 74	Leblon	00	fechada & aberta	saliente	sala
4.5	rua Aperana, 93	Leblon	00	aberta	saliente	-
5.1	rua Carlos Campos, 125	Flamengo	00	aberta	saliente	todos os setores / continua
6.2	rua Alvaro Ramos, 71	Botafogo	00	aberta	saliente	sala/quarto continua

Fonte: própria da autora

Com a presença do corredor interno e a setorização cada vez mais estanque dos ambientes dentro da tripartição social, íntimo e de serviço no início do século XX, a varanda não precisa ser utilizada como cômodo de distribuição. Normalmente, ela pertence ao compartimento ao qual ela é adjacente e se classifica dentro dos setores do espaço doméstico a partir dele, possuindo uma utilização coerente com o local ao qual ela está anexa.

Alguns partidos arquitetônicos dessa época até apresentavam uma mesma varanda em toda a extensão da fachada voltada para a rua, mas nem sempre essas ligavam os setores distintos de uma única habitação, mas sim unidades habitacionais diferentes, espaços destinados a mais de uma família, motivo pelo qual, em certos casos, aparece entre cada unidade um muro divisor que, com o passar dos anos, tem sua altura aumentada a exemplo do conjunto de edifícios situados na rua Carvalho de Mendonça, no bairro de Copacabana, cidade do Rio de janeiro (fig. 108).



Fig.108: exemplo de varanda contínua na rua Carvalho de Mendonça, Copacabana, Rio de Janeiro.

Fonte: própria da autora

Essas varandas ou galerias não podem ser, contudo, chamadas de cômodo de distribuição, mesmo que viessem a funcionar como corredor, pois sua condição de espaço público, espaço destinado a mais de uma família, faria com que elas fossem ruas; “uma rua-galeria, que poderia ser vista como um protótipo para uma rua de convivência” (1996, p.54), como coloca Hertzberger, ao comentar sobre situação semelhante em edifícios multifamiliares na Holanda.

Apenas a partir das últimas décadas do século XX, após o período em que a varanda se torna ausente das fachadas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, como comentado no primeiro capítulo, é que a varanda é, com mais freqüência, vista nos prédios residenciais, interligando mais de um setor da casa e operando, assim, como em épocas passadas, como cômodo de distribuição.

Na pesquisa realizada em campo, apenas 9% dos moradores que responderam aos questionários considerou a possibilidade de circular entre os cômodos sem ter que passar pela sala uma das vantagens de se ter a varanda, como mostra o gráfico 3, apresentado anteriormente (pág. 136). Porém, é preciso considerar que entre os 30 edifícios residenciais que compõem a amostragem desta pesquisa, nem todos possuem varandas ligando mais de um cômodo da casa,

fato que ocorre inclusive pela época da construção, como registrado no quadro 4, mas que também tem relação com as dimensões físicas do terreno que, é claro, influencia diretamente o partido arquitetônico.

Primeiramente, é a varanda da sala e do quarto que se transformam numa só, até que hoje em dia pode se encontrar partidos arquitetônicos onde ela chega a rodear toda a parte da unidade residencial que se volta para a rua, ocupando por inteiro a fachada externa da mesma, podendo até se estender ao setor de serviço, à semelhança das construções rurais do período colonial, com a diferença que agora os quartos, a parte íntima da casa, se abrem para ela (fig. 109).



Fig.109: *Felice Lagoa Green Space* - lançamento imobiliário na zona sul do Rio de Janeiro, onde a varanda interliga todos os setores da casa.
Fonte: prospecto do lançamento do condomínio *Felice Lagoa Green Space* da construtora CHL

Essa atribuição de cômodo de distribuição na atualidade coloca a varanda diante de um paradoxo, pois, mesmo situada na frente da construção, em contato com o espaço público e os olhares alheios de estranhos, a varanda contemporânea funciona como corredor íntimo da moradia.

Corredor esse de relevância para o funcionamento da casa modernista, mas que ultimamente está comprometido pelos espaços de moradia cada vez menores em virtude da especulação imobiliária. O mercado imobiliário se aproveita do déficit habitacional, conseqüência da alta densidade demográfica das cidades, e reduz a metragem dos apartamentos para produzir mais quantidade de unidades e, assim, obter lucros maiores.

Essa realidade não afeta apenas o espaço do corredor interno, mas também o de outros compartimentos da casa que, apesar de presentes, têm suas dimensões reduzidas; fato que vai se refletir no uso da varanda e, conseqüentemente, na classificação da mesma dentro dos setores da casa, independentemente dela se comportar como prolongamento de alguns deles, isto é, independentemente da sua tipologia.

A varanda, seja rodeando toda a fachada externa da unidade residencial ou só se situando na frente da sala, pode muito bem funcionar na atualidade não apenas como ambiente de estar, mas também como quintal. Atribuição que não se deve apenas ao fato da família ali se reunir para o lazer, o que inclui as brincadeiras das crianças ou a confraternização com churrasco e bebidas, mas até mesmo pelo uso da varanda como local dos vasos de plantas destinados ao cultivo de pequenas hortas caseiras ou, ainda, pela utilização desta como área de serviço (fig. 110).

ESPAÇO DO VARAL DE ROUPAS		ESPAÇO DAS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS
		
BOTAFOGO	LAGOA	HUMAITÁ
ESPAÇO DA CHURRASQUEIRA	**ESPAÇO DA HORTA**	**ESPAÇO DAS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS**
	 	
JARDIM BOTÂNICO		BOTAFOGO

Fig.110: a varanda exercendo a função do quintal da moradia em diversas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca

Fonte: própria da autora

De acordo com os dados obtidos através dos questionários, 57% dos moradores indicou, como uma das vantagens de se ter a varanda, o fato dela compensar a ausência do quintal, enquanto 1% mencionou a possibilidade dela ser um espaço alternativo para o lazer tanto com a família como com as visitas, conforme gráfico 3, apresentado na página 136.

Função essa exercida pela varanda que se torna evidente por certas atividades do cotidiano da família praticadas em seu espaço que, de acordo com as informações obtidas com os moradores dos 30 edifícios de apartamento, 1% diz respeito a pegar sol, 11% à prática de exercícios físicos, 18% ao ato de brincar, 35% ao de estender roupas para secar e 71% ao cultivo de plantas, como registrado abaixo no gráfico 11.

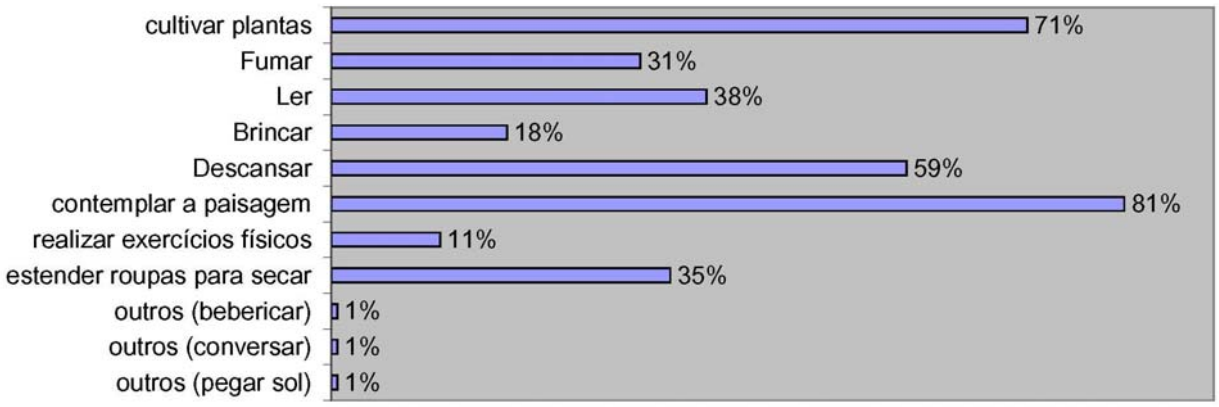


Gráfico 11: atividades do cotidiano da família praticadas na varanda

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Realmente, o cultivo de plantas que, normalmente, é uma atividade relacionada com o quintal, parece ser uma das principais práticas dos moradores que possuem varandas, só perdendo para o ato de contemplar a paisagem, exercido por 81% dos moradores, sendo os vasos de plantas o item mais presente, aparecendo em praticamente 80% das unidades residenciais que responderam aos questionários, de acordo com o gráfico 12.

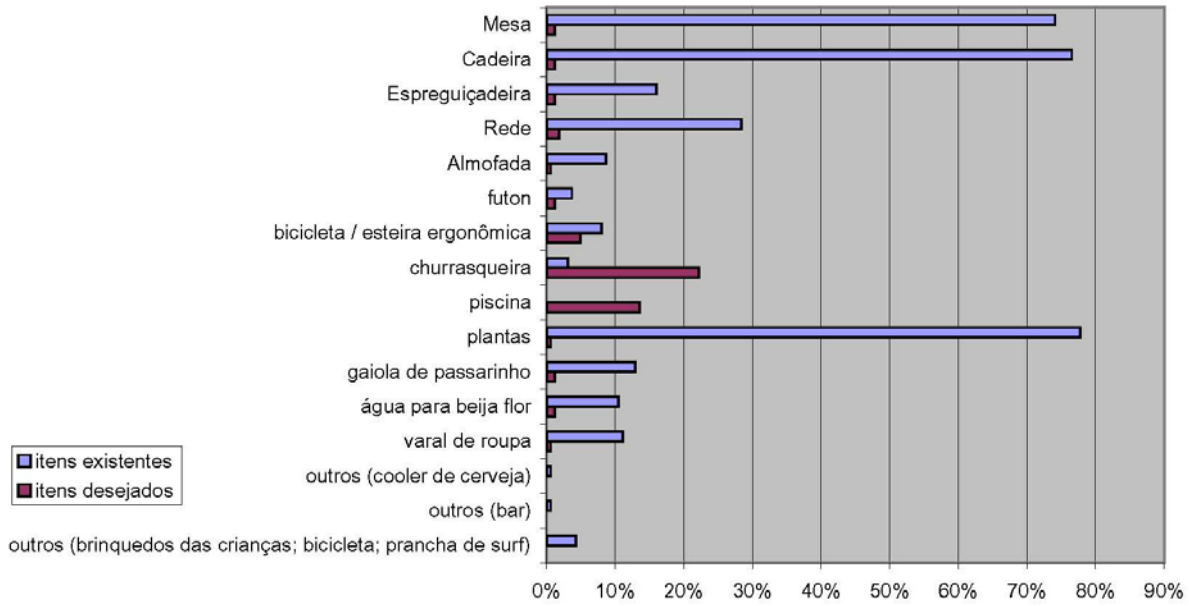


Gráfico 12: mobiliários, adornos e equipamentos presentes nas varandas

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Neste gráfico, a apropriação do espaço da varanda como quintal também é afirmada pela churrasqueira, assim como pela piscina, serem indicados como os dois equipamentos mais desejados entre os moradores.

A partir do que está sendo aqui apresentado, a varanda contemporânea pode ser interpretada como a união daquela varanda voltada para a rua, que tinha o nome de sacada ou balcão, com a varanda voltada para os fundos do terreno, que ligava a moradia com a cozinha e o quintal nas casas assobradadas, desde o final do século XVII, no período colonial, até o final do século XIX.

Integração essa que acaba sendo favorecida e viabilizada pelo questionamento que ocorre na contemporaneidade a respeito da permanência da subdivisão da casa dentro dessa tripartição íntimo, social e de serviço, uma vez que a "crise dos critérios racionalistas de segregação, divisão e zonificação [...] se manifesta em todo o tipo de arquitetura, desde os escritórios [...] até o espaço doméstico" (MONTANER, 2001, p. 77, grifo nosso) visto que tal crise é decorrente de mudanças na maneira da sociedade pensar e se comportar.

> Nas últimas três décadas, novas tendências comportamentais [...] acabam induzindo [...] o aparecimento de novos formatos familiares [...]. Apesar disso, a habitação brasileira insiste em [...] abrigar uma família nuclear centralizada na figura de um pai provedor, organizando seus cômodos monofuncionais em áreas inabalavelmente classificadas como social, íntima e de serviços. [...]. No entanto, o que se vê hoje nas grandes cidades brasileiras é o surgimento de novas formulações [...] melhor adequadas aos novos modos de vida da sociedade (TRAMONTANO, 2005, p.1).

Sem a presença do serviçal, seja o empregado assalariado ou a mão-de-obra escrava – figuras que, em épocas passadas, eram consideradas como membros da família – o setor de serviço se reorganiza, passando a cozinha, muitas das vezes, a fazer parte do setor social da casa, recebendo, junto com a sala, os amigos da família. Dentro dessa realidade, a varanda social pode se fundir com a antiga "sala de viver" e o que era realizado no quintal da casa, nos fundos do terreno, passa a ocorrer de frente para a rua.

Fato esse que pode ser verificado pela integração da cozinha com a varanda localizada na fachada externa de certos prédios que, em alguns casos, conta com a presença de uma churrasqueira. Equipamento que, como comentado acima, é o mais desejado entre os itens propostos nos questionários submetidos aos moradores e que já está sendo ofertado pelos lançamentos imobiliários, a exemplo do *Residencial Bouganville*, um dos 30 edifícios que compõem a amostragem desta pesquisa para o envio dos questionários (fig. 111).



Fig.111: *Residencial Bouganville* - lançamentos imobiliário no Flamengo, Rio de Janeiro, onde a varanda, interligando todos os setores da casa, se integra com a cozinha como a antiga varanda colonial voltada para os fundos do terreno.

Fonte: prospecto do lançamento do condomínio *Residencial Bouganville* da construtora RJZ

Desta forma, a varanda presente na contemporaneidade nos edifícios de apartamento pode pertencer tanto ao setor social, como ao setor íntimo ou ao de serviço, sem pertencer, ao mesmo tempo, a nenhum deles exclusivamente, o que a torna um espaço multifuncional.

Contudo, se a classificação da varanda dentro da tripartição social, íntimo e de serviço da casa não é precisa, variando não só com a tipologia, mas com seu uso ou usos distintos que, por sua vez, dialogam com a família e a sociedade a que ela pertence, isto é, com o modo de vida, os usos e costumes, o comportamento cultural vigente em cada época, uma questão é certa: independentemente da varanda pertencer ou não ao setor social, ela sempre promove a socialização do local ao qual ela se torna adjacente, seja essa socialização referente exclusivamente aos membros da família, quando a varanda é o espaço restrito de convívio dos moradores da casa, seja a socialização da célula familiar em relação a outros grupos sociais, quando, por sua condição de espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua, ela carrega os significados de filtro, posto de vigília e de exposição, lugar iminente do encontro.

CAPÍTULO 4 – A VARANDA E SUA VOCAÇÃO PARA PROMOVER A SOCIALIZAÇÃO DA CASA

A varanda da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro apresenta um significado de extrema importância para a compreensão de sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca que é o de promover a socialização da casa.

Essa sua vocação diz respeito tanto à socialização dos próprios moradores do espaço doméstico, quando eles a utilizam para o convívio e o lazer da família, quanto a socialização desta célula familiar com outros grupos sociais, devido a condição da varanda de ser o espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua, o que não só possibilita os seus significados de filtro, posto de vigília e de exposição, como também o de lugar iminente do encontro.

A ambivalência da varanda de poder ser considerada como espaço privado ou como espaço público – tema central do capítulo anterior – permite a ela deter sentidos opostos e igualmente pertinentes como o de resguardo junto com o de abertura que possibilita a ela promover a socialização dos membros da família com outros grupos sociais.

A respeito de tal oposição entre esses significados pertinentes a qualquer ambiente que se coloque como “intervalo” entre duas esferas sociais distintas como a casa e a rua, Hertzberger diz que se trata de “uma questão de achar o equilíbrio capaz de fazer com que os moradores possam refugiar-se na privacidade quando o quiserem, mas que possam também procurar contato com os outros” (1996, p.60), isto é, que permita os moradores, quando desejado, se socializarem com indivíduos de fora de sua estrutura familiar. Motivo pelo qual ele continua nessa linha de pensamento dizendo que “tem uma importância crucial o espaço em volta da porta da frente, o lugar onde a casa termina e onde começa o espaço da rua de convivência” (1996, p.60).

Na opinião do arquiteto e sociólogo Jean-Pierre Frey, “os arredores, os acessos, a entrada de toda a casa não pode senão constituir uma peça fundamental da socialização urbana da habitação por sua importância tanto prática quanto simbólica” (2003, p.190) e com esse mesmo raciocínio, Hertzberger diz que “tão importante quanto a disposição relativa das unidades residenciais umas em relação às outras é a colocação das janelas, das sacadas, das varandas, terraços, patamares, degraus das portas, alpendres - para verificar se têm as dimensões corretas e como estão espacialmente organizadas” (1996, p.60, grifo nosso).

No que concerne à varanda da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, mas propriamente das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, pode-se dizer que as mesmas tipologias que favorecem ao encontro, favorecem também a socialização, relação que, por sua vez, não restringe a varanda ao setor social da casa.

Além da classificação da varanda dentro da tripartição social, íntimo e de serviço ser imprecisa, o seu significado de lugar iminente do encontro provem da sua condição de espaço de transição entre o mundo da casa e o da rua e, da mesma maneira, a sua vocação de promover a socialização da casa quando se trata da socialização da família com outros grupos sociais.

Quando a questão se refere à socialização entre os próprios membros da família, basta que a varanda seja utilizada para o seu convívio. Aliás, sobre esse ponto, vale dizer que toda a varanda que promove a socialização da família com outros grupos sociais pode promover, também, a socialização entre os membros desse mesmo arranjo familiar, mas a recíproca não é verdadeira. Isso porque, assim como para o significado de lugar iminente do encontro, a tipologia da varanda é relevante para que ela possua o sentido de espaço de socialização dos moradores da casa com outros grupos sociais, sendo sua forma e seu dimensionamento colaboradores, como já comentado, e sua disposição na planta determinante para que ela detenha esse atributo.

No entanto, de um modo geral, pode-se dizer que a varanda possui vocação para promover a socialização da casa e, mesmo sendo um espaço importante para a moradia por aumentar a privacidade do lar, como discutido anteriormente, ela reflete a sociabilidade dos moradores.

Desta maneira, a varanda acaba também sendo espaço de representação do *status* social da família, utilizada tanto no sentido de hierarquia, quanto no de pertencimento a determinados grupos sociais, na intenção de indicar distinção social.

Dentro dessa ótica, este capítulo se dedicará a discutir essa vocação da varanda em três partes, onde se falará separadamente da socialização que a varanda pode promover entre os membros da família, como da que ela possibilita entre estes com outros grupos sociais e, assim, da sua capacidade de representar o *status* social do morador.

Discussão essa que será realizada a partir da investigação da construção desse significado da varanda ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro e da importância deste para as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca que é observada, inclusive, através dos dados obtidos com os questionários. Abordagem que, agora, se inicia apresentando a varanda como espaço de convívio e lazer da família.

4.1 – A Varanda como Espaço de Convívio e Lazer da Família

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro pode ser considerada como um dos ambientes da moradia que promove a socialização entre os membros da família, pois ela é utilizada como espaço de convívio e lazer dos seus moradores. Significado este pertinente à varanda desde sua assimilação pela arquitetura doméstica carioca e que a acompanha em todos os períodos em que ela se faz presente.

Como comentado no capítulo anterior, no período colonial, as esferas do público e do privado ainda não estavam totalmente separadas e sim “imbricadas” (NOVAIS, 1997), algo que era evidente pela indistinção entre espaço de trabalho e o ambiente doméstico, e segundo Rybczynski (2002), sem o senso de intimidade e domesticidade, dependentes do sentido de privacidade, fica difícil se falar em conforto doméstico.

Conforto este no que se refere ao fato de que as casas do período colonial “estão muito distantes ainda do que serão os lares burgueses de meados do século XIX, nos quais a família buscava proteção, aconchego e intimidade.” (ALGRANTI, 1997, p. 112) e destinava parte do seu tempo para o convívio e o lazer de seus membros, planejando a moradia exatamente para favorecer esses momentos.

De acordo com Algranti “a modéstia do mobiliário fica evidente nos depoimentos recolhidos, revelando a inexistência de espaços aconchegantes para o convívio familiar” (1997, p. 105) nos primeiros séculos da arquitetura doméstica carioca. Contudo, mesmo sem o devido aconchego tanto do espaço quanto dos membros da família que, dentro de uma forte hierarquia, apresentavam, na maioria das vezes, uma relação de domínio e temor, a varanda do período colonial era utilizada para este fim, fosse a das construções rurais ou das urbanas, exercendo sua vocação de promover a socialização entre os indivíduos de uma mesma célula familiar.

Pelo menos a varanda que se volta para o quintal, ligando, muitas das vezes, os outros cômodos da casa com a cozinha e que por ser o local onde os moradores se reuniam para as refeições, ficou conhecida como “sala de viver”, assunto já comentado anteriormente.

> No cotidiano dos colonos [...], o hábito de reunir a família ao menos uma vez por dia durante a refeição principal, que ocorria por volta das onze horas ou meio-dia, chamada primeiro de jantar e posteriormente de almoço, dá-nos a impressão de um convívio familiar (ALGRANTI, 1997, p.125).

Esse convívio familiar, no entanto, não se restringe ao hábito de fazer juntas as refeições, mas diz respeito também às atividades domésticas exercidas ali pelas mulheres, sinhás ou mucamas, e às brincadeiras das crianças, brancas ou negras, visto que “são inúmeros os registros sobre a presença de crianças escravas no espaço doméstico brincando com os filhos dos senhores” (ALGRANTI, 1997, p. 132).

Na intenção de melhor entender essa questão, é importante aqui lembrar que, como comentado no capítulo anterior, a família do período colonial não se restringe aos parentes de sangue e, muito menos, aos pais com seus filhos legítimos, mas engloba também os empregados e os escravos que compartilham do cotidiano da casa, reflexo da imbricação alertada por Novais (1997) entre a esfera pública e a privada característica do período colonial.

> Lugar de escravo não era, portanto, somente na cozinha e no leito das grandes fazendas. Eles ficavam em diversos lugares, em diferentes momentos compartilhavam do cotidiano de seus senhores, ou no trabalho, ou dividindo uma esteira e um pouco de comida com aqueles proprietários mais pobres (ALGRANTI, 1997, p. 132).

Motivo pelo qual é válido considerar esse tipo de sociabilidade como a que é exercida entre os membros de um único arranjo familiar, pois mesmo que esses laços de família sejam relativos, variando de núcleo para núcleo, a própria historiografia os considera como legítimos,

entendendo que “a escravidão marcou profundamente a sociedade brasileira, quer na esfera doméstica, quer nas relações sociais e pessoais” (ALGRANTI, 1997, p. 131).

Em virtude desse tipo de convívio familiar ocorrer principalmente “nas varandas que se abriam para o quintal, onde o movimento e o burburinho das atividades era incessante” (ALGRANTI, 1997, p.97), Algranti conclui que “era na parte dos fundos que a vida doméstica se desenvolvia intensamente” (1997, p.94), indicando este ambiente como espaço de socialização da casa colonial. Característica da sala de viver deste período que perdurou na arquitetura doméstica carioca de outras épocas.

Carlos Lemos (1999), no seu livro *A República Ensina a Morar*, dedica um capítulo inteiro às varandas das moradias paulistas, traçando comentários que também se aplicam a essas mesmas varandas existentes nas habitações cariocas. O motivo desse destaque dado à varanda chamada sala de viver deve-se ao fato de que, segundo Lemos, ela foi um ambiente que manteve seu programa inalterado mesmo após a legislação republicana brasileira promulgada em 1890 que influenciava no planejamento de novas residenciais e no uso das antigas construções, conservando sua “posição de centro de interesse da moradia (como) [...] lugar de convívio familiar por excelência, onde todos passavam todo o tempo” (1999, p.24).

> Foi uma sala que, em outro texto, chamamos de “sala-praça” porque não só era um lugar de estar, de reunião, de comer, de tertúlias à volta da mesa, de trabalho comunitário, mas, também, área de distribuição das circulações [...]. Lugar de passagem obrigatória, verdadeiro nó viário, lugar de trânsito não só de pessoas, mas de animais destinados aos quintais, de compras do cotidiano, de potes e mais potes de água buscada nos chafarizes e de lenha para os fogões vinda nos cargueiros chegados da roça. [...]. Essa grande sala de jantar está sempre muito bem caracterizada nas casas de fazenda, mas não foi exclusividade do mundo rural (LEMOS, 1999, p.24).



Fig. 112: representação da sala de viver no mundo rural, mas que também se faz presente no meio urbano.

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 120.

A comparação que Lemos faz entre a varanda e a praça não se restringe a sua ambivalência de espaço privado e espaço público discutida no início do terceiro capítulo que dá a ela a condição de espaço de transição entre essas duas esferas sociais, mas diz respeito também à socialização entre as pessoas que nela se encontram.

As praças, símbolos do espaço público que, como a rua, se coloca em oposição à casa, símbolo do espaço privado, como bem observa Bartalini, “nasceram de necessidades: de espaço para [...] a tomada de decisões coletivas; de endereço para os encontros, para as festividades; de um símbolo para a comunidade, enfim, de um “centro” facilmente acessível para a realização das mais variadas funções” (2007, p.1) e, também, sob o prisma da socialização, a varanda pode ser comparada à praça.

Dentro da esfera privada, a varanda assim se comporta como a praça da casa ou, segundo Lemos, como a sala-praça, ambiente que como ele mesmo diz, detém esse significado na arquitetura doméstica desde os tempos antigos.

> Evidentemente, essa “sala-praça” condicionava todo o programa de necessidades da casa e de modo certo deve provir dos tempos antigos [...]. A própria expressão “varanda” comparece nos primitivos inventários para designar área de permanência familiar (LEMOS, 1999, p. 24).

No período colonial, a vocação da varanda de ser o espaço de convívio e lazer da família, no que se refere às horas de descanso e contemplação, das conversas jogadas foras descompromissadamente, das brincadeiras das crianças, era, certamente, mais exercida pela “varanda-sala de viver”, aquela que se volta para o quintal e que se situa perto da cozinha, e essa sua característica perdurou ao longo de sua existência. Entretanto, isso não quer dizer que a varanda adjacente à sala, que une esse cômodo da casa com a rua, não exerça essa mesma função e possua esse mesmo significado.

O modo de vida dos colonos, seus usos e costumes, atribui o significado de filtro e de posto de vigília à varanda que serve de acesso ao espaço privado da casa e, decerto, isso inibe o seu significado de espaço de convívio e lazer da família, limitando o tempo de permanência em seu ambiente dos membros da família, principalmente das mulheres que deveriam ficar reclusas.

No entanto, isso não significa que, em algum momento, elas ou as crianças não desfrutassem, assim como os homens, daquele espaço da casa. Algo que com o passar do tempo e com as mudanças nos hábitos da população, vai se tornar mais comum.

De acordo com Reis Filho, naquelas construções com jardins laterais ou a toda a volta, típicas da segunda metade do século XIX, “desenvolvia-se nos alpendres uma boa parte da vida das residências no Brasil. [...] Eram locais de conversa, de reuniões da família, das horas de lazer, dos vasos de estimação, das gaiolas de canários e das cadeiras de balanço” (1987, p.166). Apropriação do espaço da varanda que se volta para a rua do período oitocentista que também é condizente com a das décadas seguintes e, até mesmo, com a dos dias de hoje.

Ao ler o texto acima citado, parece que Reis Filho está relatando o ambiente das varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca situadas nas fachadas externas, ainda que o mundo da rua, hoje em dia, tenha voltado a se mostrar hostil, aumentando o desejo de se ter a varanda como filtro da casa, mas diminuindo a presença física do morador em seu espaço.

Mesmo diante da sensação de insegurança ou de outros distúrbios vindos da rua, como, por exemplo, poluição e barulho, que acabam fazendo com que a varanda seja pouco utilizada, há famílias que demonstram usufruir de seu espaço para o convívio e o lazer, enquadrando sua varanda na descrição dada por Reis Filho às varandas oitocentistas.

Os dados obtidos com o envio dos questionários revelaram diversas práticas de lazer entre as atividades do cotidiano da família que ocorrem na varanda similares com as mencionadas por Reis Filho como ler, brincar, conversar, pegar sol, bebericar, descansar, cultivar plantas e contemplar a paisagem sendo essas três últimas as mais comuns, expressando, respectivamente, 59%, 71% e 81% das opiniões, conforme gráfico 11 já apresentado (pág. 158).

Outra evidencia de que as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca são utilizadas para o convívio e o lazer da família, como a varanda de outras épocas que também se voltam para a rua, é obtida pelos mobiliários, adornos e equipamentos ali dispostos que ambientam o espaço da varanda de maneira propícia para a sociabilidade (fig. 113).



Fig.113: ambientação das varandas localizados nos bairros da zona sul indicando a utilização de seus espaços para a socialização

Fonte: própria da autora

Através dos questionários, se pôde perceber que, próximo aos vasos de planta, adorno mais presente nas varandas dos 30 edifícios da amostragem, aparecem as cadeiras e as mesas, ambas em mais de 70% das amostras, seguidas pela rede com 30%, conforme gráfico 12 já apresentado (pág. 158).

É importante observar que nessa tipologia de habitação que são os edifícios de apartamento, a socialização promovida na varanda só pode mesmo ser exercida na varanda localizada na fachada externa pelo mesmo motivo dela assumir a função do quintal, como já comentado, que se trata do fato das varandas voltadas para essa área do terreno, isto é, para a fachada interna, não existirem mais. O que se pode encontrar, em alguns casos, é a copa, evolução, como descreve Lemos (1996; 1999), daquela antiga sala de viver e que, muitas das vezes, a única semelhança com aquela varanda que se volta para o quintal é se localizar próxima à cozinha.

Esse, por sinal, é outro ambiente da casa que apresenta essa mesma vocação da varanda, visto por muitos como o “coração da casa” pelo entendimento das pessoas de ser exatamente lá, na cozinha, o local onde a família se reúne; motivo que leva Freyre afirmar que “quem diz casa, diz cozinha” (1979, p.15). Realmente, em regiões de clima frio, não exatamente a cozinha, mas o fogão, isto é, o fogo, possui essa qualidade, a ponto do termo francês *foyer*, como já comentado no início deste trabalho, cuja tradução é lareira ou lugar da lareira, ter a conotação de lar.

Em clima tropical, todavia, é bem aceitável que tal atribuição passe a se exercida por um espaço menos quente, como o da varanda que sombreia a construção. Motivo pela qual os primeiros portugueses que aqui habitaram, a exemplo dos hábitos dos índios nativos, terem colocado a cozinha para fora da casa, como já comentado, e inserido a varanda como espaço de ligação entre o local do preparo das refeições e os outros cômodos da casa, criando, assim, o ambiente conhecido como sala de viver.

Se, então, a cozinha das habitações dos dias de hoje é vista como o coração da casa, isso se deve, na verdade, há herança deixada pela sala de viver que deveria pertencer de fato a copa, mas que, na sua ausência, passou por direito à cozinha, uma vez que a sala de jantar, o primeiro ambiente na ordem de sucessão, se situa junto à sala de estar e acaba, muitas das vezes, destinada a ser usada junto com pessoas de fora da estrutura familiar.

> (na ausência da varanda sala de viver) todas essas casas [...] elegeram uma dependência como área de estar da família: a copa. A copa [...] converteu a velha varanda, ou a sala de jantar, em mero apêndice da sala de visitas e ambas tornaram-se mortas, de uso esporádico (LEMOS, 1996, p. 66).

É interessante notar que, na história da arquitetura doméstica carioca, a sala de estar raramente foi compreendida como um ambiente íntimo, destinado ao convívio da família, recebendo, muitas das vezes como sinônimo a expressão sala de visitas, salvo em meados do século XX em diante, quando a casa é invadida pelo rádio e, posteriormente, pela televisão,

aparelhos que tiveram o poder de reunir exatamente na sala de estar (ou de visitas) a família em torno deles.

Contudo, vale ressaltar que por tais veículos da mídia trazerem a realidade do mundo para dentro da casa, a sociabilidade promovida na sala por causa deles pode corresponder mais a socialização da célula familiar com outros grupos sociais do que entre os membros da família ou, na opinião de Augé, até mesmo a nenhuma socialização:

> Paradoxo contemporâneo: sua verdade não é local (as imagens e as mensagens transmitidas pela mídia põem qualquer pessoa em relação com o mundo inteiro), mas seu sentido imediato (o tipo de relação que eles permitem estabelecer) é mais individual do que coletivo. (AÚGE, 1997, P. 149)

Desta maneira, vale dizer que a vocação da cozinha de promover a socialização entre os membros da família só realça o significado da varanda, antiga sala de viver, de espaço de convívio e lazer da família, que também é pertinente às varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca localizadas nas fachadas externas e, quando hoje em dia, a cozinha se abre para essas varandas voltadas para a rua, a exemplo das imagens aqui já apresentadas (fig. 80; fig. 112), esse significado dessas varandas tende a se tornar ainda mais intenso.

De acordo com os dados obtidos através dos questionários, dentre as famílias que mencionaram utilizar a varanda, 20% indicou usufruir frequentemente de seu espaço para o convívio da família, conforme gráfico abaixo.

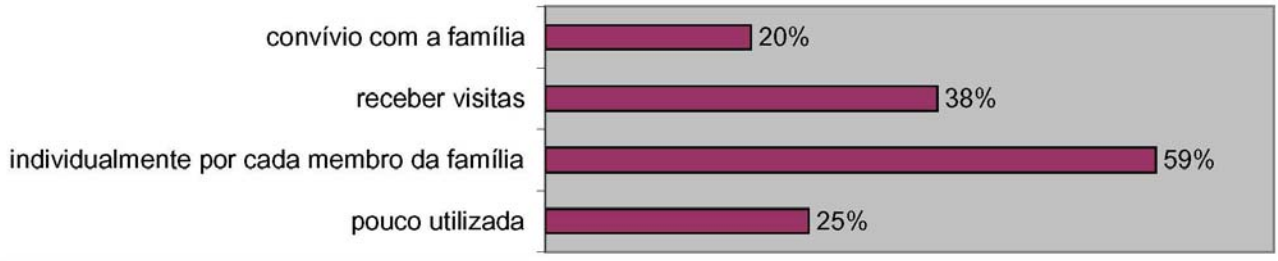


Gráfico 13: utilização mais freqüente da varanda pelo morador

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Esse índice relativamente baixo em comparação aos demais não invalida a vocação da varanda para promover a socialização da casa, apenas indica que existem outros usos que ocorrem com mais freqüência que, na opinião de 59% dos moradores, diz respeito a sua utilização por cada membro da família individualmente. Algo que só demonstra que o individualismo é uma das características da sociedade contemporânea, presente, inclusive, nas relações familiares e nas maneiras como a família apropria o espaço da casa.

Segundo Araújo, desde o início do século XX, “as funções de solidariedade da família, [...] deram lugar ao crescente individualismo de feição moderna” (1993, p.391). No entanto, para entender essa atitude individualista, é necessário voltar à discussão sobre a crise de identidade

que se instaurou na contemporaneidade apresentada quando se abordou a varanda como universo de reconhecimento.

A identidade, segundo Bauman (1999), é formada pelas diferenças, pela heterogeneidade de grupos que o Homem cosmopolita, como cidadão do mundo, foi levado a ignorar, como comentado anteriormente, em virtude da ruptura das fronteiras e da aceleração desencadeada lá atrás pela revolução industrial e que resultou na globalização do planeta.

Diante da ausência do outro existente dentro desse contexto, a identidade formada pelo convívio com um grupo de indivíduos que compartilham dos mesmos costumes, como a identidade que resulta da relação com outras culturas, se perde, sobrando apenas a identidade gerada a partir de si mesmo que, segundo Augé (1994), vai promover o excesso de referências individuas, resultando, por sua vez, no individualismo mencionado acima por Araújo (1993).

Algo que pode ser percebido dentro do ambiente doméstico pela escassez de tempo compartilhado entre os membros da família, justificada pela correria do dia a dia que, na verdade, corresponde aos interesses primordiais de cada um, diminuindo os momentos em grupo seja na hora das refeições, nos períodos que se passa assistindo televisão – equipamento que hoje em dia ocupa mais o quarto de cada um do que a sala – ou que se convive na varanda.

É claro que tais relações variam de família para família e, desta maneira, a varanda aparece sendo utilizada frequentemente por alguns grupos como espaço de socialização, totalizando 20% das famílias que responderam ao questionário.

Contudo, tal vocação da varanda, hoje em dia parece estar mais direcionada para a socialização da célula familiar com outros grupos sociais, pois o outro uso da varanda indicado como mais freqüente do que a sua utilização para o convívio da família, na opinião de 38% dos moradores, foi o relacionado ao ato de receber visitas. Significado este que também foi construído ao longo da história da arquitetura doméstica carioca e que será a partir de agora abordado com o intuito de dar continuidade à discussão sobre a vocação da varanda de promover a socialização da casa.

4.2 – A Varanda e a Socialização da Família com Outros Grupos Sociais

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca pode ser considerada como ambiente da casa onde a família que lá reside se socializa com outros grupos sociais. Essa sociabilidade com pessoas de fora da estrutura familiar que ocorre nessa varanda se deve a sua condição de espaço de transição entre a casa e a rua, colocando o morador em contato com o mundo que existe fora do seu espaço privado, uma vez que ela se situa na fachada externa desses edifícios de apartamento.

Condição esta que, como já comentado, atribui a ela o significado de filtro, posto de vigília e de exposição ao mesmo tempo que faz dela o lugar iminente do encontro e, consequentemente, de promoção da socialização da família com outros grupos sociais, esteja ela ligada ao setor social da casa, isto é, à sala, ou não.

Por estarem vinculados a uma mesma condição, todos esses significados acima mencionados se encontram relacionados entre si e, como dito antes, vão sempre aparecer interagindo uns com os outros a ponto de se confundirem.

Uma dessas confusões é pensar que ao se falar da varanda como lugar iminente do encontro, já se está mencionando a vocação dela para promover a socialização da família com outros grupos sociais, como se esses dois significados fossem, na verdade, um só.

Decerto, a socialização só acontece porque há a possibilidade do encontro, fato que levou esta autora, no início desse capítulo, mencionar que as mesmas características tipológicas da varanda que favorecem a uma ação, também beneficiam a outra.

No entanto, enquanto o encontro é algo que acontece voluntária ou involuntariamente, a socialização que este trabalho diz que a varanda pode promover é um ato, espontâneo ou premeditado, mas, antes de tudo, voluntário, tendo a intenção de criar um relacionamento entre pessoas; um encontro desejado que estimularia a presença física do morador na varanda, levando ele a ocupar seu espaço por um determinado tempo.

No capítulo anterior, quando se abordou o significado da varanda de ser o lugar iminente do encontro, várias situações apresentadas descreviam momentos de socialização da família com outros grupos sociais, momentos de encontros desejados, assim como os que levaram 32% dos moradores que responderam ao questionário indicarem como uma das vantagens de se ter a varanda o fato dela permitir um contato maior com a rua, conforme gráfico 3 já apresentado (pág. 136).

Contudo, também se falou que a possibilidade de outros encontros pode inibir a presença física do morador na varanda. Chegou-se até a se afirmar, com base nos dados obtidos através do envio dos questionários, que a possibilidade de, a qualquer momento, ter contato com vizinhos ou ser visto por outras pessoas é o que mais desagrada o morador quando ele está na varanda, na opinião de quase 100% das famílias que participaram dessa pesquisa. Incomodo este que, na opinião de 2% desses mesmos moradores, faz com que a varanda seja pouco utilizada, como já mencionado.

Esses dados obtidos com a pesquisa de campo não expressam de forma alguma uma contradição, apenas afirmam a questão levantada por Hertzberger (1996) de se achar o equilíbrio entre as duas possibilidades ofertadas pela varanda de refúgio e de contato que fora comentada no início deste capítulo, levando à compreensão de que nem toda a possibilidade de encontro é desejada.

Além disso, esse encontro, mesmo se for desejado, pode muito bem estar relacionado com alguma prática de socialização, mas também pode se referir ao contato com uma outra realidade

que se passa no espaço público, sendo essa uma questão que também faz este trabalho separar os dois significados, pois, enquanto um diz respeito à iminência do encontro inclusive com outras realidades sociais e até consigo mesmo – quando se aborda a varanda como universo de reconhecimento –, o outro fala da vocação para promover a socialização no que diz respeito ao encontro que ocorre apenas entre seres humanos distintos.

Dessa maneira, o significado da varanda de espaço de socialização da família com outros grupos sociais podia até ser um sub item do significado de lugar iminente do encontro, mas que pela sua importância na história da arquitetura doméstica carioca que acaba se refletindo nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, será tratado aqui num capítulo a parte que se destina a abordar as práticas sociais que são promovidas nas varandas.

Certamente, por ser vista como uma área de “amaciamento”, diversas foram as práticas sociais entre a família e outros grupos sociais promovidas em seu espaço ao longo da história, no entanto, tendo em mente a relevância desse significado para o modo de vida do carioca na contemporaneidade, este trabalho destaca essa sua vocação quando a varanda é o lugar de receber visitas e quando ela é o lugar para se ter contato intencional com as pessoas da rua, sem ter que sair de casa.

O costume de receber visitas, até o início do século XX, era uma das principais práticas sociais da população, podendo até se configurar também como uma das principais atividades de lazer e que, como foi observado através dos questionários, ainda ocorre nas varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, mesmo se o grau de importância desse hábito entre as pessoas tenha diminuído.

> Um estudo da família urbana no Brasil de hoje certamente não teria como questão relevante a prática social de fazer visitas. Os afazeres da vida moderna, a racionalização do uso do tempo diário de cada um, o avanço tecnológico das comunicações e o culto à privacidade modificaram o caráter e os hábitos tradicionais de visitar parentes e amigos. No Rio de antigamente, entretanto, esta prática era de fundamental importância, englobando [...] o prazer do convívio social [...], sendo as regras de cortesia e etiqueta uma preocupação maior nas famílias mais educadas. (ARAÚJO, 1993, p.254)

Como comentado anteriormente, de acordo com os dados representados no gráfico 13 (pág. 168) que foram obtidos através dos questionários, 38% dos moradores utilizam com mais freqüência o espaço da varanda para receber visitas.

A vocação para promover a socialização da família com outros grupos sociais não diz respeito apenas à varanda que se encontra integrada com o setor social da casa, mas é de se convir que quando se trata de receber visitas, essa localização colabora muito para que ela exerça tal função, sendo fundamental para analisar esse percentual acima mencionado saber que todos os 30 edifícios de apartamento que compõem a amostragem desta pesquisa de campo apresentam a varanda adjacente à sala, conforme quadro 4, apresentado na página 154.

De qualquer maneira, ter a varanda como espaço alternativo não só para o lazer com a família, mas também com as visitas é uma questão que chega a ser apontada por alguns moradores através dos questionários, como uma das vantagens de se ter a varanda, conforme gráfico 3 já apresentado (pág. 136).

Nos edifícios de apartamento onde o acesso às unidades residenciais ocorre, normalmente, pelo centro da edificação, certamente essa vantagem mencionada pelos moradores ocorre em função da varanda ampliar o ambiente adjacente a ela, no caso aqui, a sala, ou em virtude dela ser um espaço aberto que privilegia a paisagem e que, por sombrear a casa, se torna um espaço agradável em clima quente e úmido como é o do Rio de Janeiro – assunto a ser abordado em um outro momento – e não, exatamente, por sua condição de espaço de transição entre a casa e a rua.

Contudo, essa condição da varanda, que permite a ela deter o significado não só de lugar iminente do encontro, mas também de filtro da moradia, foi fundamental para que ela fosse o espaço da casa de se receber as visitas em épocas passadas.

Algranti, em seus estudos, menciona que “a prática de visitar amigos era comum desde os primeiros séculos da colonização” (1997, p.116) e, realmente, num mundo marcado pelo isolamento devido às grandes distâncias entre as construções de caráter rural do século XVI e XVII, os colonos deviam fazer das visitas uma prática constante de socialização, onde “as pessoas simplesmente chegavam e se faziam anunciar sem prévio aviso, encontrando os moradores despreparados para recebê-las” (ALGRANTI, 1997, p.117).

A princípio, essa prática de fazer e receber visitas, diante da necessidade de se proteger a família e nesta, principalmente as mulheres, parece contraditória se não fosse exatamente no espaço da casa destinada a ser filtro e posto de vigília que esse encontro ocorresse.

Era na varanda, por sua condição de espaço de transição entre o público e o privado que essa socialização se manifestava, pois, mesmo que essas duas esferas não estivessem totalmente separadas e sim imbricadas, dentro do espaço doméstico quem era de fora da estrutura familiar não adentrava.

Até porque, quando se fala em visitas nesse período da história, não se está se referindo apenas às visitas entre amigos mencionadas por Algranti (1997), mas também às visitas de viajantes bastante comum na época em virtude da mobilidade característica da colônia que, como já comentado, vai gerar a necessidade de hospedagem.

Como coloca Algranti, “o costume de dar hospedagem a viajantes e forasteiros, às vezes o único contato como mundo exterior que os colonos de áreas mais interioranas desfrutavam” (1997, p. 114), por sinal, também pode expressar uma prática social exercida em virtude da necessidade do pernoite tanto dos viajantes e forasteiros, como mencionou Algranti, como dos próprios amigos que vinham visitar os moradores da casa e que ocorre na varanda pelo seu significado de filtro.

Afinal, devido a sua ambivalência, todo ambiente que se apresenta na frente da casa como um intervalo, como destaca Hertzberger, vai “criar um espaço para as boas-vindas e as despedidas, e, portanto, é a tradução em termos arquitetônicos da hospitalidade [...] tão importante para o contato social quanto [...] para a privacidade” (1996, p.35).

No entanto, é importante observar que essa ação cortês promovida pelos moradores pode expressar tanto um encontro desejado, quanto indesejado e, neste caso, uma socialização forçada ou, como coloca Algranti, uma contradição.

> A realidade colonial foi permeada por essa contradição: o isolamento dos colonos tanto podia incentivar a intimidade como bloqueá-la. Veja-se, por exemplo, a famosa questão da hospitalidade brasileira, bem mais justificável em razão das especificidades da colonização do que da amabilidade ou sociabilidade dos indivíduos (ALGRANTI, 1997, p. 112).

De qualquer maneira, pode-se dizer que “numa sociedade marcada por formas muito restritas de sociabilidade doméstica, pelo isolamento e pela solidão, ao menos nos primeiros séculos da colonização e para a maioria dos habitantes” (ALGRANTI, 1997, p.111 – 112), vai ocorrer na varanda da casa colonial um dos poucos momentos de socialização da família com outros grupos sociais, visto que, com exceção dos homens, as pessoas só saíam de casa para ir a igreja, participar das missas ou das festas religiosas que, naquela época, era uma das poucas opções de lazer, junto com o descanso e o ócio ou, até mesmo, o ato de visitar os amigos.

> As cerimônias nas igrejas, as festas litúrgicas, os sermões pelos pregadores eloqüentes tinham alguma coisa de teatral que atraía multidões [...] as religiões (assim) desempenhavam [...] grande parte proeminente nos divertimentos da gente rústica e, em certa extensão, de todas as classes (FREYRE, 1977, p. 128-132).

Com o passar do tempo, gradativamente as casas – mais próximas uma das outras - se abrem para a rua e a visita – agora mais entre amigos -, que pode ser encarada como lazer ou como uma obrigação social, se acomoda dentro da moradia, resultando, como já comentado, no deslocamento da linha entre o público e o privado da varanda para a sala, ou como prefere Habernas (1984), para o salão.

> O espaço maior, nas melhores mansões burguesas, é dado, no entanto, a peça completamente nova: o salão [...]. O salão não serve, porém, ao “lar”, mas à “sociedade” e esta sociedade do salão está muito distante de ser equivalente ao circulo restrito, fechado, dos amigos da casa. (RIEHL apud HABERNAS, 1984, p.62)

Apesar de Habernas, com as palavras de Riehl, está se referindo à Europa do século XVIII, essa mudança de hábitos alertada por ele se aplica à realidade do Brasil a partir de meados do século XIX, mas propriamente do Rio de Janeiro que, nesta época, é a principal porta de

comunicação com o exterior. Segundo Schapochnik, no interior do espaço doméstico oitocentista “se operava uma metamorfose do espaço íntimo em coxias do teatro social” (1998, p.509 e 510), metamorfose esta que vai fazer com que ele diga que no prelúdio do século XX “os salões da Belle Époque caraterizavam-se como um teatro de variedades” (1998, p.501).

No entanto, aos poucos essa prática social vai diminuindo seu grau de importância, até porque, se a casa se encontra mais aberta para a rua, isso significa também que as pessoas estão circulando mais pelo espaço público e desfrutando de outras formas de socialização. O fato do lazer ter se diversificado nesse mesmo período também contribui para isso, pois as pessoas agora se confraternizavam nos cafés e confeitarias espalhadas pela cidade, nos teatros e nos cinemas, enfim, no espaço que, senão público, se encontrava fora do espaço privado da casa.

Nesse circular pela cidade, até o próprio bonde - transporte público movido primeiro por tração animal e, depois, pela eletricidade - que tanto colaborou para a mobilidade urbana na época, influenciando, inclusive, a expansão do Rio de Janeiro do centro para o sul, como já comentado, vai ser considerado um novo espaço para essa socialização fora do espaço doméstico, introduzindo “a convivência de multidões de estranhos, anônimos e desconhecidos uns dos outros” (SEVCENKO, 1998, p. 551).

> A pedra fundamental do cosmopolitismo do Rio de Janeiro foi inaugurada pelo bonde como meio de transporte e recreação que revolucionou nossos usos e costumes na virada do século XX [...]. No Rio [...] o bonde [...] intensificou a socialização da família e a interação social. (ARAÚJO, 1993, 289 e 290)

Realmente, no início do século XX, época em que o espaço de trabalho já se encontrava fora do ambiente doméstico e que a aceleração do planeta desencadeada pela revolução industrial já se encontra a pleno vapor, as famílias vão encontrar nos meios de transporte uma nova possibilidade de sociabilidade que ocorre na lacuna entre o tempo no trabalho e o desfrutado em casa, diminuindo a necessidade de fazer visitas para promover o convívio social. Uma economia de tempo que se torna preciosa diante da velocidade dos acontecimentos, mesmo que essa prática favoreça ao individualismo do homem moderno, do que propriamente à socialização.

> Meios de transporte, esses lugares de passagem, por excelência, entre o espaço público do trabalho e o espaço privado da vida doméstica. [...] o bonde elétrico e o automóvel [...] abriram novos espaços de sociabilidade e de manifestação individual, instigando à mobilidade e a à projeção de novos desejos e novos comportamentos sociais. Para além da reclusão nas fronteiras da intimidade da casa ou no recato das relações familiares, as novas possibilidades de trânsito e de circulação nas cidades abriram, pelo menos, outras alternativas para as pessoas descobrirem novos espaços individuais. (SALIBA, 1998, p.329)

Dentro de casa, as novas tecnologias de comunicação, também vão aos poucos substituindo a prática de fazer visitas que, mais do que possibilitar o convívio entre amigos, tinha

desde a época da colônia, esse mesmo intuito de “comunicar” as pessoas de diferentes grupos sociais, não só no sentido de informar e de interar, mas de integrar. Dessa maneira, a varanda vai gradualmente deixando de ser uma peça importante da casa para a socialização.

Primeiro é o telefone que surge, permitindo o contato entre as pessoas sem que essas saiam dos seus lares, depois o rádio que “trazia a cada um, na sua rotina cotidiana, uma parcela do mundo, ajudando a mapear caminhos, modos de sociabilidade” (SALIBA, 1998, p.349) não só da família com outros grupos sociais, mas entre os moradores da casa, pois esse aparelho tinha a capacidade de reunir os membros da família entorno dele, o que normalmente ocorria na sala e não na varanda, como já comentado. Capacidade esta que a televisão demonstra ter muito mais, uma vez que ela “herdava do rádio e do cinema as funções de máquina de fazer mitos, se aproveitando da maior intimidade com que disputaria o espaço doméstico e o cotidiano dos seus espectadores” (SEVCENKO, 1998, p.615).

No capítulo anterior, mas especificamente no item 3.2.2, onde a varanda é abordada como lugar iminente do encontro, se falou da redução do grau de importância desse seu significado diante da existência desses meios de comunicação e, até mesmo, de outros como a internet, que colocam o morador em contato com a rua sem que esse tenha a necessidade de sair de casa, o que colabora, num primeiro momento, para a ausência da varanda comentada no segundo capítulo e, posteriormente, quando ela retorna, para diminuir a presença física do morador em seu espaço.

Algo que Saliba diz ser “o desconcerto e o paradoxismo das relações entre o público e o privado” (1998, p.357), mas que também poderia se constituir numa imbricação entre essas duas esferas sociais equivalente ao que Novais (1997) comentou existir no período colonial, só que pertencente à realidade contemporânea de um mundo globalizado.

> Diante da evidencia de uma realidade global a privacidade ficou como que sitiada, já que até dentro de casa não se está mais na “intimidade do lar”. Visitantes cujas regras de etiqueta não primam pela discrição, como a televisão, o computador e a Internet, fazem com que no âmbito doméstico se esteja conectado com o mundo de fora, que cada vez mais esfumaça as fronteiras entre o público e o privado. (SCHWARCZ, 1998, p.9)

Como os significados aqui estudados interagem entre si, se a varanda perde sua importância como lugar do encontro diante dessas novas tecnologias, consequentemente também se torna menos relevante sua vocação para promover a socialização da família com outros grupos sociais, visto que socialização não corresponde apenas ao ato de se pôr em sociedade, desfrutando da presença física do outro, mas também diz respeito, como bem descreve Bueno (1984), ao desenvolvimento do sentimento de coletividade e do processo de integração que “o rádio [...] no final dos anos 30 e nas décadas subseqüentes, e a televisão nos anos 50 [...] continuarão a expressar” (SALIBA, 1998, p. 357) junto com a internet nas décadas posteriores.

Essas mudanças nos hábitos de moradia vão refletir diretamente nas varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca do Rio de Janeiro, pois, como comentado, o período que marca a sua ausência nas fachadas desses edifícios de apartamento na segunda metade do século XX, coincidentemente ou não, ocorre exatamente após a difusão desses aparelhos que oferecem outras formas de sociabilidade nas moradias cariocas e, “nesse contexto, a introdução da televisão em 1950 viria dar o toque final, o golpe de graça” (SEVCENKO, 1998, p.39) na prática de fazer e receber visitas, apesar de ser “somente a partir dos anos 70 que a indústria de comunicação eletrônica se consolida” (HAMBURGER, 1998, p.444) (fig. 114).

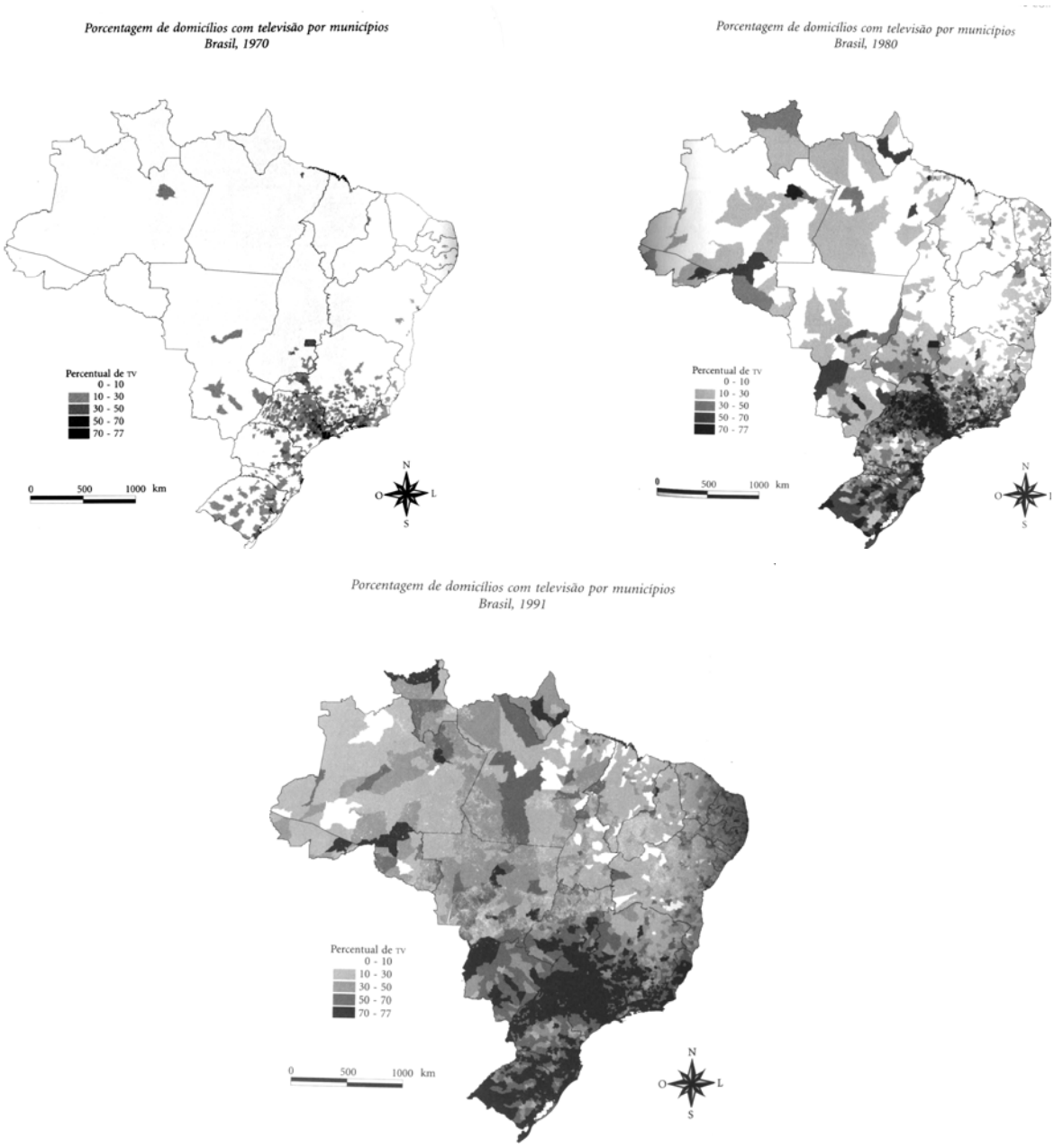


Fig.114: mapas da porcentagem de domicílios com televisão por municípios produzidos por Suzana Cavenaghi e André Caetano com base no censo demográfico e malha municipal de cada ano, divulgados pelo IBGE.

Fonte: HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.).História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 450-452.

> A televisão oferece a difusão de informações acessíveis a todos sem distinção de pertencimento social, classe social ou região geográfica [...]. Nesse sentido, a televisão [...] é emblemática do surgimento de um novo público [...]. Ironicamente esse espaço público surge sob a égide da vida privada. (HAMBURGER, 1998, p. 442)

Não se está querendo dizer com isso que o ato de fazer ou receber visitas se extinguiu, pois visitar os amigos é algo que nunca deixou de acontecer, apenas se está falando que essa prática social, principalmente no que concerne à necessidade dos seres humanos de se comunicar e viver em grupo, tem menor grau de importância comparada a outras épocas, diante dessas outras formas de sociabilidade e, com isso, a importância da varanda como espaço de socialização entre a família e outros grupos sociais.

Contudo, como comentado anteriormente, a varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca ainda exerce essa sua vocação, onde o uso mais freqüente desse espaço está exatamente relacionado com o ato de receber visitas, na opinião de 38% dos moradores que responderam aos questionários, como já comentado.

Fora isso, a varanda também demonstra essa sua vocação para a socialização, como dito anteriormente, por ser, além do lugar de receber as visitas, o lugar de ter contato – contato este intencional e real, no seu aspecto físico, - com as pessoas da rua, sem que o morador tenha que sair de casa.

Algo que até nos dias de hoje está atrelado a sua condição de espaço de transição entre a casa e a rua e, consequentemente, ao seu significado de lugar iminente do encontro, mas que, diferentemente de quando ela é o lugar de receber visitas, não dialogou, ao longo da história, com seu significado ambivalente de filtro, mas, sim, com seu significado de posto de exposição.

Na história da arquitetura doméstica carioca, pode-se dizer que esse significado de posto de exposição atribuído à varanda por ser ela o ambiente por onde a casa se mostra para a rua que, evidentemente, é mais intenso no meio urbano, como já comentado, pelas proximidades das construções, foi extremamente importante tanto para as práticas sociais da mulher, quanto para a socialização de todos os membros da família nos momentos em que a varanda assume a função de camarote e, por vezes, de palanque.

No que diz respeito às práticas sociais da mulher, é possível afirmar até que ela contribuiu para a liberação feminina, pois, como bem coloca Gilberto Freyre:

> Foi [...] no sobrado, através da varanda, do postigo, da janela dando para a rua, que se realizou mais depressa a desorientação da vida da mulher [...]. A varanda e o caramanchão marcam uma das vitórias da mulher sobre o ciúme sexual do homem e uma das transigências do sistema patriarcal com a cidade antipatriarcal (1968, p.154).

No período colonial, a supremacia do homem em relação à mulher dentro do sistema patriarcal era embasada até pelas leis vigentes, visto que “a propriedade da terra e dos escravos era juridicamente comparada à propriedade da mulher e dos filhos” (ARAÚJO, 1993, p.45 - 46), sendo praticamente impossível para as pessoas do sexo feminino se colocar em sociedade se não fosse através do casamento.

Do domínio do pai, a mulher passava ao domínio do marido e, na ausência destes – no caso de não haver matrimônio ou de viuvez – ela passava a ser “administrada” por um tutor do sexo masculino: irmão mais velho, filhos ou qualquer outro indivíduo encarregado legalmente.

> O poder masculino emanava da propriedade [...]. A propriedade territorial se constituía a princípio, na única fonte de direitos políticos. Como as mulheres não receberam terras, igualar-se-iam, nesse aspecto, aos escravos, não fossem o acesso à herança e a possibilidade do casamento. Ainda assim, não poderiam administrar os bens herdados, nem os bens comuns ao marido [...] da maneira como se organizava a família no sistema patriarcal, o casamento era a forma mais natural da mulher integrar-se a sociedade (ARAÚJO, 1993, p.63).

A opção para aquelas que não queriam contrair núpcias era o convento, sendo assim, a mulher sempre casava, fosse com homem ou fosse com Deus e, subjugada ao sexo masculino, a mulher dessa época ficava, desta forma, confinada e protegida dos olhares alheios, fosse pelo muxarabiê, dentro de casa, fosse pela mantilha ou bioca[50] nos poucos momentos que “desfilava” pelas ruas “donde devemos considerar as moças dos sobrados e das casas-grandes antigas prisioneiras mais bem guardadas do que os presos na cadeia do Brejo” (FREYRE, 1979, p.105 e 106) (fig. 115).

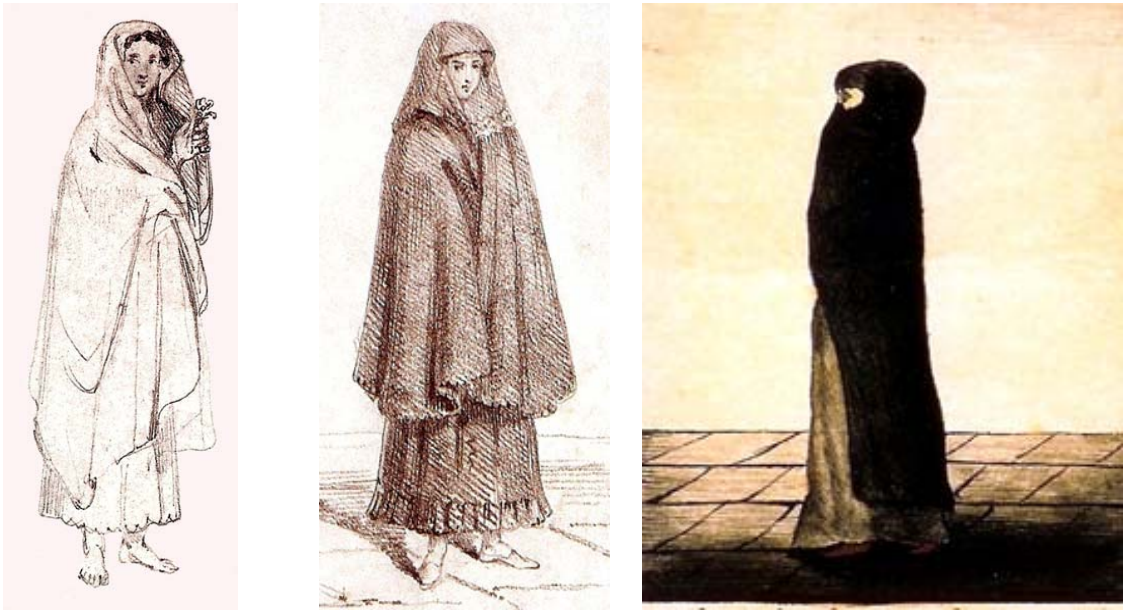


Fig.115: traje das mulheres no período colonial para se colocar em público que podia cobrir até o rosto, conforme os hábitos mouriscos assimilados pelos portugueses.

Fonte: catálogo da exposição *Mulheres Reais*: modos e modas no Rio de Janeiro de D. João VI.

[50] Espécie de burca assimilada dos hábitos mouriscos pelos portugueses.

Contudo, como bem descreveu Manuel Antonio de Almeida na sua obra de ficção oitocentista – *Memórias de um sargento de milícia* – “a mantilha para as mulheres estava na razão das rótulas para as casas, eram o observatório da vida alheia” (1998, p.30) no entender de que através dessas frestas, a mulher mantinha o contato com a rua na tentativa de se socializar, pelo menos no sentido de se integrar com os acontecimentos. No meio urbano, era até através das rótulas, fosse das janelas das casas térreas ou das varandas dos sobrados, que a mulher fazia suas compras e, assim, abasteciam seus lares (fig. 116).

> Sobre a rua, primeiro pela rótula, depois pela varanda, o patriarcalismo principiou olhar o que fosse público e até a debruçar-se sobre esse outro tipo de convivência: a comprar fruta, peixe, carne, doce, pena, remédio, renda, começando assim [...] a tendência de socialização e de democratização ampla do sobrado [...] contatos com o mundo exterior (FREYRE, 1979, p.76 e 77).



Fig.116: aquarela de Debret mostrando os costumes da época em que viveu no Rio de Janeiro

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

Como comentado no capítulo anterior, o comércio – produtos e serviços -, no período colonial, ia até a casa, assumindo a varanda, tanto nas construções urbanas, como nas rurais, pelo seu significado de filtro, a posição de lugar iminente do encontro e, consequentemente, espaço de socialização, sendo somente na segunda metade do século XIX, nas décadas que se aproximam do século XX, que as mulheres começam a freqüentar a rua para realizar suas compras; atividade que passa, então, a ser vista também como lazer.

Até lá, porém, raríssimas eram as vezes que as mulheres saíam de casa. Araújo chega até a comentar que “um velho ditado nos tempos coloniais, dizia que a mulher saía de casa três vezes na vida: para seu batizado, casamento e enterro” (1993, p.64).

Desta maneira, a socialização da mulher, na época da colônia, se dava em casa, com os membros da família, na igreja e na varanda, sendo, nesses dois últimos lugares, com outros grupos sociais. O próprio costume de receber visitas, comentado anteriormente, indica a varanda como espaço para as práticas sociais femininas e, assim, dentro do contexto colonial, para sua liberação.

Algranti menciona que, no meio rural, “sentadas em redes nas varandas, senhoras recebem seus visitantes, fazendo as honras e cortesias da casa” (1997, p.117, grifo nosso) e a colocação dessas senhôras como anfitriãs não chega a ser nenhum absurdo, mesmo para a época, pois, se “o espaço público do trabalho é definido como domínio do homem [...] e o espaço privado da casa como domínio da mulher, encarregada dos serviços domésticos” (HAMBURGER, 1998, p.439), é natural que ela, mesmo sob o olhar do esposo, seja responsável por receber bem.

Como descreve Vernant (2002) em seus estudos sobre a mitologia e o pensamento da Grécia antiga, quando se trata de receber e acomodar o estrangeiro, o par de deuses gregos Hestia-Hermes que, como já comentado, simboliza, respectivamente, o feminino e o masculino, invertem sua relação, ficando essa tarefa a cargo de Hestia, representante do lar.

Algo que leva a entender que a relação do homem com a esfera pública e da mulher com a privada, assim como essa inversão que ocorre, inclusive, na moradia colonial do Rio de Janeiro, é uma marca cultural pelo menos de toda a sociedade ocidental que sofreu influência da antiguidade grego-romana que muito se deve, como comenta Araújo, “a função da maternidade [...] (que) origina a chamada estabilidade e permanência da família [...], trazendo a subordinação social da mulher” (1993, p.63).

No meio urbano, não se pode dizer que o costume de receber visitas faz da varanda colonial um espaço não só de socialização, mas de liberação da mulher, uma vez que esse ambiente não servia mais de acesso à moradia, no entanto, o contato com as senhôras e sinhás-moças tinham com a rua através da rótula sim, o que leva a entender que a varanda não é apenas a àgora da casa, mas também a da mulher.

Principalmente após a vinda da família real para o Brasil que, como já comentado, vai resultar na retirada dos muxarabiês, transformando a varanda e, posteriormente, as sacadas, não apenas num posto de vigília, mas também de exposição, permitindo a mulher ver como ser vista, o que desencadeará uma sociabilidade que só mais tarde passará a ocorrer na rua ou, por melhor dizer, na praça.

> A gente faz hora, faz fila na vila do meio-dia / pra ver Maria / a gente almoça e só se coça e se roça e só se vicia / a porta dela não tem tramela a janela é sem gelosia / nem desconfia / ai, a primeira festa, a primeira fresta, o primeiro amor. (Trecho da música *Flor da Idade*, de Chico Buarque).

Os versos de Chico Buarque acima citados fazem menção a uma época que também foi registrada na música popular brasileira por Caetano Veloso ao falar em *Terra* – letra de sua autoria - que “na sacada dos sobrados / das cenas de Salvador / há lembranças de donzelas / do tempo do Imperador”. Sacadas essas que passaram a fazer parte do cenário não só da Bahia, mas de todas as cidades brasileiras, inclusive a do Rio de Janeiro, despidas daqueles fechamentos de origem moura e, assim, mas “salientes”, apesar de sua pouca profundidade, permitindo uma exposição que, como mencionou Vauthier no tempo em que esteve pelo Brasil, estimulava a vaidade feminina (fig. 117).

> As sacadas das fachadas constituem indícios mais fortes ainda da invasão do espírito moderno. [...] uma invenção [...] que estimula a vaidade feminina a expor aos olhos dos transeuntes. No tempo do velho rei [...] as fachadas, em vez de sacadas, traziam varandas [...] eram como rostos mascarados, por entre os quais os transeuntes circulavam (VAUTHIER, 1943, p. 173).



Fig.117: hábitos mouriscos no traje das mulheres e nas moradias
Fonte: catálogo da exposição *Mulheres Reais*: modos e modas no Rio de Janeiro de D. João VI.

Decerto, esses novos hábitos incentivados pela ausência dos muxarabiês não foram assimilados imediatamente pela população luso-brasileira que, pelos costumes mantidos, parecia mais de origem moura do que européia. De acordo com Santos “o decreto da polícia da corte de 1809 que ordenou a imediata retirada das rótulas mencionava apenas as dos sobrados, permitindo a sua manutenção nos pavimentos térreos” (2005, p. 280), onde elas eram fundamentais para a privacidade das casas que não apresentavam o comércio na parte da frente ou em todo o pavimento térreo, mas mesmo assim, ela afirma ter encontrado, através dos inventários durante sua pesquisa, “rótulas nos sobrados em 1813 e os seus peitoris permanecem nas fachadas até, pelo menos, a década de 1840” (SANTOS, 2005, p.280).

Realmente, como comentado nos capítulos anteriores, foi preciso que a Câmara Municipal na época de D. Pedro I transformasse a tal ordem do Príncipe Regente em lei para que ela se fizesse cumprir e essa resistência em manter os velhos hábitos não diz respeito apenas à reclusão das mulheres nas moradias, mas também na sua indumentária, pois, mesmo diante de outros costumes que chegaram junto com a corte portuguesa, as mantilha ou bioca ainda eram comuns.

Na verdade, “a mulher [...] brasileira da década de 50 (1850) – a sinhá da casa-grande e a iaiá do sobrado patriarcal – raro saía de casa para fazer compras. Era prisioneira de casa” (FREYRE, 1977, p. 103), mesmo que desfrutasse das sacadas como posto de exposição, pois quem lá se colocava adquiria má fama, sendo chamada de “mulher janeleira, namorada ou rameira” (VAINFAS, 1997, p.265) e, assim, os “preconceitos mouriscos conservavam-na distante” (FREYRE, 1977, p. 103).

De qualquer forma, a varanda ou, mais especificamente, a sacada - já que se está falando das moradias oitocentistas -, vão servir de espaço de socialização da mulher com as pessoas de fora da sua estrutura familiar e, consequentemente, de espaço para sua liberação, a ponto de Araújo comentar que, neste período da história, “a igreja não é mais o teatro habitual da fase inicial das aventuras amorosas” (1993, p.120). Aventuras essas que passaram a ocorrer nas varandas através do que Vainfaz (1997) descreve como “namoro do bufarinheiro” ou como “namoro do escarrinho” já praticados, segundo ele, desde a segunda metade do século XVIII, principalmente quando, em dias de procissão religiosa, a casa se abria para a rua e as mulheres podiam ser vistas (fig. 118).



Fig.118: aquarela de Debret mostrando ao fundo o “namoro do bufarinheiro”

Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

> Há registros de estratégias de sedução que soariam pouco familiares ou mesmo pueris aos olhos de hoje. É o caso do “namoro do bufarinheiro” [...]. Consistia em passarem os homens a distribuir piscadelas d’olhos e a fazerem gestos sutis com as mãos ou bocas para as mulheres que se postavam à janela, suspirantes [...] como se fossem eles bufarinheiros a anunciar seus produtos. É o caso do “namoro do escarrinho” [...] no qual o “enamorado” punha-se em baixo da janela da moça e não dizia nada, limitando-se a fungar à maneira de gente resfriada, ao que se poderia seguir, fosse a “declaração correspondida”, uma cadeia de tosses, assoar de narizes e até cuspidelas (VAINFAS, 1997, p.265)

Esse namoro através das sacadas se modifica ao longo do tempo, mas é eternizado nas sátiras que registram os costumes da época, como esta abaixo apresentada de 1867 que fala dos hábitos paulistas, à semelhança dos costumes cariocas, cujo tema é a ameaça à moral familiar dentro de casa, pelos escravos, e fora, pelo namoro na sacada (fig. 119).

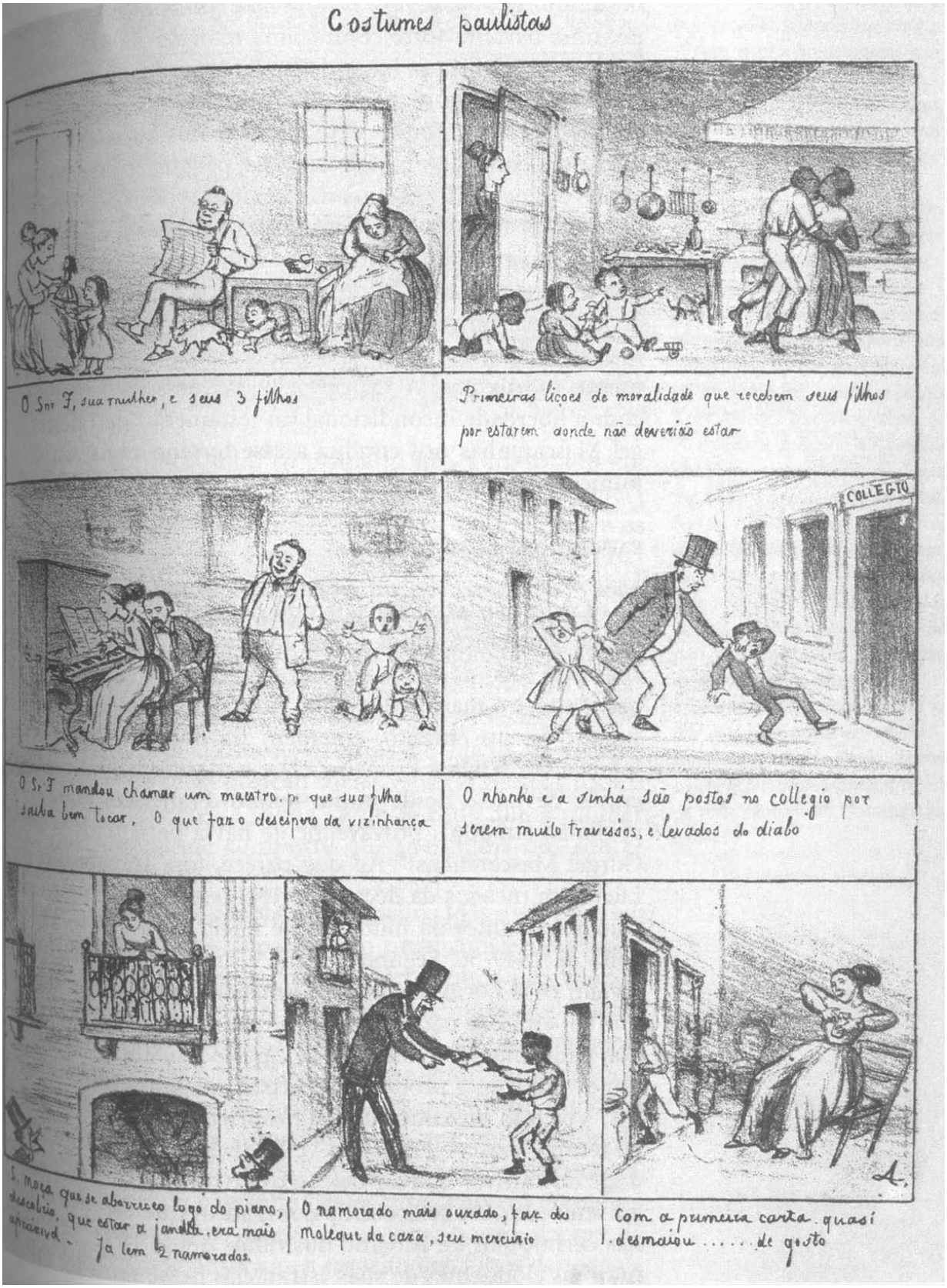


Fig.119: sátira de Agostini Cabrião, de 1867, a respeito dos costumes paulistas

Fonte: SLENES, Robert W.. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.).História da Vida privada no Brasil: império. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 263.

Essa sociabilidade da mulher com os rapazes que passavam na rua promovida pela varanda continua sendo vista como uma ameaça à moral e aos bons costumes, mesmo no início do século XX, pois como fala Araújo “ficar muito tempo à janela não era atitude de moça ‘honesta’, podendo ser interpretado como um gesto imoral” (1993, p.113).

Preconceito que só começa a ser desfeito, na opinião dessa mesma autora, quando “os avanços da educação feminina ajudam a mudar a mentalidade de submissão transformada pela atmosfera urbana liberalizante que lhe permite cruzar a fronteira da casa para a rua” (ARAÚJO, 1993, p.73).

Realmente, quando o ambiente da rua se torna mais amistoso, inclusive pelas melhorias urbanas promovidas no início do século XX, como já comentado, e a mulher passa a freqüentar livremente o espaço público, antes exclusivo dos homens, o sexo feminino vai desfrutar de outras formas de sociabilidade e, assim, “romper parte da clausura doméstica fomentada pela atmosfera senhorial do império” (SALIBA, 1998, p.313).

> A mulher [...] atravessou a fronteira do espaço privado da vida doméstica para a esfera pública da rua. A intensidade e rapidez das transformações urbanas na virada do século XX deu novo impulso à dinâmica familiar, neutralizando a supremacia do poder masculino, diversificando as formas de socialização da mulher e redefinindo o lugar da criança (ARAÚJO, 1993, p.58).

Com a mesma linha de pensamento de Araújo, Saliba chega a dizer, ironicamente, que “abandonando as varandas e os salões coloniais, essa nova sociabilidade, feita de hábitos mundanos, encontra terreno para expandir-se nas novas avenidas, praças, palácios e jardins” (1998, p.318) e, da mesma forma, também no bonde (fig. 120).



Fig.120: o bonde, assim como a rua, torna-se no início do século XX espaço de socialização da mulher

Fonte: MALUF, M.; MOTT, M. L.. Recônditos do Mundo Feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.).História da Vida privada no Brasil: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 373.

> [...] Sabes a quem a mulher de hoje deve o realce encantador de sua beleza e elegância? – à rua, aos melhoramentos da rua. Antigamente, nos apertos do nosso velho Beco do Ouvidor, no círculo desairoso do Largo da Carioca, nem eu nem tu, podíamos ver bem a mulher, nem ela se nos podia mostrar com a exigida perspectiva. Além disso, o mau calçamento, sempre em péssimo estado, tirava-lhe a cadência do olhar, fazendo-a gingar, como os nossos capadócios [...] Agora não. Com ruas amplas, com a moldura alegre das casas novas, o movimento e o gesto podem obedecer a todas as exigências e aos rigores de todos os estudos (Revista Kosmos, maio 1907, apud SALIBA, 1998, p.313).

Contudo, mesmo diante dessas novas "possibilidades abertas às mulheres pela incipiente urbanização" (SALIBA, 19998, p.313), no que diz respeito ao namoro, até que este seja consentido pela família, a varanda continua promovendo a socialização das moçoilas e, exercendo, assim, sua vocação, afinal de contas, como Olavo Bilac deixou registrado na Revista Kosmos de 1906 "os portugueses do século passado namoravam como nós namoramos, da rua para a janela, e da janela para a rua, trocando olhadelas meigas" (apud, ARAÚJO, p.114).

Comentário esse que evidencia a importância não só da janela mencionada por ele, como da varanda no rito do romance do início do século XX que Chico Buarque também assinalou em outra música de sua autoria, chamada *Ela e sua janela.*

> Ela e sua menina / ela e seu tricô / ela e sua janela, espiando / com tanta moça / aí na rua / o seu amor só pode estar dançando **/** da sua janela / imagina ela / por onde ele anda / e ela vai talvez / sair uma vez na varanda (Trecho da música *Ela e sua Janela*, de Chico Buarque).

Araújo (1993) menciona que o ritual do namoro, no limiar da modernidade carioca, era composto por quatro fases: flerte, vigília, carta e namoro consentido e, com exceção dessas duas últimas, as outras fases eram intermediadas pela janela ou pela varanda, onde, na fase do flerte, o rapaz passa pela rua, a pé ou de bonde – o chamado namoro do bonde – para ver a moça na varanda e, na fase da vigília, o rapaz ficava próximo a casa para ver a jovem na varanda.

Finalmente, quando "o rapaz é autorizado a freqüentar a casa da moça, sob a vigilância da família [...] geralmente se estabelecem os dias, horas e lugares da casa onde os noivos se encontram" (ARAÚJO, 1993, p.119), passando-se, muitas vezes, a descartar a varanda, pois essa, coitada, por ter colaborado ao longo dos anos para a "perdição" das moças de família, ganhou fama, como retratado em forma de paródia por uma cena da novela da Rede Globo de Televisão, intitulada *Desejo Proibido* que se passa durante a década de 1930 e que se encontra abaixo representada em versão foto-novela (fig. 121).



Fig.121: cena da novela da Rede Globo de Televisão, intitulada *Desejo Proibido* em versão foto-novela

Fonte: própria da autora com base no vídeo da cena disponível em:
< http://video.globo.com/Videos/Player/Entretenimento/0,,GIM787600-7822-PUREZINHA+ACONSELHA+MADALENA+A+SE+CASAR,00.html>. Acesso em 10/08/2008.

A aparição da varanda como cenário dos encontros amorosos não só nas gravuras de época, mas também nos romances, na música brasileira relatada ao longo deste texto, e até mesmo nas novelas nacionais, como acima demonstrado, revelam a importância de seu significado com espaço de socialização da família com outros grupos sociais, no caso aqui, mais especificamente da mulher, pois como bem descreve Augé, quando uma peça do objeto arquitetônico “tem seu lugar na literatura, na pintura e até na música: isso significa ser ela objeto de representações” (1997, p.168).

Atualmente, as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca estão livres do preconceito acima mencionado, o que não poderia ser diferente diante da liberdade que as mulheres desfrutam nos dias de hoje e do papel que elas desempenham na sociedade contemporânea que permite ao sexo feminino não depender mais da varanda para seus encontros amorosos. Entretanto essa sociabilidade promovida pela varanda, por ser ela o lugar de ter contato intencional com as pessoas da rua sem que o morador tenha que sair de casa, ficou marcada e sua importância evidenciada pelas bonecas[51] chamadas namoradeiras que adornam, hoje em dia, esse espaço de transição entre o público e o privado (fig. 122).

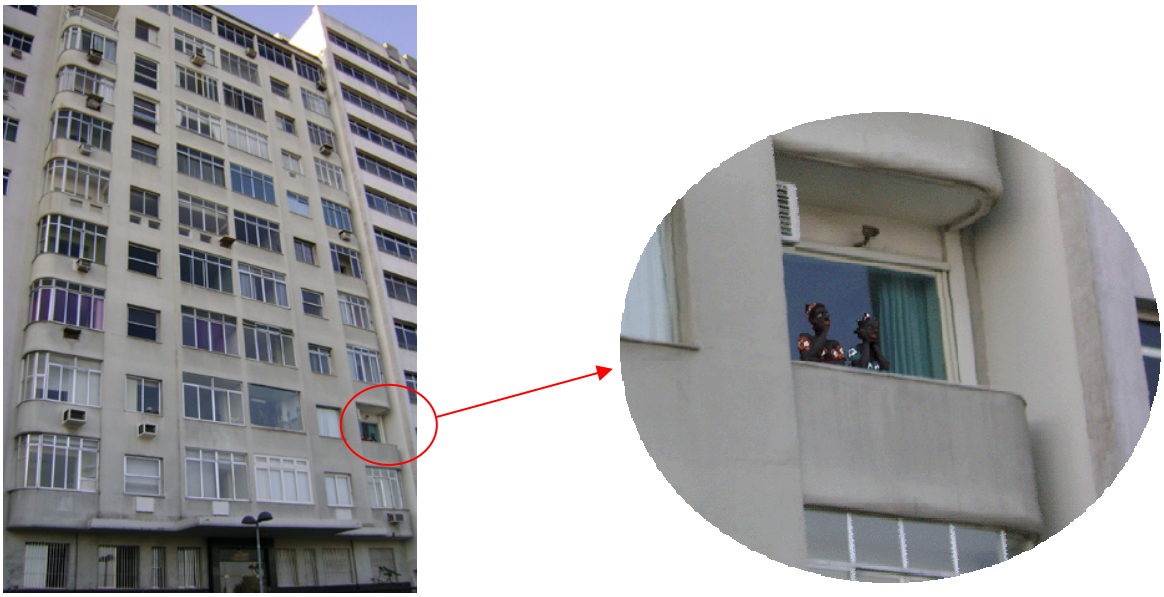


Fig.122: boneca namoradeira nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca

Fonte: própria da autora

Por outro lado, quando não se trata apenas da mulher, mas sim, de qualquer membro da família, não se pode dizer que a sua vocação para promover a socialização, concedida pelo seu significado de posto de exposição, deixou de ser exercida, pois, ainda na atualidade, as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca são utilizadas, propositadamente, para se ter contato com a rua, momentos em que ela assume a função de camarote e, até mesmo, de palanque.

[51] Busto feminino, normalmente de cerâmica ou de madeira, que é colocado no peitoril das janelas ou no guarda-corpo das varandas.

A varanda se comporta tanto como camarote quanto como palanque quando a casa se encontra disposta a se comunicar com a rua, isto é, quando a família, ou algum membro do arranjo familiar, se socializa com outros grupos sociais, mas, apesar da semelhança, essas duas funções desempenhadas pela varanda quando ela é posto de exposição têm, na verdade, objetivos diferentes.

O significado de posto de exposição é atribuído à varanda quando o morador quer não só ver, como também ser visto. Essas duas ações transformam a varanda em camarote e a rua passa a ser o centro da atenção para o morador da casa da mesma forma que, para quem passa na rua, a casa pode se tornar o centro das atenções.

Essa equivalência também ocorre quando a varanda é utilizada como palanque, porém, neste caso, o morador não quer apenas ver, demonstrando uma atitude passiva em relação ao que se passa na rua, mas também falar, manifestando a opinião da casa frente aos acontecimentos, o que, diferentemente de quando a varanda é camarote, não demanda a presença física do morador, mas que, de qualquer forma, representa uma socialização com pessoas que não pertencem àquela estrutura familiar.

Hoje em dia, diante da abertura que a casa pode manter com a rua, a varanda serve de camarote a qualquer hora que o morador queira ver o que se passa na rua, o que, de acordo com os dados obtidos através dos questionários, até chega a ser para 10% dos moradores que emitiram sua opinião o que mais lhe agrada quando se encontra na varanda, indicando ser essa possibilidade de encontro desejada pelo morador, conforme gráfico 9, já apresentado (pág. 143).

No entanto, isso nem sempre foi assim na história da arquitetura doméstica carioca, visto que houve épocas em que a casa só se abria para a rua quando ocorria algum festejo público, momento em que a varanda passava a servir não só como camarote, mas, também, como palanque, pois, como descreve Silva, o morador “ao mesmo tempo que é espectador, ele participa do festejo” (1977, p.57).

Como comentado no capítulo anterior, a varanda do período colonial deixa de ser posto de vigília para ser camarote diante da possibilidade de acompanhar os eventos ofertados no espaço público. Eventos esses que não se limitavam a festas religiosas – as procissões -, mas que englobava outros acontecimentos, como as condenações que ocorriam na rua e que, para a época, podiam ser encarados também como uma espécie de “festejo”, para o qual a população era convidada a participar com data e hora marcada (fig. 123).

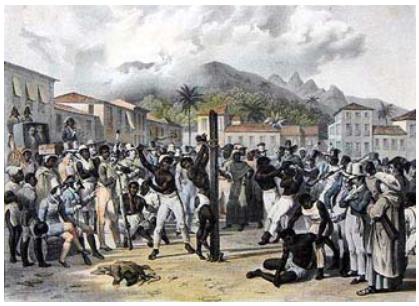


Fig.123: aquarela do pintor Rugendas intitulada *Punição pública na Praça de Santana*
Fonte: RUGENDAS, J. M.. Viagem Pitoresca Através do Brasil. 4ª ed. São Paulo:Martins, 1949.

Essa participação, como dito anteriormente, ia além da simples observação, podendo a casa manifestar sua opinião através da varanda com adornos colocados nesse espaço de transição entre o público e o privado e, se para Algranti (1997) a rua era o espaço de sociabilidade em virtude da interação social promovida, a seu ver, principalmente pelas festas religiosas, não se pode deixar de mencionar a contribuição das varandas, assim como das janelas, para essa mesma socialização.

> Durante os primeiros séculos de colonização, o espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se concentrava fora das paredes do domicílio, fosse ele a rua ou a igreja, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas comemoradas com procissões. [...]. Menos numerosas eram as festas em homenagem à família real e às autoridades [...]. Estas, porém, eram comemoradas da mesma forma [...] nas janelas, tinha-se o cuidado de arrumar vasos de flores e mantilhas, numa interação maior ainda do que a habitual entre a casa e a rua (ALGRANTI, 1997, p.113).

Essa socialização promovida pela varanda dizia respeito a todos os membros da família e, como já mencionado, acabava contribuindo para a liberação feminina, pois “quando não saíam para as ruas, as senhoras em seus vestidos de gala participavam da alegria nas janelas e sacadas” (ALGRANTI, 1997, p.118).

No entanto, o que importa no momento é confirmar a vocação da varanda para a socialização através de seu desempenho, nessa época, como camarote e palanque e ambas apropriações podem ser observadas através do festejo da chegada da família Real no Rio de Janeiro, descrito por Silva (1977) com base nas memórias do padre Luís Gonçalves dos Santos, conhecido como padre Perereca (fig. 124).



Fig.124: representação do festejo da chegada da família real

Fonte: SCHWARCZ, Lilia Moritz; SPACCA . D. João Carioca: a corte portuguesa chega ao brasil (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.29.

> Talvez a mais luzida e variada procissão da corte tenha sido aquela que se realizou por ocasião do desembarque do Príncipe Regente no Rio [...] tendo os moradores da Rua do Rosário e da Rua Direita recebido aviso para “ornarem a frente das suas casas, alcatifarem as ruas de areia, folhas e flores” (SANTOS, apud SILVA, 1977, p.58).
>
> Elementos visuais, sonoros ou mesmo olfativos contribuíram para dar o tom festivo [...] “das janelas pendiam ricas e vistosas tapeçarias de lindas e variadas cores” (SANTOS, apud SILVA, 1977, p.60).

Por sinal, se nesses festejos em homenagem à Família Real, as varandas das moradias, por ser veículo de comunicação da casa com a rua, pode ser considerada como palanque, muito mais a varanda onde se colocava as autoridades, construídas justamente para que elas se aproximassem da multidão de forma destacada (fig. 125).



Fig.125: ornamentação das sacadas das moradias retradada por Richard Bate (à esquerda) e esboço da Família Real de Debret (à direita), ambas por ocasião da proclamação de D. Pedro I como Imperador
Fonte: <http://www.bolsadearte.com> Acesso em 18/10/2008

> A aclamação de D. Pedro I representou uma nova ocasião para transformar a cidade num grande teatro. O local designado para os grandes festejos foi o Campo de Santana onde foi reedificado o “palacete” construído para D. João VI assistir aos fogos de artifício durante sua aclamação [...]. As decorações com colchas preciosas de seda decoravam casas e palacetes, desde a cidade nova em volta do Campo de Santana, Rua da Constituição, Largo de São Francisco de Paula e Rua do Ouvidor, até chegar á Rua direita e ao Largo do Paço. [...] Debret reproduz um momento da cerimônia, mostrando, em primeiro plano, um pódio de arquitetura provisória, extensão do “palacete” onde estava a família real (CHIAVARI; GRINBERG, 2007, p.51 e 52, grifo nosso).

Essas varandas/palanques onde se colocavam as autoridades faziam parte da arquitetura efêmera que era construída para esses festejos desde a chegada da corte no Brasil, ainda no

período colonial, até o final do império, chamadas de “varanda da aclamação” que, segundo Chiavari e Grinberg, era “o elemento mais tradicional destas celebrações” (2007, p.50) (fig. 126).



Fig.126: Cerimônia de aclamação popular de D. João VI pela elevação do Brasil a Reino Unido, retratada por Debret, com a varanda da aclamação em evidência.

Fonte: <http://www.bolsadearte.com> Acesso em 18/10/2008

Contudo, isso não quer dizer que as varandas verdadeiras – no sentido de permanentes – de suas próprias moradias (ou da casa de outrem) não tenham servido, ao longo da história, para que o político se pronunciasse para a população (fig. 127).

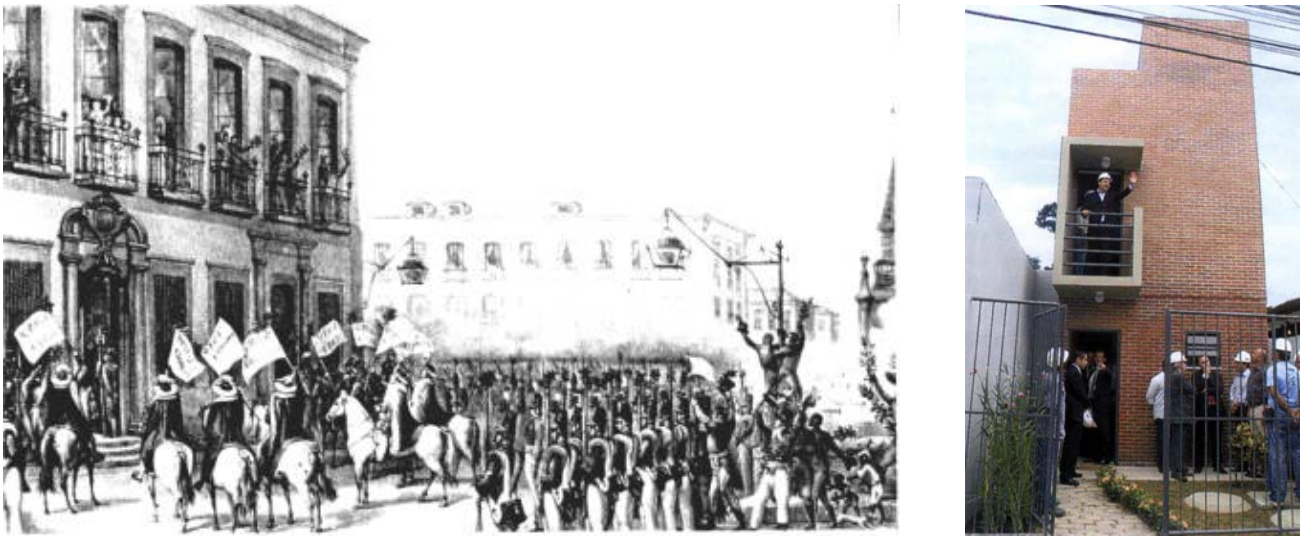


Fig.127: D. Pedro I com Pedro II ainda menino na sacada do Paço Imperial, em ato público, depois de abdicar do trono em 7 de abril de 1831 (à esquerda) e Sergio Cabral nas obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – no Morro do Alemão (à direita).

Fonte: <http://www.bolsadearte.com> Acesso em 18/10/2008 (imagem à esquerda) e Revista Vivercidades de agosto de 2008, p.26 (imagem à direita).

Afinal de contas, a varanda detém o significado de posto de exposição que permite a ela promover a socialização dos moradores da casa com as pessoas que passam na rua, viabilizando seu uso tanto como camarote quanto como palanque.

Hoje em dia, nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro, essas duas funções são constantemente exercidas por suas varandas, concomitantemente ou não, podendo esse ambiente da casa até ser utilizado como "varanda da aclamação", por assim dizer, quando se trata da residência de alguma personalidade pública, política ou não.

É certo que os moradores dessas habitações já fazem de sua varanda um camarote apenas por se colocarem nela com a intenção de observar as cenas do cotidiano, no entanto, quando as ruas dos bairros da zona sul oferecem algum evento público, as varandas dos edifícios de apartamento ali localizados têm a possibilidade de exercerem ao mesmo tempo a função de palanque, assim como as varandas de outrora.

É o que acontece, por exemplo, na ocasião dos shows que eventualmente ocorrem na orla dessa parte da cidade, de algum desfile ou passeata ou, até mesmo, de alguma procissão religiosa quando, à semelhança dos festejos de antigamente aqui mencionados, muitos moradores deixam de ser meros expectadores e participam dos eventos expressando sua opinião com adornos na varanda.

Tal uso contemporâneo da varanda não só como camarote, mas também como palanque nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca que é observado em diversos eventos públicos, pode ser exemplificado aqui pelas manifestações ocorridas em 16 de agosto de 1992, durante a passeata para o *impeachment*[52] do presidente Collor que percorreu diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, inclusive alguns bairros da orla da zona sul.

Nesse acontecimento que marcou a história do Brasil, várias varandas se encontravam adornadas expressando a opinião dos moradores. Aqueles que eram a favor do afastamento de Collor apoiavam as pessoas da rua, enfeitando a varanda com pano preto, cor da camisa dos manifestantes que simbolizava o luto do país. Já os que queriam a sua permanência, penduravam a bandeira da pátria a pedido do próprio presidente. Democracia que acabara de ser retomada pela nação e que se manifestava também através das varandas que desempenhavam o papel de camarote assim como de palanque.

Obviamente, o exercício dessas duas funções pela varanda não é algo obrigatório, pois isso implica numa sociabilidade, numa vontade de se comunicar, de se expressar que varia de família para família e, dentro dessa, de indivíduo para indivíduo. Assim sendo, mesmo diante de tais eventos que ocorrem no ambiente público, algumas varandas podem se encontrar vazias, enquanto outras podem apenas servir de camarote para os moradores sem que esses demonstrem algum tipo de manifestavam em relação aos acontecimentos, da mesma forma que

[52] Palavra de origem do inglês assimilada pela língua portuguesa que significa o ato pelo qual se destitui, mediante deliberação do legislativo, o ocupante de cargo governamental no regime presidencialista, de acordo com o Novo Dicionário Aurélio – século XXI, de autoria de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela editora Nova Fronteira, em 1999.

em posição oposta algumas funcionam somente como palanque, expressando a opinião da casa, mas sem contar com a presença física de algum membro da família.

Uma manifestação silenciosa da casa, mas que ao mesmo tempo tem muito a dizer para a rua sem precisar, para o exercício dessa sociabilidade, que haja alguma atração nesse espaço público envolvendo multidões (fig. 128).



Fig.128: opiniões diferentes em relação à criação do IED – Instituto Europeu de Design - no bairro da Urca, manifestadas através das varandas dos moradores

Fonte: própria da autora

Algo que não necessariamente envolve algum ato político, mas que de qualquer maneira transforma a varanda em palanque por seus adornos fazerem referência a algum acontecimento público como, por exemplo, campeonato de futebol ou festas de fim de ano (fig. 129).




Fig.129: manifestação do espaço privado da casa em relação aos acontecimentos públicos através da varanda
Fonte: própria da autora

Durante o período do natal, pode até se dizer que algumas varandas contemporâneas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca se igualam com aquelas sacadas ornadas dos antigos sobrados em dia de procissão, observando o texto escrito por Chiavari e Grinberg que fala que durante os festejos da corte “muitos moradores, para se destacar, transformavam as próprias casas em verdadeiras luminárias, servindo-se de uma estrutura provisória para que a decoração e os ornatos da moda transformassem sua fachada” (2007, p.51).

Maneira que os moradores encontram para se expressarem e também se destacarem, como mencionado acima, fazendo de suas varandas não só um espaço de socialização com outros grupos sociais, mas também de representação de seu status social.

4.3 – A Varanda como Espaço de Representação do *Status* Social

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca pode ser compreendida como espaço de representação do *status* social dos moradores dessa região da cidade do Rio de Janeiro. Promotora da socialização da casa com a rua, ao ser o espaço da moradia por onde as pessoas que ali residem se comunicam e se integram com outros grupos sociais, a varanda acaba informando em que posição e a que grupo social a família pertence, indicando distinção social tanto no sentido de hierarquia, quanto no de pertencimento.

Como é colocado por Bourdieu (2007), hierarquia e pertencimento caminham juntos, se relacionando e dialogando entre si no processo de distinção social. O grupo a que o indivíduo pertence revela sua hierarquia, sua posição na sociedade, da mesma forma que essa influencia

as suas escolhas, seus hábitos, seus valores de julgamento que fazem com que ele adquira comportamentos e atitudes que o tornam membro de um determinado grupo, observada a existência de inúmeros subgrupos para ressaltar, assim como faz Bourdieu em sua obra *A Distinção* (2007), um campo infinito de possibilidade.

A varanda, por sua vez, ao promover a socialização da família com outros grupos sociais, distingue socialmente os moradores da casa, transmitindo para a rua a sua hierarquia e a que grupos eles pertencem e assim faz de diversas maneiras.

No momento em que os moradores utilizam, por exemplo, a varanda como palanque para manifestar suas opiniões, suas preferências ou sentimentos estão, consequentemente, revelando a que grupo pertencem e, desta forma, indicando sua hierarquia na sociedade. Da mesma maneira, quando a varanda é utilizada como camarote, reservando uma posição privilegiada para o ponto de vista dos moradores, o pertencimento deles a determinado grupo se mostra por sua posição de destaque.

Na sua tese de doutorado, Ana Lúcia Vieira dos Santos diz que nos sobrados cariocas de 1750 a 1850 – recorte temporal de sua pesquisa – "o primeiro pavimento ou pavimento nobre era dotado de janelas de sacadas" (2005, p.280, grifo nosso), mostrando que desde o período colonial a varanda conferia ao morador uma posição de destaque. Algo que se torna ainda mais evidente por ela mencionar que "nas ruas de menor importância, as janelas de sacada foram substituídas por janelas de peitoril" (SANTOS, 2005, p.278), indicando que esse espaço de socialização da casa com a rua tem, entre outras funções, a de comunicar o *status* social do morador.

Essa comunicação pode ser compreendida como uma mensagem direta e, por vezes, até intencional, mas a varanda também detém outras vias para comunicar que ela é um espaço de representação do *status* social da família, mesmo que a mensagem seja indireta ou, por assim dizer, subliminar.

A possibilidade de uma transição gradativa entre a esfera pública e a privada ofertada pela varanda, por si só, já confere a ela esse título, afinal de contas, todos os significados aqui estudados de filtro, de posto de vigília ou de exposição, assim como de lugar iminente do encontro que durante muito tempo e, por que não dizer, até hoje em dia, faz dela uma área de "amaciamento" para a aproximação entre realidades opostas, como já comentado, propícia para a socialização da família com outros grupos sociais, já distingue socialmente os moradores da casa.

Essa distinção se dá, por um lado, no sentido de hierarquia, uma vez que tais significados atribuídos à varanda conferem uma maior qualidade à moradia cada vez mais requisitada de acordo com a posição social da família. Saint Hilaire, em pleno século XIX, reparou durante a sua passagem pelo Rio de Janeiro que "a gente mais abastada tem o cuidado de reservar na frente de sua casa uma galeria ou varanda" (apud DA MATTA, 1997, p.51) e pode-se dizer que esse cuidado, para muitas famílias, aumenta ou diminui conforme as diferenças sociais do entorno.

Por outro lado, com base no que Bourdieu (2007) coloca em seus estudos, essa distinção ocorre também no sentido de pertencimento, visto que esses significados só conferem qualidade à

casa por corresponderem aos hábitos[53] de moradia da comunidade que faz com que os moradores se sintam integrados ao grupo e, assim, socializados.

A varanda, desta forma, é o espaço de representação do *status* social do morador por representar a sua sociabilidade. A varanda e tudo que a envolve, desde sua tipologia e sua morfologia, no que diz respeito ao seu tamanho, posição, geometria, materiais compositivos, ornatos entre outros elementos que compõe a sua forma, até a maneira como é apropriada por seus usuários com a disposição de mobiliários e adornos ou com o fechamento ou a abertura de seu espaço. Todo o conjunto de informações indica a que grupo e em que posição social os moradores se encontram.

As varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca apresentam uma diversidade de tipologias e morfologias, como também de apropriações por seus usuários, revelando uma heterogeneidade de grupos sociais que se tornam complicados de mapear diante das infinitas possibilidades, o que pode ser verificado observando as 30 amostras selecionadas para o envio dos questionários (anexo 4).

No entanto, a simples presença marcante da varanda nesse tipo de habitação dessa região da cidade já revela que a zona sul é composta por um grupo social significativo, onde esse ambiente da casa é importante para os hábitos de moradia, estando ela, a varanda, relacionada com o modo de vida do carioca desta parte do Rio de Janeiro.

Afinal de contas, “casa sempre representou socialmente um significado [...] uma mostra do status socialmente atingido pelo individuo e sua família, uma representação de sua vida, [...] um estilo de vida, principalmente utilizando fachadas significantes” (MARTINS, 2007, p.7).

A varanda, assim, representa o *status* social de cada morador dos edifícios de apartamento onde ela se faz presente nesses bairros, como, numa escala maior, da população da zona sul do Rio de Janeiro.

Diante das questões aqui levantadas, este trabalho só pode concordar com a conclusão da tese de doutorado de Viviane da Cunha Paula (2007) sobre os edifícios de apartamento no Rio de Janeiro no século XX, de onde esta pesquisa retirou as amostras dos prédios para os quais foram enviados os questionários, que relaciona a presença da varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca nas décadas de 1980 e 1990 com *status* social.

Paula afirma, com base em Bourdieu, sociólogo francês aqui já mencionado, que a varanda das moradias por ela estudadas é um “importante gerador de distinção simbólica” (2007, p.314). Realmente, Pierre Bourdieu (1992; 2007), nos seus estudos sobre distinção social, fala da existência de símbolos de poder, mencionando até a ocorrência de uma “violência simbólica” que, segundo ele, diz respeito à imposição de critérios e padrões do discurso dominante, e a varanda, pelo o que está sendo aqui discutido, poderia ser muito bem um desses símbolos.

Aliás, segundo os dados obtidos através dos questionários, dentre os 67% dos moradores que afirmam que a presença da varanda foi decisiva para obtenção do imóvel (gráfico 4), 57%

[53] Um dos principais conceitos estudados por Bourdieu é o *habitus* que para ele marca o princípio das afinidades.

apontaram como uma das vantagens de se ter a varanda o fato dela valorizar o imóvel, conforme gráfico 3, já apresentado (pág. 136).

Assim sendo, é pertinente a colocação de Paula acima indicada, como também a de que a presença dessas varandas tem “a intenção de promoção social pela exacerbação de qualidades que possam tornar sua classificação social (a classificação social dos moradores) mais próxima à camada acima na escala de valores” (2007, p.315).

Contudo, esse trabalho discorda da autora acima referida quando ela leva a entender que o *status* social representado pela varanda, ou como ela mesmo diz, por essa “’medalha de prestígio’ na fachada principal do edifício” (2007, p.24), é pertinente somente às moradias das últimas décadas do século XX, visto que, na sua opinião, esse status se dá não propriamente pela varanda, mas pelo aumento de área no setor social nesse período que seu espaço proporciona, como já comentado, devido a legislação que começa a vigorar a parir de 1975 com o decreto n.º 51, permitindo a construção de varandas em balanço até 2m de profundidade fora do cálculo da ATE – área total edificada – onde a maior prova disso, a seu ver, seria a pouca utilização desse ambiente da casa.

> O crescimento de áreas dos apartamentos aparece associado [...] a conceitos de *status*. A concentração do crescimento das moradias da amostra nas áreas na zona social [...] se relaciona principalmente com o aumento do tamanho das varandas sociais. Essas varandas associam, ao final do século, grandes proporções [...] sinalizando para a intenção de pouca utilização desses espaços, que são responsáveis por aumentar as dimensões dos apartamentos e seu valor econômico. Essas condições sugerem que o crescimento desse cômodo posicionado dessa maneira nos apartamentos das últimas décadas acontece mais para expressar prestígio social do que para expandir a utilização da superfície da zona social até área exterior ao imóvel. [...] ostentação de *status* social através da moradia, como meio de reafirmar posição social às outras pessoas. E assim, o uso de varandas que se destacam visualmente da fachada principal do edifício, como medalhas de prestígio, parece justificar, transmitindo mensagem de proeminência econômica (PAULA, 2007, p.307 e 308).

Como foi aqui discutido, a varanda da arquitetura doméstica carioca sempre significou, em virtude das suas qualidade para o modo de vida dos moradores, *status* social. Calvente, em sua pesquisa sobre as sedes de fazenda na região de Quissamã, Rio de Janeiro, por exemplo, fala que “a varanda constitui fator de destaque e de prestígio [...] ligada a padrões familiares ancestrais” (2001, p.88).

Outra evidência de que a varanda, ao longo da história da arquitetura doméstica carioca, é espaço de representação do *status* social da família é encontrada na pesquisa de Santos (2005) pelo fato desse ambiente está presente em todos os exemplares com mais de 5 cômodos por ela

identificados através de inventários das casas térreas urbanas (quadro 1), mesmo que tais varandas fossem aquelas voltadas para o quintal características da época.

Santos fala que “o espaço ocupado por um indivíduo no tecido urbano é indicativo de seu *status* social” (2005, p.146), logo tais residencias pertenciam às famílias mais abastadas, onde as varandas já eram geradoras de distinção simbólica e assim eram pelas qualidades conferidas por ela de acordo com o modo de vida dos moradores e não pelo aumento de área em algum setor da moradia.

Keesing comenta que “em todas as sociedades onde a habitação é símbolo de posição social, existe o desejo de ascensão residencial” (1961, p.325). Como Gilberto Freyre fala que “o complexo ‘casa’ está à base do supercomplexo bio-social que constitui o ser brasileiro: o homem [...] brasileiro [...] se distingue [...] pela maneira de morar, de residir” (1979, p.13) e, certamente, possui esse desejo por ascensão residencial onde, uma das questões a serem observadas é a metragem quadrada da residência.

No entanto, como foi comentado no primeiro capítulo deste trabalho, o que valoriza o imóvel não é o fato dele ser maior e sim melhor, onde o tamanho é apenas um dos itens que pode conferir qualidade à moradia e, assim, *status* social ao morador.

Desta forma, esta autora até concorda que, em função da presença da varanda balanceada com até 2m de profundidade, o aumento do setor social nas últimas décadas do século XX mencionado por Paula (2007), confere distinção social ao morador, mas discorda que a varanda seja o espaço de representação do *status* social da família só pelo ganho de metragem quadrada, como ela dá a entender, não considerando as qualidades que ela proporciona em virtude de seus significados importantes para o modo de vida dos moradores.

Em entrevista realizada com os síndicos dos três edifícios de apartamento que passaram pelo processo de avarandamento apresentada por essa pesquisa no primeiro capítulo, foi visto que a hipótese de que o acréscimo da varanda confere *status* social somente pelo ganho de área é negada quando se mostra unânime a opinião de que a varanda, e tudo o que ela agrega, valoriza o imóvel (gráfico 14).

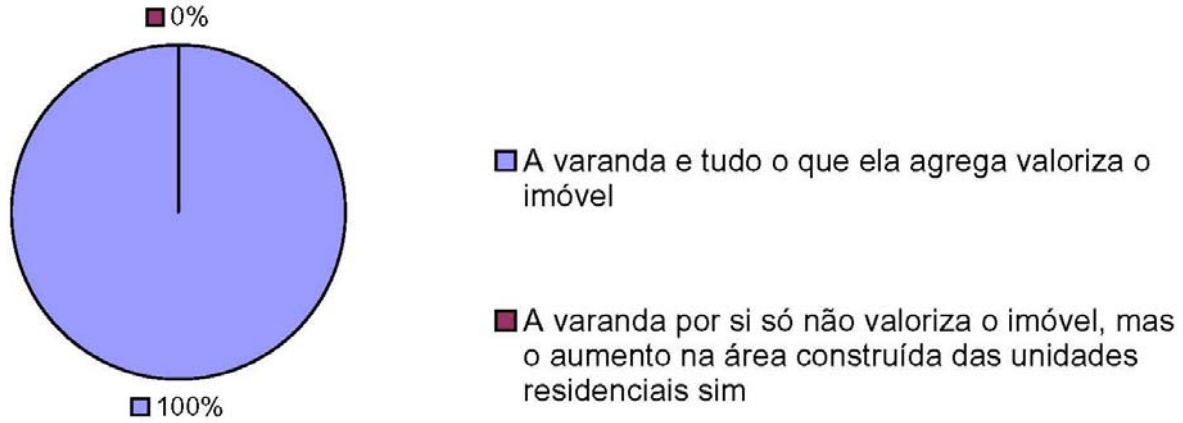


Gráfico 14: opinião sobre a valorização do imóvel com o acréscimo de varandas

Fonte: dados obtidos pela autora em entrevista com os síndicos

Paula (2007) apóia sua opinião de que a varanda é uma “medalha de prestígio” por aumentar, significativamente, o setor social das moradias das últimas décadas do século XX na pouca utilização desse ambiente pelos moradores da casa, mas tal informação não condiz com o que foi verificado por esta pesquisa.

No que diz respeito aos três prédios aqui mencionados que receberam o acréscimo de varandas, seus síndicos afirmaram que o novo espaço estava sendo utilizado pelos moradores (anexo 2). Além disso, de acordo com os dados obtidos através dos questionários enviados a 30 edifícios selecionados para compor a amostragem dessa pesquisa, a partir, exatamente, das amostras estudadas por Paula (2007), apenas 25% dos moradores afirmaram utilizar pouco a varanda, conforme gráfico 13, já apresentado (pág. 168), sendo a principal justificativa para essa pouca utilização, de acordo com o gráfico 8, também já exibido (pág. 141), o fato do espaço da varanda ser muito pequeno.

Grupo este onde, certamente, o aumento do setor social pela presença da varanda não chega a ser significativo, não correspondendo, assim, ao grupo onde a varanda, na opinião de Paula (2007) atua como distinção simbólica.

O que Paula (2007) parece querer no seu estudo sobre os edifícios de apartamento do século XX com sua discussão sobre a varanda como “medalha de prestígio” é justificar o aumento da presença desse ambiente cada vez maior nas décadas de 1980 e 1990 pela possibilidade de distinção que a varanda pode conferir ao morador.

Certamente, tal possibilidade colabora nessas décadas para o que este trabalho identificou como a fase de retorno da varanda, mas pela representação do *status* social do morador ser um de seus significados construídos ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro por ela corresponder aos hábitos de moradia da população, ao modo de vida do carioca, e não somente no final do século XX em função da maior área que ela possa vir a atingir, impactando, assim, o setor social da moradia.

Aliás, olhando pelo prisma da distinção social, não só a presença da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, seja na fase de retorno ou de permanência, pode ser justificada, como também a sua ausência, visto que os panos de vidro propagados pelo estilo internacional, mais do que uma questão de qualidade, significa prestígio dentro do contexto cosmopolita que já se encontra amadurecido no Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970. Como bem coloca Canclini, “a internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos de outras” (1999, p.41).

Neste período da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, a varanda deixou de corresponde ao modo de vida do carioca, perdendo sua função como “medalha de prestígio”, o que, em parte, justificaria sua ausência e, se tal ocorrência leva algumas pessoas a questionarem a varanda como moda, no sentido de “uso, hábito [...] variável no tempo [...] (que) provém de necessidade de conquistar ou manter, por algum tempo, determinada posição social” (FREYRE,

1987, p.17), é bom lembrar, como faz Gilberto Freyre (1987), que a moda, ou modismo, é condicionada por modos, modos de pensamento, de comportamento, de vida, enfim por hábitos que, segundo Bourdieu (2007), quando comuns, dão o sentido de pertencimento e, por sua vez, de hierarquia que vão, dentro do processo de socialização, conferir distinção social.

Os hábitos de moradia variam conforme o meio no qual as pessoas se encontram inseridas e essa variabilidade, de acordo com Certeau, faz do "uso um nó de circunstâncias, uma nodosidade inseparável do 'contexto'" (1994, p.96). O uso da varanda como espaço de representação do *status* social do morador das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca se perde quando, por exemplo, as pessoas se identificam como habitantes do mundo e adquirem hábitos de moradia que remetem a um modo de vida cosmopolita, refletindo sua ausência nas fachadas dos edifícios de apartamento. Quando o que ocorre é o inverso, como hoje em dia diante da crise de identidade instaurada com a crescente globalização, a varanda se faz presente, novamente desejada, consumida e utilizada, mesmo que como universo de reconhecimento, colaborando para a distinção social do morador.

> Numa sociedade construída predominantemente pelos processos de globalização [...] vivemos um tempo de fraturas e heterogeneidade, de segmentos dentro de cada nação [...]. Em meio a essa heterogeneidade encontramos códigos que nos unificam, ou que ao menos permitem que nos entendamos [...] uma comunidade hermenêutica de consumidores, cujos hábitos tradicionais fazem com que se relacione de um modo peculiar com os objetos (CANCLINI, 1999, p.85 e 86).

Desta maneira, na visão desta autora, existem algumas observações a serem feitas sobre a conclusão de Paula que, obviamente, não está errada, mas que parece a esta pesquisa, pelo menos, superficial, principalmente quando ela baseia sua argumentação dizendo que "essas varandas aparecem pouco integradas nos sistemas – como pouco utilizadas" (2007, p.24).

Afirmação que, como já comentado, os dados obtidos através dos questionários não confirmam e que, antes de ser assimilada como verdade, precisa ser verificada pela discussão sobre a varanda como objeto de uso e de consumo.

4.3.1 - A Varanda como Objeto de Uso e de Consumo

A varanda é um objeto de uso. Esse uso, a partir da teoria da semiótica apresentada no 2º capítulo deste trabalho, pode ser tanto o uso pragmático relacionado aos significados denotativos do significante, quanto o simbólico, que corresponde aos significados conotativos. É o que a varanda comunica, no entender de que ela é um signo, que determina seu uso.

Eco, se referindo ao uso pragmático ou à denotação, afirma que os "objetos comunicam até mesmo quando não são usados" (2007, p.190), querendo dizer que mesmo sem ter um uso prático, o objeto é utilizado.

As varandas dos edifícios de apartamento do final do século XX comunicaram a Paula (2007) *status* social, mas ela parece não ter identificado que esse era um dos usos da varanda, mesmo que simbólico, ao dizer que esse ambiente da casa era pouco utilizado. Paula confere às varandas um uso proveniente, segundo a sua observação, da própria falta de uso, mas parece não enxergar esse uso simbólico como legítimo.

Na visão deste trabalho, fica claro que Paula (2007), ao tecer seu comentário sobre a pouca utilização da varanda, considerou apenas sua denotação, seu uso pragmático, o que, até poderia basear sua conclusão sobre a presença da varanda nos edifícios de apartamento por ela estudados se ela não tivesse ignorado também outras denotações da varanda, outros usos pragmáticos desse espaço pelo morador que, no entanto, não depende da sua presença física, pois a pouca utilização comentada por ela parte da sua observação de que tais ambientes da casa se encontram, muitas das vezes, vazios.

Decerto, como bem coloca Eco, “o primeiro significado do edifício (no caso, aqui, a varanda) são as operações que se devem realizar para habitá-lo [...]. Mas está claro que a denotação ocorre mesmo que eu não usufrua daquela habitabilidade” (2007, p.198). No entanto, para isso é preciso entender que as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro, assim como “sua disposição na fachada [...] não denotam apenas uma função; remetem a certa concepção do habitar e do usar” (2007, p.199) que estão relacionados com o modo de vida do carioca.

Os significados da varanda aqui estudados por esta pesquisa apontam para diversas utilizações desse ambiente da casa, no sentido pragmático da palavra, que vai além da presença física do morador em seu perímetro, da permanência de algum usuário em seu espaço.

Mesmo vazia, a varanda pode estar sendo utilizada, pragmaticamente, como espaço de transição gradativa entre o público e o privado e, dessa forma, como filtro da casa é até mesmo como palanque. A varanda também pode estar tendo um uso prático de seu espaço sem a presença de qualquer pessoa, ou até mesmo mobiliário e adorno, quando ela é utilizada como elemento de adequação climática, um dos motivos de sua assimilação pela casa brasileira e que remetem a diversos significados que serão discutidos mais adiante.

Desta forma, a pouca utilização mencionada por Paula (2007), mesmo referente somente ao uso pragmático da varanda, é relativa e não serve de argumentação para sua conclusão de que esse ambiente da casa, nas últimas décadas do século XX, é “medalha de prestígio”. Muito pelo contrário, são seus usos que , quando comuns a um determinado grupo, dão sentido de pertencimento e, assim, distinção social.

Ao se falar, no entanto, da varanda como objeto de uso, é preciso saber que se está falando dela, automaticamente, como objeto de consumo, pois, como descreve Certeau, “todos esses usos dependem do consumo” (1994, p.97). Algo que está longe de ser uma contradição, visto que “o consumo é o conjunto de processos sócio-culturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (CANCLINI, 1999, P.77).

A princípio, parece contraditório dizer que um objeto de consumo é um objeto de uso, porque, quando se fala em uso, normalmente se pensa no sentido pragmático da palavra, enquanto que no caso do consumo, o termo é associado, comumente, ao consumo desejado e não propriamente ao necessário. No entanto, como observa Canclini, “o consumo é um processo em que os desejos se transformam em demandas” (1999, p.83) e essa necessidade não é a de satisfazer apenas um impulso irracional, pois para esse antropólogo, “ao consumir também se pensa, se escolhe e se elabora o sentido social [...] formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo” (1999, p.55).

O desejo de se ter a varanda, que primeiro faz dela um objeto de consumo para que depois ela possa vir a ser um objeto de uso, no fundo demonstra a necessidade de possuí-la que é percebida pelas pessoas a partir da reflexão sobre seu modo de vida, sobre o que, de acordo com seus hábitos de moradia, lhes traria qualidade e essa reflexão está diretamente ligada ao status social do morador, à sua hierarquia que dialoga com seu sentido de pertencimento, definindo suas escolhas, seus valores de julgamento, como já comentado, confirmando a posição de Canclini de que “existe uma lógica na construção dos signos de status e nas maneiras de comunicá-los” (CANCLINI, 1999, p.79).

Desta forma, as varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca são, não só como objetos de uso, mas também como objetos de consumo, o “lugar de diferenciação e distinção entre as classes e os grupos” (CANCLINI, 1999, p.79), manifestando gostos ou preferências de um determinado setor da sociedade, e conferindo, assim, o sentido de pertencimento, hierarquia e, consequentemente, distinção social. Algo que leva a dizer que a varanda possui, também como espaço de representação do *status* social do morador, a vocação para promover a socialização da casa.

CAPÍTULO 5 – A VARANDA E A INTEGRAÇÃO DA CASA COM O MEIO AMBIENTE

A varanda se comporta como espaço de integração da casa com o meio ambiente. Essa integração diz respeito tanto à possibilidade da varanda atuar como elemento de adequação climática da construção, proporcionando conforto ambiental a seu usuário, quanto à viabilidade dela vir a favorecer a contemplação da paisagem e o contato com a natureza por ser um instrumento de ampliação da casa.

Esse potencial é pertinente à varanda por ela se situar na zona limite das edificações, sendo sua localização propícia para a boa relação da moradia com o meio no qual ela se encontra inserida, seja esse meio o entorno imediato ou o habitat natural dos seres vivos, cujas características ecológicas variam de região para região.

É evidente, com isso, que esse seu significado de espaço de integração da casa com o meio ambiente dialoga com seu significado de espaço de transição entre a casa e a rua ou, por melhor dizer diante das questões aqui levantadas, entre interior e exterior, assim como com os outros que se encontram atrelados a essa sua condição, como, por exemplo, o de lugar iminente do encontro, no caso aqui, do encontro com a natureza e, porque não dizer, até com o de espaço de representação do status social, visto que possuir um espaço de integração com o meio ambiente, em ambos os aspectos aqui mencionados, é um sinal de qualidade que valoriza o imóvel e que confere ao morador hierarquia e sentido de pertencimento, resultando distinção.

Mesmo que a varanda detenha apenas um potencial para que essa integração realmente ocorra, principalmente quando se trata da adequação climática do edifício que depende de várias questões técnicas, como sua disposição correta na fachada e suas características tipológicas, desde sua forma geométrica, sua dimensão e até seus materiais de revestimento e acabamento, o fato é que ela assim se comunica para o observador que confere a ela esse significado.

Essa interpretação da varanda como espaço de integração da casa com o meio ambiente, independentemente de uma análise criteriosa, é, em parte, resultado da ativação da memória cultural do observador, visto que esse significado, assim como os demais aqui apresentados por este estudo, também foi construído ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, apesar de nem sempre esse seu potencial ter sido explorado em virtude dos hábitos de moradia da população, do seu modo de vida, dos usos e costumes de cada época.

De qualquer maneira, essa possibilidade de integração ofertada pela varanda é mais um de seus significados que, na contemporaneidade, fazem parte do conjunto de fatores que justificam a sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

Motivo pelo qual este trabalho dedica seu último capítulo à abordagem da varanda sob esse prisma que se inicia pela discussão dela como elemento de adequação climática da construção, capaz de proporcionar conforto ambiental ao usuário.

5.1 - A Varanda como Elemento de Adequação Climática que Proporciona Conforto Ambiental ao Usuário

As varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca podem ser interpretadas como um elemento de fachada que visa a adequação climática do edifício ao clima quente e úmido do Rio de Janeiro, com o objetivo de proporcionar conforto ambiental ao usuário.

Realmente, dependendo da sua tipologia, no que diz respeito a sua geometria, suas dimensões e seus materiais – que devem ser escolhidos de acordo com o seu grau de refletância e seu coeficiente de absorção e transmissão de calor-, a varanda , quando disposta corretamente na edificação, pode atuar como um fator de sombra que venha funcionar também como um grande beiral, protegendo a superfície das paredes externas, assim como suas esquadrias, da radiação solar direta e do contato com a água da chuva. Questões que demandam atenção em regiões onde as temperaturas são elevadas e os índices pluviométricos altos.

Segundo Ingrid Fonseca (2000), a luz solar é positiva para o sensorial dos seres humanos mais do que qualquer outra fonte luminosa, trazendo bem-estar visual e psicológico, satisfação e salubridade, sendo estimulante e atuando como um referencial de espaço-tempo, no entanto, dependendo como ela incida na edificação, pode prejudicar o conforto do usuário no que diz respeito tanto ao conforto lumínico, quanto térmico.

Luz é energia radiante emitida por alguma fonte natural ou artificial que se propaga por ondas eletromagnéticas[54]. Dependendo da maneira como essa radiação incida, ela é chamada de radiação direta ou indireta. Quando a radiação incide indiretamente, isso significa que ela pode ser tanto difusa, que, no caso do sol, é a radiação proveniente da calota celeste, como refletida por todos os tipos de superfície, como o solo, as montanhas, a vegetação, os espelhos d'água e até os próprios seres humanos.

A incidência da radiação direta do sol pode vir a ser prejudicial para o conforto lumínico durante a realização de algumas tarefas, pois, além de causar ofuscamento, apresenta variação brusca de intensidade. Da mesma maneira, ela promove maior desconforto térmico nas regiões de clima quente em comparação com a radiação indireta por sua carga térmica ser, em geral, bem mais significativa, uma vez que apresenta pouca perda de calor na sua propagação.

A sensação de conforto térmico, de acordo com Corbella (2003) é medido pelo metabolismo de cada indivíduo somado ao calor produzido em cada ambiente. Esse calor, por sua vez, diz respeito tanto ao calor recebido por irradiação, condução e convecção[55], o chamado calor sensível, como também ao calor perdido pela evaporação, denominado calor latente. Por possuir

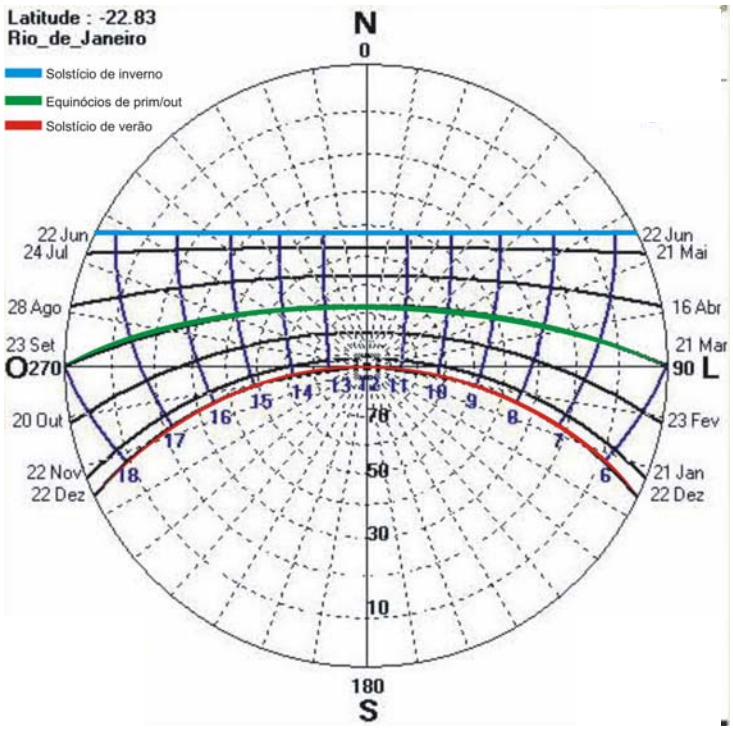
[54] Ondas eletromagnéticas, quando percebidas pelo olho humano, são chamadas de luz,. Isaac Newton (1642 - 1727) provou que a radiação solar visível, conhecida como luz branca, na verdade era a união de todas as ondas eletromagnéticas de comprimento diferentes e que, por isso, de cores distintas, o que foi chamado de espectro solar. Experimentos realizados posteriormente mostraram que o espectro solar contém outros tipos de radiação invisíveis, como a ultravioleta e a infravermelha (STEFFEN, 2007).

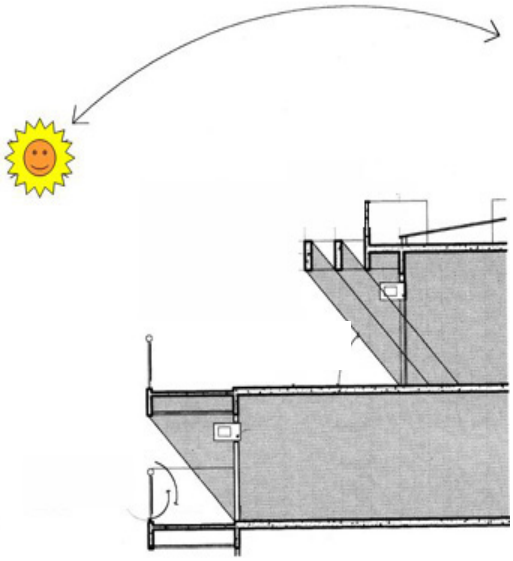
[55] A irradiação é o processo de transmissão pelo qual a energia não precisa de um meio material para se propagar. Essa energia, que é transmitida através de ondas eletromagnéticas, denomina-se energia radiante. Já a condução é o processo de transmissão de calor pelo qual a energia passa de molécula para molécula sem que elas sejam deslocadas. A convecção, por sua vez, é a forma de transmissão do calor por efeito das camadas aquecidas que se chamam correntes de convecção. Na convecção, não ocorre passagem de energia de um corpo para outro, mas movimento de partículas, levando consigo a energia de uma posição para outra.

maior carga térmica do que a radiação indireta, a luz solar que incide diretamente contribui mais para o ganho de calor sensível, aumentando a carga térmica do ambiente.

Desta forma, a utilização da varanda como fator regulador de sombra colabora para o conforto tanto lumínico, quanto térmico do usuário em regiões onde a temperatura já é alta na maior parte do ano, como é o caso do Rio de Janeiro. Ela administra a incidência de luz solar direta ao mesmo tempo que permite a entrada da luz refletida e difusa.

A varanda possibilita o sombreamento do edifício na maior parte do dia e nos horários mais críticos, protegendo a fachada, exatamente, da incidência inclinada dos raios solares. Santos comenta que “para cada hora do dia e época do ano tem-se a incidência de um ângulo diferente, dependendo da latitude, o que ocasionará luminosidade também diferente” (2000, p.79), mas que os raios solares só incidem horizontalmente, isto é, com grau nulo em relação ao plano do horizonte, no nascente e no poente, momento em que a carga térmica é bem menor (fig. 130).





VARANDA COMO FATOR DE SOMBRA

Fachada NE; N; NO nos meses de março a setembro e nos horários mais críticos de janeiro, fevereiro, outubro e novembro.

VARANDA COMO FATOR DE SOMBRA

Fachada SE; S; SO durante todo o dia no solstício de verão em dezembro e em parte dos dias de janeiro, fevereiro, outubro e novembro.

Fig.130: sistema de sombreamento com base na carta solar da cidade do Rio de Janeiro fornecida pelo *software* SOL-AR, versão 6.1.1, desenvolvido pelo LabEEE – Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

Fonte: esquema da varanda própria da autora e carta solar do Rio de Janeiro do *software* SOL-AR.

A varanda ainda colabora para o conforto térmico em regiões de clima quente e úmido como do Rio de Janeiro por controlar a entrada de luz sem impedir a ventilação natural e, com isso, a dissipação de calor, uma vez que não compromete a abertura dos vãos laterais. Algo que se torna viável mesmo em dias chuvosos, porém quentes, pelo fato da varanda, ao ser um fator de sombra, oferecer dimensões razoáveis para ser também um grande beiral que protege a fachada externa do contato direto com a água da chuva.

Dessa maneira, ela contribui para diminuir o calor sensível, seja pela radiação da luz solar direta, seja por condução ou convecção, como o calor latente que aumenta de acordo com a umidade relativa do ar, por viabilizar sua circulação e renovação.

Essa adequação climática ofertada pela varanda é compatível com as estratégias sugeridas pela carta bioclimática para o Rio de Janeiro que indica que, ao longo do ano, a ventilação é fundamental para o conforto térmico em 61% do tempo (fig. 131).

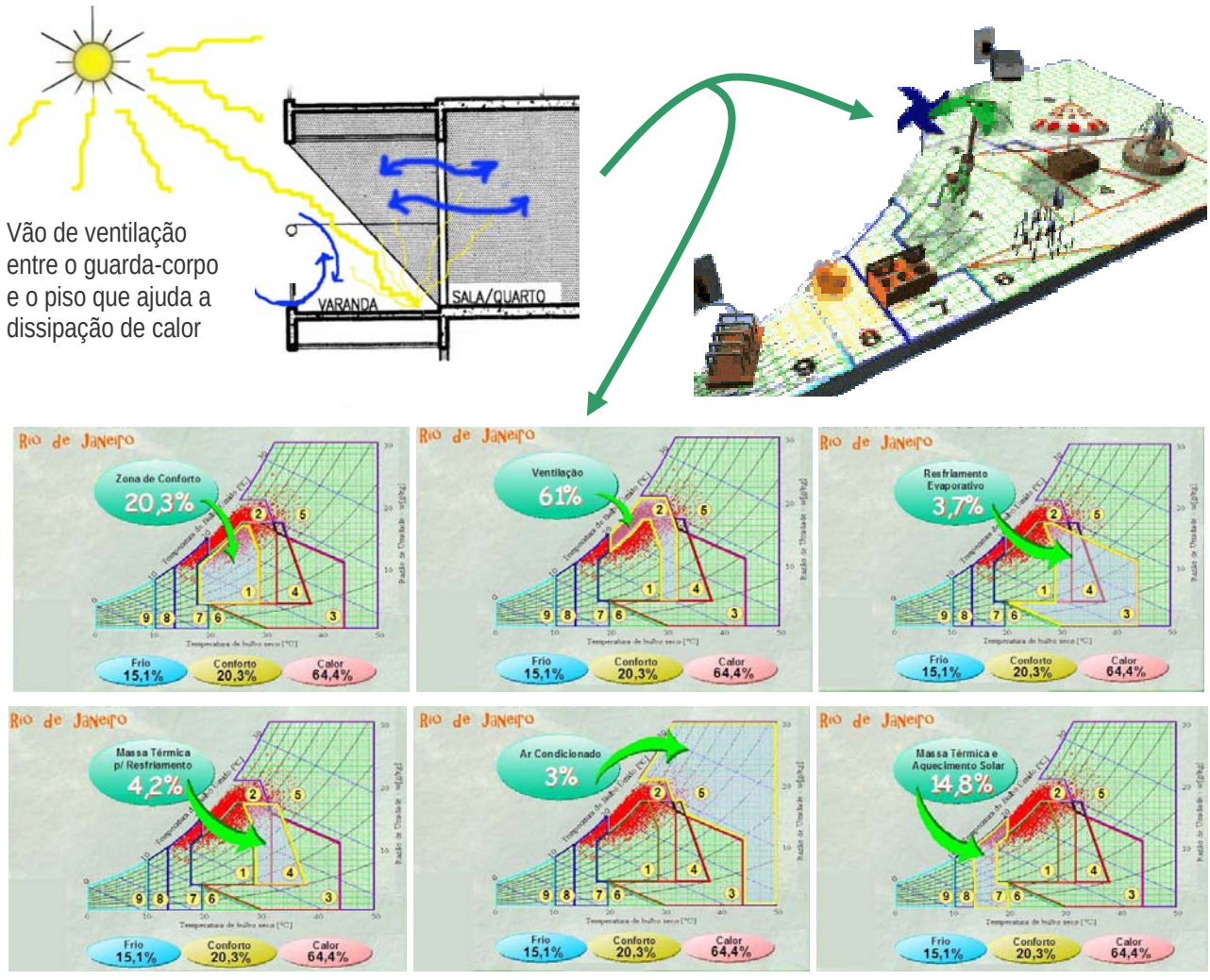


Fig.131: a adequação climática ofertada pela varanda compatível com as estratégias sugeridas pela carta bioclimática para o Rio de Janeiro

Fonte: esquema da varanda própria da autora e carta bioclimática do Rio de Janeiro do *software* LAMBERT, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R.. Eficiência Energética na Arquitetura.

A abertura desses vãos pode ser prejudicial para o conforto acústico, uma vez que facilita a propagação dos ruídos externos ao edifício, mas, de acordo com Niemeyer (1998) a varanda também pode, em contrapartida, funcionar de anteparo para as ondas sonoras.

> A utilização de espaços vazados para aumentar a espessura da fachada pode se revelar uma estratégia bastante eficiente para gerenciar a propagação do som, sem impedir a penetração do vento. Nas fachadas voltadas para as fontes sonoras podem ser localizados espaços de transição: escadas, circulações ou, até mesmo, quando os níveis sonoros não forem excessivamente elevados, varandas, terraços e sacadas [...]. Em clima tropical-úmido esta é uma solução interessante [...] sem prejuízo da ventilação natural. (NIEMEYER, M., L., A. de, 1998, p.145, grifo nosso)

Desta forma, a varanda pode ser utilizada como um recurso que a própria forma da arquitetura dispõe para o conforto térmico, lumínico e acústico do usuário da construção em clima quente e úmido quando suas características tipológicas assim permitem, isto é, quando ela é um elemento de adequação climática.

No entanto, parte das varandas que se fazem presentes nas edificações do Rio de Janeiro não podem ser utilizadas para tal fim, uma vez que sua forma geométrica, suas dimensões e materiais não foram concebidos levando em consideração a orientação da fachada onde ela é empregada, em relação a rotação do sol e a incidência da sua radiação direta, para que ela pudesse atuar como um fator de sombra, seja pelo descaso do projetista ou pelos imperativos do projeto que colaboram para a definição do partido arquitetônico.

No edifício localizado na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro, ilustrado na figura abaixo, a varanda parece se comportar como um fator de sombra, podendo receber a denominação de “alpendre” que Carlos Lemos (1996) define como a varanda que obrigatória mente sombreia a construção, como comentado no primeiro capítulo (fig. 132).



Fig.132: versão da varanda alpendrada que exerce proteção contra a radiação solar

Fonte: própria da autora

Mesmo assim, a substituição do vidro, fechamento transparente condutor de calor[56], por algum tipo de gradil no guarda-corpo da varanda que viabilizasse a ventilação e a dissipação do ar quente na área não sombreada, poderia melhorar seu desempenho como elemento de adequação climática.

Nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, diversas varandas operam, da mesma forma, como “alpendres”. Entretanto se pode questionar o desempenho de certas varandas como elemento de adequação climática que proporciona conforto ambiental ao seu usuário pela simples presença de toldos para bloquear a radiação direta do sol.

Nesses casos, que aparecem inclusive na amostragem dos edifícios de apartamento para onde foram enviados os questionários da pesquisa de campo (anexo 4), é evidente a deficiência da qualidade ambiental da varanda como fator de sombra, o que realmente é difícil durante todo o período do ano e, até mesmo, do dia, em virtude da variação dos ângulos de incidência da radiação solar (fig. 133).



Fig.133: presença de toldos nas varandas de dois edifícios da amostragem desta pesquisa (edifício à esquerda ficha 4.7 do anexo 4 e edifício à direita ficha 6.1 do anexo 4)

Fonte: própria da autora

[56] Existem diferentes tipos de vidro (vidro simples, verde, fume, reflexivo, duplo) cada um com seu grau de absorvidade, refletividade e transmissividade, mas, mesmo assim, eles colaboram para o calor sensível por condução.

No apartamento localizado na Fonte da Saudade que aparece na figura abaixo, a varanda não consegue bloquear totalmente a incidência da radiação direta sol que adentra o ambiente da sala. Apesar do guarda-corpo da varanda em gradil permitir a circulação do ar, ao contrário do exemplo do prédio localizado na Barra (fig. 132), a varanda aqui é totalmente banhada pelo sol, não sombreando a construção como o outro exemplo dado, o que implica na necessidade de outro recurso, como os toldos (fig. 134).



Fig.134: versão da varanda que não exerce proteção contra a radiação solar

Fonte: própria da autora

Em entrevista realizada com os síndicos dos três prédios que passaram pelo processo de avarandamento comentado por este trabalho (anexo 2), foram relatadas algumas considerações em relação ao desempenho das novas varandas como elemento de adequação climática capaz de promover conforto ambiental ao usuário.

O primeiro ponto é que o acréscimo de varandas nas fachadas não escureceu os ambientes adjacentes – questão por vezes levantada devido ao fato dela ser um anteparo para a radiação direta do sol. Outra questão que, assim como esta, é indicada no gráfico 2 já apresentado (pág. 72), foi que as janelas dos ambientes ligados à varanda permanecem mais abertas do que antes, o que favorece a ventilação natural.

No entanto, apesar dessas duas opiniões serem unânimes entre os síndicos, o que indica que a varanda, além de não prejudicar o conforto lumínico, estaria contribuindo para o conforto térmico dos moradores, apenas um dos três entrevistados indicou o fato das unidades residenciais terem ficado menos quentes devido ao acréscimo de varandas na fachada, como pode ser observado no mesmo gráfico acima mencionado.

Os síndicos dos prédios localizados na rua General Artigas e na av. Vieira Souto não se manifestaram do mesmo modo, demonstrando não ter percebido nenhuma mudança significativa, mesmo tendo eles indicado a proteção da fachada contra a radiação solar, os ventos fortes ou os ruídos vindos da rua como alguns dos motivos para o acréscimo de varandas nas fachadas dos edifícios em sétimo e em quarto lugar respectivamente, enquanto que o representante do prédio

da Cupertino Durão, que percebeu a diferença no conforto ambiental das unidades, indicou esse mesmo motivo em 6º lugar, de acordo com o gráfico 1, também já apresentado (pág. 72).

É relevante observar, neste caso, que o prédio localizado na Vieira Souto está orientado de modo a receber radiação solar direta apenas no mês de Janeiro e dezembro, durante o solstício de verão. Situação que o prédio da rua General Artigas não compartilha, apesar de poder apresentar sombreamento pelo gabarito dos prédios vizinhos ou pelo paisagismo a rua. Motivo que pode ter levado o síndico a não perceber mudanças significativas no conforto ambiental das unidades residenciais. No entanto, não se pode descartar a possibilidade das varandas não terem sido concebidas para a adequação climática do edifício.

Decerto, é imprescindível a avaliação das qualidades ambientais de cada varanda, como, também, saber a opinião dos usuários de cada unidade residencial para se traçar um comentário preciso, mas, independentemente disso, o interessante é observar que, mesmo sem estes elementos, a varanda é vista por muitos como um elemento de fachada que, apenas pela simples presença, adequaria a construção ao clima do Rio de Janeiro, proporcionando conforto ambiental ao usuário, o que leva à idéia, nem sempre verídica, de que um apartamento com varanda é sempre mais fresco.

De acordo com os dados obtidos através dos questionários, 62% dos moradores que participaram da pesquisa responderam que a varanda ameniza o calor do verão carioca, conforme gráfico 3, já apresentado (pág. 136).

O potencial que a varanda detém para adequar a construção ao clima do Rio de Janeiro, certamente, leva as pessoas que não possuem o conhecimento técnico necessário, a achar que toda a varanda assim se comporta, contribuindo para o conforto ambiental de quem se encontra na edificação.

Por um lado, o conhecimento desse seu potencial pode vir de experiências pessoais – o indivíduo ter morado em um apartamento onde a varanda contribuía para o seu conforto ambiental, por exemplo – e, por outro, pode ser devido a memória cultural da pessoa que, ao ser ativada, faz com que a varanda comunique a ela o significado de elemento de adequação climática.

Afinal de contas, a varanda aparece associada ao conforto ambiental do usuário desde o início da colonização brasileira, tendo sido empregada pelos portugueses que aqui chegaram para adequar as suas moradias ao clima tropical, assimilando não só os costumes mouros, mas também os asiáticos, com os quais tiveram contato através das navegações, e dos próprios índios nativos, como já comentado.

A idéia de que a varanda poderia adequar a construção ao clima dos trópicos e, assim, tornar o ambiente mais agradável climaticamente ficou registrada, sendo difundida por diversos estrangeiros que por aqui passaram como Debret que, ao descrever a varanda da casa brasileira, destaca exatamente sua qualidade como fator de sombra.

> É nesta galeria que se tem por hábito tomar a fresca, pois [...] é aí que durante o silencioso descanso depois do jantar, abrigado dos raios do sol, o brasileiro se abandona (DEBRET, 1940, p.142).

No entanto, o curioso nisso, é que nem sempre na história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, a varanda foi utilizada para tal fim. Além do conforto ambiental só começar a ser visto como uma ciência a partir do século XVIII e chegar a contar com medições somente no século XIX[57], o comportamento cultural das pessoas às vezes se impunha sobre a adequação climática da habitação e, mesmo sendo a capacidade de adaptar as construções ao clima da região um dos motivos de sua utilização pelos portugueses - visto que, na ausência de sistemas artificiais de iluminação e condicionamento interno do ar, a tecnologia disponível era a própria forma da arquitetura - algumas varandas não eram exploradas corretamente para esta finalidade.

> [...] a domesticidade provou ser um conceito quase totalmente independente da tecnologia ou, pelo menos, era um conceito no qual a tecnologia claramente recebia uma consideração secundária (RYBCZYNSKI, 2002, p. 8).

Devido àlguns costumes de herança lusitana, as varandas coloniais, normalmente alpendradas, construídas com dimensões e materiais adequados para sombrear e refrescar a casa, eram, muitas das vezes, também fechadas por muxarabiês e gelosias. Como eram vazados e permitiam a aeração dos espaços internos, esses elementos que resguardavam a privacidade e a intimidade do lar não comprometiam muito o conforto térmico.

O conforto acústico, aparentemente, também não sofria prejuízo. Nos núcleos urbanos, pelo contrário, ele era até favorecido, pois se esses fechamentos tinham o objetivo de defender a família dos olhares curiosos de estranhos devido à proximidade das construções e dessas com a rua, como comentado no terceiro capítulo, eles também a protegiam dos burburinhos vindo desses ambientes, ao mesmo tempo que colaboravam para que o som da casa não vazasse para fora.

Contudo, o conforto lumínico era afetado, pois tais peças de vedação permitiam apenas a entrada de alguma luz (fig. 135). Essa deficiência era certamente compensada pela varanda voltada para os fundos do terreno que, já protegida, em virtude de sua posição, não fazia uso de gelosias e muxarabiês, motivo pelo qual ela era o espaço da casa que se mostrava mais adequado para a realização das tarefas do lar e para o convívio da família.

---

[57] Essas datas dizem respeito à Europa, conforme descreve Rybczynski nessas duas passagens de seu livro Casa: pequena história de uma idéia: “o conforto era um sentimento generalizado de bem-estar [...] até pelo menos a década de 1850 o conforto era visto pela maioria das pessoas como algo, acima de tudo, cultural [...] e, só secundariamente, físico” (2002, p. 133); “o conforto é exatamente isso. Ele é uma invenção [...]. No século XVII, conforto significava privacidade, o que levou à intimidade e, por sua vez, à domesticidade. O século XVIII passou a enfatizar o lazer e o bem-estar, o século XIX, os confortos auxiliados pela mecânica – luz, calor e ventilação” (2002, p. 235).

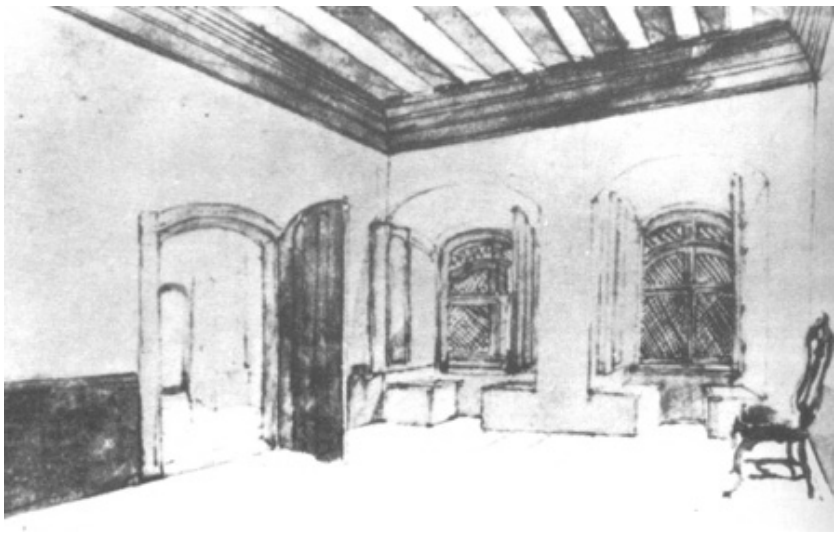


Fig.135: gravura de Thomas Ender - *um aposento em São Paulo* – mostrando o interior de uma residência com escuro e muxarabiês como peças de vedação

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 62.

A utilização da varanda para o conforto ambiental de seu usuário se torna ainda mais comprometida com a chegada da família real no Brasil, seguida da abertura dos portos às nações amigas e a vinda da Missão Artística Francesa que leva a arquitetura a seguir padrões europeus nem sempre adequados ao clima tropical do Brasil, mesmo sendo a forma da arquitetura, naquela época, ainda um dos principais recursos para tal fim.

Se a presença da corte aumenta logo de início a luminosidade das moradias com a retirada dos muxarabiês e gelosias que comprometiam a entrada de luz por ordem de D. João VI, tal imposição que poderia vir a favorecer o conforto lumínico, afeta a utilização da varanda para o conforto ambiental em seus demais aspectos.

A retirada desses elementos de vedação que envergonhavam a coroa, na opinião de alguns autores, por serem de origem moura, como comentado anteriormente, também tinha a intenção de favorecer o consumo dos produtos industrializados comercializados pelos ingleses, como o vidro, devido à abertura dos portos às nações amigas.

A substituição das janelas chamadas de escuros, como das rótulas e gelosias por caixilhos de vidro (fig. 136) em muito contribuía para a iluminação interna da casa, mesmo que a área próxima à janela sofresse com os incômodos da radiação solar direta. No entanto, quando esses caixilhos ocupavam toda a área do vão, isso acabava comprometendo ou a proteção acústica ou a aeração do espaço doméstico, pois, quando abertos, favoreciam a propagação de ruídos, e quando fechados, impediam a circulação do ar, a ventilação natural, sem falar que o vidro comum utilizado na época era um excelente condutor de calor recebido pela radiação do sol, aumentando a carga térmica dos ambientes[58].

[58] Hoje em dia, existem outras tecnologias como os vidros refletivos que apresentam uma camada de metalização que reflete os raios solares amenizando o desconforto térmico. Também há o uso de sistemas de vedação com câmara de ar interna que pode ser composto por qualquer tipo de vidro. Contudo, no ínício do século XIX, ambos os recursos eram inexistentes.

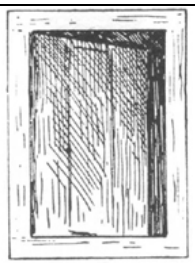
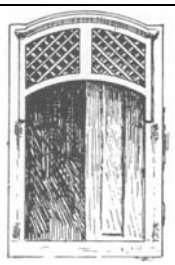
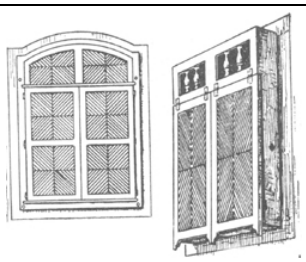
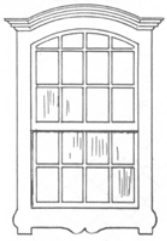
				
ESCUROS	ESCUROS COM BANDEIRA EM VENEZINA	MUXARABIÊS	CAIXILHO DE VIDRO COM VENEZIANA	CAIXILHO DE VIDRO

Fig.136: modelos de esquadrias

Fonte: RODRIGUES, J. W.. Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil. 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.17, 19, 45 e 93.

A substituição não seria tão comprometedora para o conforto ambiental do usuário se a varanda ainda se mantivesse alpendrada, desempenhando tanto sua função de fator de sombra como de um grande beiral, e protegendo a esquadria que, na maioria das vezes, ficava recuada da projeção do telhado.

Entretanto, raras eram as situações em que as janelas de vidro, ao substituírem os muxarabiês e gelosias como peças de vedação, eram colocadas na mesma prumada do guarda-corpo da varanda, como os elementos de origem moura, e não na parede onde esta era apoiada.

A produção neoclássica difundida pela Missão Artística Francesa dá preferência ao uso de varandas com pouca projeção e que não resultam do prolongamento do telhado, mais comumente chamadas de sacadas ou balcões, como comentado no primeiro capítulo, as quais não sombreiam a construção, nem a protegem da água da chuva, ficando tais funções sob responsabilidade da esquadria (fig. 137).

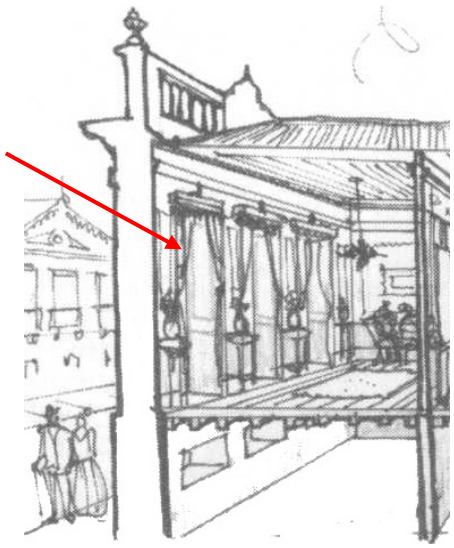


Fig.137: uso da cortina para bloqueio da radiação solar direta em virtude das esquadrias de vidro

Fonte: BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. 500 Anos da Casa no Brasil – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999, p. 26.

Várias foram as melhorias nesse período para a arquitetura no que diz respeito à higienização dos espaços internos das habitações. Questão que, como comentado anteriormente, estava sendo valorizada na Europa daquela época e que atingia os hábitos de moradias dos brasileiros com a introdução do porão alto, como também dos lanternins e das clarabóias na cobertura, que permitiam a aeração dos espaços internos, compensando o ganho de calor das esquadrias de vidro, importantes para a maior iluminação das residências.

No entanto, o emprego da varanda para adequação climática da construção e, conseqüentemente, para o conforto ambiental de seu usuário foi praticamente ignorado, sendo seus benefícios ofuscados pelo estilo arquitetônico vigente e pelo modo de vida da época, voltado para uma maior abertura da casa em relação à rua, papel que bem desempenhava a transparência dos vidros. Esse material, junto com o ferro, se torna bastante difundido com o passar dos anos e, mesmo quando as casas voltam a apresentar a varanda alpendrada no final do século XIX, início do XX, esta não é, necessariamente, garantia de conforto ambiental para seu usuário.

A varanda alpendrada desse período, que liga a casa aos jardins laterais típicos das construções ecléticas, apresenta, muitas vezes, cobertura de vidro fixados em estrutura de ferro, materiais inadequados para o clima quente e úmido e, conseqüentemente, para a adequação climática ofertada pela varanda.

Apesar da varanda ser um importante recurso da arquitetura para manter uma boa relação com o meio ambiente e ofertar conforto ambiental aos seus usuários, ela só é assim utilizada quando tal questão é primordial no programa da casa, prevalecendo sobre as outras necessidades.

O funcionalismo que norteava muitas das produções arquitetônicas da primeira metade do século XX favoreceu o emprego da varanda a partir desses seus atributos. Arquitetos modernistas de grande reputação como os irmãos Roberto fizeram uso da varanda com o objetivo de promover conforto ambiental, visto nessa época já como uma ciência que podia mensurar sensações físicas de bem-estar. O uso da varanda colonial como referência tipológica por Lucio Costa, além da busca por uma identidade brasileira, também tinha esse mesmo propósito.

Entretanto, a utilização da varanda na arquitetura moderna como recurso tecnológico para promover conforto térmico, lumínico e acústico ao morador da casa, através do aproveitamento correto dos sistemas passivos de luz e vento, isto é, da iluminação e ventilação natural, é logo colocada em cheque por outras tecnologias que, aparentemente, ofereciam conforto ambiental artificialmente, mesmo que diversos profissionais tenham continuado a explorar esse recurso ainda em voga nos dias de hoje.

> Há, entretanto, alguns projetos que resgatam boas práticas modernistas, já realizadas anteriormente por arquitetos como Lucio Costa, Rino Levi, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Oscar Niemeyer, entre outros, como os usos da ventilação cruzada, *brises*, pérgulas, janelas e portas venezianas, cobogós, varandas, beiras e materiais cerâmicos (HAZAN, 2008, p. 16, grifo nosso).

O uso de sistemas artificiais de iluminação e condicionamento interno do ar, já amplamente difundido na segunda metade do século XX[59], liberta aparentemente a arquitetura de qualquer vínculo produtivo com o microclima da região na qual ela se encontra inserida, permitindo, como em nenhum outro momento, que ela siga padrões internacionais de construção, alheios a seu meio, sem prejuízo para o conforto ambiental de seus usuários. Época em que a varanda, como apresentado no primeiro capítulo, se torna ausente dos lançamentos imobiliários.

Os aparelhos de ar condicionado garantem o conforto térmico do morador e, mesmo em regiões tropicais, parece aos projetistas ser possível fazer uso nas fachadas dos grandes panos de vidro que permitem a transparência e, assim, a ligação entre interior e exterior – ponto importante para a arquitetura moderna que também não desagrada ao modo de vida da época.

Entretanto, os panos de vidro sem tratamento algum, além de serem prejudiciais para o conforto térmico, também não oferecem nenhuma proteção contra os efeitos negativos da radiação solar direta para o conforto lumínico.

> Os arquitetos estão se esquecendo da necessidade da meia-luz para os seres humanos, a espécie de luz que infunde tranqüilidade nas salas de estar e nos quartos de dormir. Metade do vidro que é usado em tantas construções –nas residências e nos escritórios – deveria ser eliminada para proporcionar a qualidade de luz que nos permite viver e trabalhar de modo mais concentrado. (BANFORD-SMITH apud FRAMPTON, 2006, p.510)

No entanto, se o condicionamento interno do ar no ambiente já está solucionado, nada impede a adoção de medidas para o conforto lumínico que comprometem a carga térmica do ambiente, como cortinas, persianas ou similares que dificultam a ventilação natural, criando uma bolsa de ar quente junto à esquadria (fig. 138).

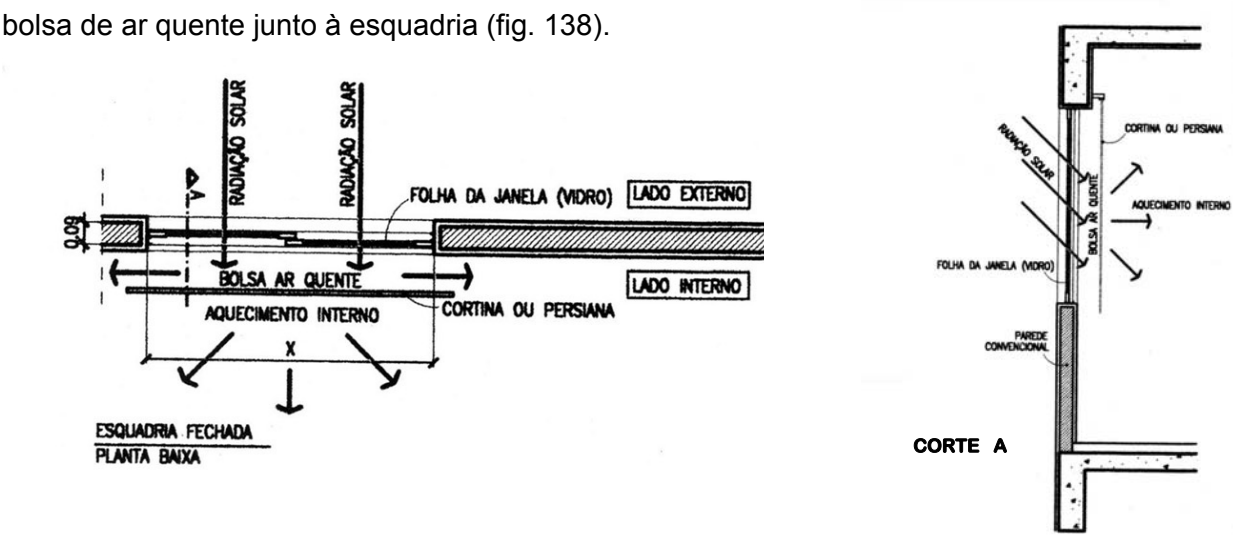


Fig. 138: esquema de bloqueio da radiação solar direta com cortina que impede a ventilação natural, criando uma bolsa de ar quente que transmite calor por convecção

Fonte: própria da autora

[59] Desde o início do século XX, algumas décadas após sua invenção por Thomas Edison em 1879, a lâmpada incandescente, através da eletricidade, já fornecia iluminação artificial para as residências, primeiramente servidas de velas, lampiões a óleo e candelabros a gás. Já o condicionamento artificial só se difunde décadas depois, muito em "função dos fatores que influenciam o conforto térmico só ficarem evidentes no início do século XX" (RYBCZYNSKI, 2002, p. 141).

> E os moradores que se virem com quebra-galhos como cortininhas, “insufilmes”, “blecautes” e persianas que só barram a luminosidade... mas jamais o calor, posto que instalados por trás dos vidros! (ALMADA, 2008, p.23)

Dessa forma, ao promover conforto térmico, essa tecnologia artificial dos aparelhos de ar condicionado também colabora para o conforto lumínico e, por que não dizer, até mesmo para o acústico, uma vez que, para seu melhor rendimento, as esquadrias devem ser mantidas fechadas, isolando o interior da residência dos barulhos vindos da rua. Muitos aparelhos de ar são até utilizados com esse objetivo, visto que em alguns casos a ventilação natural possibilitada pela abertura dos vãos já permite a obtenção de níveis de conforto térmico satisfatório.

Algo que demonstra que a opção de utilizar a varanda como elemento de adequação climática capaz de promover conforto ambiental ao usuário não é apenas do projeto, mas também do próprio morador que apropria o espaço arquitetônico de modo a alterar os resultados esperados da forma concebida originalmente.

Na visão de Almada (2008), o uso de sistemas passivos de iluminação e ventilação se inicia pelo código de obra como um dos imperativos do projeto que interferem nas decisões projectuais, comentando que o “ ‘conforto ambiental’ começa com o projeto e que projetos começam – entre outras referências – com a legislação edilícia” (2008, p.22). Ele defende seu argumento comentando que “recentemente, em muitas cidades nordestinas, a área construída das varandas abertas passou a ser contabilizada no cálculo da área máxima que se permite edificar num determinado lote” (2008, p. 23) e alerta para o fato de que, em termos de conforto ambiental, o resultado “foi desastroso: este tradicional elemento arquitetônico, muitas vezes fundamental para a atenuação da incidência solar direta nos ambientes de uso prolongado, foi simplesmente banido dos novos projetos” (2008, p.23).

Realmente, como ele coloca, parece que a legislação edilícia, neste caso, levou a tomada de decisões que prejudicaram a adequação climática dos edifícios e, com isso, o conforto ambiental dos usuários conferidos por sistemas passivos de luz e vento, apesar de tais decisões não passarem de opções de projeto.

O código de obra pode sim estimular ou não a presença de elementos como a varanda, mas a opção de considerar as características climáticas do lugar acima de qualquer questão é de responsabilidade das pessoas envolvidas com o processo de projeto e, ainda assim, a preservação da concepção original que resulta em oferta de conforto ambiental ao usuário depende de quem habita o espaço arquitetônico.

No Rio de Janeiro, mesmo com o código de obra estimulando a presença das varandas nas habitações multifamiliares permanentes, retirando do cálculo da ATE – área total edificada – as varandas com balanço até 2m, através do decreto n.º51 / 1975, como relatado no segundo capítulo, muitas dessas varandas não são concebidas para adequar a construção ao clima dessa cidade.

Além disso, muitos moradores inviabilizam o desempenho como elementos de adequação climática das varandas que foram projetadas para tal fim, sendo elas balanceadas ou não, fechando seu espaço com esquadrias de vidro que comprometem o conforto ambiental do usuário. Algo que, no caso das varandas que se enquadram no decreto n.º 51 / 1975, a própria legislação proíbe através do artigo nove do mesmo decreto, responsabilizando também o condomínio por essa irregularidade, como comentado anteriormente.

Esse fechamento é reflexo dos hábitos de moradia das pessoas e está relacionado com o melhor aproveitamento de seu espaço do ponto de vista do morador, sem resultar, necessariamente, na eliminação da varanda, como já mencionado, mas, certamente, também é incitado pela existência dos aparelhos de ar condicionado, dos sistemas ativos ou artificiais de conforto ambiental.

Pelo o que está sendo relatado aqui, é evidente que a varanda, durante a história da arquitetura doméstica carioca, nem sempre atuou como elemento de adequação climática, fosse pelos hábitos de moradia, fosse pelas decisões projectuais frente aos imperativos do projeto. Descaso com esse atributo da varanda que a partir da segunda metade do século XX contou com o fato desse recurso formal da arquitetura capaz de proporcionar conforto ambiental ao usuário pela capitação correta da luz e da ventilação natural ter se tornado, aparentemente, obsoleto, diante das tecnologias artificiais de iluminação e condicionamento interno do ar.

No entanto, hoje em dia, isso é uma questão que precisa ser revista, pois tais tecnologias consomem energia muitas vezes proveniente de recursos naturais não renováveis e gerada até mesmo por processos poluentes que, diante dos problemas ambientais que afligem o planeta, são questionáveis. Um dos pontos importantes nas discussões da atualidade sobre desenvolvimento sustentável é a eficiência energética através da racionalização do consumo de energia, pois “o uso da energia, que é a força motriz por trás da mudança climática e de inúmeros outros problemas referentes à poluição do ar, permanece em nível alto no mundo todo” (CIB, 2000, p.73).

De acordo com Santos (2000), a fonte de energia consumida, isto é, a fonte secundária de energia, muitas vezes, não impacta de maneira negativa o meio ambiente diretamente, como é o caso da eletricidade, mas dentro da cadeia energética que consiste em geração → transmissão → distribuição → consumo, sempre há de se encontrar uma ação impactante que afeta o equilíbrio ambiental, fato que leva os especialistas mais rigorosos a afirmarem que não existe nenhuma fonte de energia transformada 100% limpa, mesmo se renovável.

Durante a operação do edifício, a iluminação e o condicionamento interno do ar devem balancear os sistemas artificiais – um dos responsáveis pelo consumo direto[60] de energia elétrica na construção civil – com os sistemas passivos de luz e vento, visto que “a sombra e a ventilação são entendidas como recursos estratégicos essenciais, dispensando soluções ativas ou mecanizadas como a climatização” (HANZAN, 2008, P.18).

[60] O consumo de energia na construção civil ocorre diretamente na execução da obra e na vida útil do edifício, durante sua manutenção e sua operação, como indiretamente, na produção e distribuição dos materiais construtivos.

Esses sistemas passivos são ofertados pela própria forma da arquitetura, como quando a varanda atua corretamente como elemento de adequação climática e, nesse momento da história em que o mundo se vê diante da necessidade de desenvolvimento sustentável, a varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca não pode desempenhar essa função apenas no imaginário das pessoas.

A conjuntura atual exige mudanças de consumo, de comportamento que vão resultar em mudanças no modo de vida da população, nos hábitos de moradia, oferecendo condições sociais propícias para que a varanda venha atuar verdadeiramente como elemento de adequação climática. Algo de extrema importância, visto que nas edificações, de acordo com os estudos de Juan e Lúcia Mascaró, parte da "energia é consumida indevidamente por má orientação da edificação e por desenho inadequado de suas fachadas, principalmente" (1992, p.32).

Na contemporaneidade, a varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca que assim se comporta em muito colabora para eficiência energética da construção ao viabilizar um sistema passivo de luz e vento apropriado para o clima quente e úmido do Rio de Janeiro.

Neste caso, a varanda pode diminuir o consumo de eletricidade por sistemas artificiais de iluminação e condicionamento interno do ar ao proporcionar conforto ambiental ao usuário com o aproveitamento dos recursos climático-ambientais locais, algo que é recomendado pela Agenda 21 brasileira para cidades sustentáveis, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, junto com outros parceiros em 2000, que tem, entre suas estratégias prioritárias, a seguinte proposta de número 3.5:

> Reduzir o consumo de energia nas cidades a partir de programas de racionalização do uso do solo urbano, promovendo intervenções e projetos arquitetônicos que priorizem a obtenção de conforto e a funcionalidade com o mínimo de investimento energético e com o máximo aproveitamento dos recursos climático-ambientais locais (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2000, p.112, grifo nosso).

Além disso, a varanda ainda pode contribuir para a eficiência energética e, assim, para a sustentabilidade do ambiente construído, pelo menos no que tange a sustentabilidade ambiental[61], por proporcionar condições propícias para o melhor rendimento dos aparelhos de ar condicionado.

A varanda, ao poder atuar como um fator de sombra e também como um grande beiral, acaba protegendo do sol e da chuva esses aparelhos, normalmente localizados nas fachadas das edificações para captação de ar externo. Essa proteção, além de ser importante para a manutenção e a vida útil do equipamento, faz com que os aparelhos de ar condicionado consumam menos energia para refrigerar o ar captado da área externa, de temperatura mais amena pelo ambiente se encontrar sombreado (fig. 139).

[61] Hoje em dia se discute o conceito de sustentabilidade ampliada que, além dos aspectos técnicos voltados para as questões do meio ambiente, engloba também fatores econômicos, sociais e culturais importantes para o desenvolvimento em equilíbrio com a natureza.



Fig.139: aparelho de ar condicionado exposto na fachada e protegido pela varanda

Fonte: própria da autora

A simples presença dos aparelhos de ar condicionado nas paredes externas das edificações protegidas pela varanda, desta forma, não indica que ela não está atuando como elemento de adequação climática.

Esses aparelhos, realmente, estão suprindo alguma necessidade de conforto ambiental, mas nem sempre isso indica ineficiência da varanda como fator de sombreamento. O que pode estar ocorrendo é que a sensação de conforto, que varia de pessoa para pessoa, como de atividade para atividade, dependendo das condições climáticas, é mais satisfatória com a ajuda dos sistemas artificiais.

> Na arquitetura, a eficiência energética não significa desprover os espaços interiores de luz artificial ou de ar condicionado (consumidores em potencial de energia), mas sim saber quando e o quanto são necessários (LAMBERT; DUTRA; PEREIRA, 1997, p.56)

Dessa forma, a capacidade da varanda de integrar a casa com o meio ambiente pela possibilidade de atuar como elemento de adequação climática, hoje em dia, traz benefícios tanto para o usuário da construção, quanto para a sociedade e é bem possível que esse seu significado venha até se intensificar.

No entanto, ainda há o risco da varanda não ser concebida corretamente para desempenhar esse papel tão importante ou de ser apropriada de modo a impedir esse seu desempenho, como quando ela é fechada com esquadrias de vidro, onde os benefícios para o conforto ambiental do usuário só ocorre no imaginário das pessoas que interpretam sua presença na moradia como sinônimo de uma casa mais fresca.

Sensação de frescor que, por sua vez, também pode estar associada não diretamente à capacidade de adequar a construção ao clima do Rio de Janeiro, mas à possibilidade de amplitude que a varanda oferece que pode vir a favorecer a contemplação da paisagem e o contato com a natureza. Algo que também construiu, ao longo da história da arquitetura doméstica carioca, seu significado de espaço de integração da casa com o meio ambiente.

5.2 – A Varanda como Instrumento de Ampliação da Casa

A varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca pode ser considerada como um instrumento de ampliação da casa capaz de favorecer a contemplação da paisagem e até mesmo o contato com a natureza, o que também faz dela um espaço de integração da casa com o meio, sendo este meio aqui, o entorno imediato.

A amplitude conferida pela varanda deriva do fato de seu espaço ser resultado do prolongamento para o exterior do cômodo adjacente a ela. Algo que transmite a sensação de se estar do lado de fora do espaço doméstico e, consequentemente, o sentido de abertura e amplidão, mesmo que a varanda apresente elementos de vedação, como esquadrias de vidro.

Essa sensação de abertura e amplitude é tanto maior quanto maior for esse prolongamento, esse percurso, esse tempo de deslocamento ou esse intervalo de tempo entre a casa e a rua que torna o espaço da varanda cada vez mais habitável e, assim, mais propício para a contemplação da paisagem e, no caso desta ser natural, para o contato com a natureza (fig. 140).

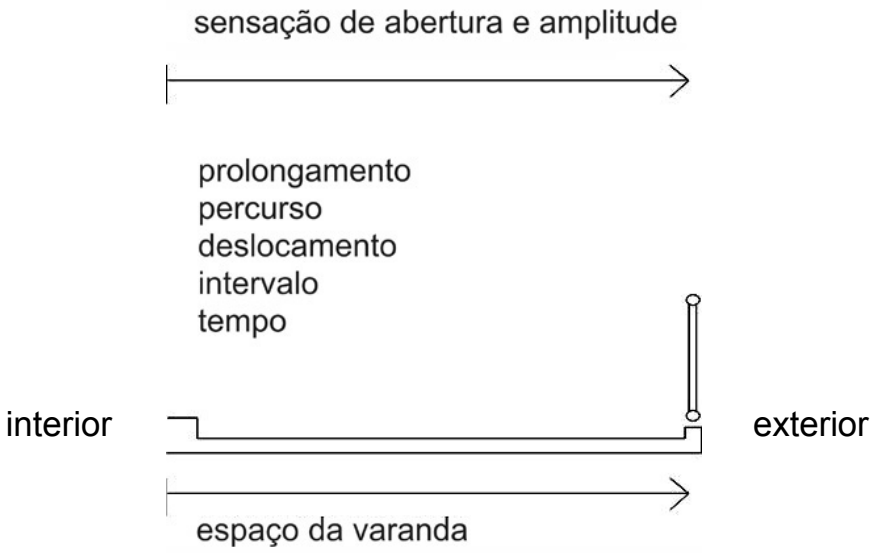


Fig.140: a sensação de abertura e amplitude é diretamente proporcional ao espaço da varanda.
Fonte: própria da autora

Uma integração do morador da casa com o entorno promovida, desta forma, pela transição gradativa entre interior e exterior ofertada pela varanda que se distingue da integração proporcionada pela transição imediata dos panos de vidros.

Diferentemente dos fechamentos translúcidos , como os panos de vidro, que favorecem a continuidade entre interior e exterior, ampliando também a casa, o intervalo criado pelo espaço da varanda, ainda que promova também apenas uma integração visual com o entorno, permite ao morador sair ao encontro da paisagem sem deixar de proteger a intimidade do lar.

Dialogando, assim, com o significado de espaço de transição entre interior e exterior e, desta forma, com os atributos de filtro e de lugar iminente do encontro, esse significado de

instrumento de ampliação da casa que favorece a integração do morador com o entorno imediato também acompanhou a varanda ao longo da história da arquitetura doméstica carioca e, hoje em dia, é possível dizer que ele chega a ser um dos motivos de proliferação da varanda nos edifícios de apartamento da zona sul do Rio de Janeiro.

A redução das metragens das unidades residenciais das habitações multifamiliares permanentes, aliada a violência urbana dessa cidade, estimula a necessidade de espaço e de espaço ao “ar livre”, fora da “caixa”, das “quatro paredes” do apartamento, mas ainda protegido pelo “abrigo acolhedor”. Necessidade que é suprida não só pelo aumento das áreas de lazer de uso comum do condomínio – uma tendência dos lançamentos imobiliários (MARTINS; NIGRI) -, como também pelas varandas de uso privativo da família, economicamente viável para o empreendimento em virtude do decreto n.º 51 / 1975 que, como comentado anteriormente, retira do cálculo da ATE – área total edificada – as varandas com até 2m de balanço.

De acordo com os dados obtidos através dos questionários, 56% dos moradores da amostragem colocaram como uma das vantagens de se ter uma varanda a sensação de se estar fora de casa, conforme gráfico 3, já apresentado (pág. 136), sendo essa sensação indicada em segundo lugar por mais de 30% dos moradores como o que mais lhe agrada quando ele se encontra na varanda, como mostra o gráfico 9, também apresentado anteriormente (pág. 143). Algo que, normalmente, aparece associado com o fato de se estar num lugar aberto que, nesse mesmo gráfico, é indicado em 3º lugar na opinião de quase 40% dos moradores.

A abertura e amplitude proporcionada pela varanda, por sua vez, parece colaborar para a integração do morador com o entorno imediato, pois, de acordo com o gráfico 3 mencionado acima, 51% coloca como uma das vantagens de tê-la o fato dela permitir uma visão privilegiada da paisagem.

Além de colaborar para a presença das varandas nos lançamentos imobiliários, esse significado da varanda também parece justificar, em parte, o acréscimo de varandas nas fachadas de prédios já existentes.

A reportagem de Luciana Casemiro, publicada no Caderno Morar Bem do jornal O Globo, em 25 de março de 2007, cujo título, por sinal, é “Garantindo Área Externa”, fala exatamente do “sonho dos moradores de apartamentos sem varanda de ter um espaço ao ar livre” (2007, p.3). Sonho que leva o condomínio a investir na criação desse ambiente nas unidades residenciais. Casemiro relata que “há casos em que os moradores recuperam a vista para o mar, perdida há muitos anos, na época em que foram construídos edifícios vizinhos, que acabaram obstruindo a paisagem” (2007, p.3).

Tal questão abordada pela reportagem é constatada na entrevista realizada com os síndicos dos prédios que passaram pelo processo de avarandamento (anexo 2) relatados por esta pesquisa, uma vez que, dentre os motivos apresentados para a intervenção, a necessidade de um espaço para contemplar a paisagem é indicado em primeiro lugar pelos representantes dos edifícios situados na rua General Artigas e na rua Cupertino Durão e em terceiro lugar pelo prédio

da av. Vieira Souto, aparecendo em segundo lugar, na opinião de todos, a vontade de se possuir um espaço aberto na casa para se ter contato com a natureza, de acordo com o gráfico 1, apresentado anteriormente (pág. 72).

Motivos que revelam o desejo de maior integração da casa com o entorno imediato através da varanda e que se encontram relacionados com o fato dela promover uma maior amplitude da casa. Questão que chega a ser indicada como uma das melhorias obtidas com a intervenção na fachada, sendo unânime a opinião de que as unidades residenciais ficaram mais amplas com a presença das varandas, conforme gráfico 2 já apresentado (pág. 72).

Realmente, a varanda é um instrumento de ampliação da casa que, ao mesmo tempo que serve de filtro, deixa a moradia aberta, voltada para a rua, sendo seu espaço, normalmente, o mais propício para se contemplar a paisagem e se ter contato com o ambiente a sua volta, favorecendo, assim, a integração do morador com o entorno imediato.

No entanto, é importante destacar que a presença da varanda não é garantia de uma bela paisagem que estimule o morador à contemplação e nem de um entorno onde o contato com a natureza seja certo, ocorrendo, muitas vezes, até uma ambientação da varanda como um verdadeiro jardim para compensar a falta de “verde” nas proximidades.

Existem alguns entornos que, com certeza, chegam a intensificar a amplitude conferida pela varanda, mas a idéia de que toda a varanda possui o título de mirante, independentemente de sua localização, já faz parte do imaginário das pessoas.

O desejo de se ter um mirante, faz com que a varanda assim se comunique para o observador que confere a ela este significado, como no caso dos três edifícios que passaram pelo processo de avarandamento.

Significado este que a acompanhou diversas vezes ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro e que é bastante intenso na zona sul, expressando o modo de vida dessa população. Razão pela qual, este trabalho prossegue a discussão sobre a varanda como instrumento de ampliação da casa, abordando a sua relação com a paisagem carioca.

5.2.1 - A Varanda e a Paisagem Carioca

As varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca têm uma relação muito forte com a paisagem, conhecida internacionalmente, dessa parte da cidade do Rio de Janeiro. Essa paisagem diz respeito tanto à paisagem natural das praias que impulsionaram a expansão da cidade do centro para o sul, dos morros e lagoa, quanto à paisagem urbana que envolve ou é envolvida por essa natureza numa relação de figura e fundo.

Dentro desse dualismo, monumentos como o Cristo Redentor e o Pão de açúcar, largas avenidas e ruas aconchegantes, parques e jardins, prédios e favelas dividem espaço, hora de modo ordenado, hora desordenado, com a geografia natural, formando os fragmentos da cidade

ou, como prefere dizer Colin Rowe e Fred Koetter (2006), da cidade-colagem[62], que são cartões-postais do Rio de Janeiro. O espaço da varanda que permite ao morador sair de encontro à paisagem parece realmente ideal para a contemplação desses cartões-postais (fig. 141).



Fig.141: fragmentos da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: própria da autora

[62] Título do livro escrito por Rowe e Koetter em 1973 e publicado pela primeira vez em 1978 onde, adotando o dualismo figura/fundo, critica a proporção espaço livre e espaço construído das cidades modernistas.

"Diante da Cidade Maravilhosa" é o título da reportagem de Lilá Oliveira Nunes, publicada na revista Casa&Construção, edição n.º 27, que fala de uma residência localizada na cidade de Niterói onde "da sala de estar, portas se abrem para a varanda e trazem para dentro do apartamento a paisagem" (2007, p.95) do Rio de Janeiro (fig. 142).



Fig.142: vista do Pão de Açúcar no bairro da Urca, Zona sul do Rio de Janeiro.

Fonte: Nunes. M. N.. Diante da Cidade Maravilhosa. Revista Casa&Construção:arquitetura, reforma, interiores e paisagismo. São Paulo: ed. Escala, ano III, nº 27, ISSN 16773896, p. 95. Foto MCA Estúdio.

Se a contemplação da paisagem carioca ocorre do outro lado da ponte[63], quanto mais na própria cidade. Em outra reportagem, desta vez do Caderno Morar Bem do jornal O Globo, de 27 de julho de 2008, sob o título "Primeiro Andar com Paisagem", Casemiro fala de um apartamento na rua General Artigas no Leblon que, apesar de baixo, é valorizado pela vista para o morro Dois Irmãos, ressaltando o fato que "da varanda, a moradora toma café admirando a geografia do Rio" (2008, p.3) (fig. 143).



Primeiro andar com paisagem

Apesar de baixo, apartamento na General Artigas tem vista para o Dois Irmãos

Ana Branco

Ninguém imagina comprar um apartamento de primeiro andar, no meio de vários outros prédios, e ter uma bela paisagem de sua varanda. Mas, acontece. Há 15 anos, quando adquiriu seu imóvel, na Rua General Artigas, no Leblon, a funcionária pública Marcela Salgado Medeiros teve a certeza de que havia tirado a sorte grande.

Afinal, todos os dias, Marcela e sua família podem tomar café da manhã, admirando a vista para um dos mais bonitos cartões-postais do Rio de Janeiro: o Dois Irmãos.

— Por ser um apartamento de primeiro andar, ele tinha um preço bem mais atraente que os dos andares superiores. Mas, como ele é de fundos, às vezes a gente até esquece que é primeiro andar. E é muito reconfortante ver um pouco da geografia do Rio, de sua natureza, da varanda.

Marcela conta, inclusive, que não é raro receber, de seus visitantes, propostas de compra do apartamento:

— Mas as tentativas são inúteis!

DA VARANDA, a moradora toma café, admirando a geografia do Rio

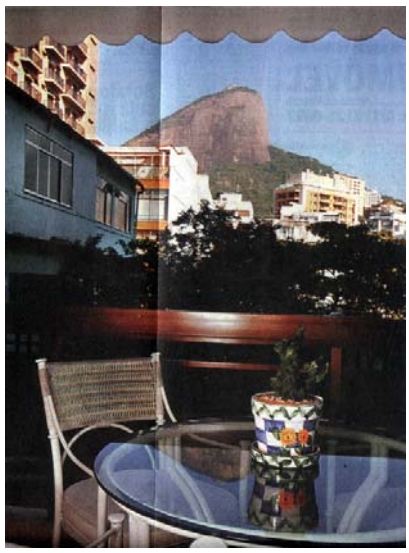


Fig.143: reportagem sobre a geografia do Rio de Janeiro vista da varanda.

Fonte: CASEMIRO, Luciana. Primeiro andar com paisagem. O Globo, Rio de janeiro, Caderno Morar Bem, p.3, 27 de julhor de 2008. Fotógrafa Ana Branco.

[63] Ponte Rio-Niterói que liga as duas cidades separadas pela Baía de Guanabara.

A proprietária do imóvel comenta que “é muito reconfortante ver um pouco da geografia do Rio, de sua natureza, da varanda” (2008, p.3), afirmando que, por conta disso, “não é raro receber, de seus visitantes, proposta de compra do apartamento” (2008, p.3).

Um apartamento com vista agradável numa cidade como a do Rio de Janeiro que sofre com o adensamento urbano típico das grandes cidades e com a proximidade das construções já é, normalmente, valorizado e quando o imóvel possui um espaço que pode ser desfrutado para a contemplação dessa paisagem, como a varanda, a valorização pode vir a ser ainda maior.

Principalmente, quando essa varanda permite uma visão panorâmica dessa cidade, abrangendo diversas paisagens famosas da zona sul carioca que não poderiam ser apreciadas dos outros cômodos da casa, até mesmo da sala, como é o privilégio desse apartamento situado na Fonte da Saudade. Caso em que a varanda realmente opera como um mirante construído não exatamente para a vigília, mas para a integração da casa com o meio ambiente (fig. 144).



Fig.144: vista da varanda do apartamento localizado na Fonte da Saudade, zona sul do Rio de Janeiro.
Fonte: própria da autora

Na opinião de Nunes, “para ampliar o contato com o meio ambiente [...], poder contemplar e sentir os elementos naturais mais de perto [...] é possível investir em uma das mais bonitas obras de arte já criadas para adornar a sua casa: a natureza” (2007, p.92) e esse investimento, que também é feito na paisagem urbana além da natural, muitas vezes ocorre através da aquisição de uma varanda, seja acrescentando nas fachadas dos edifícios já construídos esse ambiente, seja na hora de escolher uma apartamento para morar.

Afinal de contas, 67% dos moradores que responderam aos questionários falaram que o fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção, conforme gráfico 4, já apresentado (pág. 137) e, entre os significados desse ambiente importantes para os hábitos do morador, pode estar o de instrumento de ampliação da casa que favorece o contato da pessoa com o meio a sua volta. Algo que tem relação com uma das mais antigas opções de lazer do carioca que é o descanso e a contemplação da paisagem.

Mesmo com as diversificações de atividades que começam a ocupar o tempo livre das pessoas de meados do século XIX para cá, principalmente nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, o descanso e a contemplação ainda é de extrema importância, diante do tumulto e da correria do dia-a-dia das pessoas que habitam as grandes cidades.

Questão que, por sinal, foi levantada por Lúcio Costa durante a XIII trienal de Milão em 1964, cujo tema era “o tempo livre”. “Descansar, repousar, desligar-se [...] um convite à subversão dos tempos da produção industrial” (ROSSETI, 2007, p.1) foi a proposta desse arquiteto para o pavilhão brasileiro intitulado *Riposatevi*. Espaço onde ele, seguindo o padrão de outras de suas obras, “compatibiliza valores das tradições culturais brasileiras com as possibilidades espaciais modernas e [...] transforma o lugar do Brasil num ambiente de estar arejado e ventilado, transformando-o numa varanda” (ROSSETI, 2007, p.1, grifo nosso).

Lúcio Costa passa a idéia do descanso e da contemplação que, desde a época do Brasil colônia, se encontra associada às varandas das moradias, ao cobrir os painéis que delimitam a área com paisagens brasileiras e ao atirantar com cabos de aço diversas redes. Artefato típico do Brasil que, entre outras funções[64], é usado para o descanso, adornando até nos dias de hoje a varanda das casas brasileiras, inclusive as do Rio de Janeiro (fig. 145).

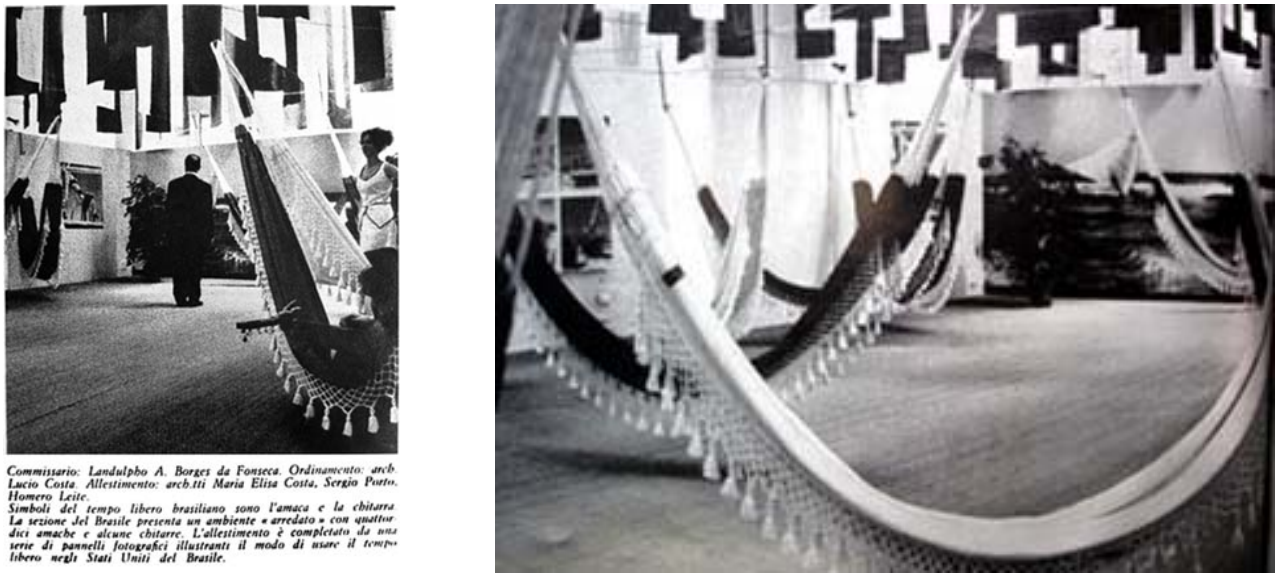


Fig.145: pavilhão brasileiro na XIII Trienal de Milão, 1964.
Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arquitextos.asp / 068.02>. Acesso em 27/02/2007.

> Quem primeiro denominou a hamaca sul-americana de rêde foi Pero Vaz de Caminha [...] padrinho da rêde-de-dormir [...]. Batizou-a pela semelhança das malhas com a rêde-de-pescar. [...] as rêdes de tecido compacto foram técnicas das mulheres portuguesas. A vinda dos teares aperfeiçoou a rêde [...], tornando-a mais macia, confortável, ornamental. [...] Estando constantemente armadas [...] as rêdes acolhedoras viviam nos alpendres e latadas. Servia de cadeira, escabelo, mocho para o descanso. Nela, o visitante participava da refeição e dormia seu sono [...] armada e branca no orgulho da varanda orgulhosa da Casa-grande [...]. No Brasil contemporâneo, a rêde-de-dormir [...] existe [...] não propriamente para dormir. Para os cochilos da sesta, para a leitura ou conversa, quase sempre nos alpendres ou varandas. [...] no Rio de Janeiro [...] para descanso há milhares delas balançadas nas brisas cariocas. (CASCUDO, 2003, p.21-40, grifo nosso)

O senhor de engenho “dali supervisionava o mundo povoado de escravos e chaminés fumegantes” (CASCUDO, 2003, p.31), vigiando e contemplando seu domínio e, ainda hoje em dia, essa associação das varandas e suas redes com o descanso e a contemplação da paisagem permanece vigente nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca.

De acordo com os dados obtidos através dos questionários, dentre as atividades do cotidiano da família praticadas na varanda, o ato de contemplar a paisagem é indicado por 81% dos moradores e o descansar por 59%, conforme gráfico 11, já apresentado (pág. 158). Ambas as práticas estão em primeiro lugar como o que mais agrada o morador quando ele se encontra na varanda na opinião de 50% e de 20% das pessoas, respectivamente, como mostra o gráfico 9 apresentado anteriormente (pág. 143). Esse descanso pode ocorrer em qualquer mobiliário, mas a rede aparece em quase 30% dos imóveis da amostragem; o dobro da espreguiçadeira e, praticamente, o triplo da freqüência do *futon*, conforme gráfico 12, já apresentado (p. 158), indicando que essa atividade ritual ainda é pertinente (fig. 146).



Fig.146: presença da rede nas varandas da zona sul carioca.
Fonte: própria da autora

O rito do balançar-se na rede, descansando das atividades do dia na varanda, que é praticado por muitos cariocas desde a época da colônia, deve-se não só à possibilidade desse ambiente ser sombreado e ventilado - o que, no clima tropical quente e úmido do Rio de Janeiro, é uma condição agradável, como comentado no item anterior -, mas também à paisagem. Questão que hoje em dia talvez seja até mais presente pelas tecnologias artificiais que proporcionam conforto ambiental ao morador.

O descanso e a contemplação são, assim, duas atividades independentes, como indica as porcentagens do gráfico 11, mencionadas acima, mas que possuem uma ligação quando realizadas na varanda.

Essa possibilidade de lazer que a varanda proporciona atrelada ao seu significado de instrumento de ampliação da casa que favorece a integração do morador com o meio é mais um dos atributos desse ambiente que confere *status social*, tanto no sentido de hierarquia, quanto no de pertencimento. Uma forma de distinção que, para o carioca da zona sul, é, por assim dizer, elevada ao quadrado.

---

[64] A rede, desde o período colonial, agrega diversos usos como o de berço, cama, cadeira, caixão e de transporte, relacionada, dessa forma, inclusive com a própria mobilidade da população brasileira, como revela a pesquisa de Luis da Câmara Cascudo (2003).

Se a zona sul estava destinada à elite da sociedade do Rio de Janeiro, atraída, durante a passagem do século XIX para o XX, pela praia que, após a valorização do banho de mar, "associou-se a um novo padrão de beleza [...] uma nova representação social da classe dominante [...] que passou a ser perseguida por todos aqueles que queriam ser reconhecidos como cariocas e se sentir inseridos na cultura burguesa" (IWATA, 2001, p.26), ter uma varanda que permita ao morador desfrutar dessa paisagem de cidade balneária é duas vezes *status*.

Enquanto se fez presente nos edifícios de apartamento, embutida ou não no corpo da fachada, a varanda da zona sul assim representava a hierarquia do morador e informava a que grupo social ele pertencia, por se tratar, entre outras questões, de um espaço que permitia as pessoas desfrutar de casa a paisagem praiana.

Depois, em virtude do contexto cosmopolita que se afirma na segunda metade do século XX, passa-se a se ter no Rio de Janeiro a "internacionalização como símbolo de *status*" (CANCLINI, 1999, p.40) e a contemplação da paisagem através dos panos de vidro marca, junto com outras questões aqui já levantadas, a ausência das varandas.

No entanto, desde o final do século XX para cá, a varanda se faz presente novamente nas habitações multifamiliares permanentes do Rio de Janeiro, sendo mais uma vez "medalha de prestígio", como a denomina Paula (2007), inclusive por sua relação com a paisagem carioca que, em função da expansão urbana de seus bairros, não se limita as praias, abrangendo diversos pontos dessa região da cidade maravilhosa.

Evidentemente, nem todas as paisagens da zona sul, seja ela natural ou não, são deslumbrantes, mas a imagem de bairros privilegiados pela natureza e, também, pelos homens em função, muitas vezes, da posição social dos moradores, ficou gravada nas pessoas que acabam designando para a varanda, independentemente do ângulo de visão que ela proporcione, a qualidade de mirante.

Na realidade, não é qualquer varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca que possui esse atributo e isso se torna evidente na maneira como ela é apropriada. Além dos mobiliários ali dispostos, a paisagem ou, por melhor dizer, a visão do entorno imediato, que nem sempre é agradável no entender de cada pessoa, pode colaborar para a abertura dos espaços avarandados, como para o seu fechamento ou, pelo menos, para o tipo de vedação, da mesma forma que pode induzir a presença física do morador no espaço da varanda, como sua ausência.

Quando o entorno é agradável e favorável ao descanso e a contemplação, pode-se dizer que o morador é estimulado a permanecer por algum tempo no espaço da varanda que, certamente, apresentará algum mobiliário compatível com tais práticas e, caso ela venha a ser fechada para ser melhor aproveitada em função de algum hábito do morador que, por exemplo, pode fazer questão que o ambiente da varanda seja climatizado artificialmente, ou que seja protegido em dias de chuva, esse fechamento tende a apresentar pouca interferência visual. Fechamentos translúcidos, de preferência, sem nenhum tipo de caixilho.

Uma tendência do mercado para fechamento de varanda, presente, inclusive, em um dos edifícios da amostragem (anexo 4 – ficha 4.3), são os panos de vidro pivotantes no seu eixo, apoiados em trilhos fixados no peitoril e na viga superior que, quando fechados, não interferem na paisagem e que podem ser recolhidos, ocupando pouco espaço, o que gera uma maior flexibilidade no uso da varanda (fig. 147).



Fig.147: anúncio de fechamento para varanda similar ao sistema presente no edifício da amostragem localizado no n.º 74 da rua Rita Ludolf, Leblon.

Fonte: Revista Casa&Construção:arquitetura, reforma, interiores e paisagismo. São Paulo: ed. Escala, ano III, nº. 27, ISSN 16773896, p. 91. (imagem à esquerda) e própria da autora (imagens à direita)

Contudo, quando a vizinhança não é apreciada pela pessoa, constituindo-se numa paisagem que o morador não gostaria de ter, a apropriação da varanda já pode ser outra. Além das belezas naturais e também das diversas criações do homem que formam a paisagem urbana como, por exemplo, monumentos arquitetônicos, parques e jardins, avenidas, ruas e praças que podem ser interpretadas como uma bela paisagem por parte da população da zona sul, esta região da cidade também sofre, entre outras questões, com a agitação e o barulho vindos da rua, cheia de automóveis e de transeuntes, com o adensamento demográfico que aproxima as construções e com a presença de comunidades carentes associadas, na maioria das vezes, com violência e insegurança. Situações que podem criar uma paisagem não muito propícia à contemplação na visão de certas pessoas (fig. 148).

> A justaposição sufocante de prédios de apartamentos, muito díspares entre si, foi ainda assediada pelos barracos dos morros da zona sul carioca, que se expandiram incontrolavelmente [...] confrontação social [...] que seria gerada pela convivência heterogênea de habitações e dos segmentos sociais nelas residentes, acusando as favelas de corromper o Rio de Janeiro não só do ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética. (MARINS, 1998, p. 196 e 197)

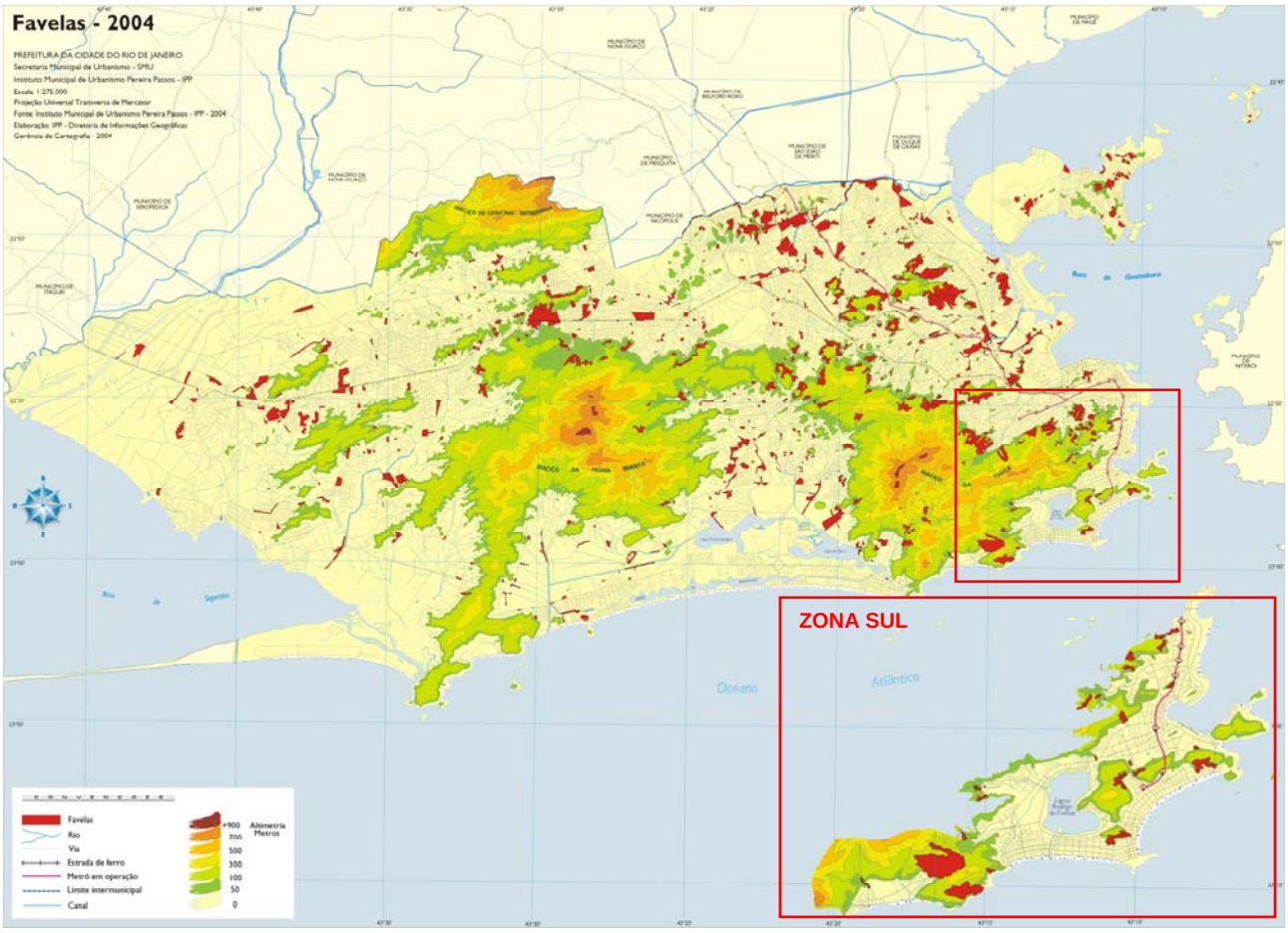


Fig. 148: mapa de localização das favelas do Rio de Janeiro em 2004.
Fonte: dado da prefeitura disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/mapas/favelas>. Acesso em 08/08/08

Em dois edifícios da amostragem para onde foram enviados os questionários, a proximidade com favelas, mesmo que fora do campo de visão da varanda, foi decisiva para sua apropriação.

No edifício da av. Atlântica, número 270 (anexo 4 – ficha 1.2), situado no Leme próximo à comunidade do Chapéu Mangueira e do Morro da Babilônia, parte das unidades residenciais desfrutam da paisagem da praia, mas na fachada oposta a vista que se tem de certas varanda é a da favela (fig. 149).



Fig. 149: varandas do edifício da av. Atlântica, nº. 270, no Leme dando para a favela

Fonte: própria da autora

Por causa da sensação de insegurança, 17% dos questionários respondidos indicaram a pouca utilização desse ambiente da casa, mesmo sendo a contemplação da paisagem e a possibilidade de se ter contato com a natureza apontadas por 11 dos 12 moradores que participaram da pesquisa em primeiro e em segundo lugar, respectivamente, como o que mais lhe agrada quando ele se encontra na varanda (gráfico 15 e 16).

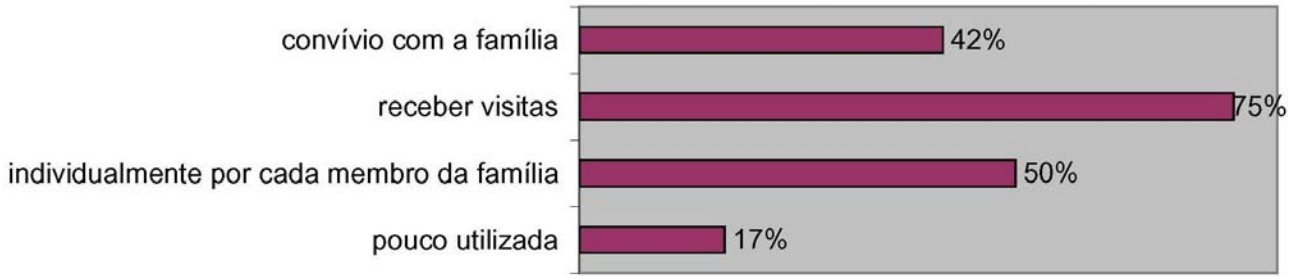


Gráfico 15: uso mais freqüente das varandas pelos moradores do edifício da av. Atlântica, nº. 270

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

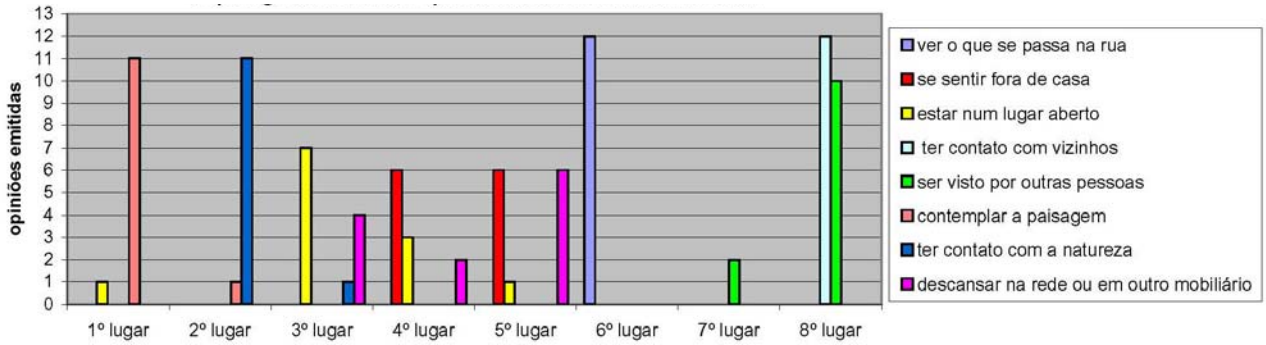


Gráfico 16: o que mais agrada os moradores do edifício da av. Atlântica, nº. 270 quando eles se encontram em suas varandas

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

O interessante desse caso é que mesmo com a sensação de insegurança, todos esses moradores indicaram que não fechariam as suas varandas, o que, certamente, está atrelado com a opinião unânime de que uma das vantagens de se ter a varanda é que ela aumenta a privacidade da casa. Afinal de contas, a varanda, ao mesmo tempo que favorece a integração do morador com o meio a sua volta, serve de filtro para a moradia (gráfico 17 e 18).



Gráfico 17: posição dos moradores do edifício da av. Atlântica, nº. 270 em relação a se fechar ou não o espaço de suas varandas.

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

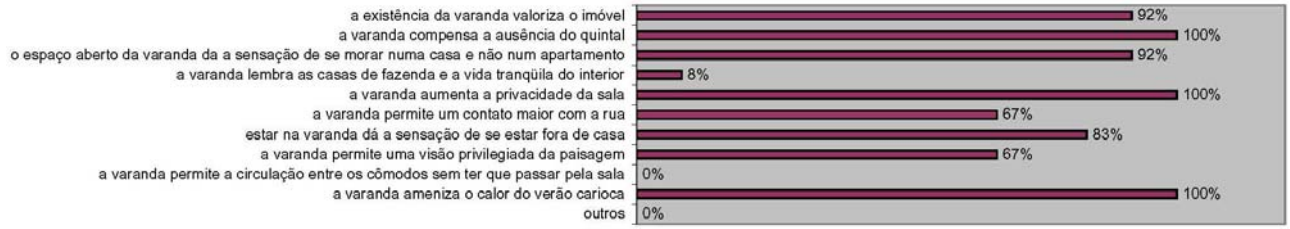


Gráfico 18: vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores do edifício da av. Atlântica, nº. 270.

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

No edifício localizado no número 50 da rua Alberto de Campos (anexo 4 – ficha 3.5), a proximidade com a comunidade do Cantagalo que tem ligação com o Pavão / Pavãozinho não implicou na não utilização das varandas por nenhum dos cinco moradores que responderam aos questionários, mas levou ao fechamento de uma delas, mesmo estando no segundo andar, após dois pavimentos de garagem, sem visão da favela (fig. 150). Esse fechamento não foi com panos de vidro e sim com grades e é justificado pelo morador em função da vizinhança (gráfico 19 e 20).

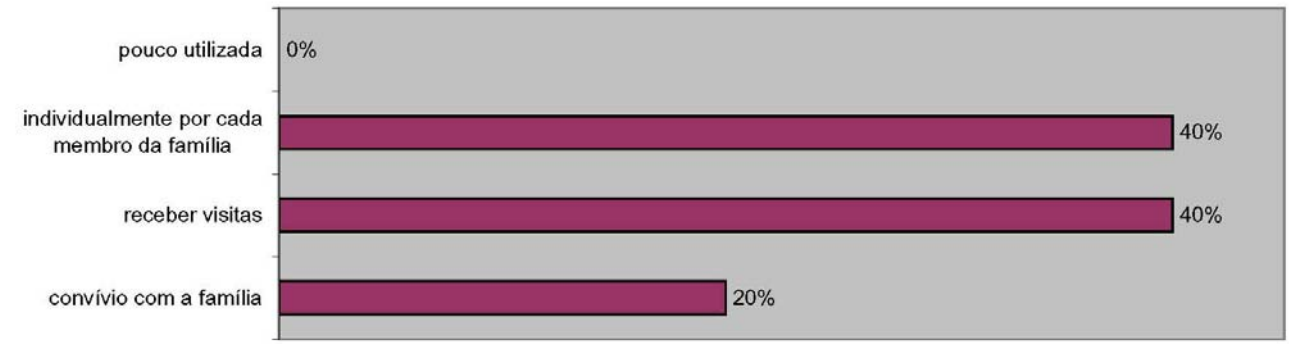


Gráfico 19: uso mais freqüente das varandas pelos moradores do edifício da rua Alberto de Campos, nº. 50

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

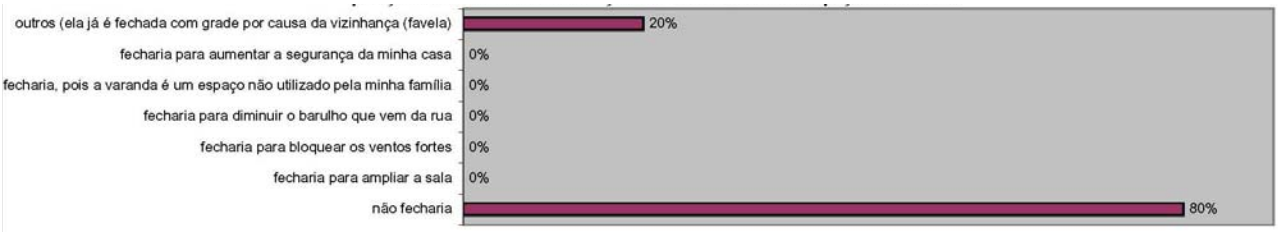


Gráfico 20: posição dos moradores do edifício da rua Alberto de Campos, nº. 50 em relação a se fechar ou não o espaço de suas varandas.

Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores do edifício

> Cercados de grades [...] os espaços privados defendem-se com a idéia de que é possível manter os frutos da violência e da exclusão do lado de fora das portas que velam pelas habitações. (MARINS, 1998, p. 213)



Fig. 150: localização do prédio do nº. 50 da rua Alberto de Campos, visto da Pedra do Leme

Fonte: própria da autora

A “boa vizinhança” foi uma das questões que levaram à “regeneração” da área central do Rio de Janeiro na administração de Pereira Passos e ao deslocamento da elite carioca para a zona sul e dos menos favorecidos para o norte, no entanto, “aqueles desalojados pelas reformas cariocas que não tomaram o rumo dos subúrbios, estabeleceram sua presença renegada nas favelas, que se espalharam rapidamente pelos morros da zona sul carioca já na década de 10” (MARINS, 1998, p. 151).

> As favelas surgidas no Rio de Janeiro quase contemporaneamente à República, inauguravam de modo exemplar o rol das frustrações das elites em eliminar as convivências de habitações e populações diversas no seio da maior e mais importante cidade brasileira de então, fornecendo um paradigma do que se processaria ao longo do século XX em quase todas as medidas que visavam a exclusão social mediante a condenação e eliminação de habitações inconvenientes. [...] Numa singular simbiose com as reformas da cidade, os moradores expulsos pelas demolições alimentavam-se dos destroços, extraindo dali materiais de construção que acabariam perpetuando as vizinhanças que as obras públicas pretendiam extirpar. [...] com uma rapidez impressionante, os barracos foram erguidos por todas as regiões mais urbanizadas do Rio de Janeiro, inclusive naquelas escolhidas pelas elites para morar em “boa vizinhança”, solapando os sonhos da gestão de Rodrigues Alves. (MARINS, 1998, p. 141-155)

Construções irregulares não eram permitidas em parte alguma da cidade, mas, como comenta Marins, havia uma brecha legal no código de posturas de 1903 sobre a ocupação dos morros que ainda não se encontravam habitados e abria-se assim “novas - e panorâmicas – perspectivas de habitação [...] já em 1913, ao alcance do olhar de qualquer um que estivesse nas esquinas ou janelas das novas ruas e avenidas afrancesadas abertas na década de 1900” (1998, p. 154-155).

Não se pode descartar, é claro, que, apesar da preocupação com a vizinhança, a proximidade com a população carente dos morros significava mão-de-obra barata para os serviços domésticos das famílias bem acomodadas nos edifícios da zona sul. Uma relação casa-grande / senzala, resultando numa “convivência forçada que se espalhou por todos os bairros da zona sul do Rio de Janeiro no decorrer do século XX” (MARINS, 1998, p. 214) e que veio marcar a paisagem carioca.

> Os morros e brejos do centro e da zona sul acabaram sendo a resposta cômoda para as elites habituadas a agudas explorações sociais. Afinal, a convivência próxima entre senzalas, colônias e salões senhoriais estava na memória de muitos [...] a expansão das populações faveladas avançara no seio dos bairros de palacetes, marcando a paisagem. [...] não seria possível, afinal, descartar uma vasta população residual, que se acumularia nos cortiços e morros [...] pela própria incapacidade das elites dirigentes em promover uma política habitacional direta que garantisse sua ambição saneadora. (MARINS, 1998, p. 1546 e 159)

O problema maior dessa convivência forçada, no entanto, não é nem a paisagem que, para alguns não chega a ser incomoda, mas sim a violência que se formou em virtude da exclusão social.

Essa violência e a conseqüente sensação de insegurança que afeta não só a zona sul, mas toda a cidade do Rio de Janeiro é um dos fatores que causam a hostilidade da rua dos dias de hoje e que trazem a necessidade de uma transição gradativa entre este espaço público e o espaço privado da casa ofertada pela varanda e uma evidência dessa questão debatida no terceiro capítulo é o modo como os moradores apropriam esse ambiente que, ao mesmo tempo que possui o significado de filtro, significa também um espaço da moradia de integração com o meio a sua volta, sendo um instrumento de ampliação da casa que favorece na só a contemplação da paisagem, mas também o contato com o entorno.

Uma ambientação bastante relevante é a ambientação da varanda como jardim que está atrelada a sua imagem de quintal nas unidades residenciais dos edifícios de apartamento devido a sensação que ela passa de se estar do lado de fora da casa.

Um contato com a natureza, ou com o verde, que também propicia a contemplação da paisagem sem ter que sair do “abrigo acolhedor”. Questão que será agora abordada e que fecha os significados da varanda explorados por esta pesquisa.

5.2.2 - A Varanda e o Contato com a Natureza: sua ambientação como jardim

A oferta de contato com a natureza é o que muitas pessoas esperam de suas varandas em função do seu significado de instrumento de ampliação da casa que favorece a contemplação da paisagem e a integração do morador com o entorno imediato.

No entanto, esse encontro com a natureza nem sempre é promovido pelas varandas das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca, já que o cenário urbano do Rio de Janeiro impossibilita, muitas vezes, a contemplação de uma paisagem natural, seja pelas construções que se aglomeram, obstruindo a visão, seja por distúrbios vindos do espaço público que inibe a presença física do morador nesse ambiente de transição entre a casa e a rua.

A sensação de se ter contato com a natureza indicada em segundo lugar por mais de 20% dos moradores da amostragem que responderam aos questionários como o que mais lhes agrada quando se encontram na varanda, conforme gráfico 9, já apresentado (pág. 143), pode vir, realmente, da visão privilegiada de um entorno com paisagens naturais, como pode estar atrelada à percepção do morador de se encontrar fora de casa, onde a visão de certos fragmentos, como uma faixa do céu ou uma árvore da rua, já lhe passaria o sentido de ar livre suficiente para ele se sentir em meio à natureza.

Do que se espera da varanda em termos de contato com a natureza, o que é de fato garantido de se conseguir, por depender apenas do morador, é a sua ambientação como jardim; um dos momentos em que essa “área externa” das unidades residenciais compensa a ausência

do quintal, conferindo a sensação de se morar não num apartamento, mas numa casa que, afinal, aparece nos questionários como uma das vantagens de se ter a varanda, na opinião de 56% dos moradores, de acordo com o gráfico 3, já apresentado (pág. 136).

A abordagem da varanda como quintal, realizada no terceiro capítulo, já contemplava o cultivo de plantas, atividade do cotidiano da família que, como comentado, é praticada por 71% dos moradores que responderam ao questionário, sendo os vasos de planta, o adorno mais comum, presente em quase 80% das moradias, como fora informado no gráfico 12.

Entretanto, essa apropriação da varanda como jardim por parte do morador tem tomado proporções maiores, demandando, muitas vezes, um projeto de paisagismo. Certamente, o tamanho de algumas varandas colabora para isso, mas o cerne da questão está na vontade de se ter contato com a natureza sem ter que sair do "abrigo acolhedor", em virtude da sensação de insegurança existente no espaço público.

Segundo Martins, "o aumento dos crimes, dos assaltos e da violência em geral está impelindo os cidadãos, não somente a se enclausurarem em condomínios fechados, mas também a estabelecerem uma série de atividades prazerosas agregadas às suas residências" (2007, p.7). Algo que, na sua opinião, explica a "exacerbação da idéia da casa como um ninho" (2007, p7) indicada pela "Pesquisa Casa Brasileira de 2015", coordenada por Angelo Deveza (2006).

Nesse trabalho, cujo objetivo era sinalizar novos comportamentos da população com relação ao seu modo de morar, observando as moradias das cidades de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, foi observada uma tendência para o ano de 2010 e 2015 que aponta a intensificação da importância da sensação de segurança e proteção que a casa deve conferir. O que, segundo o próprio coordenador da pesquisa, vai se refletir, em parte, no tratamento dado a jardins internos e varandas que começam a ser vistos como um espaço para o morador se desligar do mundo.

A ambientação da varanda como jardim, assim, revela o desejo de trazer para dentro da moradia um pouco do "verde" e da tranqüilidade que ele passa e que, muitas vezes, não se tem na vizinhança, prolongando ainda mais o intervalo entre a casa e a rua, entre a realidade aparentemente oposta desses dois mundos.

Numa reportagem intitulada "Estilo de Vida", exibida no dia 27 de janeiro de 2009, no programa Mais Você da Rede Globo de Televisão, diversas varandas no Rio de Janeiro ambientadas como jardim foram mostradas na intenção de abordar, exatamente, a tendência contemporânea desse ambiente da moradia suprir a ausência do quintal, colocando o morador em "contato com a natureza" sem que ele tenha que sair da segurança de sua casa (fig.151).

> Terraço ou seria varanda? Não, sacada é melhor! O que importa é que virou xodó da decoração. Hoje em dia, principalmente por causa da segurança, as pessoas têm procurado apartamentos justamente com o terraço bem amplo. O objetivo é ter um espaço que tem a segurança de um apartamento, mas com a sensação de o quintal de uma casa. Muitas pessoas aproveitam as varandas e as transformam em um verdadeiro jardim com plantas e até árvores. (ESTILO DE VIDA, 2009, p.1)



Fig. 151: varandas no Rio de Janeiro ambientadas como jardim exibidas no dia 27 de janeiro de 2009, no programa Mais Você da Rede Globo de Televisão.

Fonte: < http://video.globo.com/Videos/Player/Entretenimento/0,,GIM955059-7822-ESTILO+DE+VIDA,00.html>. Acesso em 27/01/2009

Essa ambientação da varanda não se limita à presença de vaso de plantas, mas diz respeito, também, a outros adornos, mobiliários e revestimentos que remetem a uma área externa. Percepção que o morador tem de seu espaço, independentemente, muitas vezes, dela ser aberta ou fechada, balanceada ou embutida no corpo da fachada, e que leva a esse tipo de apropriação bastante convidativa para a permanência do usuário, criando a sensação de se estar em meio à natureza.

> A vida cotidiana está se tornando demasiadamente pública. Rádio, televisão, telefone, tudo invade a privacidade. Por isso, os jardins devem ser murados e não ficar expostos ao olhar das pessoas [...]. Antes da era da máquina, inclusive nas áreas urbanas, a natureza era a fiel companheira das pessoas [...] hoje, a situação se inverteu. O homem não se encontra com a natureza, mesmo quando sai da cidade para entrar em comunhão com ela. Fechado dentro de seu carro reluzente, trazendo na alma a marca do mundo do qual saiu o automóvel, o homem é um corpo estranho no meio da natureza. Um *outdoor* basta para sufocar a voz da natureza. A natureza se torna um fragmento da natureza, e o homem, um fragmento do homem. (BANFORD-SMITH apud FRAMPTON, 2006, p.510)

> Pela janela do quarto / pela janela do carro / pela tela, pela janela / (quem é ela, quem é ela?) / eu vejo tudo enquadrado / remoto controle. (Trecho da música *Esquadros*, de Adriana Calcanhoto)

Sentimentos que parecem se tornar mais intensos na atualidade quando a natureza é o centro das atenções em função dos problemas ambientais, aflorando ainda mais o desejo de ambientar a varanda como jardim.

Contudo, se o morador assim intensifica o significado da varanda de espaço de integração da casa com o entorno a sua volta, explorando a imagem que ela tem de local da moradia onde se tem contato com a natureza, ele também reforça, através de sua ambientação como jardim, o seu significado de filtro.

Esse atributo da varanda que se manifesta pela necessidade de se proteger a privacidade da casa, hoje em dia, assim como a demanda por um espaço na moradia que promova o encontro com a natureza, está relacionado com a violência urbana, sendo, essa apropriação, uma expressão do modo de vida do carioca na contemporaneidade.

A vegetação utilizada para ambientar as varandas se transforma num anteparo para a invasão tanto dos olhares de vizinhos muito próximos e, por vezes, incômodos, quanto da realidade da rua, distinta da atmosfera da casa (fig.152).



Apartamento na rua Baronesa de Paconé, Fonte da Saudade, Lagoa



Apartamento na av. Nossa Senhora de Copacabana, Copacabana

Fig. 152: presença de vaso de plantas como anteparo nas varandas cariocas da zona sul

Fonte: própria da autora

De certo, os vaso de plantas surgem como recurso para evitar os mais diversos tipos de encontros indesejados promovidos pela varanda, como comentado anteriormente no terceiro capítulo, mas nada se compara com o jardim que se debruça não em uma, mas em todas as varandas do edifício localizado em frente a praça Sagrada Família, no bairro da Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro, cuja redondeza também é bastante arborizada, parecendo até ser, essa apropriação das varandas, uma determinação do condomínio (fig. 153).



Fig. 153: edifício localizado na praça Sagrada Família, Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro, onde as varandas atuam como um jardim suspenso

Fonte: própria da autora

Neste caso, é evidente a ambientação da varanda como um jardim tanto para promover o contato do morador com a natureza, quanto para aumentar a privacidade da casa. Algo que revela o diálogo entre os significados da varanda das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca aqui explorados por esta pesquisa e que reside na ambivalência da varanda de ser espaço privado, ao mesmo tempo que é também espaço público, sendo melhor interpretada como espaço de transição.

Essa sua condição fez com ela adquirisse, ao longo da história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, os significados que, na contemporaneidade, são importantes para os hábitos de moradia do carioca. Atributos que juntos formam a complexidade desse, por vezes pequeno, por vezes grande, ambiente da casa.

CONCLUSÃO

A presença da varanda nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro está relacionada com o modo de vida do carioca em virtude dos significados atribuídos a ela que se mostram importantes na contemporaneidade.

Durante a história da arquitetura doméstica do Rio de Janeiro, a varanda aparece praticamente como uma constante, tornando-se parte da cultura material da população e adquirindo significados que a vincula também com a cultura imaterial. Esses significados estão sujeitos à variabilidade no tempo e, dependendo do momento histórico, podem ou não ser importantes para o modo de vida das pessoas, influenciando a permanência ou não de hábitos de moradia que favorecem a presença da varanda.

Assim, quando a varanda se mostra presente nos dias de hoje revela não apenas a existência de um amparo legal, mas, principalmente, que alguns costumes adquiridos por herança cultural são mantidos pela importância dos significados desse ambiente da moradia para o modo de vida na contemporaneidade.

O momento que se vive atualmente é de uma época em que as pessoas tendem a ver a rua como um ambiente hostil em virtude dos distúrbios comuns às grandes cidades, como o adensamento demográfico e a violência urbana. Essa sensação de insegurança induz as pessoas a passar mais tempo no “abrigo acolhedor” do lar, inclusive pela interação com o mundo viabilizada por outro meios, como o telefone, o rádio, a televisão e a internet. Algo que leva as famílias a realizarem dentro de suas casas atividades que, em outros momentos, estavam sendo praticadas fora dela, como, por exemplo, encontros sociais, recreação das crianças, exercícios físicos e até mesmo o contato com a natureza.

Na zona sul do Rio de Janeiro, no entanto, esse comportamento das pessoas é confrontado com os atrativos, naturais ou não, que o local oferece e que, em parte, estão relacionados com a sua própria formação urbana, como a praia, sendo o desfrute do espaço público uma das expectativas de quem habita essa região da cidade.

Diante dessa realidade ambivalente, a varanda demonstra possuir relação com o modo de vida das pessoas exatamente por significar espaço público, ao mesmo tempo que espaço privado, ou melhor, espaço de transição gradativa entre ambos que permite com que ela promova a socialização da moradia, assim como a integração da casa com o meio, com uma certa vigília e controle, cujo grau é determinado pelo senso de intimidade e privacidade de cada família.

No caso da varanda entendida como espaço de transição, ela é importante para os hábitos de moradia do carioca da zona sul da cidade porque, através desse seu significado, ela adquire o sentido de filtro, como também de posto de vigília, protegendo a casa dos inúmeros distúrbios vindos da rua, sem, contudo, impedir que o morador tenha contato com o lado de fora da casa, uma vez que, em virtude também de seu atributo de espaço de transição, ela se torna posto de exposição e lugar iminente do encontro. Algo que vai influenciar diretamente na maneira como as pessoas apropriam o seu espaço e avaliam qual desses significados inerentes a essa sua ambivalência é mais expressivo para o seu modo de vida.

Se o encontro for desejado ou prazeroso, há uma tendência das pessoas em usar a varanda como posto de exposição. Caso contrário, a varanda assume com mais intensidade a função de filtro e de posto de vigília.

Essa apropriação da varanda é sujeita a variação, oscilando de acordo com a possibilidade de encontro com que o morador se depara que, não necessariamente, é a mesma o tempo todo.

Outro significado da varanda que também se mostra relevante para o modo de vida do carioca da zona sul nos dias de hoje é o de ser espaço de socialização da moradia. Esse ambiente da casa possui a vocação para promover tanto a socialização entre os membros da família – quando é usado como espaço de convívio e lazer dos moradores -, quanto a socialização desse arranjo familiar com outros grupos sociais – quando é o local de receber as visitas ou de se ter contato com a rua sem ter que sair de casa, o que, por sua vez, confere à varanda o sentido de camarote e palanque.

Essa vocação da varanda é, na contemporaneidade, bastante propícia diante da demanda atual por vigília e controle que estimula as pessoas a desfrutar mais da segurança do lar.

Tal tendência observada nos hábitos de moradia das pessoas, também favorece a relação da varanda com o modo de vida do carioca em virtude de outro significado desse ambiente da moradia que é o de ser espaço de integração da casa com o meio ambiente.

Quando essa integração diz respeito à possibilidade da varanda adequar a construção ao clima do Rio de Janeiro, é evidente que são as características climáticas do lugar que criam a sua relação com o modo de vida do carioca, mesmo que existam outros recursos para conferir conforto ambiental ao usuário ou que a varanda pouco desempenhe o papel de elemento de adequação climática, seja por não ter sido projetada para tal fim, seja pelo tipo de apropriação de seu espaço que impede esse seu desempenho.

É importante observar que a varanda assume, na contemporaneidade, diferentes funções, compensando, muitas vezes, a ausência de um quintal, a carência de metragem quadrada da unidade residencial ou, até mesmo, ambas as questões que pode fazer com que ela seja um cômodo carente também de adequação climática, sendo, por vezes, fechada para poder ser climatizada artificialmente.

No entanto, quando se trata da integração com o entorno imediato que a varanda viabiliza, ao ser um instrumento de ampliação da casa, essa necessidade de vigília e controle, presente nos dias de hoje, aparece intrinsecamente relacionada com a importância da varanda para os hábitos de moradia das pessoas.

A contemplação da paisagem que já era comumente realizada em seu espaço se torna ainda mais relevante nos dias de hoje por permitir o contato do morador com o que está a sua volta sem o tirar da proteção de sua morada, chegando ao ponto de diversas varandas serem ambientadas como verdadeiros jardins para que o morador se sinta em meio à natureza.

Esse “contato com a natureza” que esse tipo de ambientação tem a intenção de proporcionar ao usuário da varanda, decerto tem ligação com a valorização do meio ambiente frente às questões de desenvolvimento sustentável que afligem a humanidade, mas, ao mesmo

tempo, também demonstra a importância para os hábitos de moradia da vigília e do controle ofertados pela varanda por se tratar de um contato que se dá dentro do espaço privado da casa, sendo essa ambientação da varanda, muitas vezes também, uma espécie de filtro, de cerca verde.

É fundamental, entretanto, destacar que se essa necessidade por vigília e controle afeta o modo de vida do carioca na contemporaneidade, tornando a varanda importante para a moradia, tal importância é reforçada pela crise de identidade com o qual o mundo globalizado se depara diante das rupturas das fronteiras pelo fato da varanda, ao fazer parte da tradição sociocultural do Rio de Janeiro, poder ser vista, consciente ou inconscientemente, como universo de reconhecimento.

Desta forma, tais significados que, hoje em dia, a relacionam com o modo de vida do carioca, se tornam ainda mais expressivos por terem sidos construídos ao longo do tempo.

Cada um desses significados aqui mencionados, em virtude do modo de vida vigente em diferentes momentos da história, mostra o seu grau de relevância para os hábitos de moradia da época, mas o interessante é observar que muitos desses atributos surgiram por causa da existência de outros, o que revela que eles dialogam entre si, formando uma rede de relações que, na contemporaneidade, interagem com a demanda por vigília e controle.

O fato da varanda significar espaço de transição entre o público e o privado que vai lhe conferir o sentido de filtro, posto de vigília, assim como de exposição e de lugar iminente do encontro é o que vai delegar a ela, independentemente de sua localização dentro da casa, a vocação para promover a socialização da moradia.

É a sua condição como posto de exposição que permite a ela ser o espaço de se ter contato com a rua sem ter que sair de casa, da mesma forma que, durante muito tempo, foi seu significado de filtro que fez com que ela se tornasse o local da casa de se receber as visitas.

Nos edifícios de apartamento, esse tipo de socialização promovida em seu espaço está mais relacionado com o outro significado da varanda que é o de ser espaço de integração da casa com o meio, o que pode fazer dela o ambiente mais agradável da moradia não só para receber visitas, mas, também, para se conviver em família e, até mesmo, ter contato com a rua sem ter que sair de casa.

No entanto, se o significado da varanda de espaço de socialização da moradia interage, por um lado, com o seu significado de espaço de integração da casa com o meio ambiente e, por outro, com o significado de espaço de transição, não se pode negar que esses dois também dialogam entre si, uma vez que a varanda só integra a casa com o meio, seja pela possibilidade de adequar a construção ao clima local, seja pela viabilidade de ampliar a moradia e colocar o morador em contato com a paisagem e com a natureza, pelo fato dela ser espaço de transição da casa com a rua, ligando o interior com o exterior.

Cada significado, assim, colabora para a construção do outro e juntos fazem com que a varanda seja vista também como espaço de representação do status social do morador, uma vez que esse sentido é atribuído a ela pela importância dos demais significados para os hábitos de

moradia de determinado grupo que promove pertencimento e hierarquia, conferindo distinção social.

O registro de varandas vazias em parte das habitações multifamiliares permanentes da zona sul carioca não significa a falta de importância desses significados para os moradores, pois nem todos eles demandam da presença física de algum usuário em seu espaço.

Da mesma maneira, o fechamento de algumas varandas não as deprecia, apenas indica a existência de diferentes modos de apropriação de seu espaço, e se há casos em que a varanda é anulada, ao ser integrada com o cômodo da casa adjacente a ela, também existe a criação de espaços avarandados, seja pela elevação de divisórias que dão forma a balcões embutidos no corpo da fachada, seja pela arrumação de espaços normalmente próximos às fachadas que dão a ambiência de uma varanda.

Algo que demonstra sua forte relação com o modo de vida dos moradores que, mas do que qualquer regulamento existente no código de obras, justifica a sua presença nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro.

Certamente, a legislação edilícia atua como um dos determinantes de sua existência – algo que em nenhum momento se tentou negar – e é claro que o emprego das varandas balanceadas nos lançamentos imobiliários das últimas décadas foi estimulado por ela.

No entanto, se as leis que regulamentam a varanda estão atreladas com a sua oferta no mercado, elas não conseguem, por si só, explicar o outro lado de seu consumo, isto é, a sua procura, que ocorre pelo desejo de se ter uma varanda expresso nos dias de hoje, por exemplo, pelo “avarandamento” de prédios em diversos bairros da zona sul.

Essa intervenção nas fachadas de edifícios não ocorre para a valorização do imóvel apenas em virtude do aumento de área ofertado pelo acréscimo de um novo ambiente na casa e, sim, pelas qualidades positivas que esse espaço, no caso a varanda, agrega e, desde o início desta pesquisa até a presente data, tal processo de avarandamento, que se iniciou sem a existência de nenhuma legislação específica, só tem aumentado[65] (anexo 5).

O desejo de se ter uma varanda explícito pelo processo de avarandamento relatado por esta pesquisa revela a sua relação com o modo de vida do carioca. Algo que também é evidente quando 86% dos moradores da amostragem que responderam aos questionários afirma a importância da varanda na escolha de um novo imóvel (gráfico 21).

[65] De acordo com as informações obtidas com o arquiteto Sérgio Fagerlande, colaborador do escritório HCH Arquitetura e Planejamento Ltda, de Hugo Christiano Hamann, responsável pelo acréscimo de varandas aqui relatado no edifício de n.º135 da Cupertino Durão e no de n.º 97 da rua General Artigas, mais três intervenções em fachadas na zona sul foram concluídas até o final do ano de 2008, totalizando cinco prédios só no seu escritório que passaram pelo processo de avarandamento desde 2003. Atualmente, segundo a mesma fonte, existe mais um edifício com obras em andamento, dois prédios com projeto para intervenção já aprovado na prefeitura e dois em processo de aprovação, cuja relação de endereços e imagens se encontra no anexo 5.

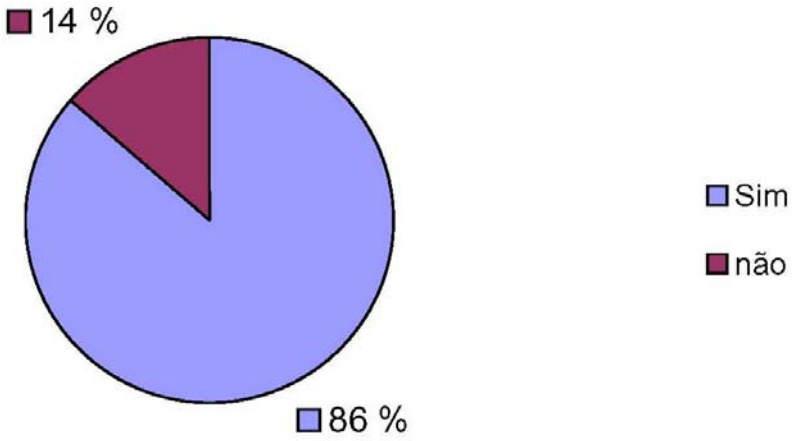


Gráfico 21: opinião a respeito do fato da varanda ser um item importante na escolha de outro imóvel
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Se a varanda não correspondesse de algum modo às expectativas dos moradores, ela poderia até ter sido um fator decisivo na aquisição do imóvel atual, mas, certamente, não seria na escolha de um outro imóvel. Pelos dados obtidos com a pesquisa de campo, o que ocorre é exatamente o contrário. Ao se observar que a percentagem de moradores que já tinha considerado a presença da varanda decisiva para a obtenção da atual moradia era de 67%, conforme gráfico 4, aqui reapresentado, nota-se que 19% passaram a considerar a presença dela como um ponto importante na escolha de um imóvel.

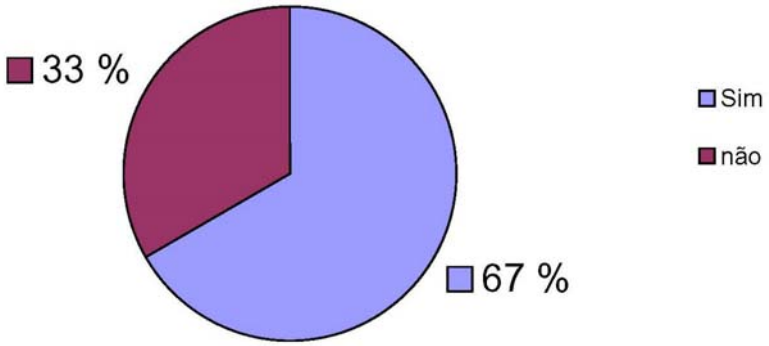


Gráfico 4: opinião a respeito do fato do imóvel possuir uma varanda ter sido decisivo para sua obtenção
Fonte: dados obtidos pela autora através dos questionários enviados aos moradores da amostragem

Mediante aos fatos aqui constatados, esta pesquisa confirma a hipótese formulada, concluindo que, sim, a varanda está relacionada com o modo de vida do carioca a ponto de sua presença marcante nas habitações multifamiliares permanentes da zona sul do Rio de Janeiro se justificar pelos significados atribuídos a ela e não apenas pela legislação edilícia vigente, apesar desta ser determinante para a sua existência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

A Bíblia Sagrada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

A mais verde das cidades! Disponível em: <http://www.energiaeficiente.com.br/2008/01/22/a-mais-verde-das-cidades/>. Acesso em 31 / 01 / 2008.

ABALOS, Iñaki. *A Boa Vida*. Barcelona: Editora Gustavo Gili, SA, 2003.

AGREST, Diana; GANDELSONAS, Mário. Semiótica e arquitetura: consumo ideológico ou trabalho teórico. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 129 - 140.

ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SOUZA, Laura de Mello e (Org.).*História da Vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 83 - 154.

ALMADA, Mauro. Conforto Ambiental e Legislação Edilícia. In: *Caderno de Boas Práticas em Arquitetura*: eficiência energética nas edificações: Edificações Multifamiliares. Rio de Janeiro: Eletrobrás PROCEL : IAB / RJ, 2008, v. 6, p. 22-23.

ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um Sargento de Milícia*. 26ª ed.. São Paulo: Atica, 1998.

ARANTES, Antonio. *O espaço da Diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A Vocação do Prazer*: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AROUCA,M.C.. *Análise da Demanda de Energia no Setor Residencial no Brasil*. 1982. Dissertação (Mestrado) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

ARRUDA, Phrygia. *O Jeito Carioca de Ser*: entre a tradição e a modernidade. O imaginário de um Brasil moderno. 2002. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

AUGÉ, M.. *Não-lugares*: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. *O Sentido dos Outros*: atualidade da antropologia. Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Por Uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos*. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

AUGÉ, Paul e Claude. *Nouveau Petit Larousse illustré* : dictionnaire encyclopédique, édition du centenaire, Librairie Larousse, Paris, 1953.

ÁVILA, A.; GONTIJO, J. M.; MACHADO, R. G. *Barroco Mineiro Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. Rio de Janeiro: Co-edição Fundação João Pinheiro, Fundação Roberto Marinho, Companhia Editora Nacional, 1980.

AZEVEDO, Carlos de. *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

BACHELARD, G.. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda., 1993

BARTALINI, Vladimir. *Praça*: a forma mais que visível. In: Paisagens em Debates. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU / USP, Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/depprojeto/gdpa/paisagens/paisagens-artigos/vladimir2.pdf>. Acesso em 12/072007.

BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BAUMAN, Zygmunt. Neo Tribalismo ou a Busca do Abrigo. In: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: j. Zahar, 1999, p. 259 – 266.

_____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BERQUÓ, Elza. Arranjos Familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 411 - 438.

BERTRAN, Paulo. *A Construção da Casa no Brasil*: reflexões à margem do vernáculo histórico da arquitetura brasileira. Revista ViverCidades, v.1, nº. 19, p.8-13, março 2007.

BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S. *500 Anos da Casa no Brasil* – A Transformação da Arquitetura e da Utilização do Espaço de Moradia. 2ª ed. Rio de janeiro: Ed. Ediouro Publicações S.A., 1999.

BITTAR, W. S. M.; VERÍSSIMO, F. S., Mendes C.. *Arquitetura no Brasil*: de Cabral a D. João VI. Rio de janeiro: Ed. Imperial Novo Milênio, 2007.

BOURDIEU. Pierre. F.. *A Distinção*: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

BOURDIEU. Pierre. F.. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRANDÃO, Ana Paula. *Um olhar bem humorado sobre o Rio nos anos 20*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

BRANDAO, H. C. L.. *Tecnologia e concepção da forma:* a abordagem dos conceitos técnicos nos processos de criação. In: Seminário Internacional NUTAU' 2006: Inovações, Tecnológicas e Sustentabilidade, São Paulo, 2006.

_____. *A Forma na Arquitetura como Tecnologia para a Eficiência no Consumo de Energia das Edificações*. CREA/RJ em revista, Rio de Janeiro, v. 47, p. 30-33, 2004.

_____. *As Linguagens do Sustentável*: meio ambiente e concepção da forma In: Seminário Internacional - NUTAU 2004 – Demandas Sociais, Inovação Tecnológica e a Cidade, 2004, São Paulo.

_____. *Tecnologia, Forma e sustentabilidade na Arquitetura*. 2003. Dissertação (Mestrado) – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Technology, Form And Sustainability in Architecture*: the ecological age. In: Book of Proceedings CHANGES IN AESTHETICS, XVI International Congress of Aesthetics., 2004.

BRANDAO, H. C. L.; MARTINS, A. M. M.. *A varanda como espaço privado e espaço público no ambiente da casa.* Arquitextos – periódico mensal de texto de arquitetura / texto especial. 102.e494, 2008.

_____. A Varanda e suas Contribuições para a Sustentabilidade. In: 7º Seminário Internacional NUTAU'2008; Espaço Sustentável: inovações em edifícios e cidades, 2008, São Paulo.

_____.A Zona Sul e os Edifícios de Apartamento: paradigmas da modernidade carioca. In: Luiz Manuel Cavalcanti Gazzeneo. (Org.). Dois séculos de brasilidade - da transferência da corte aos países lusófonos e hispânicos: urbanismo, espacialidade e história.1 ed.Rio de janeiro : UFRJ/FAU/PROARQ, 2008, v.1, p. 147-162.

_____. O modo de vida oito-novecentista visto da varanda. Revista 19&20: a revista eletrônica de arte brasileira do século xix e início do xx. v.03, p.01/12, 2008.

_____. *O Rio de Janeiro do século XX*: a expansão da cidade do centro para o sul. Revista Tempo de Conquista. v.04, p.01/01, 2009.

_____. *Uso e significado das varandas nas moradias brasileiras da primeira metade do século XIX*. In: Luiz Manuel Cavalcanti Gazzeneo. (Org.). 200 anos: da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil; da abertura dos Portos as Nações Amigas e seus reflexos na arquitetura e no espaço brasileiro. 1 ed. Rio de janeiro: Four Print Editora Ltda, 2007, v. 1, p. 80-92.

_____. *Varanda e modo de vida na contemporaneidade*. In: VII Reunião de Antropologia Do Mercosul: Desafios Antropológicos, Porto Alegre, 2007.

_____. *Varandas nas habitações brasileiras do modernismo à Contemporaneidade*: o caso do rio de janeiro. Cadernos do PROARQ (UFRJ), v. 11, p. 207-218, 2007.

_____. *Varandas nas moradias brasileiras*: do período de colonização a meados do século XX. Revista Tempo de Conquista, v. 01, p. 01/01, 2007.

BRANDAO, H. C. L., OLIVEIRA, M. C.. *Forma e Sustentabilidade na Arquitetura*. In: XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos - Arquitetura e Urbanismo em face da Globalização, 2003, Rio de Janeiro.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11ª ed.. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

CABRAL, L. F.. *A Rua no Imaginário Social*. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm>. Acesso em 12/06/2006.

Caderno de Boas Práticas em Arquitetura: eficiência energética nas edificações: Edificações Multifamiliares. Rio de Janeiro: Eletrobrás PROCEL : IAB / RJ, 2008, v. 6.

CALVENTE, Eurico Antonio. *Arquitetura e tradição familiar* – um estudo das transformações de plantas de fazendas construídas no século XIX em Quissamã, estado do Rio de Janeiro. 2001. Dissertação (mestrado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos*: conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed.. Rio de janeiro: UFRJ, 1999.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio G.. *O Rio de Janeiro nas Alturas*. Mauad: Rio de Janeiro, 2004.

CARDOSO, E. D.; VAZ, L. F.; ALBERNAZ, M. P.; AIZEN, M.; PECHMAN, R. M.. *Copacabana*: história dos bairros, memória urbana. PUR – UFRJ. João Forte Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1986.

CARNERIO, João Emanuel (Direção). *A Chegada da Modernidade, 1920 / 1940*. Argumento de Luis Paulo Conde. Apoio cultural Icatu: Rio de Janeiro, 1996, vídeo.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Rede-de-dormir*: uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global, 2003.

CASEMIRO, Luciana. *Tem uma varanda lá fora*. O Globo, Rio de janeiro, Caderno Morar Bem, p.2, 10 de agosto de 2003.

_____. *O sonho da varanda própria*. O Globo, Rio de janeiro, Caderno Morar Bem, p.1, 09 de janeiro de 2005.

_____. *Garantindo área externa*. O Globo, Rio de janeiro, Caderno Morar Bem, p.3, 25 de março de 2007.

_____. *Primeiro andar com paisagem*. O Globo, Rio de janeiro, Caderno Morar Bem, p.3, 27 de julhor de 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1* – Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A invenção do cotidiano 2* – Morar e Cozinhar. 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHIAVARI M. P.; GRINBERG P.. Arquitetura Efêmera, Arquitetura de Festa. In: Luiz Manuel Cavalcanti Gazzeneo. (Org.). *200 anos*: da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil; da abertura dos Portos as Nações Amigas e seus reflexos na arquitetura e no espaço brasileiro. 1 ed. Rio de janeiro: Four Print Editora Ltda, 2007, v. 1, p. 40-57.

CIB. Agenda 21 para Construções Sustentáveis. Relatório CIB, publicação 237, novembro, 2000.

Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM - ISER - REDEH, 2000.

Código de Obras do Município do Rio de Janeiro. Vol I e II. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Auriverde, 1974.

Código de Obras do Município do Rio de Janeiro. Vol I e II. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Auriverde, 1977.

Código de Obras do Município do Rio de Janeiro. Vol I e II. 12ª ed.. Rio de Janeiro: Auriverde, 2000.

COELHO, O. G. P.. *Por uma identidade brasileira*. CREA/RJ em revista, Rio de Janeiro, v. 74, p. 38-43, 2008.

CORBELLA, O.. *Em Busca de uma Arquitetura Sustentável para os Trópicos*. Rio de janeiro: Revan, 2003.

COSTA, Lucio. *Registro de uma Vivência*. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).*Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, RJ: Ed. Casa da Palavra, 2000.

DA MATTA, Roberto. *A Casa e a Rua*: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I (vol.1 e 2) e tomo II (vol.3). Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

Decreto nº 3046, de 27 de abril de 1981. Disponível em http://www.afaerj.org.br .Arquivo consultado em 2007.

DEFINITIONS. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm>. Acesso em 12/06/2006.

DEVEZA, Angelo. *Pesquisa Casa do Brasileiro em 2015*. Trabalho apresentado no Seminário Casa Cor 20 anos, no Auditório do Fecomércio, Flamengo, Rio de Janeiro, no dia 17 de outubro de 2006.

EAGLETON, Terry. *Depois da Teoria*: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ECO, Umberto. *Estrutura Ausente*: introdução a pesquisa semiológica. 7ª ed.. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ECO,Umberto. *Obra Aberta*. 4ª ed., editora Perspectiva, São Paulo, 1986.

EISENMAN, Peter. O Pós-funcionalismo. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 97 – 101.

Estilo de Vida. Disponível em: <http://www.maisvoce.globo.com>. Acesso em 27/01/2009.

FELIPPE, Cristiane. *Sacadas em Edifício Comercial*. (texto resumido da reportagem publicada originalmente em FINESTRA, ed. 50, agosto de 2007). Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>. Acesso em 12/08/2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio – século XXI*. Editora Nova Fronteira, 1999.

Folha Cultural, ano IV, edição n.º 78, Rio de janeiro, fevereiro de 2008.

FONSECA, I. C. L. *Qualidade da Luz e sua Influência sobre a Saúde, Estado de Ânimo e Comportamento do Homem*. 2000. Dissertação (Mestrado) – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

FRAMPTON, Kenneth. Perspectivas para um Regionalismo Crítico. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 503 – 520.

FREY, J. P.. Formes du Logement et Mots de la Maison. In: BRUN, J.; DRIANT, S. M.. *Dictionnaire de L'habitat et du Logement*. Paris: Armand Coli, 2003, p.186-191.

FREYRE, Gilberto. *Casas de residência no Brasil* - Introdução e notas. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol.7 Rio de Janeiro: MES, 1943, p.99 - 127.

_____. *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil 1 - Casa-Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Vol.1 e 2, 11ª ed.. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1964.

_____. *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil 2 - Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Vol.1 e 2, 4ª ed.. Rio de Janeiro: ed. José Olympio, 1968.

_____. *Modos de Homem e Modas de Mulher*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. *Oh de Casa!* Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. *Região e Tradição*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.

_____. *Vida Social no Brasil nos Meados do Século XIX*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1977.

GANDELSONAS, Mário. Neo-functionalism. In: *Oppositions*: selected readings from a journal for ideas and criticism in architecture 1973 – 1984. Institute for Architecture and Urban Studies. New York: Princeton Architetural Press, 1998.

GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca*: história e cultura. São Paulo : Metalivros, 2004.

GELINSKI, Gilmara. *Varandas Contemporâneas*. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br>. Acesso em 27/06/2007.

GHIRARDO, D. Y.. *Arquitetura Contemporânea*: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2002

GRAVES M.. Argumentos em Favor da Arquitetura Figurativa. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 103-108.

GREGOTTI, Vittorio. *Território da Arquitetura*. Edição da Universidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

GUADET, J.. Éléments de la Composition dans la Habitation. In: GUADET, J.. *Éléments et Théorie de L'architecture*. Vol. II, Livre VI, Paris: Libraire de La Construction Moderne, [?].

HAAS LUCCAS, L. H.. *Arquitetura Moderna e Brasileira*: o constructo de Lucio Costa como sustentação. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp323.asp>. Acesso em 03/09/2006.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigação quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAMBURGER, Esther. Diluindo Fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.).*História da Vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 439 - 487.

HANZAN, Vera. *Do Conforto Ambiental à Eficiência Energética nas Habitações Multifamiliares Brasileiras Contemporâneas*. In: Caderno de Boas Práticas em Arquitetura: eficiência energética nas edificações: Edificações Multifamiliares. Rio de Janeiro: Eletrobrás PROCEL : IAB / RJ, 2008, v. 6, p. 16-21.

HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 2001.

HEIDEGGER, M.. *Construir, Habitar e Pensar*. Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOBSBAWM, Eric (Org.). *A Invenção das tradições*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOPKINSON, R. G. ; PETHERBRIDGE ; LONGMORE. Fator de Luz do Dia em Edifícios: níveis gerais ou níveis recomendados. In: HOPKINSON, R. G. ; PETHERBRIDGE ; LONGMORE. *Iluminação Natural*. 2ª ed.. Lisboa: Fundação Caloustre Gulbenkian, 1996. p.34 a 47.

ITO ROVO de Souza Lima, Mirian Keiko; DUARTE, Cristiane; SANTOS, Eloisa. *Importação, Assimilação e Transformação*: o significado das varandas na arquitetura carioca contemporânea. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos, Rio de Janeiro, IAB, 2003.

JENCKS, C.; BAIRD, G.. *El Significado em Arquitectura*. Madrid: Hermann Blume ediciones, 1975.

JENCKS, C.. Semiologia y Arquitectura. In: JENCKS, C.; BAIRD, G.. *El Significado em Arquitectura*. Madrid: Hermann Blume ediciones, 1975.

JENCKS, C.; KESWICK, A.. *The language of Post-modern Architecture*. 2ª ed. Londres: Academy Editions, 1996.

JORGE, Luis Antonio. *O desenho da janela*. 1ª edição. São Paulo: Annalume, 1995.

JR. SCULLY, V.. *Arquitetura Moderna*. São Paulo: Ed. Cosac & Naify, 2000.KEESING, Felix Maxwell. *Antropologia Cultural*: a ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KEESING, Felix Maxwell. *Antropologia Cultural*: a ciência dos costumes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LAMBERT, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R.. *Eficiência Energética na Arquitetura.* PW editores, São Paulo, 1997.

LEMOS, Carlos A. C.. *A Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

LEMOS, Carlos A. C.. *A República Ensina a Morar* (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

LONTRA, Marcus. *A Modernidade em Processo*. Palestra proferida no evento O Seminário E A Exposição 1931: Diferenças Em Processo, promovidos pela FAU através do NPD, do PROARQ e PROURB da UFRJ, com o apoio do MNBA e da Funarte em 13/09/2006. Duração: 00:50:00.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M.. *Técnicas de Pesquisas*: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: ed. Atlas, 1985.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131 - 214.

MARTINS, A. M. M.. *A Arquitetura e o Lazer*: arquitetura contemporânea / arquitetura para as camadas altas e médias da população carioca. In: VII Reunião de Antropologia Do Mercosul: Desafios Antropológicos, Porto Alegre, 2007.

MASCARÓ, J.; MASCARÓ, L. *Incidência das Variáveis projetivas e de Construção no Consumo Energético do Edifícios*. 2ª ed. Porto Alegre: Sagra Lozzatto, 1992.

MASSEY, Doreen. Um Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antonio (org). *O espaço da Diferença*. São Paulo: Papirus, 2000, p.176 – 185.

MONTANER, J.M.. *A Modernidade Superada*: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

_____. Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Epoque Tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NIEMEYER, M., L., A.. *Ruído Urbano e Arquitetura em Clima Tropical Úmido*. 1998. Dissertação (Mestrado) – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

NIGRI, MICHELLE R.. *Um estudo sobre as tipologias de áreas de lazer em edifícios multifamiliares contemporâneos no Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado) – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire. La Problématique des lieux. In: Nora, Pierre. *Les Lieux de Memoire*. vol. I, La República. Paris: Gallimard, 1984, p. XVII.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do Lugar. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 444 – 459.

NOVAIS, Fernando A. Condições da Privacidade na Colônia. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.13 - 39.

NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: império. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES. M. N.. *Diante da Cidade Maravilhosa*. Revista Casa&Construção: arquitetura, reforma, interiores e paisagismo. São Paulo: ed. Escala, ano III, nº 27, ISSN 16773896, p. 92 - 103.

OPPOSITIONS: selected readings from a journal for ideas and criticism in architecture 1973 – 1984. Institute for Architecture and Urban Studies. New York: Princeton Architetural Press, 1998.

PALLASMAA, Juhami. A Geometria do Sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 482 - 489.

PAULA, Viviane da Cunha. *Espaço e Sociedade: apartamentos no Rio de Janeiro no século XX*. 2007. Tese (doutorado) - PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PENNA, A.G. *Percepção e Realidade*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1968.

PIGNATARI, Décio. Apresentação. In: JORGE, Luís Antônio. *O Desenho da Janela*. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 1995.

RAJA, Raffaele. *Arquitetura Pós- Industrial*. 1ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 8ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1997.

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1977.

Rio de janeiro (Município). Resolução n. 578, de 03 de janeiro de 2005. Regulamenta a aplicação do item 2.4.1 do Decreto Municipal 10.426/91 no que se refere à construção de varandas balanceadas em edificações aprovadas anteriormente à vigência do Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto 322/76. Secretaria Municipal de Urbanismo. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br>. Arquivo consultado em 12/05/2006.

RODRIGUES, José Wasth. *A Casa de Moradia no Brasil Antigo*. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 9. Rio de Janeiro: MES, 1945, p.159 – 198.

_____. *Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil.* 5a.edição - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Riposatevi. *A Tropicália de Lúcio Costa*: o Brasil na XIII Trienal de Milão. In revista eletrônica. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arquitextos.asp / 068.02>. Acesso em 27/02/2007.

ROWE, C.; KOETTER, F. Cidade-colagem. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p.293 - 322.

RUGENDAS, J. M.. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

RYBCZYNSKI, W. *Casa*: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 1996.

_____. *Casa*: pequena história de uma idéia. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAIA, Luis. *O Alpendre nas casas brasileiras*. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol. 3. Rio de Janeiro: MES, 1939, p. 235 – 249.

SALIBA, Elias thomé. A Dimensão Cômica da Vida Privada na república. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 289 - 366.

SANTOS, Ana Lucia Vieira dos. *A Casa Carioca*: estudo sobre as formas de morar no Rio de Janeiro (1750-1850). 2005. Tese (doutorado) - PPGHis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SANTOS, M. M. F. *Soluções de Eficiência Energética para o Meio Urbano*: o Caso da Cidade de Campos dos Goytacazes. 2000. Dissertação (Mestrado) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. IAB, 1981.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, Álbuns de Família e Ícones da Intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423 - 512.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre semelhanças e indiferenças. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7 - 11.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SPACCA . *D. João Carioca*: a corte portuguesa chega ao brasil (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGRE, Roberto. Sobre Morros e Praias: o habitat coletivo - Introdução. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.).*Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro*. Centro de Arquitetura e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de

SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7 - 48.

SEVCENKO, Nicolau. A Capital Irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: república. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513 - 619.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro*: 1808-1821. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

STEFFEN, Carlos Alberto. *Introdução ao Sensoriamento Remoto*. Disponível em: <http://www.herbario.com.br/fotomicrografia07/inntrodsensoramentoremoto.htm#INTRODUÇÃO%20AO%20SENSORIAMENTO%20REMOTO>. Acesso em 06/11/2007.

STERN, Robert A. M. Novos Rumos da Moderna Arquitetura Norte-americana: pós-escreito no limiar do modernismo. In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 116 - 126.

TEIXEIRA, Debora Maria Raison Alves. V*entos da Modernidade*: os bondes e a cidade do Rio de Janeiro - 1850/1880. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

TERRY, Tatiana. *Praia de Copacabana, o espaço carioca*: história, forma, usos e significados. 2002. Dissertação (mestrado) - PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

TRAMONTANO, Marcelo. *Habitação, Hábitos e Habitantes: tendências contemporâneas metropolitanas*. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/nomads/livraria_artigos_online_habitos_habitantes.htm>. Acesso em 10/11/2005.

_____. *Novas Tendências Comportamentais para a Habitação Contemporânea*. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/nomads/livraria_artigos_online_tendencias_habitacao.htm>. Acesso em 12/11/2005.

TUAN, Y Fu. *Espaço e Lugar*: A Perspectiva da Experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo : DIFEL, 1983.

TZONIS, Alexander; LEFAIVRE, Liane. Por que Regionalismo Crítico Hoje? In: NESBITT, Kate (Org). *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 521 - 531.

VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral); SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da Vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América portuguesa. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 221-273.

VAUTHIER, L.L. *Casas de residência no Brasil*. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Vol.7 Rio de Janeiro: MES, 1943, p.128 - 208.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*: estudos de psicologia histórica. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

_____. *O Universo, os Deuses, os Homens*: mitos gregos contados. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIANNA, N. S.;GONÇALVES, J. C. S.. *Iluminação e Arquitetura*. São Paulo: Virtus s/c Ltda, 2001.

VIEIRA, Mari. *O tempo do movimento*. Curadoria Denise Mattar. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2005.

WINES, J.. *Green Architecture*. [S.l.]: Ed. Taschen, 2002.

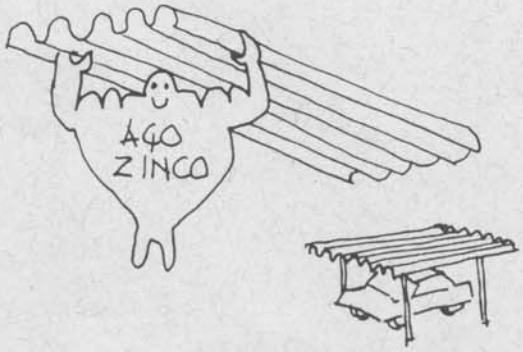
ZABALBEASCOA, A.; MARCOS, J. R.. *Minimalisms*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili SA, 2000.

ZEVI, Bruno. *Saber ver arquitetura*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

AÇO ZINCADO

Aço GALVANIZADO em geral usado na fabricação de telhas metálicas.

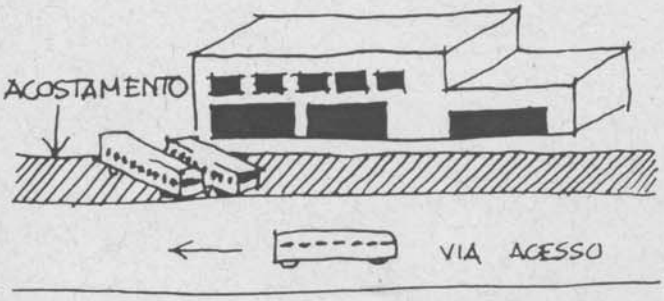


AÇO-CROMO

Ver **Aço Inoxidável**.

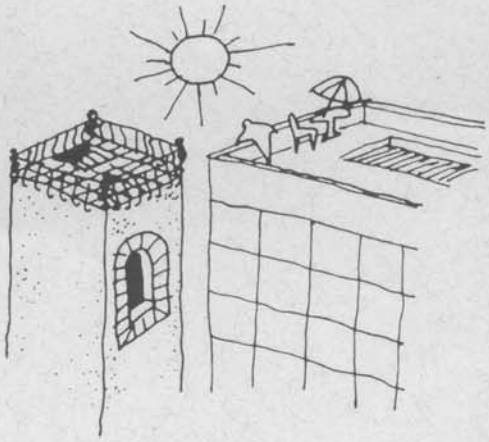
ACOSTAMENTO

Área destinada ao estacionamento de veículos, usualmente coletivos, por período não prolongado de tempo. É indispensável sua previsão em aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias, grandes hotéis, hospitais e estradas. Possui forma e dimensões específicas para diferentes tipos de veículo, como ônibus, táxis e caminhões. Pode ser frontal, diagonal ou longitudinal.



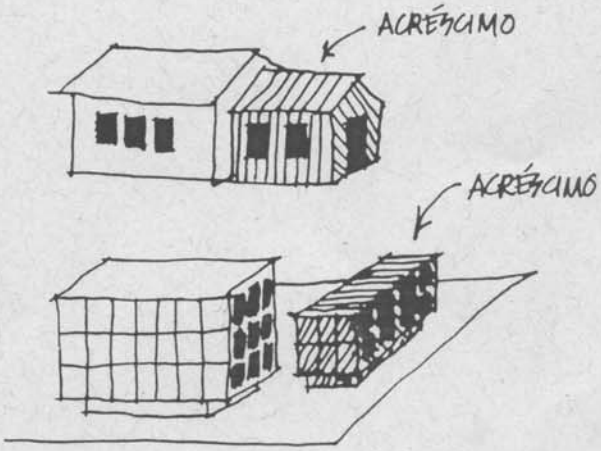
AÇOTÉIA

TERRAÇO descoberto, em geral ladrilhado, que forma a cobertura de uma parte ou de toda a edificação. Usualmente, TORRES e TORREÕES têm açotéias como cobertura. O termo é mais aplicado quando referido a prédios antigos. É também chamada sotéia e eirado. Nos prédios mais recentes, é denominada terraço.



ACRÉSCIMO

Ampliação da construção em área ou altura. Pode corresponder desde a um aumento de um compartimento no prédio até a elevação de uma edificação independente da existente no mesmo lote. Exige projeto arquitetônico para aprovação pela autoridade competente. Habitualmente, convenciona-se assinalar no projeto em tinta ou lápis vermelho os acréscimos feitos no edifício; e em amarelo, as demolições.

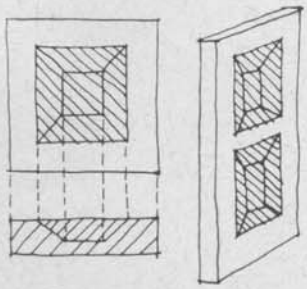


LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

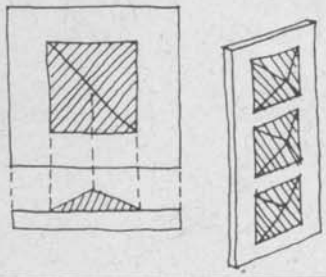
ALMOFADA REFENDIDA

ALMOFADA reentrante constituída por superfícies inclinadas em forma piramidal ou de tronco de pirâmide.



ALMOFADA RELEVADA

ALMOFADA em ressalto constituída por superfícies inclinadas em forma piramidal ou de tronco de pirâmide.

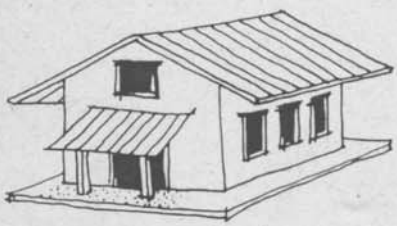


ALMOFADADO

Ver **Almofada**.

ALPENDRADO

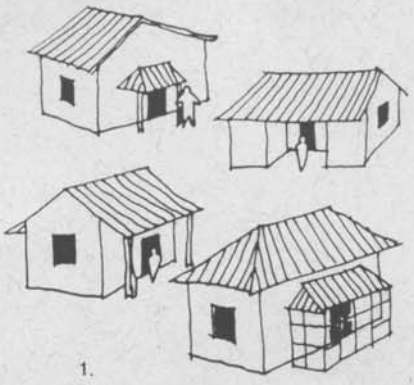
Atribuição dada aos espaços abertos ou elementos da construção cuja cobertura é formada por pequeno telhado, de uma ou mais águas, semelhante ao TELHADO-DE-ALPENDRE.



ALPENDRE

1. Genericamente, espaço coberto e aberto incorporado à construção. Em geral possui maior comprimento que largura. Pode ser saliente em relação à edificação da qual faz parte ou formar nesta um espaço reentrante. Quando forma saliência, pode ser constituído pelo prolongamento do telhado principal do edifício ou possuir cobertura independente. No último caso tem usualmente seu telhado sustentado de um lado por uma parede da construção e do outro por colunas ou pilares. Foi muito utilizado nas antigas construções, principalmente em prédios rurais. Seu uso é importante em muitas regiões brasileiras para amenizar os efeitos do clima quente no edifício.

Pode ser totalmente ou parcialmente fechado por GUARDA-CORPOS, RÓTULAS ou até mesmo VIDRAÇAS. Alpendre avarandado é o alpendre fechado ou semifechado por guarda-corpo vazado que antigamente recebia o nome de guarda-corpo avarandado. Com o tempo e a freqüência da utilização do alpendre avarandado, foi-se generalizando a denominação avarandado e depois varanda, como é chamado comumente hoje qualquer tipo de alpendre. O termo alpendre ficou sendo mais aplicado quando referido a prédios antigos. No Norte, é também chamado varandado. Exemplos: casa do Engenho d'Água, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ; casa da Fazenda do Padre Correia, Petrópolis, RJ. **2.** Especificamente, alpendre constituído por TELHADO-DE-ALPENDRE. **3.** O mesmo que telhado-de-alpendre. Ver **Telhado-de-Alpendre.**



1.



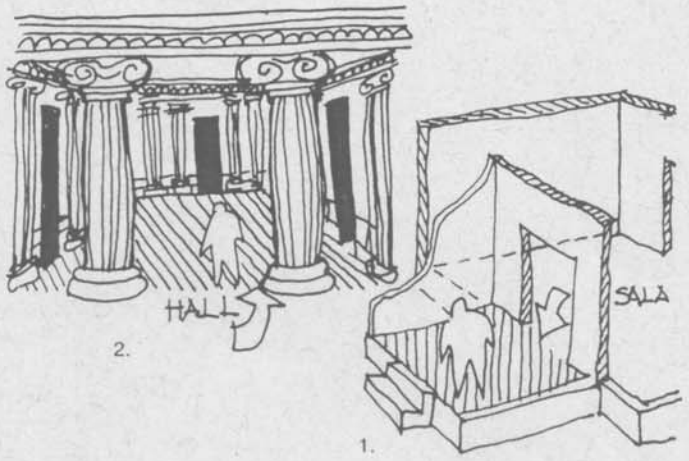
2.

LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

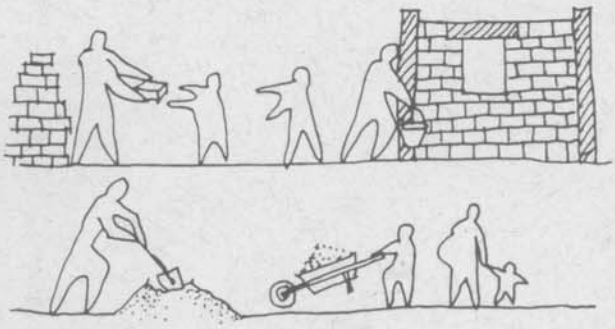
ÁTRIO

1. Recinto ou compartimento na entrada do prédio. O termo é mais aplicado quando referido a antigas construções. Quando se constitui em um COMPARTIMENTO, é freqüentemente chamado vestíbulo, particularmente não se tratando de edifícios suntuosos. **2.** Em prédios de maior porte, em geral suntuosos, amplo recinto de distribuição da circulação. Comumente possui esmerado ACABAMENTO com o uso de materiais nobres. O termo é mais aplicado quando referido a antigas construções. Nos edifícios mais recentes é freqüentemente chamado *hall*.



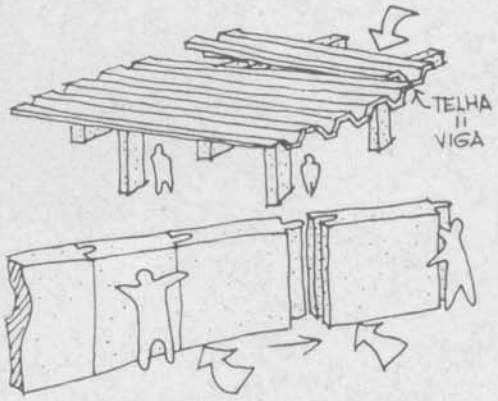
AUTOCONSTRUÇÃO

Sistema utilizado na construção de moradias e infra-estrutura para população de baixa renda. Baseia-se no uso da mão-de-obra dos próprios interessados na obtenção de casa ou melhorias e na soma dos esforços individuais. Em geral é empregada em programas habitacionais, apoiados ou realizados por órgãos responsáveis pela habitação popular.



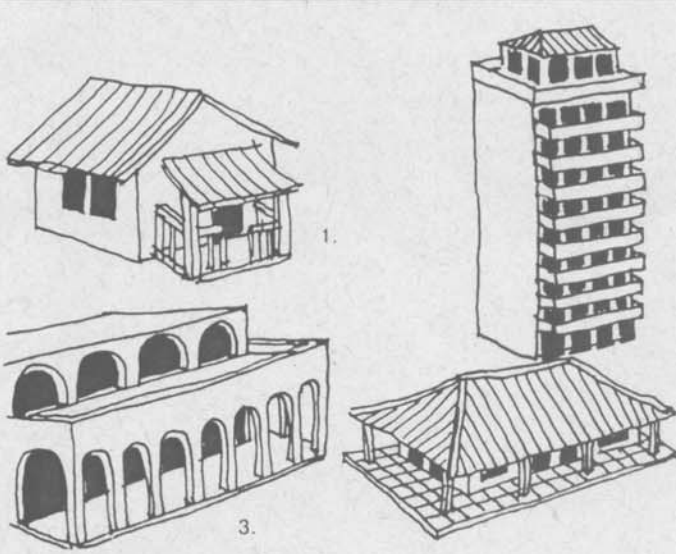
AUTOPORTANTE

Atribuição dada a qualquer elemento construtivo que, além de sua função de vedação, tem uma função estrutural, dispensando o uso de outros elementos estruturais. Os materiais autoportantes são geralmente fabricados industrialmente e, portanto, em série, possibilitando grande rapidez de montagem. Seu uso freqüentemente é limitado pelo alto custo, comparado a materiais de construção convencionais.



AVARANDADO

1. Atribuição dada ao ALPENDRE totalmente ou parcialmente fechado por GUARDA-CORPO vazado. **2.** Por extensão, o mesmo que alpendre. Ver **Alpendre**. **3.** Atribuição dada à edificação ou parte da edificação que possua avarandado. Um prédio ou a fachada de um prédio podem ser avarandados. **4.** Genericamente, qualquer espaço integrado na construção que possua um de seus lados abertos, assemelhando-se a um alpendre ou a uma VARANDA. Uma ARCADA pode, por exemplo, ser referida como um avarandado.



LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

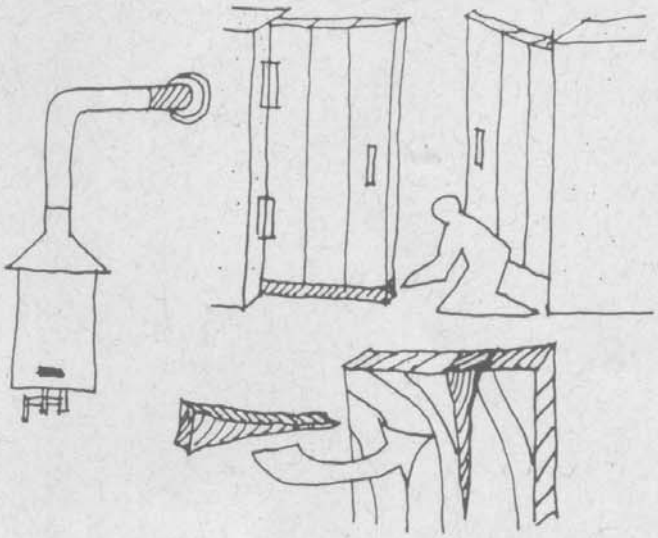
BABAÇU (*Orbignia Martiana Rodr.*)

Espique alto encontrado principalmente no Maranhão. É muito usado na construção de casas rústicas ou populares, principalmente rurais. Sua madeira é empregada sobretudo para ESTEIOS e RIPAS. Suas folhas constituem bom material para COBERTURA e ESTEIRAS.



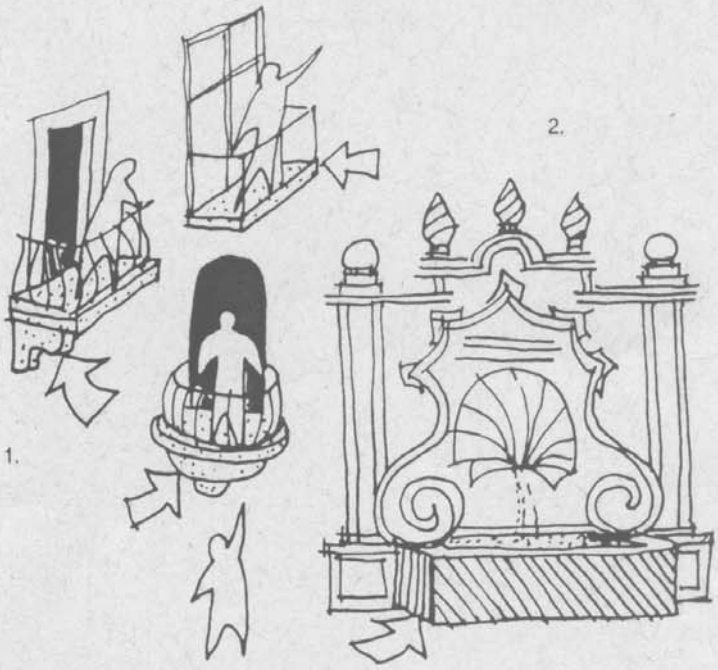
BACALHAU

Peça de madeira ou chapa de ferro usada como remendo na recomposição de uma peça maior danificada ou para tapar fresta ou buraco. O termo é principalmente utilizado por carpinteiros.



BACIA

1. Em BALCÕES ou SACADAS, base saliente da fachada do edifício sobre a qual se pisa e que serve de apoio para o GUARDA-CORPO. É às vezes também chamada base, soleira sacada, soleira ressaltada e, quando em BALANÇO, sacada. **2.** Nos CHAFARIZES, reservatório, em geral retangular ou elíptico, onde a água se deposita. É também chamada tanque.

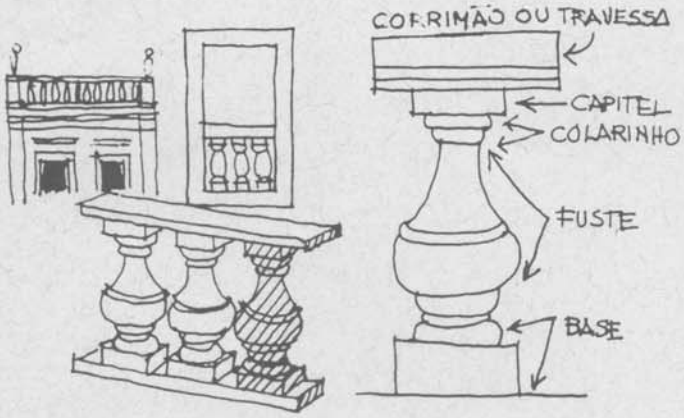


LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

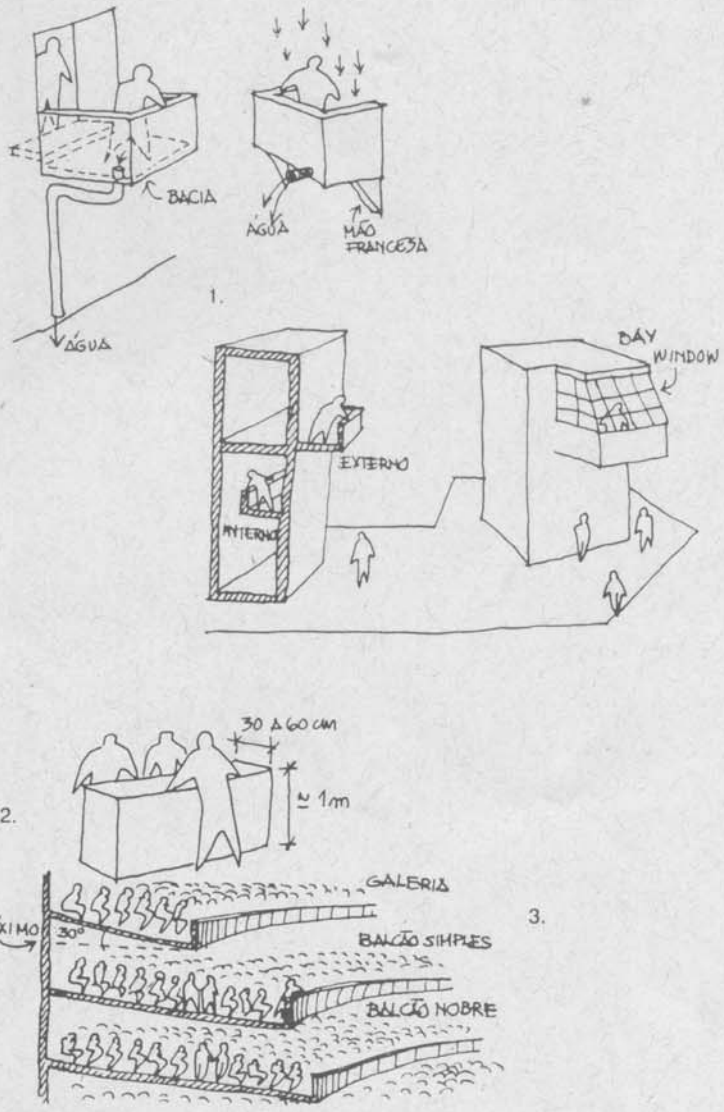
BALAÚSTRE

Pequena COLUNA ou PILAR que forma junto com outros elementos iguais, dispostos em intervalos regulares, uma BALAUSTRADA. Constitui-se no elemento de sustentação de TRAVESSA ou CORRIMÃO. O tipo mais comum de balaústre possui forma torneada composta de uma concavidade na parte superior chamada COLO e uma convexidade na parte inferior chamada PANÇA. Em geral, a distância entre os balaústres é feita de modo a equivaler aproximadamente cheios e vazios na balaustrada. O balaústre em alvenaria foi muito usado no coroamento de prédios durante o século XIX. Era freqüentemente composto de CAPITEL, COLARINHO, FUSTE e BASE emoldurados. Dispor balaústres em um elemento é chamado às vezes balaustrar. O elemento guarnecido de balaústres é chamado de balaustrado. Exemplo: Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG.



BALCÃO

1. Corpo saliente em relação à fachada externa ou interna de uma edificação em geral constituído pelo prolongamento do piso do andar em que se encontra e no qual se abre PORTA-JANELA, permindo a passagem do interior do edifício. Pode estar em BALANÇO ou sustentado por elementos construtivos, como CONSOLOS ou MAOS-FRANCESAS. Possui como proteção um GUARDA-CORPO vazado ou cheio. Em geral, não tem cobertura e comumente, quando a tem, esta é formada pela BACIA de balcão em piso superior na mesma prumada. Exige tratamento para escoamento das águas pluviais. Quando é coberto e possui vedações até a altura do seu teto, é chamado *bow-window*. Diferencia-se do ALPENDRE elevado pelas suas dimensões inferiores. É um elemento muito freqüente nas construções brasileiras pela conveniência de seu uso em local de clima mais quente. Quando em balanço, é também chamado sacada. **2.** Móvel formado por um tampo estreito e alongado, em geral vedado na sua parte inferior. É usado em estabelecimentos comerciais ou de serviços para atendimento ao público por pessoal encarregado e, em alguns casos, para expor mercadorias. O balcão de lojas tem altura aproximada de 85 cm e largura de 60 cm. A altura do balcão de atendimento é de aproximadamente 1 m e sua largura varia entre 30 cm e 60 cm. **3.** Em casas de espetáculos, cinemas e teatros, local destinado ao público para assistir a espetáculo, situado em pavimentos superiores. Em geral, chama-se balcão nobre quando localizado no primeiro



LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

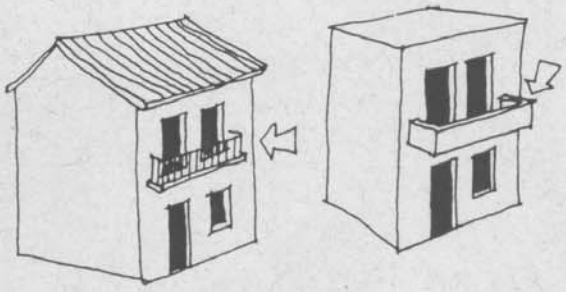
pavimento; balcão simples, no segundo pavimento; e galeria, no terceiro pavimento. Os balcões nos primeiro e segundo pavimentos não devem ter mais de doze filas de assentos; e no terceiro, seis filas, para não impedir a visibilidade do palco por todos os espectadores. A altura no primeiro e segundo pavimentos deve ser igual ou superior a 2,30 m; e no terceiro pavimento, igual a 3 m. A inclinação deve ser no máximo de 30 graus. **4.** Nas antigas colônias portuguesas na Índia, ALPENDRE quadrado situado na frente da habitação e aberto em três de seus lados, os quais são circundados por bancos.



4.

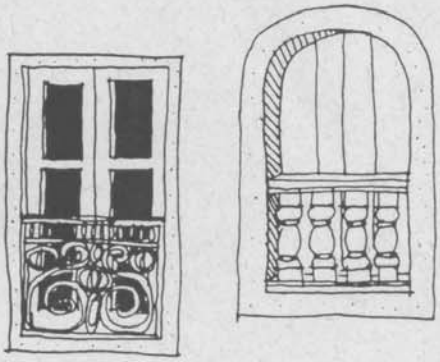
BALCÃO CORRIDO

BALCÃO que serve a duas ou mais PORTAS-JANELAS, apresentando-se como um estreito ALPENDRE ou varanda elevada. Quando está em BALANÇO é também chamado sacada corrida.



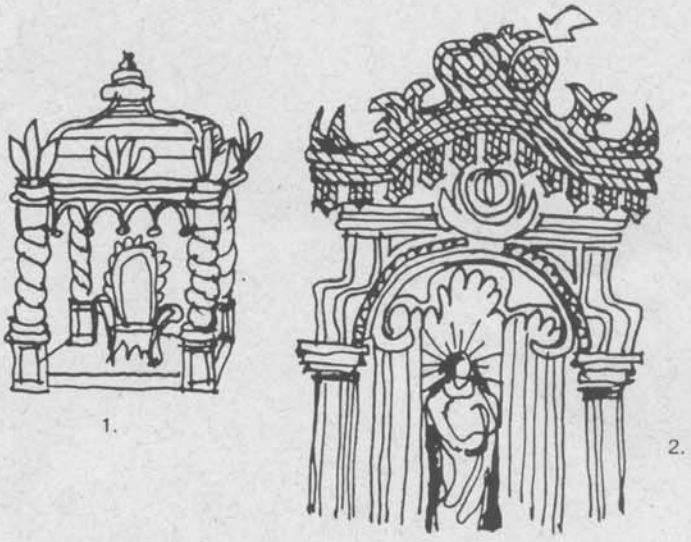
BALCÃO ENTALADO

GUARDA-CORPO disposto entre as OMBREIRAS das janelas.



BALDAQUIM

1. DOSSEL sustentado por colunas. **2.** Peça em BALANÇO usualmente de forma retangular. É utilizado como ornamentação ou proteção sobre RETÁBULOS nas igrejas. É também chamado guarda-pó e sanefa.



1. 2.

BALDOEIRO

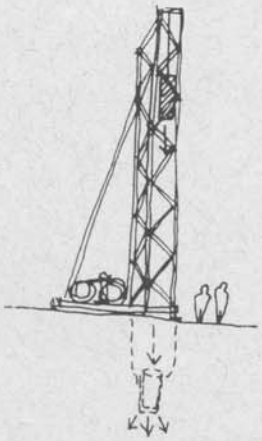
Ver **Agulheiro**.

LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

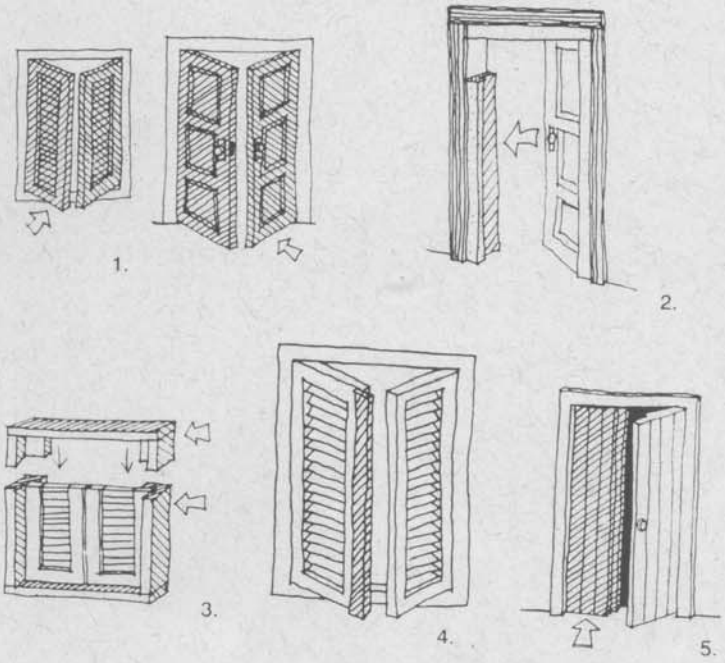
BATE-ESTACA

Aparelho destinado a cravar por percussão ESTACAS no solo em FUNDAÇÕES PROFUNDAS. Consta essencialmente de uma estrutura comumente metálica, com duas corrediças verticais, por onde desliza o MACACO que bate na estaca. Em geral é movido a motor ou vapor. Existe bate-estaca manual, freqüentemente usado apenas em emergência. Para colocação de estacas inclinadas, pode ser provido de dispositivo que permita inclinálas durante a cravação. Serve também de guindaste, levantando e aprumando a estaca no ponto certo em que deve ser cravada.



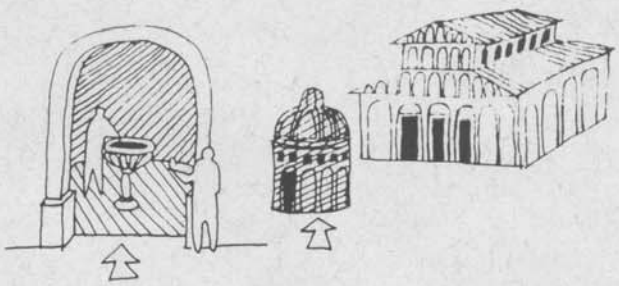
BATENTE

1. FOLHA móvel de porta ou janela. O termo é usado particularmente quando referido às PORTAS OU JANELAS DE ABRIR com duas folhas. **2.** Rebaixo em OMBREIRA ou a própria ombreira onde se encaixa a folha de portas e janelas de abrir quando fechada. **3.** Por extensão, GUARNIÇÃO dos vãos de portas e janelas de abrir. **4.** Nas portas e janelas de abrir com duas folhas, régua presa na folha da porta onde se encosta a outra folha. Permite que ambas as folhas fiquem no mesmo ALINHAMENTO. Serve para tapar a junção entre as duas folhas. É também chamado mata-junta. **5.** Nas portas e janelas de abrir com duas folhas, folha que é fechada primeiro e na qual se encosta a outra ao fechar-se. **6.** Aldrava grande. Ver **Aldrava**.



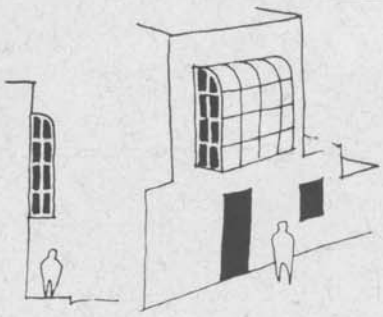
BATISTÉRIO

Nas igrejas, local onde se situa a pia batismal. Em geral é um pequeno recinto localizado na entrada da igreja. Pode constituir-se em edificação isolada implantada no ADRO.



BAY-WINDOW

BALCÃO fechado por janelas, geralmente de VIDRAÇA, formando um corpo saliente na edificação. É um elemento adequado para edificações em locais de climas frios, pois permite maior integração com o exterior ao resguardo de intempéries. Sua utilização em locais mais quentes torna-se coerente como proteção ao ruído e à poeira em ruas de movimento. Quando possui forma curva é chamada *bow-window*.

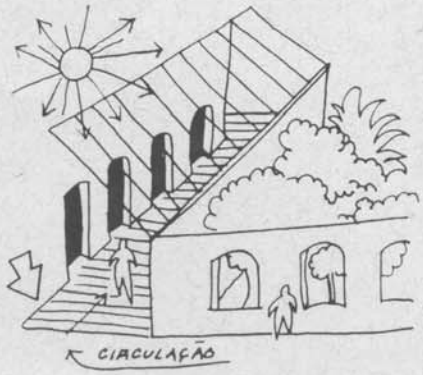


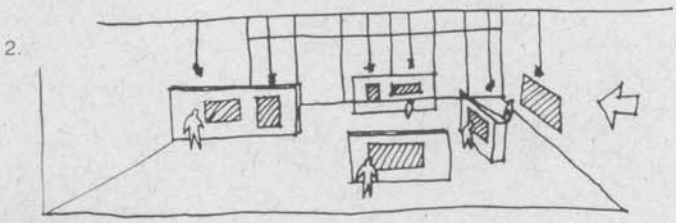
LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

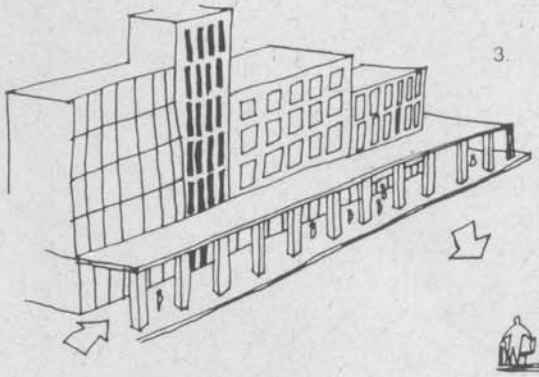
TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

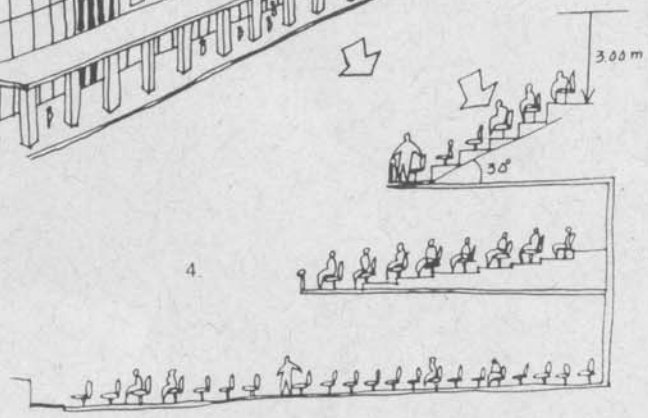
GALERIA

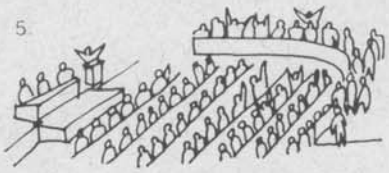
1. Compartimento amplo e alongado destinado principalmente à circulação horizontal. Usualmente encontra-se em edifícios de maior porte e de uso público ou coletivo, como hospitais e museus, ou em edificações suntuosas. Muitas vezes situa-se próximo ao acesso principal do prédio. Algumas vezes apresenta pé-direito elevado e teto envidraçado para aumentar a iluminação interna do prédio. ARCADAS e elementos decorativos são empregados freqüentemente em galerias. **2.** Por extensão, edificação ou ambientes destinados à exposição e comercialização de obras de arte. Seu projeto deve atender a duas condições básicas: exibição e proteção adequadas das obras de arte. Para tanto, prioriza a iluminação natural e artificial dos compartimentos onde se exibem as obras, sua disposição nesses compartimentos e os elementos que permitam segurança contra furto, incêndio, umidade, poeira, desidratação e sol. De preferência, suas salas de exposição devem ter PLANTA LIVRE, possibilitando quando necessário subdivisão. É também chamada sala de exposição. **3.** Prolongamento dos pavimentos elevados da edificação sobre o logradouro público, constituindo uma passagem coberta nas calçadas. Em geral é apoiado em pilares ou colunas. É uma exigência construtiva da legislação urbanística para edificação em determinados logradouros. É também chamada galeria porticada. **4.** Em teatros e casas de espetáculos, BALCÃO situado no terceiro nível. Deve ter no máximo seis filas de assentos para espectadores e doze lugares em cada fila, para permitir adequada visualização do palco. Em geral sua inclinação é de no máximo 30° e sua altura, 3 m. É também chamada torrinha e, em Portugal, varandas. **5.** Em edifícios públicos, principalmente aqueles destinados à câmara e senado, recinto espaçoso, provido ou não de assentos, para uso do público. **6.** Sistema de canalização subterrâneo destinado a conduzir as águas pluviais despejadas nas vias públicas. **7.** Parte da BALAUSTRADA que continua depois do último degrau superior da escada. Tem como função servir de GUARDA-CORPO à BOMBA.

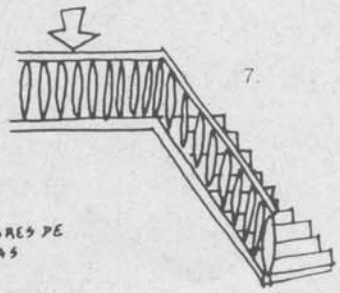


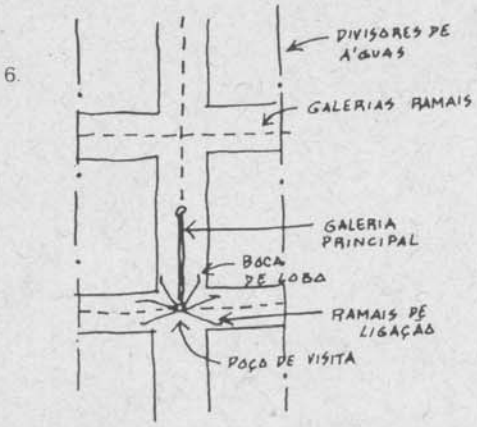












GALGADO

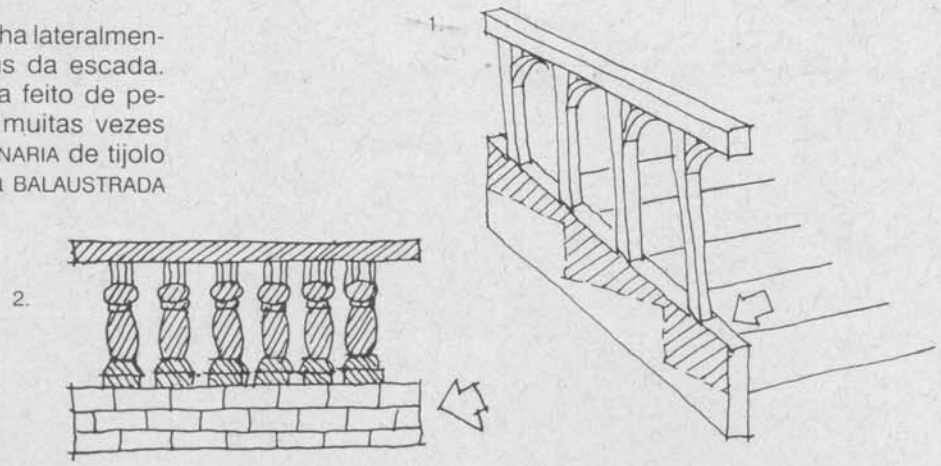
Ver **A Prumo** e **Desempenar**.

LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

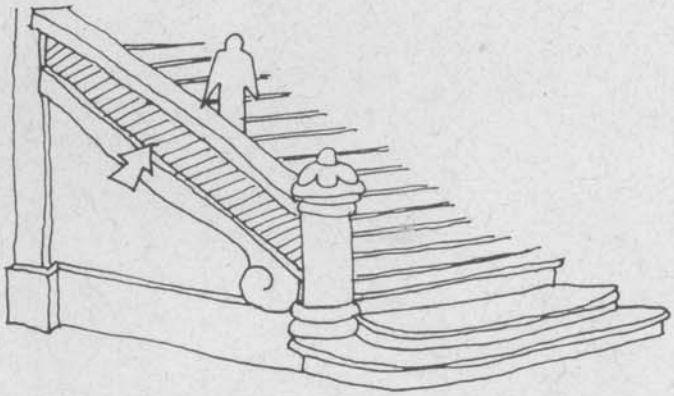
GUARDA-CHAPIM

1. RODAPÉ alto que acompanha lateralmente a inclinação dos degraus da escada. Em antigas construções era feito de pedra ou madeira e possuía muitas vezes MOLDURAS. **2.** SOCO de ALVENARIA de tijolo ou pedra onde é assentada BALAUSTRADA ou GRADE.



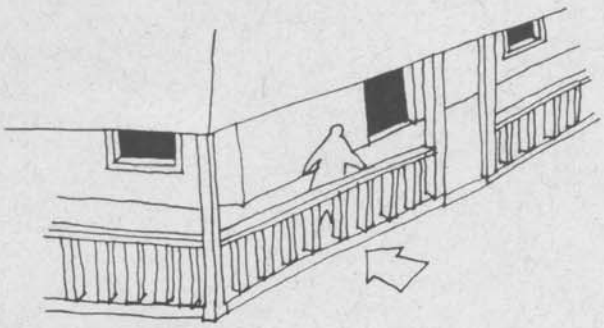
GUARDA-CORPO

Anteparo de proteção em geral a meia altura, aproximadamente a 85 cm do piso, usado em ALPENDRES, BALCÕES, ESCADAS e TERRAÇOS. Pode ser cheio ou vazado. É muitas vezes encimado por CORRIMÃO ou TRAVESSA, principalmente quando vazado. Pode constituir uma das partes integrantes de BALAUSTRADAS e GRADIS. É também chamado guarda, peitoril ou parapeito. No último caso, principalmente quando se trata de resguardo em compartimentos ou recintos elevados, tendo então usualmente cerca de 1,10 m de altura.



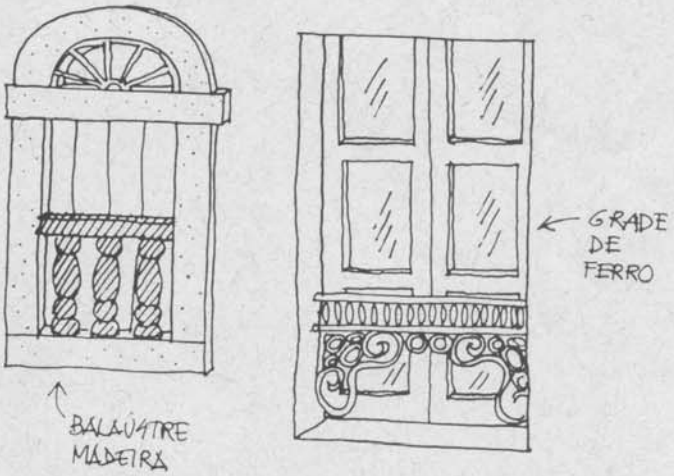
GUARDA-CORPO AVARANDADO

GUARDA-CORPO vazado. A expressão é particularmente utilizada quando referida às construções antigas. É também chamado varanda.



GUARDA-CORPO ENTALADO

GUARDA-CORPO que é engastado entre as OMBREIRAS em geral de JANELAS RASGADAS. Comumente é feito de GRADE ou BALAÚSTRES. Foi muito usado em antigas construções coloniais.

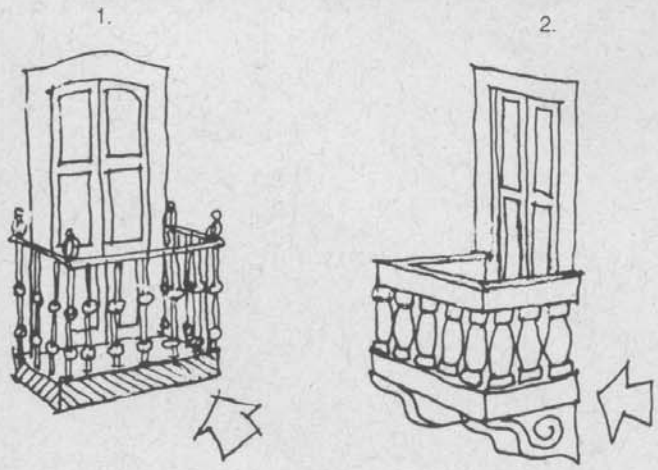


LIMA, Cecília Modesto; ALBERNEZ, Maria Paula. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 1. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

SACADA

1. Atribuição dada ao elemento que forma uma saliência no PARAMENTO da parede. O termo quase não é mais usado atualmente, restringindo-se seu emprego às SOLEIRAS que, quando salientes, formam a BACIA dos BALCÕES. Foi praticamente substituído pelo termo em BALANÇO. **2.** Por extensão, bacia dos balcões quando em balanço. Ver **Bacia**. **3.** Por extensão, balcão em balanço. Ver **Balcão**.

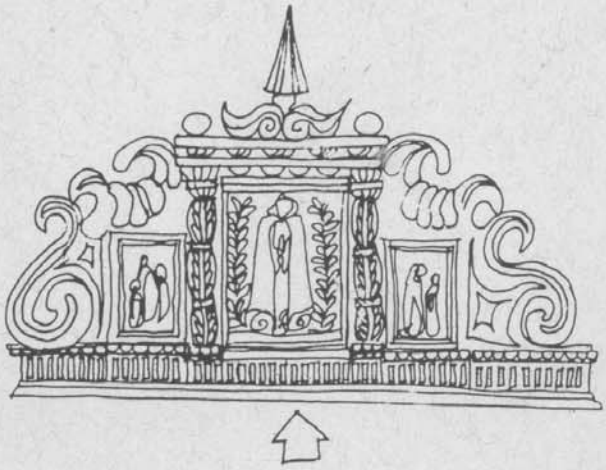


SACADA CORRIDA

Ver **Balcão Corrido**.

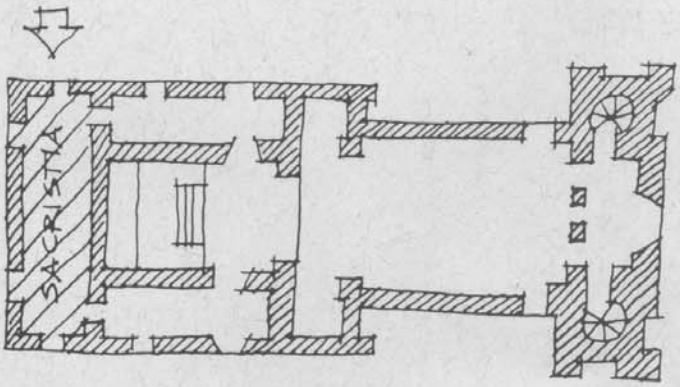
SACRÁRIO

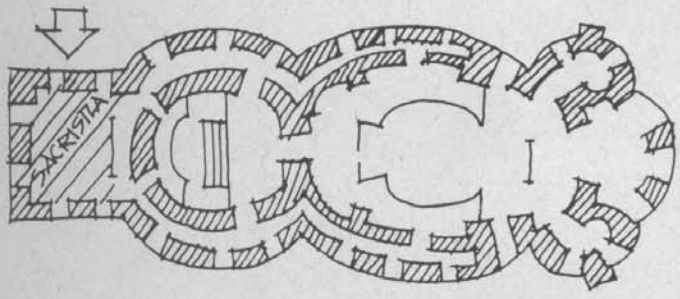
Nas igrejas, pequeno compartimento ou armário provido de porta onde são guardados objetos sagrados como hóstias ou relíquias. Quase sempre se situa no centro do ALTAR-MOR. Em antigas igrejas do século XVIII, usualmente era feito de TALHA ornamentada. É também chamado tabernáculo.



SACRISTIA

Nas igrejas, dependência para guarda de paramentos e objetos do culto e onde os padres vestem os hábitos litúrgicos. Em geral constitui-se em um compartimento próximo à CAPELA-MOR ligado diretamente a esta ou por meio de corredor lateral. Pode situar-se em edificação adjacente ao prédio da igreja ou no próprio edifício principal. Freqüentemente possui entrada independente.



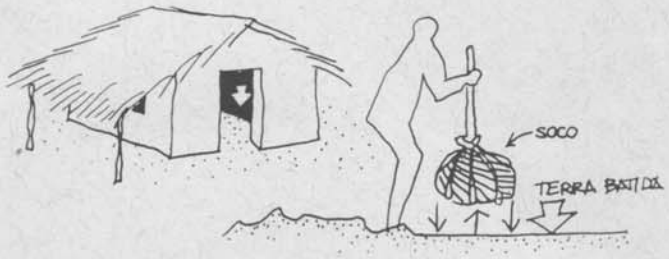


ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

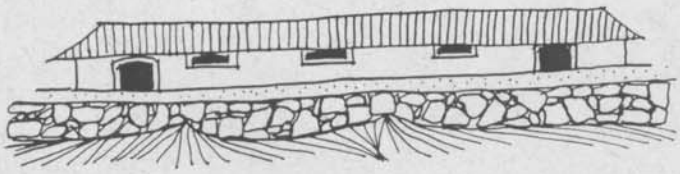
TERRA BATIDA

Piso rústico feito de terra socada. É comum em casas pobres, principalmente na área rural. Muitas vezes, as cozinhas das antigas construções coloniais, sobretudo quando externas, eram de terra batida. É também chamada chão batido.



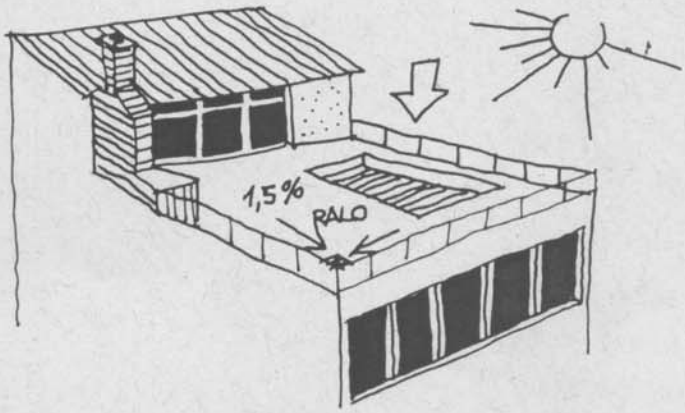
TERRACENA

Antigo edifício colonial erguido junto ao cais para armazenar mercadorias. Era uma construção térrea, longa, com poucas aberturas, constituída por uma única edificação, feita pela administração governamental. Em Salvador, no século XVII, além de armazém, estavam estabelecidos na terracena ferraria, alfândega e casa de fazenda.



TERRAÇO

Espaço amplo, plano e descoberto, que em geral se constitui na cobertura do edifício ou de parte da edificação, usualmente situando-se no alto do prédio ou no nível de um dos seus pavimentos. Comumente é destinado ao lazer ou estar ao ar livre, formando um prolongamento de ambientes internos de estar. Na sua execução, um cuidado especial deve ser dado ao esgotamento das águas pluviais. Seu piso deve ter caimento de cerca de 1,5%. Materiais especiais devem ser usados na impermeabilização do seu piso. É importante observar a quantidade de RALOS necessários, que depende basicamente da área do terraço, e sua adequada execução. Em geral, seu piso é revestido com cerâmica, placas de pedra ou blocos de CONCRETO. É conveniente sua localização na face do prédio exposta ao sol e não coincidente com os ventos dominantes. Com o uso do CONCRETO ARMADO nas construções e a influência da arquitetura MODERNA, tornou-se comum seu emprego em prédios de vários pavimentos.



TERRAÇO-JARDIM

TERRAÇO formado na cobertura do edifício ou de parte da edificação no qual são colocadas plantas de modo a constituir um espaço semelhante a um jardim. Em geral as plantas são dispostas em JARDINEIRAS integradas na construção. O termo é principalmente utilizado quando referido aos prédios de vários pavimentos. Foi um dos princípios fundamentais da arquitetura MODERNA, que tinha no seu uso a proposta não só de criar uma área de estar aberta no edifício, mas também amenizar visualmente o espaço urbano. Exemplo: edifício do Banerj, avenida Nilo Peçanha nº 314, Rio de Janeiro, RJ.



TERRAÇO-JARDIM – RESIDÊNCIA, RIO DE JANEIRO, RJ
ESCRITÓRIO M.M.M. ROBERTO

ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

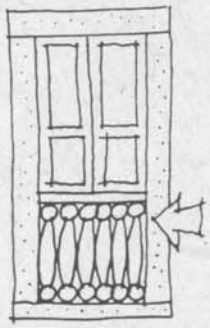
VARAMENTO

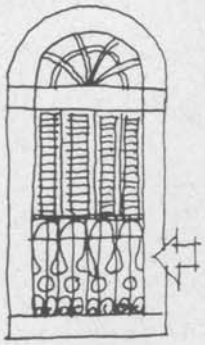
Ver Vara.

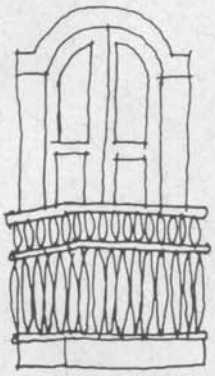
VARANDA

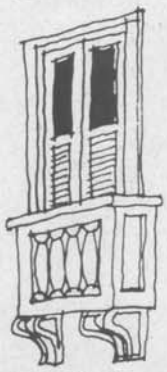
1. GUARDA-CORPO em geral vazado componente das PLATIBANDAS do edifício. **2.** Guarda-corpo vazado em geral formado por GRADEAMENTO nas JANELAS RASGADAS e JANELAS-DE-PÚLPITO. O termo é particularmente aplicado quando referido às edificações antigas. A varanda de pequena altura é chamada varandim. **3.** Por extensão, BALCÃO CORRIDO em andar superior. O termo é freqüentemente utilizado quando referido aos prédios mais recentes. Nas edificações antigas é usualmente referida como balcão corrido ou sacada corrida. É também chamada varanda corrida. **4.** Em antigas edificações, sala larga e comprida, situada nos fundos da casa, onde eram feitas refeições diárias e realizadas tarefas domésticas. Algumas vezes, este compartimento constituía-se em um ALPENDRE. **5.** Por extensão, o mesmo que alpendre. Ver Alpendre. **6.** Por extensão, no interior, principalmente no Amazonas e Maranhão e no Sul, sala de jantar nas casas. **7.** Por extensão, espaço aberto integrado à construção. Pode ser coberta ou descoberta, em pavimento térreo ou superior, constituir saliência ou reentrância na edificação. Freqüentemente é utilizada como um prolongamento da área de estar. O termo é aplicado principalmente quando referido aos prédios mais recentes. Quando coberta e em prédios mais antigos é também chamada alpendre. Quando descoberta, principalmente em andares superiores, é também chamada terraço. No Norte, é também chamada varandado. A varanda estreita e pequena é chamada varandim. **8.** Por extensão, no Norte, sala da frente nas casas rústicas.

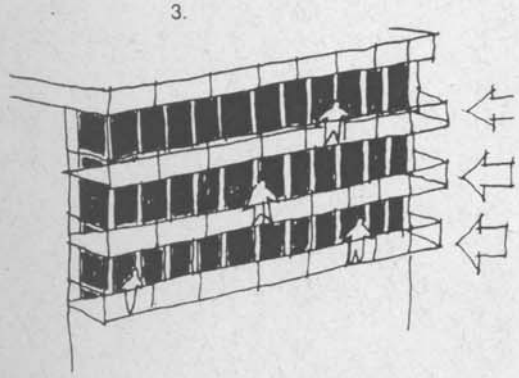


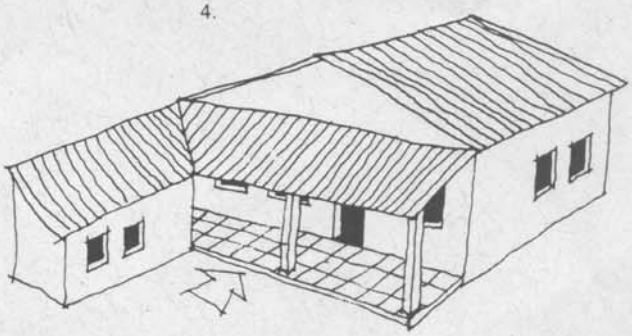






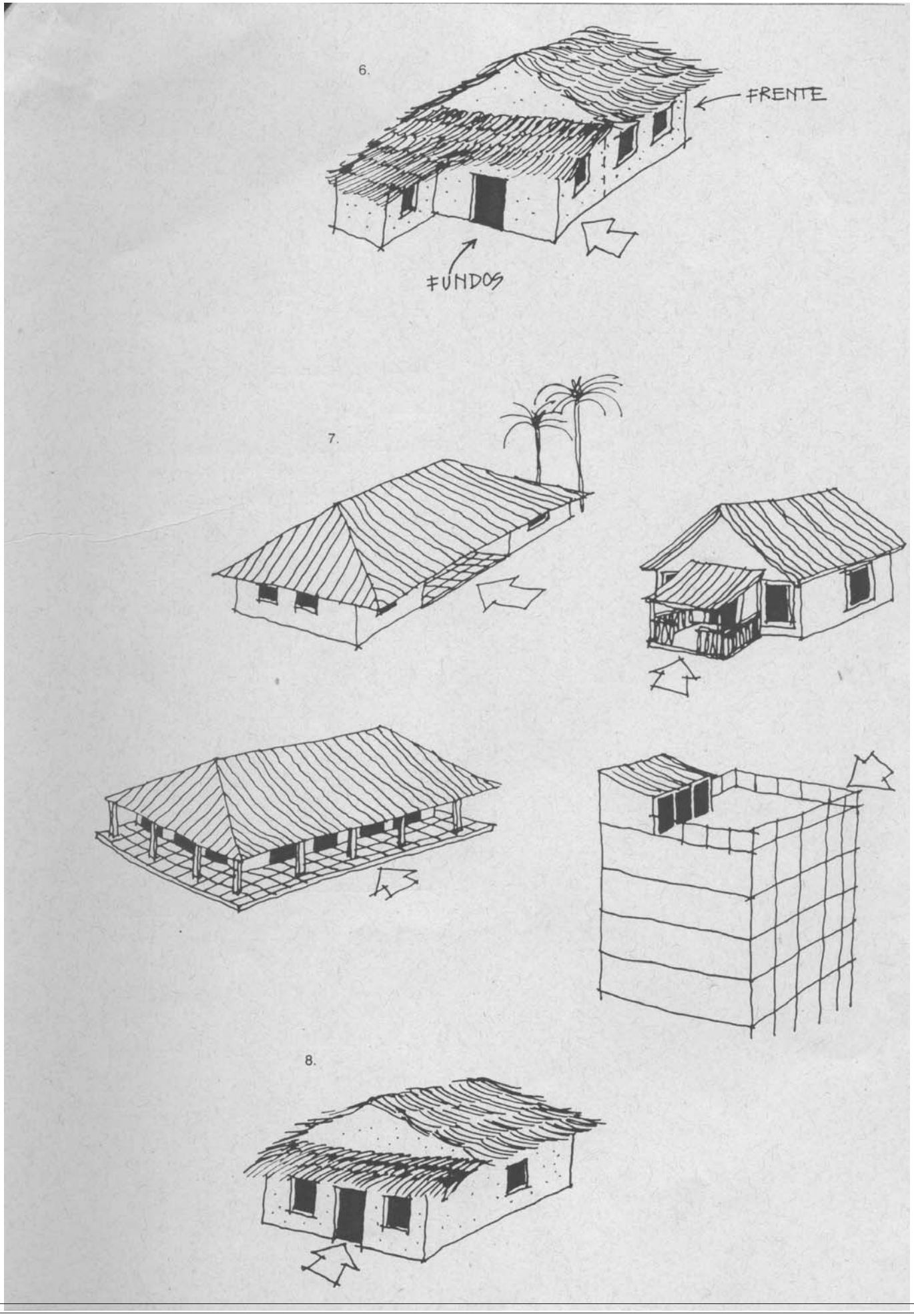






ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

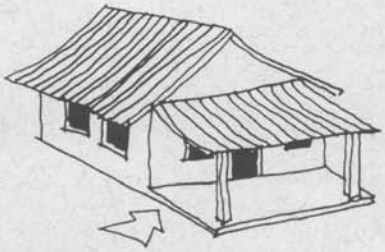


ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

TERMOS QUE FAZEM REFERÊNCIA A VARANDA

VARANDA ALPENDRADA

VARANDA coberta por telhado independente do telhado principal do edifício.

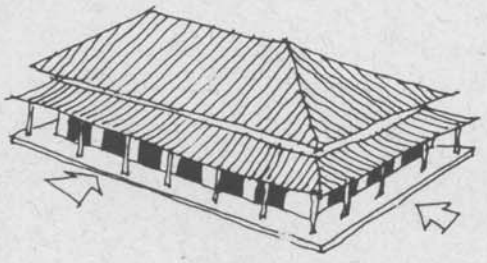


VARANDA CORRIDA

Ver **Varanda.**

VARANDADO

Ver **Alpendre** e **Varanda.**



VARANDAS

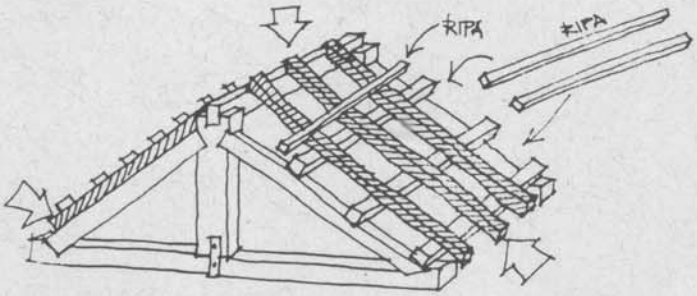
Ver **Galeria.**

VARANDIM

Ver **Varanda.**

VAREDO

Conjunto de VIGOTAS de madeira ou ferro que sustentam o RIPADO dos telhados. Quando se constitui em um conjunto de CAIBROS é também chamado caibramento. A colocação do varedo na armação do telhado é chamada de varejamento e quando se trata de caibros, encaibramento.

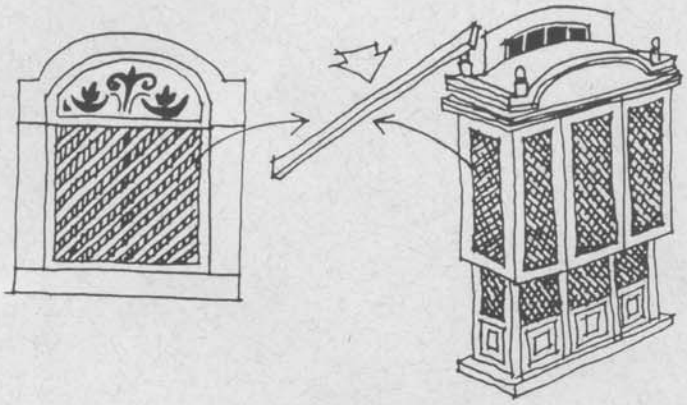


VAREJAMENTO

Ver **Caibro** e **Varedo.**

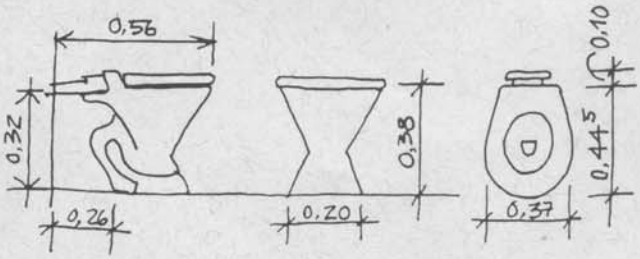
VARETA

Cada uma das FASQUIAS OU SARRAFOS que formam uma RÓTULA OU uma TRELIÇA.



VASO DE DESCARGA REDUZIDA

VASO SANITÁRIO fabricado especialmente para diminuir o consumo de água, permitindo o controle da quantidade dos efluentes em FOSSAS ABSORVENTES e FOSSAS SÉPTICAS. Possibilita a implantação de redes com diâmetros inferiores a 10 cm. É empregado comumente em alternativas sanitárias econômicas para habitação de baixa renda. É também conhecido por VDR.



ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Alexandre. ***Construções civis***. Escolas Profissionais Salesianas, São Paulo, 1938.

APOSTILAS. Centro Técnico / Funarte, Rio de Janeiro, 1991.

ARQUITETURA civil I, textos escolhidos da *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. FAU/USP – MEC/Iphan, 1975.

ARQUITETURA civil II, textos escolhidos da *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. FAU/USP – MEC/Iphan,1975.

ATLAS dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. MEC, DAC/ Fename, Rio de Janeiro, 1975.

ÁVILA, Affonso, **GONTIJO**, João Marcos Machado, **MACHADO**, Reinaldo Guedes. ***Barroco mineiro, glossário de arquitetura e ornamentação***. Co-edição Fundação João Pinheiro / Fundação Roberto Marinho / Companhia Editora Nacional, São Paulo,1980.

BARRETO, Paulo Tedim. ***Casas de câmara e cadeia***. Tese apresentada à congregação da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, para concurso de livramento da cadeira de arquitetura no Brasil. Rio de Janeiro /s.ed./, 1949. (mimeo.)

BRUAND, Yves. ***Arquitetura contemporânea no Brasil***. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1981.

CENTRO Empresarial Iudice. *Projeto*, São Paulo, nº 139, p. 39-42, mar. 1991.

CHAVES, Roberto. ***Manual do construtor***. Editora Tecnoprint, Rio de Janeiro, 1979.

CORONA, Eduardo & **LEMOS**, Carlos A.C. ***Dicionário de arquitetura brasileira.*** Edart, São Paulo, 1972.

CORREDOR Cultural. Rioarte/Iplanrio, Rio de Janeiro, 1989.

COSTA, Irio Barbosa da, **MESQUITA**, Helena Maria. ***Tipos de habitação rural no Brasil***. IBGE, Rio de Janeiro, 1978.

COSTA, Lúcio. ***Lúcio Costa, registro de uma vivência***. Empresa das Artes, São Paulo, 1995.

D'ASSUNÇÃO, T. Lino. ***Dicionário dos termos d'arquitetura***. Ant. Casa Bertrand, José Bastos, Lisboa, s/d.

ENCYCLOPEDIA Universalis – ***The world atlas of architecture***. Mitchell Beazley Publishers, Londres, 1984.

FERREZ, Gilberto. ***O Rio Antigo do fotógrafo Marc Ferrez, paisagens e tipos humanos do Rio de Janeiro, 1865-1918***. Editora Ex-Libris, São Paulo, 1984.

FREYRE, Gilberto. ***Mucambos do Nordeste.*** Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, s/d.

GUIMARAENS, Dinah e **CAVALCANTI**, Lauro. ***Arquitetura kitsch, suburbana e rural***. Funarte, Rio de Janeiro, 1979.

HART, Harold H., **PAMOEDJO**, Hima. ***Arquivo geral de 3.000 desenhos.*** Editora Tecnoprint, Rio de Janeiro, 1982.

KOCH, Wilfried. ***Dicionário dos estilos arquitetônicos***. 2ª ed., Martins Fontes, São Paulo, 1996.

LELLO, José, **LELLO**, Edgar. ***Lello Universal, dicionário enciclopédico luso-brasileiro em 4 volumes***. Lello & Irmão, Porto, s/d.

LÚCIO Costa: sobre arquitetura – 1º volume. Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, Porto Alegre, 1962.

MARIANNO FILHO, José. ***Acerca dos copiares do nordeste brasileiro.*** Est. De Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1942.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. ***Tesouras de telhado: tesouras de madeira***. 4ª ed., Interciências, Rio de Janeiro, 1976.

MORETTI, Ricardo de Sousa. ***Loteamentos***. Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, São Paulo, 1986.

NASSER, Frederico J. ***Avenida Central, um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906.*** Editora Ex-Libris, São Paulo, 1983.

NEUFERT, Ernst. ***Arte de projetar em arquitetura.*** 3ª ed., Editora Gustavo Gili, São Paulo, s/d.

PEVSNER, Nicolau. ***Dicionário enciclopédico de arquitetura***. Ed. Artenova, Rio de Janeiro, 1977.

REIS FILHO, Nestor Goulart. ***Quadro da arquitetura no Brasil***. Editora Perspectiva, São Paulo, 1970.

REIS FILHO, Nestor Goulart. ***Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/ 1720)***. Livraria Pioneira / Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

ROCHA, Mateus Ramalho. ***A igreja do Mosteiro de São Bento***. Editora Lúmen Christi, Rio de Janeiro, 1991.

RODOVIÁRIAS & terminais de cargas (O que é preciso saber sobre). IBAM, Centro de Pesquisas Urbanas / Secretaria de Planejamento da Presidência da República / Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios – SAREM, Rio de Janeiro,1982.

SANTOS, Paulo F. ***Quatro séculos de arquitetura***. IAB, Rio de Janeiro, 1981.

SCOTT, John S. ***A dictionary of building***. Penguin Books, Baltimore, 1964.

SEGUIER, Jayme de. ***Diccionario práctico illustrado.*** Livraria Chardron, Porto, 1928.

60 ANOS da revista. *Revista do Patrimônio 26*, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Geraldo Gomes da. ***Arquitetura do ferro no Brasil***. 2ª ed., Nobel, São Paulo, 1987.

SOARES, Dulce. ***Barra Funda, esquinas, fachadas e interiores***. Imprensa Oficial do Estado, São Paulo.

TEIXEIRA, Luis Manuel Teixeira. ***Dicionário ilustrado de belas-artes.*** Editorial Presença, Lisboa, 1985.

VALLADARES, Clarival do Prado. ***Rio barroco***. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1978.

VALLADARES, Clarival do Prado. ***Rio neoclássico***. Bloch Editores, Rio de Janeiro, 1978.

VASCONCELLOS, Sylvio de. ***Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos***. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d.

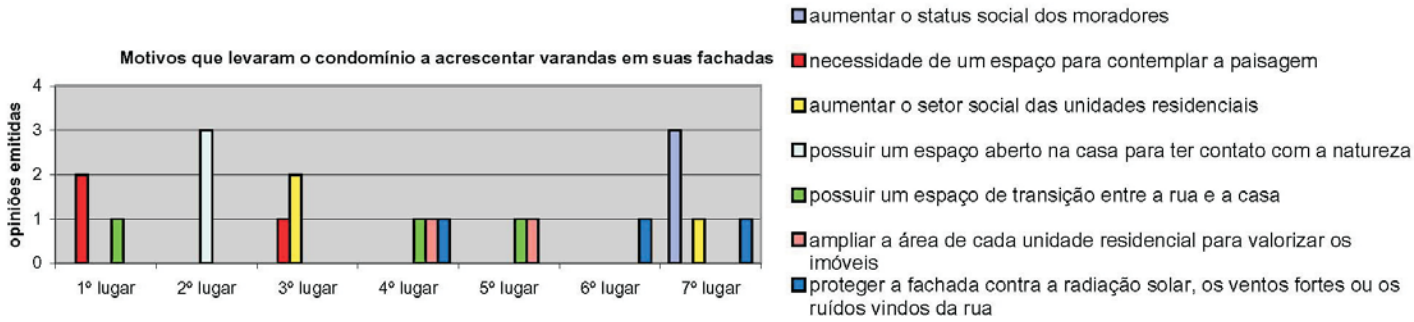
VASCONCELLOS, Sylvio de. ***Vocabulário arquitetônico***. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1961.

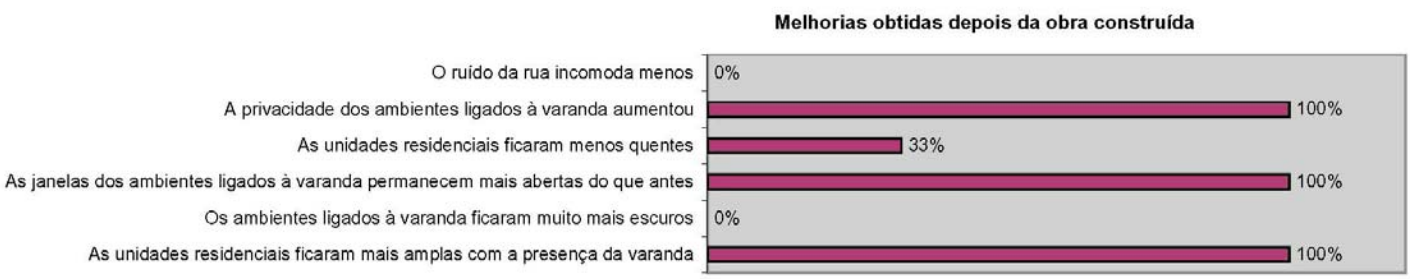
WILHEIM, Jorge. ***Espaços e palavras.*** Cadernos Brasileiros de Arquitetura vol. 15, Projeto, São Paulo, 1985.

ALBERNEZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário Ilustrado de Arquitetura. Vol. 2. São Paulo: Pro-Editores, 1998.

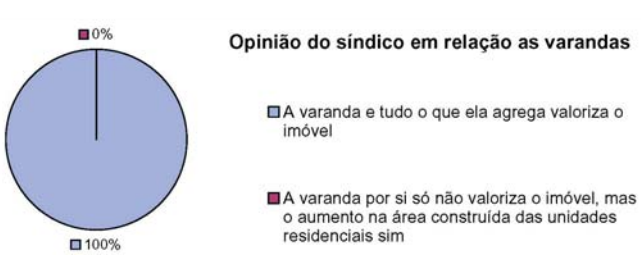
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE ENTREVISTA COM OS SÍNDICOS

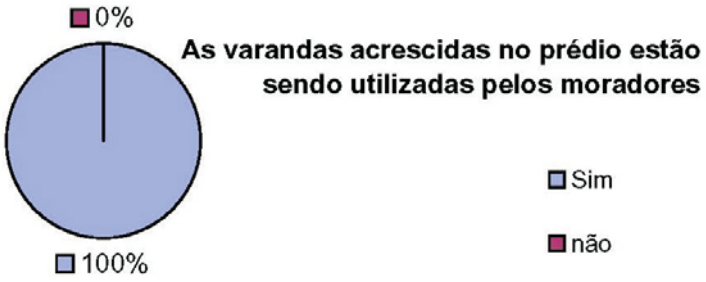
PROCESSO DE AVARANDAMENTO











Página

Anexo IX — Limites externos e internos da zona econômica exclusiva 104

DECRETO-LEI N.º 77, DE 29 DE ABRIL DE 1975: Altera disposições do Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto "E" n.º 3.800, de 20 de abril de 1970, e dá outras providências 106

LEI N.º 1.574, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1967: Estabelece normas para o desenvolvimento urbano e regional do Estado da Guanabara, e dá outras providências 107

DECRETO-LEI N.º 42, DE 23 DE JUNHO DE 1969: Aprova o plano-piloto de urbanização e zoneamento para a Baixada de Jacarepaguá 116

DECRETO-LEI N.º 222, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1969: Dispõe sobre loteamentos, serviço público de abastecimento de água e reconhecimento de logradouros 117

DECRETO "E" N.º 3.800, DE 20 DE ABRIL DE 1970: Aprova os regulamentos complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, e dá outras providências 120

REGULAMENTO DE PARCELAMENTO DA TERRA

Capítulo I — Abertura de logradouros, loteamento e desmembramento:
Seção I — Abertura de logradouros:
Subseção I — Condições técnicas do projeto: 121
Subseção II — Pavimentação, obras e serviços complementares 123
Subseção III — Obrigações a serem cumpridas durante a execução das obras 124
Subseção IV — Aceitação de obras 125
Subseção V — Reconhecimento de logradouros 126
Subseção VI — Nomenclatura de logradouros 127
Seção II — Loteamento e desmembramento:
Subs. única — 130
Capítulo II — Defesa dos aspectos paisagísticos e dos logradouros e cursos d'água:
Seção I — Defesa dos aspectos paisagísticos 132
Seção II — Defesa dos logradouros 132
Seção III — Defesa dos cursos de água 135
Seção IV — Defesa paisagística das encostas 136
Seção V — Arborização 137

REGULAMENTO DE CONSTRUÇÕES E EDIFICAÇÕES

Capítulo I — Generalidades 137
Capítulo II — Classificação dos tipos de edificação 138
Capítulo III — Edificações residenciais:
Seção 1 — Generalidades 138
Seção 2 — Edificações residenciais permanentes:
Subseção 2.1 — Generalidades 138
Subseção 2.2 — Unifamiliares 139
Subseção 2.3 — Multifamiliares 139
Seção 3 — Edificações residenciais transitórias 139
Capítulo IV — Edificações não-residenciais:
Seção 1 — Generalidades 140
Seção 2 — Edificações destinadas ao uso industrial 141
Seção 3 — Edificações destinadas a locais de reunião:
Subseção 3.1 — Generalidades 141
Subseção 3.2 — Estádios 142
Subseção 3.3 — Auditórios, ginásios esportivos, "halls" de convenções e salões de exposições 142
Subseção 3.4 — Cinemas 142
Subseção 3.5 — Teatros 143
Subseção 3.6 — Parques de diversões 143
Subseção 3.7 — Circos 143
Seção 4 — Edificações destinadas a comércio, negócios e atividades profissionais 144
Seção 5 — Estabelecimentos hospitalares e laboratórios 144
Seção 6 — Estabelecimentos escolares 144
Seção 7 — Usos especiais diversos: 145
Subseção 7.1 — Generalidades 145
Subseção 7.2 — Depósitos de explosivos, munições e inflamáveis 145
Subseção 7.3 — Depósitos de armazenagem 145
Subseção 7.4 — Locais para estacionamento ou guarda de veículos 145
Subseção 7.5 — Postos de serviço e de abastecimento de veículos 149
Capítulo V — Edificações mistas 150
Capítulo VI — Condições gerais relativas às edificações:
Seção 1 — Preparo do terreno. Escavações 150
Seção 2 — Fundações 150
Seção 3 — Estruturas 150
Seção 4 — Paredes 151
Seção 5 — Pisos e tetos 151
Seção 6 — Fachadas 151
Seção 7 — Coberturas 151
Seção 8 — Reservatórios de água 152
Seção 9 — Circulação em um mesmo nível 152
Seção 10 — Circulação de ligação de níveis diferentes:
Subseção 10.1 — Escadas 155
Subseção 10.2 — Rampas 155
Subseção 10.3 — Da obrigatoriedade de assentamento de elevadores 156
Subseção 10.4 — Escadas rolantes 157
Seção 11 — Jiraus 157
Seção 12 — Chaminés 157
Seção 13 — Marquises 158
Seção 14 — Vitrinas e mostruários 158
Seção 15 — Tapumes, andaimes e proteção para execução de obras:
Subseção 15.1 — Tapumes 158
Subseção 15.2 — Andaimes 159
Subseção 15.3 — Proteção para execução de obras 160
Subseção 15.4 — Condições gerais 161

DECRETO "E" N.º 3.800, DE 20 DE ABRIL DE 1970.

Aprova os regulamentos complementares à Lei do Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os Regulamentos de Zoneamento, de Parcelamento da Terra, de Edificações e Construções, de Assentamento Máquinas, Motores e Equipamentos, e de Licenciamento e Fiscalização, que acompanham, em anexo, este decreto. [*O Decreto n.º 322, de 3/3/1976, aprovou o novo Regulamento de Zoneamento.*]

Art. 2.º O exame para licenciamento, em todas as matérias disciplinadas nos regulamentos de que trata o artigo 1.º, fica no âmbito exclusivo da Secretaria de Obras Públicas.

Art. 3.º Os expedientes administrativos formados até a data de publicação deste decreto serão decididos de acordo com a legislação anterior, desde que não sejam arquivados ou caiam em perempção.

Parágrafo único. Os alvarás de licença de obras não iniciadas não poderão ser prorrogados ou revalidados sem obedecer à disposições deste decreto.

Art. 4.º Será permitida a aplicação de normas dos regulamentos agora aprovados em projeto para o qual haja ou não alvará, desde que o mesmo seja revisto de modo que fique totalmente enquadrado naqueles regulamentos.

Art. 5.º Para efeitos de aplicação dos regulamentos ora aprovados, será adotado o glossário que, em anexo, acompanha este decreto.

Art. 6.º Ressalvadas as hipóteses explicitamente previstas nos regulamentos aprovados por este decreto, ficam mantidos:

1 — projetos aprovados e decretos específicos de alinhamento e de urbanização atualmente em vigor;

2 — os atuais limites máximos de construção, com ou sem formação de áreas coletivas, fixados por projetos aprovados ou decretos específicos;

3 — todas as normas legais e regulamentos sobre a matéria contida no título V, seções I e II, do Regulamento de Zoneamento.

Parágrafo único. Quando, em projetos aprovados de urbanização, haja previsão de construção de galerias de pedestres, o subsolo correspondente a estas galerias não poderá ser utilizado a não ser para assentamento de canalizações destinadas a serviços públicos.

Art. 7.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 1.574, de 11 de dezembro de 1967, os Decretos ns. 6.000, de 1.º de julho de 1937, "E" 1.077, de 8 de junho de 1968, e demais disposições em contrário.

[*Decreto nº 6.000, de 1/7/1937:*
"Estabelece o Código de Obras do Distrito Federal e dá outras providências."]

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1970; 82.º da República e 11.º do Estado da Guanabara.

FRANCISCO NEGRÃO DE LIMA

Seção 4

Paredes

Art. 68. Quando forem empregadas paredes autoportantes em uma edificação, serão obedecidas as respectivas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas para os diferentes tipos de material utilizado.

Art. 69. As paredes externas de uma edificação serão sempre impermeáveis.

Art. 70. As paredes divisórias entre unidades independentes, mas contíguas, assim como as adjacentes às divisas do lote, garantirão perfeito isolamento térmico e acústico.

Art. 71. Nas unidades contíguas, haverá sempre parede corta-fogo, quando a estrutura da cobertura for comum às mesmas.

Art. 72. As paredes adjacentes às divisas do lote terão sempre fundações próprias e deverão impedir a ligação e continuidade dos elementos estruturais da cobertura com os de outra já existente ou a ser construída.

Seção 5

Pisos e tetos

Art. 73. Os pisos e tetos serão executados com material incombustível.

Parágrafo único. As edificações residenciais unifamiliares isoladas das divisas do lote ficarão dispensadas das exigências deste artigo. [*Parágrafo acrescentado pelo Decreto "E" n.º 5.524, de 23/6/1972.*]

Art. 74. Os pisos dos compartimentos assentes diretamente sobre o solo deverão ser impermeabilizados.

Seção 6

Fachadas

[*Ver o Decreto n.º 51/75 (artigos 3.º e 4.º).*]

Art. 75. É livre a composição de fachadas.

Art. 76. Nas edificações será permitido o balanço sobre a área de afastamento mínimo frontal exigido pelo Regulamento de Zoneamento, acima do pavimento térreo, de acordo com o artigo 114 do Regulamento de Zoneamento.

Seção 7

Coberturas

Art. 77. As coberturas das edificações serão construídas com materiais que permitam:

a) perfeita impermeabilização;

b) isolamento térmico.

Art. 78. Nas edificações destinadas a locais de reunião e de trabalho, as coberturas serão construídas com material incombustível.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o Decreto n.º 7 548, de 19 de novembro de 1 974.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1 975.

MARCOS TAMOYO
Orlando Feliciano Leão

[Publicado no "Diário Oficial" do Estado do Rio de Janeiro, parte IV, de 27/6/1 975; republicado no de 1/7/1 975.]

DECRETO N.º 51 — DE 1.º DE JULHO DE 1 975

Altera disposições relativas às condições das edificações, estabelecidas no Regulamento de Zoneamento e no Regulamento de Construções e Edificações, aprovados pelo Decreto "E" n.º 3 800, de 20 de abril de 1 970, e dá outras providências.

[Prescreve o Decreto n.º 322, de 3/3/1 976: "Art. 5.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Regulamento de Zoneamento aprovado pelo Decreto "E" n.º 3 800, de 20 de abril de 1 970, e demais disposições em contrário, mantidos o artigo 6.º do Decreto n.º 51, de 1.º de julho de 1 975, e os artigos 2.º, 3.º, 8.º, 9.º, 10, 12, 13 e 14, do Decreto n.º 52, de 1.º de julho de 1 975. (Ver neste livro o novo Regulamento de Zoneamento, aprovado pelo Decreto n.º 322/76.)]

O Prefeito do Município do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 77, de 29 de abril de 1 975, decreta: *[Ver neste livro o decreto-lei citado.]*

Art. 1.º As alturas dos pavimentos com lojas, das edificações comerciais ou mistas, não serão limitadas, ficando revogadas as notas 13-1 e 13-2, do quadro n.º 8 do Regulamento de Zoneamento.

§ 1.º Os mezaninos ou qualquer tipo de entrepiso serão considerados como pavimentos.

§ 2.º Excluem-se do disposto no parágrafo anterior os jiraus, no primeiro pavimento de loja, que obedeçam às disposições dos artigos 101 e 102, do Regulamento de Construções e Edificações. *[Ver neste livro o regulamento citado.]*

Art. 2.º Nas áreas coletivas, a ocupação com construções, seja para lojas, seja para estacionamento ou guarda de veículos, não poderá ultrapassar:

1 — a altura de 7,3 m, nas quadras situadas na área central (AC);

2 — a altura de 7,8 m, e mais os espaços ou entrepisos destinados à instalação de ar condicionado ou exaustão mecânica, quando necessários, nas demais zonas.

Parágrafo único. Nenhum elemento construtivo, inclusive telhado, muro e casa de máquinas de instalação de ar condicionado ou exaustão mecânica, poderá ultrapassar as alturas fixadas neste artigo, e a laje de cobertura, quando for o caso, não poderá ser aproveitada como terraço para qualquer uso.

Art. 3.º As fachadas das edificações poderão apresentar saliências e varandas balanceadas em relação aos afastamentos mínimos frontal e das divisas, observadas as condições dos parágrafos deste artigo.

§ 1.º As fachadas poderão apresentar, balanceadas sobre o afastamento mínimo frontal e além do balanço permitido pelo artigo 76 do Regulamento de Construções e Edificações, acima do pavimento térreo, saliências destinadas a elementos estruturais, a quebra-sóis, jardineiras, sacadas, e à colocação de aparelhos de ar condicionado, desde que as mesmas não ultrapassem a profundidade de 0,4 m, se contínuas ao longo da fachada, e de 0,8 m, se descontínuas. Essas saliências não serão computadas no cálculo da área total das edificações (ATE). *[Ver neste livro o Regulamento de Construções e Edificações, anexo ao Decreto "E" n.º 3 800, de 20/4/1 970.]*

§ 2.º As fachadas voltadas para os afastamentos das divisas laterais, de fundos e entre edificações, poderão apresentar as mesmas saliências referidas no parágrafo anterior, sem serem computadas no cálculo da área total das edificações (ATE), e podendo ocupar o espaço aéreo resultante dos afastamentos exigidos.

§ 3.º As saliências citadas nos parágrafos anteriores não serão permitidas sob qualquer pretexto nos prismas de iluminação e ventilação (PIV) e prismas de ventilação (PV), projetados no interior das edificações.

§ 4.º Será tolerada a existência de varandas abertas nas unidades residenciais, balanceadas sobre o espaço aéreo correspondente ao afastamento mínimo frontal, com profundidade nunca superior a 2 m, incluído nesta medida o balanço permitido pelo artigo 76 do Regulamento de Construções e Edificações, em logradouros cuja largura for igual ou maior que 12 m, e neste caso não serão computadas no cálculo da ATE. *[Ver neste livro o regulamento citado.]*

§ 5.º As disposições do parágrafo anterior aplicam-se em logradouros cuja largura for inferior a 12 m, somente nos casos de edificações afastadas das divisas, em que o afastamento frontal mínimo for exigido para o local, acrescido da diferença da largura dos logradouros para 12 m.

§ 6.º Será admitida também a existência de varandas abertas balanceadas sobre a área de fundos do lote, com profundidade nunca superior a 2 m, desde que seja computado o afastamento de fundos a partir do plano vertical que contenha os peitoris dessas varandas, e neste caso não serão computadas no cálculo da ATE.

§ 7.º No caso de edificações não afastadas das divisas, as varandas previstas no parágrafo anterior deverão distar no mínimo 1,5 m das divisas laterais dos lotes.

§ 8.º As saliências e varandas de que tratam os parágrafos deste artigo poderão exceder as dimensões da projeção horizontal das edificações, estabelecidas na nota 04 do quadro n.º 8, do Regulamento de Zoneamento.

§ 9.º As varandas abertas não poderão ser fechadas ou envidraçadas, mesmo em parte, sob qualquer pretexto, devendo a convenção de condomínio estipular tal condição, advindo daí a co-responsabilidade do condomínio na obediência a esta exigência.

Art. 4.º As fachadas dos embasamentos das edificações afastadas das divisas, que excederem a projeção dos pavimentos superiores, não poderão apresentar, sobre o afastamento frontal mínimo exigido para o local, o balanço regulado pelo artigo 76 do Regulamento de Construções e Edificações; o pavimento imediatamente superior ao embasamento não poderá apresentar esse mesmo balanço sobre o afastamento frontal mínimo exigido para a edificação afastada das divisas. *[Ver neste livro o Regulamento de Construções e Edificações (Decreto "E" n.º 3 800, de 20/4/1 970).]*

Art. 5.º Acima do último pavimento das edificações afastadas das divisas que apresentarem mais de quatro e menos de dezoito pavimentos, incluídos, quando for o caso, os pavimentos destinados a lojas de edificações comerciais ou mistas, mesmo que constituam embasamento não afastado das divisas, além das caixas-d'água, casas de máquinas e o respectivo acesso, serão admitidos:

I — terraços descobertos, para qualquer uso (piscina, belvedere, mirante, etc.), não sendo considerada essa utilização no cálculo dos prismas de iluminação e/ou de ventilação e nos afastamentos;

II — dependências de unidades residenciais situadas no último pavimento ou unidades residenciais de cobertura (uma por prumada de acesso), nas edificações residenciais multifamiliares, assim como compartimentos destinados a atividades sociais dos condomínios (salas para recreação ou festas), desde que:

1 — a ocupação, incluindo também as partes comuns, não ultrapasse 50% da área do último pavimento;

2 — as dimensões dos afastamentos e dos prismas de iluminação e ventilação (PIV) ou prismas de ventilação (PV) sejam aumentados para atender a mais um pavimento, contado esse aumento apenas ao nível dessa ocupação de cobertura;

3 — as disposições do artigo 134 do Regulamento de Construções e Edificações sejam obedecidas, considerando-se, como último teto das edificações, aquele correspondente às dependências ou unidades permitidas de acordo com este inciso; *[Ver neste livro o regulamento citado, anexo ao Decreto "E" n.º 3 800, de 20/4/1 970.]*

4 — seja obedecido o afastamento mínimo de 5 m, em relação ao plano da fachada voltada para a testada do lote.

§ 1.º Nos casos de ocupação previstos no inciso II deste artigo, a estrutura de pergulados e avarandados, inclusive vigas de testa e colunas, poderá integrar-se arquitetonicamente aos parâmetros das fachadas em todo o seu perímetro.

§ 2.º O licenciamento de obras que impliquem a alteração dos elementos construtivos de que trata este artigo, após o "habite-se", só será concedido mediante prévia comprovação da concordância unânime dos condôminos, devendo a convenção do condomínio estabelecer a co-responsabilidade deste nas alterações que porventura venham a ocorrer, na hipótese de desrespeito a essa concordância, e nesse caso responderá também pelas obras consideradas ilegais.

II — excetuados os casos previstos no inciso I, o afastamento mínimo entre duas edificações será igual à dimensão do prisma de iluminação e ventilação (PIV) exigido para a edificação mais alta.

Parágrafo único. O afastamento entre edificações unifamiliares que tenham um ou dois pavimentos poderá ser reduzido para três metros.

Art. 110. O afastamento mínimo entre duas edificações não afastadas das divisas, no mesmo lote, será a soma das dimensões dos prismas de iluminação e ventilação (PIV), tipo B, definido pelo artigo 139 do Regulamento de Construções e Edificações, correspondentes aos números de pavimentos dessas edificações.

Parágrafo único. No caso de duas edificações unifamiliares no lote, com um máximo de dois pavimentos, o afastamento poderá ser reduzido para 3 m.

Art. 111. Nos edifícios-garagens afastados das divisas, os afastamentos mínimos frontal, das divisas laterais, de fundos, e entre edificações, serão os exigidos para o número de pavimentos que corresponder, em altura, ao número de pavimentos do edifício-garagem, adotando-se para aqueles pavimentos as dimensões de piso a piso, segundo critério do artigo 83, o mesmo ocorrendo com o afastamento mínimo entre edifícios-garagens não afastados das divisas.

Parágrafo único. Nos casos em que, de acordo com o § 1.º do artigo 83, for permitido o acréscimo de pavimentos aos edifícios-garagens, do número de pavimentos calculado de acordo com o "caput" do artigo 83, serão descontados os pavimentos que corresponderem, em altura, a esse acréscimo, o mesmo ocorrendo nos casos previstos no § 2.º do artigo 83.

Art. 112. As áreas dos afastamentos exigidos para as edificações afastadas das divisas são "non aedificandi", não podendo ser usadas para efeito de ventilação e iluminação de edificação nos terrenos vizinhos.

Art. 113. Na determinação das condições de edificações será considerada a largura do logradouro, sem levar em conta as sobrelarguras, os alargamentos ou reduções eventuais em pequenos trechos ou larguras das praças de retorno.

Parágrafo único. Quando houver projeto aprovado de alinhamento (PAA), prevalecerá a largura projetada do logradouro.

Art. 114. Os afastamentos mínimos frontal, das divisas laterais, de fundos, e entre edificações, exigidos por este regulamento serão observados em toda a altura da edificação e na extensão das respectivas fachadas, havendo ou não abertura de vãos, ressalvadas as disposições dos parágrafos seguintes.

§ 1.º As fachadas poderão apresentar, balanceadas sobre o afastamento frontal mínimo, acima do pavimento térreo, saliências destinadas a elementos estruturais, a quebra-sóis, jardineiras, sacadas e à colocação de aparelhos de ar-condicionado, desde que as mesmas não ultrapassem a profundidade de 40 cm, se contínuas ao longo da fachada, e de 80 cm, se descontínuas. Essas saliências não serão computadas no cálculo da área total de edificação (ATE).

§ 2.º As fachadas voltadas para os afastamentos das divisas laterais, de fundos, e entre edificações, poderão apresentar as mesmas saliências referidas no parágrafo anterior, sem serem computadas no cálculo da área total de edificação (ATE) e podendo ocupar o espaço aéreo resultante dos afastamentos exigidos acima do pavimento térreo.

§ 3.º As saliências citadas nos parágrafos anteriores não são permitidas, sob qualquer pretexto, nos prismas de iluminação e ventilação (PIV) e prisma de ventilação (PV) projetados no interior da edificação, salvo quando se tratar de afastamento em toda a extensão das divisas laterais e de fundos, iguais, no mínimo, à dimensão do prisma de iluminação e ventilação (PIV) exigido para a edificação.

§ 4.º É tolerada a existência de varandas abertas nas unidades residenciais, balanceadas sobre

o espaço aéreo correspondente ao afastamento frontal mínimo, acima do pavimento térreo, com a profundidade nunca superior a 2 m, em logradouros cuja largura for igual ou maior que 12 m, e, neste caso, não serão computadas no cálculo da área total de edificação (ATE).

§ 5.º As disposições do parágrafo anterior aplicam-se a logradouros cuja largura for inferior a 12 m, apenas nos casos de edificação afastada das divisas, em que o afastamento frontal for, pelo menos, o exigido para o local, acrescido da diferença da largura dos logradouros para 12 m.

§ 6.º É tolerada também a existência de varandas abertas balanceadas sobre a área de fundos do lote, com profundidade nunca superior a 2 m, desde que seja computado o afastamento de fundos a partir do plano vertical que contenha os peitoris dessas varandas, e, neste caso, não serão computadas no cálculo da área total de edificação (ATE). No caso de edificação não afastada das divisas, o afastamento deve ser observado em toda a extensão da divisa de fundos, e, no mínimo, igual à dimensão do prisma de iluminação e ventilação (PIV) exigido para a edificação.

§ 7.º No caso de edificação não afastada das divisas, as varandas previstas nos parágrafos anteriores distarão, no mínimo, 1,5 m das divisas laterais dos lotes.

§ 8.º As saliências e varandas de que tratam os parágrafos deste artigo poderão exceder as dimensões de projeção horizontal das edificações estabelecidas no artigo 88 deste regulamento.

§ 9.º As varandas não poderão ser fechadas ou envidraçadas, mesmo em parte, sob qualquer pretexto, devendo a convenção do condomínio estipular tal condição, sendo o condomínio solidariamente responsável na obediência a esta exigência.

§ 10. As fachadas dos embasamentos das edificações afastadas das divisas, que excederem a projeção dos pavimentos superiores, não poderão apresentar balanço sobre o afastamento frontal mínimo exigido para esses embasamentos, por este regulamento; o pavimento imediatamente superior ao embasamento não poderá apresentar esse mesmo balanço sobre o afastamento frontal mínimo exigido para a edificação afastada das divisas.

§ 11. Nas edificações de esquina, as fachadas, acima do pavimento térreo, poderão apresentar balanço sobre a linha de concordância dos afastamentos frontais mínimos exigidos para os dois logradouros, com a profundidade máxima de 1,5 m, mas, neste trecho em balanço, não serão permitidas varandas.

§ 12. Não é permitido balanço além do alinhamento, sobre o logradouro.

§ 13. As saliências, sacadas e varandas, previstas em balanço, de acordo com os parágrafos anteriores, deverão respeitar, em qualquer caso, o afastamento mínimo de 2,5 m, das divisas laterais e de fundos. [*Parágrafo acrescentado a este artigo pelo Decreto n.º 835, de 01.02.197-*]

§ 14. O disposto nos §§ 4.º ao 9.º deste artigo aplica-se às unidades habitacionais de hotel-residência. [*Parágrafo acrescentado a este artigo pelo Decreto n.º 3.044, de 23.04.1981*]

[*O Decreto n.º 4.682, de 06.09.1984, deu ao artigo 115 a seguinte redação:*]

Art. 115. Nos lotes com testada para logradouro que constitua limite de zona, estando os 2 lados do logradouro incluído na mesma zona, serão aplicadas as disposições pertinentes à respectiva zona numa faixa até 33,00 m (trinta e três metros) de profundidade a partir do alinhamento ou na metade da largura da quadra, quando esta largura for menor do que 66,00 m (sessenta e seis metros).

Parágrafo único. Na área restante dos lotes a que se refere o "caput" deste artigo serão estabelecidos os aproveitamentos que observem as disposições comuns às zonas limítrofes.

Art. 116. Pavimentos com lojas são permitidos, apenas, em edificação com frente para logradouro público.

§ 1.º As lojas poderão ser projetadas em subsolo apenas em CB-3, AC e ZIC. Em CB-1 e CB-2 é tolerado o uso de subsolo para depósito, como dependência privativa de cada loja, comuni-

DECRETO Nº 322 DE 3 DE MARÇO DE 1976 - ARTIGO 114

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1991.

MARCELO NUNES ALENCAR

ANEXO I

O abaixo-assinado.....
(nome)
Eng.º/Arq. Registrado no CREA sob o n.º ..... para a rua .....
D-5ª Região, do projeto de .....
..... RA, declara, sob as penas da lei, perante o município e terceiros, que o projeto atende fiel e
na ..... no que diz respeito às partes internas da
integralmente às disposições do Decreto n.º .....
edificação, pelo que pessoalmente se responsabiliza, sendo ou não examinadas as edificações pertinentes pelo órgão
licenciador, de acordo com o disposto no "caput" do artigo 7.º do decreto acima referido.

Rio de Janeiro, de de 199

Anexo II do Decreto n.º 10.426, de 6 de setembro de 1991, que dá nova redação ao Decreto n.º 7.336, de 5 de janeiro de 1988.

DECRETO N.º 7.336, DE 5 DE JANEIRO DE 1988.

Aprova o Regulamento de Construção de Edificações Residenciais Multifamiliares

[Com as modificações introduzidas pelo Decreto n.º 7.570, de 15/4/1988, e pelo Decreto n.º 10.426, de 6/9/1991.]

O Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1.º O projeto e a construção de edificações residenciais multifamiliares no Município do Rio de Janeiro ficam subordinados ao que determina o Regulamento constante do anexo que acompanha o presente decreto, nos termos do disposto no Decreto n.º 2.138, de 17 de novembro de 1987.

Art. 2.º O Regulamento de Construção de Edificações Residenciais Multifamiliares substitui e anula toda a legislação em vigor referente aos elementos nele relacionados quando aplicados ao projeto e à construção de edificações residenciais multifamiliares.

Art. 3.º Este decreto entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1988 — 424.º da Fundação da Cidade.

ROBERTO SATURNINO BRAGA

[O Decreto n.º 10.426, de 6/9/1991, deu a este anexo a redação a seguir reproduzida.]

Anexo único

Regulamento de construção de edificações residenciais multifamiliares

1 — Aplicação e condições gerais.
2 — Elementos das edificações residenciais multifamiliares:
2.1 — Condições externas à edificação.
2.2 — Relativos às unidades residenciais.
2.3 — Relativos às partes comuns.
2.4 — Relativos aos regulamentos das concessionárias de serviço público.
2.5 — Relativos à segurança contra incêndio e pânico.
2.6 — Relativos a equipamentos e instalações mecânicas.
2.7 — Relativos à proteção do meio ambiente e ao conforto ambiental.
3 — Responsabilidade profissional e uso do regulamento.

1 — Aplicação e condições gerais:

1.1 — Edificação residencial multifamiliar é aquela destinada ao uso residencial permanente e que possua mais de duas unidades residenciais justapostas ou superpostas.

1.2 — O presente Regulamento se aplica ao projeto e à construção das edificações residenciais multifamiliares e a parte residencial das edificações mistas.

1.3 — O Regulamento estatui condições que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro considera indispensáveis às edificações residenciais multifamiliares. Outros elementos ou condições não previstos e também não restringidos pelo presente Regulamento, são em princípio, permitidos, reservando-se no entanto à administração municipal a aceitação de sua utilização.

1.4 — A análise dos projetos para efeito da aprovação será feita à luz do presente Regulamento em seus itens específicos e segundo também a utilização lógica dos diversos compartimentos.

2 — Elementos das edificações residenciais multifamiliares:

2.1 — Condições externas à edificação:
2.1.1 — Dimensões das edificações.
2.1.2 — Afastamentos.
2.1.3 — Prismas de ventilação e iluminação, reentrâncias.
2.1.4 — Varandas, sacadas e saliências.
2.1.5 — Marquises.
2.1.6 — Cobertura.
2.1.7 — Reservatórios de água potável, casa de máquinas.
2.1.8 — Justaposições.
2.2 — Relativos às unidades residenciais:
2.2.1 — Unidades residenciais — obrigatoriedade.
2.2.2 — Compartimentos — dimensões.
2.2.3 — Ventilação e iluminação dos compartimentos.
2.2.4 — Escadas privativas externas.
2.2.5 — Portas.
2.2.6 — Terraços.
2.3 — **Relativos às partes comuns:**
2.3.1 — Circulações.

b) quando servirem a compartimentos cujas aberturas se situem paralelamente ao plano da fachada, a largura mínima da reentrância será de 1,50 m. A profundidade dos compartimentos será calculada a partir do plano da fachada para efeito de limite de iluminação. As seções horizontais da reentrância, neste caso, não são obrigatoriamente constantes ao longo da altura. Se a abertura da reentrância for igual ou maior que a medida mínima do prisma necessário a sua altura, o limite de profundidade para os compartimentos será medido pela face interna da reentrância, devendo neste caso a seção ser constante em toda a altura;

c) as reentrâncias com profundidade até 0,80 m são livres de qualquer exigência quanto à largura;

d) as reentrâncias com paramentos cegos (sem aberturas) são livres de qualquer exigência;

e) não será considerado como reentrância o plano recuado de uma fachada, cuja extensão, além de ser igual ou superior ao lado do prisma mínimo calculado para a altura da edificação, seja igual ou maior que metade do comprimento total desta mesma fachada.

2.1.3.4 — As dimensões dos prismas e reentrâncias serão calculadas com até duas casas decimais, desprezando-se as casas seguintes. As alturas dos prismas serão calculadas a partir do nível do piso do 1.º pavimento iluminado ou ventilado até o nível da abertura do prisma para o exterior, sendo computados nesta dimensão a altura dos elementos ao nível da cobertura, que se encontrem a menos de 1,50 m da abertura do prisma.

2.1.3.5 — Prismas para ventilação e iluminação e para ventilação de compartimentos situados nos embasamentos, subsolos e pavimentos destinados a estacionamento e partes comuns das edificações, deverão observar as seguintes condições:

A — prismas comunicando-se com o espaço aberto do embasamento (área de afastamento).

A altura será considerada entre o nível do piso do 1.º compartimento iluminado ou ventilado e o nível de abertura do prisma para o espaço de afastamento;

B — prismas comunicando-se com o espaço coberto do embasamento (projeção da edificação).

Vedada sua utilização, salvo se o prisma for prolongamento de um prisma existente na edificação, devendo no caso as alturas dos prismas serem somadas para efeito do cálculo das dimensões de sua seção horizontal;

C — o dimensionamento dos prismas será feito da mesma forma do determinado em 2.1.3.1 e 2.1.3.2;

D — no caso de utilização de prismas para ventilação de estacionamentos, os mesmos deverão ser exclusivos, não podendo servir para ventilar outro tipo de compartimento situado nos embasamentos, subsolos e pavimentos destinados a estacionamento e partes comuns, exceto os compartimentos destinados a lixo ou depósitos. Não poderão ser prolongamentos de prisma de ventilação existentes na edificação. Caso sejam prolongamento de prismas de ventilação e iluminação, a seção horizontal destes, na parte residencial, deverá corresponder, para esse efeito, no mínimo a 1/25 da área de estacionamento por eles ventilada, sendo neste caso obrigatória a ventilação cruzada.

As saídas dos prismas poderão ser protegidas contra a chuva, mantidas na abertura as dimensões mínimas do prisma.

Em qualquer caso, não há necessidade de que seja vedada a comunicação entre os prismas existentes na edificação e a área de estacionamento.

2.1.3.6 — As edificações, sejam afastadas ou não das divisas, poderão dispor de prismas para ventilação e iluminação e prismas de ventilação.

2.1.4 — Varandas, sacadas e saliências: ERRO DE DIGITAÇÃO: ITEM 2.1.4

2.1.4.1 — Varandas projetadas e sacadas:

Quando projetadas em balanço são as seguintes as condições e restrições de sua utilização:

A — em relação ao afastamento frontal:

Poderão ser balanceadas até 2,00 m sobre o afastamento frontal mínimo exigido para o local ou aquele decorrente de acréscimo de pavimentos (afastamento progressivo). Poderão ocupar toda a extensão da fachada devendo observar afastamento de 1,50 m à divisa lateral do lote no caso de prédio não afastado das divisas;

B — em relação aos afastamentos laterais, de fundos e entre edificações:

Poderão se balanceados até 0,80 m sobre o afastamento exigido, lateral, de fundos e entre edificações, guardados um mínimo de 2,50 m até a divisa correspondente, podendo ocupar toda a extensão da fachada. No caso de edificação não afastada das divisas com afastamento nos fundos ou lote, as varandas deverão guardar uma distância mínima de 1,50 m em relação às divisas laterais;

C — em relação a prismas:

Não é permitido o balanço sobre o espaço mínimo determinado por prismas ou reentrâncias;

D — para efeito de cálculo de ATE (Área Total de Edificação), ressalvada disposição específica do Regulamento de Zoneamento, Projeto de Estruturação Urbana (PEU) ou Decreto, as varandas poderão ter uma área total máxima de até 20% (vinte por cento) da área útil da respectiva unidade, sendo a área excedente computada no cálculo da ATE;

E — as varandas e sacadas não poderão ser fechadas de piso a teto, salvo nas divisões entre unidades;

F — para efeito de cálculo de profundidade dos compartimentos (ventilação e iluminação), no caso em que o balanço ultrapasse 2,0 m do plano da fachada, será tomado como referência o plano recuado 2,00 m em relação ao alinhamento externo da varanda.

2.1.4.2 — Saliências:

As saliências estão limitadas, quando em balanço sobre as linhas limites de afastamento ou linha de fachada, a uma medida máxima de 0,60 m, não sendo admitidas saliências sobre o espaço mínimo determinado por prismas.

2.1.4.3 — As lajes do teto das varandas e sacadas do último pavimento das edificações e os beirais exigidos pelo Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico em seu artigo 208, poderão ser incorporados ao piso do pavimento de cobertura como terraços descobertos, não podendo a área correspondente ser acrescida à área do último pavimento para efeito de cálculo da ocupação máxima e dos afastamentos estabelecidos no Regulamento de Zoneamento, Projeto de Estruturação Urbana (PEU), decreto ou lei.

2.1.5 — Marquises:

As edificações residenciais multifamiliares poderão utilizar marquises ou toldos como proteção para acesso. Caso as marquises sejam balanceadas sobre áreas de afastamento, deverá ser observado o seguinte:

A — balanço máximo de 2,00 m (dois metros) sobre qualquer área de afastamento, salvo disposição em contrário do Regulamento de Zoneamento, PA ou PAL específico para o local;

B — no caso de acesso lateral, a marquise deverá guardar ainda uma distância mínima de 1,50 m (um metro e meio) da divisa lateral do lote;

C — altura mínima de 2,50 m (dois metros e meio) em relação à soleira da porta ou entrada à qual dá proteção e limitada ao nível da laje do pavimento térreo;

D — caso não haja afastamento frontal (edificações no alinhamento) será admitido o balanço de marquises sobre a calçada, desde que guardem uma distância mínima de 1,00 m (um metro) do alinhamento do meio-fio, uma altura mínima de 3,00 m (três metros) sobre o passeio e um balanço máximo de 2,00 m (dois metros) observada a distância mínima do meio-fio.

2.1.6 — Cobertura:

Quando permitido e regulamentado pelo Regulamento de Zoneamento ou PEU, o pavimento

ITEM 2.1.4 DO DECRETO Nº 7336/88: LETRA A-E

TOTAL DA AMOSTRAGEM PELA SELEÇÃO DAS AMOSTRAS DA TESE DE VIVIANE CUNHA

DÉCADA		Nº DO PROCESSO	ANO DE HABITE-SE DO PRÉDIO	BAIRRO DO PRÉDIO	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO
30	5	28753/36	1937	COPACABANA	Av. Atlântica 1602	
	7	24320/34	1937	LEME	Av. Atlântica 270	outra ediicação da década de 1970 se situa no endereço com a presença de varanda
	10	32124/37	1937	FLAMENGO	Rua Machado de Assis 12	
	11	24971/34	1936	COPACABANA	Rua Barata Ribeiro 250	
	19	25309/35	1936	IPANEMA	Rua Barão de Jaguaripe 402	
40	3	229625/46	1949	IPANEMA	Rua Redentor 120	
	8	22405/48	1948	IPANEMA	Rua Nascimento Silva 330	
	9	305544/47	1949	IPANEMA	R.Visconde de Pirajá 228	
	12	333688/45	1947	IPANEMA	Joana Angélica 24	outra ediicação da década de 2000 se situa no endereço com a presença de varanda
50	4	241202/48	1950	LEBLON	Rua Aperana 93	outra ediicação da década de 2000 se situa no endereço com a presença de varanda
	9	253564/46	1953	COPACABANA	R. Constantino Ramos 23	
	10	7411826/53	1956	COPACABANA	Rua Toneleiros 94	
	17	248614/42	1951	LEME	Av. Atlantica 632	
60	2	07514230/51	1962	LEBLON	Av.Ataufo de paiva 209	
	20	?	1968	LEBLON	Rua Ataulfo de Paiva 528	
70	1	07297468/68	1974	LEBLON	Rua Visc.de Albuq. 694	
	14	10/548/67	1971	COPACABANA	Rua Barata Ribeiro 717	
80	1	14370177/86	1989	LEBLON	Rua Jeronimo Monteiro 35	
	2	01269922/76	1983	IPANEMA	Rua Prud.de Moraes 799	
	5	14370125/86	1988	LEBLON	Desem.Alfredo Russel 67	
90	1	02004133/91	1995	LEBLON	Rua José Linhares 145	
	2	02360077/90	1994	BOTAFOGO	Rua Sorocaba 179	
	15	06/370222/85	1996	IPANEMA	R.Alberto de Campos 50	
OO	-	-	-	COPACABANA	Rua Conrado Niemeyer, 14	PRÉDIOS NOVOS ACRESCIDOS À PESQUISA
	-	-	-	COPACABANA	Rua Mal Mascarenhas de Morais, 196	
	-	-	-	COPACABANA	Rua Mascarenhas de Morais, 155	
	-	-	-	BOTAFOGO	Rua Alvaro Ramos, 71	
	-	-	-	LEBLON	Rua Rita Ludolf, 74	
	-	-	-	FLAMENGO	Rua Carlos Campos, 125	
	-	-	-	IPANEMA	Rua Barão da Torre, 667	

Anexo 1

Lista de apartamentos da amostra, com endereços, data e números dos processos aprovados nos Departamentos de Licenciamento e Fiscalização da Prefeitura do Rio de Janeiro.

DÉCADA		Nº DO PROCESSO	ANO DE HABITE-SE DO PRÉDIO	BAIRRO DO PRÉDIO	TIPOLOGIA	Nº QTS.	ENDEREÇO
30	1	25389/34	1938	COPACABANA	OK	3	Rua Santa Clara 105
	2	21220/34	1937	FLAMENGO	OK	3	Av. Ruy Barbosa 128
	3	1696/36	1939	BOTAFOGO	OK	3	Rua Voluntários Pátria 461
	4	27880/34	1935	IPANEMA	OK	3	Rua Visconde de Pirajá 164
	5	28753/36	1937	COPACABANA	OK	4	Av. Atlântica 1602
	6	13936/34	1937	FLAMENGO	OK	3	Rua Paysandú 114
	7	24320/34	1937	LEME	OK	3	Av. Atlântica 270
	8	1881/36	1938	FLAMENGO	OK	3	Rua Marquês de Abrantes 192
	9	18992/34	1937	COPACABANA	OK	3	Rua Duvivier 86
	10	32124/37	1937	FLAMENGO	OK	3	Rua Machado de Assis 12
	11	24971/34	1936	COPACABANA	OK	3	Rua Barata Ribeiro 250
	12	20513/33	1934	BOTAFOGO	OK	3	Rua Voluntários Pátria 468
	13	10626/35	1935	BOTAFOGO	OK	3	Rua Voluntários Pátria 207
	14	39678/35	1937	BOTAFOGO	OK	3	Rua Voluntários Patria 300
	15	43412/35	1936	IPANEMA	OK	3	Rua Sadock de Sá 128
	16	23251/34	1935	COPACABANA	OK	3	N.S Copacabana 124
	17	51243/39	1939*	COPACABANA	OK	3	Rua Otto Simon 97
	18	NÃO TINHA	1930*	GÁVEA	OK	3	Rua Eurico Cruz ?
	19	25309/35	1936	IPANEMA	OK	3	Rua Barão de Jaguaripe 402
	20	60060/39	1939*	J.BOTÂNICO	OK	3	Rua Maria Angélica 37
40	1	00/333943/47	1948	J.BOTÂNICO	OK s/cert	3	Rua JJ.Seabra 15A
	2	253963/42	1945	LARANJEIRAS	OK	3	Rua Cardoso Junior 5
	3	229625/46	1949	IPANEMA	OK	3	Rua Redentor 120
	4	082618/38	1940	COPACABANA	OK	3	Av.N.S Copacabana 635
	5	335720/45	1945	COPACABANA	OK s/cert	3	Rua 5 de Julho 47
	6	429805/40	1944	COPACABANA	OK	3	Rua Barata Ribeiro 141
	7	47003/37	1940	COPACABANA	OK	4	Av.Atlântica 546
	8	22405/48	1948	IPANEMA	OK	3	Rua Nascimento Silva 330
	9	305544/47	1949	IPANEMA	OK	3	R.Visconde de Pirajá 228
	10	62222/38	1940	LEBLON	OK	3	Ataufo de Paiva 130 e R. JoãoLira 98
	11	335533/41	1944	FLAMENGO	OK	3	Praia do Flamengo 378
	12	333688/45	1947	IPANEMA	OK	3	Joana Angélica 24
	13	239150/1946	1949	LEBLON	OK	3	R.Gal.Ven.Flores Lot.2e 3
	14	306539/41	1943	COPACABANA	OK	3	Rua Pompéia 228
	15	355336/43	1945	IPANEMA	OK	3	Rua Anibal Mendonça 180
	16	938/38	1940	LEBLON	OK	3	Rua Ataufo de Paiva 205
	17	00/213439/42	1945 *	COPACABANA	OK	4	Av.Atlâ. 686,688 e Dom. Ferreira 149
	18	062777/39	1941	FLAMENGO	OK	3	Praia do Flamengo 400
	19	204920/46	1948	IPANEMA	OK	3	Rua Vis.de Pirajá 30
	20	258012/42	1944	IPANEMA	OK	3	Rua Vis. De Pirajá 138

ENDEREÇOS ELIMINADOS POR VIVIANE CUNHA, SEGUNDO O CRITÉRIO DE SUA PESQUISA, REDUZINDO O NÚMERO DE SUAS AMOSTRAS DE 142 PARA 95.

ENDEREÇOS ELIMINADOS PELA AUTORA POR NÃO SE ENCONTRAR DENTRO DO RECORTE ESPACIAL DESSA PESQUISA

ENDEREÇOS ELIMINADOS POR ESTA PESQUISA PELOS EDIFÍCIOS NÃO APRESENTAREM VARANDAS

ENDEREÇOS NÃO ENCONTRADOS NA PESQUISA DE CAMPO

ENDEREÇOS SELECIONADOS POR ESTA PESQUISA PARA DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

DÉCADA		Nº DO PROCESSO	ANO DE HABITE-SE DO PRÉDIO	BAIRRO DO PRÉDIO	TIPOLOGIA	Nº QTS.	ENDEREÇO
50	1	7510146/52	1953	J.BOTÂNICO	OK	3	Rua Peri 159
	2	239014/46	1952	IPANEMA	OK	3	R.Visconde de Pirajá 462
	3	7506354/50	1953	IPANEMA	OK	3	R.Visconde de Pirajá 169
	4	241202/48	1950	LEBLON	OK	3	Rua Aperana 93
	5	07500065/54	1956	BOTAFOGO	OK	3	Rua da Matriz 46
	6	237634/46	1953	COPACABANA	OK	3	Av. Atlântica 4066
	7	07516269/50	1951	COPACABANA	OK	3	Rua Siqueira Campos 325
	8	7505031/46	1957	COPACABANA	OK s/cert	4	Rua Rainha Elisabeth 665
	9	253564/46	1953	COPACABANA	OK	3	R. Constantino Ramos 23
	10	7411826/53	1956	COPACABANA	OK	3	Rua Toneleiros 94
	11	7516587/50	1952	IPANEMA	OK	3	Rua Barão da Torre 487
	12	7521057/50	1952	IPANEMA	OK	3	Rua Alberto Campos 67
	13	7400335/51	1957	COPACABANA	OK	3	Rua Souza Lima 352
	14	7424772/51	1957	J.BOTÂNICO	OK	3	Rua Itaipava 124
	15	07519603/52	1955	IPANEMA	OK	3	R.Prudente de Morais 762
	16	07/411669/53	1955	IPANEMA	OK	3	Rua Visc.de Piraja 167
	17	218614/42	1951	LEME	OK	3	Av. Atlantica 632
	18	07/407253/51	1956	LEBLON	OK	3	Rua Visc.Albuquerque 333
	19	7514394/56	1958	LEBLON	OK	3	Rua Venâncio Flores,lote5
	20	07/407218/53	1957	COPACABANA	OK	3	Rua Joaquim Nabuco 135
	21	07/417964/51	1954	LEBLON	OK	3	Rua Dias Ferreira 175
60	1	7513023/58	1962	LEBLON	OK	3	R.Visc. de Albuquerque 349
	2	07514230/51	1962	LEBLON	OK	3	Av.Ataufo de paiva 209
	3	07522839/50	1969	LEBLON	OK	3	Av.Bartolomeu Mitre 1079
	4	7210894/59	1963	COPACABANA	OK	3	Rua Assis Brasil 400
	5	7515063/62	1965	IPANEMA	OK	3	Rua Barão da Torre 685
	6	26127/66	1969	LEBLON	OK	3	Alm.Guimarães 27
	7	7415822/53	1960	FLAMENGO	OK	3	Rua Sen.Vergueiro 2
	8	7212891/59	1963	COPACABANA	OK	4	Rua Sousa Lima 400
	9	8500134/59	1962	COPACABANA	OK	3	Bulhões de Carvalho 329
	10	335720/45	1960	FLAMENGO	OK s/cert	3	R.Gabriela Mistral 2
	11	75/9724/60	1968	LEME	OK	3	R.Gustavo Sampaio 88
	12	7210186/59	1963	IPANEMA	OK	3	Av.Vieira Souto 294
	13	07/417483/57	1964	IPANEMA	OK	3	R.Alm.Sadock de Sá 64
	14	07/213018/59	1963	LEBLON	OK	3	Rua Igarapava 31
	15	07/213343/59	1963	COPACABANA	OK	3	Rua Rainha Elisabeth 433
	16	07/411350/57	1960	COPACABANA	OK	3	Rua Joaquim Nabuco 171
	17	07/117361/62	1968	COPACABANA	OK	3	Rua Barata Ribeiro 340
	18	7/517433/62	1969	IPANEMA	OK	3	Rua Barao jaguaribe 47
	19	7/514735/60	1964	LEBLON	OK	3	Rua Ataulfo de Paiva 269
	20		1968	LEBLON	OK	3	Rua Ataulfo de Paiva 528
	21	261776/65	1969	IPANEMA	OK	3	R.Prudente de Morais 559

DÉCADA		Nº DO PROCESSO	ANO DE HABITE-SE DO PRÉDIO	BAIRRO DO PRÉDIO	TIPOLOGIA	Nº QTS.	ENDEREÇO
70	1	07297468/68	1974	LEBLON	OK	4	Rua Visc.de Albuq. 694
	2		1974	LEBLON	OK	4	Rua Barão de Jaguaripe
	3	07187055/73	1976	LEBLON	OK	3	Av.Bartolomeu Mitre 438
	4	07296355/70	1972	J.BOTANICO	OK	3	Rua das Acácias 189
	5	07187319/73	1977	LAGOA	OK	4	Rua Baronesa Poconé 233
	6	07213897/59	1973	COPACABANA	OK	3	Rua Siqueira Campos 244
	7	07197100/69	1979	BOTAFOGO	OK	3	Rua Eduardo Guinle 60
	8	06295109/75	1977	BARRA	OK	3	Av. Vitor Konder LT.1Q.5
	9	06269579/76	1979	BARRA	OK	3	Pal 34386 LT.03
	10	7234840/66	1971	BOTAFOGO	OK	3	Praia de Botafogo 324
	11	7511794/58	1975	LARANJEIRAS	OK	3	Rua Laranjeiras 95
	12	0629576/75	1977	SÃO CONRADO	OK	4	Povina Cavalcante 153
	13	07295155/74	1978	IPANEMA	OK	3	Rua Barão da Torre 445
	14	10/548/67	1971	COPACABANA	OK	3	Rua Barata Ribeiro 717
	15	07/87104/73	1976	LAGOA	OK	4	Fonte de Saudade 161
	16	07/287418/72	1976	LEBLON	OK	4	Afranio Melo Franco 393
	17	07/415187/57	1970	LARANJEIRAS	OK	3	Rua Gago Coutunho 77
	18	07/187066/73	1977	COPACABANA	OK	3	Rua Santa Clara 377
	19	07/200713/68	1970	LEBLON	OK	3	Rua Carlos Góes 90
	20	07/200713/68	1970	LEBLON	OK	3	Rua Carlos Góes 64
80	1	14370177/86	1989	LEBLON	OK	3	Rua Jeronimo Monteiro 35
	2	01269922/76	1983	IPANEMA	OK	3	Rua Prud.de Moraes 799
	3	06327890/79	1985	BARRA	OK	3	R. Fernando de Matos 211
	4	06327789/80	1981	BARRA	OK	3	Gen.Guedes Fontura 181
	5	14370125/86	1988	LEBLON	OK	3	Desem.Alfredo Russel 67
	6	569726/77	1983	LAGOA	OK	3	Epitácio Pessoa 4808/502
	7	06569853/77	1981	GÁVEA	OK	3	Prof.Manuel Fernandes155
	8	07/287370/72	1980	LAGOA	OK	3	Rua Epitácio Pessoa 4310
	9	06569853/77	1981	GÁVEA	OK	3	Marquês d São Vicente 73
	10	06/569762/77	1980	LEBLON	OK	4	Rua General Urquiza 32
	11	06/327801/84	1985	BARRA	OK	4	Av.Érico Veríssimo Lt 2
	12	06/370056/82	1984	BARRA	OK	3	Sernambetiba Lt1Pal29614
	13	14/328446/86	1989	BARRA	OK	3	R.Aldo Bonadei Lt 5 Qd 5
	14	06/265771/76	1982	BARRA	OK	3	Monsenhor Ascanco Lt2 Qd 12
	15	06/327969/80	1986	BARRA	OK	3	Cel.Eurico SG Filho 136
	16	06/269628/76	1985	PR.VERMELHA	OK	3	R.Ramon Franco 120
	17	06/370184/84	1989	LEBLON	OK	3	Rua Carlos Góes 106
	18	06/569852/77	1981	GÁVEA	OK	3	Prof.Manuel Ferreira 127
	19	06/370158/85	1988	GÁVEA	OK	3	Rua Artur Araripe 53
	20	06/328029/80	1983	BARRA	OK	3	Av.Alda Garrido,qd.12/ Lt 1

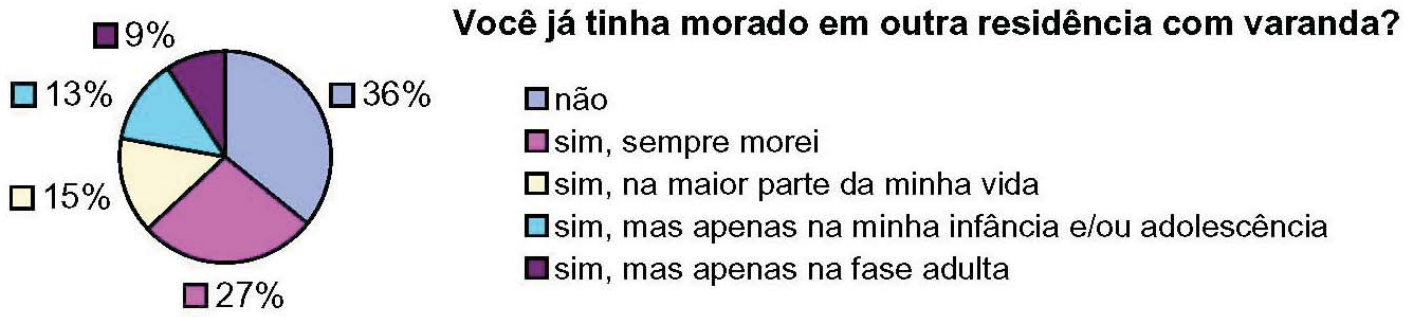
DÉCADA		Nº DO PROCESSO	ANO DE HABITE-SE DO PRÉDIO	BAIRRO DO PRÉDIO	TIPOLOGIA	Nº QTS.	ENDEREÇO
90	1	02004133/91	1995	LEBLON	OK	3	Rua José Linhares 145
	2	02360077/90	1994	BOTAFOGO	OK	3	Rua Sorocaba 179
	3		1997	BARRA	OK	3	Av.das Américas 4319
	4	02002352/91	1992	BARRA	OK	3	Av.Canal de Marapendi 2915
	5	14370182/86	1995	BARRA	OK	3	Av.Gastão Senges Lt 10
	6	14360255/87	1991	J.BOTÂNICO	OK	3	R.Alexandre Ferreira 347
	7	02315158/96	1998	J.BOTÂNICO	OK	3	Rua Frei Leandro 32
	8	02315297/97	1999	LEBLON	OK	3	Rua Carlos Góes 37
	9	14360243/88	1992	LEBLON	OK	3	R.Almirante Guilhotel 93
	10	14360262/88	1991	J.BOTÂNICO	OK	3	R.Alexandre Ferreira 347
	11	02/360047/90	1994	LEBLON	OK	4	Rua Aperane 87
	12	07/000107/70	1998	BARRA	OK	3	Av.das Américas Lt4Pal27233
	13	02/001338/90	1992	BARRA	OK	3	R.Gen.Ivan Raposo 160
	14	06/320358/85	1991	J.BOTÂNICO	OK	3	R.Gen Tasso Fragoso 33
	15	06/370222/85	1996	IPANEMA	OK	3	R.Alberto de Campos 50
	16	14/360120/87	1990	LEBLON	OK	3	Rua Igarapava 10
	17	14/360224/88	1990	LAGOA	OK	3	R.Carvalho de Azevedo 17
	18	02/315867/96	1999	IPANEMA	OK	3	R.Anibal de Mendonça 13
	19	02/325366/90	1995	BARRA	OK	3	RuaAlda Garrido 200
	20	02/324524/92	1994	BARRA	OK	3	Rua Alda Garrido 67

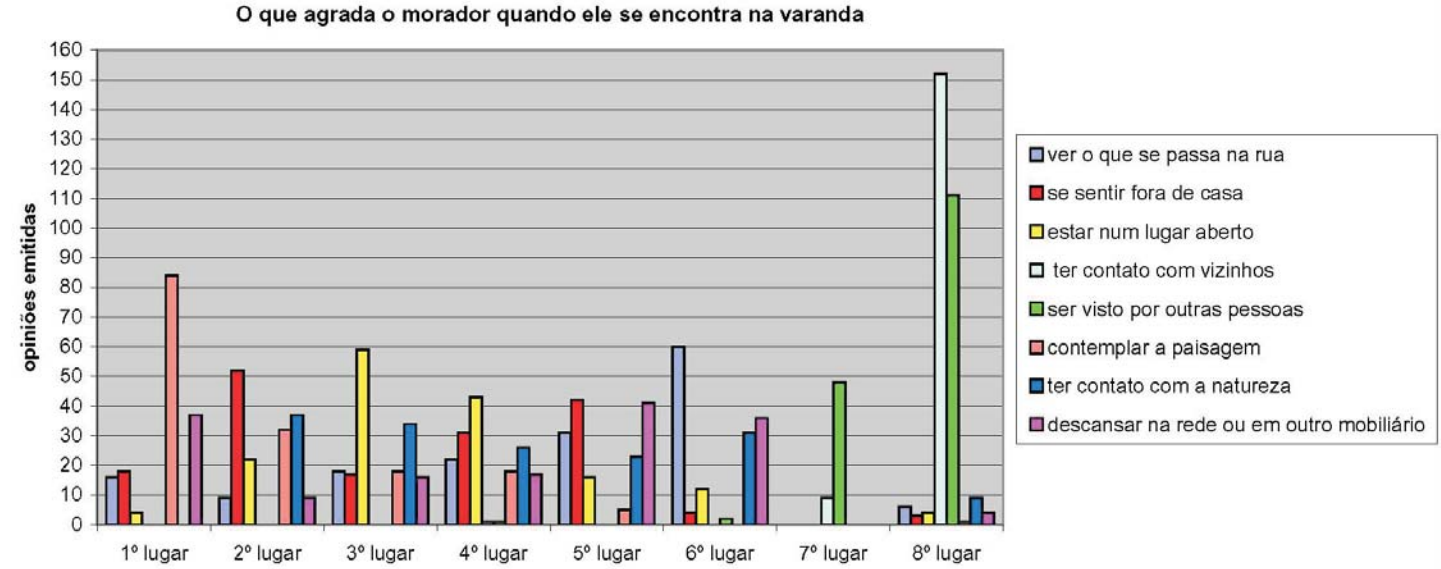
DADOS SOBRE A AMOSTRAGEM

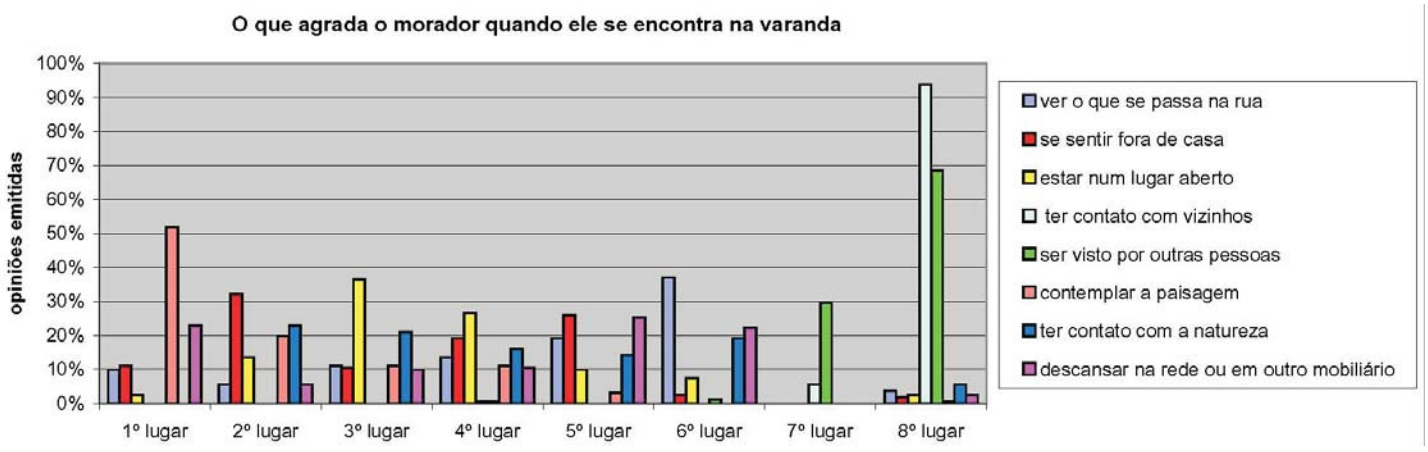
Nº	LOGRADOURO	BAIRRO	DÉCADA	Nº DE UNIDADES RESIDÊNCIAIS	Nº DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS	TIPOLOGIA DAS VARANDAS	N.º DA FICHA ANEXO 4	ORIGEM PLANTA BAIXA DAS AMOSTRAS
1	rua Sorocoba, 179	Botafogo	90	48	12	25%	ABERTA	6.1	90.2 - TESE VIVIANE CUNHA
2	rua Alvaro Ramos, 71	Botafogo	00	36	9	25%	ABERTA	6.2	PANFLETO RJZ
3	rua Conrado Niemeyer, 14	Copacabana	00	40	10	25%	ABERTA	2.7	-
4	rua Mal Mascarenhas de Morais, 196	Copacabana	00	20	7	35%	ABERTA	2.5	-
5	rua Mascarenhas de Morais, 155	Copacabana	00	24	7	29%	ABERTA	2.4	-
6	av. Barata Ribeiro, 250	Copacabana	30	8	2	25%	FECHADA & ABERTA	2.2	30.11- TESE VIVIANE CUNHA
7	rua Constante Ramos, 23	Copacabana	50	46	10	22%	FECHADA	2.8	50.9- TESE VIVIANE CUNHA
8	rua Tonelero, 94	Copacabana	50	20	4	20%	FECHADA	2.3	50.10- TESE VIVIANE CUNHA
9	av. Barata Ribeiro, 717	Copacabana	70	36	9	25%	ABERTA	2.6	70.14- TESE VIVIANE CUNHA
10	av. Atlântica, 1602	Copacabana	30	10	2	20%	FECHADA	2.1	30.7- TESE VIVIANE CUNHA
11	rua Carlos Campos, 125	Flamengo	00	6	3	50%	ABERTA	5.1	PANFLETO RJZ
12	rua Machado de Assis, 12	Flamengo	30	8	4	50%	FECHADA & ABERTA	5.2	30.10- TESE VIVIANE CUNHA
13	rua Barão da Torre, 667	Ipanema	00	10	3	30%	ABERTA	3.7	PANFLETO RJZ
14	rua Barão de Jaguaripe, 402	Ipanema	30	2	2	100%	FECHADA	3.6	30.19- TESE VIVIANE CUNHA
15	rua Redentor, 120	Ipanema	40	4	1	25%	FECHADA	3.4	40.3- TESE VIVIANE CUNHA
16	rua Nascimento Silva, 330	Ipanema	40	3	2	67%	ABERTA	3.3	40.8- TESE VIVIANE CUNHA
17	av. Visconde de Pirajá, 228	Ipanema	40	28	5	18%	FECHADA	3.8	40.9- TESE VIVIANE CUNHA
18	rua Joana Angélica,24	Ipanema	00	6	3	50%	ABERTA	3.2	-
19	av. Prudente de Morais, 799	Ipanema	80	6	3	50%	ABERTA	3.1	80.2- TESE VIVIANE CUNHA
20	rua Alberto de Campos, 50	Ipanema	90	24	5	21%	FECHADA & ABERTA	3.5	90.15- TESE VIVIANE CUNHA
21	rua Rita Ludolf, 74	Leblon	00	5	2	40%	FECHADA & ABERTA	4.3	PANFLETO RJZ
22	rua Aperana, 93	Leblon	00	14	4	29%	ABERTA	4.5	-
23	av. Ataulfo de Paiva, 528	Leblon	60	14	4	29%	FECHADA	4.2	60.20- TESE VIVIANE CUNHA
24	av. Ataulfo de Paiva, 209	Leblon	60	7	2	29%	FECHADA	4.1	60.2- TESE VIVIANE CUNHA
25	rua Visc. de Albuquerque, 694	Leblon	70	72	12	17%	ABERTA	4.6	70.1- TESE VIVIANE CUNHA
26	rua Jerônimo Monteiro, 35	Leblon	80	28	5	18%	ABERTA	4.8	80.1- TESE VIVIANE CUNHA
27	rua Desenbargador Alfredo Russel, 67	Leblon	80	12	3	25%	ABERTA	4.7	80.5- TESE VIVIANE CUNHA
28	rua José Linhares, 145	Leblon	90	48	8	17%	ABERTA	4.4	90.1- TESE VIVIANE CUNHA
29	av. Atlântica, 632	Leme	50	45	7	16%	FECHADA & ABERTA	1.1	50.17- TESE VIVIANE CUNHA
30	av. Atlântica, 270	Leme	-	96	12	13%	ABERTA	1.2	-
				726	**162**	**22%**			
				Nº DE QUESTIONÁRIOS DISTRIBUIDOS	**Nº DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS**	**% DE RESPOSTAS OBTIDAS**			**TOTAL**

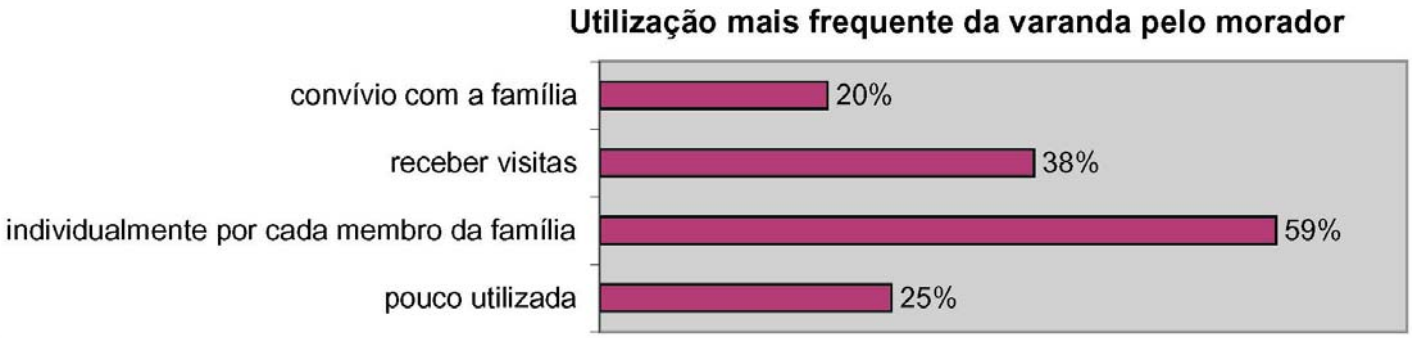
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

DADOS GERAIS DO RECORTE ESPACIAL



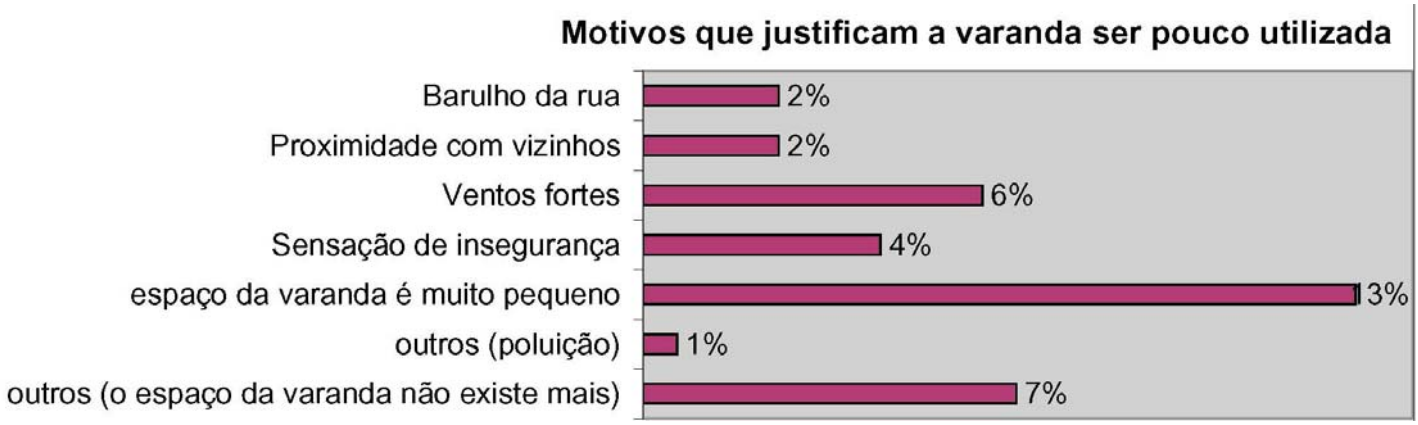


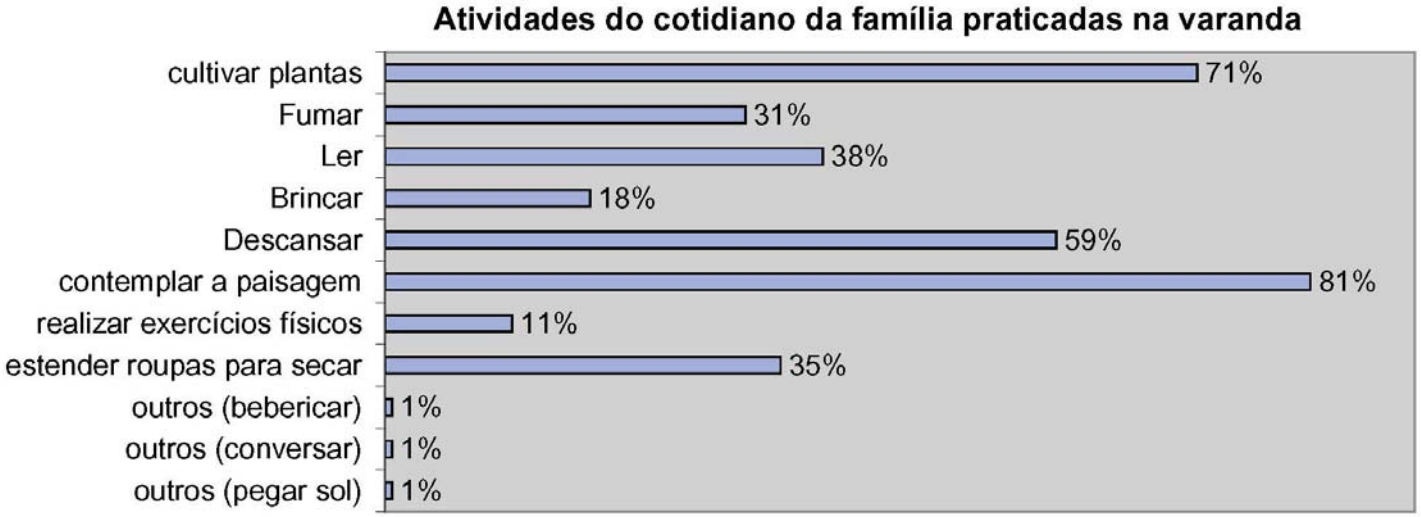


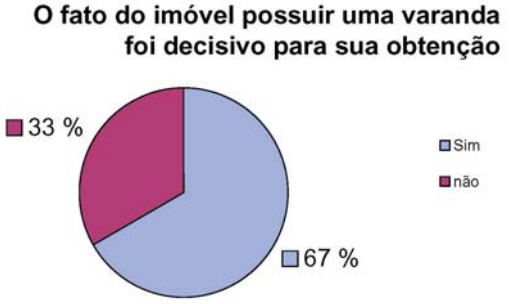


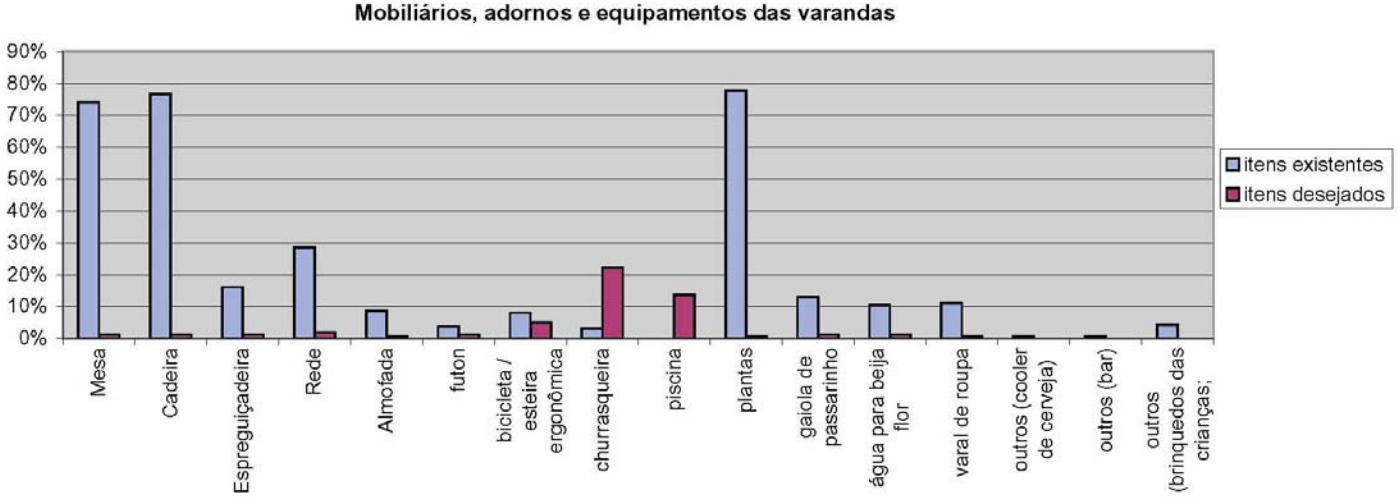
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

DADOS GERAIS DO RECORTE ESPACIAL



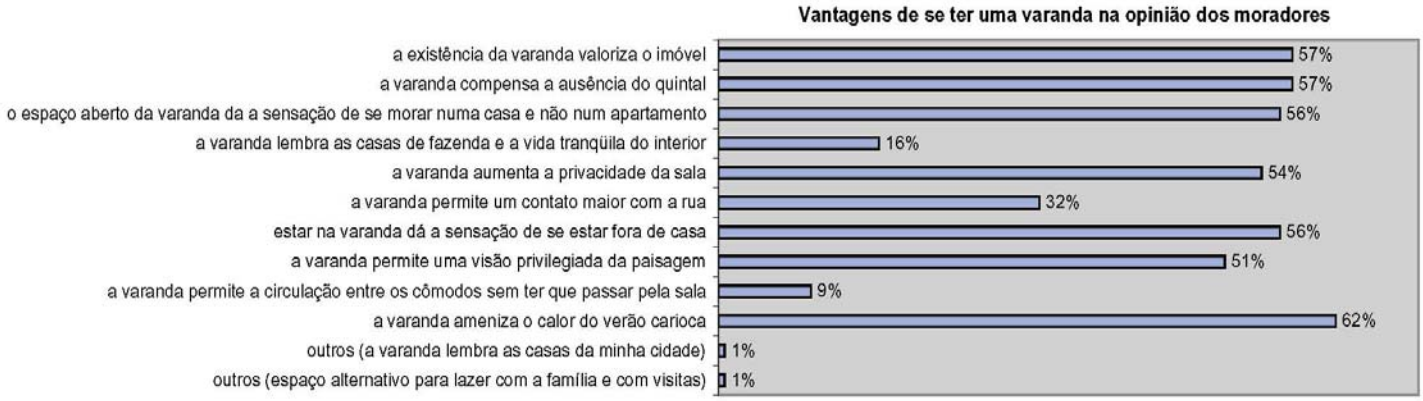


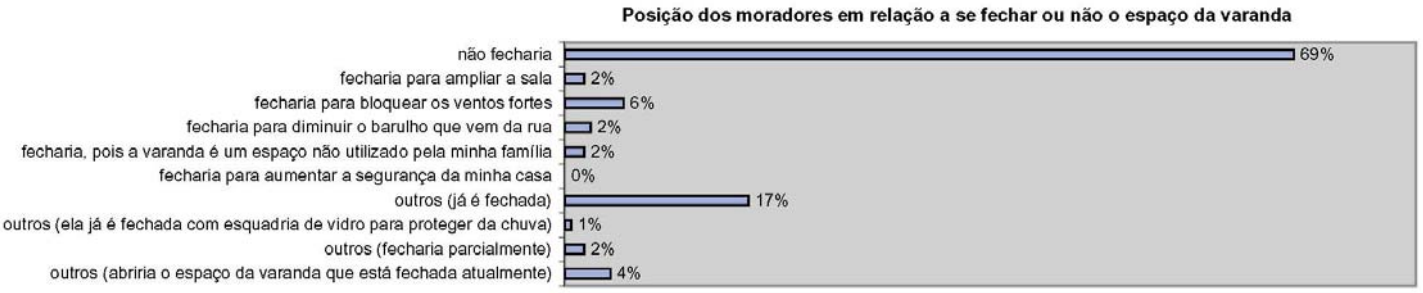




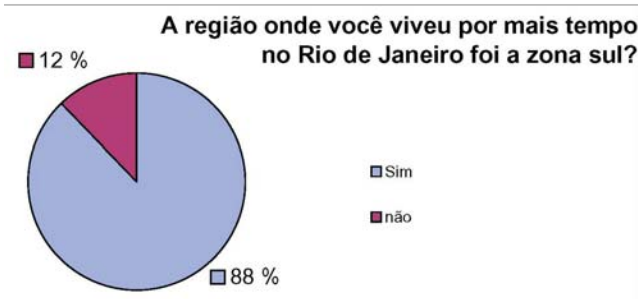
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

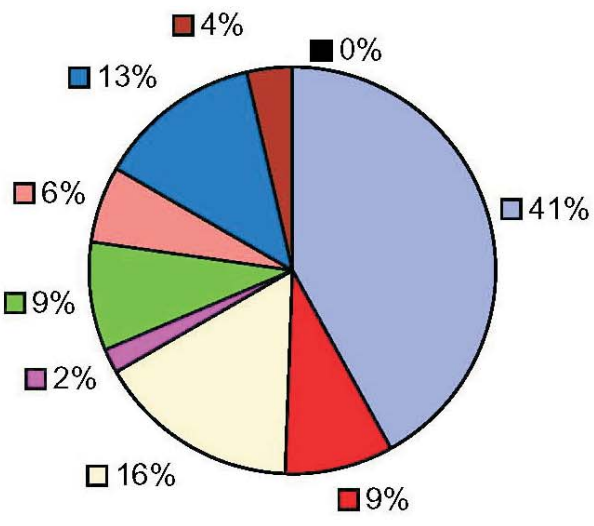
DADOS GERAIS DO RECORTE ESPACIAL











Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

* mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

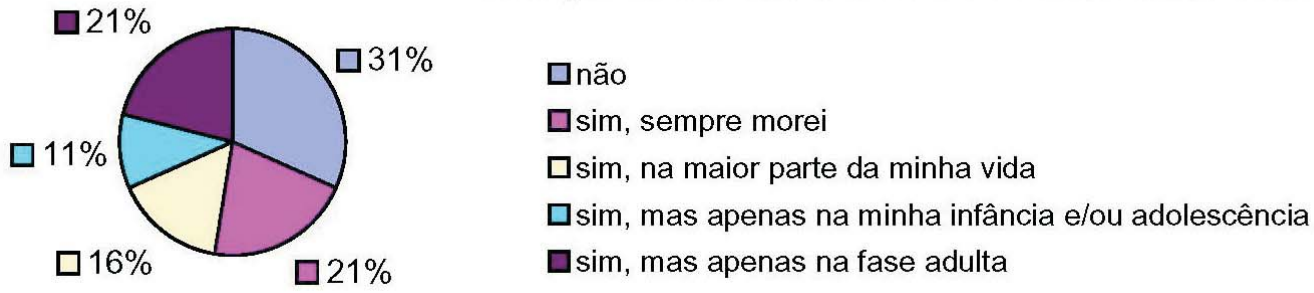
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

1

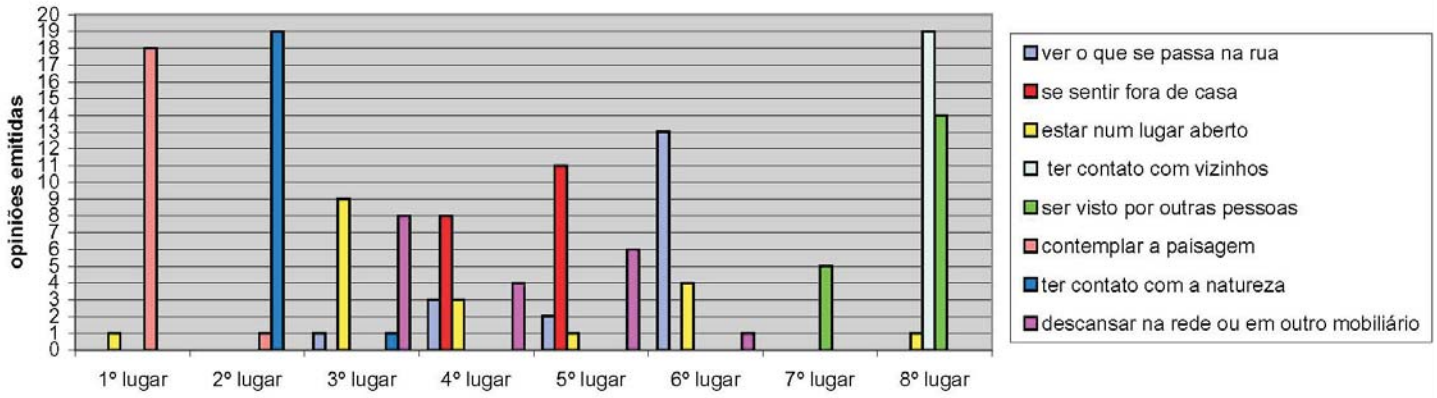
LEME

DADOS GERAIS DO BAIRRO

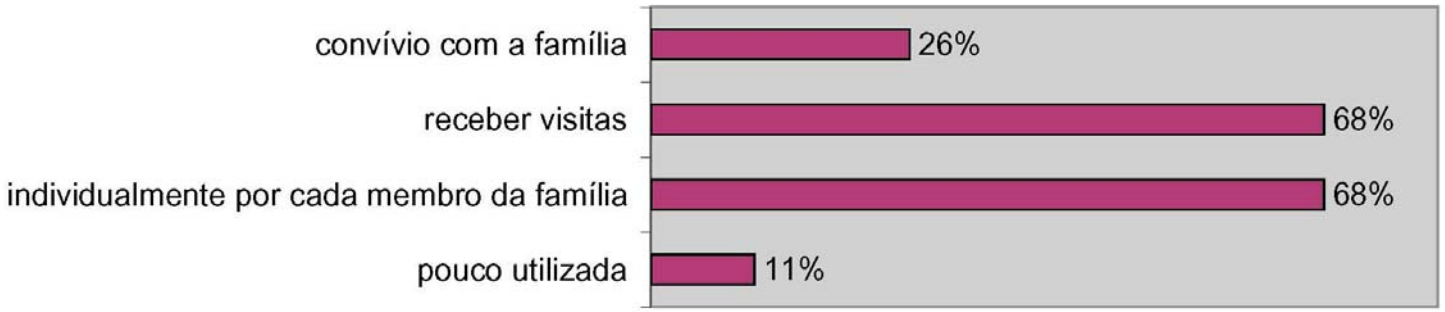
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



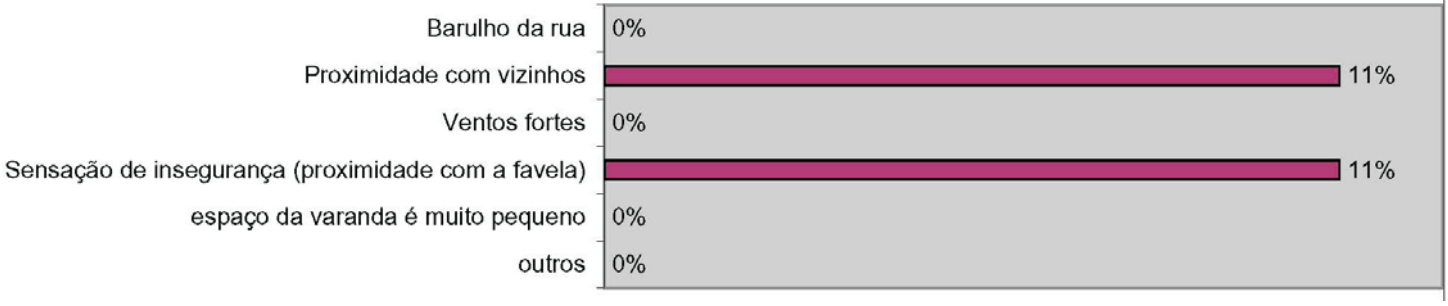
O que agrada o morador quando ele se encontra na varanda



Utilização mais frequente da varanda pelo morador



Motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada

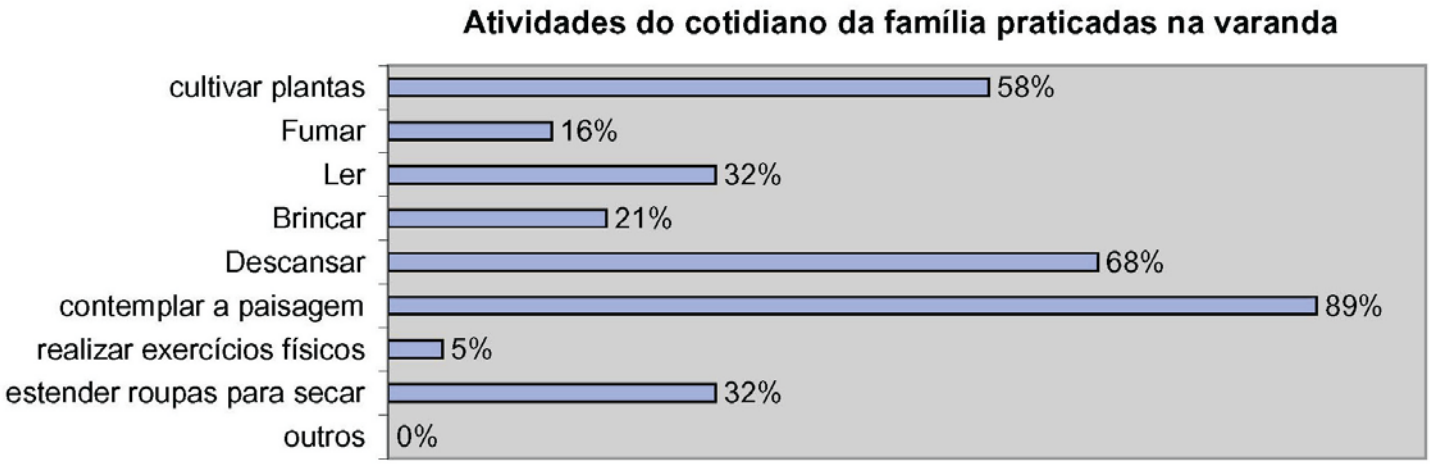


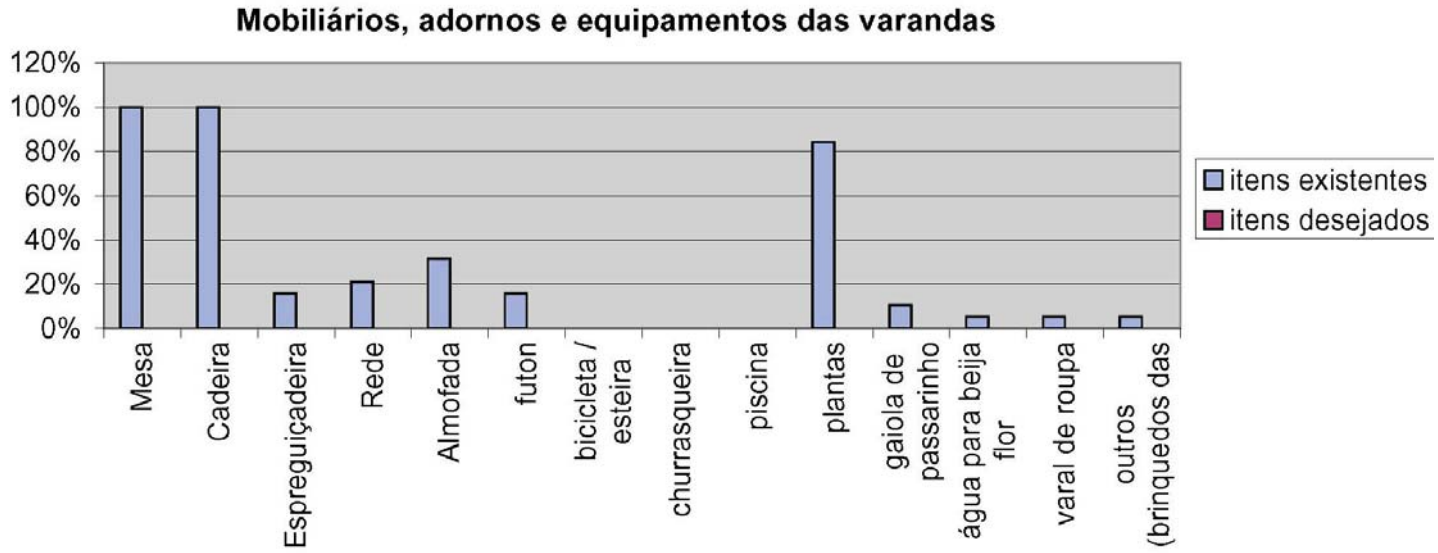
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

1

LEME

DADOS GERAIS DO BAIRRO





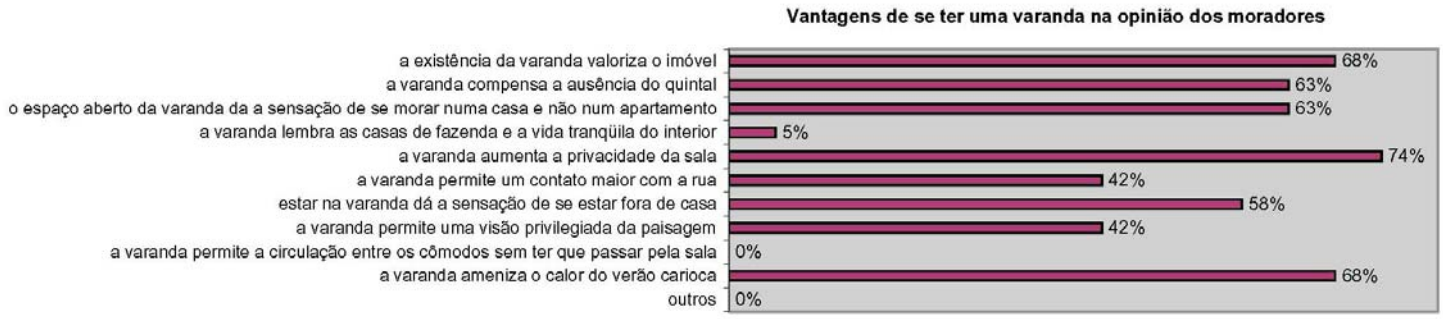


DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

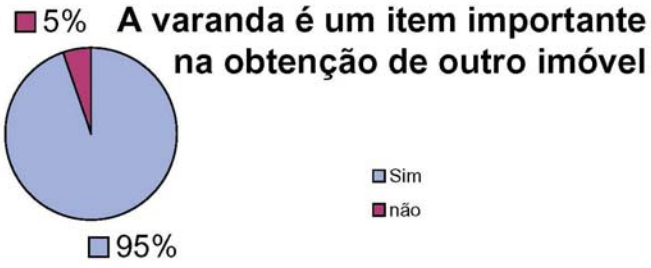
1

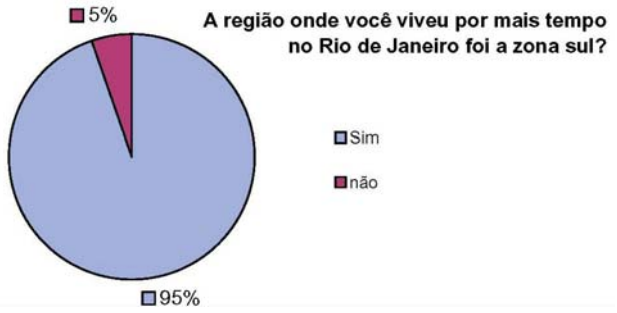
LEME

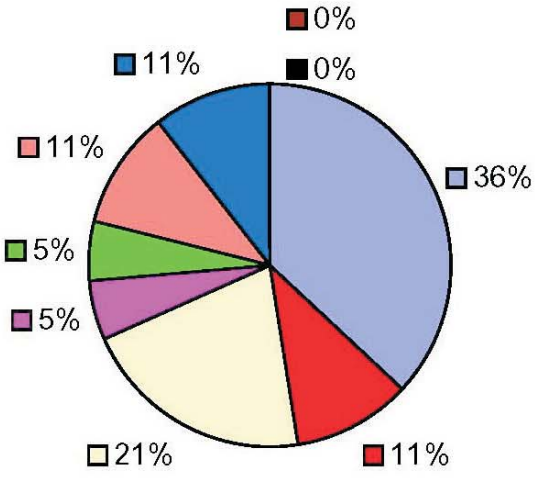
DADOS GERAIS DO BAIRRO











Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

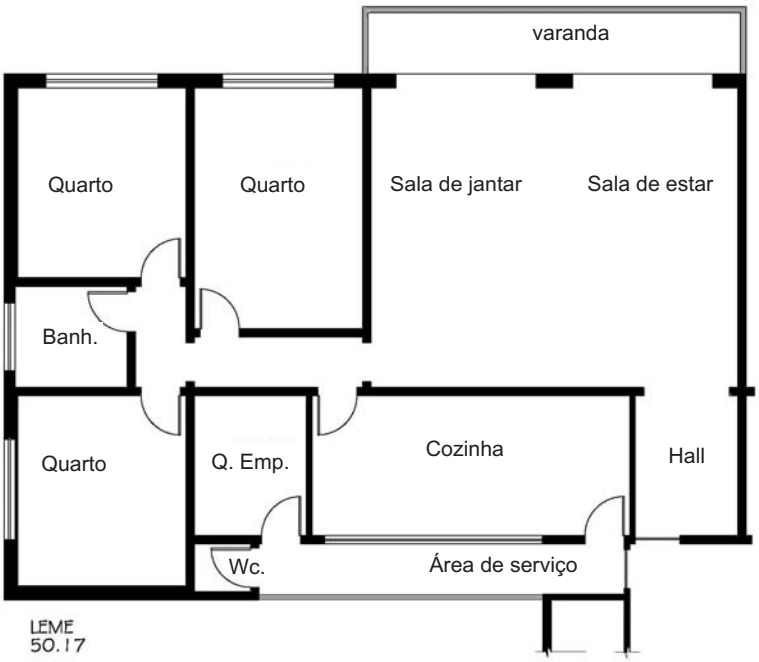
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 632

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
45	7	16 %

1.1

LEME









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 632

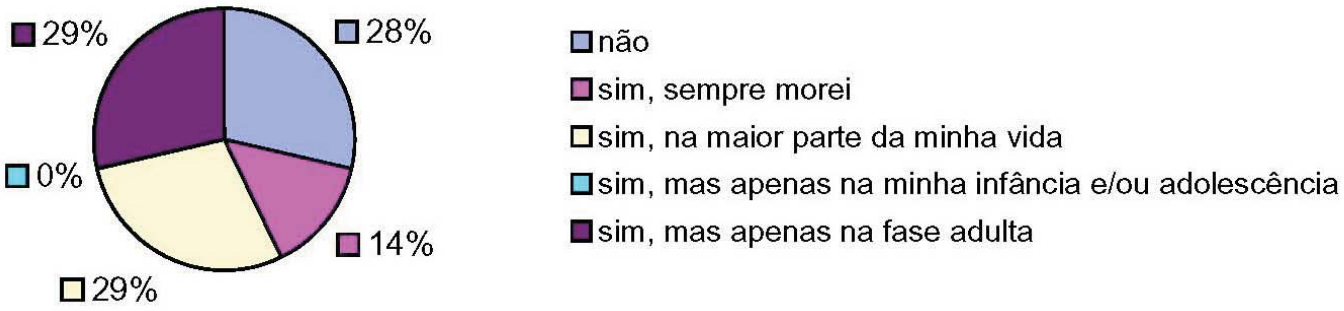
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
45	7	16 %

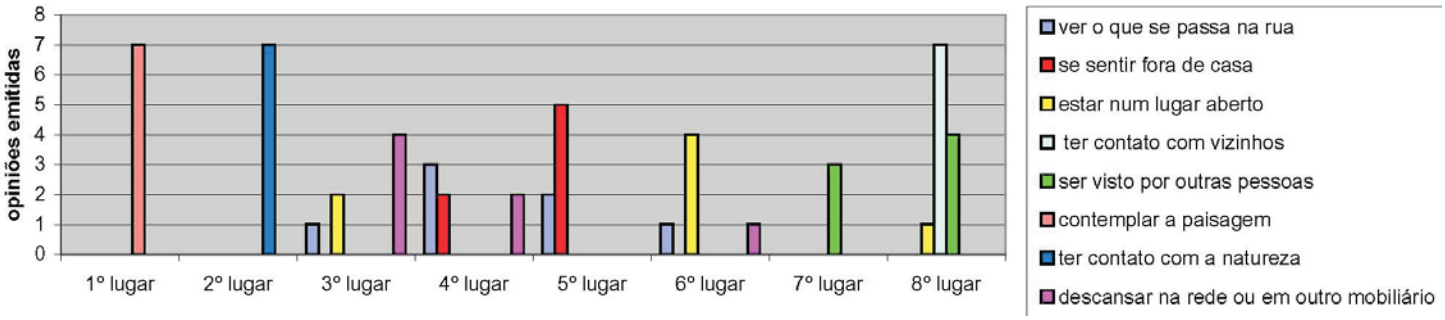
1.1

LEME

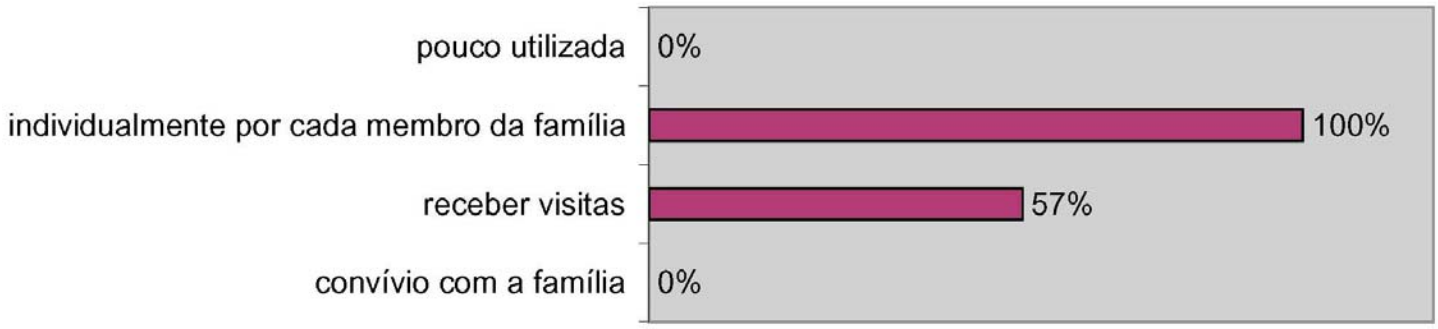
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



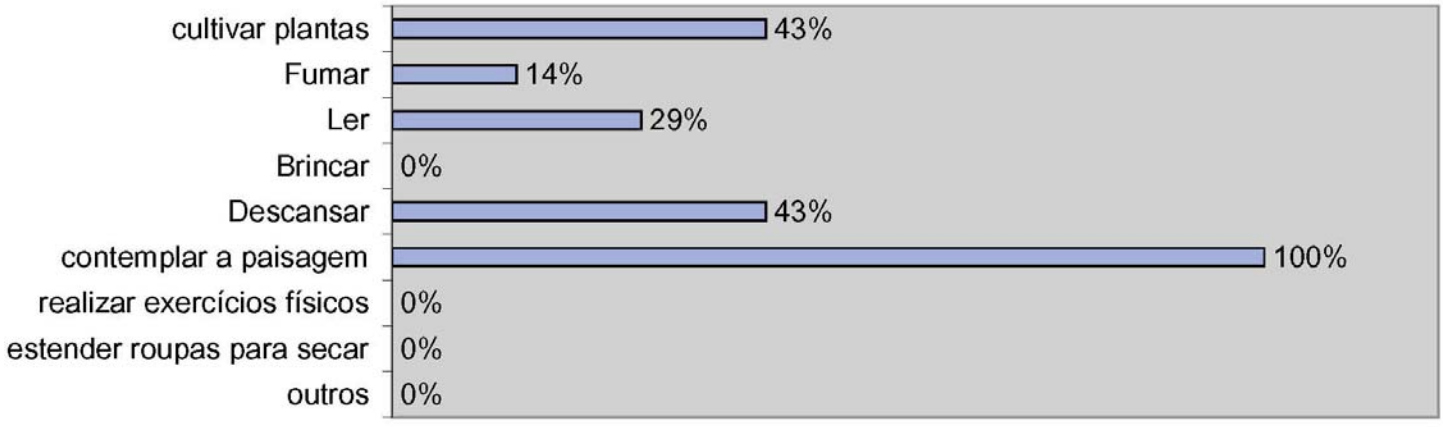
O que agrada o morador quando ele se encontra na varanda



Utilização mais frequente da varanda pelo morador



Atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

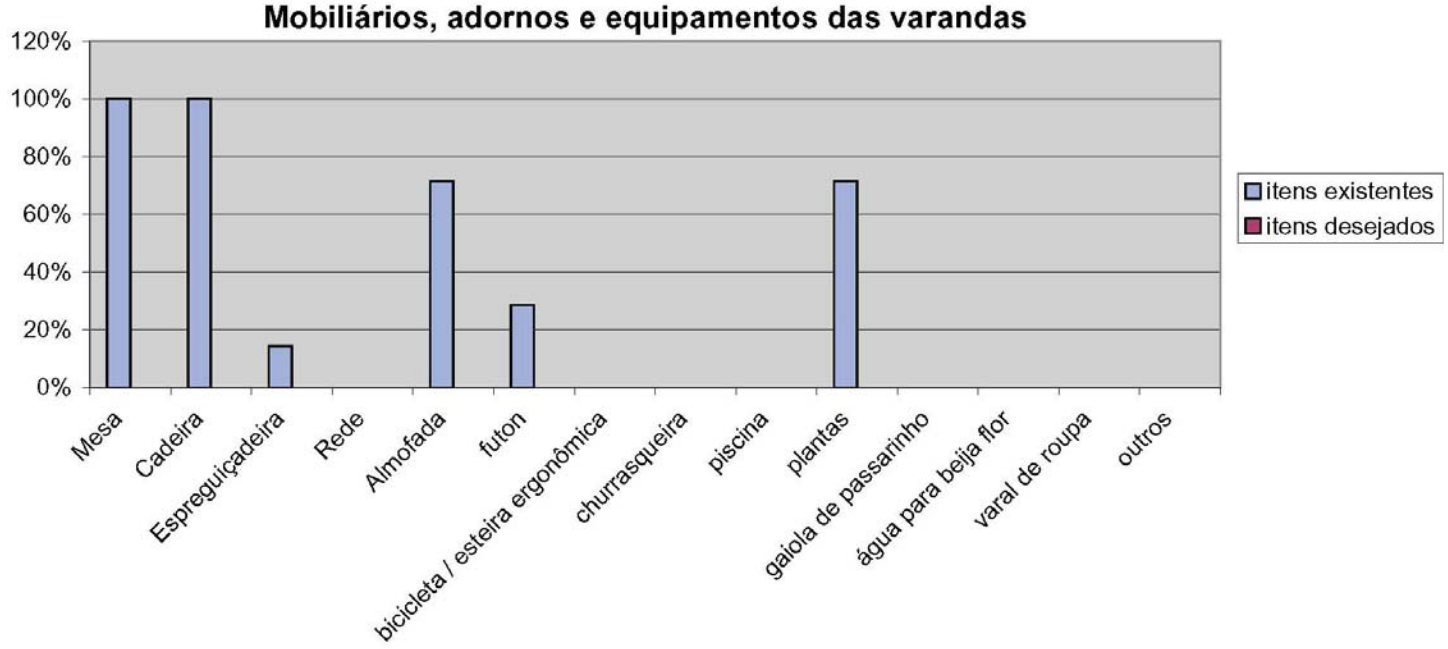
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 632

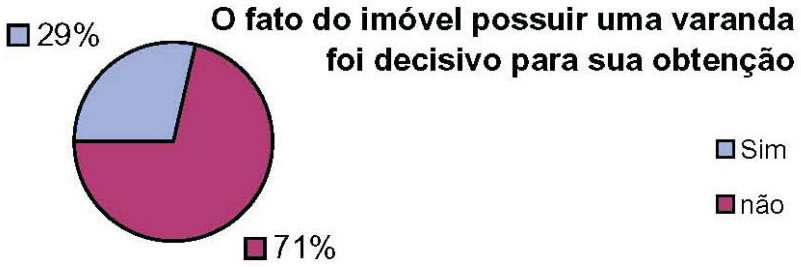
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

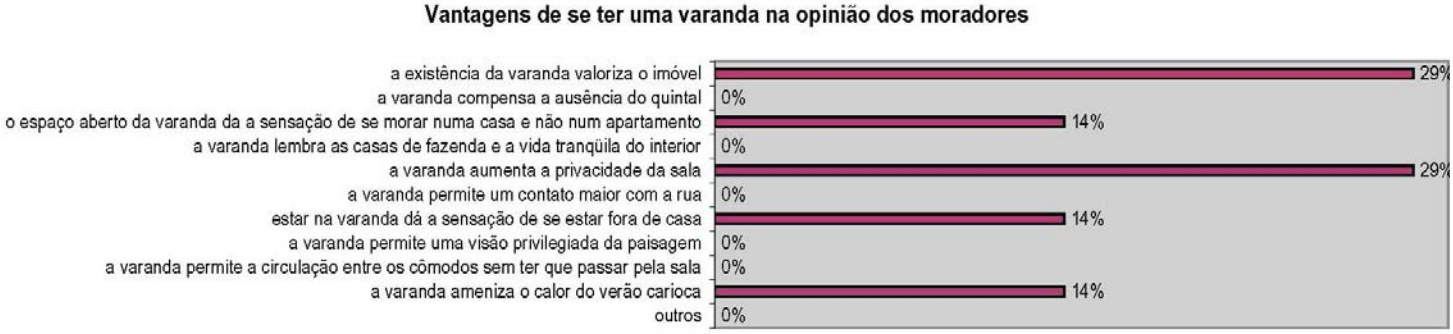
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
45	7	16 %

1.1

LEME









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 632

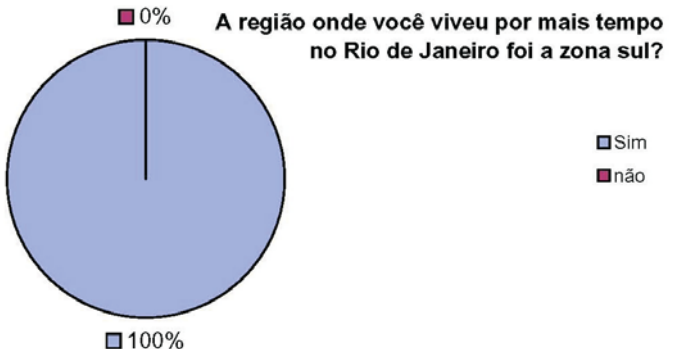
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

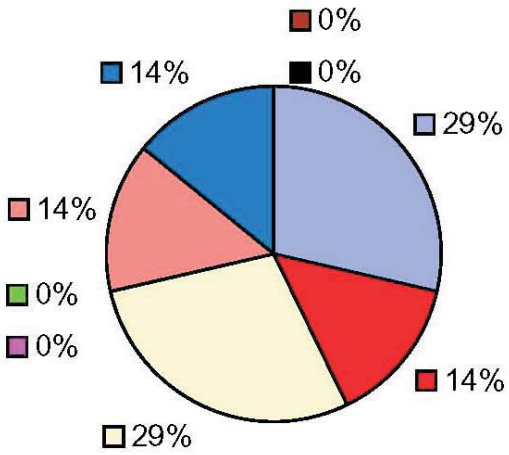
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
45	7	16 %

1.1

LEME







Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 270

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
96	10	10 %

1.2

LEME











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 270

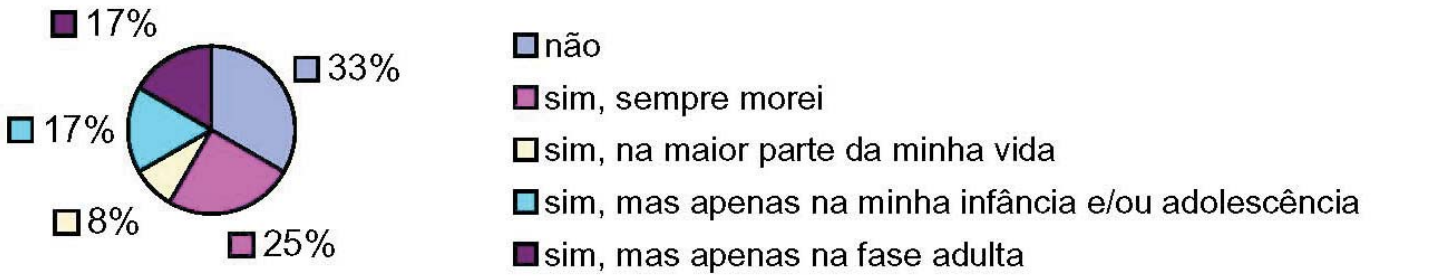
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

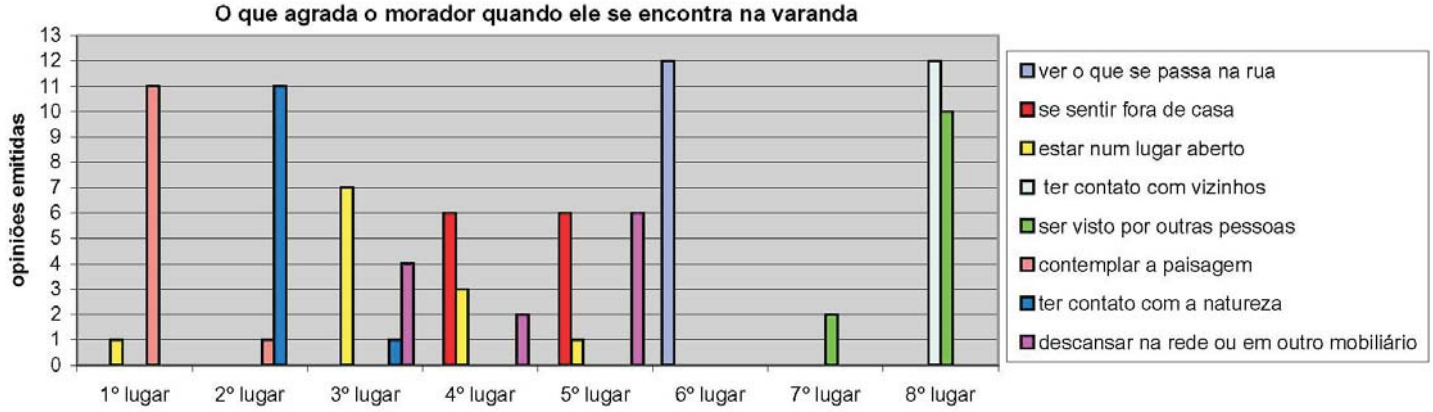
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
96	10	10 %

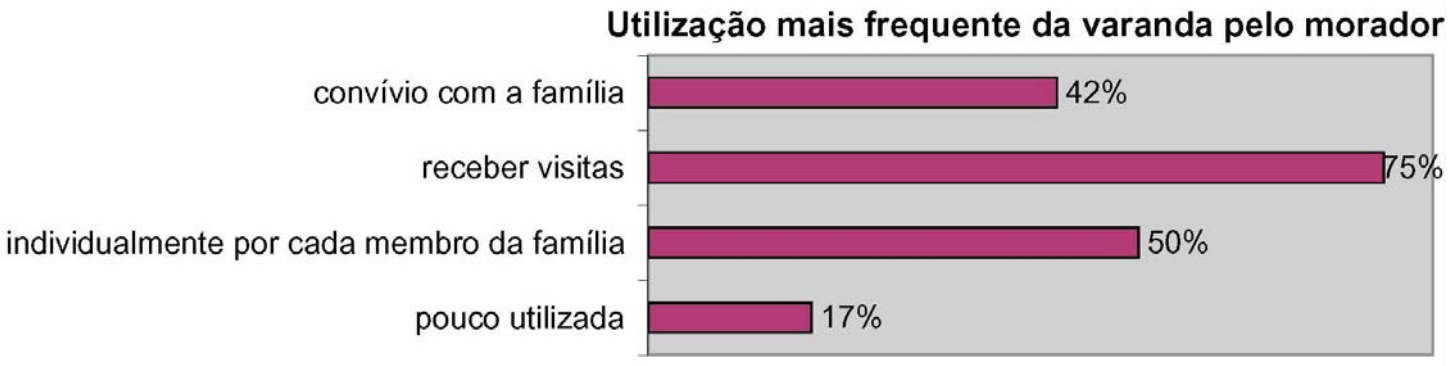
1.2

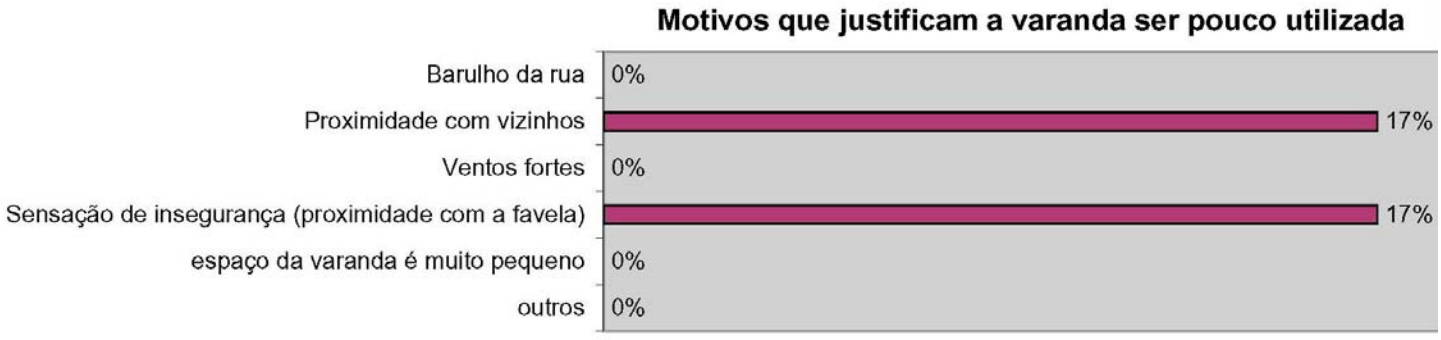
LEME

Você já tinha morado em outra residência com varanda?









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

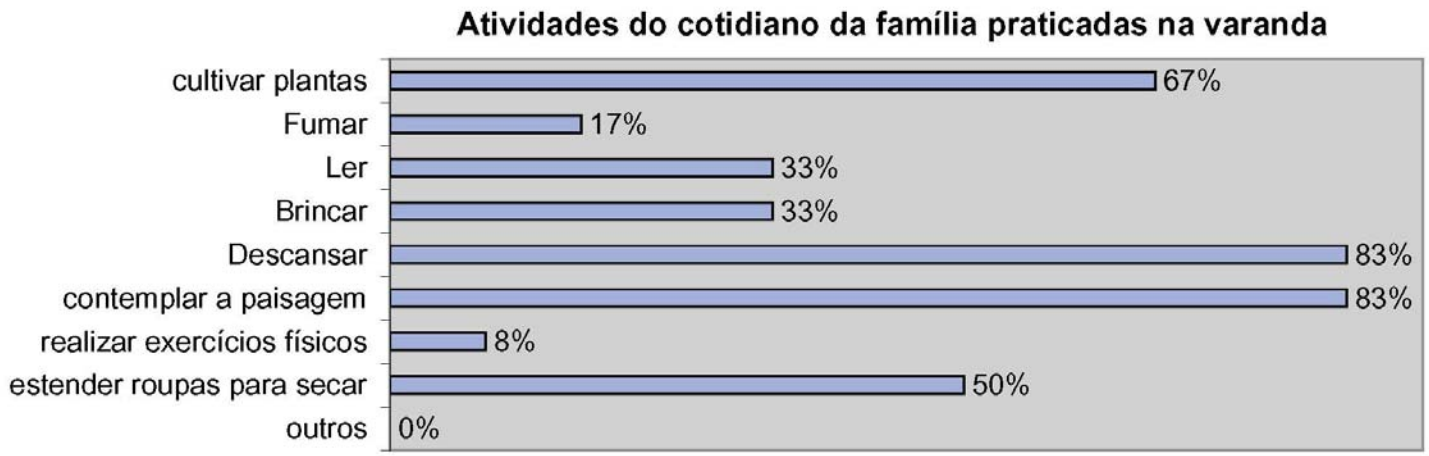
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 270

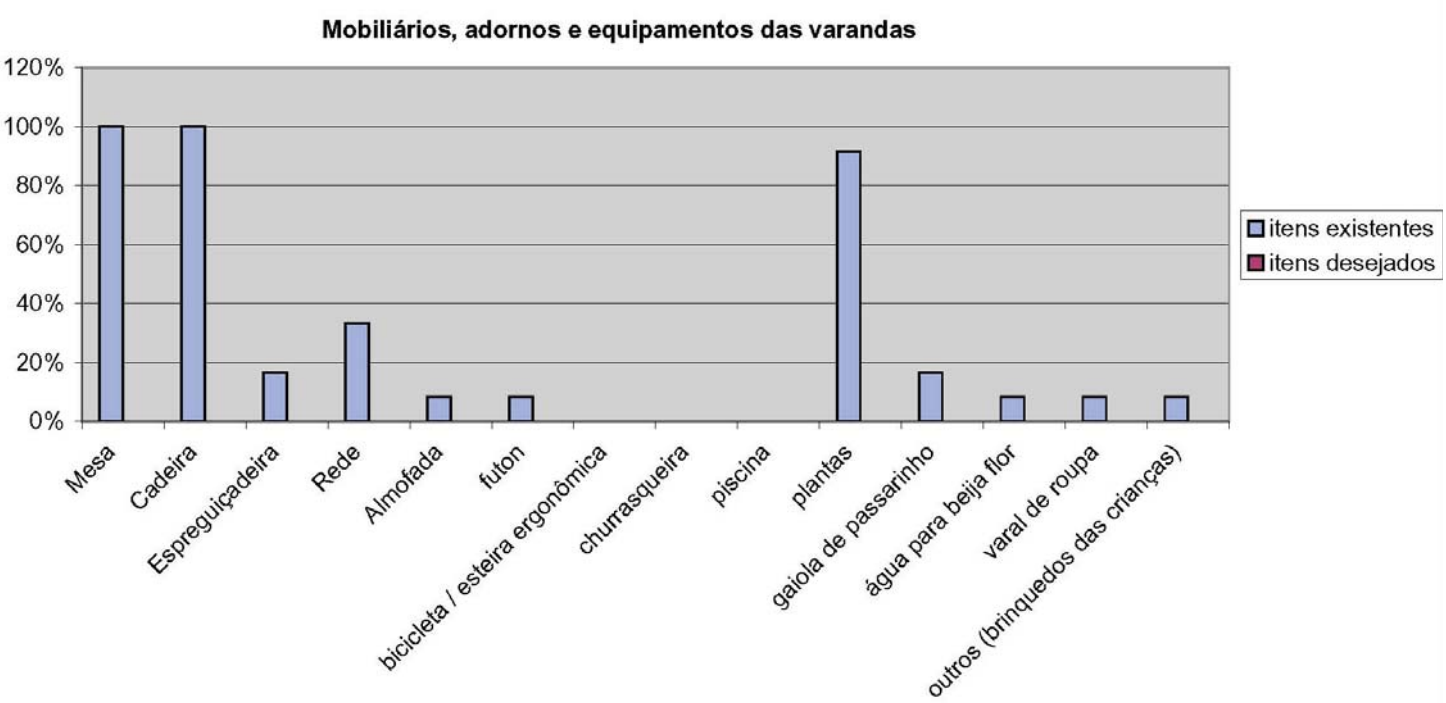
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

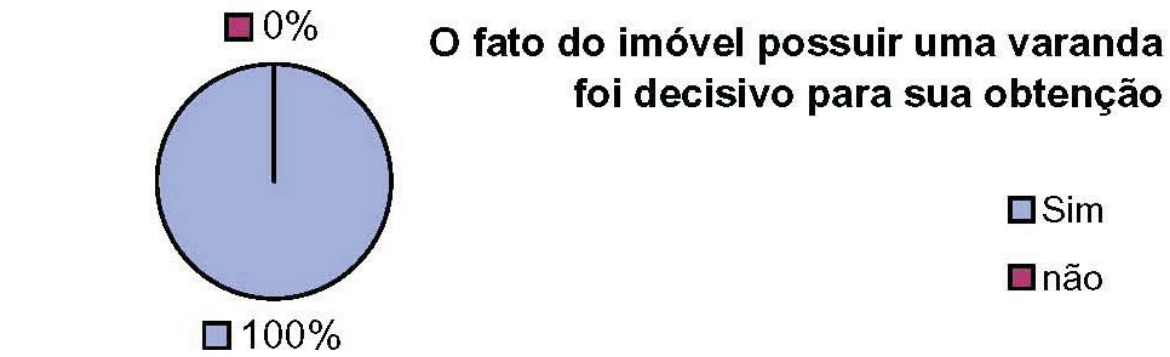
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
96	10	10 %

1.2

LEME







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 270

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

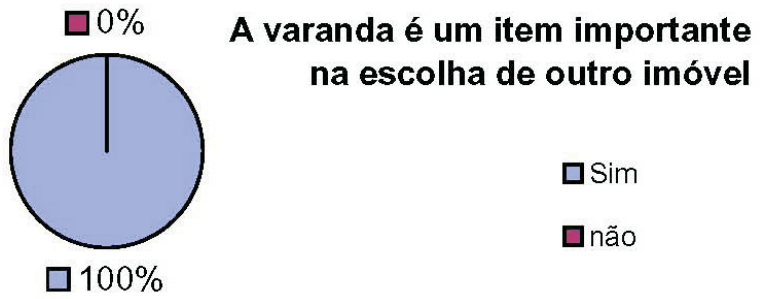
1.2

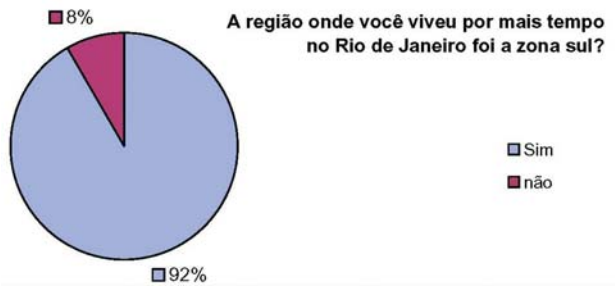
LEME

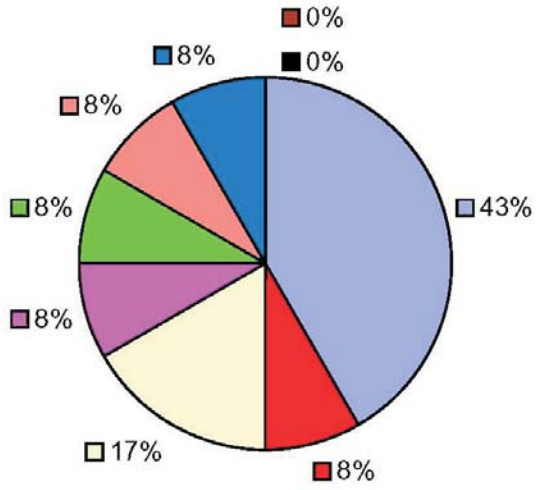
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
96	10	10 %











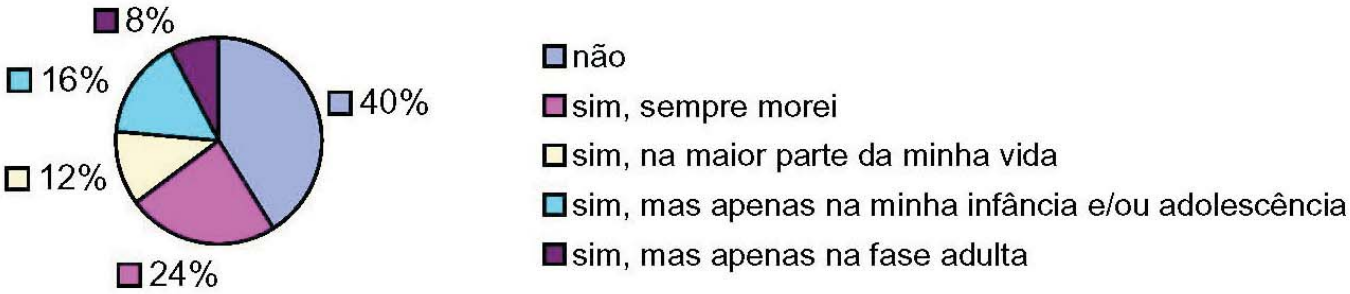
Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

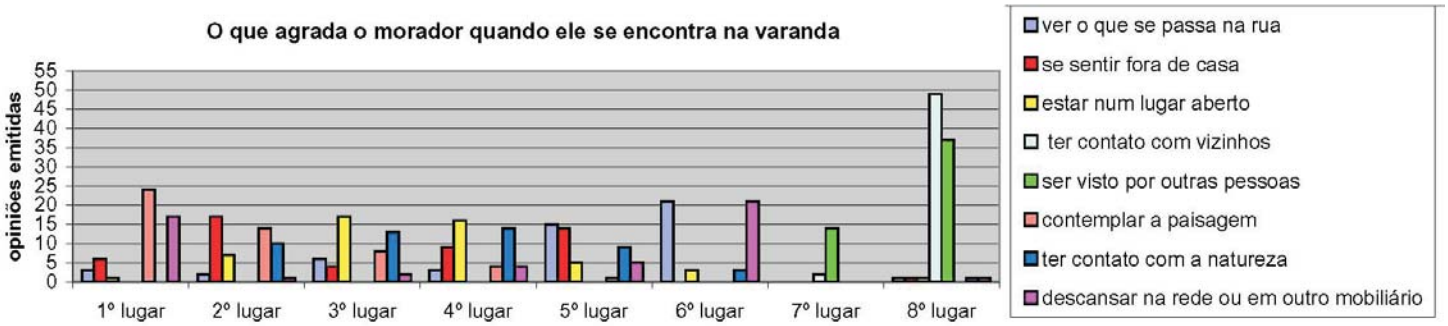
- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS GERAIS DO BAIRRO

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

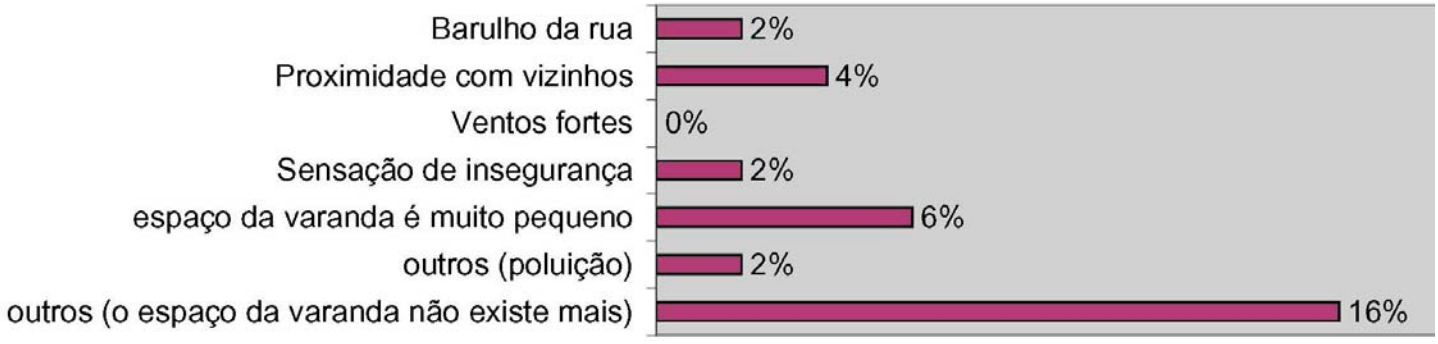




Utilização mais frequente da varanda pelo morador



Motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada

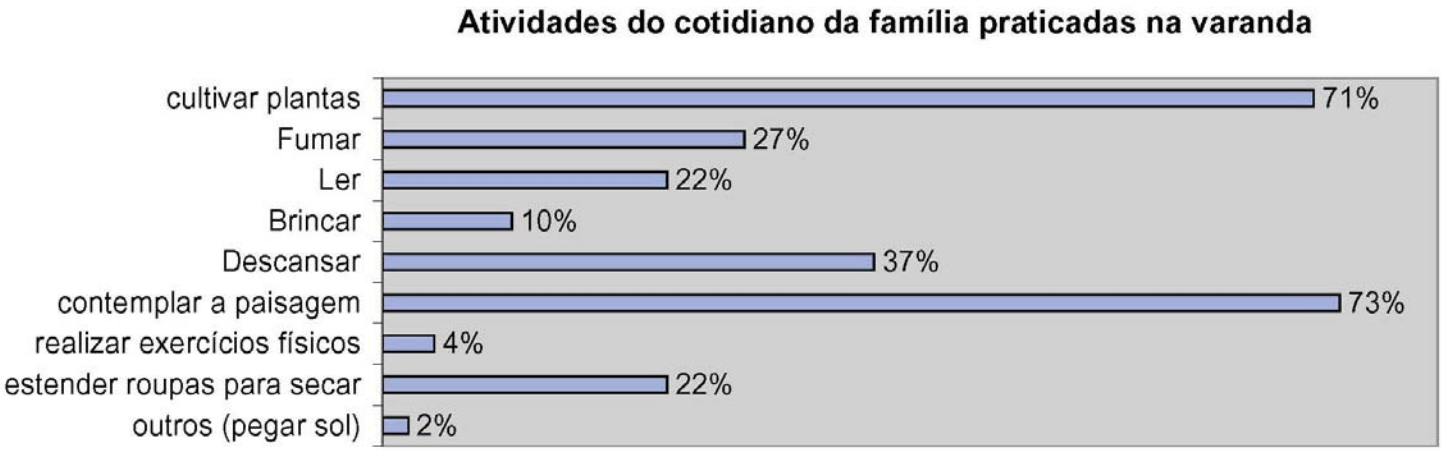


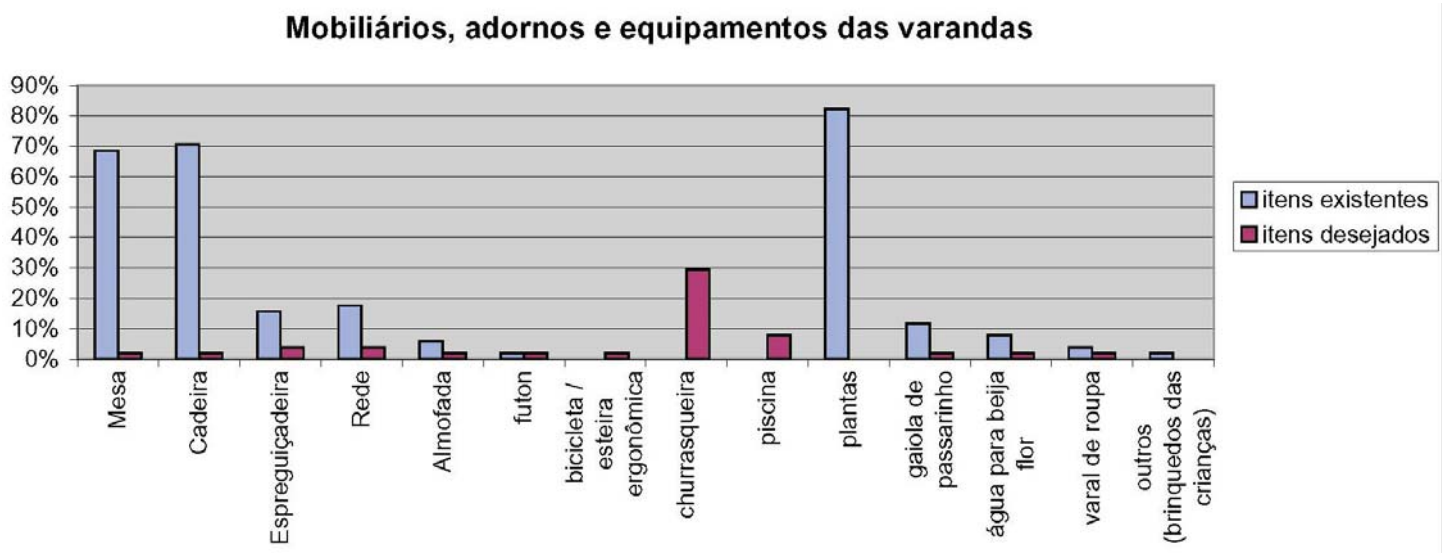
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

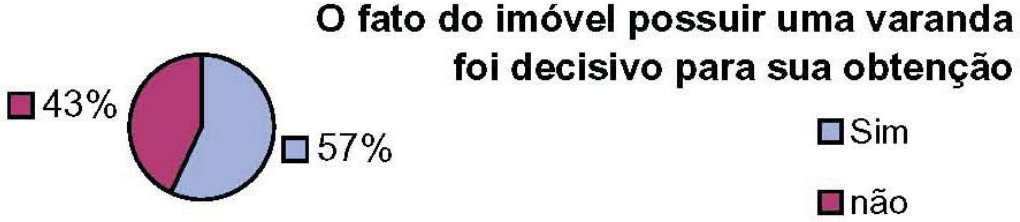
2

COPACABANA

DADOS GERAIS DO BAIRRO

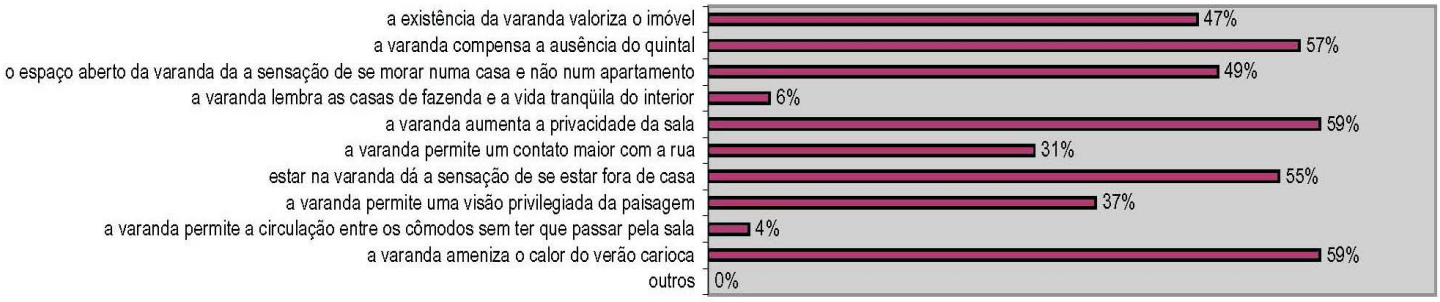






DADOS GERAIS DO BAIRRO

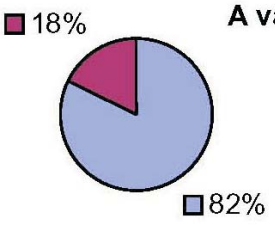
Vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



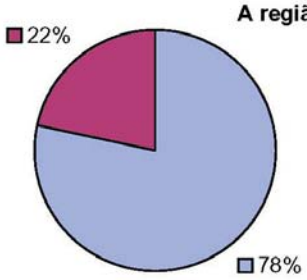
Vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores

a existência da varanda valoriza o imóvel 47%
a varanda compensa a ausência do quintal 57%
o espaço aberto da varanda da a sensação de se morar numa casa e não num apartamento 49%
a varanda lembra as casas de fazenda e a vida tranqüila do interior 6%
a varanda aumenta a privacidade da sala 59%
a varanda permite um contato maior com a rua 31%
estar na varanda dá a sensação de se estar fora de casa 55%
a varanda permite uma visão privilegiada da paisagem 37%
a varanda permite a circulação entre os cômodos sem ter que passar pela sala 4%
a varanda ameniza o calor do verão carioca 59%
outros 0%

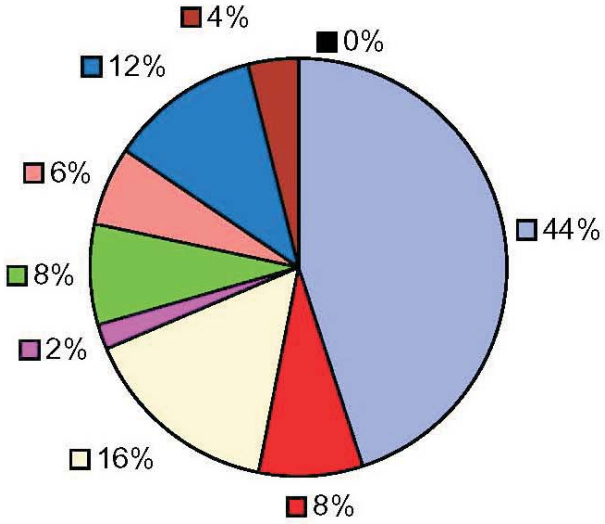
A varanda é um item importante na escolha de outro imóvel



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?



Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

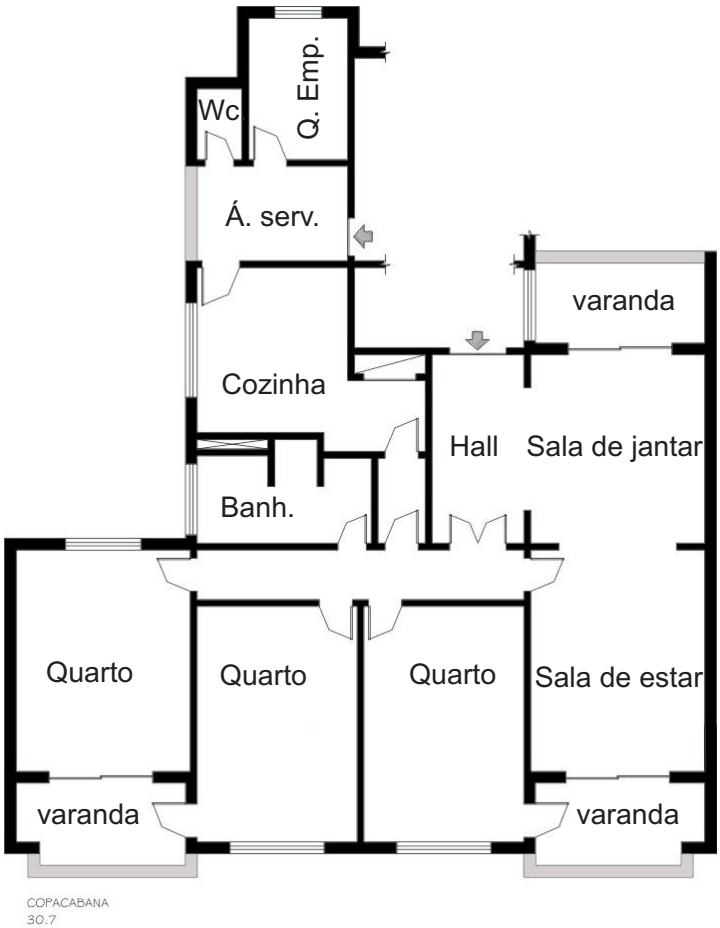
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 1602

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	2	20 %

2.1

COPACABANA







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 1602

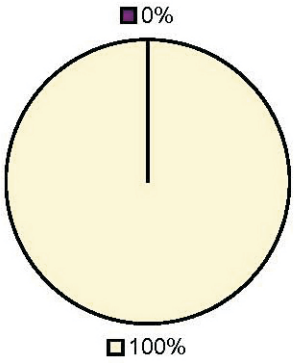
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

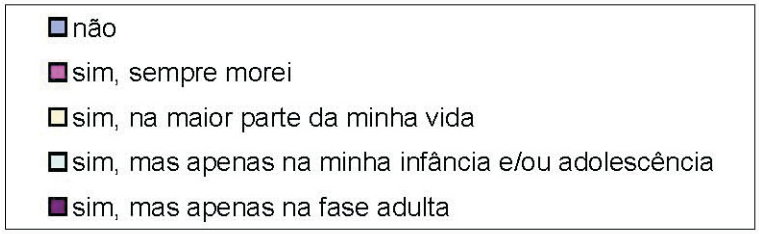
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	2	20 %

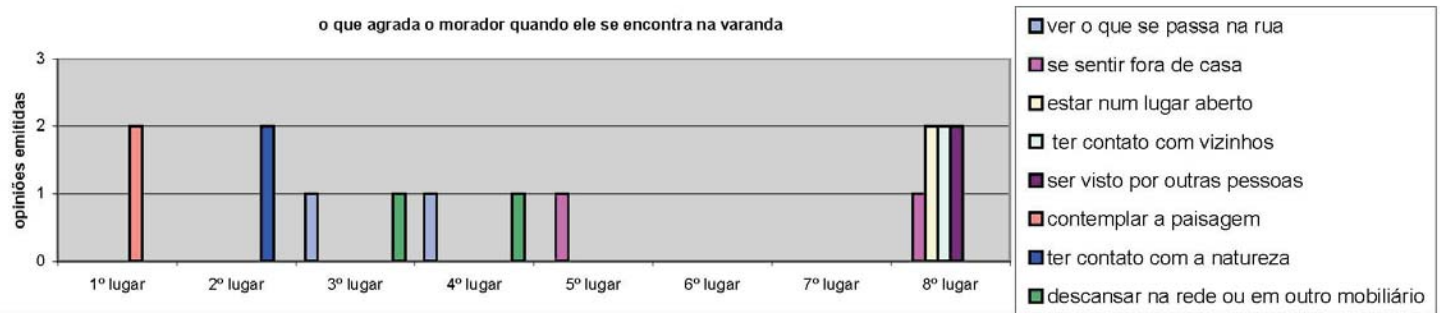
2.1

COPACABANA

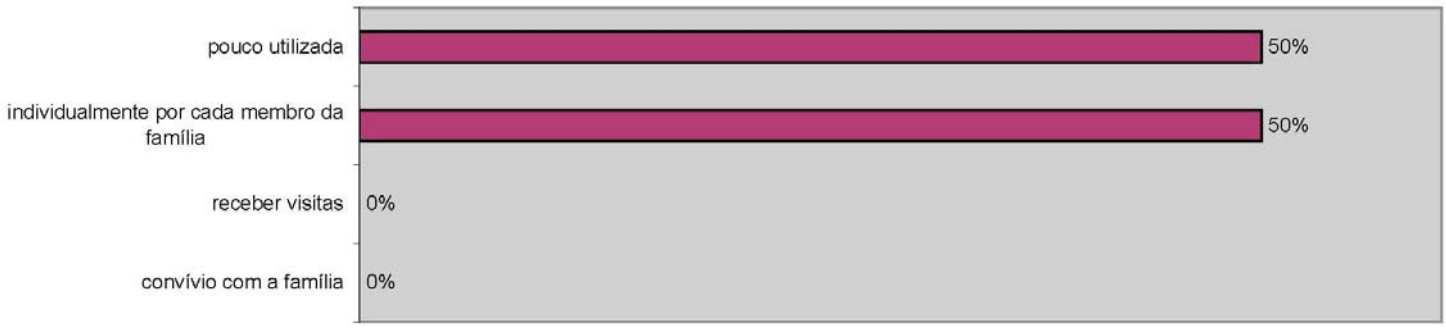
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



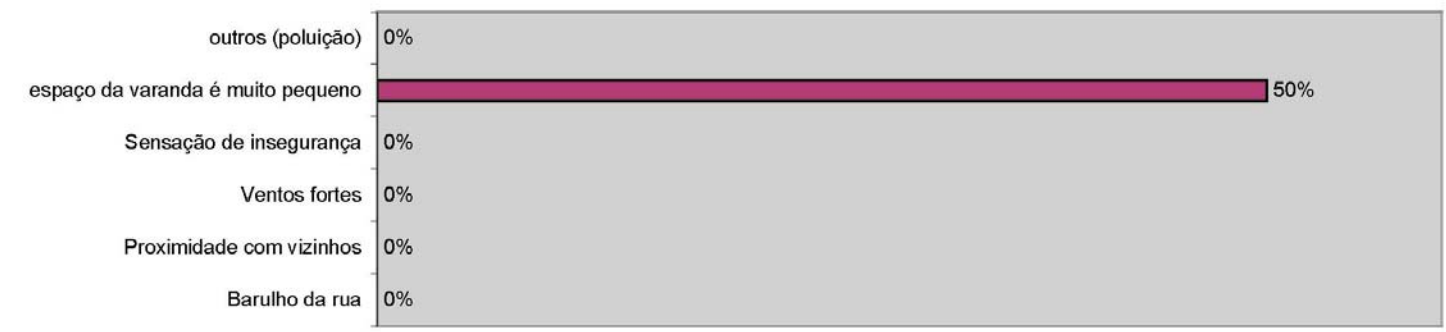




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

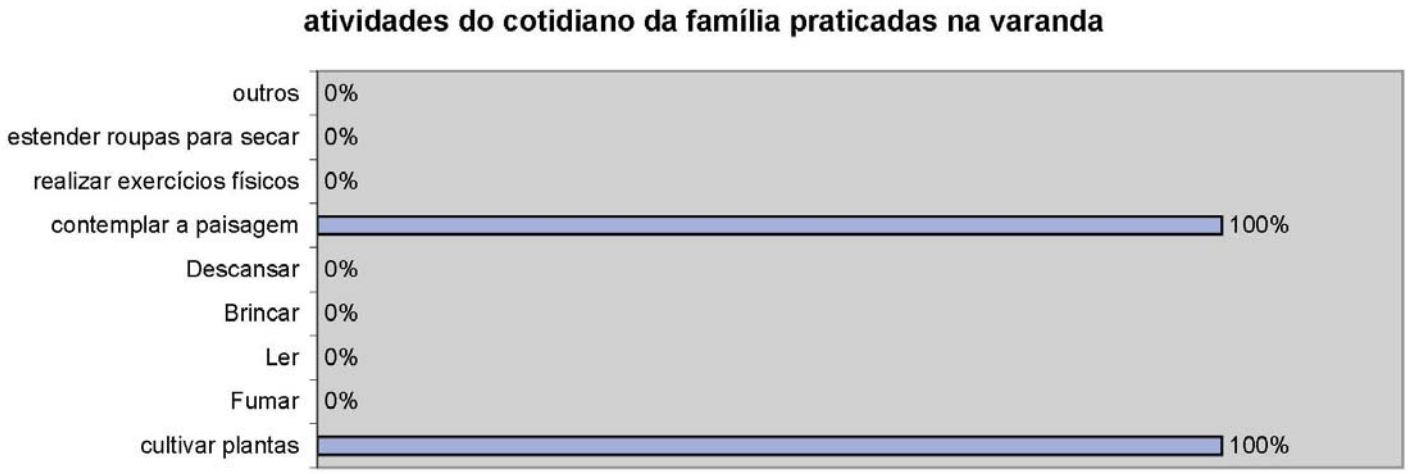
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 1602

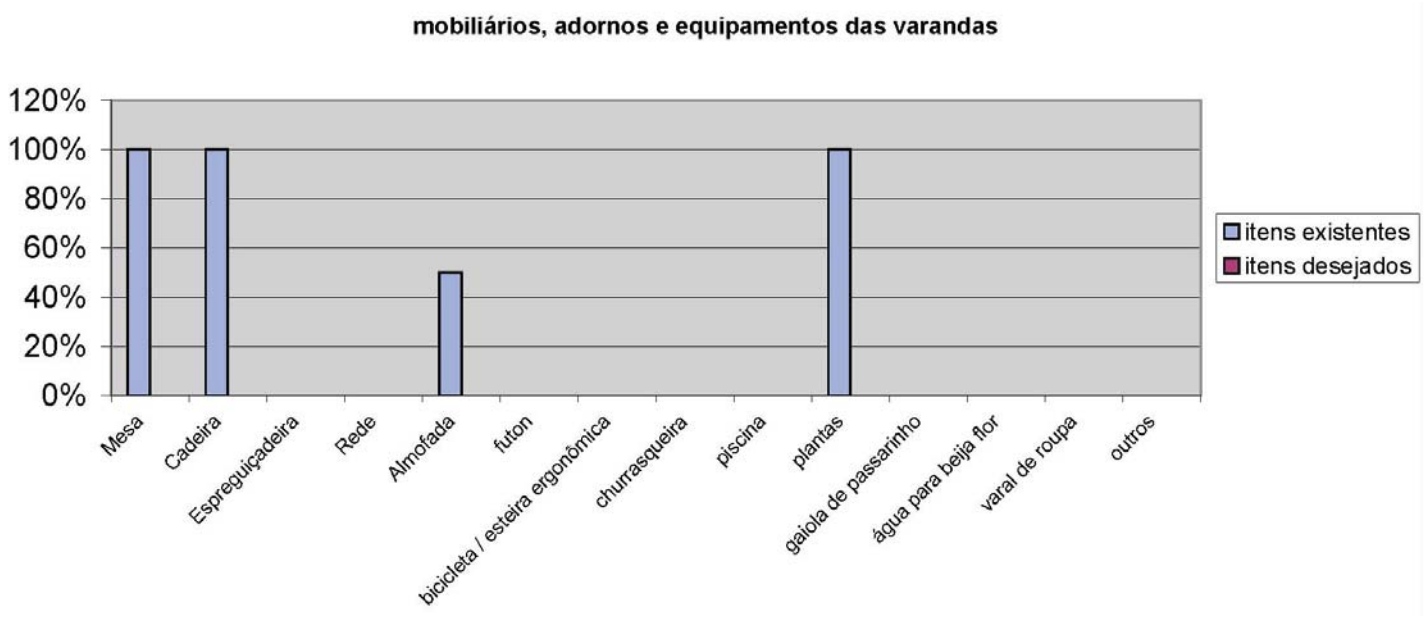
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

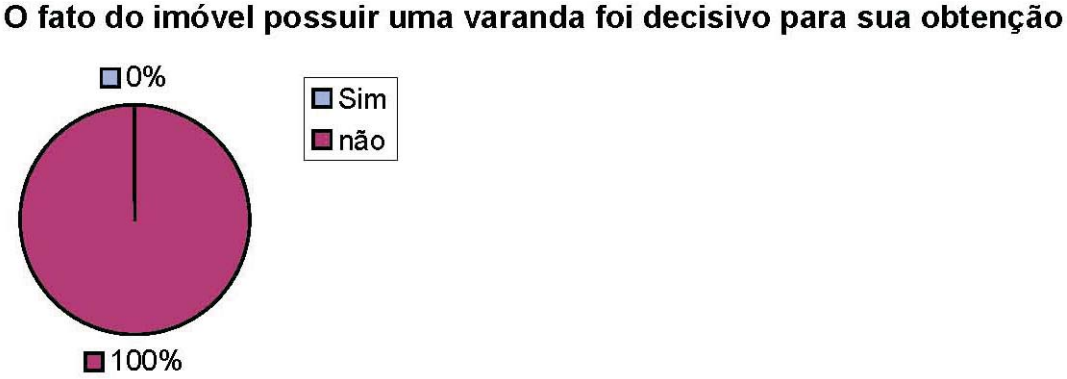
2.1

COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	2	20 %







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

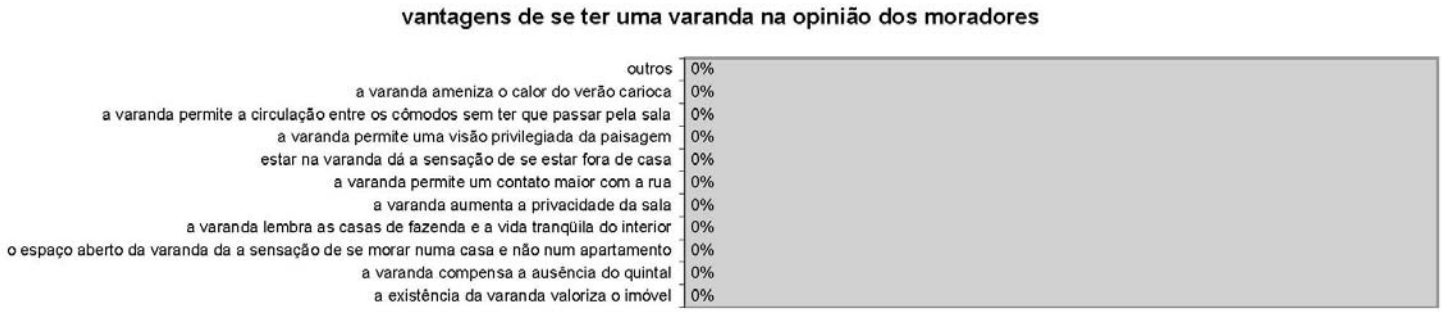
ENDEREÇO: AV. ATLÂNTICA N.º 1602

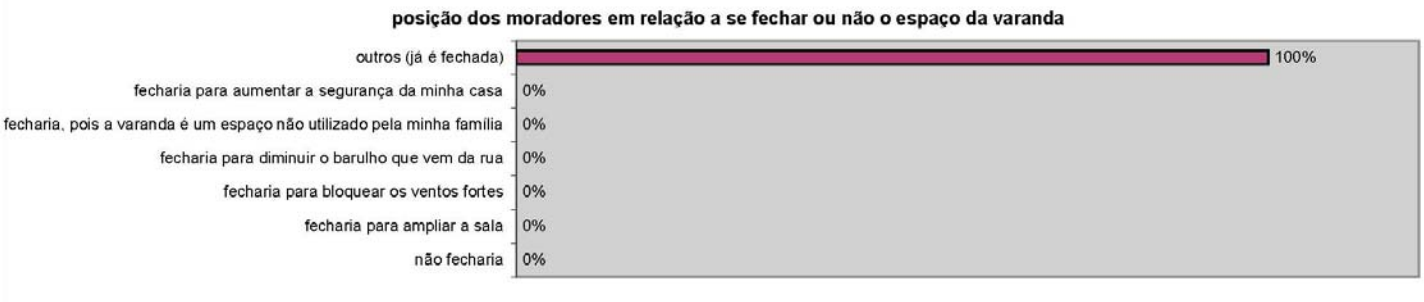
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

2.1

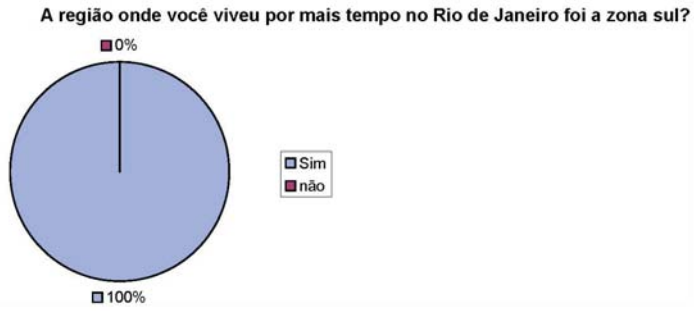
COPACABANA

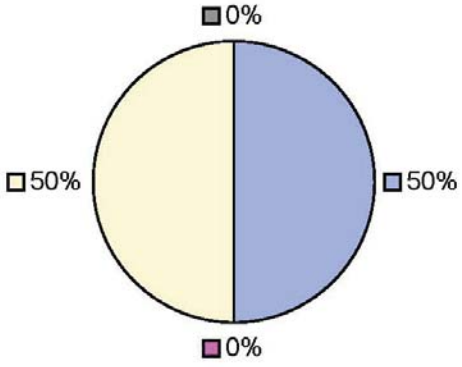
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	2	20 %













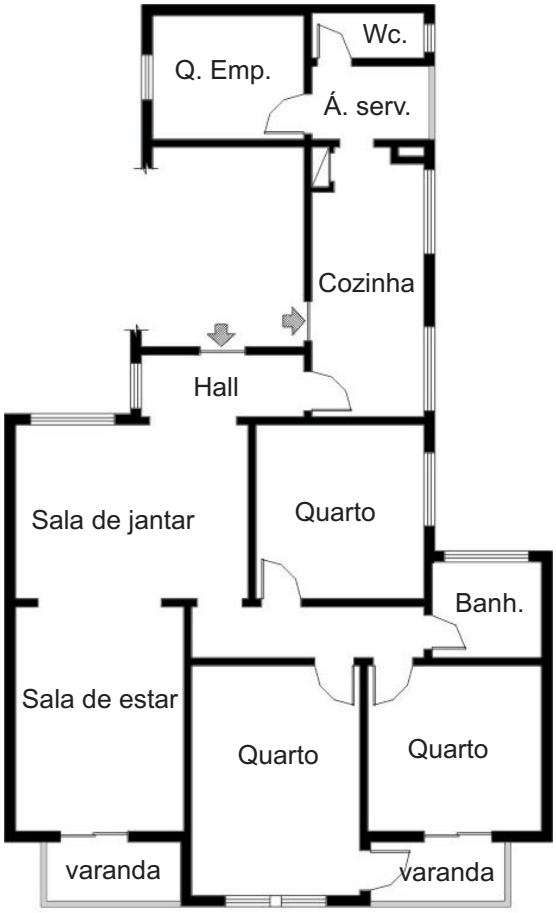
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 250

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	2	25 %

2.2 COPACABANA



COPACABANA
30.11





DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 250

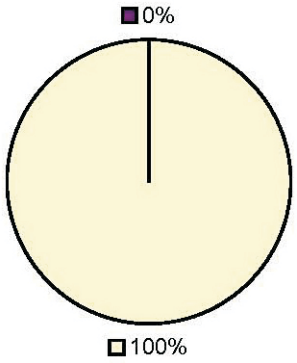
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

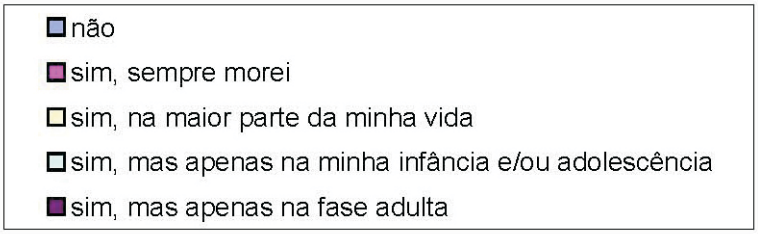
2.2

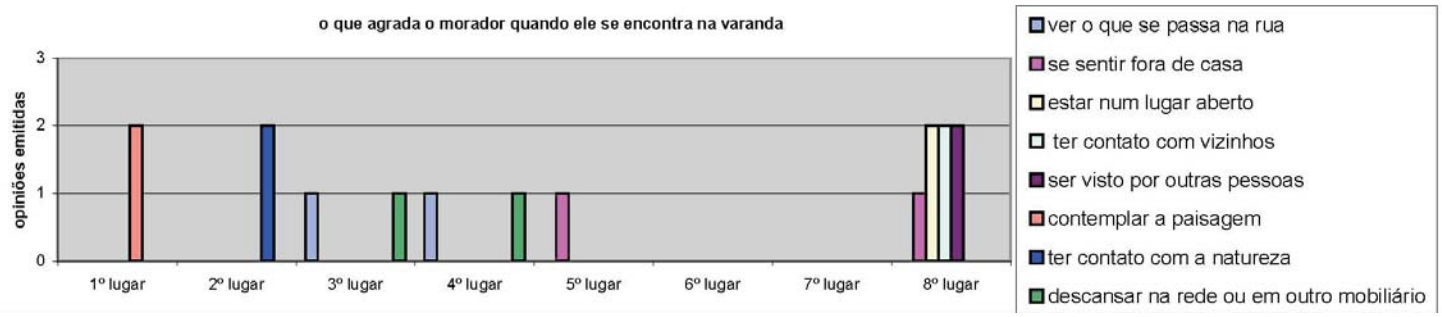
COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	2	25 %

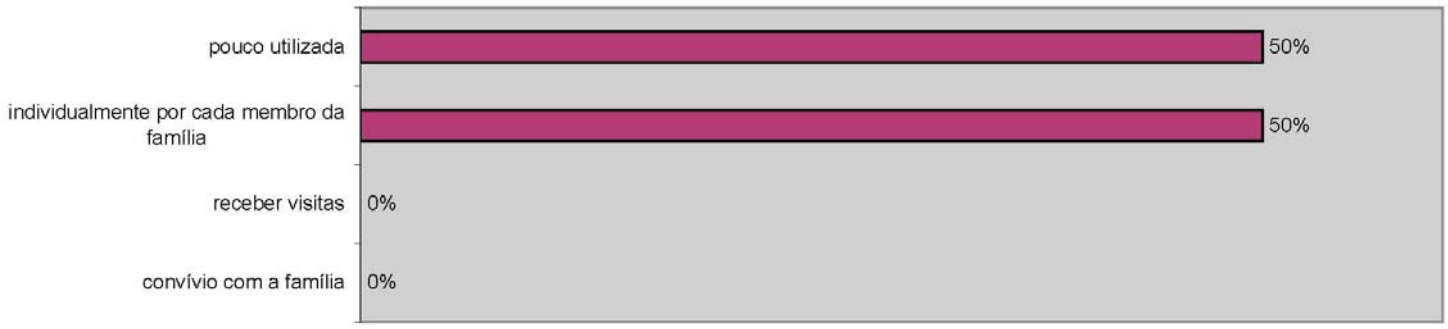
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



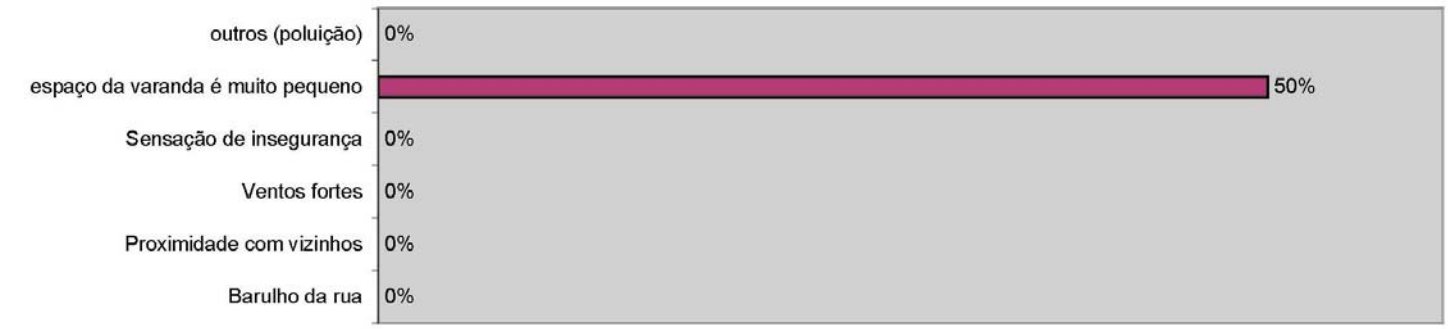




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 250

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	2	25 %

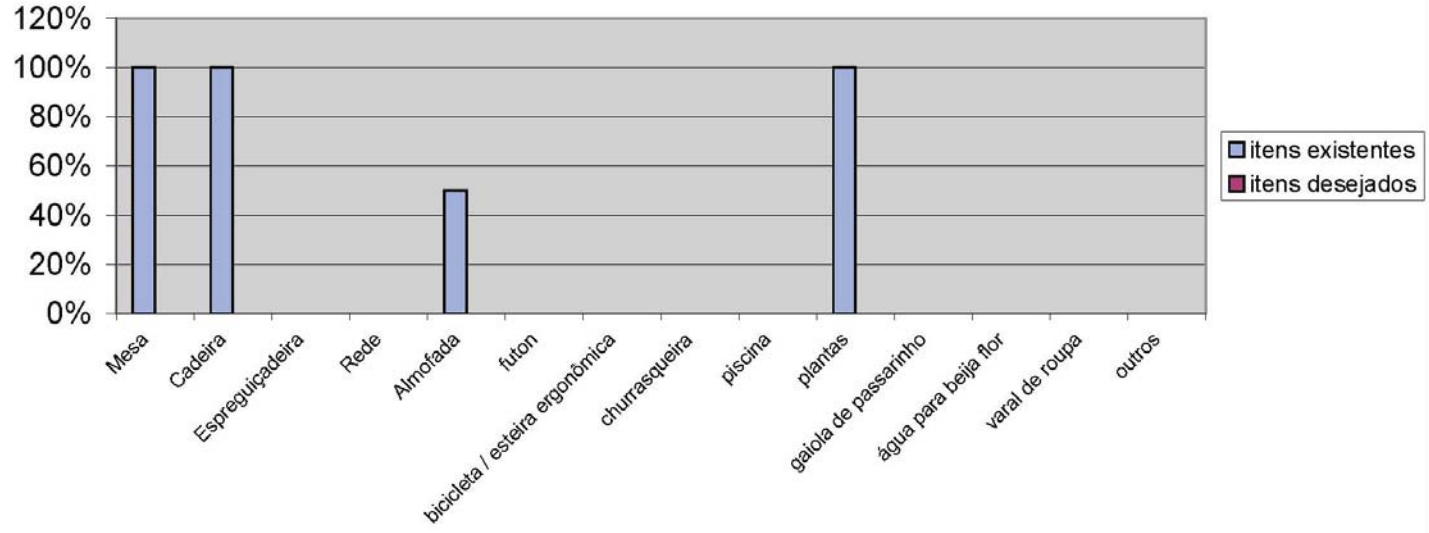
2.2

COPACABANA

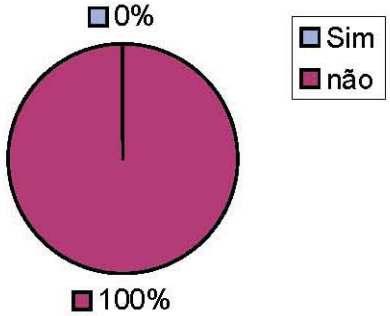
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

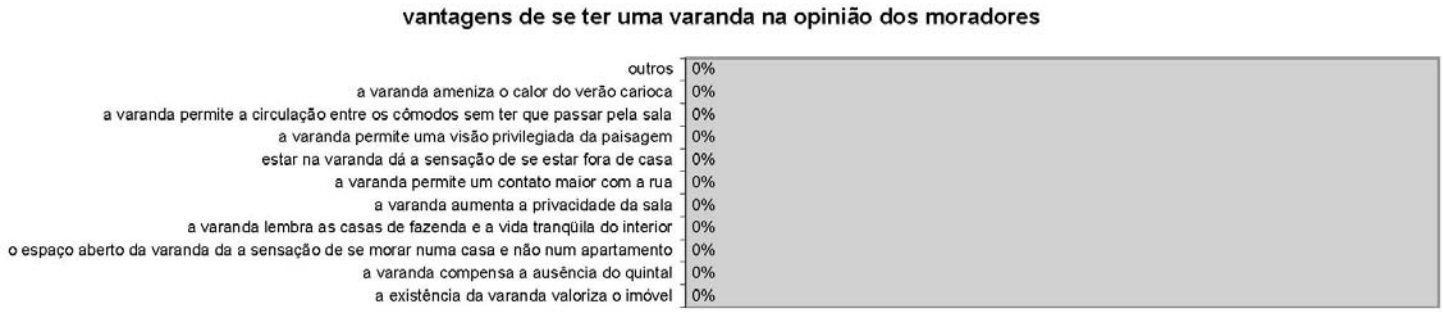
ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 250

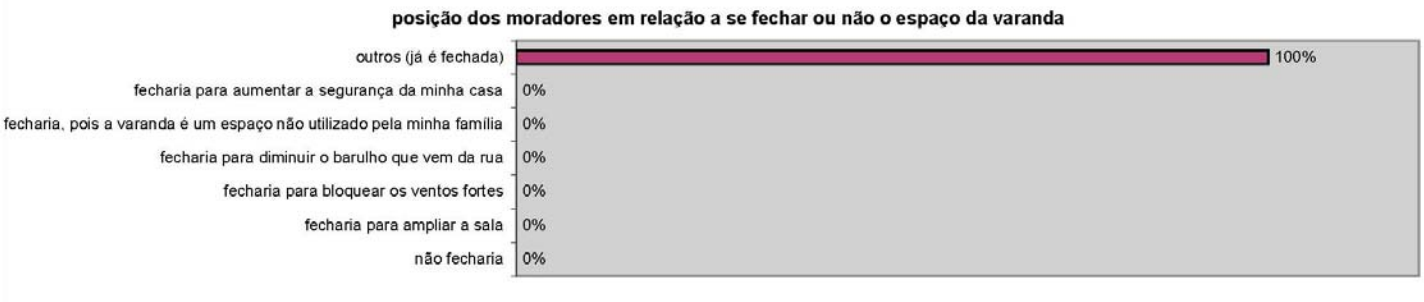
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

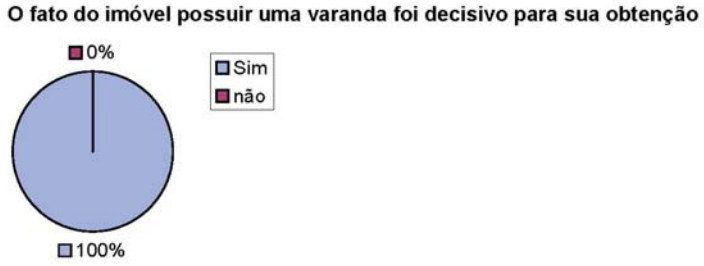
2.2

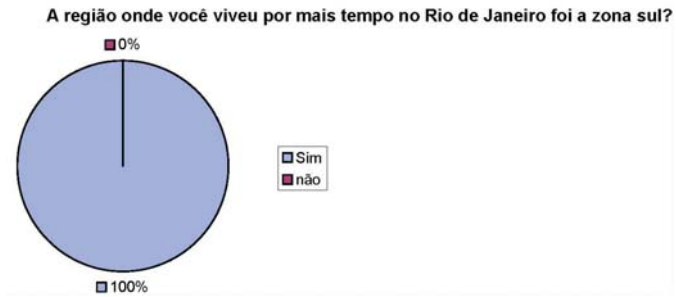
COPACABANA

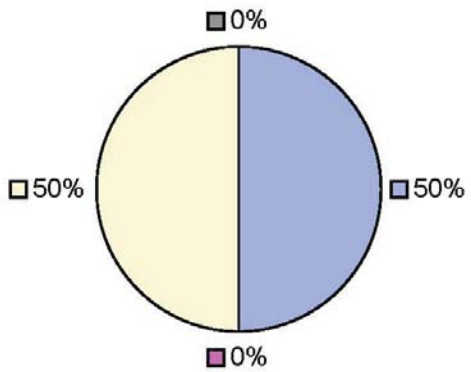
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	2	25 %













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA TONELEROS N.º94

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

2.3 COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	4	20%







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA TONELEROS N.º94

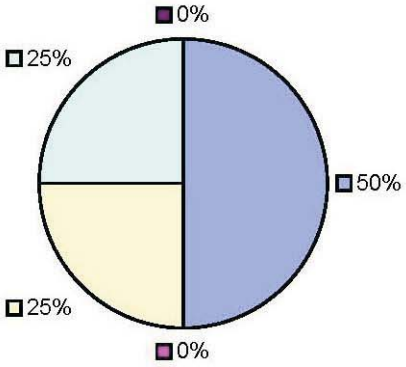
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

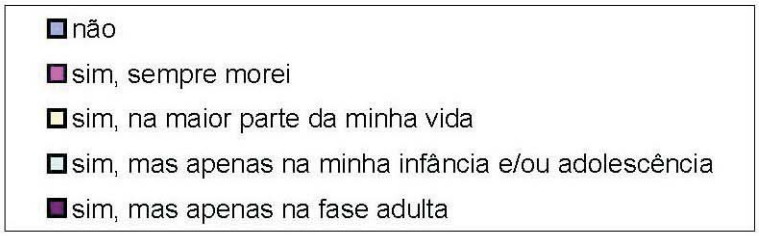
2.3

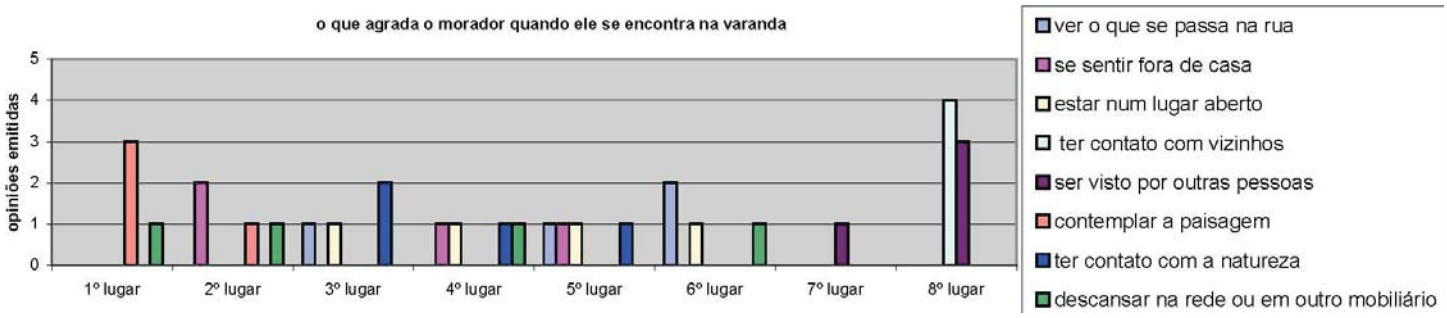
COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	4	20%

Você já tinha morado em outra residência com varanda?



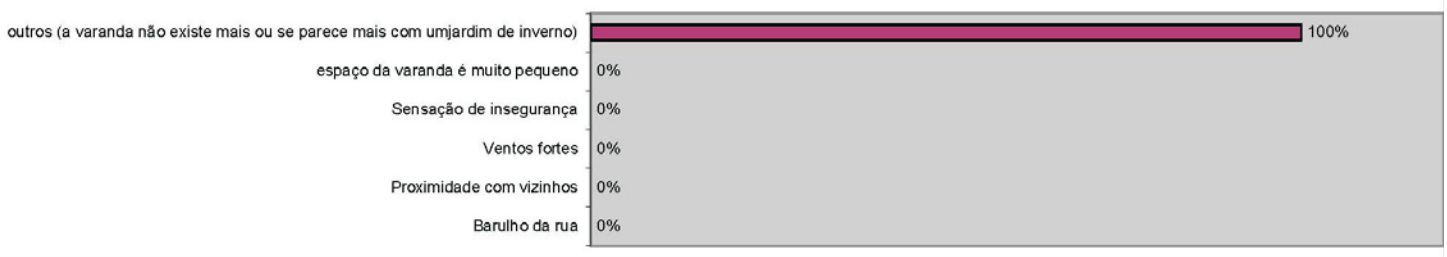




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

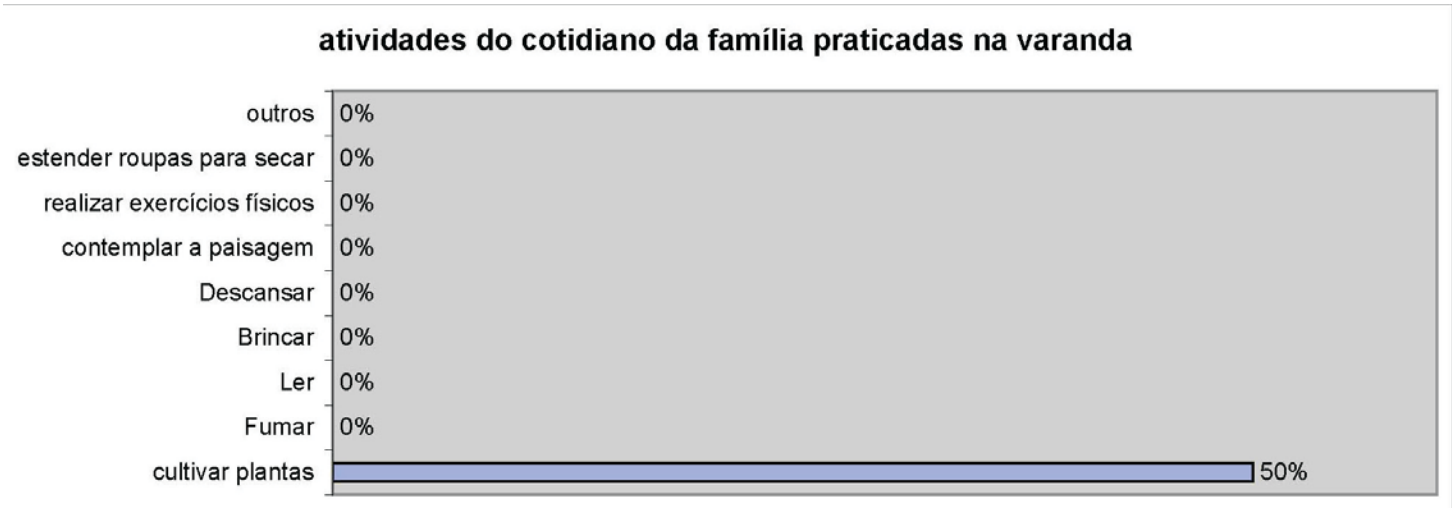
ENDEREÇO: RUA TONELEROS N.º94

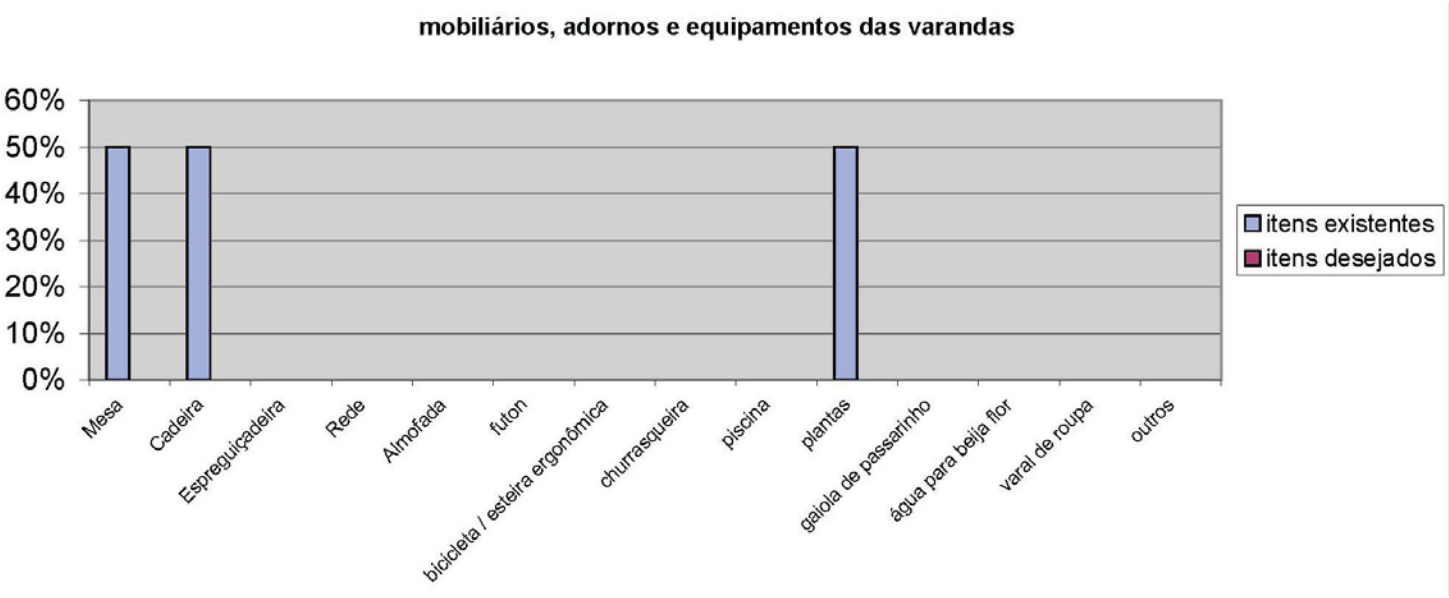
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

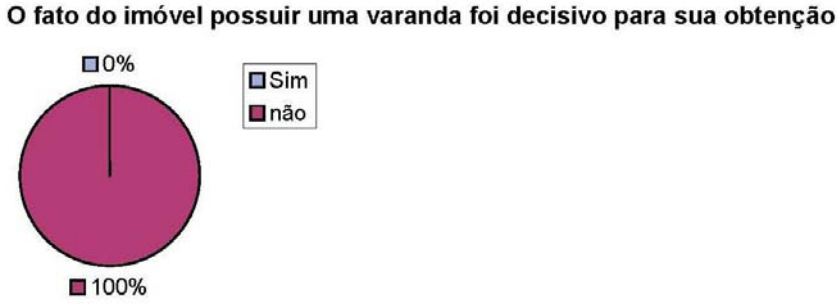
2.3

COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	4	20%







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA TONELEROS N.º94

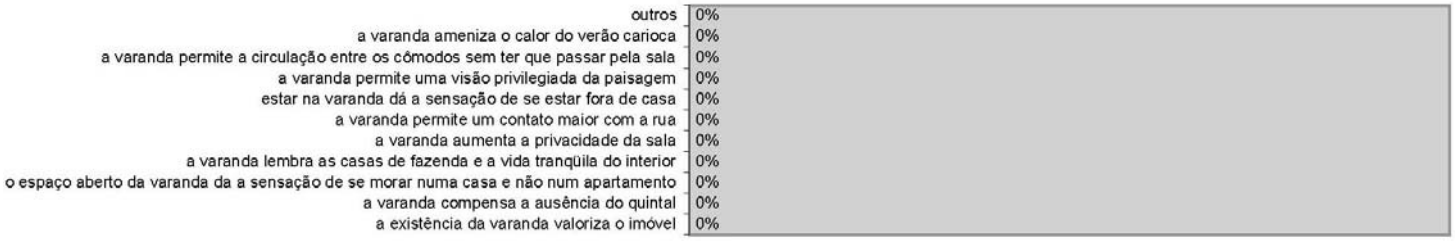
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

2.3

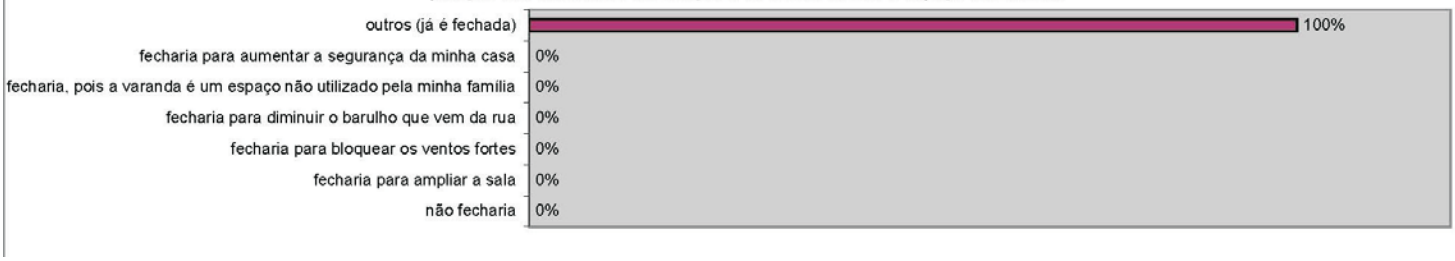
COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	4	20%

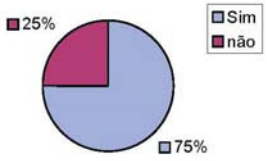
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



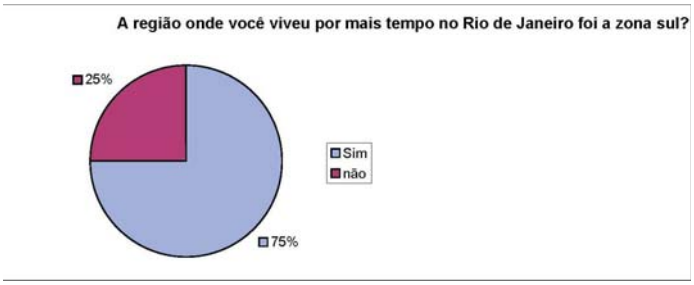
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda



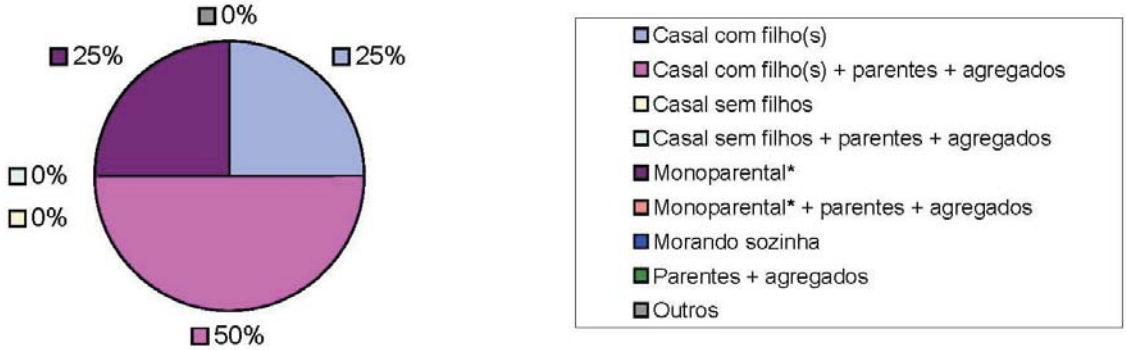
O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?



Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º155

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	7	29%

2.4

COPACABANA











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º155

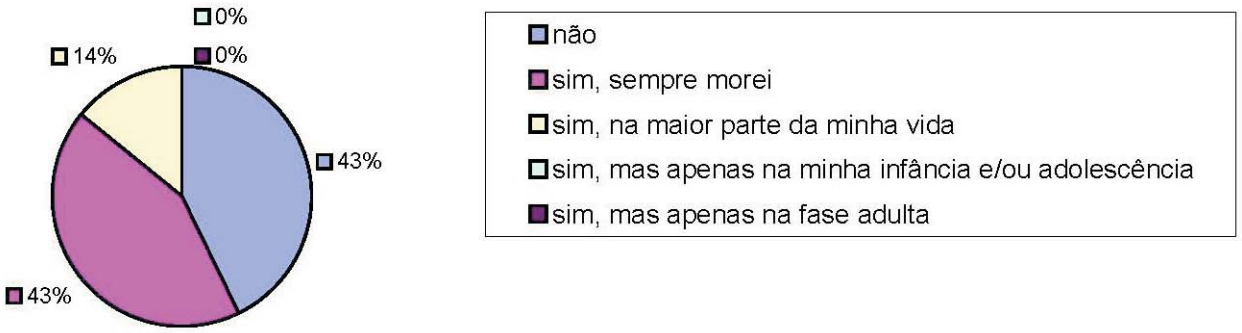
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

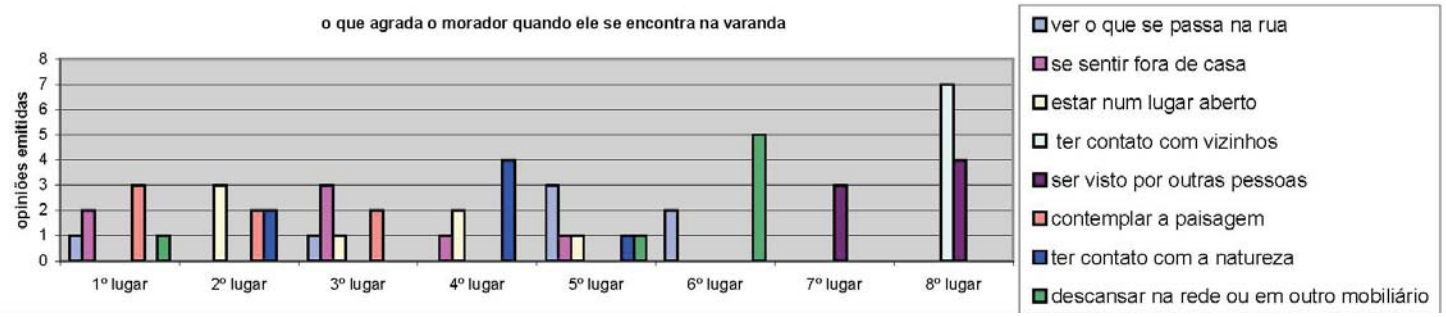
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	7	29%

2.4

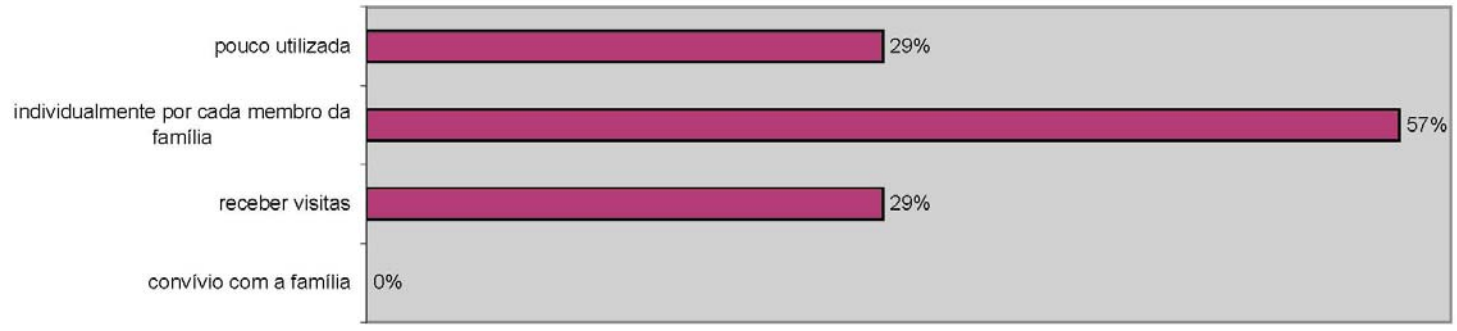
COPACABANA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

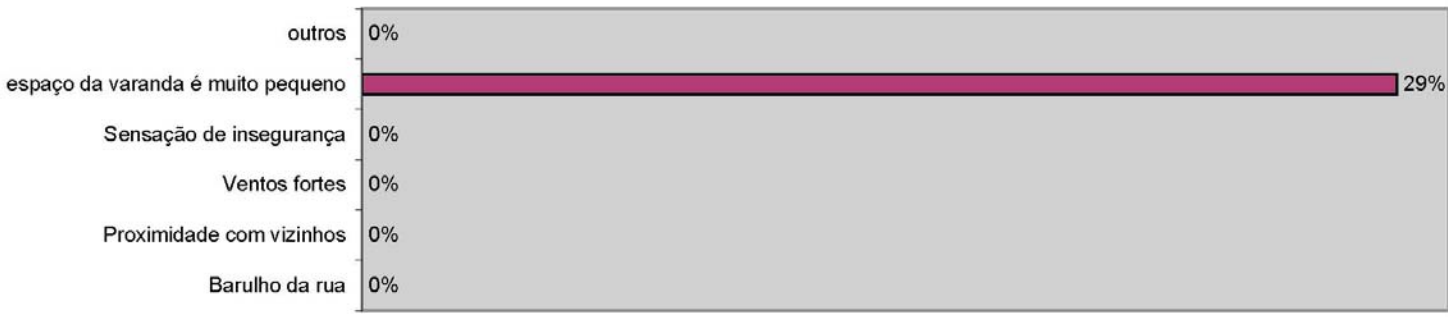




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º155

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

2.4

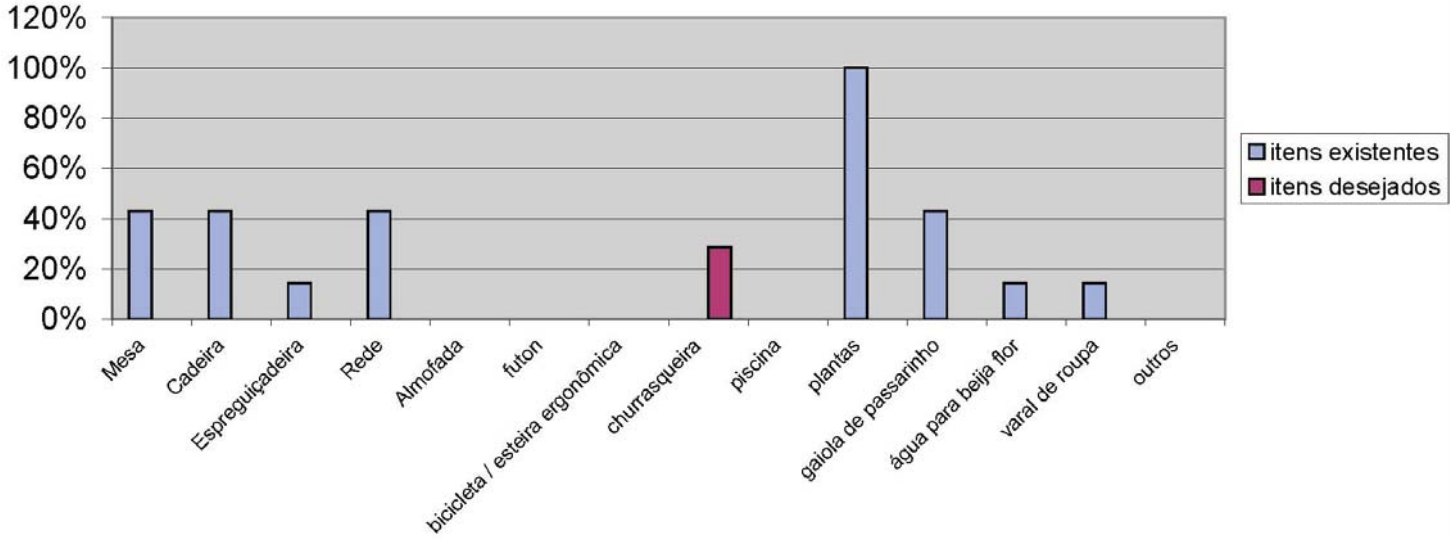
COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	7	29%

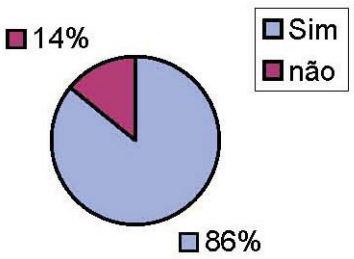
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º155

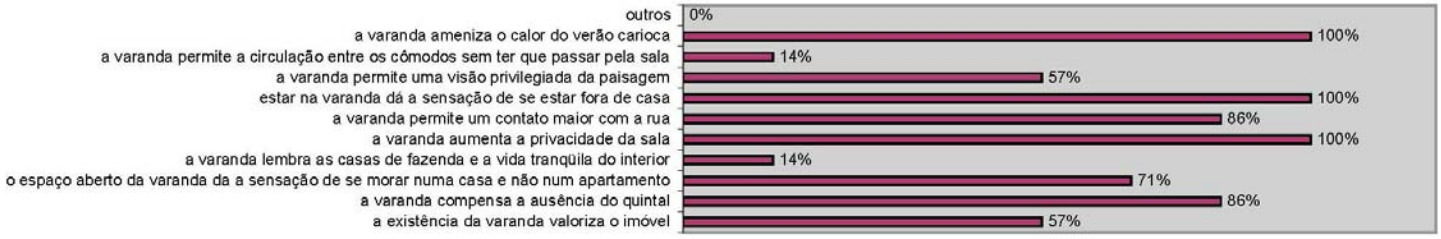
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

2.4

COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	7	29%

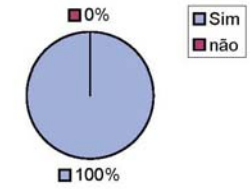
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



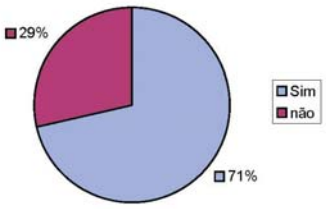
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda



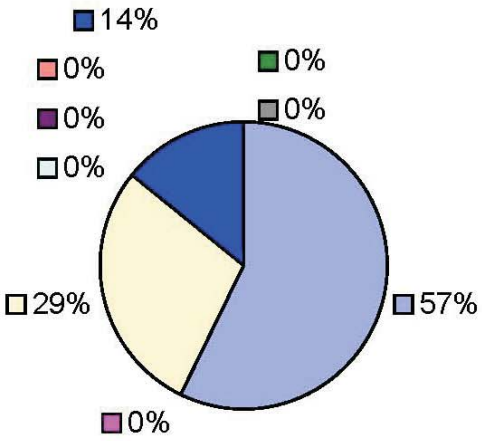
O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

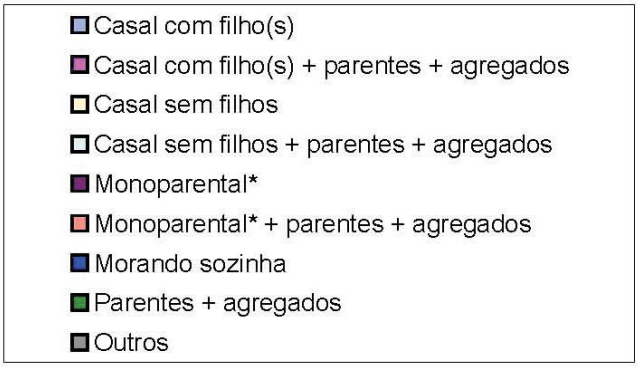


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?



Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas





DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º196

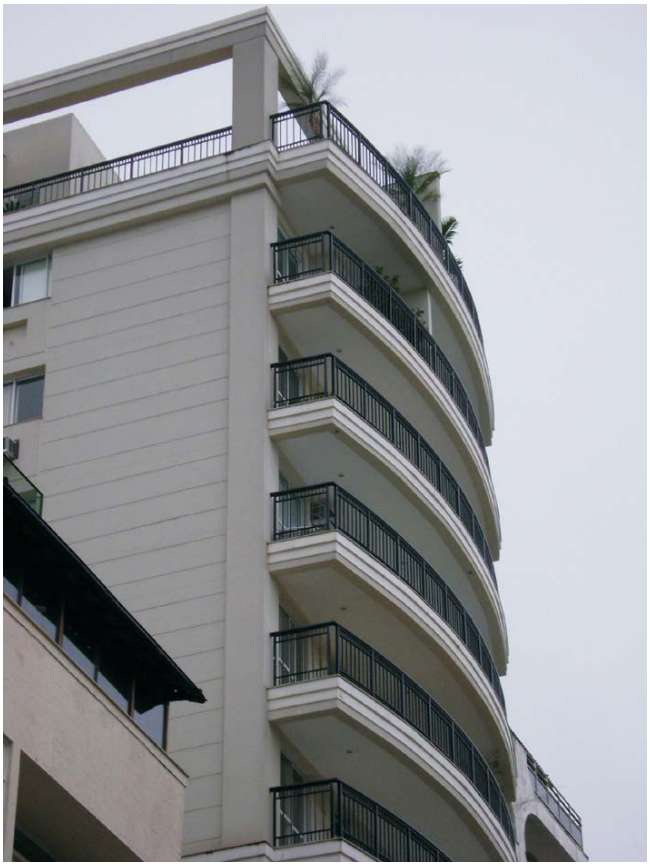
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	7	35%

2.5

COPACABANA









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º196

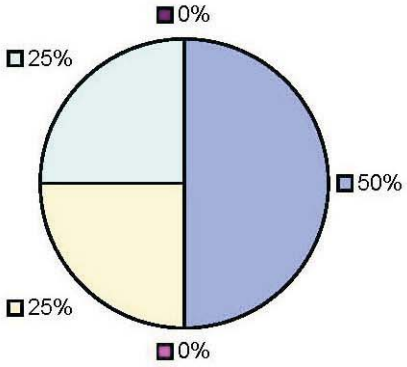
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

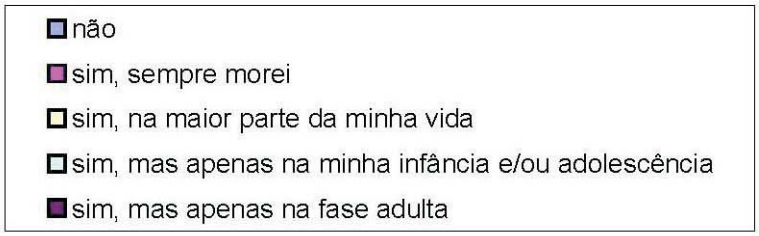
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	7	35%

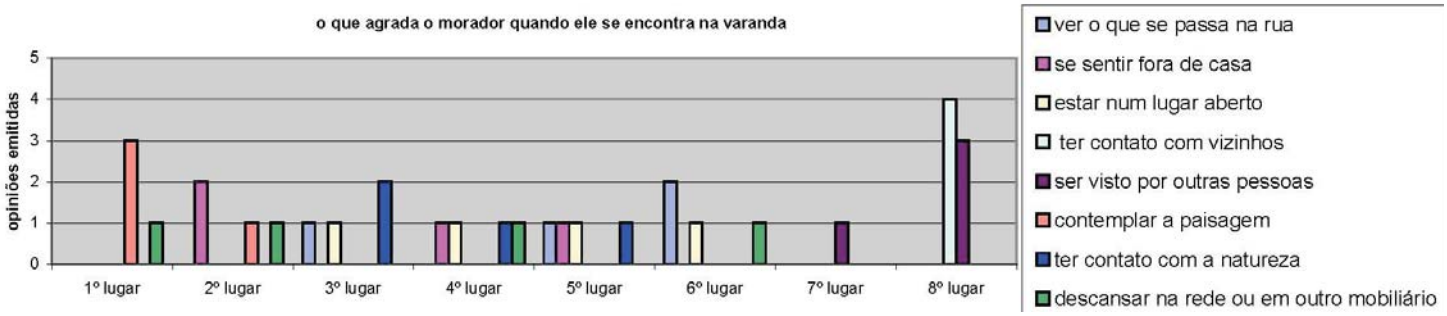
2.5

COPACABANA

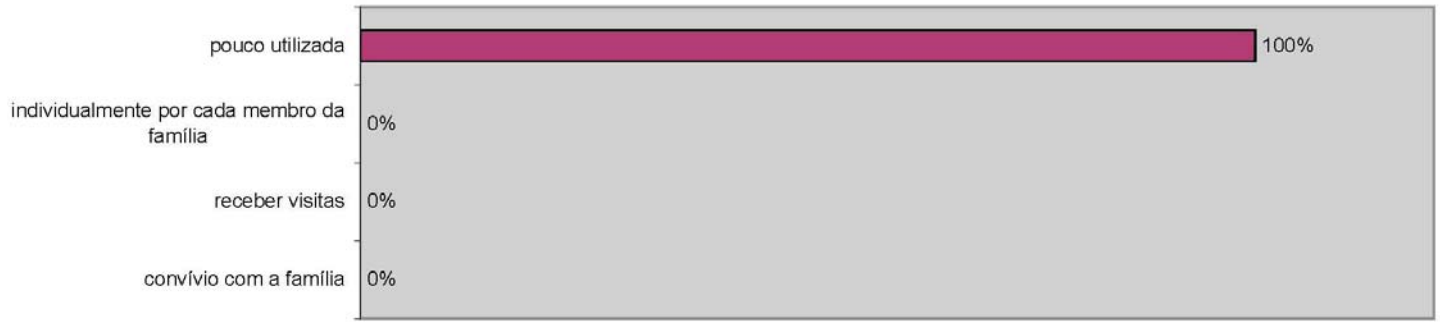
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



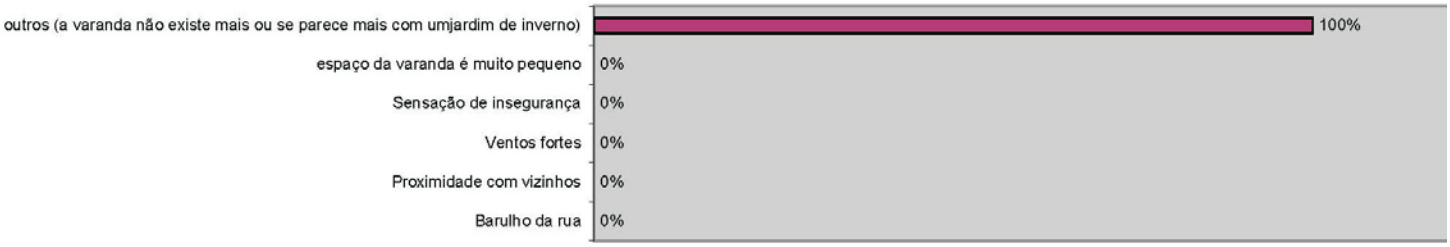




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

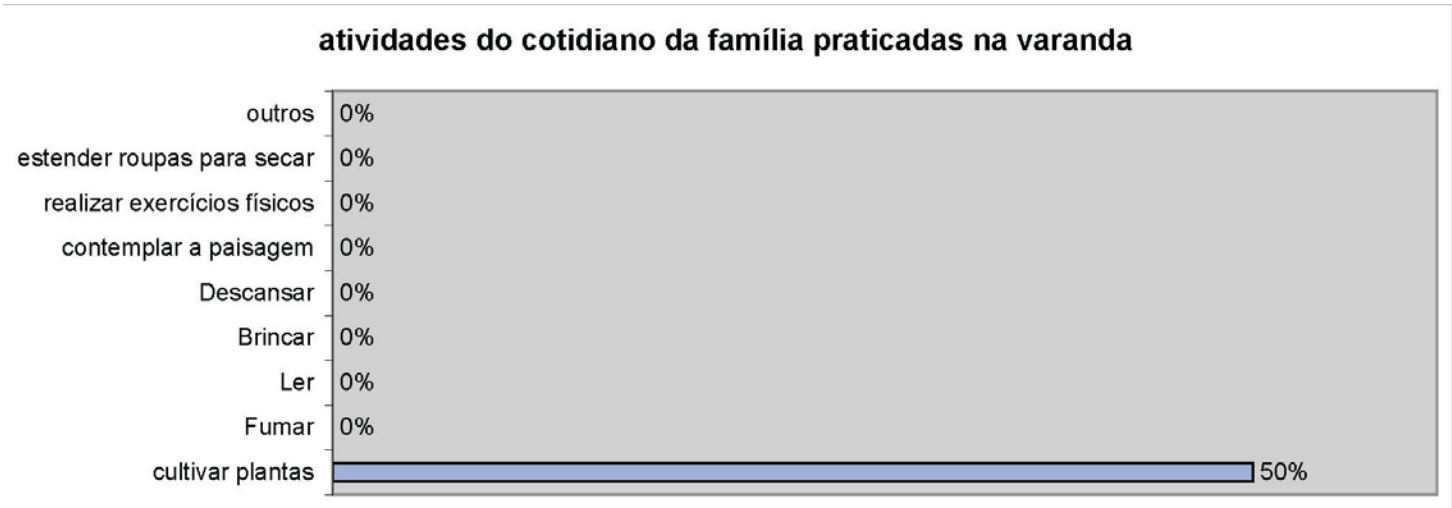
ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º196

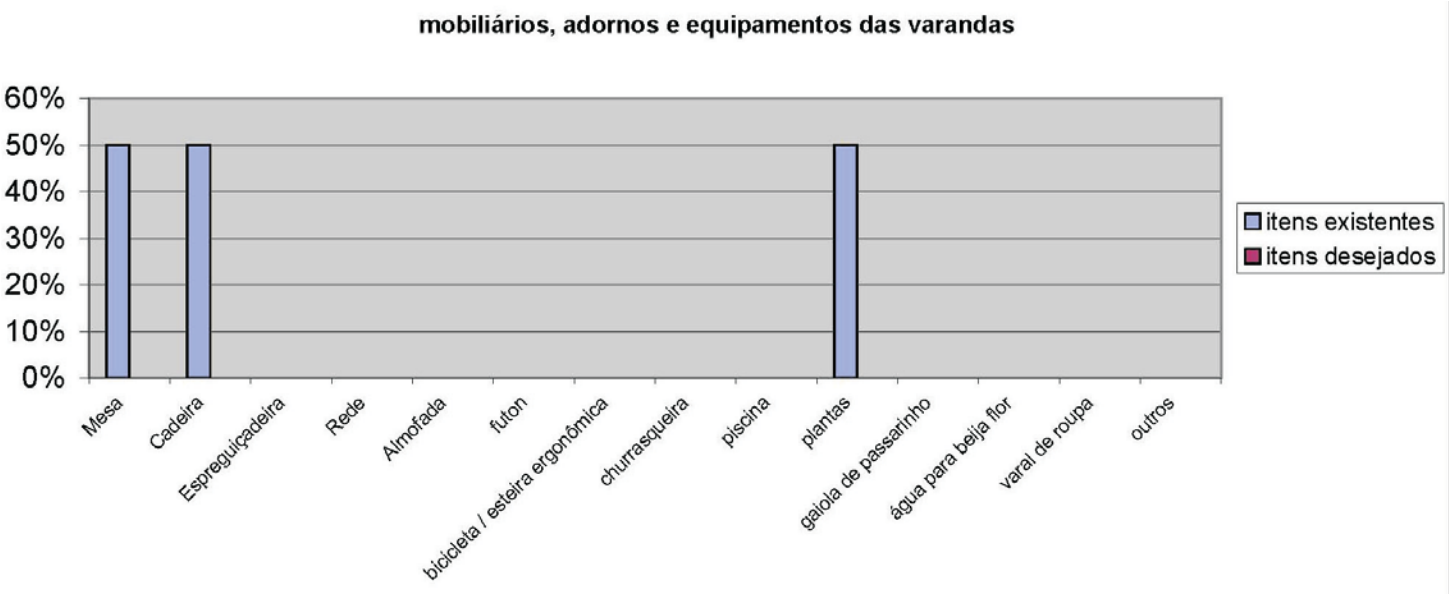
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

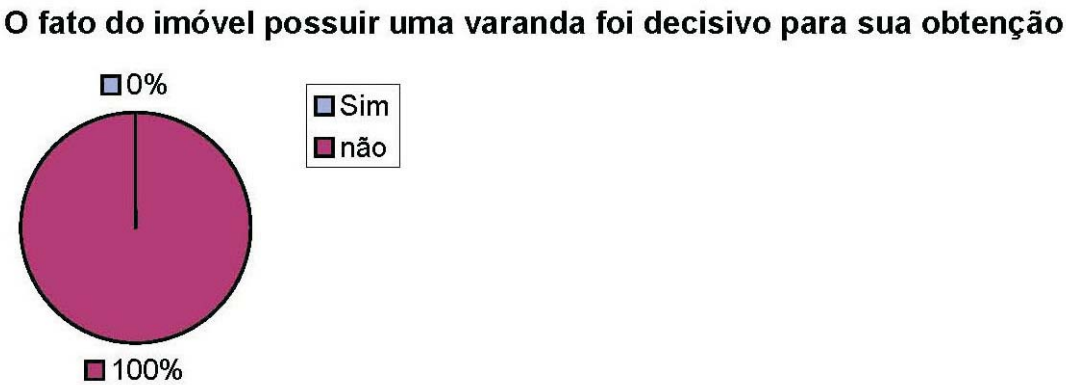
2.5

COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	7	35%







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

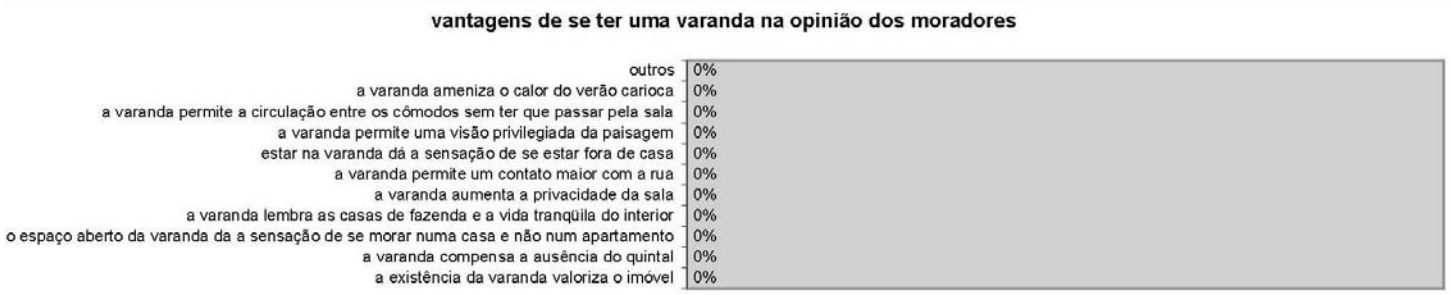
ENDEREÇO: RUA MASCARENHAS DE MORAES N.º196

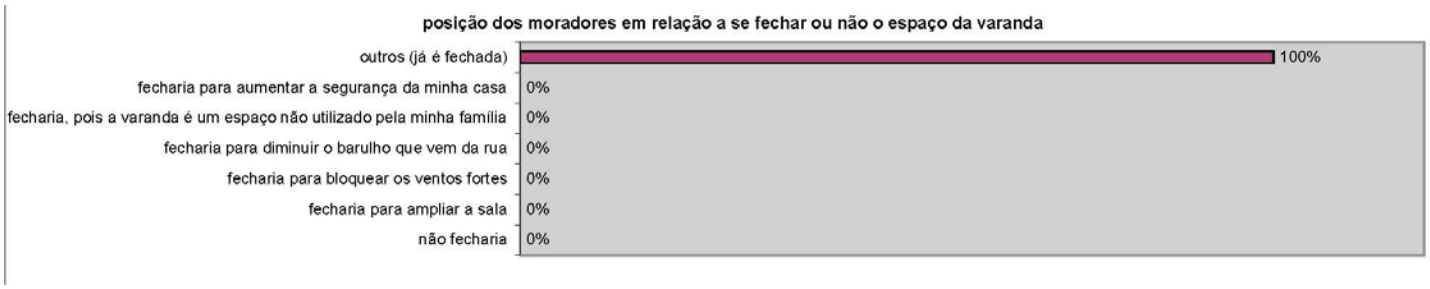
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

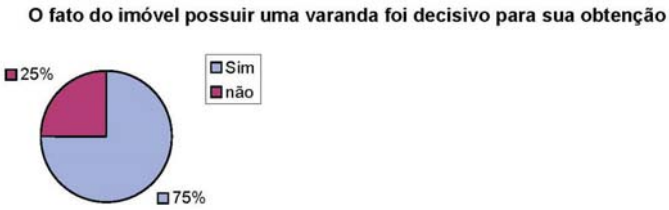
2.5

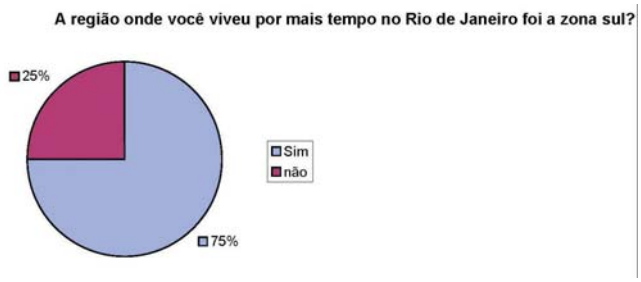
COPACABANA

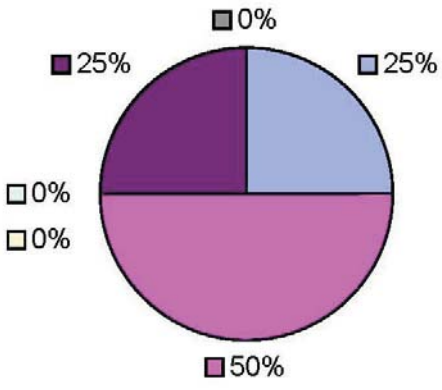
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
20	7	35%













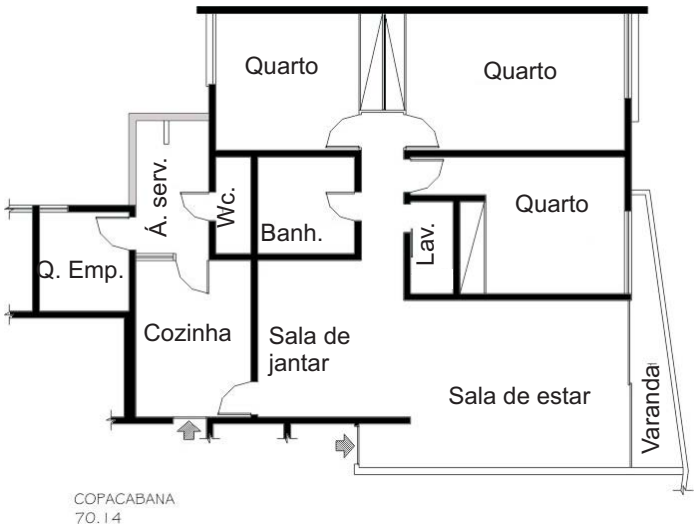
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 717

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

2.6 COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 717

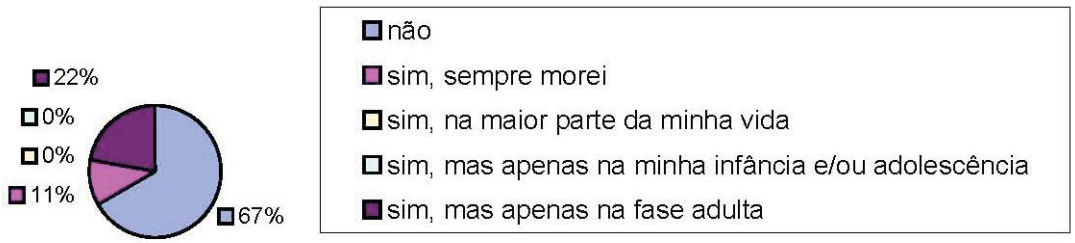
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

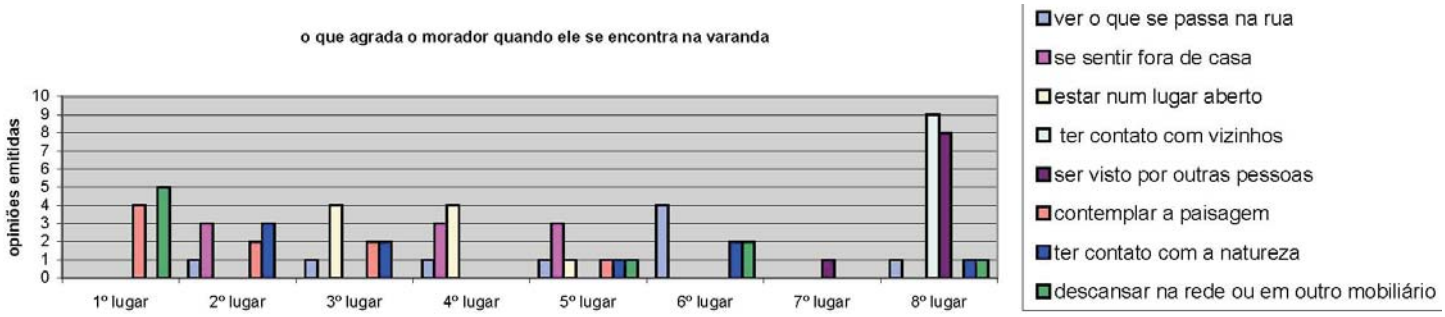
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

2.6

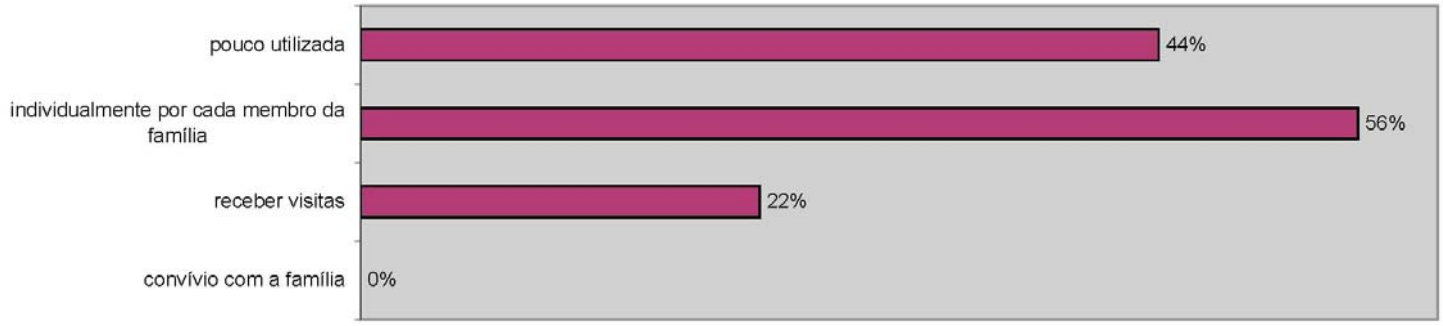
COPACABANA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

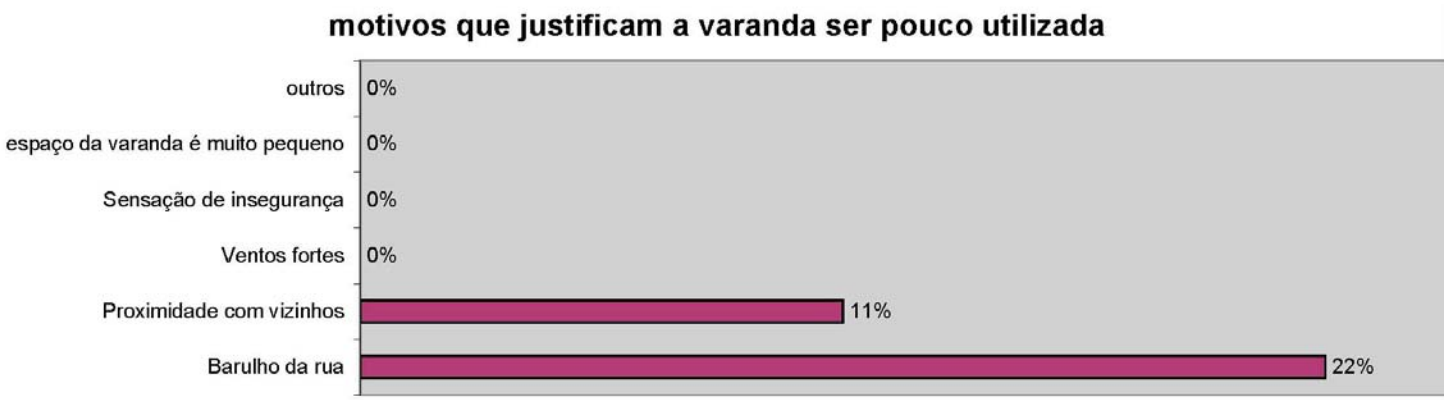




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

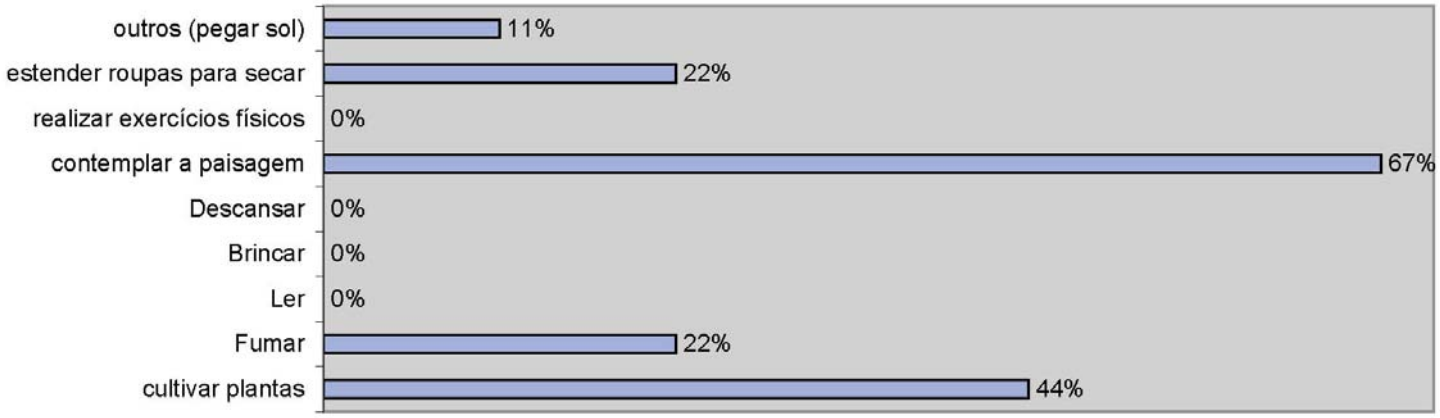
ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 717

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

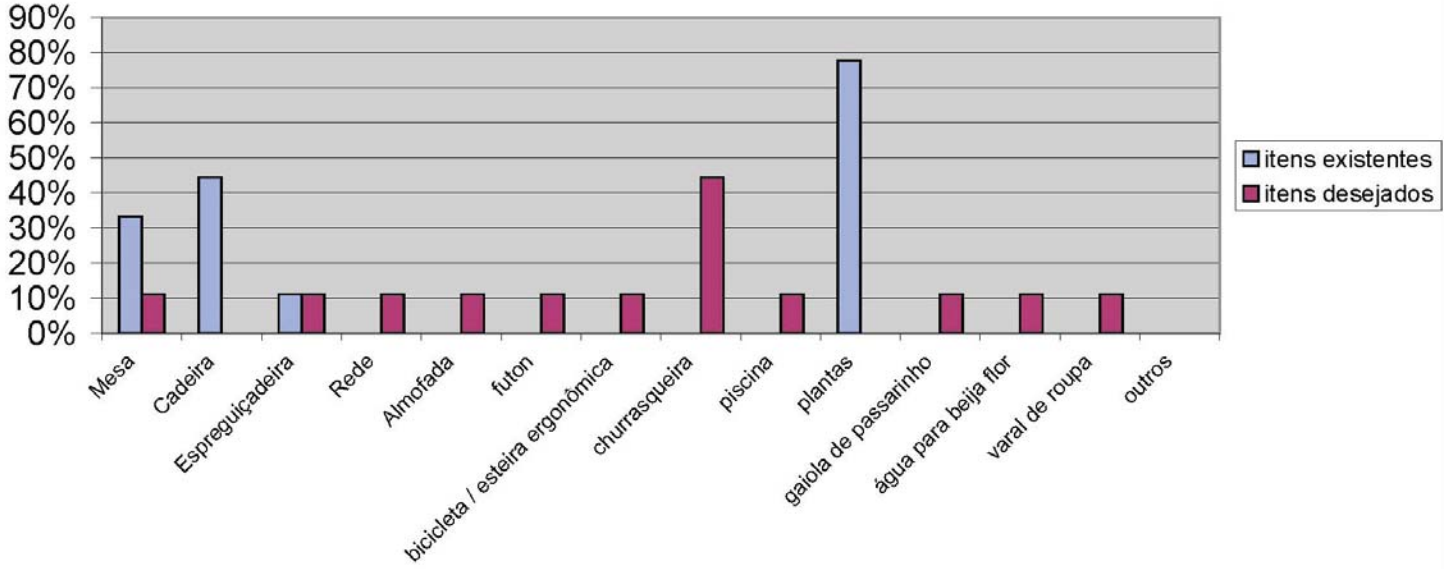
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

2.6 COPACABANA

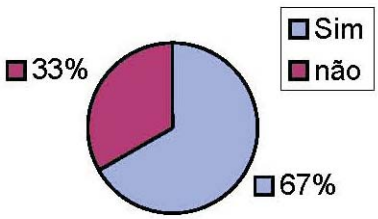
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. BARATA RIBEIRO N.º 717

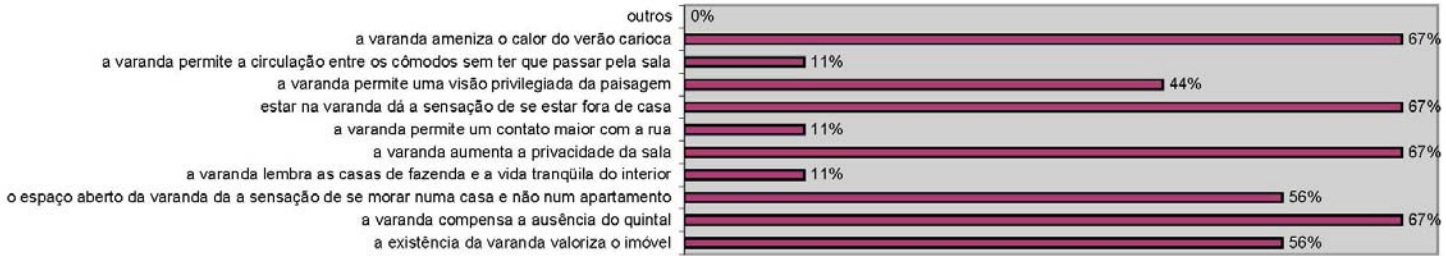
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

2.6

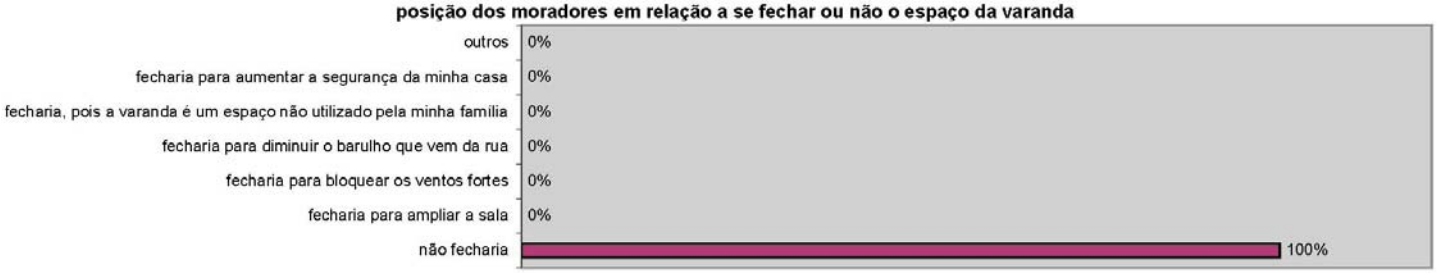
COPACABANA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

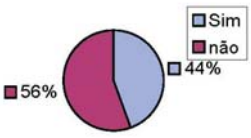
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



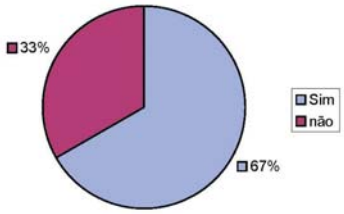
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

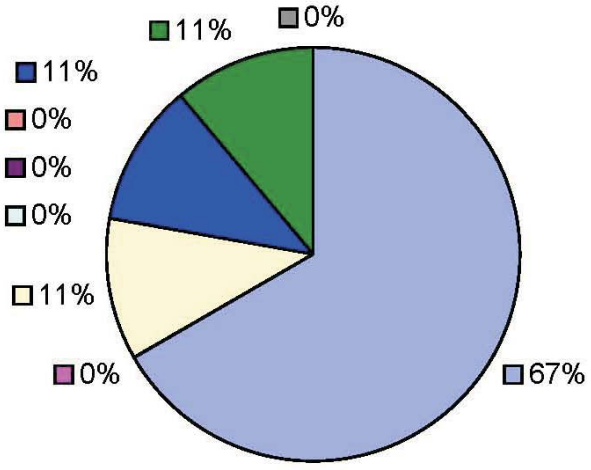


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONRADO NIEMEYER N.º14

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
40	10	25%

2.7 COPACABANA











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONRADO NIEMEYER N.º14

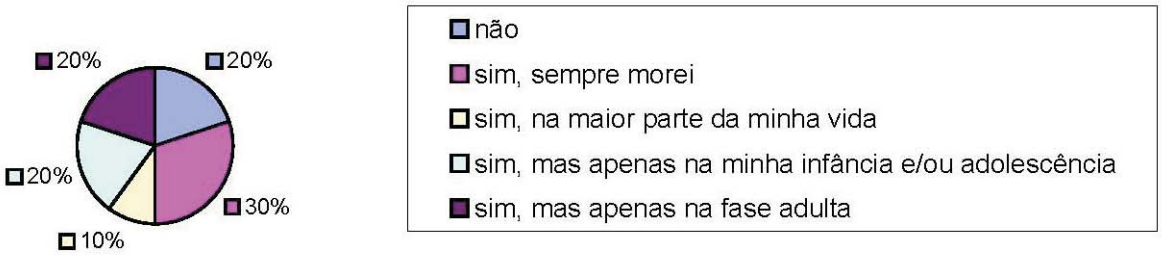
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

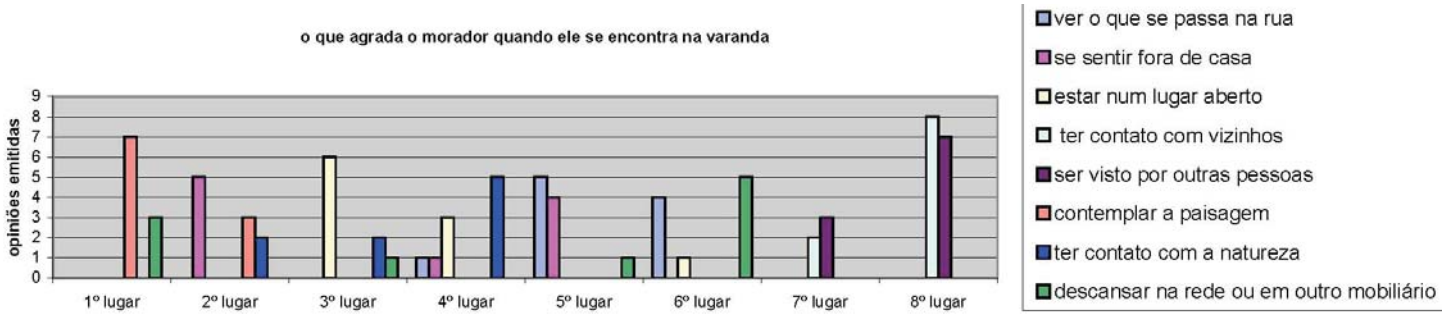
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
40	10	25%

2.7

COPACABANA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONRADO NIEMEYER N.º14

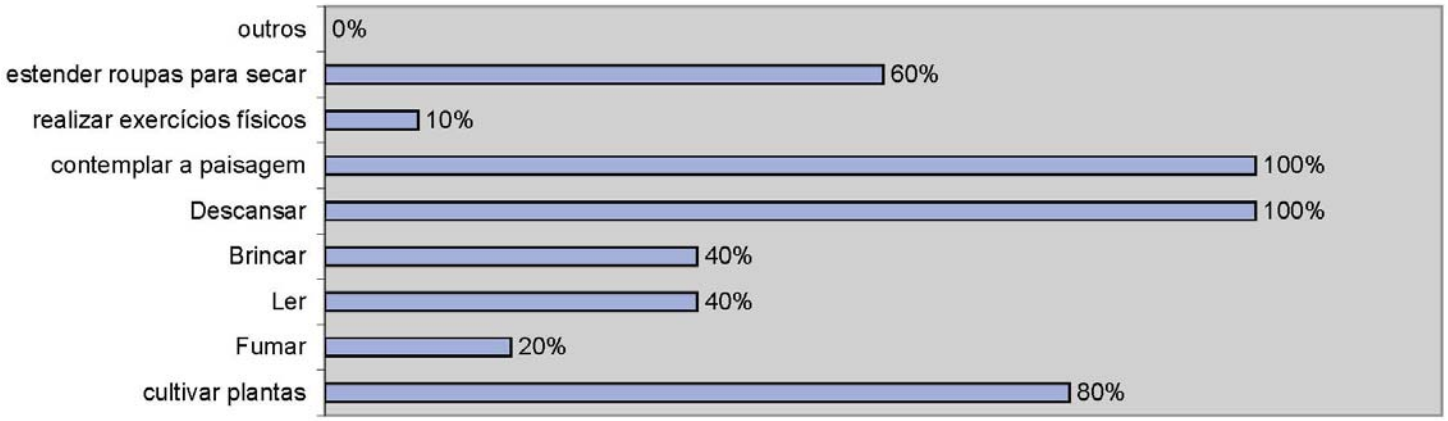
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
40	10	25%

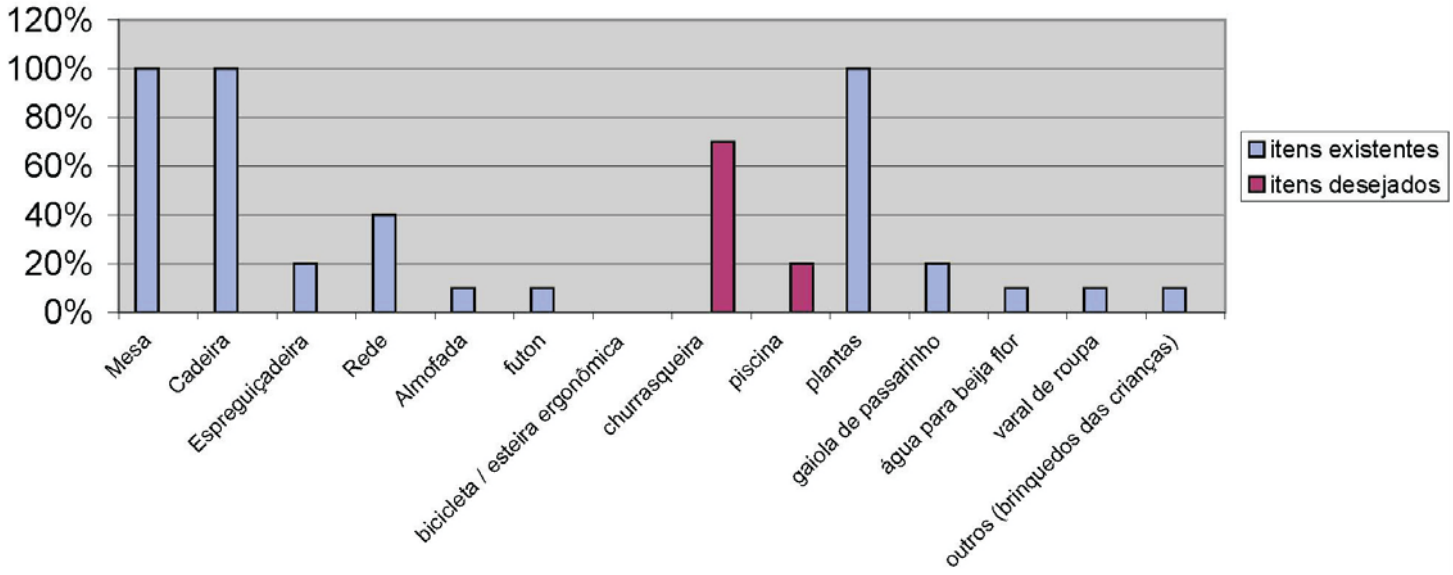
2.7

COPACABANA

atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONRADO NIEMEYER N.º14

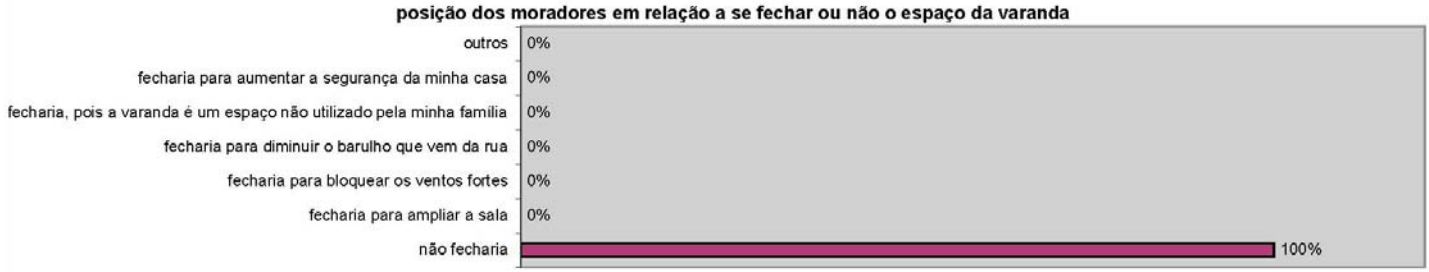
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

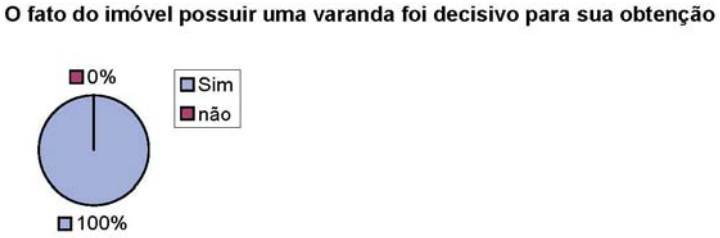
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
40	10	25%

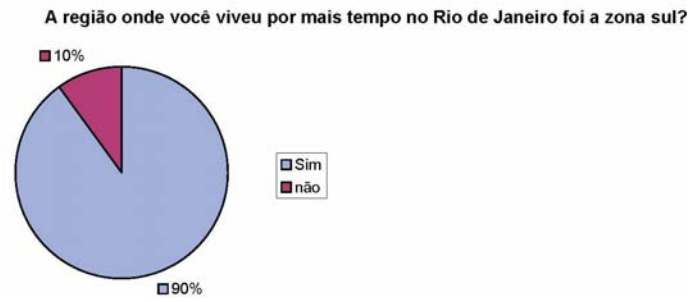
2.7

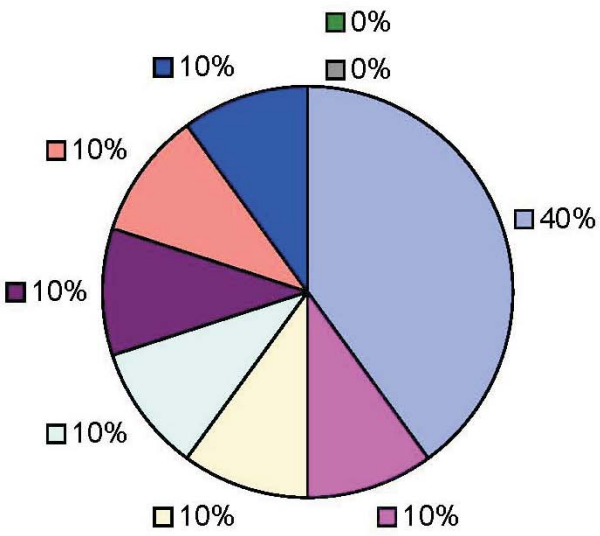
COPACABANA













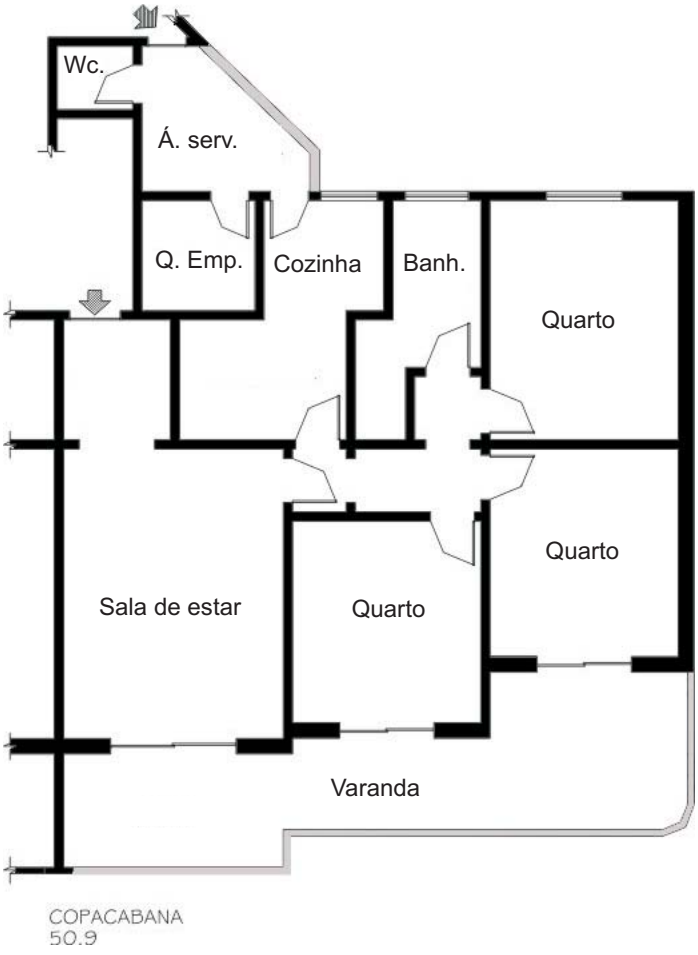
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONSTANTE RAMOS N.º 23

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
46	10	22%

2.8 COPACABANA







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONSTANTE RAMOS N.º 23

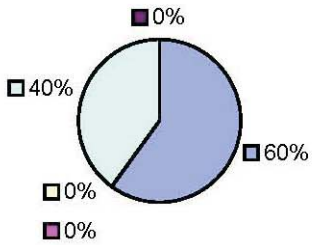
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
46	10	22%

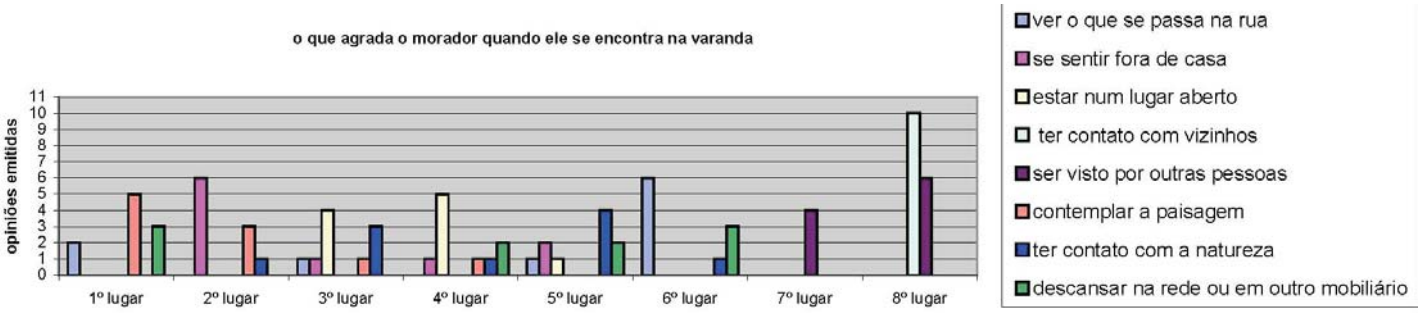
2.8

COPACABANA

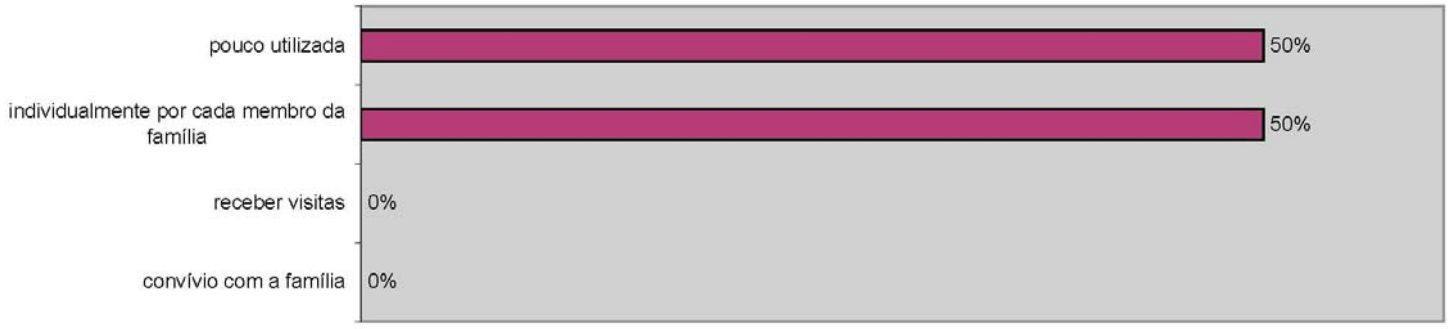
Você já tinha morado em outra residência com varanda?



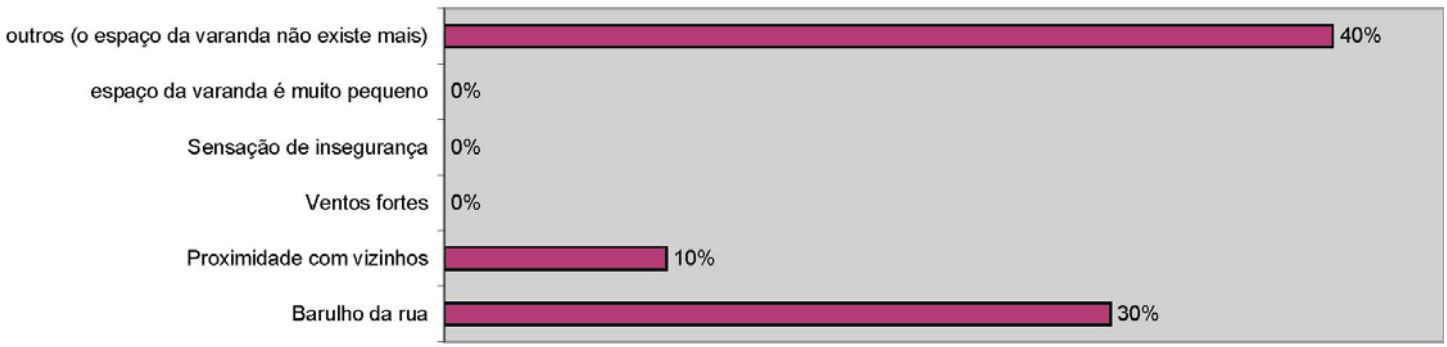
- não
- sim, sempre morei
- sim, na maior parte da minha vida
- sim, mas apenas na minha infância e/ou adolescência
- sim, mas apenas na fase adulta



utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CONSTANTE RAMOS N.º 23

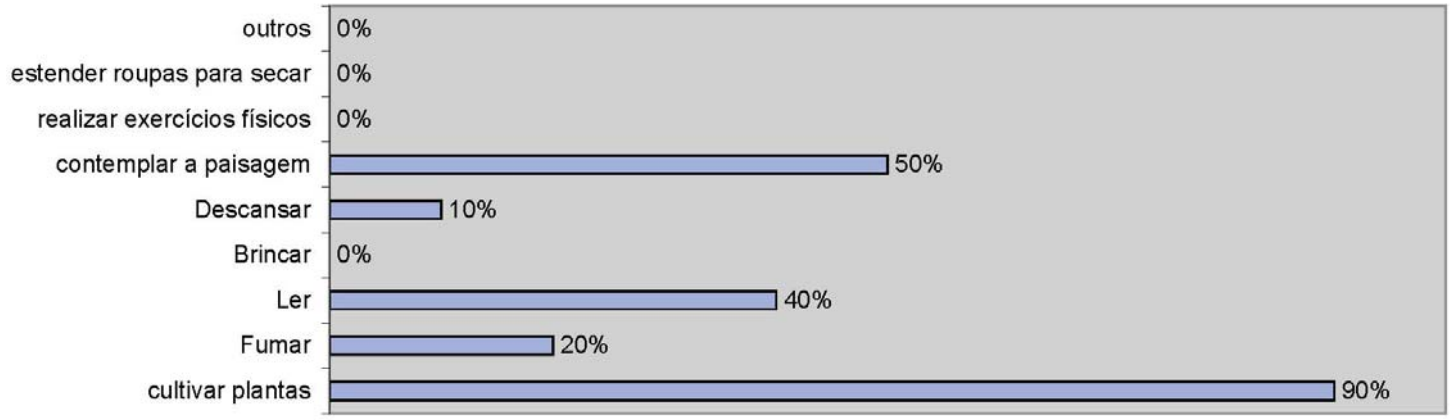
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
46	10	22%

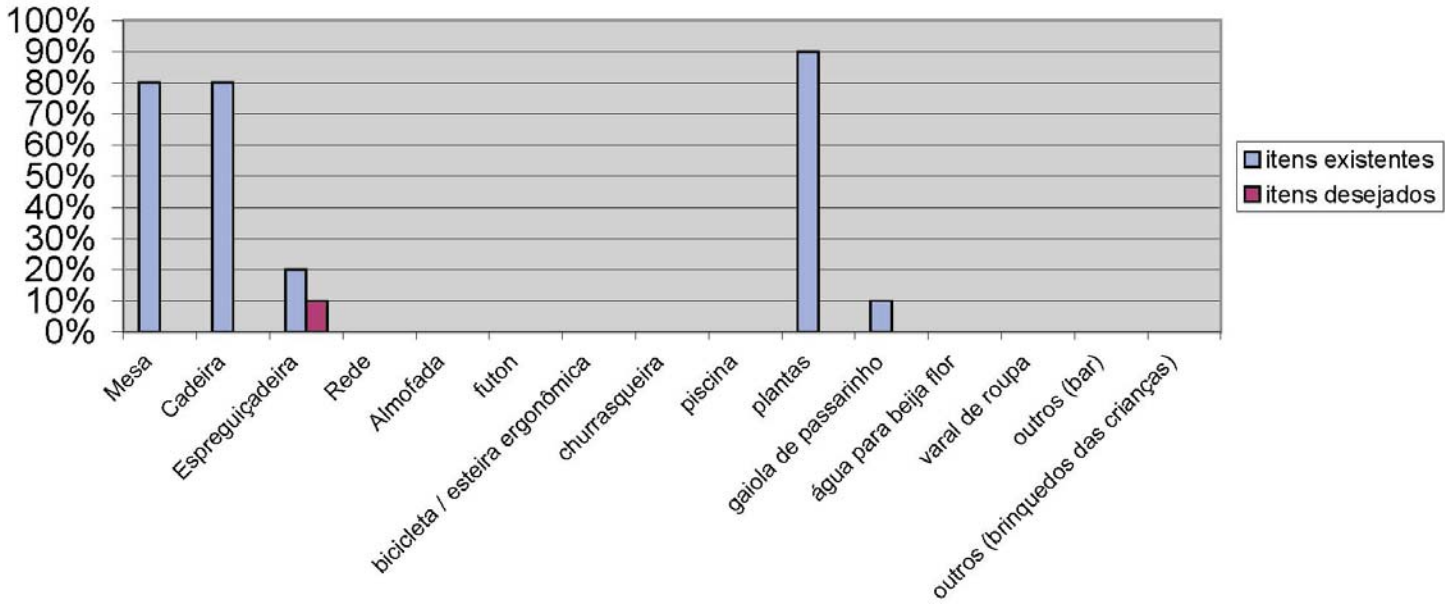
2.8

COPACABANA

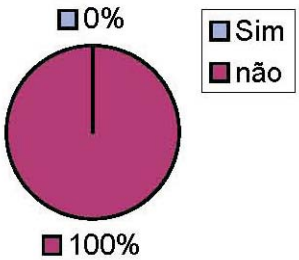
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

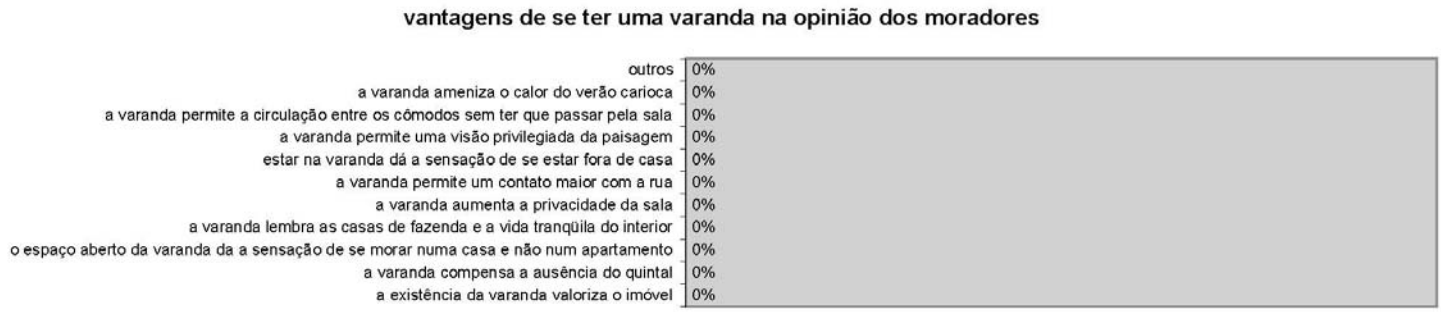
ENDEREÇO: RUA CONSTANTE RAMOS N.º 23

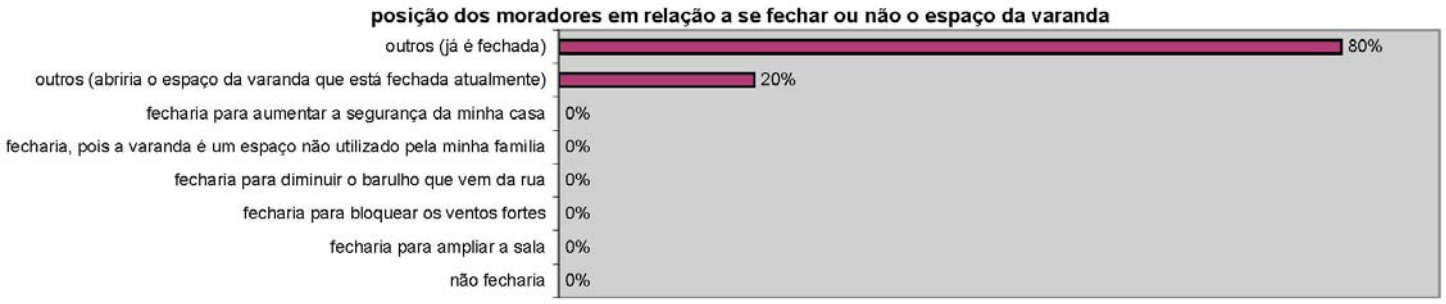
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1950

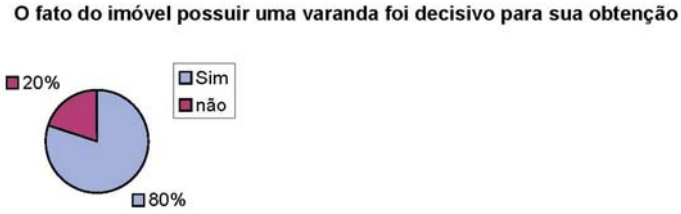
2.8

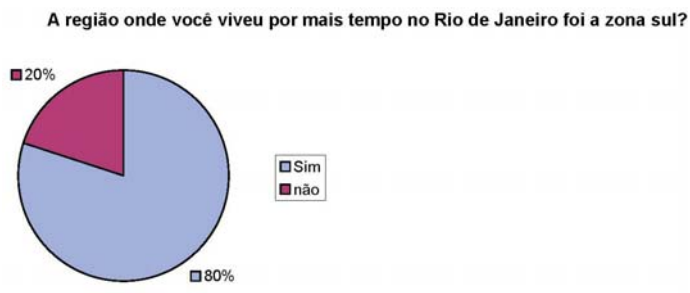
COPACABANA

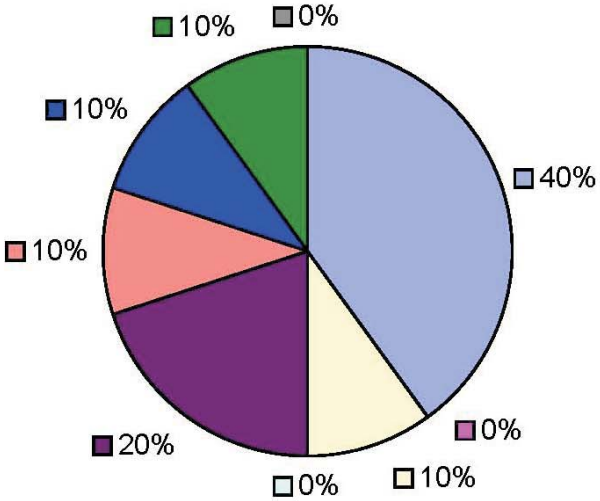
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
46	10	22%







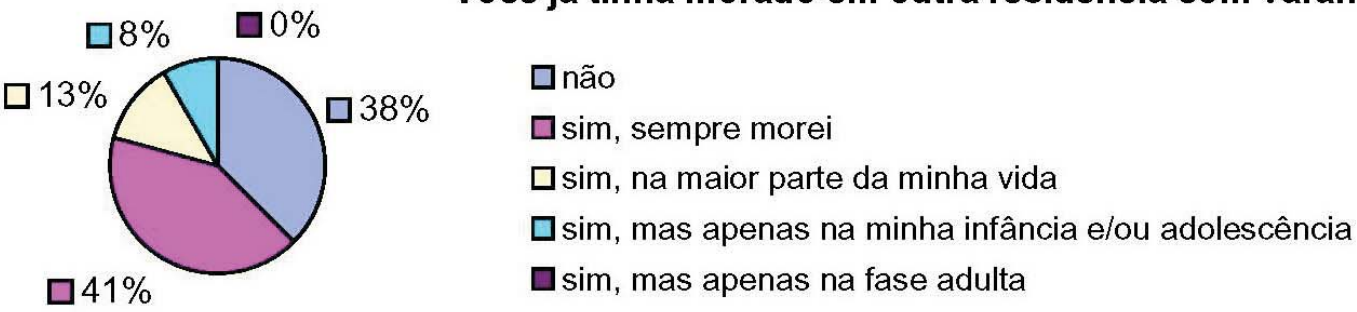


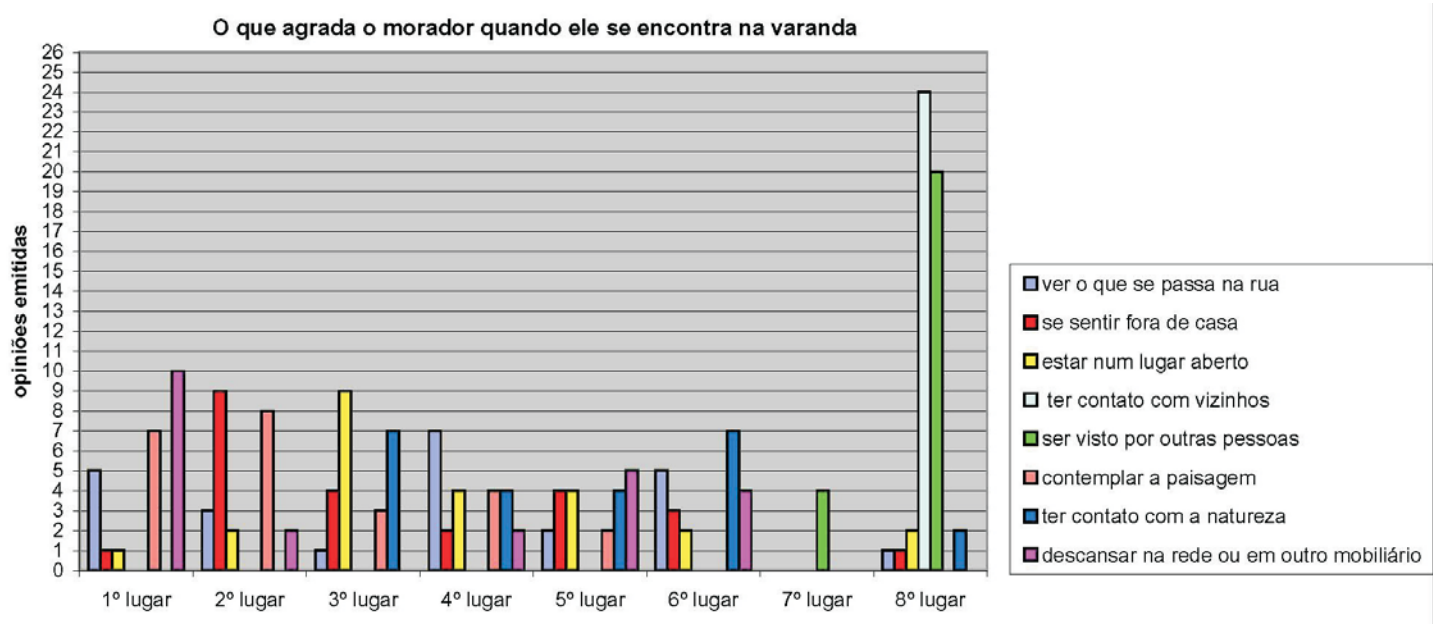




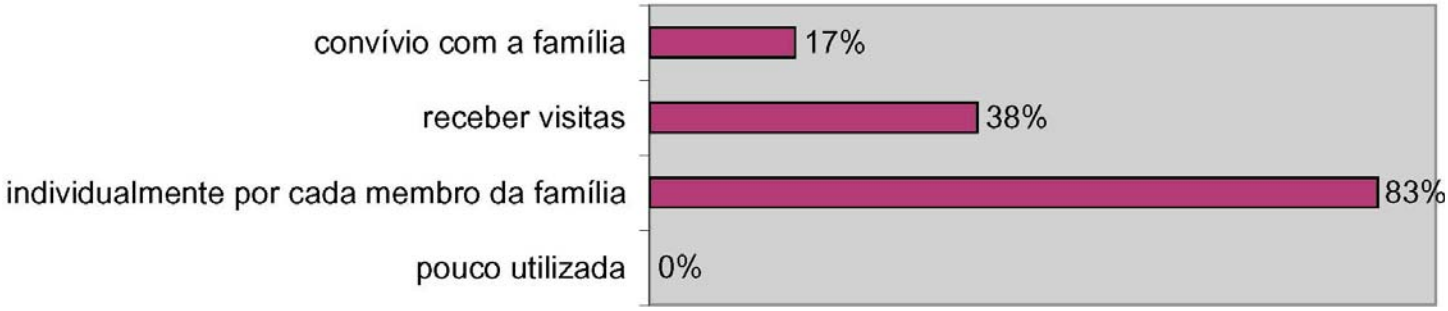
DADOS GERAIS DO BAIRRO

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





Utilização mais frequente da varanda pelo morador

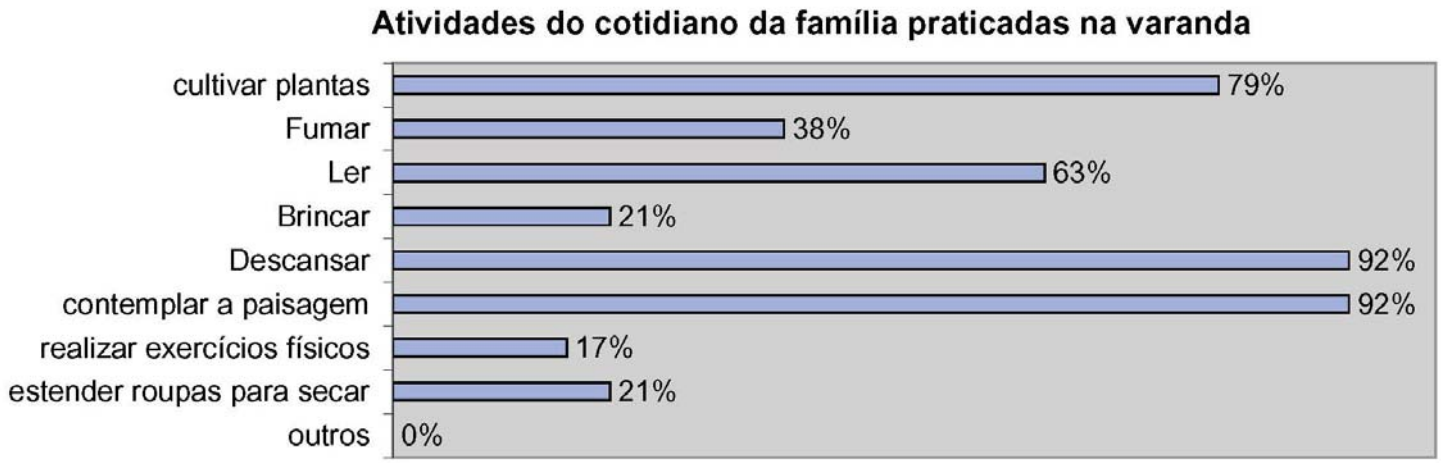


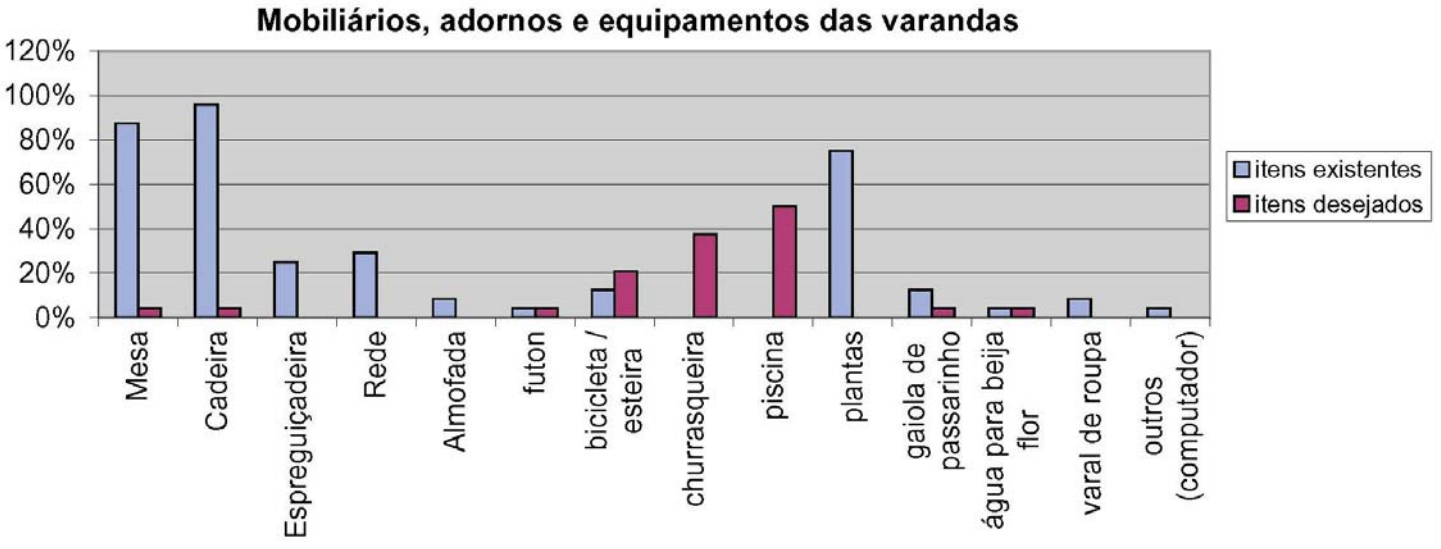
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

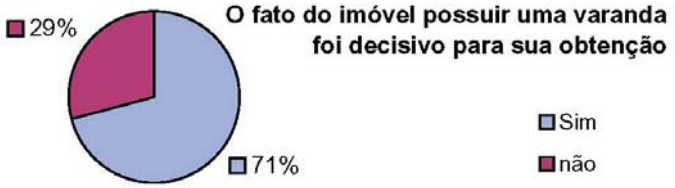
3

IPANEMA

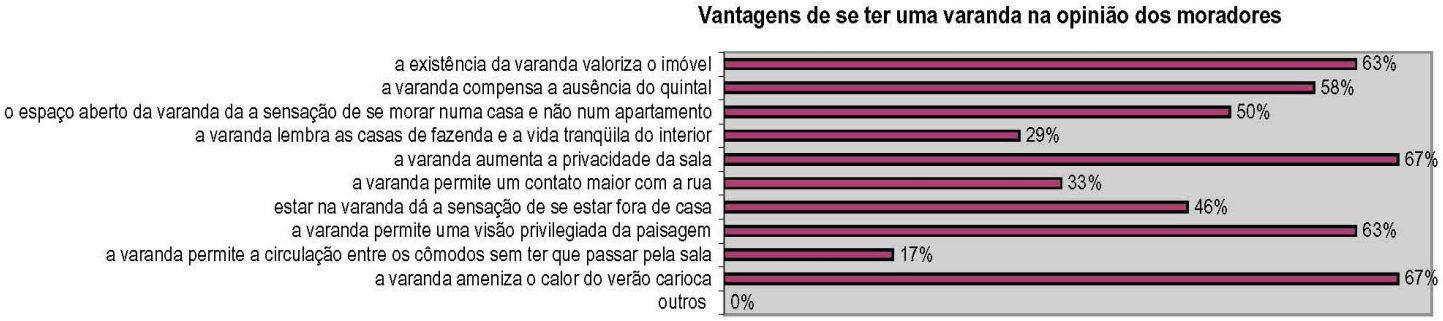
DADOS GERAIS DO BAIRRO





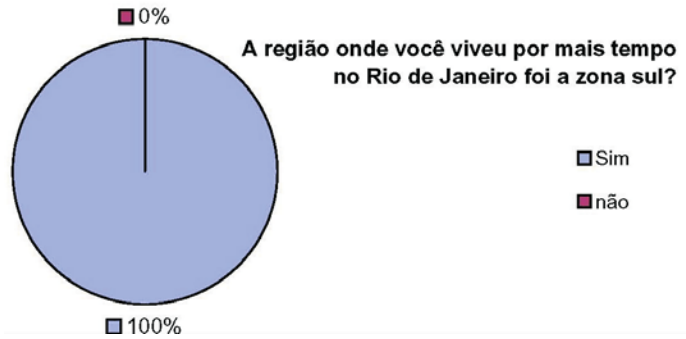


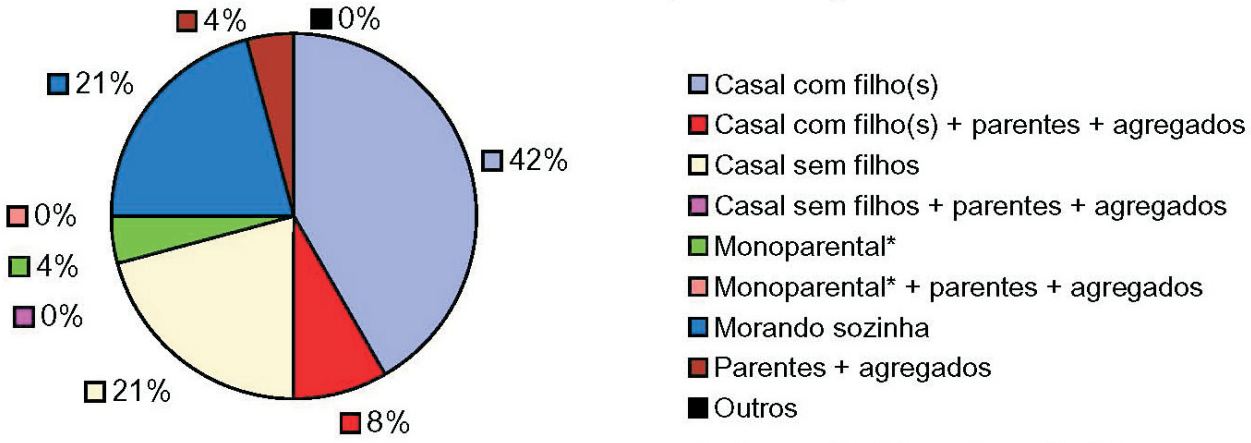
DADOS GERAIS DO BAIRRO











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

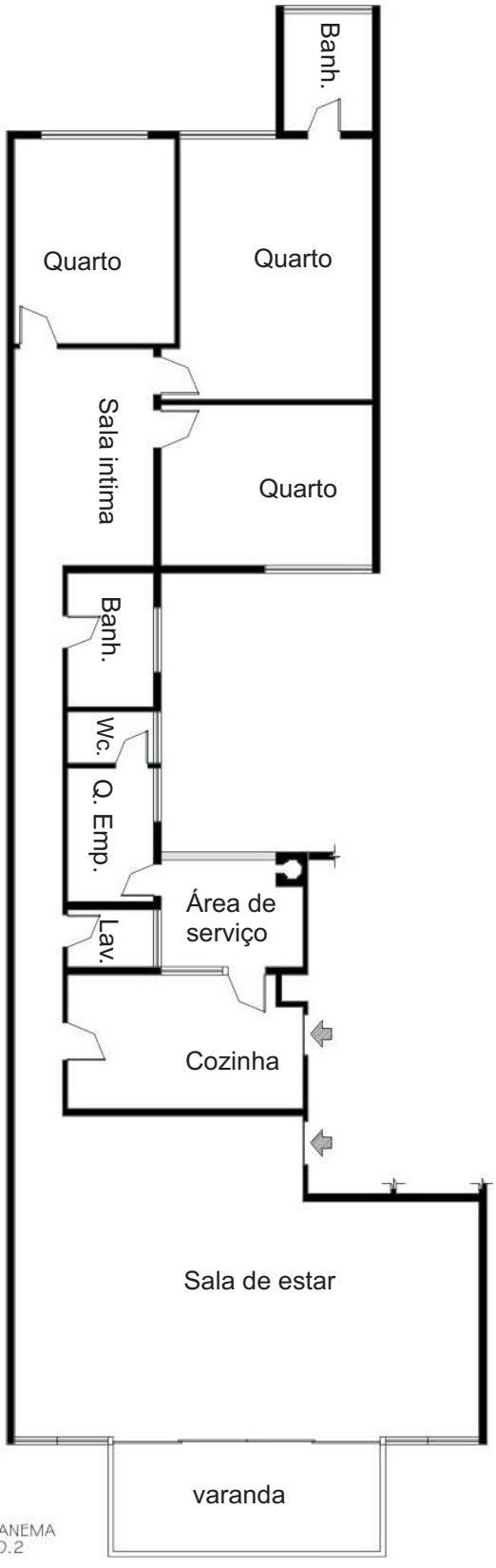
ENDEREÇO: AV. PRUDENTE DE MORAES N.º 799

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

3.1

IPANEMA







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

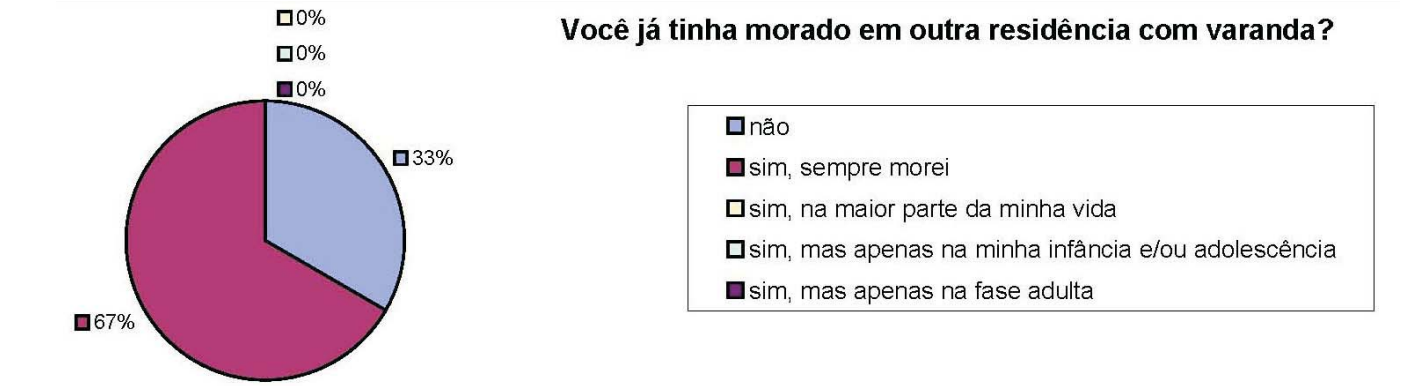
ENDEREÇO: AV. PRUDENTE DE MORAES N.º 799

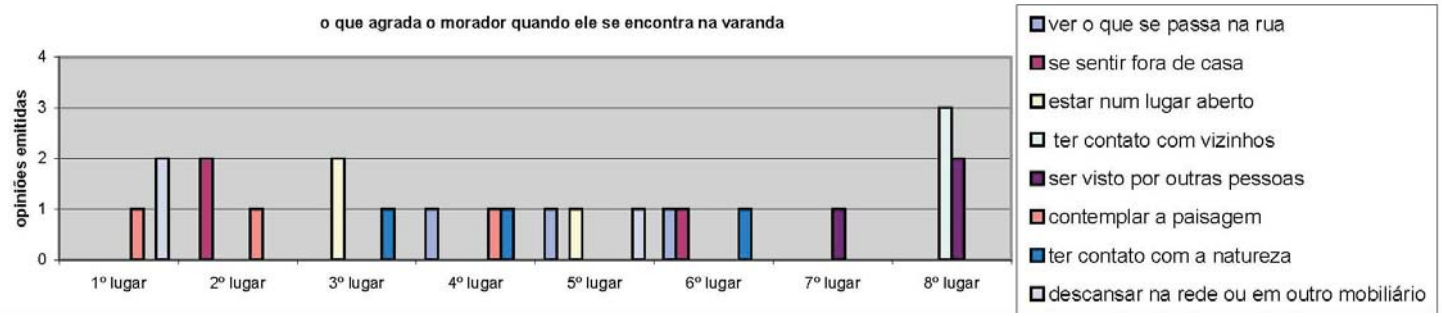
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

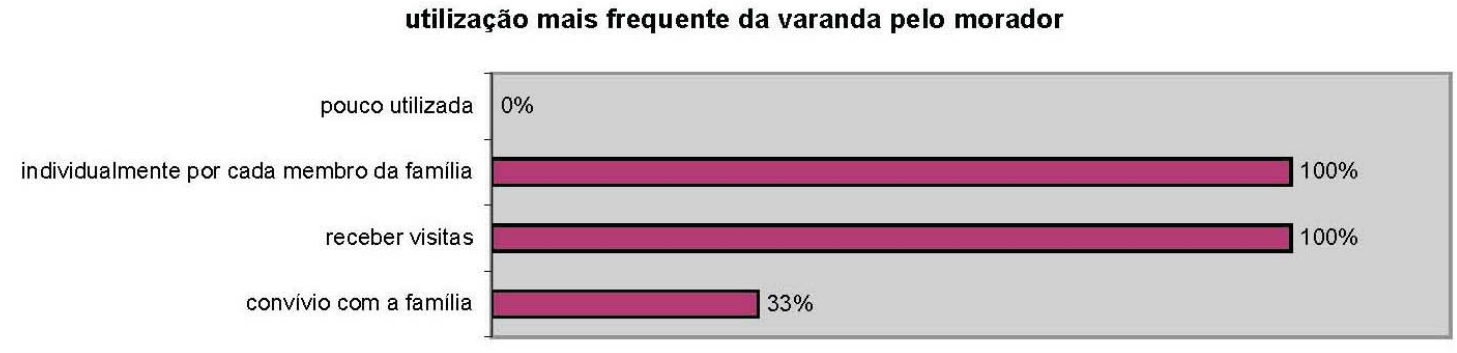
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

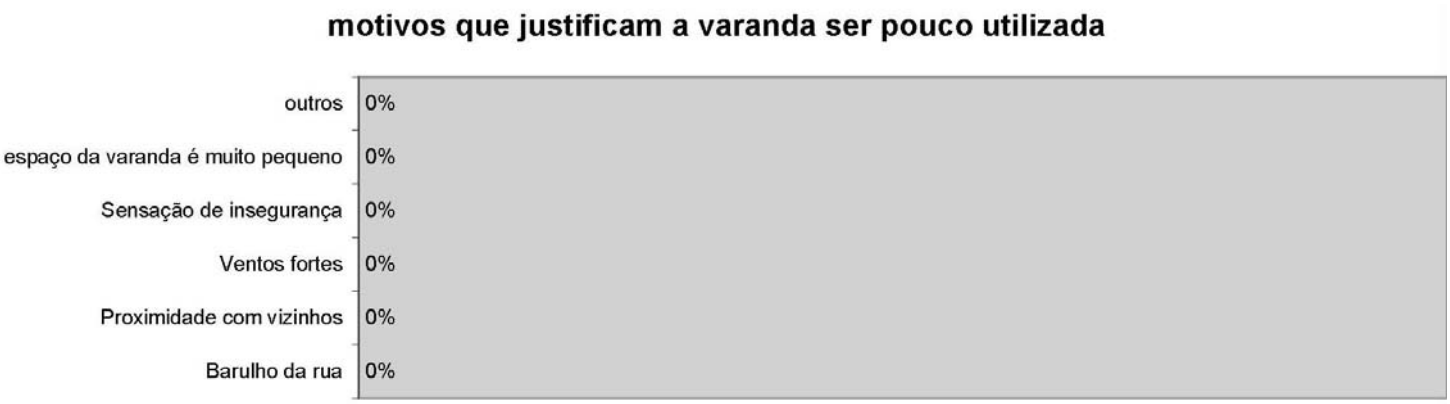
3.1

IPANEMA









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. PRUDENTE DE MORAES N.º 799

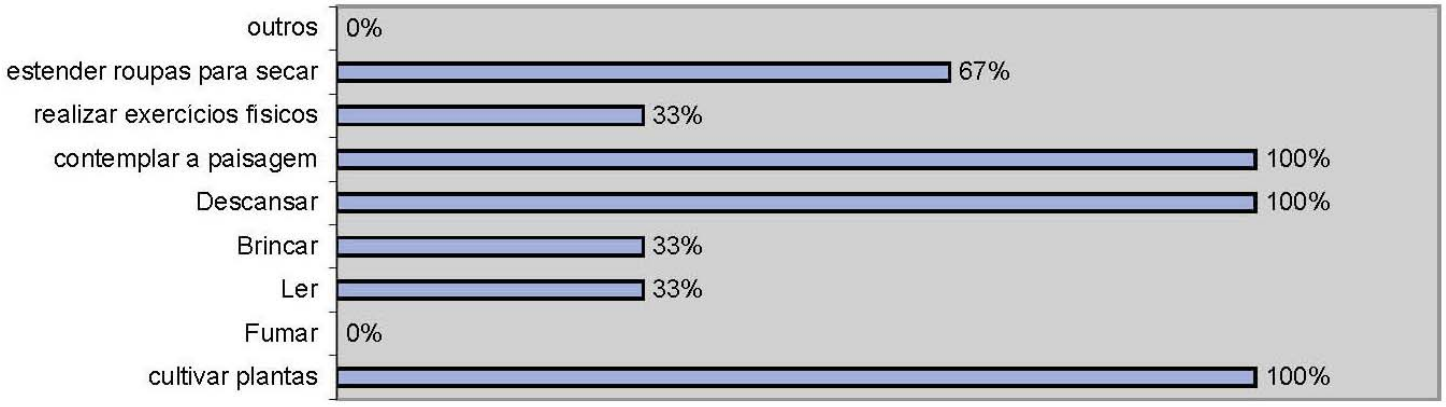
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

3.1

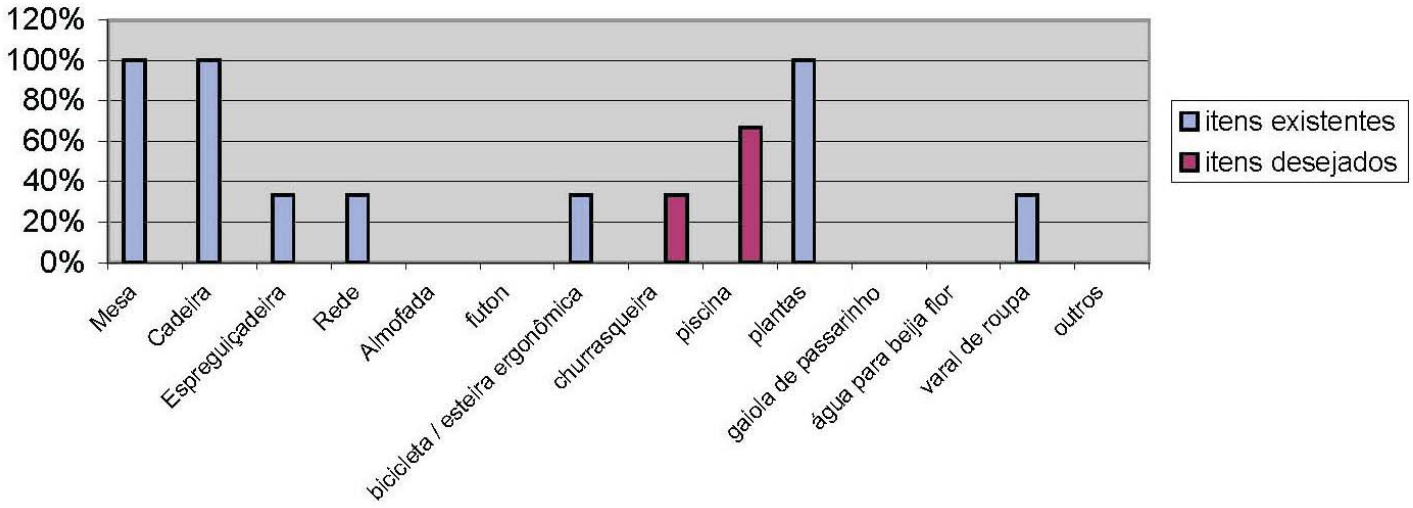
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

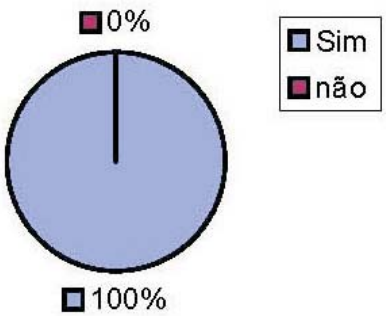
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. PRUDENTE DE MORAES N.º 799

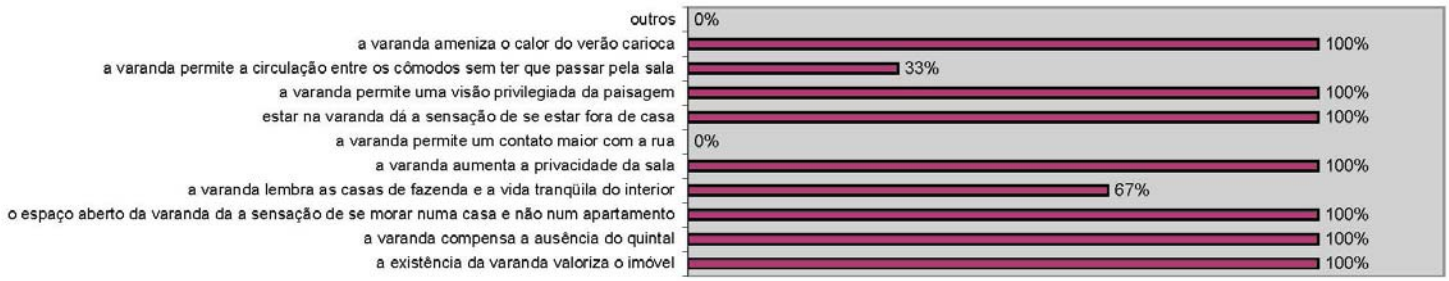
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

3.1

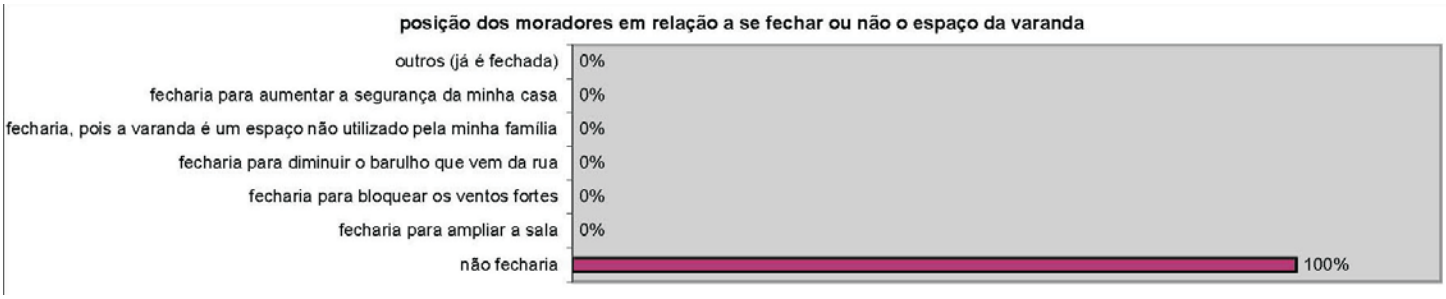
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

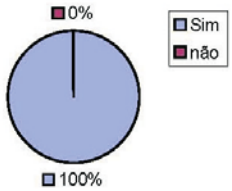
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



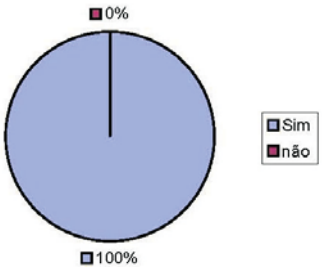
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

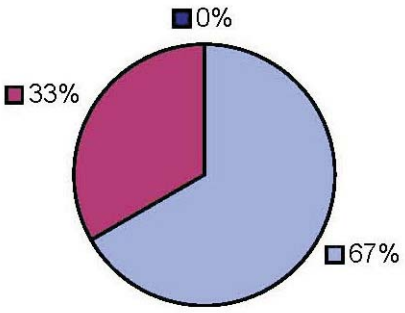


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA N.º 24

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50%

3.2

IPANEMA









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA N.º 24

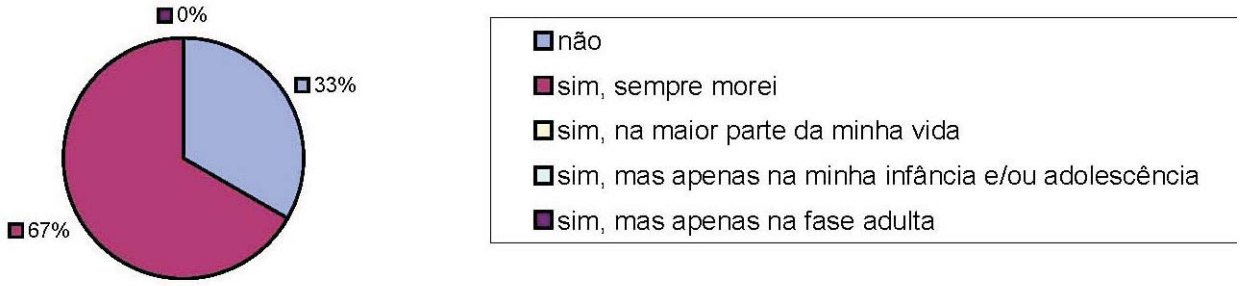
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

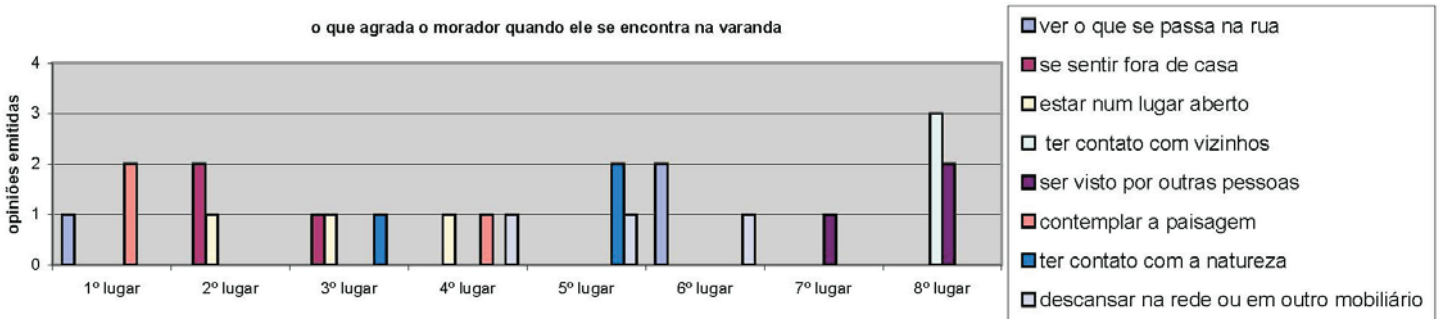
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50%

3.2

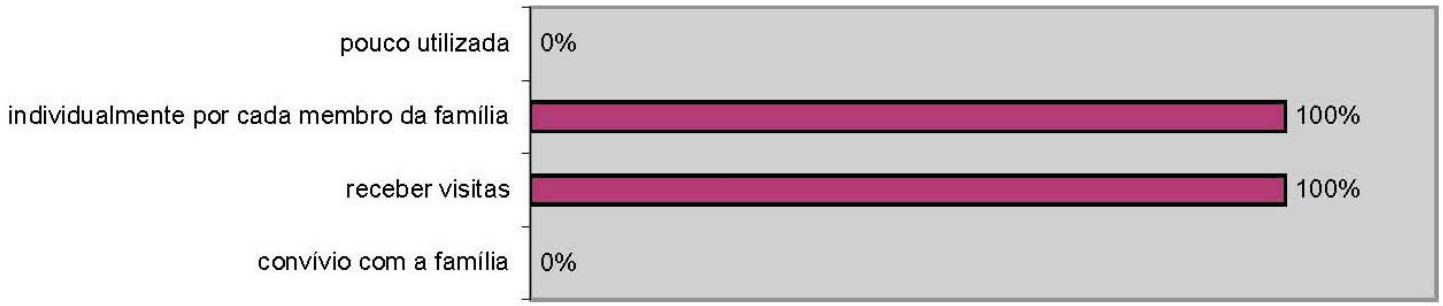
IPANEMA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA N.º 24

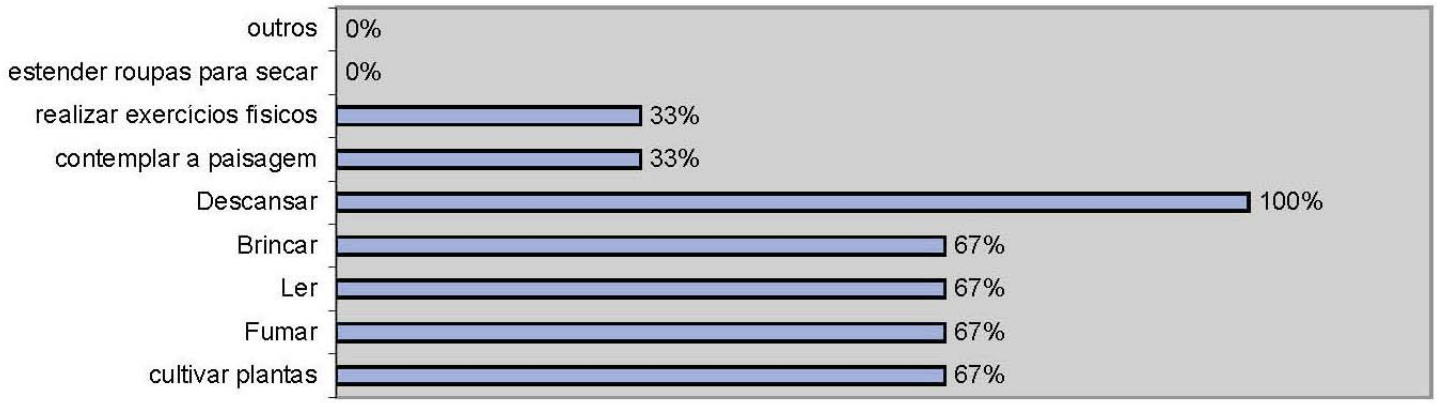
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50%

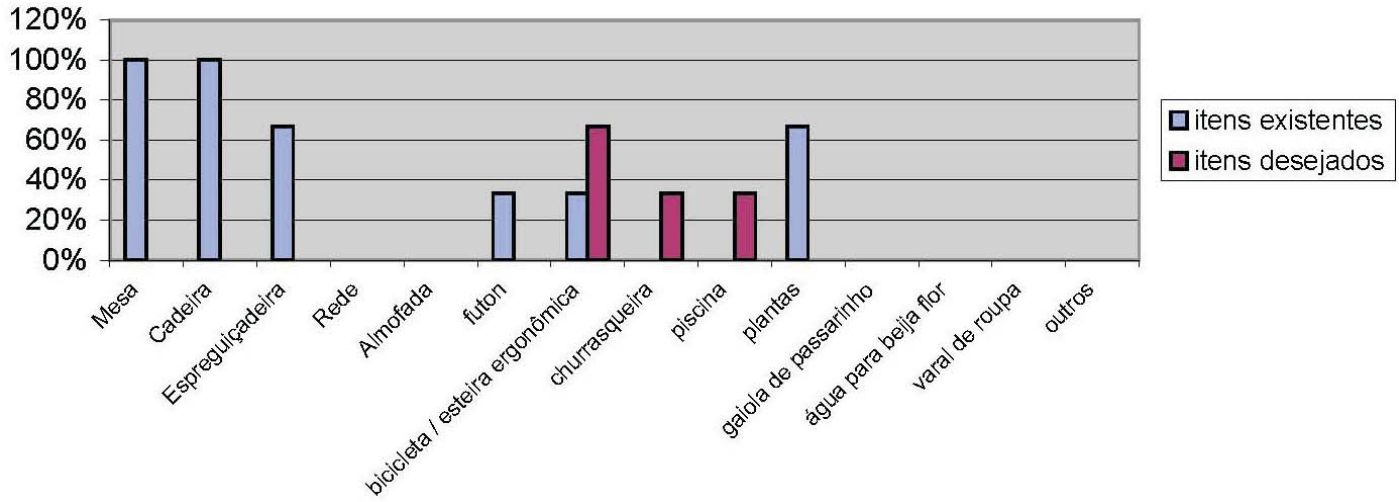
3.2

IPANEMA

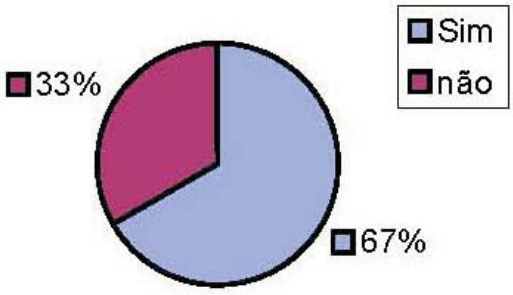
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOANA ANGÉLICA N.º 24

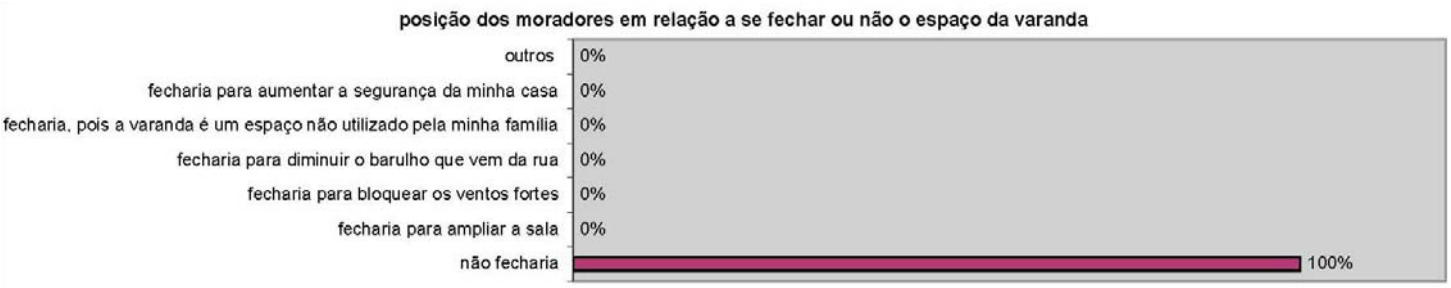
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

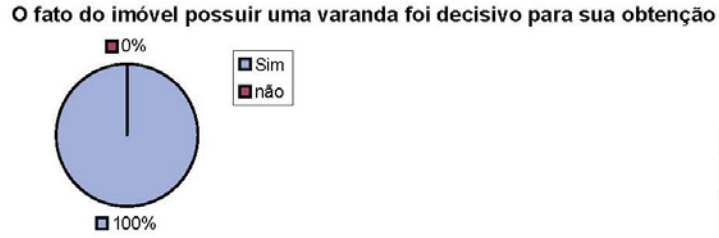
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50%

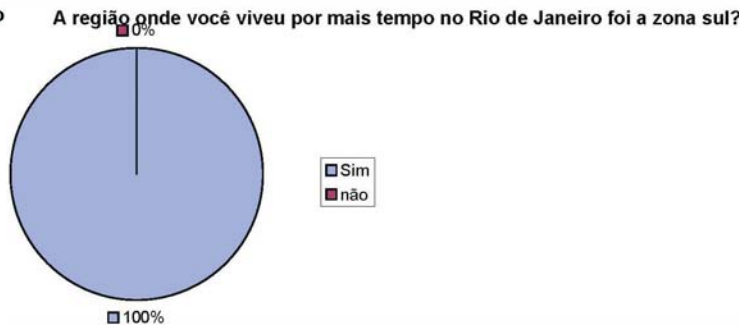
3.2

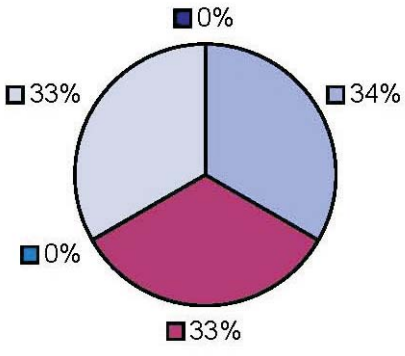
IPANEMA













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

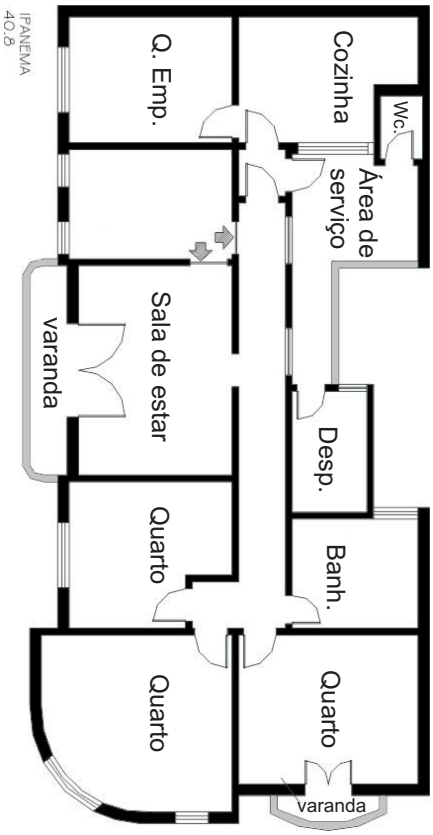
ENDEREÇO: RUA NASCIMENTO SILVA N.º 330

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
3	2	67 %

3.3

IPANEMA







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA NASCIMENTO SILVA N.º 330

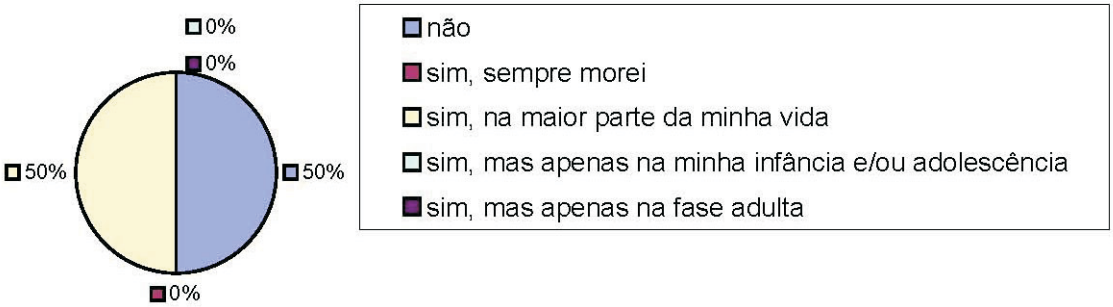
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

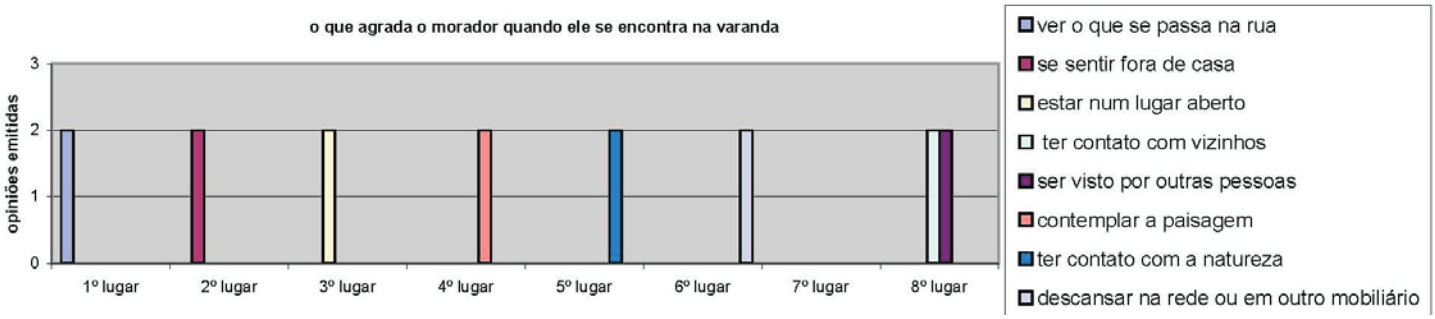
3.3

IPANEMA

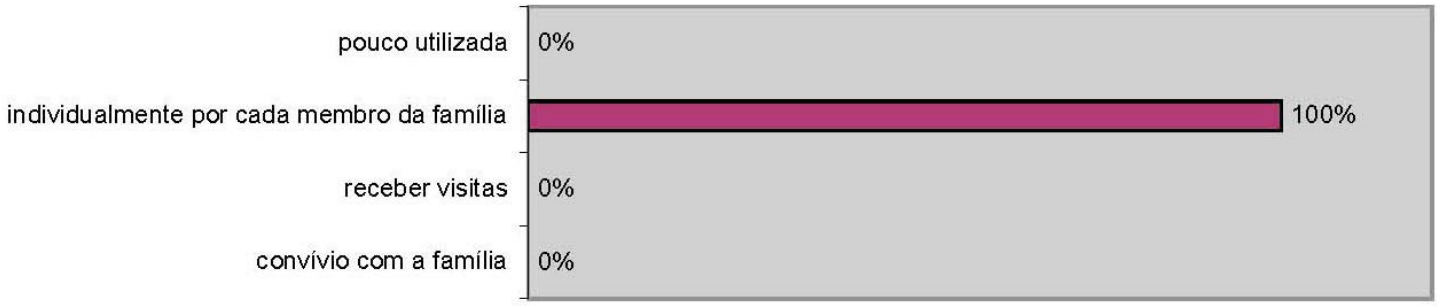
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
3	2	67 %

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA NASCIMENTO SILVA N.º 330

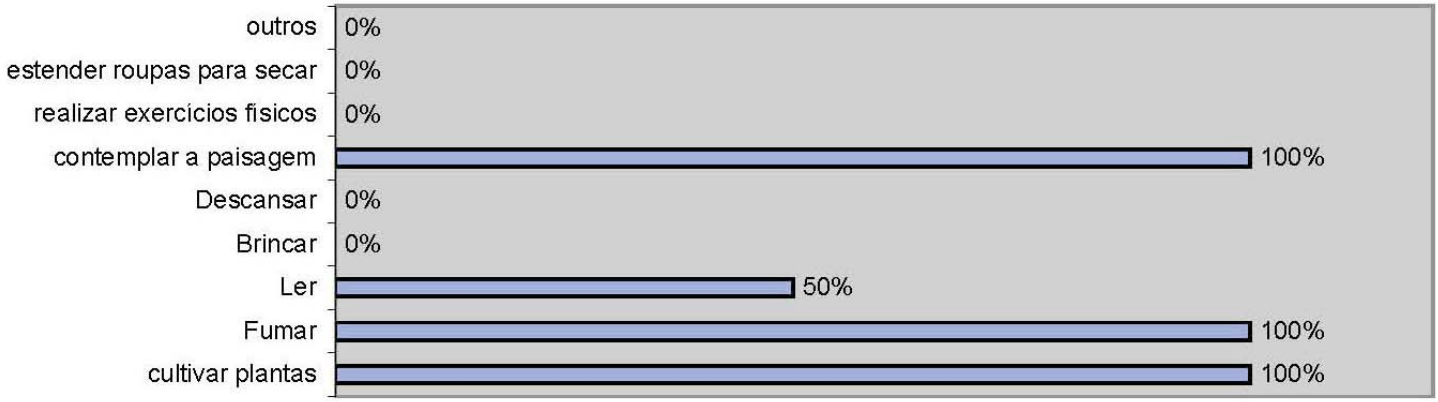
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

3.3

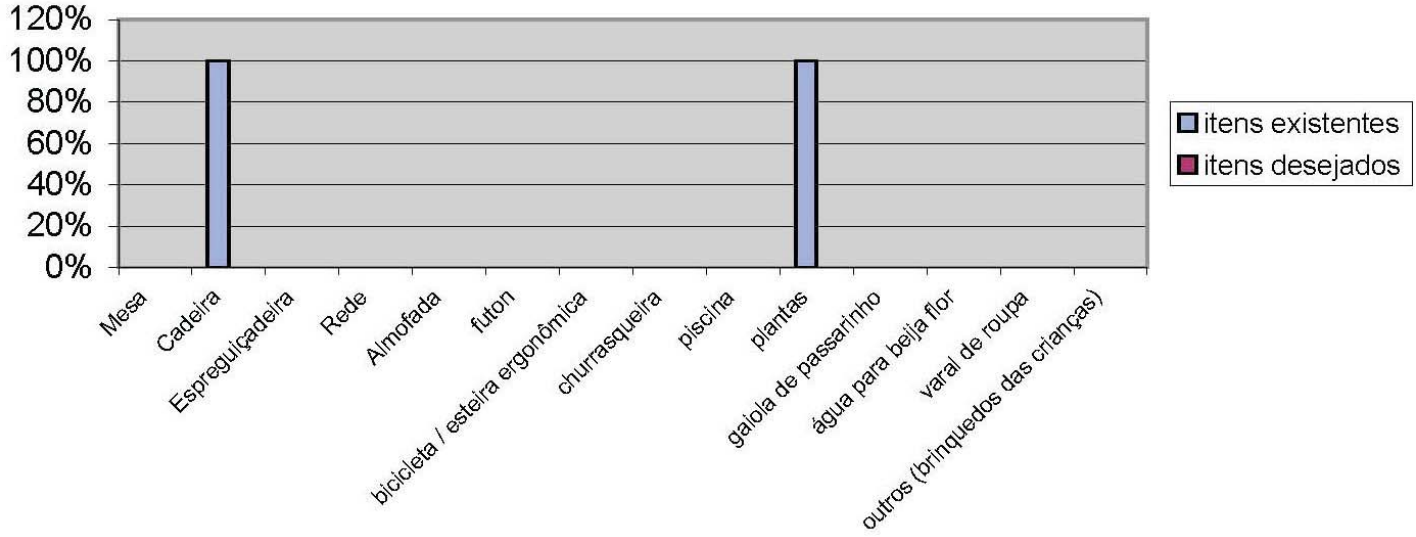
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
3	2	67 %

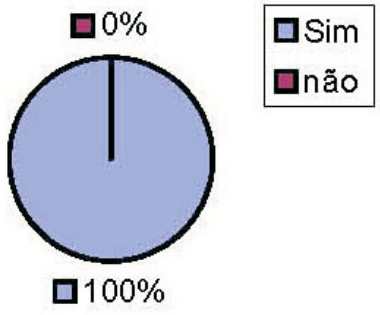
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA NASCIMENTO SILVA N.º 330

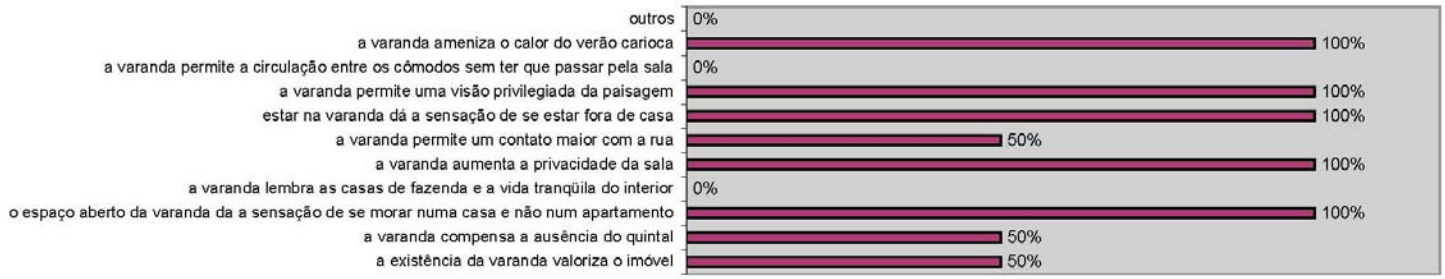
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

3.3

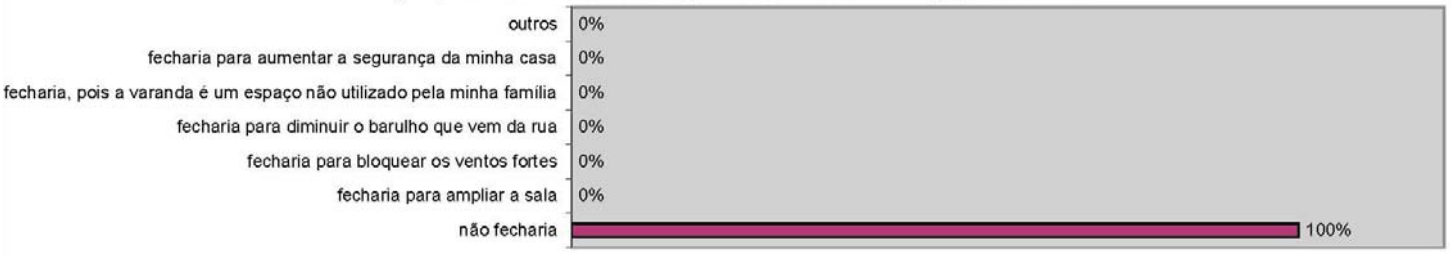
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
3	2	67 %

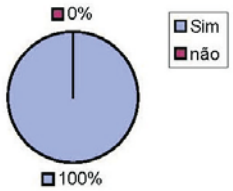
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



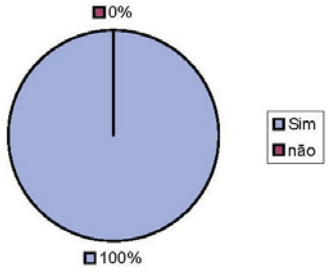
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

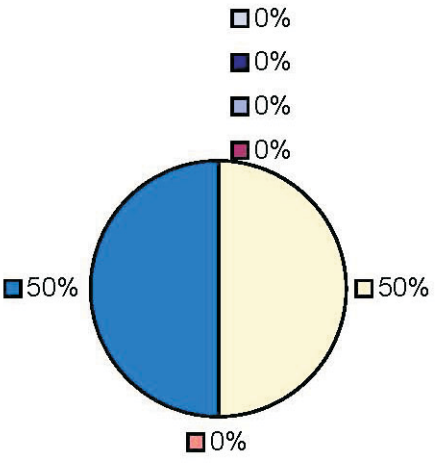


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

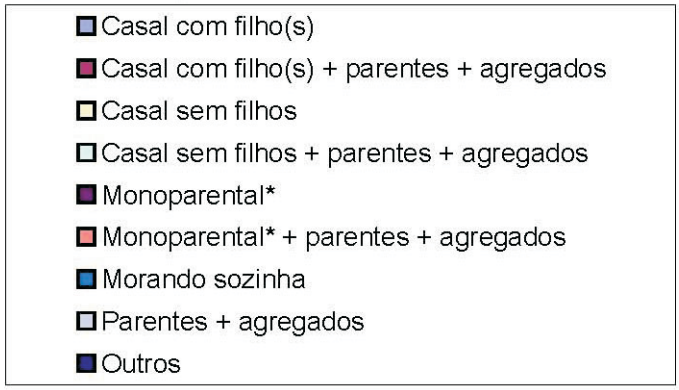


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

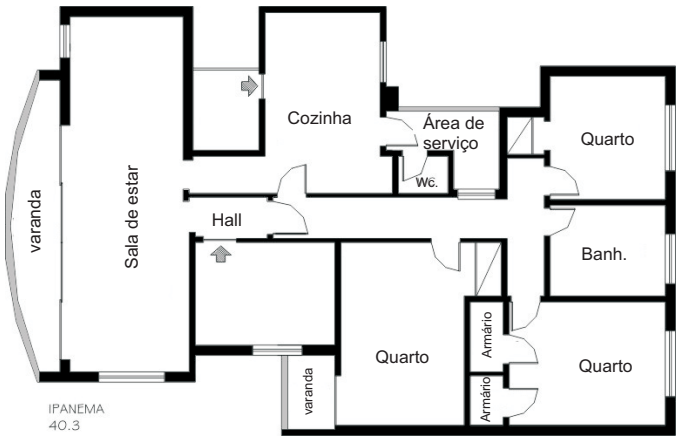
ENDEREÇO: RUA REDENTOR N.º 120

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
4	1	25%

3.4

IPANEMA









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

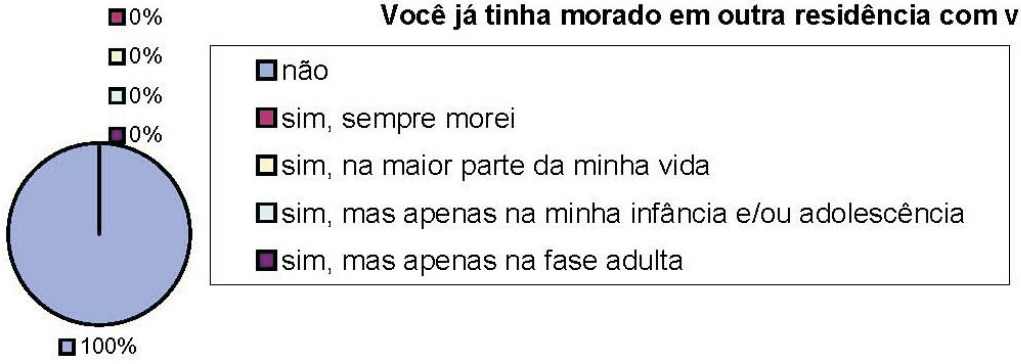
ENDEREÇO: RUA REDENTOR N.º 120

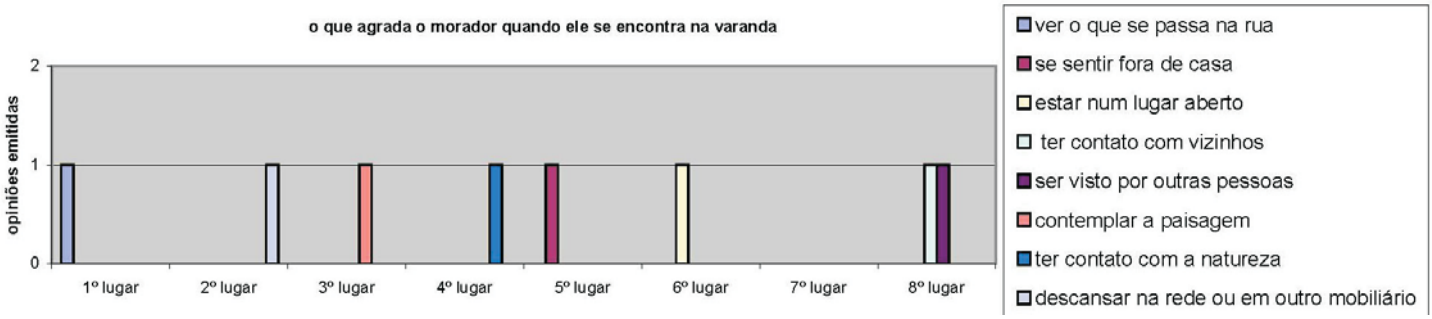
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

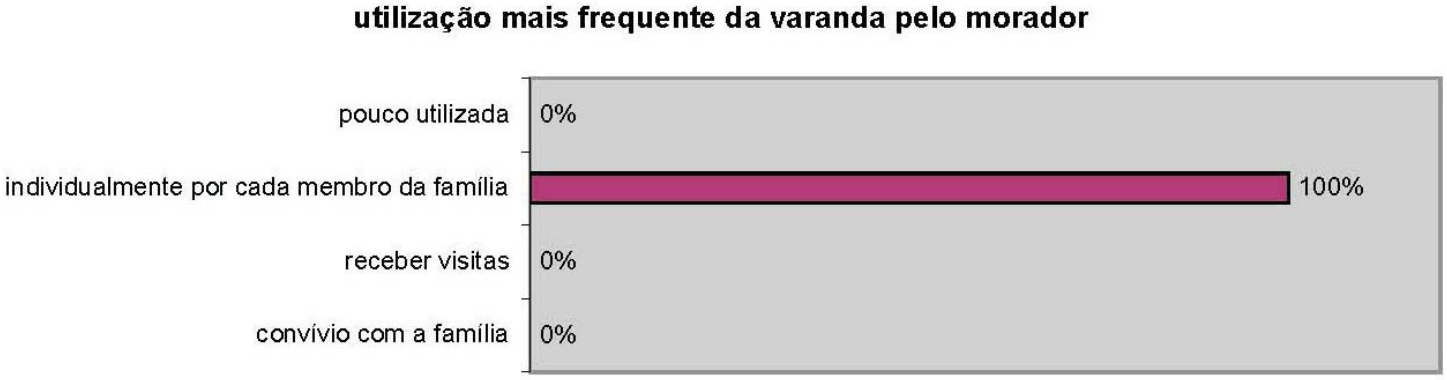
3.4

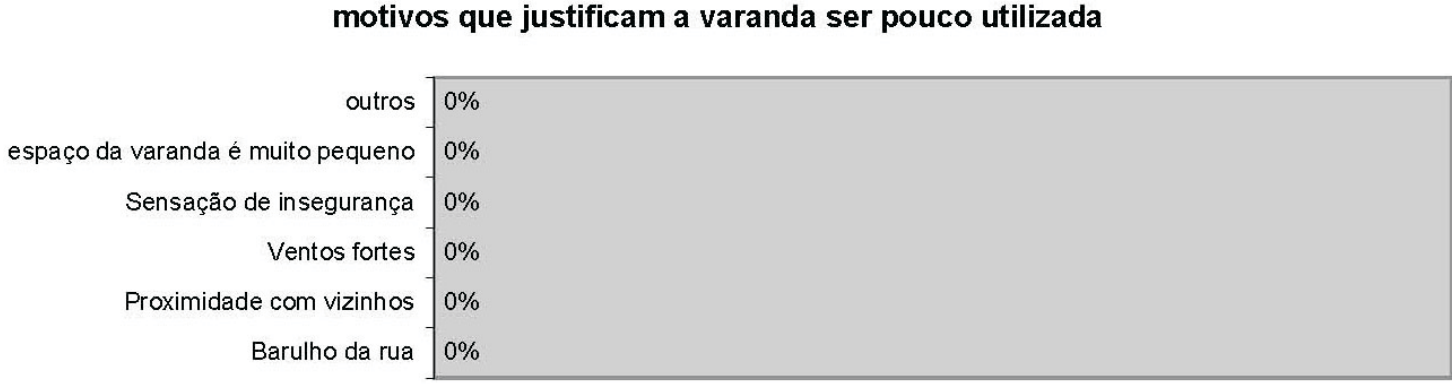
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
4	1	25%









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA REDENTOR N.º 120

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
4	1	25%

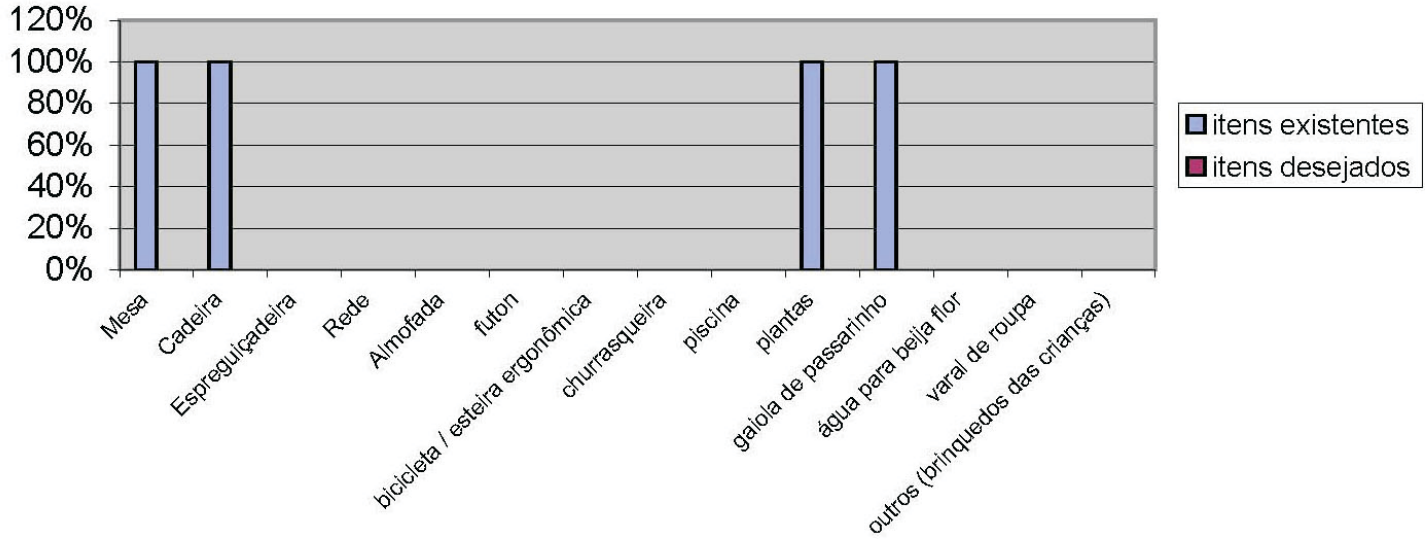
3.4

IPANEMA

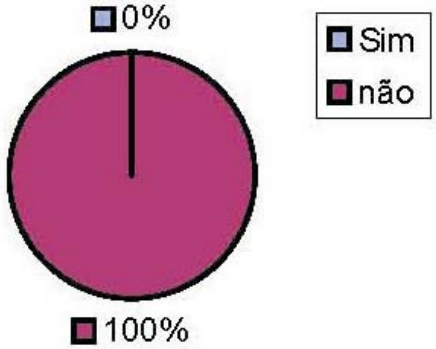
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA REDENTOR N.º 120

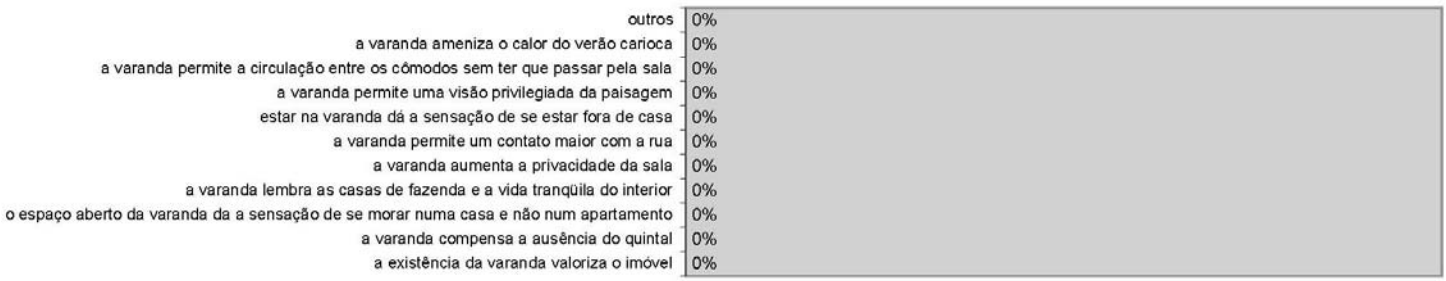
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

3.4

IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
4	1	25%

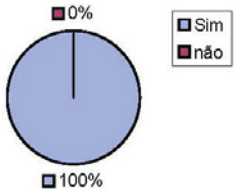
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



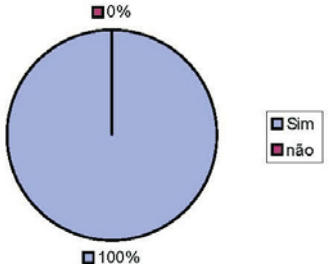
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

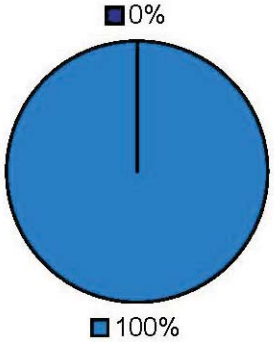


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

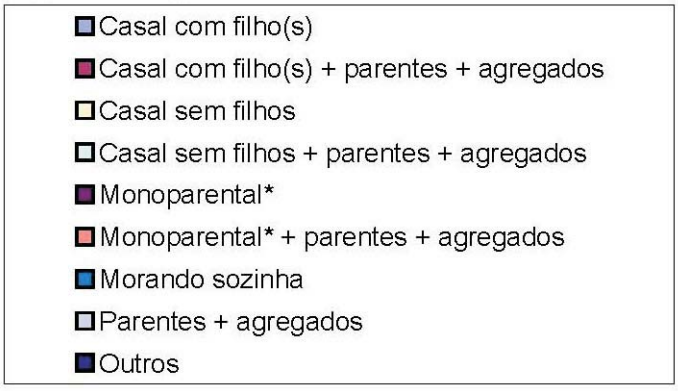


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

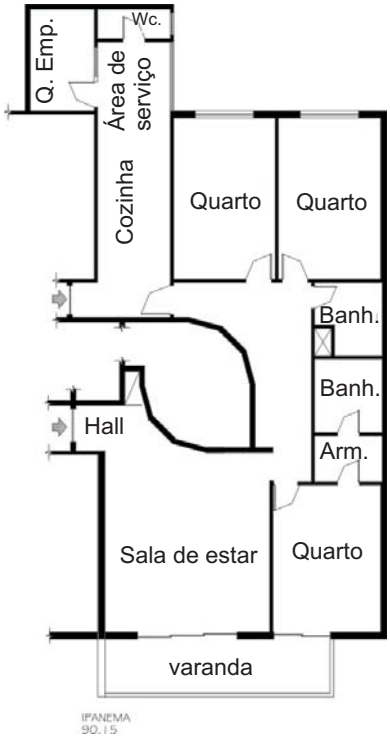
ENDEREÇO: RUA ALBERTO DE CAMPOS N.º 50

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	5	21%

3.5

IPANEMA









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA ALBERTO DE CAMPOS N.º 50

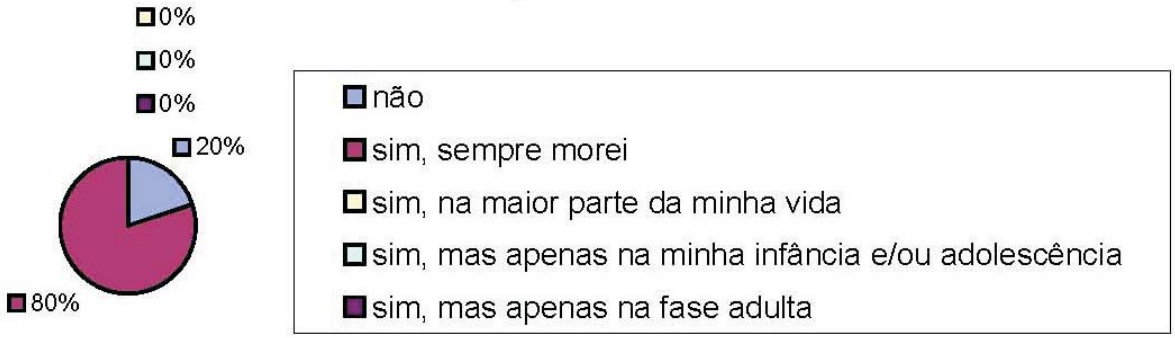
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

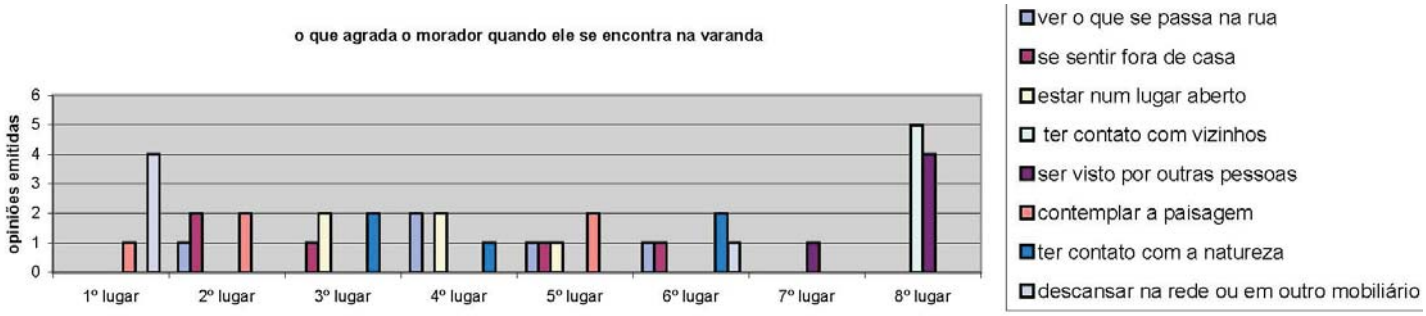
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	5	21%

3.5

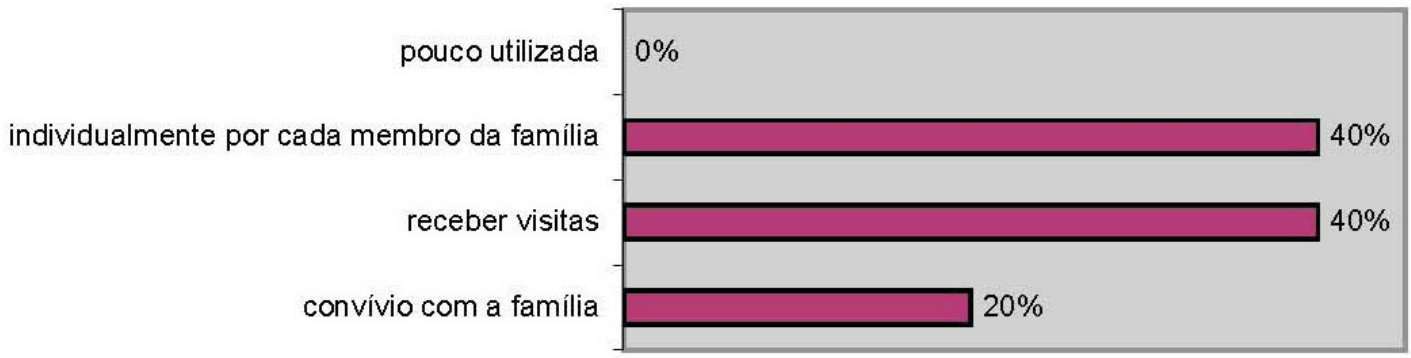
IPANEMA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA ALBERTO DE CAMPOS N.º 50

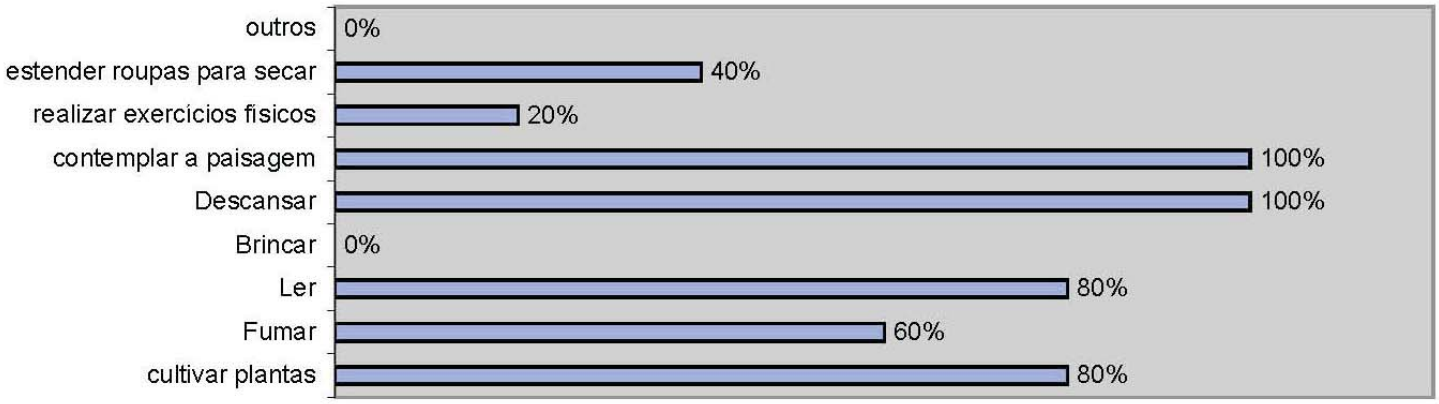
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	5	21%

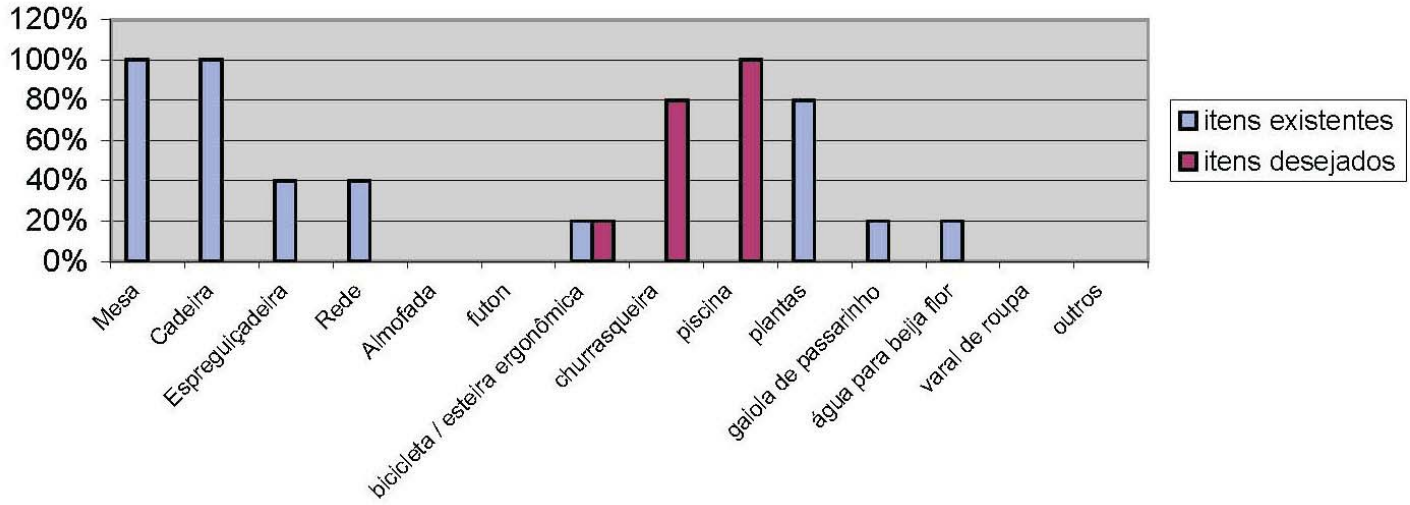
3.5

IPANEMA

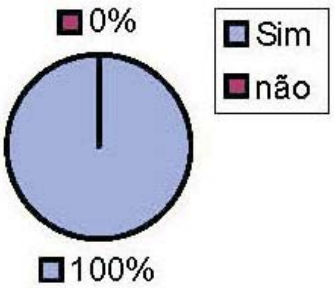
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA ALBERTO DE CAMPOS N.º 50

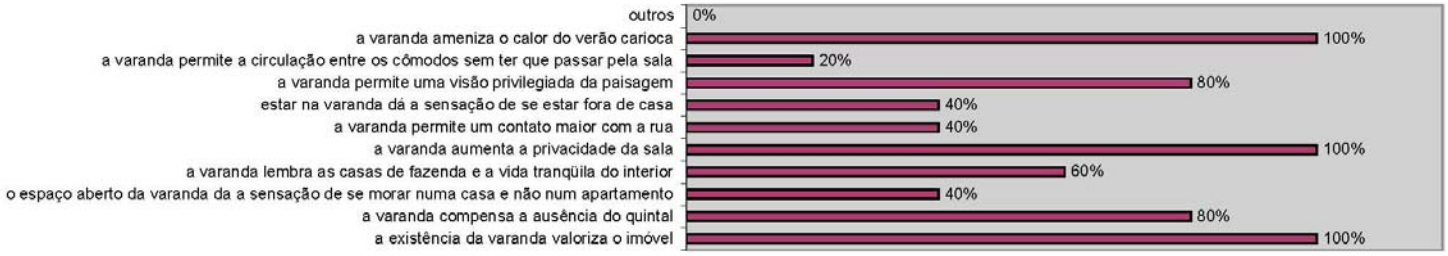
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
24	5	21%

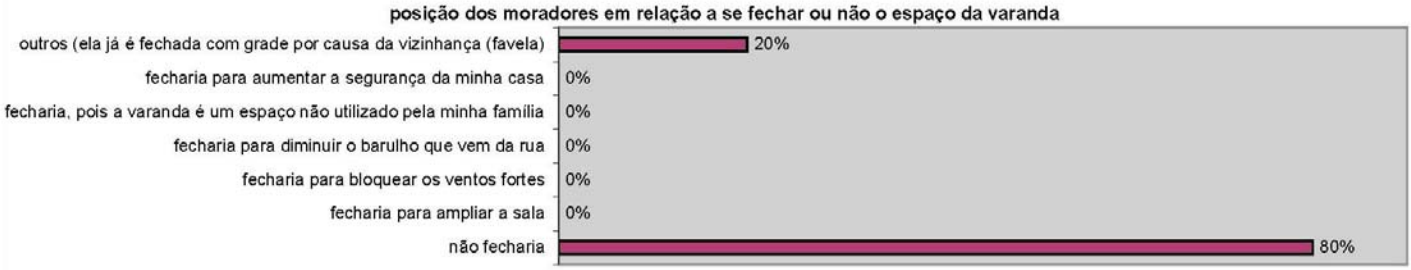
3.5

IPANEMA

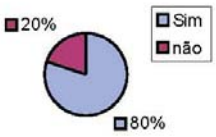
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



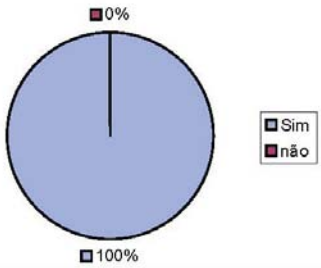
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

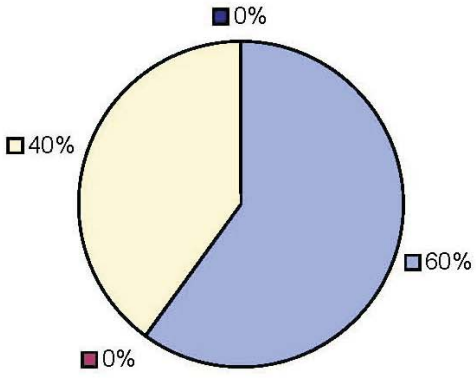


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

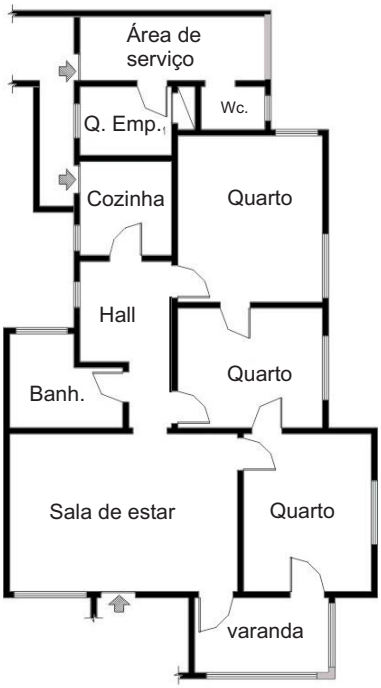
ENDEREÇO: RUA BARÃO DE JAGUARIPE N.º 402

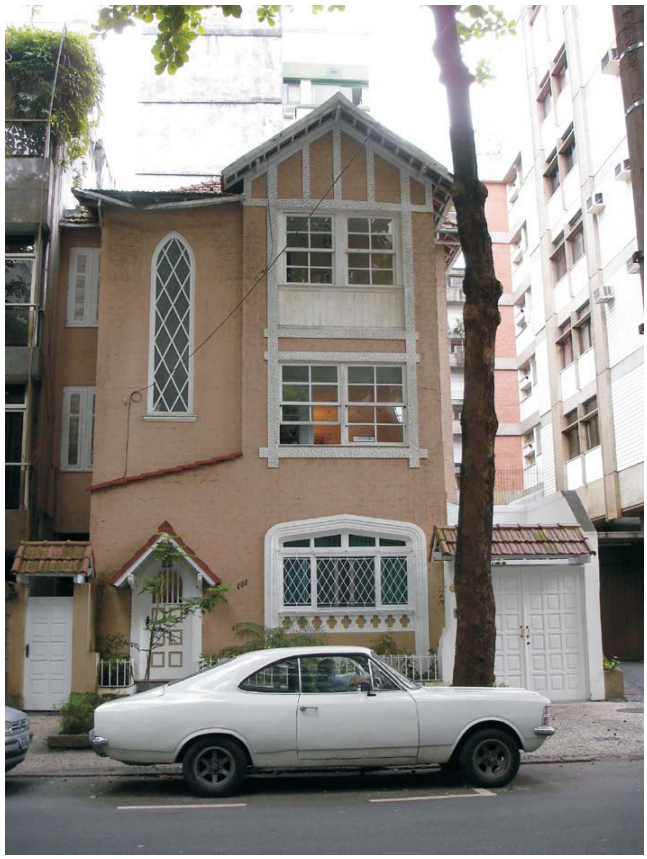
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
2	2	100 %

3.6

IPANEMA





OBSERVAÇÃO: no questionário, os moradores responderam que a varanda era fechada, mas, observando as fotos, parece que, pelo menos no 1º pavimento, ela foi integrada ao quarto da frente





DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DE JAGUARIPE N.º 402

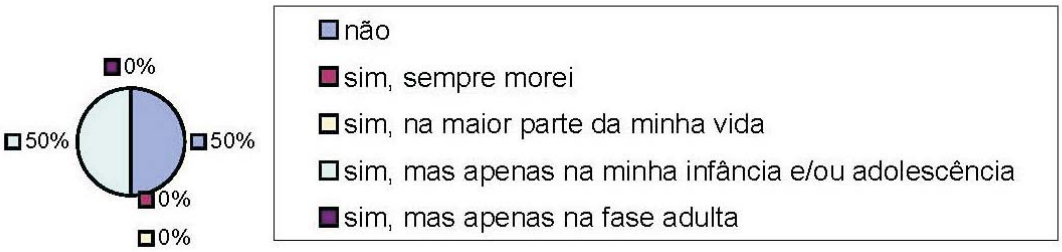
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

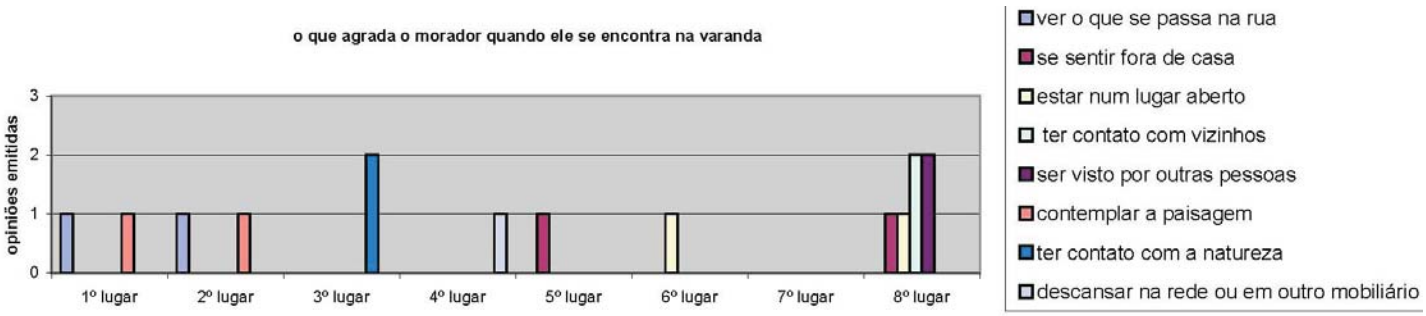
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
2	2	100 %

3.6

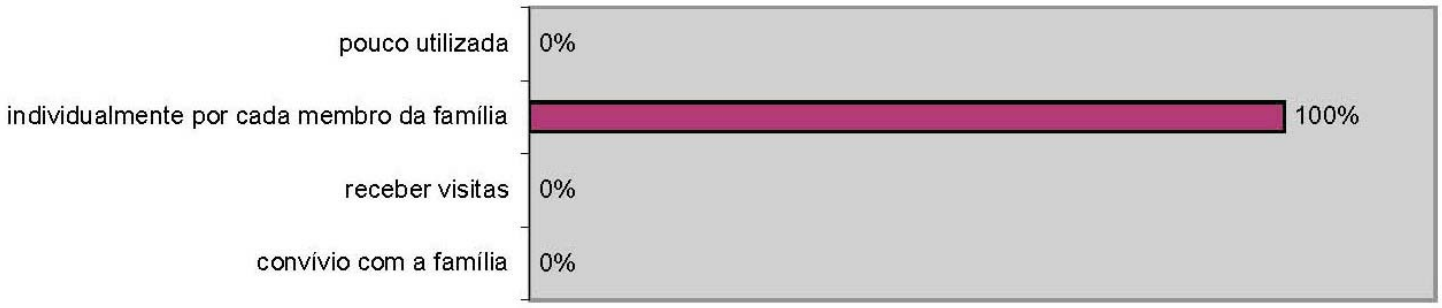
IPANEMA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

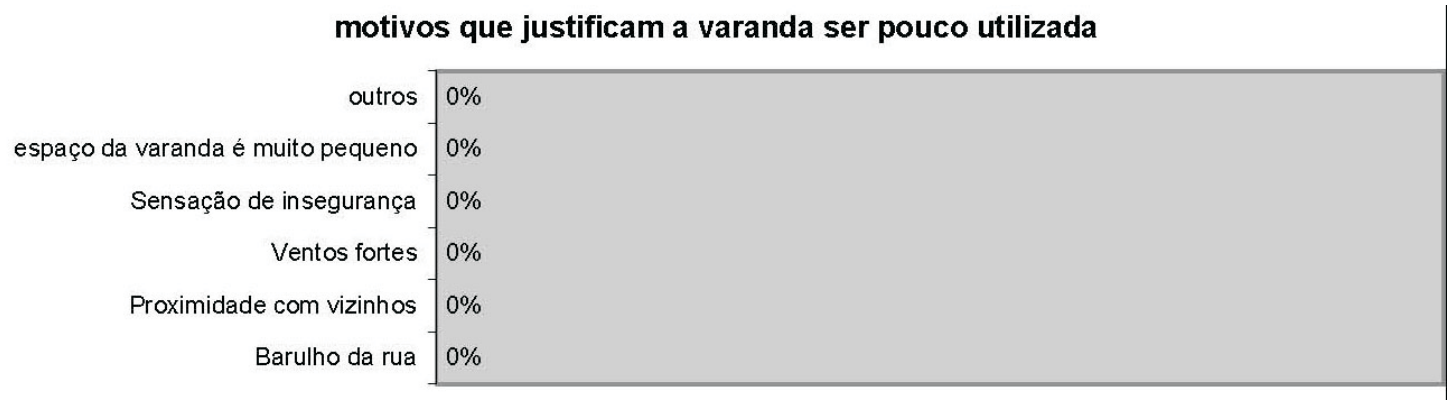




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DE JAGUARIPE N.º 402

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
2	2	100 %

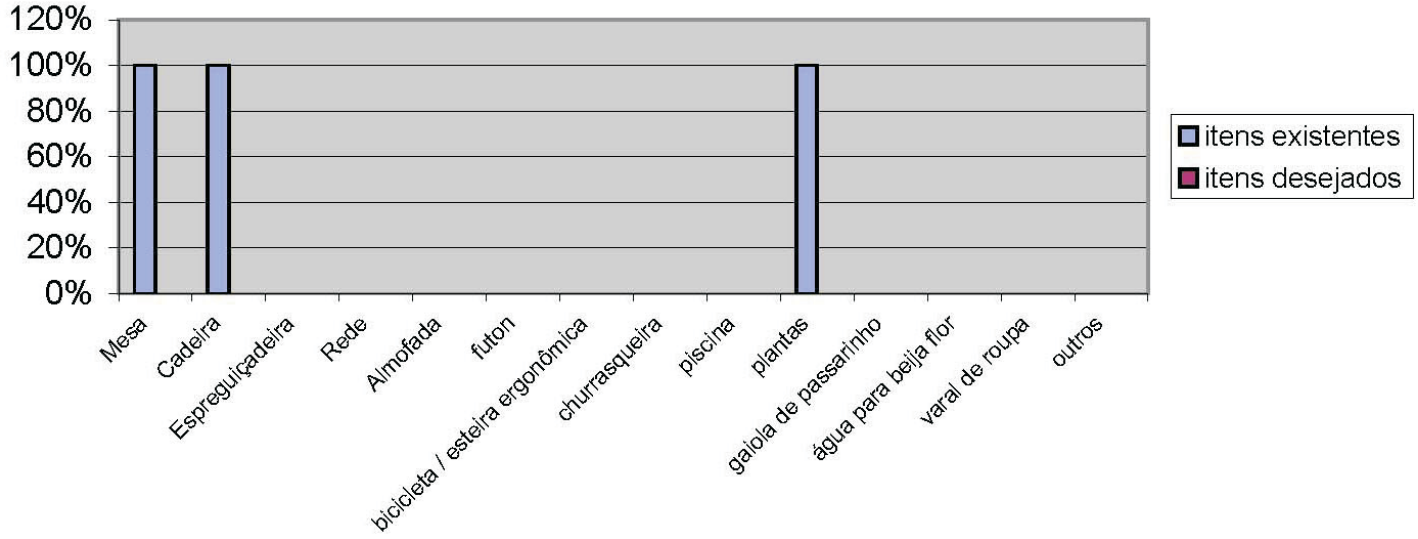
3.6

IPANEMA

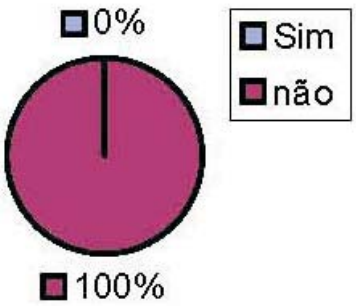
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DE JAGUARIPE N.º 402

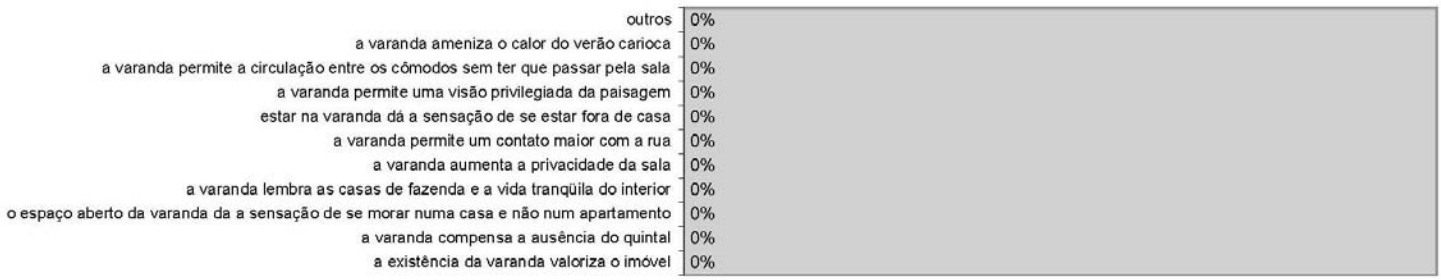
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

3.6

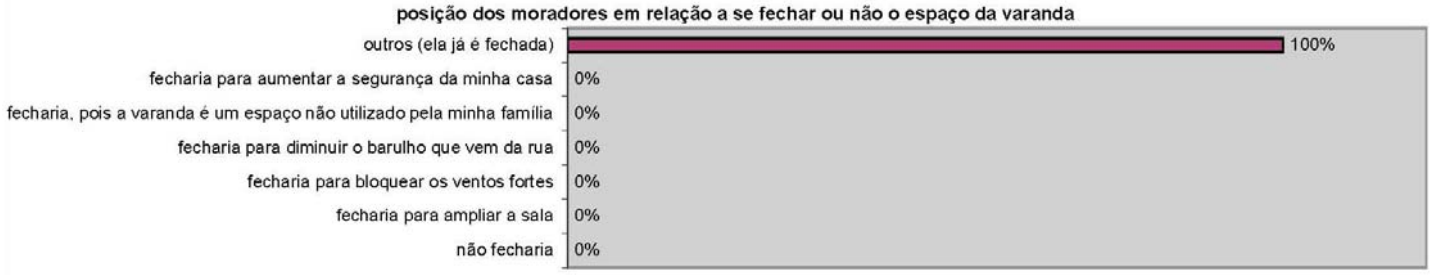
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
2	2	100 %

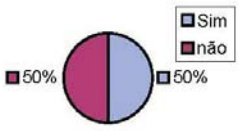
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



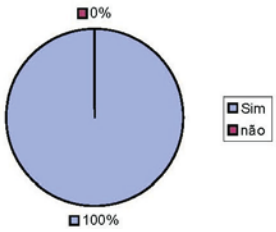
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

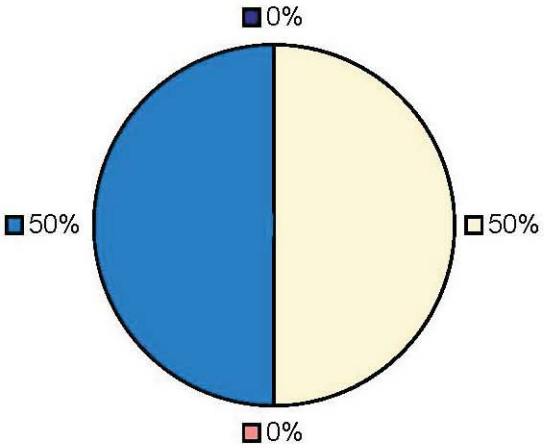


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DA TORRE N.º 667

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	3	30 %

3.7

IPANEMA











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DA TORRE N.º 667

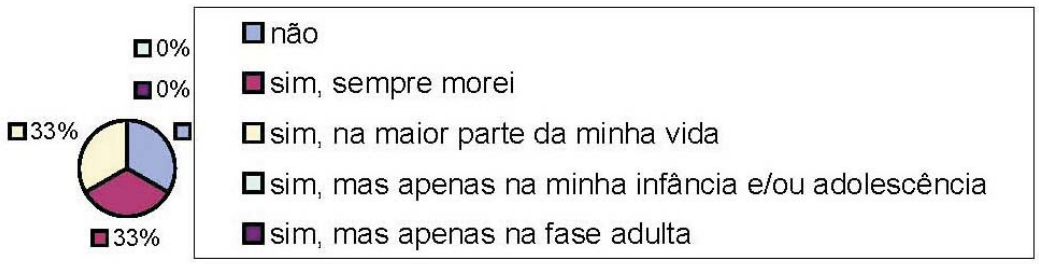
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

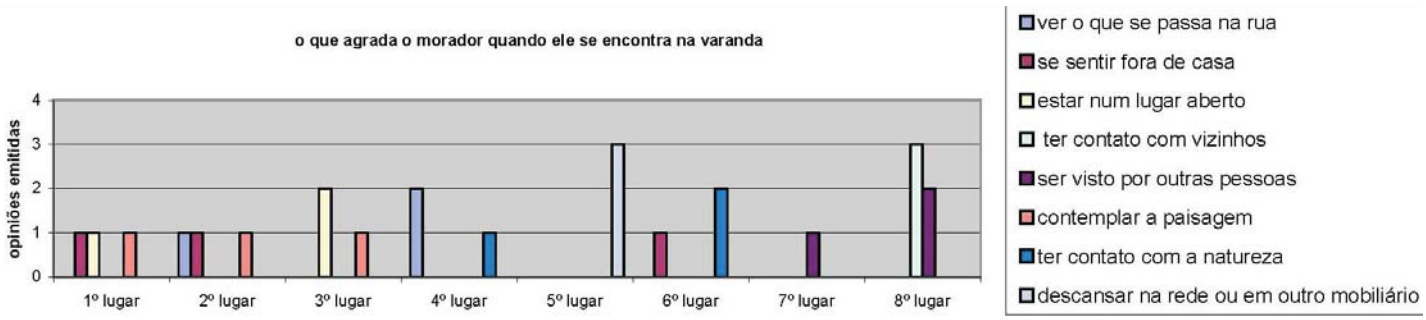
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	3	30 %

3.7

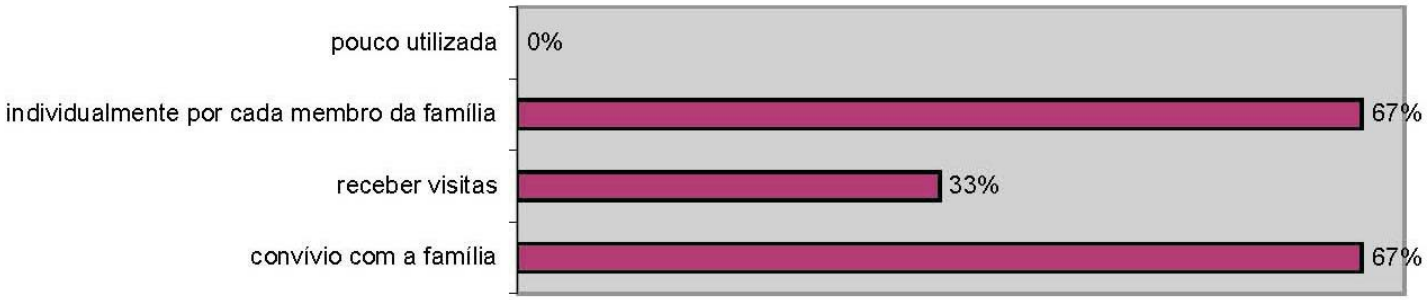
IPANEMA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DA TORRE N.º 667

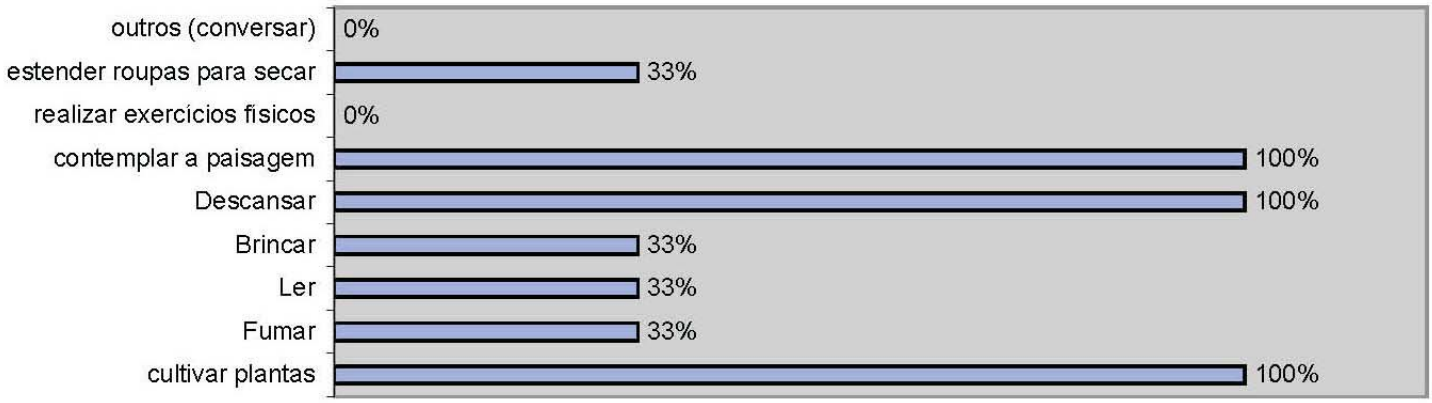
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	3	30 %

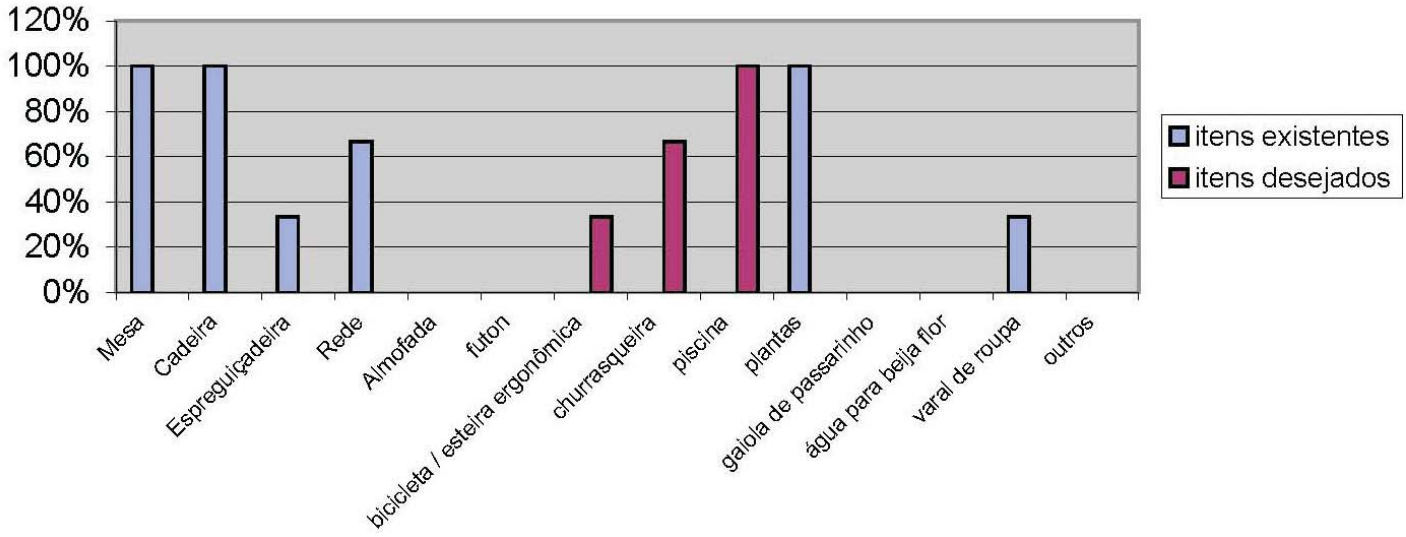
3.7

IPANEMA

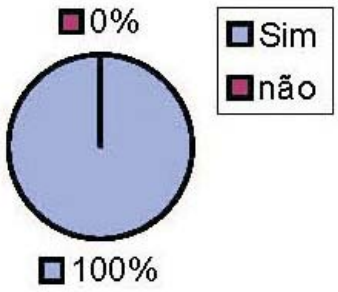
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA BARÃO DA TORRE N.º 667

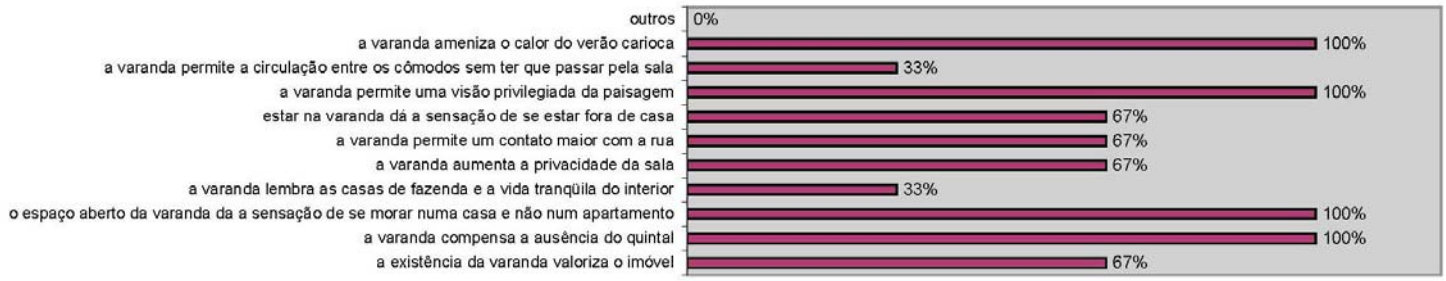
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
10	3	30 %

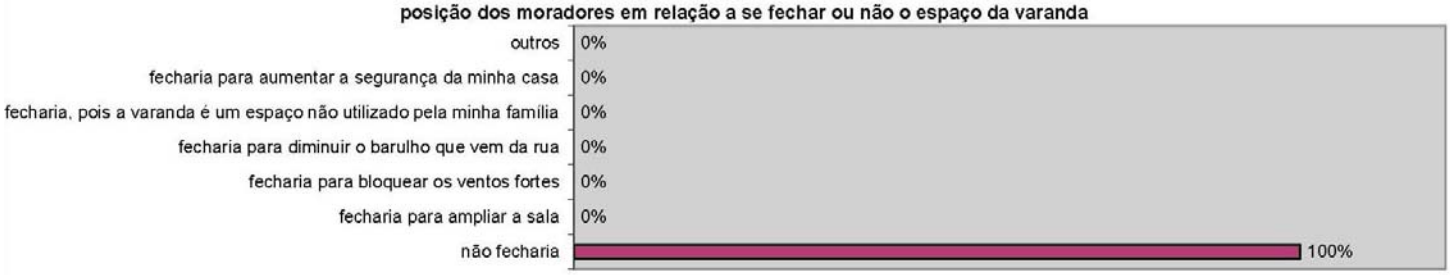
3.7

IPANEMA

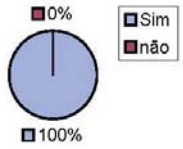
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



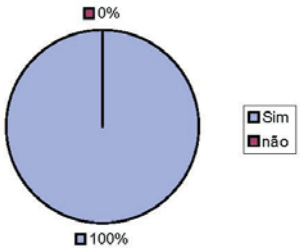
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

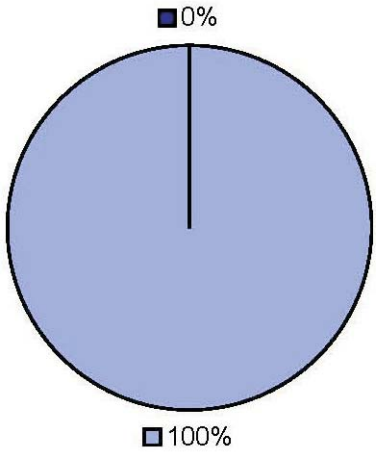


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

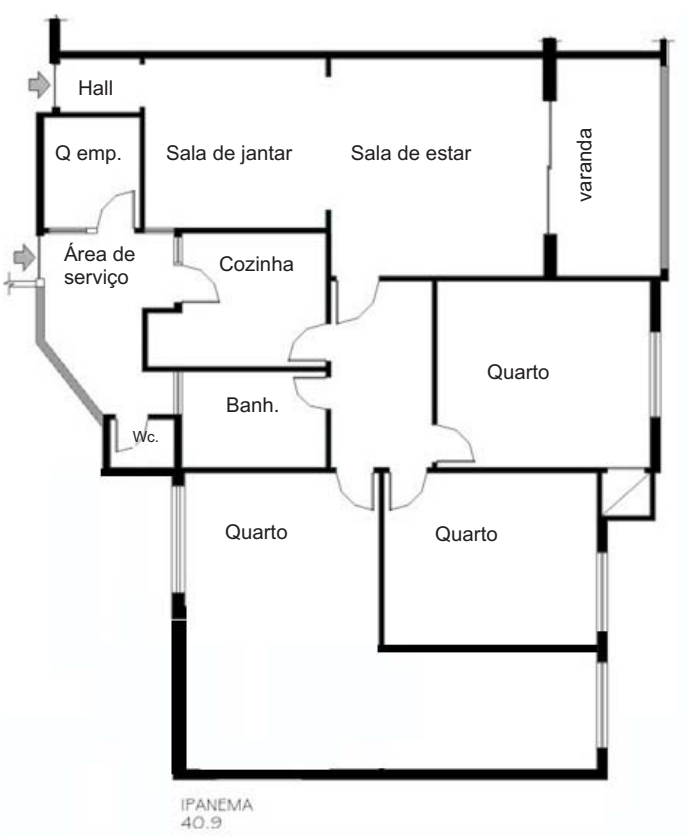
ENDEREÇO: AV VISCONDE DE PIRAJÁ N.º 228

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18%

3.8

IPANEMA







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV VISCONDE DE PIRAJÁ N.º 228

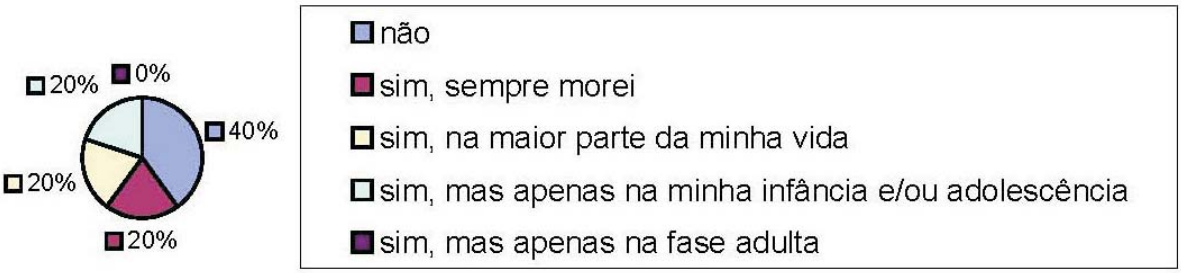
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

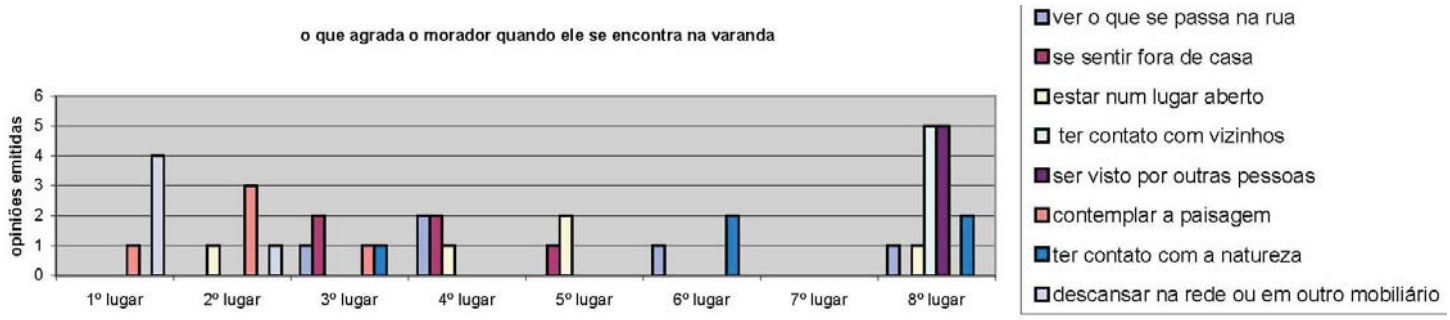
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18%

3.8

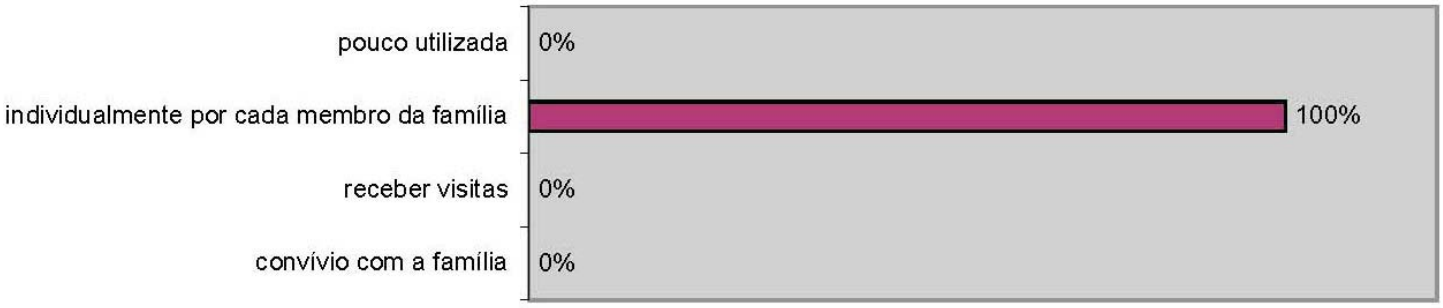
IPANEMA

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV VISCONDE DE PIRAJÁ N.º 228

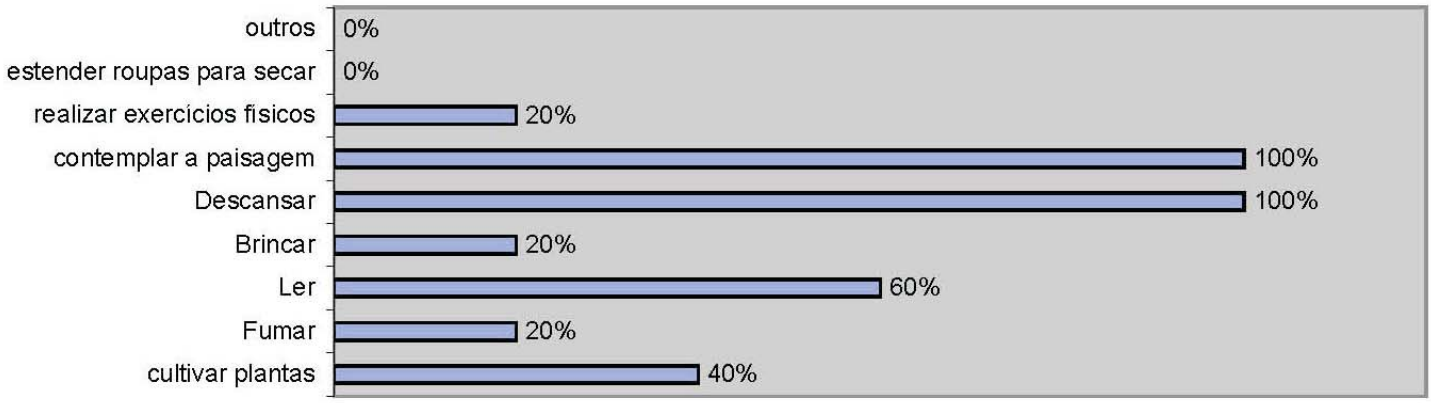
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

3.8

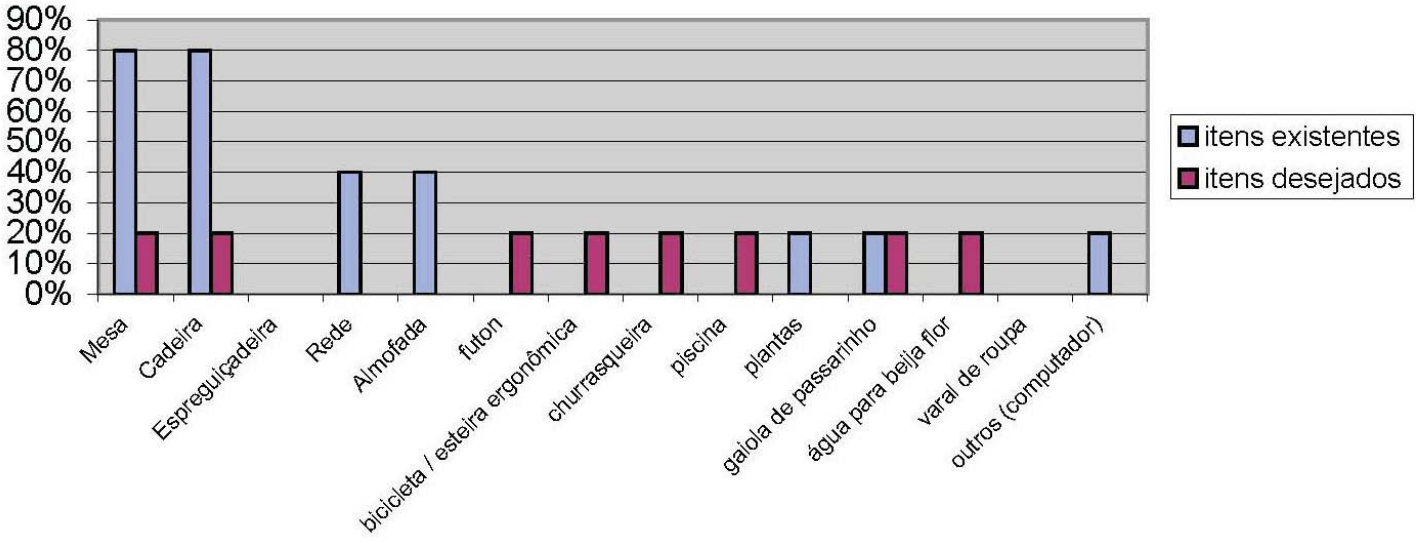
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18%

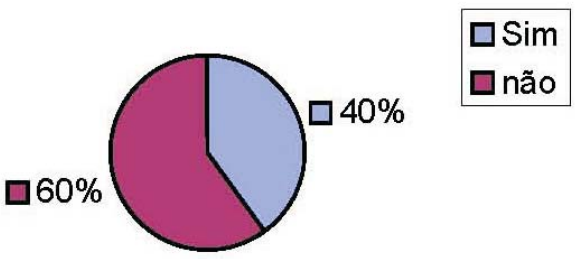
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV VISCONDE DE PIRAJÁ N.º 228

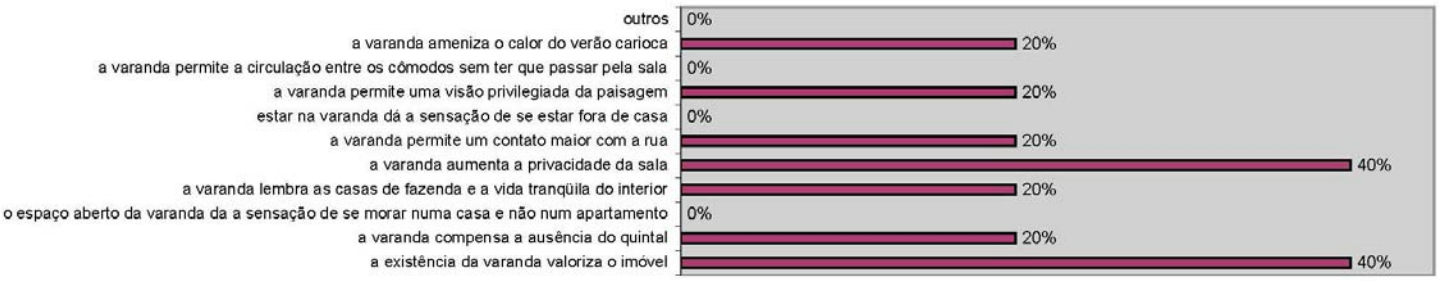
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1940

3.8

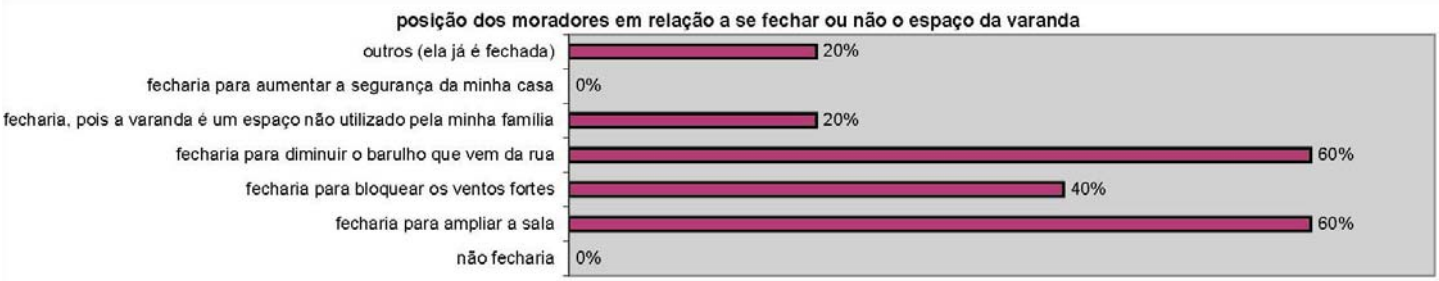
IPANEMA

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18%

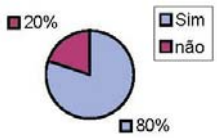
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



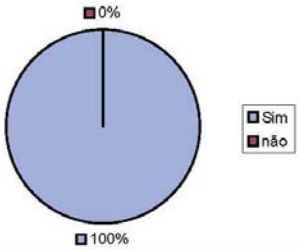
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

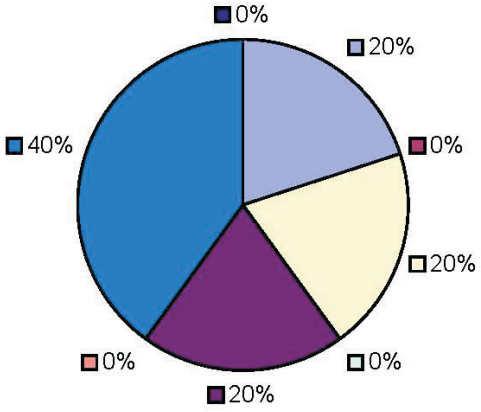


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?

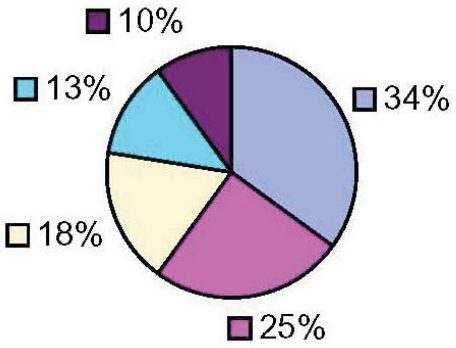




Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

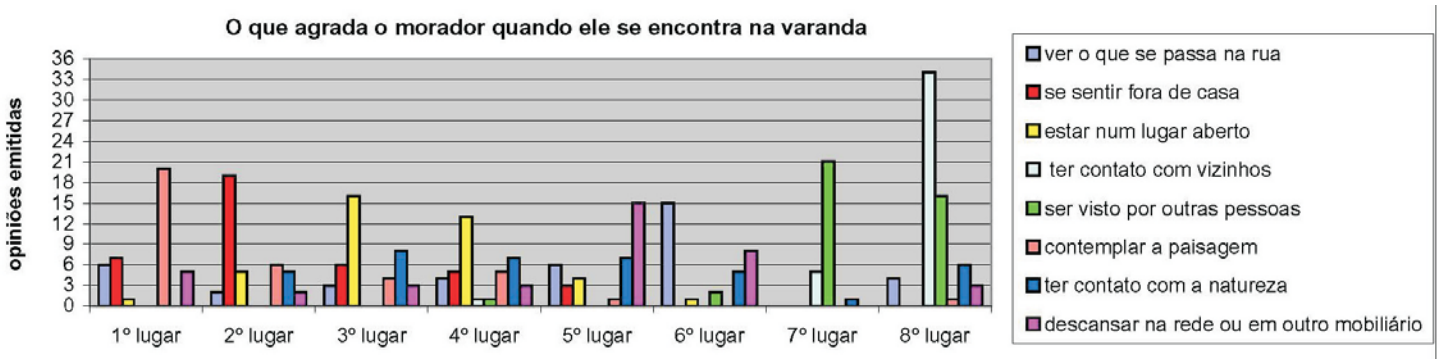


DADOS GERAIS DO BAIRRO



Você já tinha morado em outra residência com varanda?

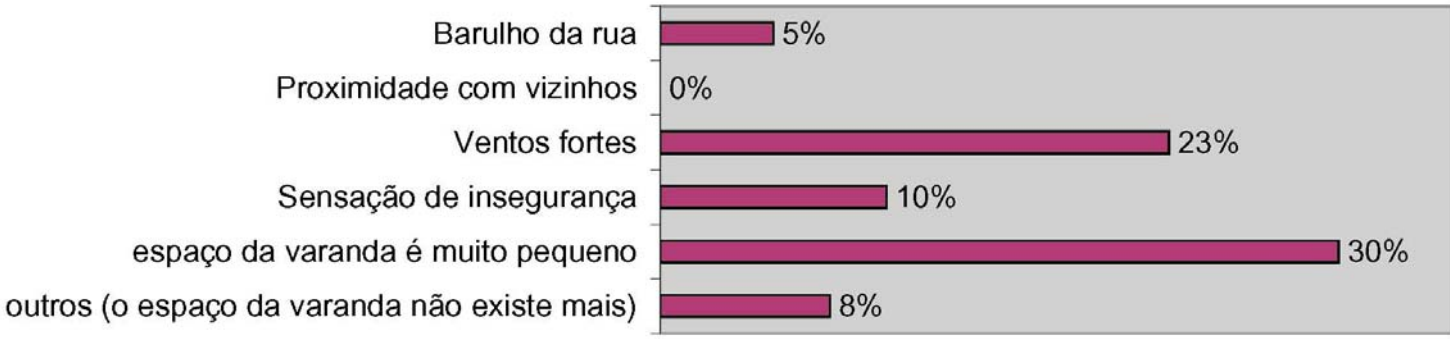
- não
- sim, sempre morei
- sim, na maior parte da minha vida
- sim, mas apenas na minha infância e/ou adolescência
- sim, mas apenas na fase adulta



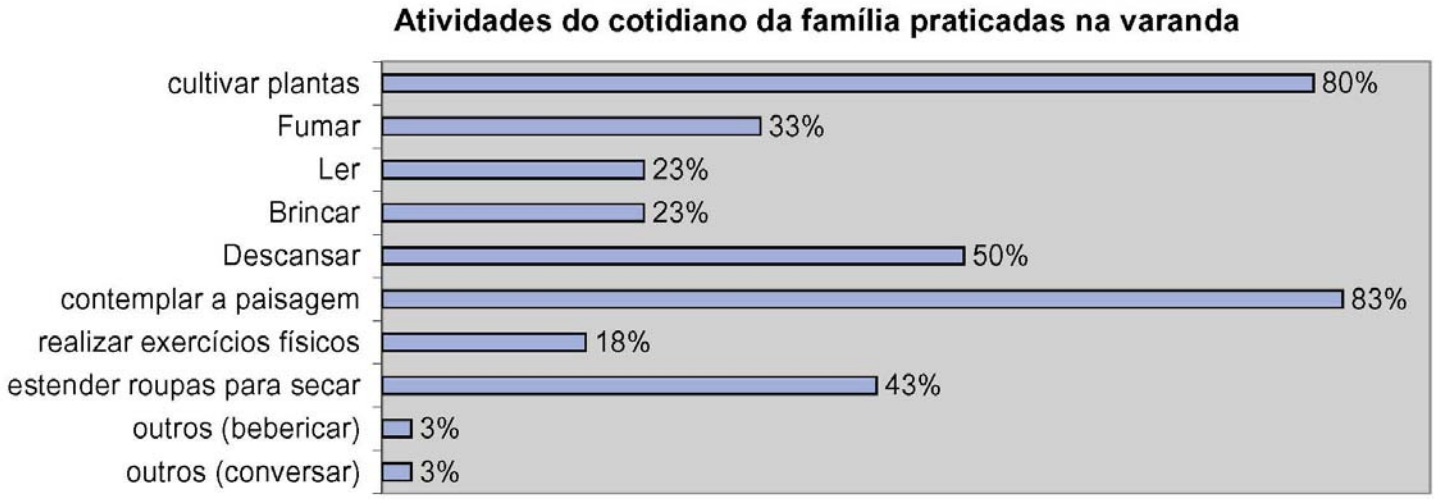
Utilização mais frequente da varanda pelo morador

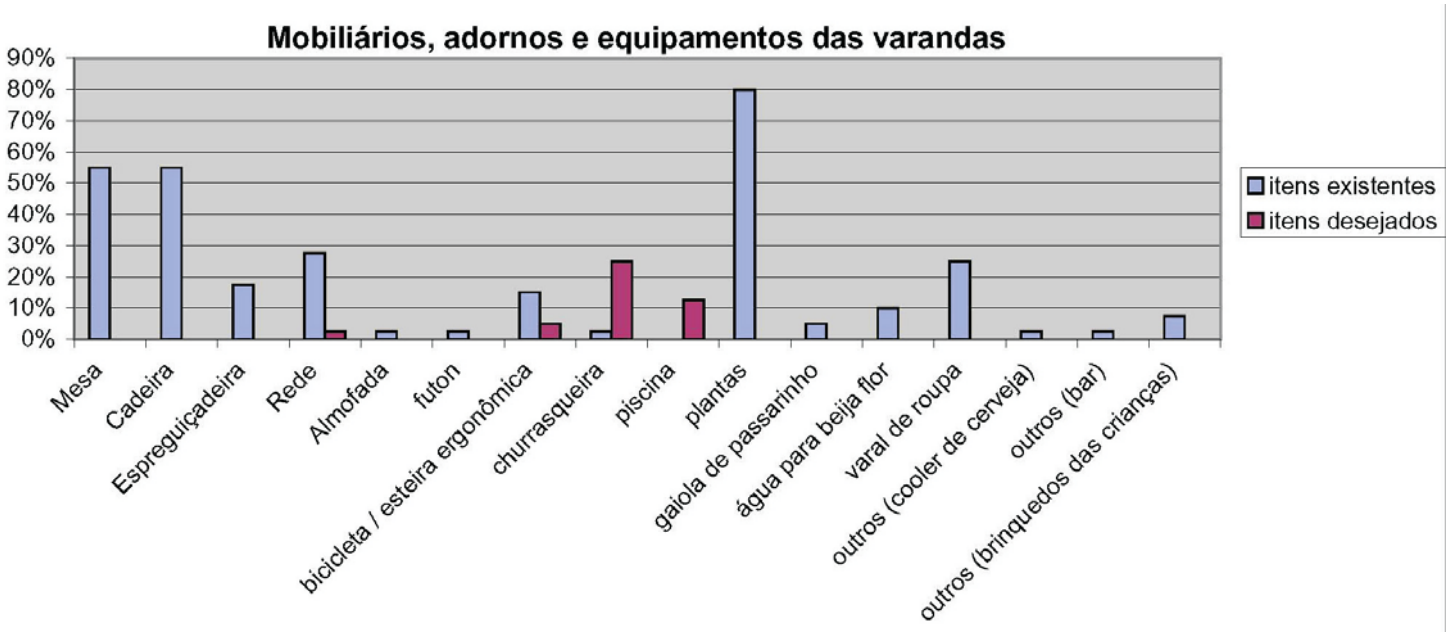


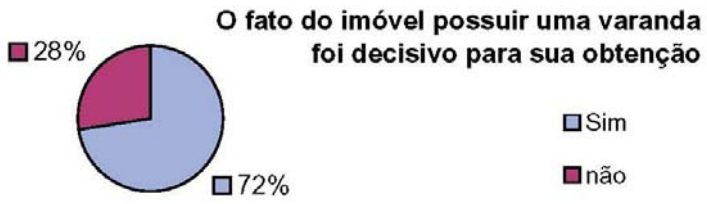
Motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



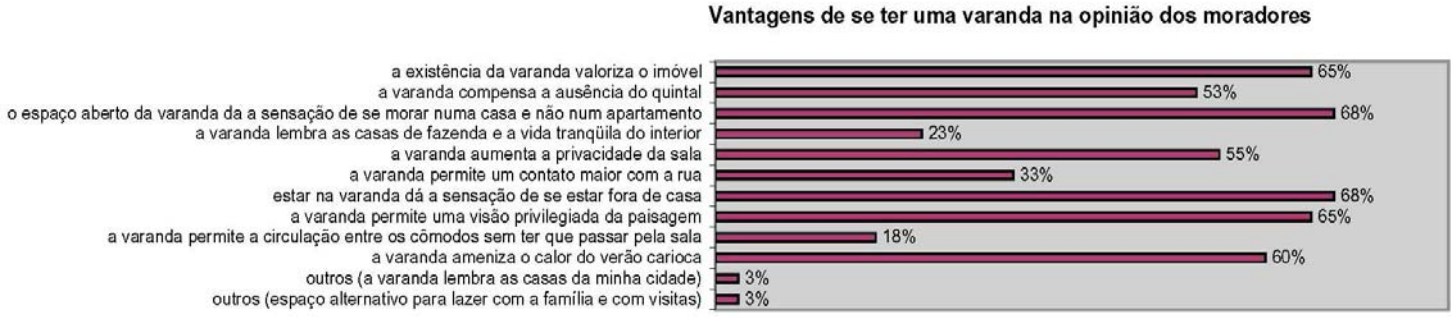
DADOS GERAIS DO BAIRRO



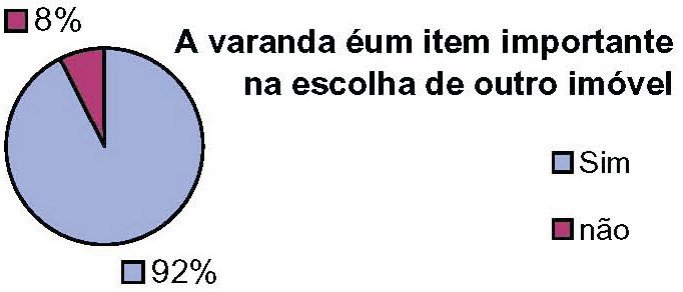


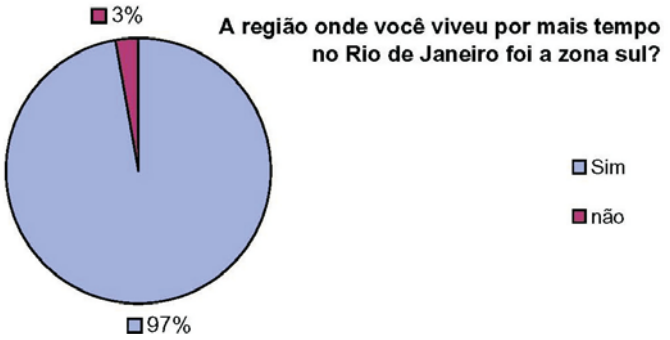


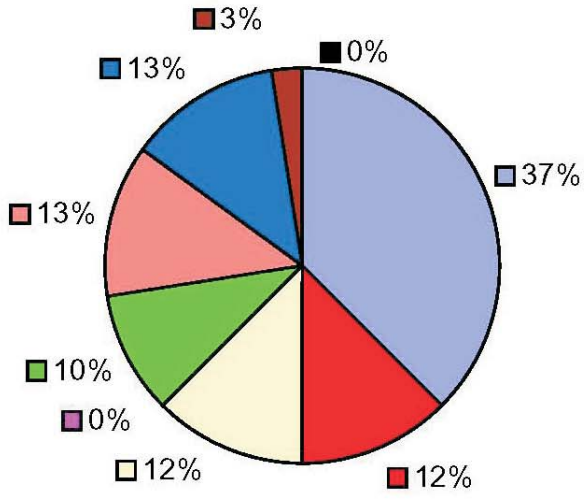
DADOS GERAIS DO BAIRRO













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 209

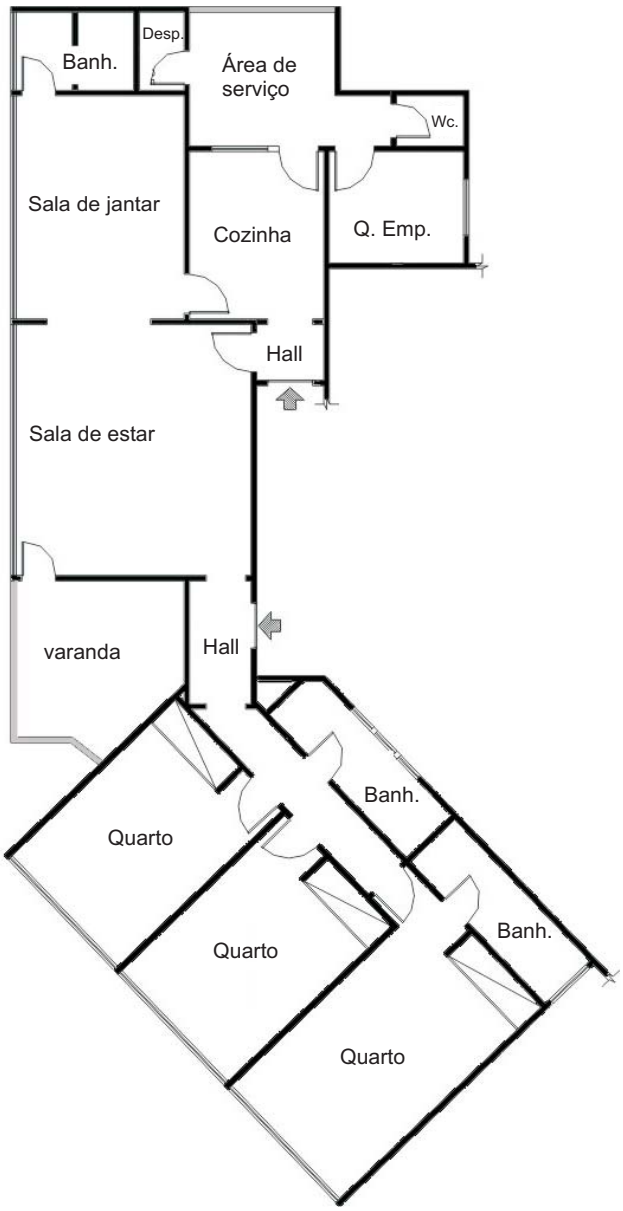
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

4.1

LEBLON

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
7	2	29 %

LEBLON
60.2









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 209

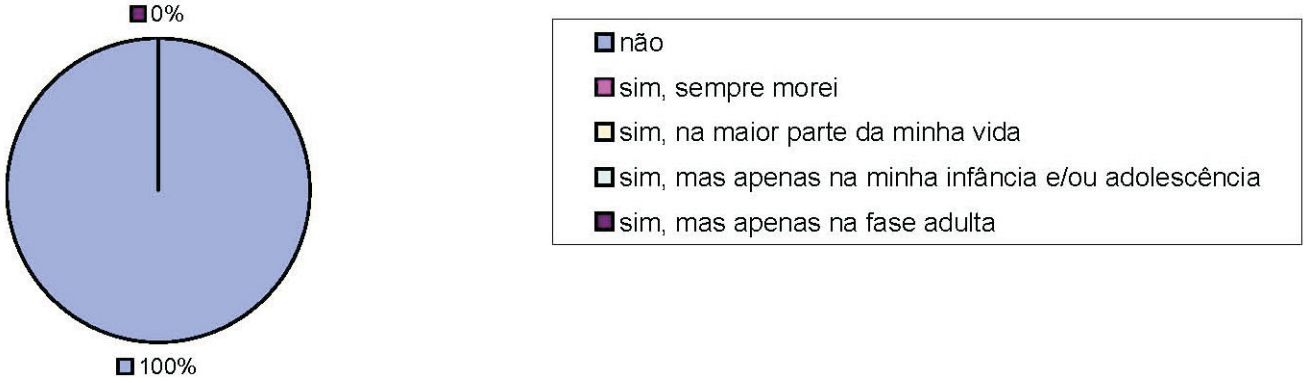
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

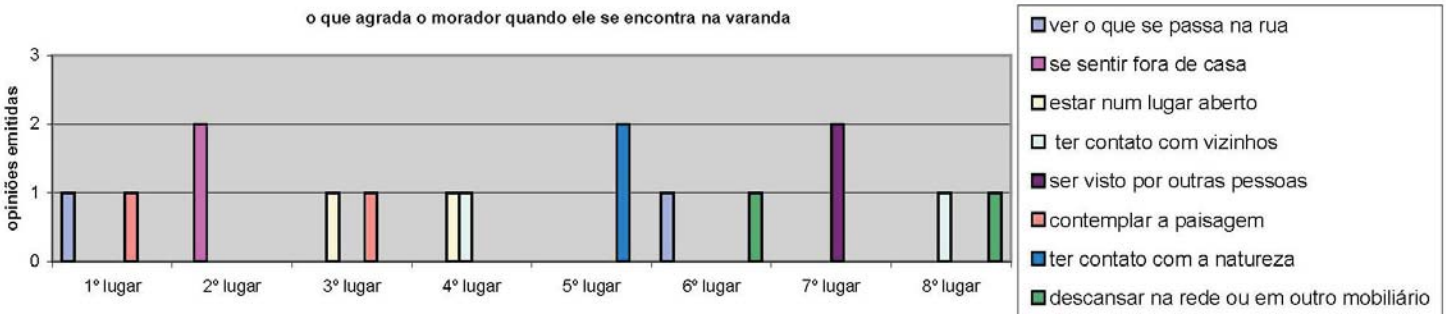
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
7	2	29 %

4.1

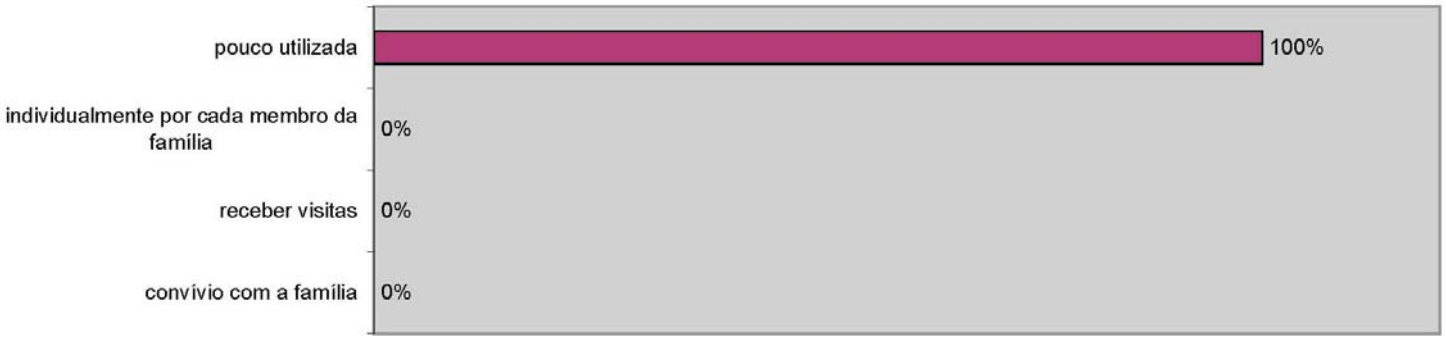
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

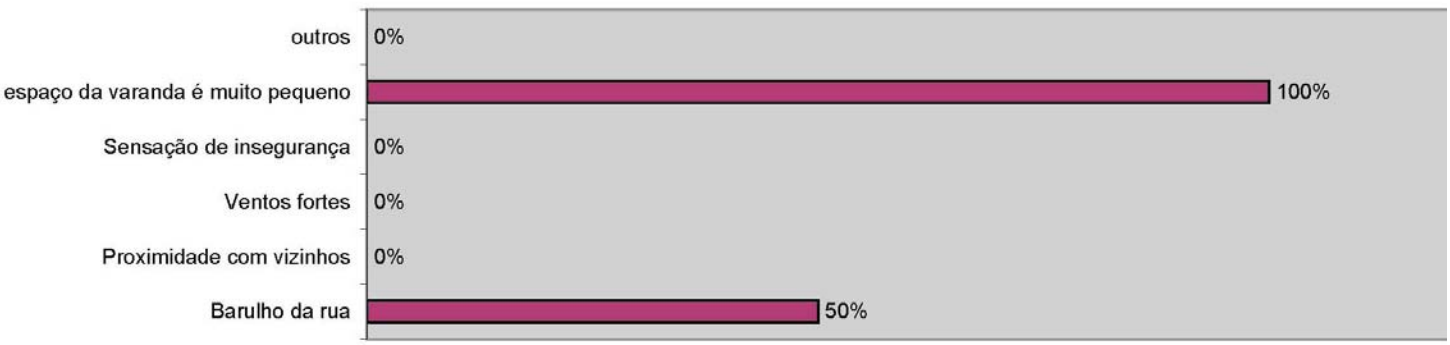




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 209

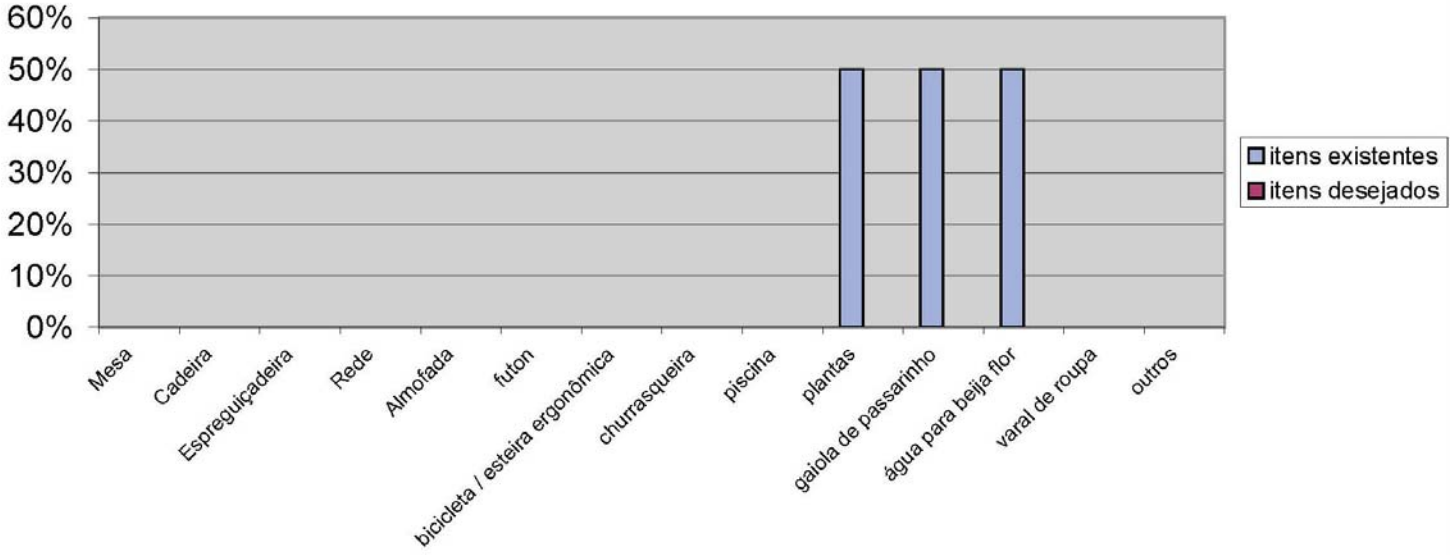
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
7	2	29 %

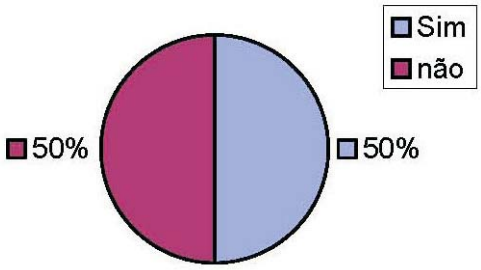
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 209

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

4.1

LEBLON

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
7	2	29 %

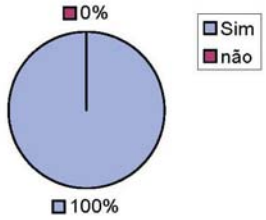
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



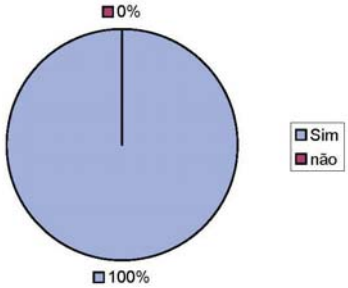
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

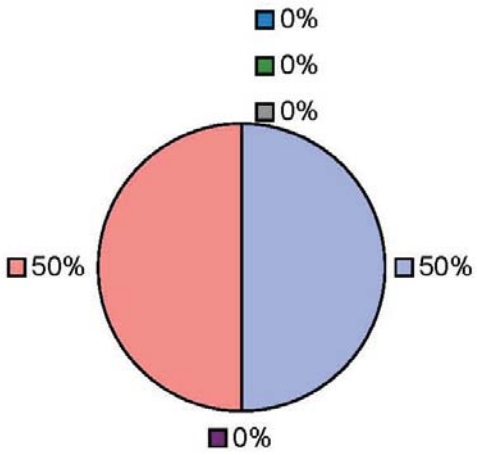


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

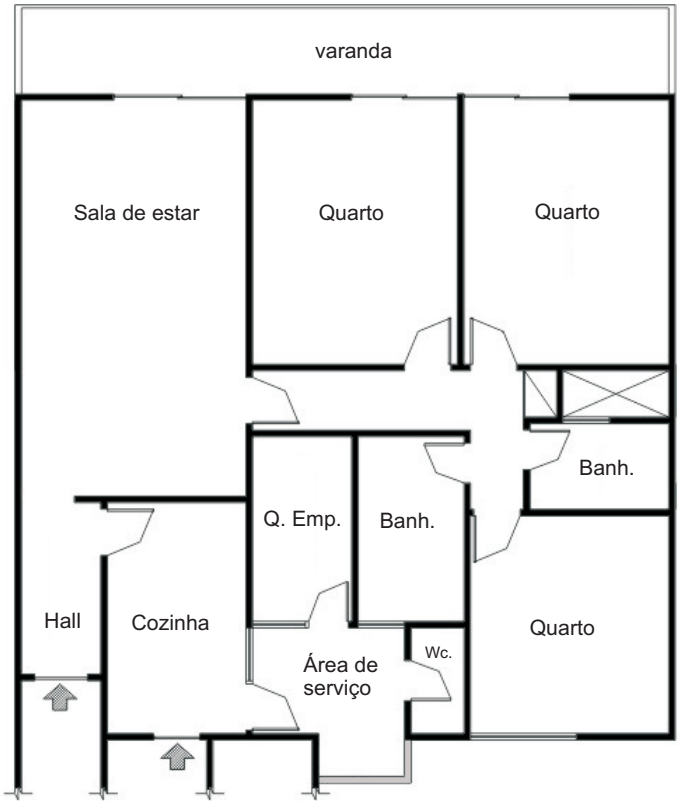
ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 528

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

4.2

LEBLON



LEBLON
60.20







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 528

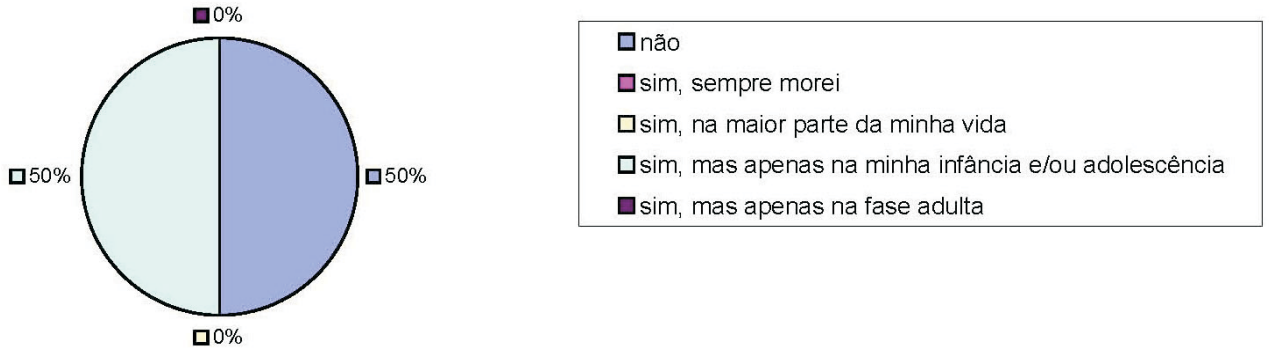
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

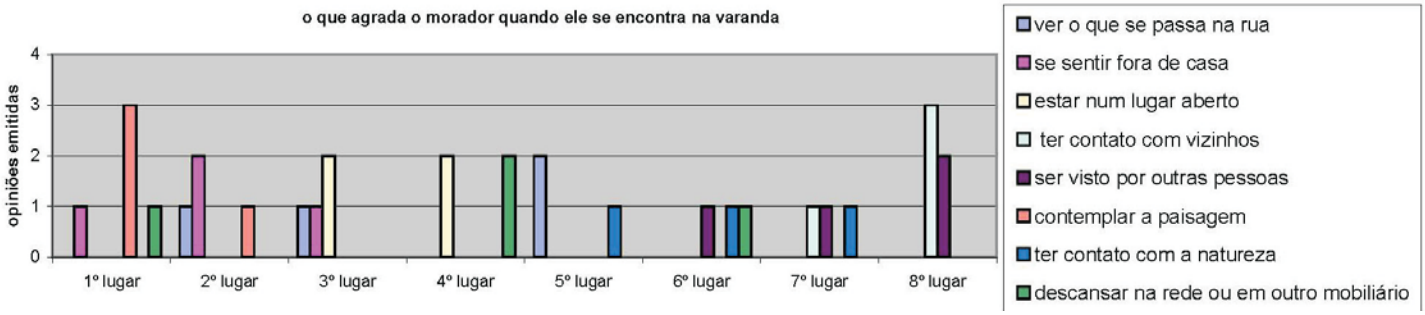
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

4.2

LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

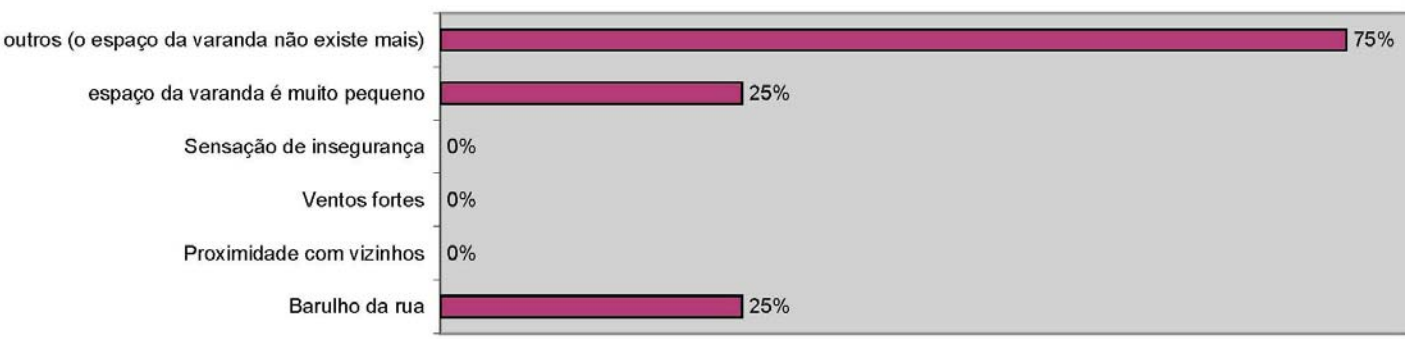




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 528

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

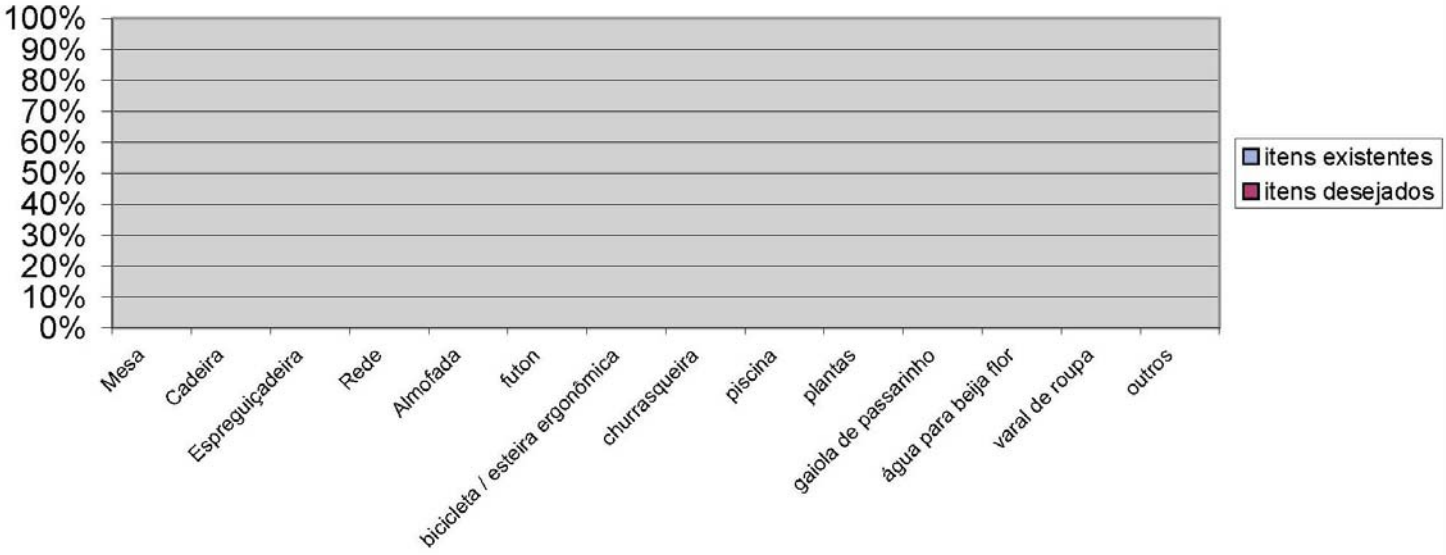
4.2

LEBLON

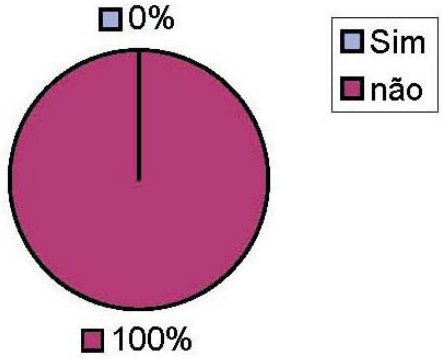
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

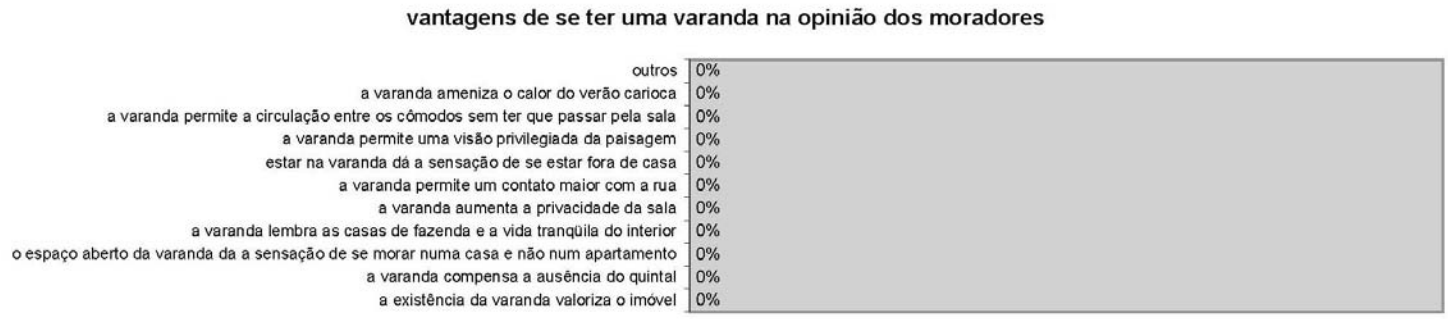


DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

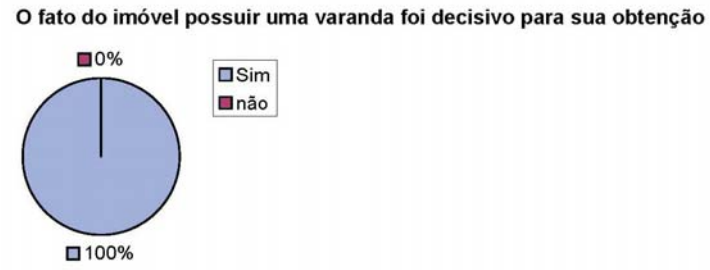
ENDEREÇO: AV. ATAULFO DE PAIVA N.º 528

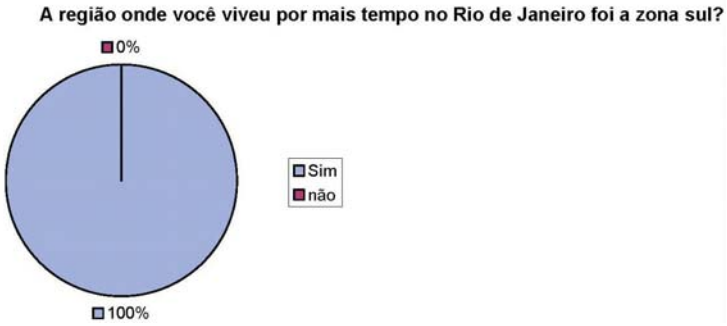
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1960

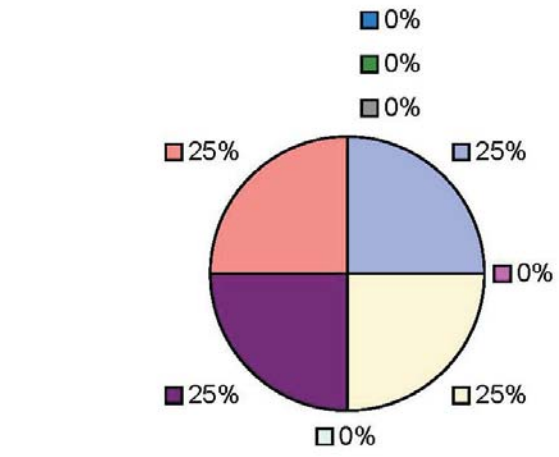
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA RITA LUDOLF N.º 74

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
5	2	40 %

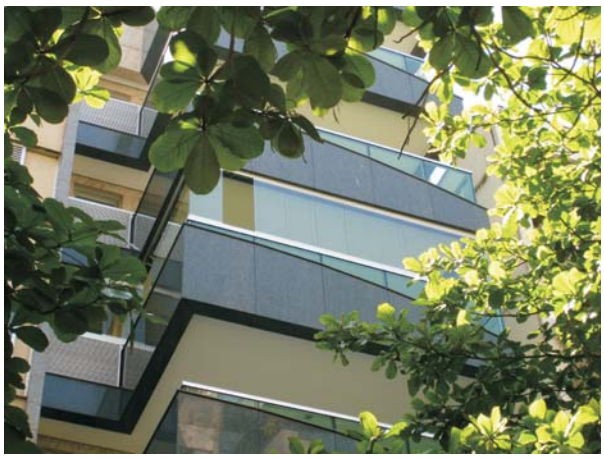
4.3

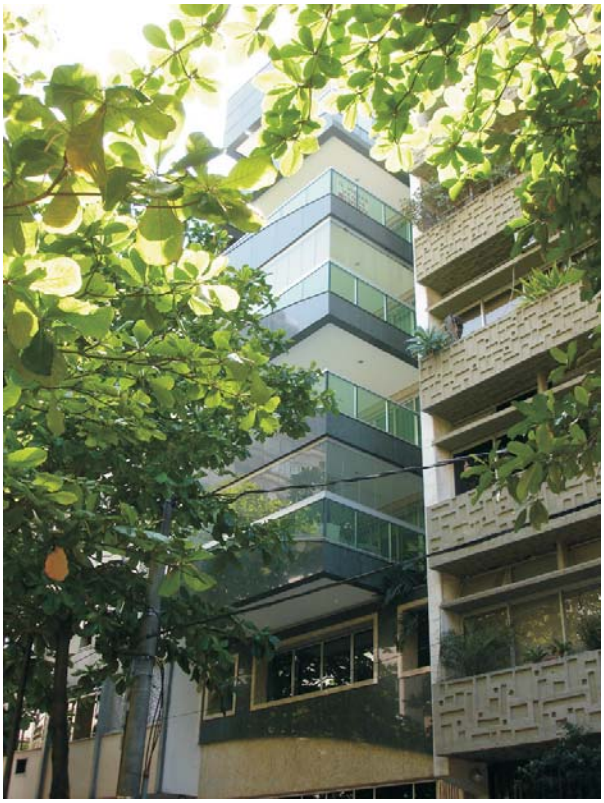
LEBLON













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA RITA LUDOLF N.º 74

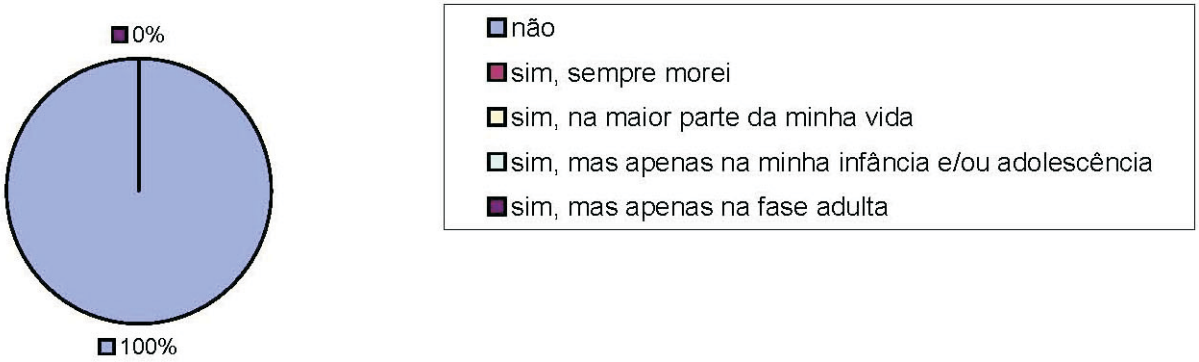
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

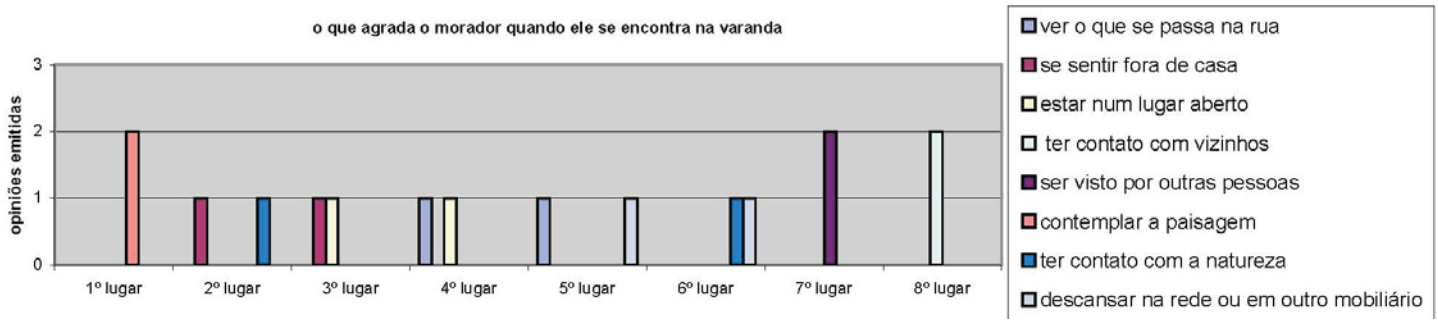
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
5	2	40 %

4.3

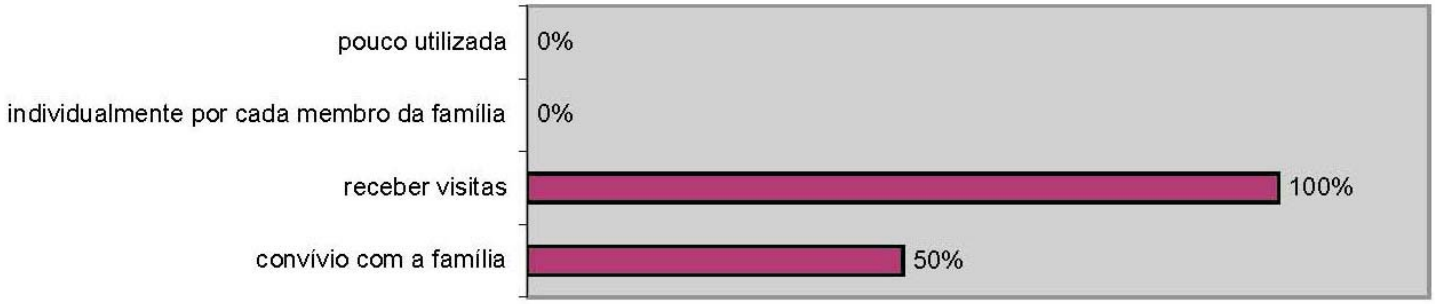
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA RITA LUDOLF N.º 74

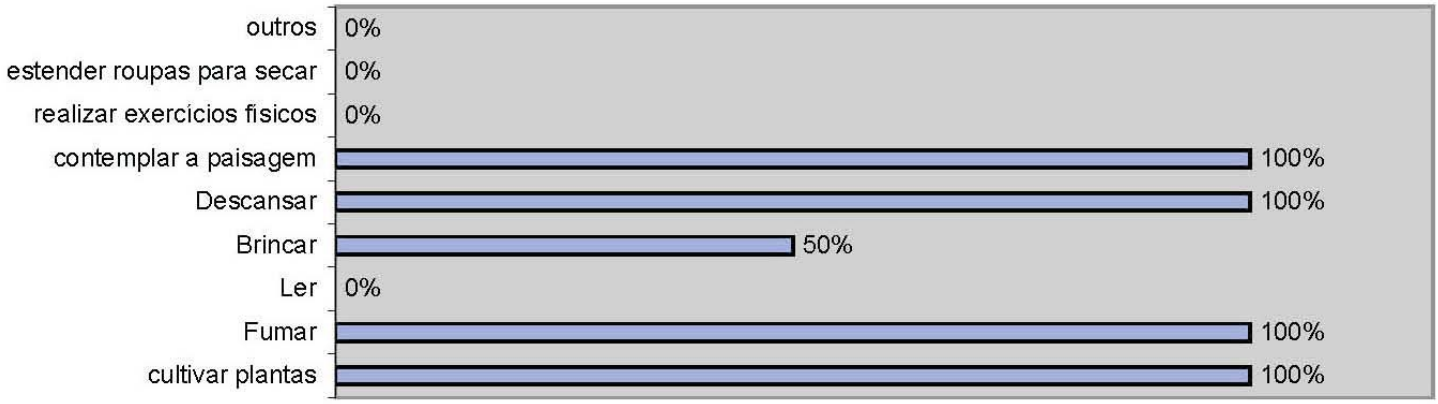
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
5	2	40 %

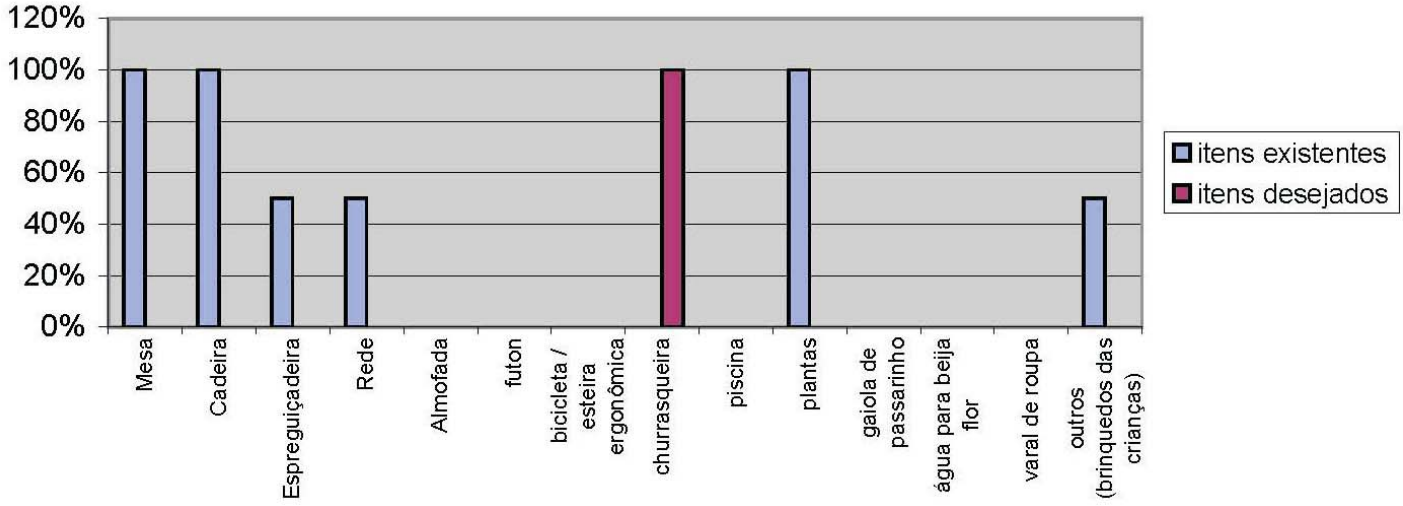
4.3

LEBLON

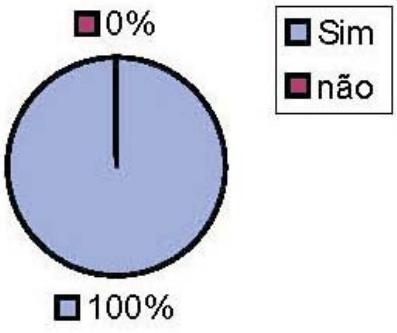
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA RITA LUDOLF N.º 74

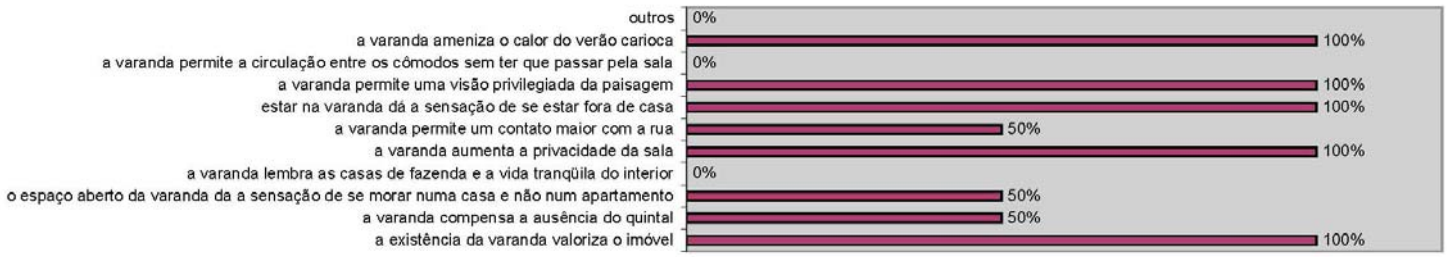
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
5	2	40 %

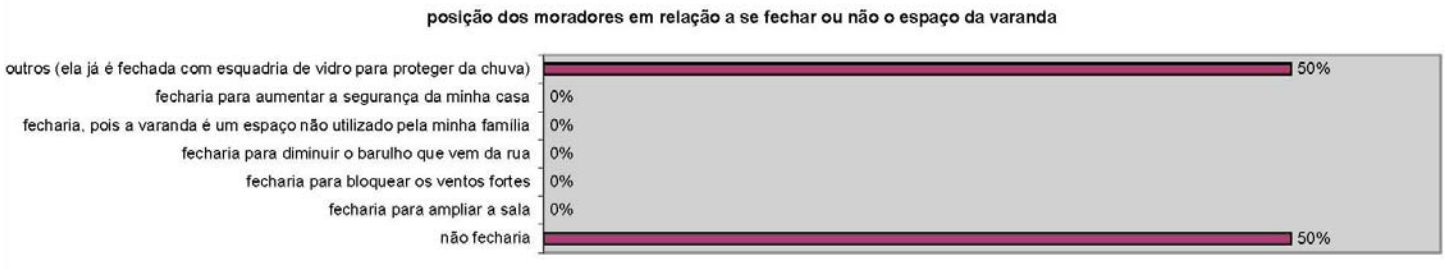
4.3

LEBLON

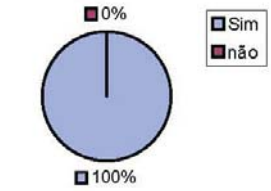
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



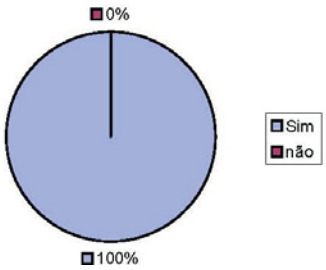
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

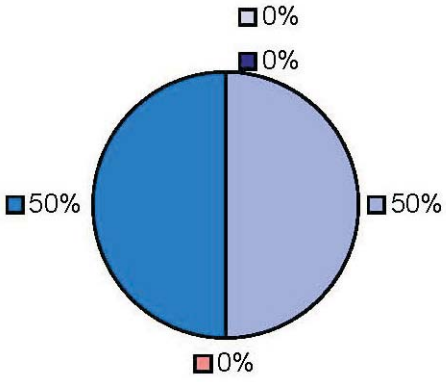


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

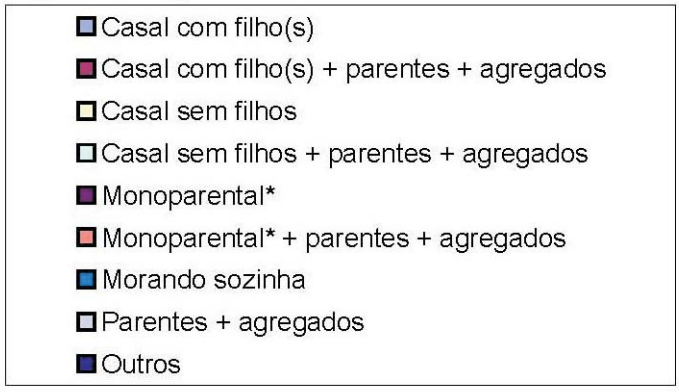


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ LINHARES N.º 145

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	8	17 %

4.4

LEBLON











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ LINHARES N.º 145

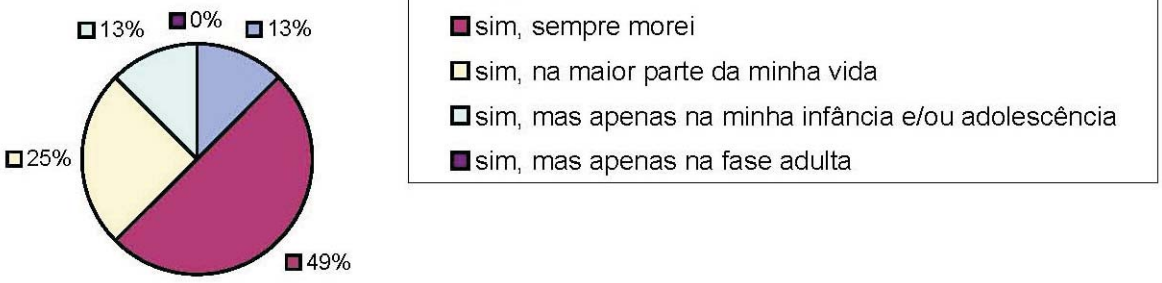
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

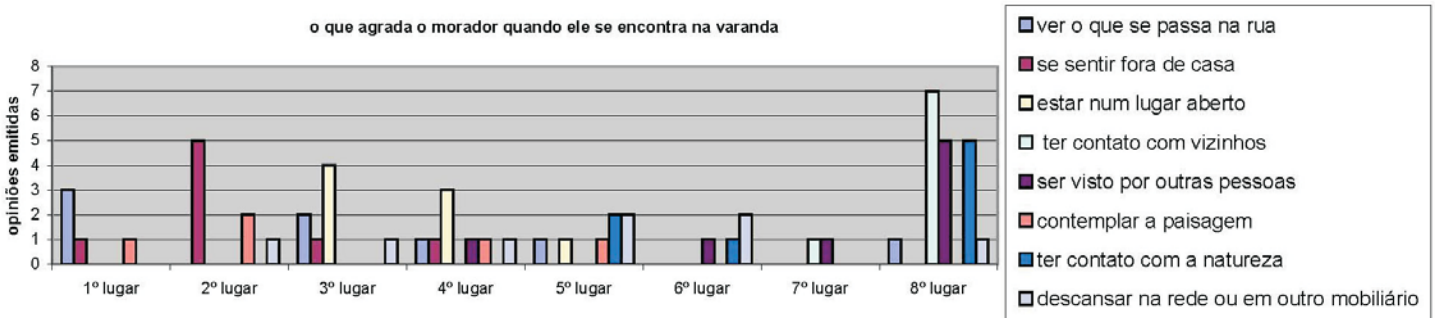
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	8	17 %

4.4

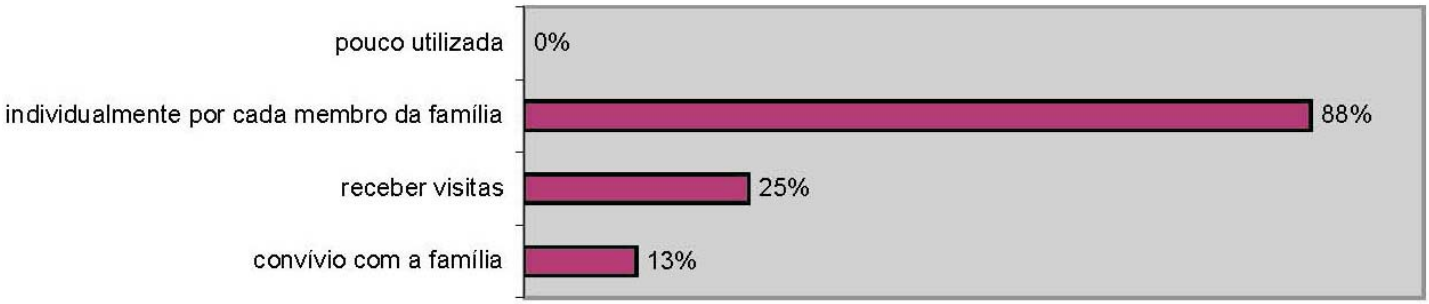
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



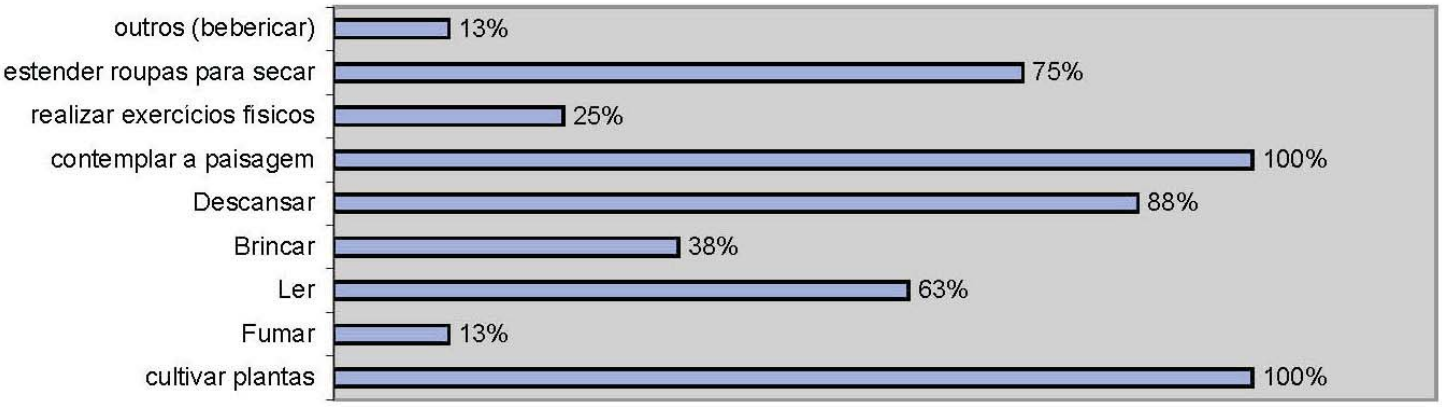
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ LINHARES N.º 145

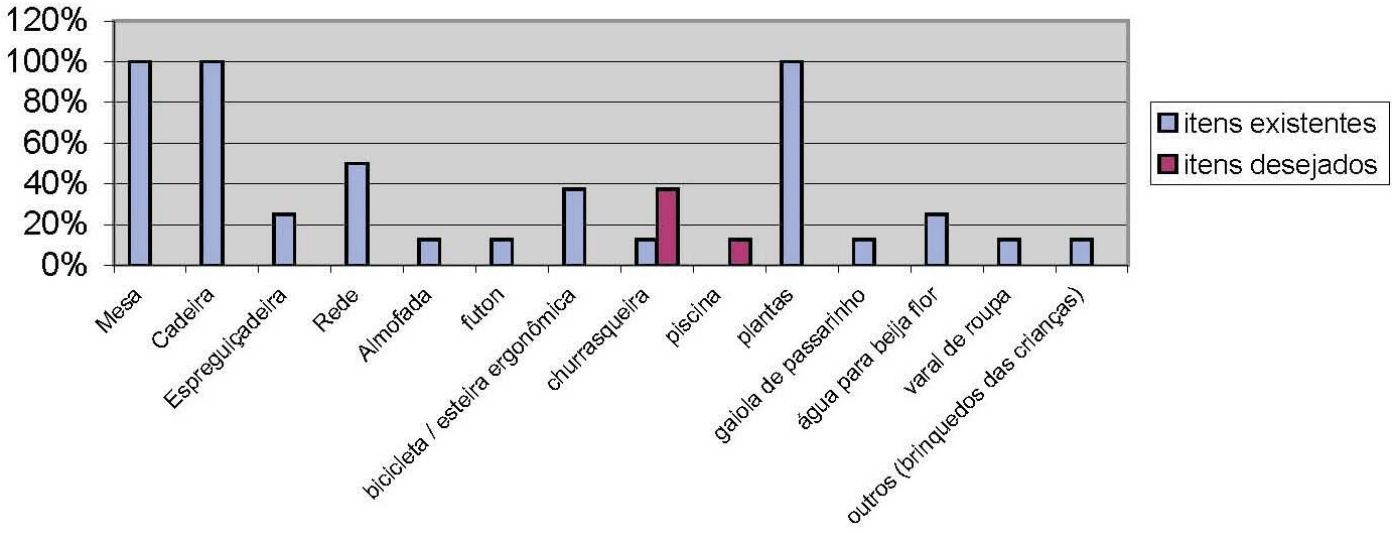
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	8	17 %

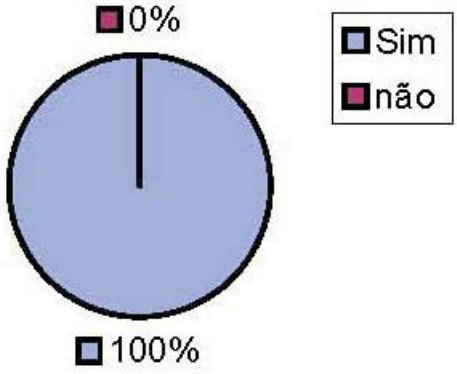
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JOSÉ LINHARES N.º 145

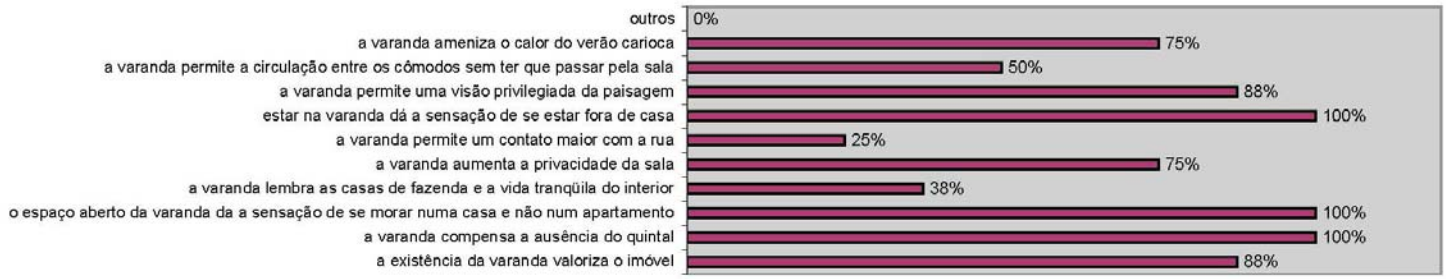
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	8	17 %

4.4

LEBLON

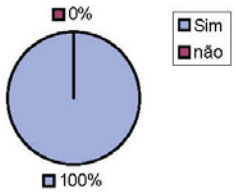
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



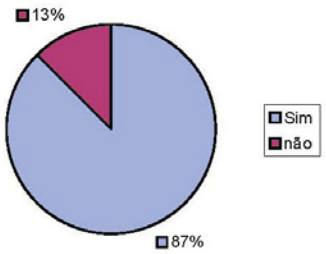
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

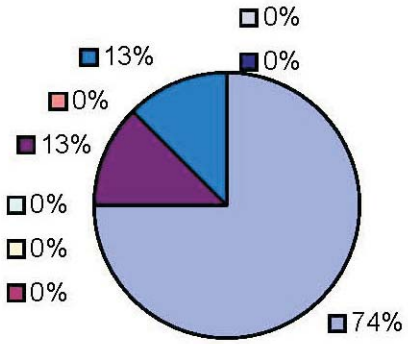


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

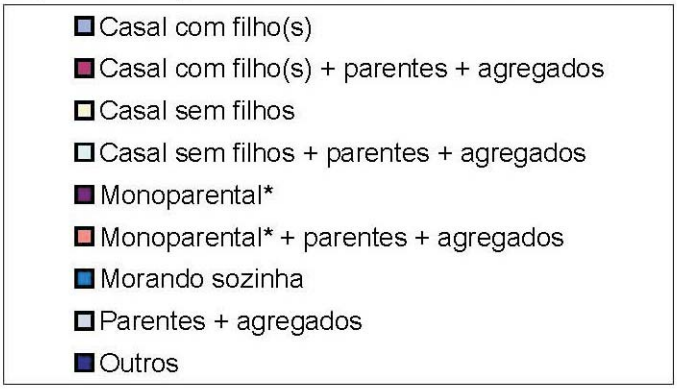


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA APERANA N.º 93

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

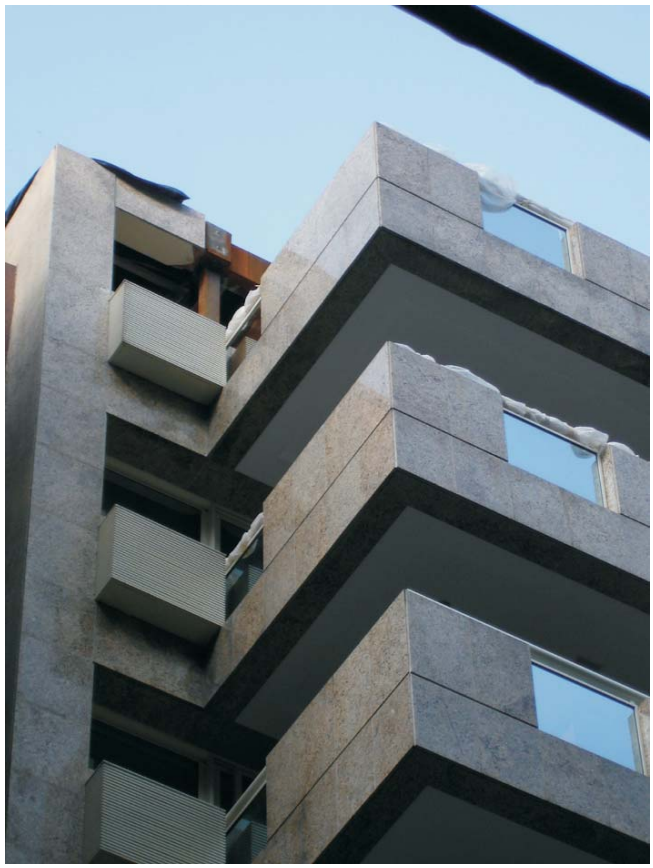
4.5

LEBLON









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA APERANA N.º 93

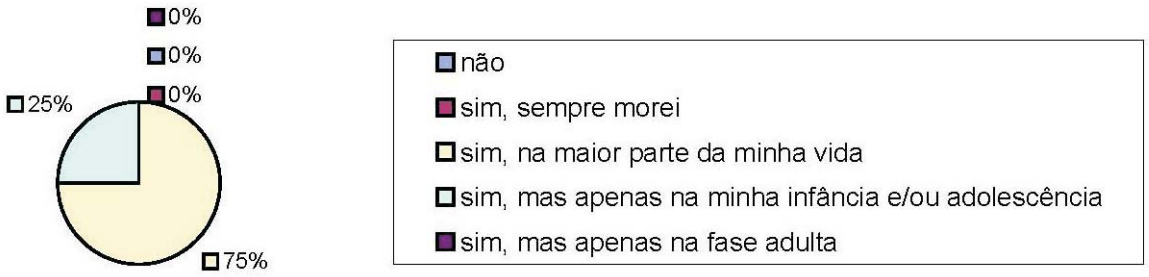
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

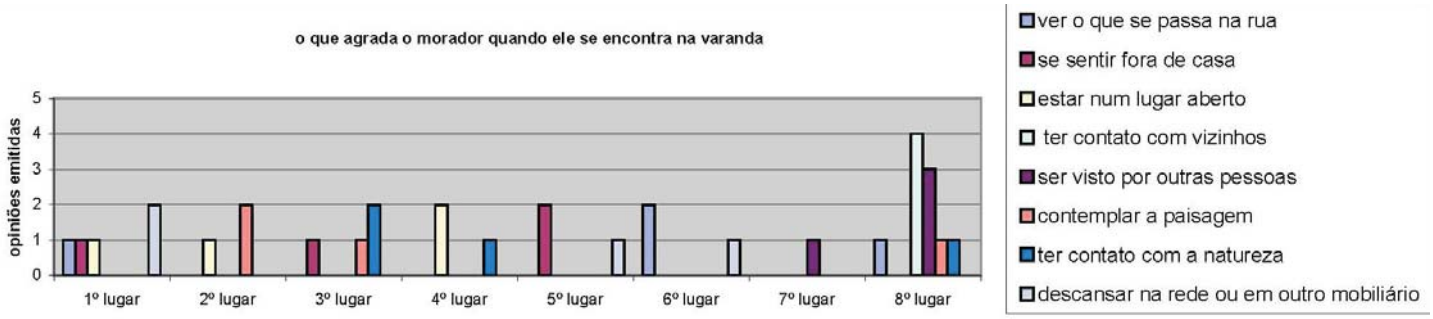
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

4.5

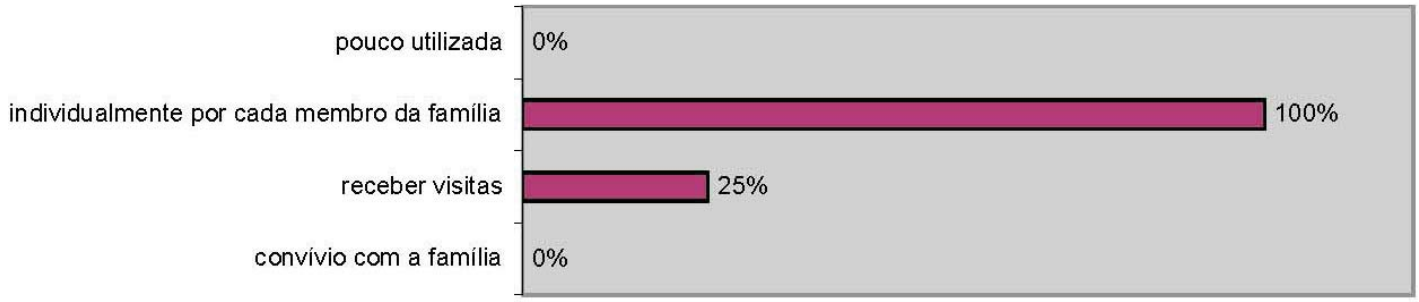
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA APERANA N.º 93

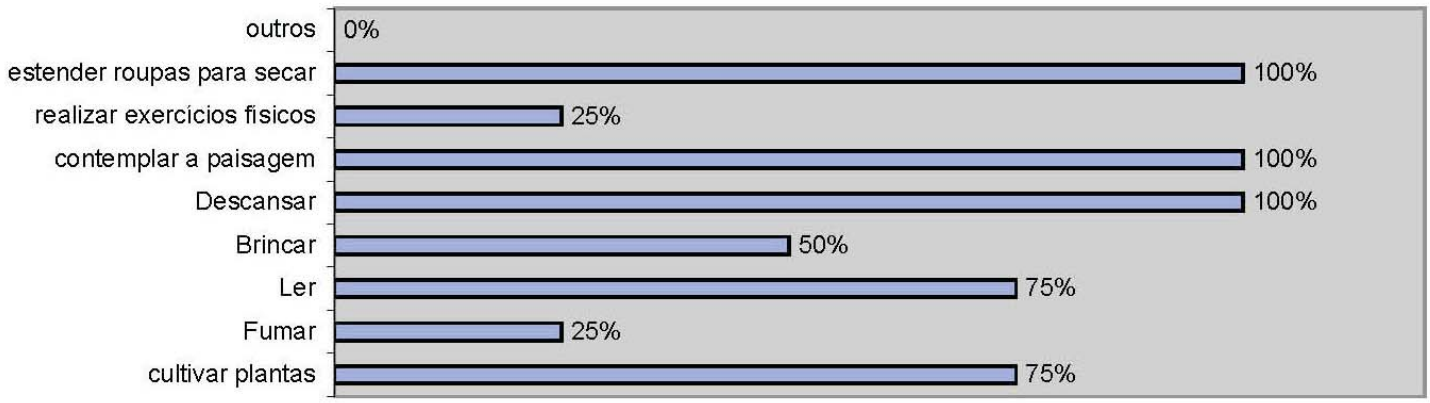
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

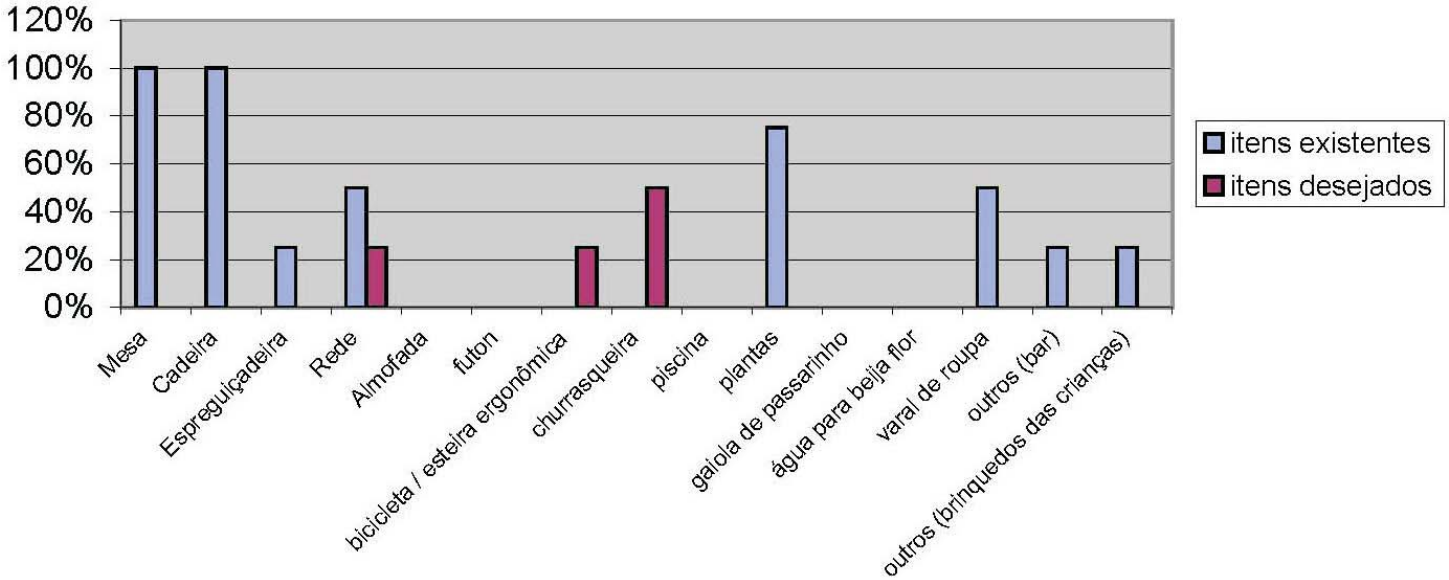
4.5

LEBLON

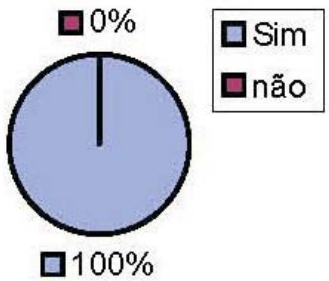
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA APERANA N.º 93

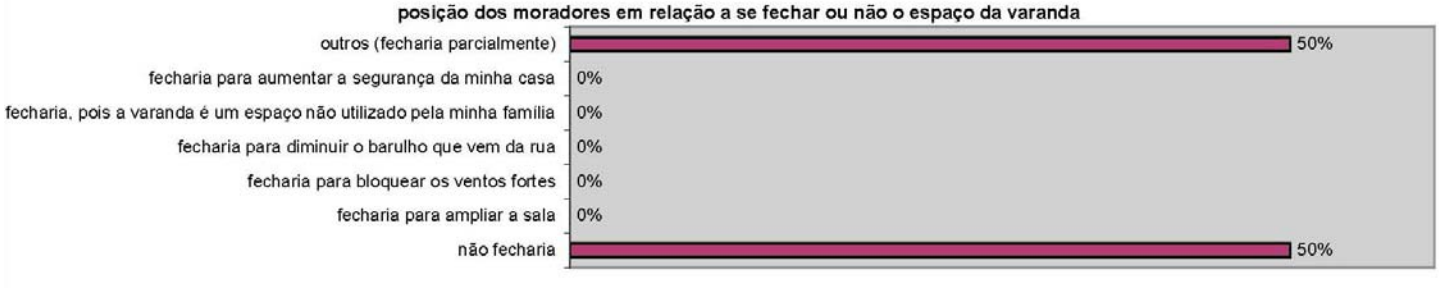
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
14	4	29 %

vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



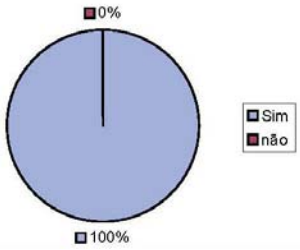
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

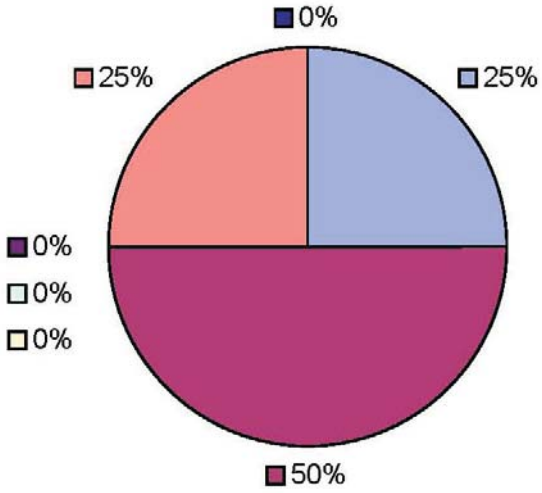


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

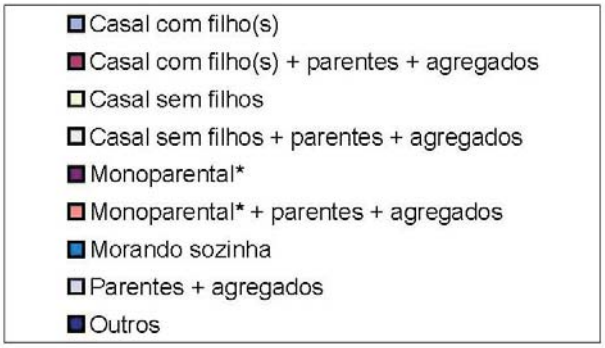


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA VISC. DE ALBUQUERQUE N.º 694

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
72	12	17 %

4.6

LEBLON









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA VISC. DE ALBUQUERQUE N.º 694

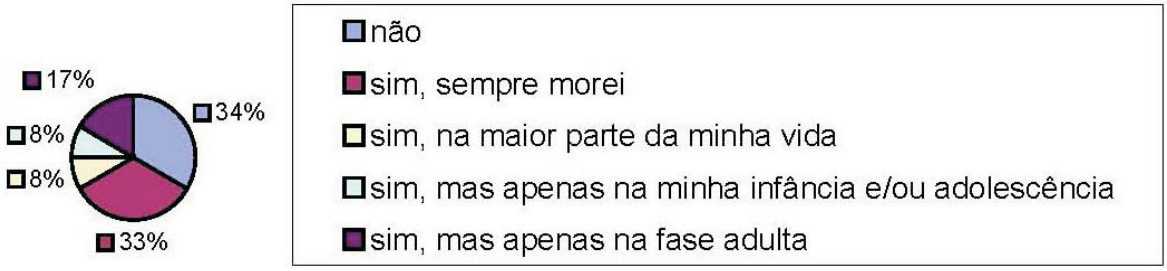
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

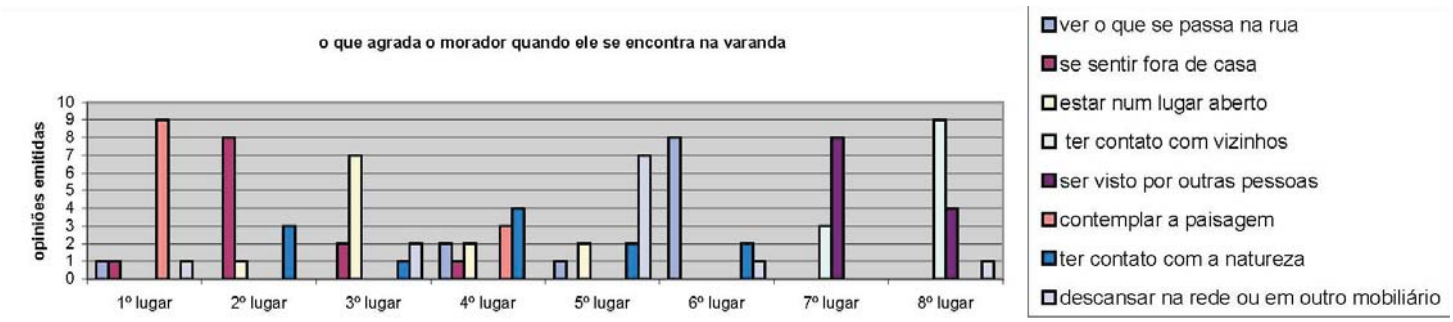
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
72	12	17 %

4.6

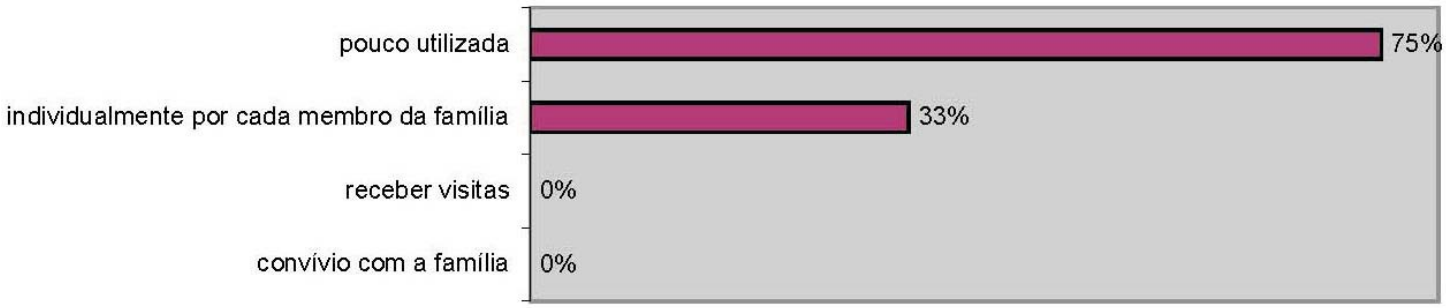
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

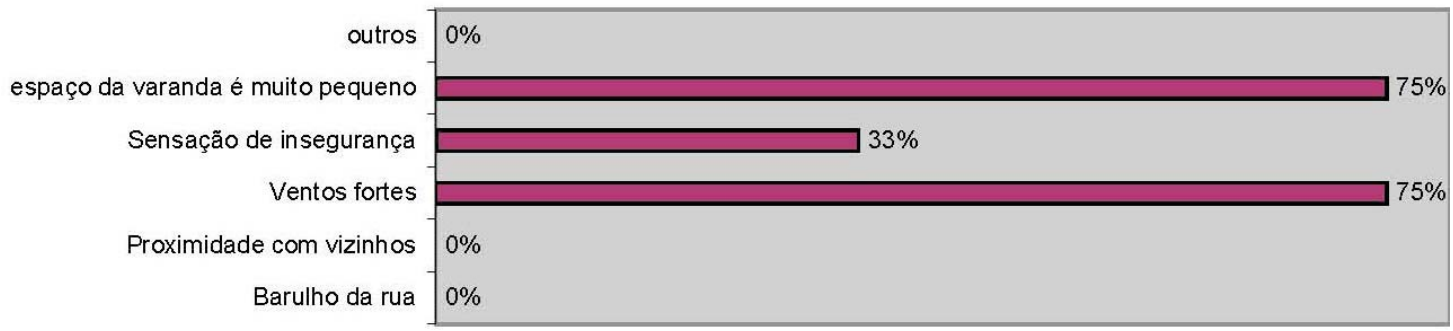




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA VISC. DE ALBUQUERQUE N.º 694

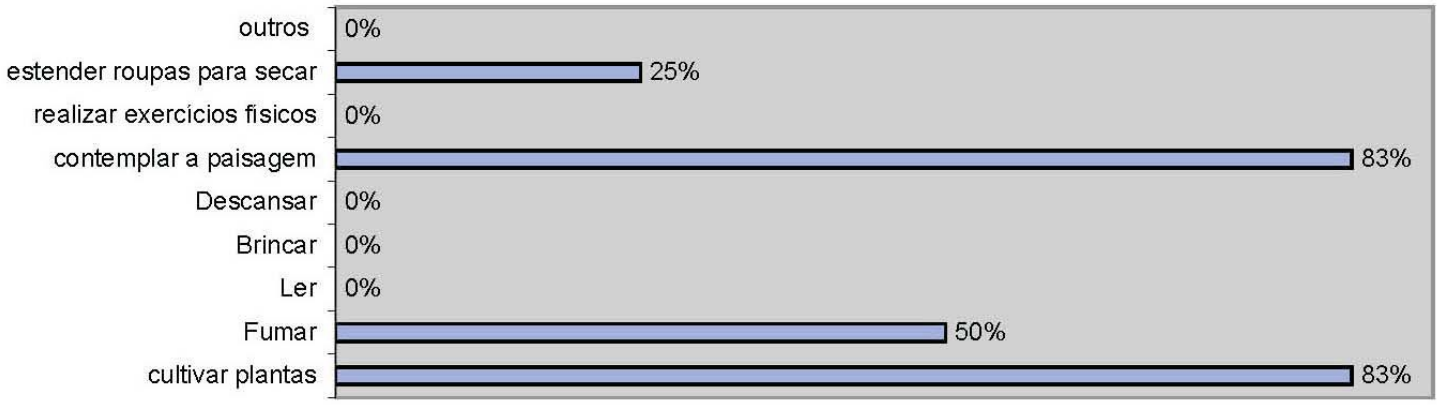
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
72	12	17 %

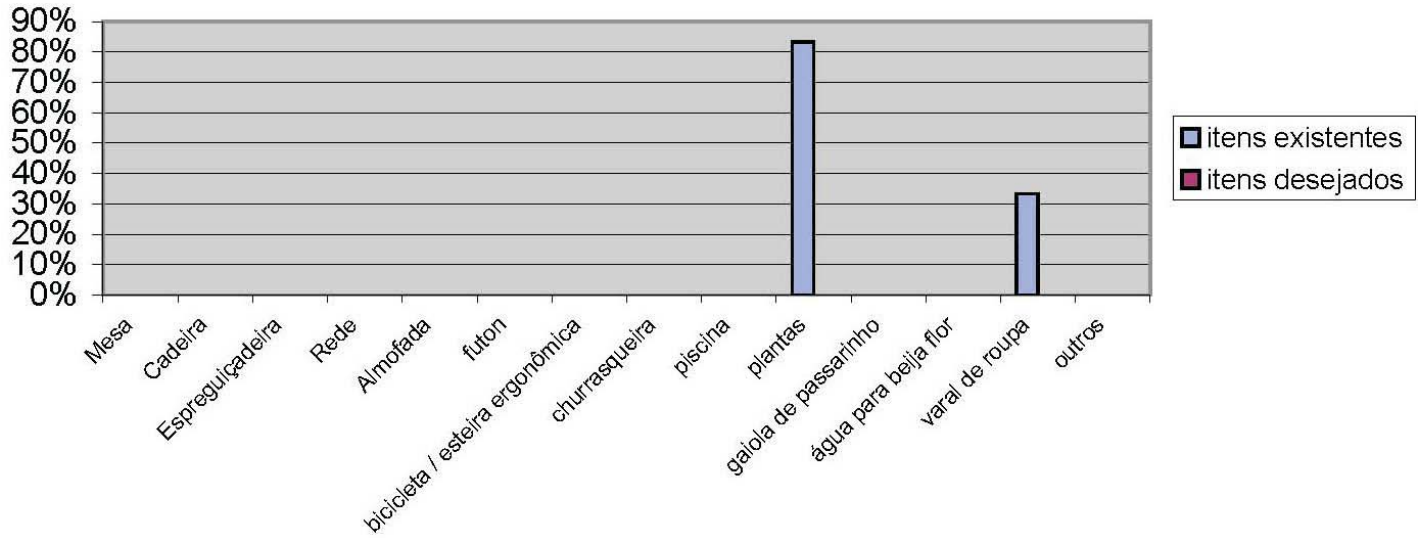
4.6

LEBLON

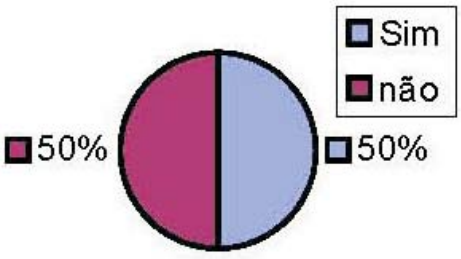
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA VISC. DE ALBUQUERQUE N.º 694

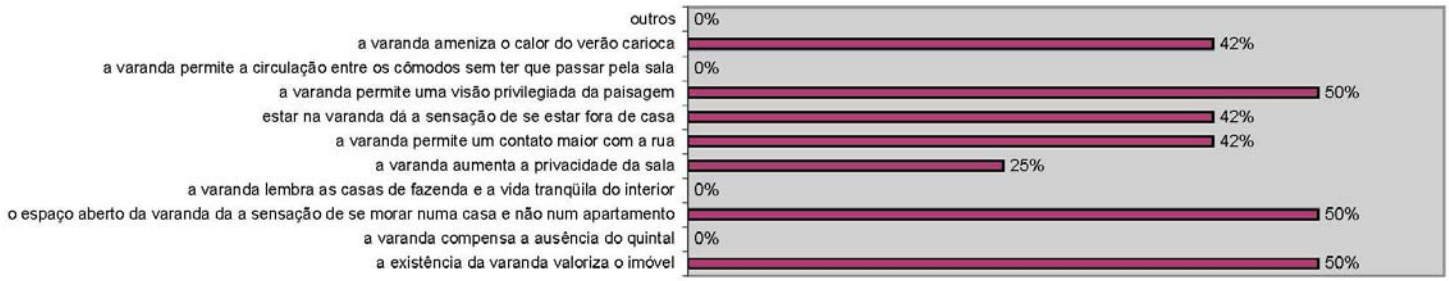
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1970

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
72	12	17 %

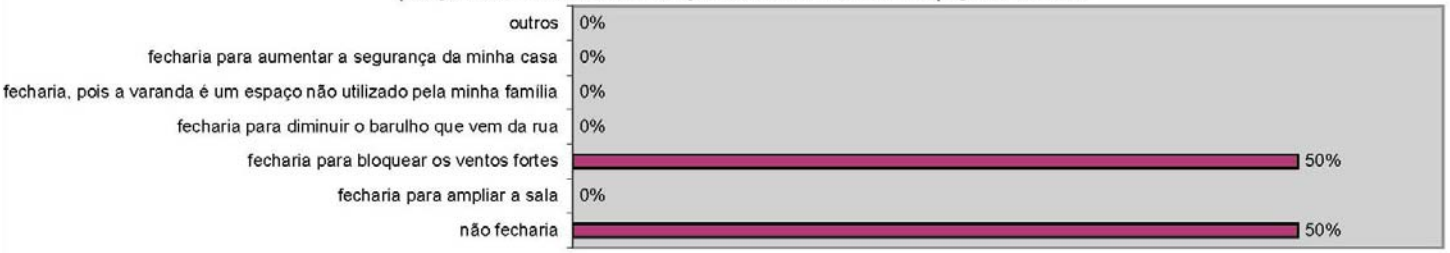
4.6

LEBLON

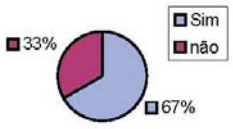
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



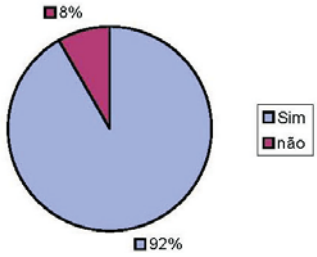
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

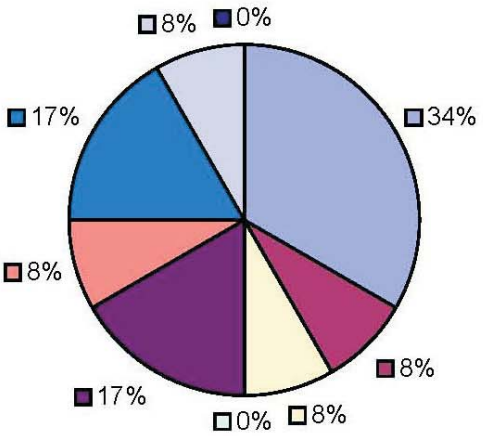


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

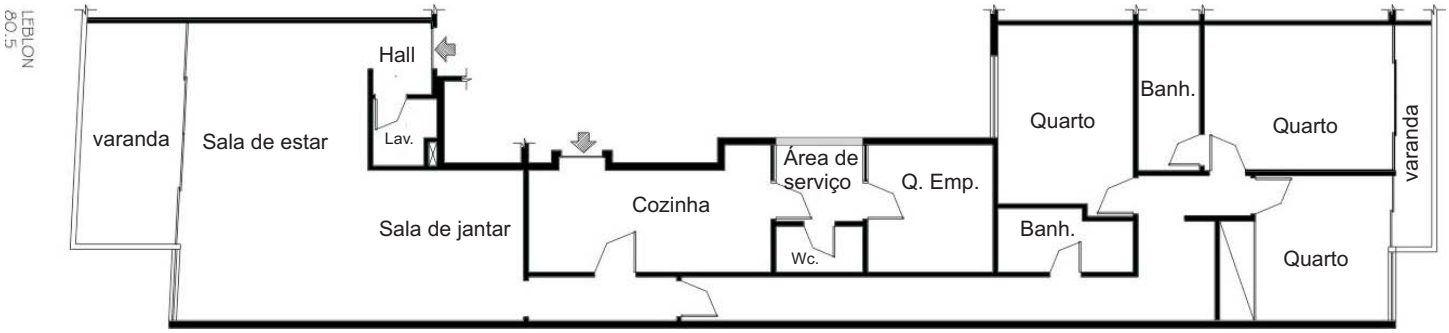
ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR ALFREDO RUSSEL N.º 67

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

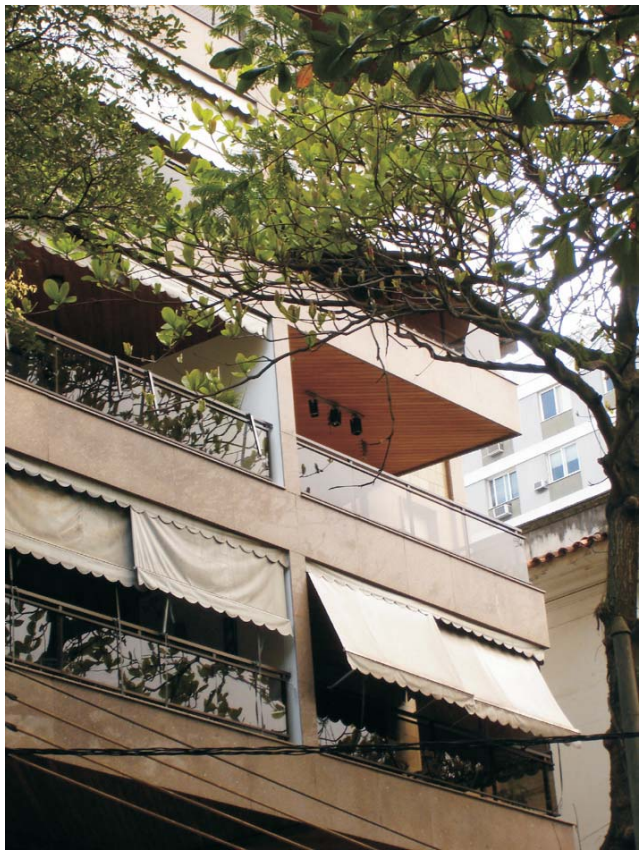
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
12	3	25 %

4.7

LEBLON











DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR ALFREDO RUSSEL N.º 67

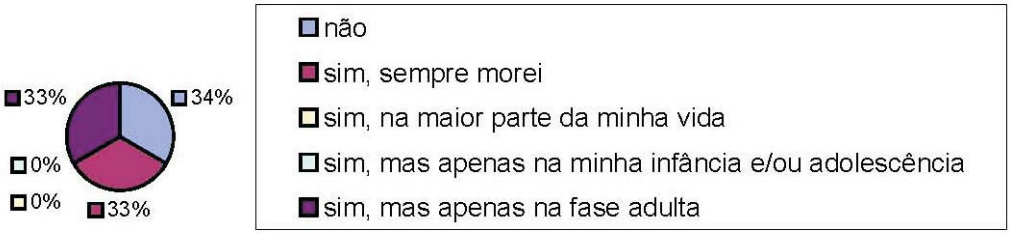
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

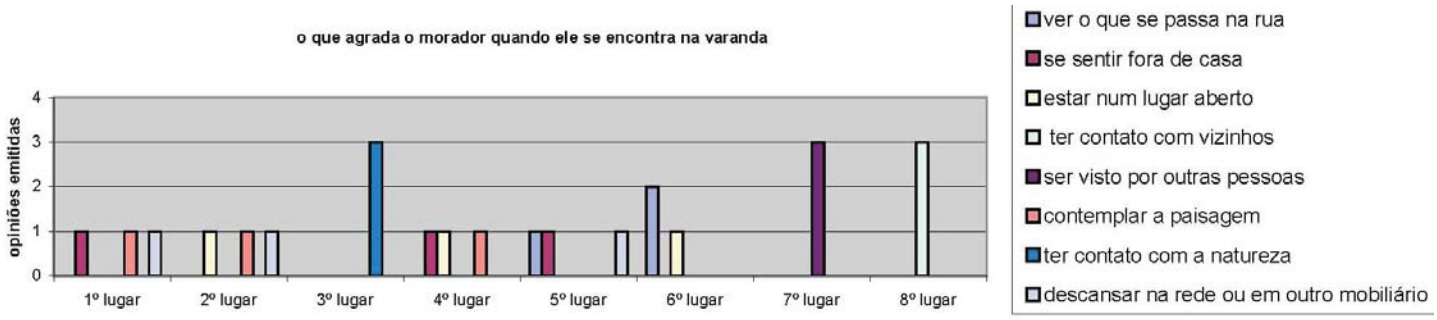
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
12	3	25 %

4.7

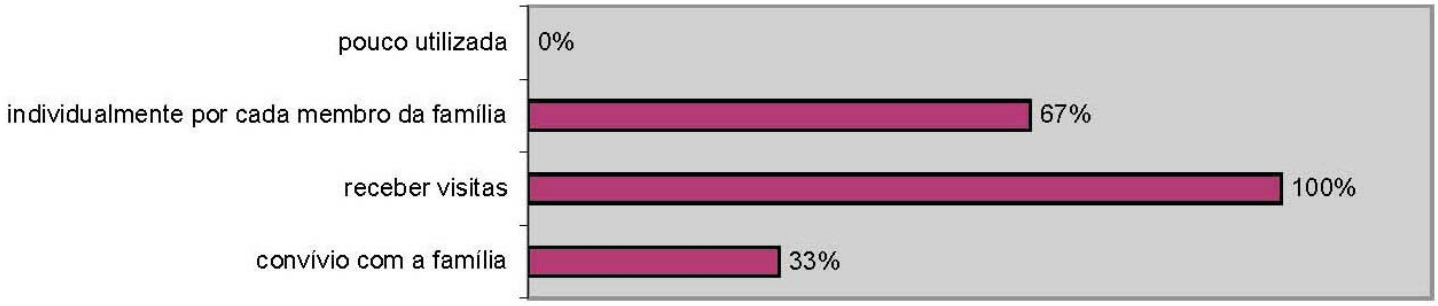
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

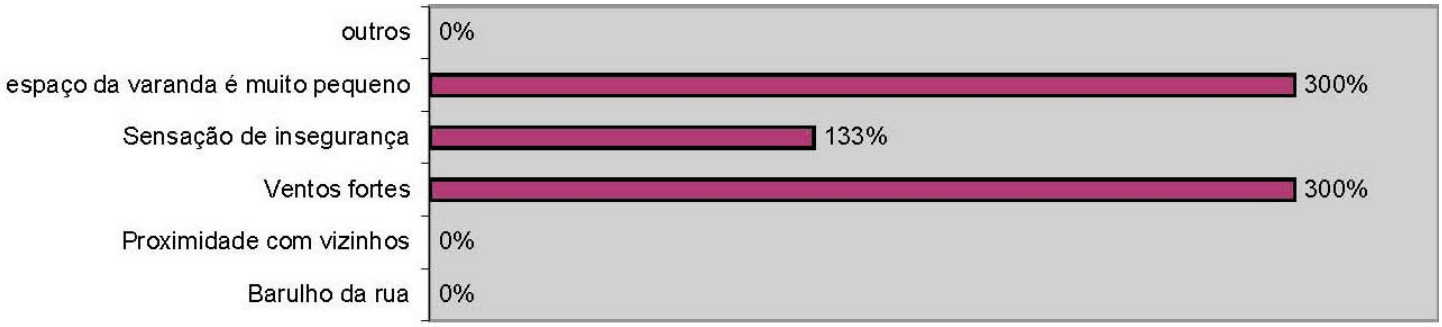




utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



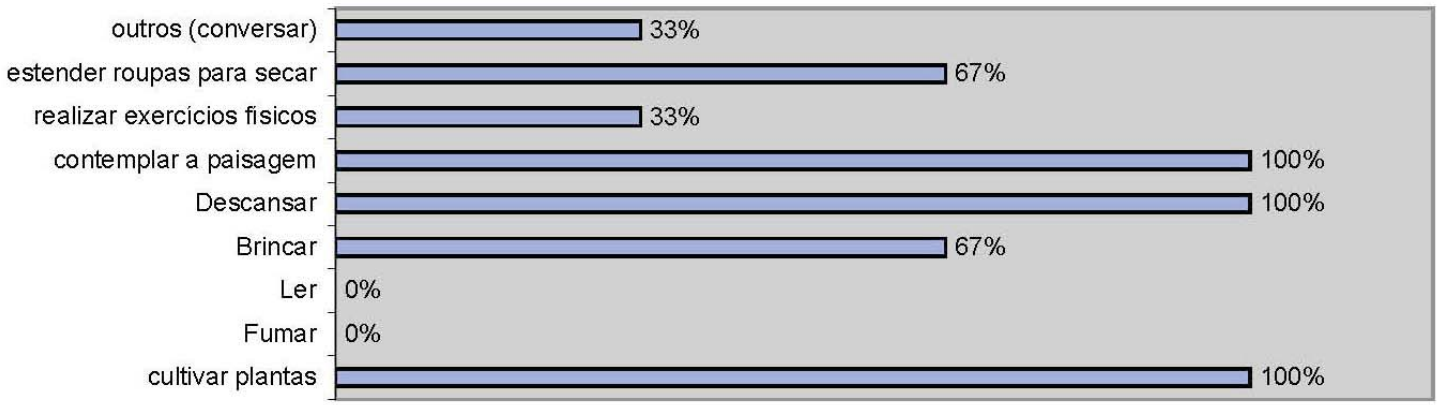
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR ALFREDO RUSSEL N.º 67

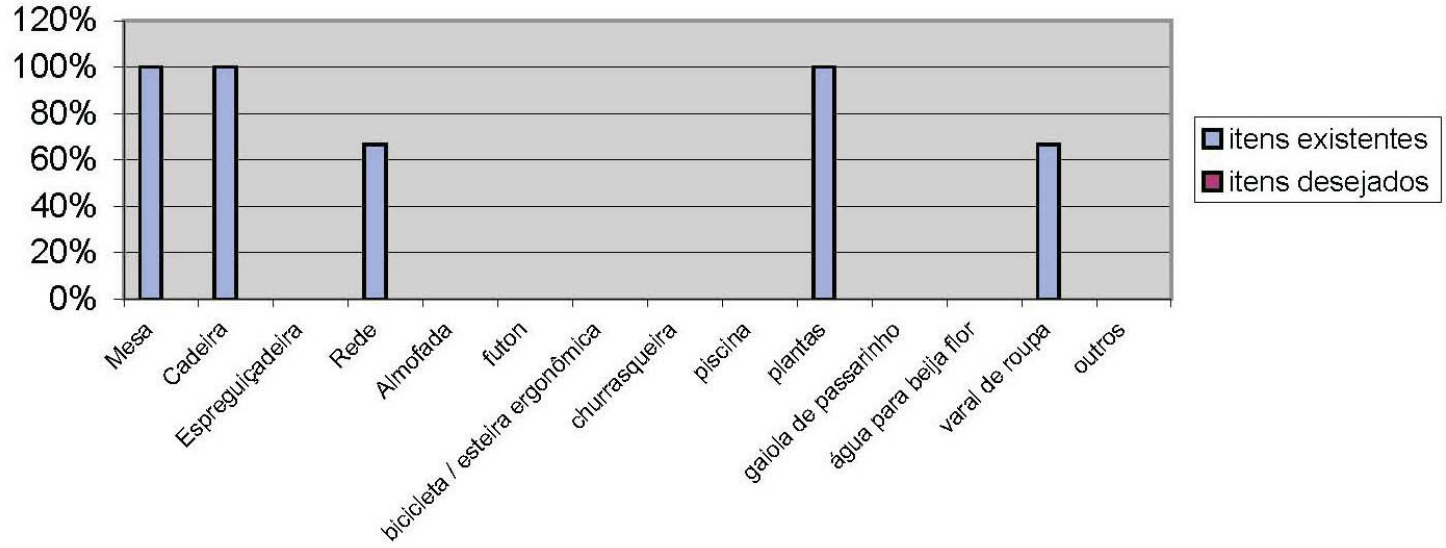
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
12	3	25 %

atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR ALFREDO RUSSEL N.º 67

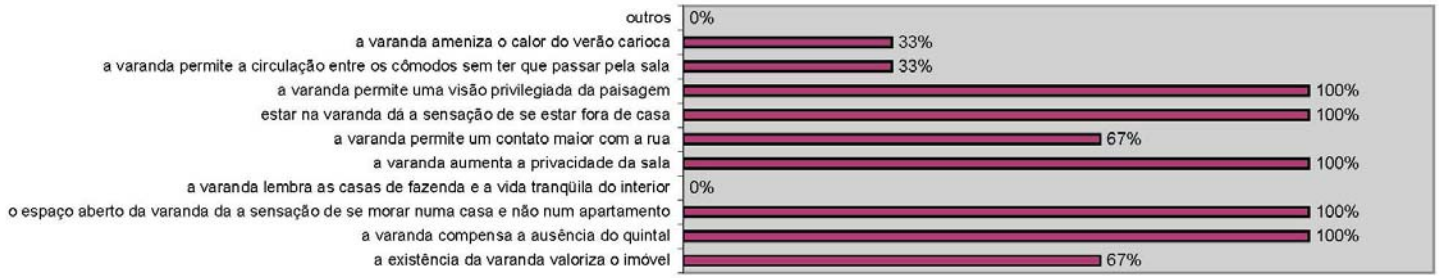
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
12	3	25 %

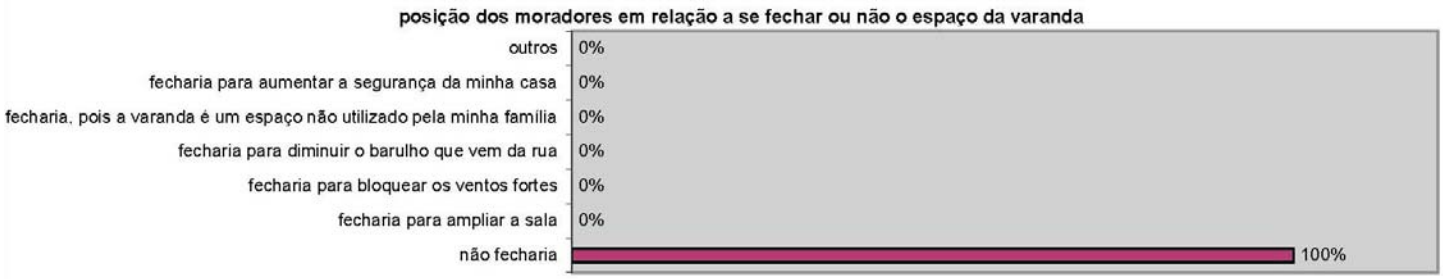
4.7

LEBLON

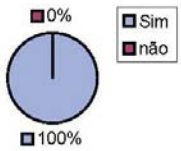
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



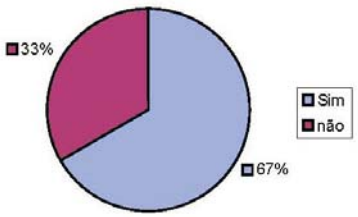
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

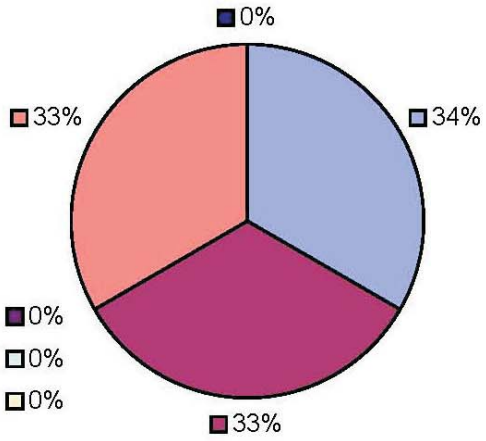


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção

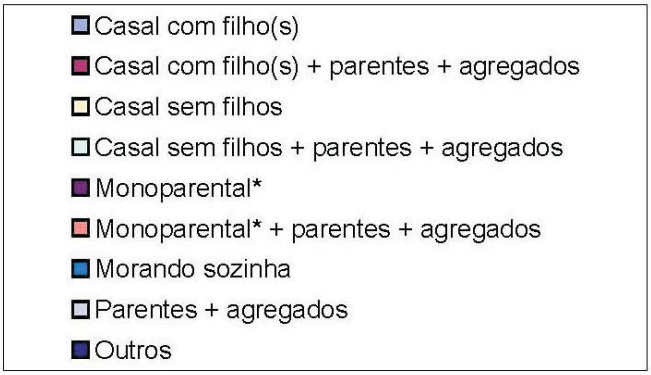


A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?





Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

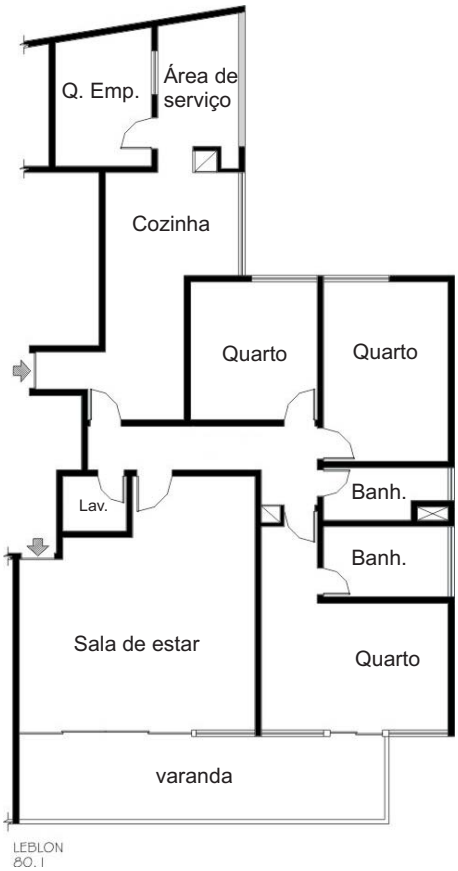
ENDEREÇO: RUA JERÔNIMO MONTEIRO N.º 35

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

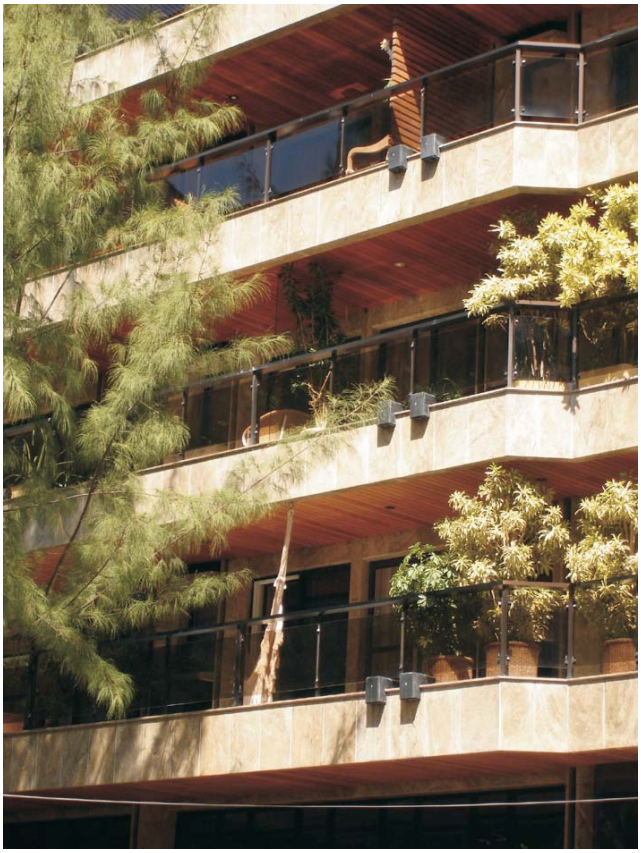
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18 %

4.8

LEBLON









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JERÔNIMO MONTEIRO N.º 35

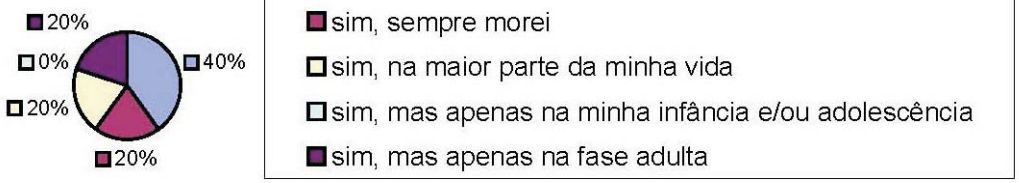
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

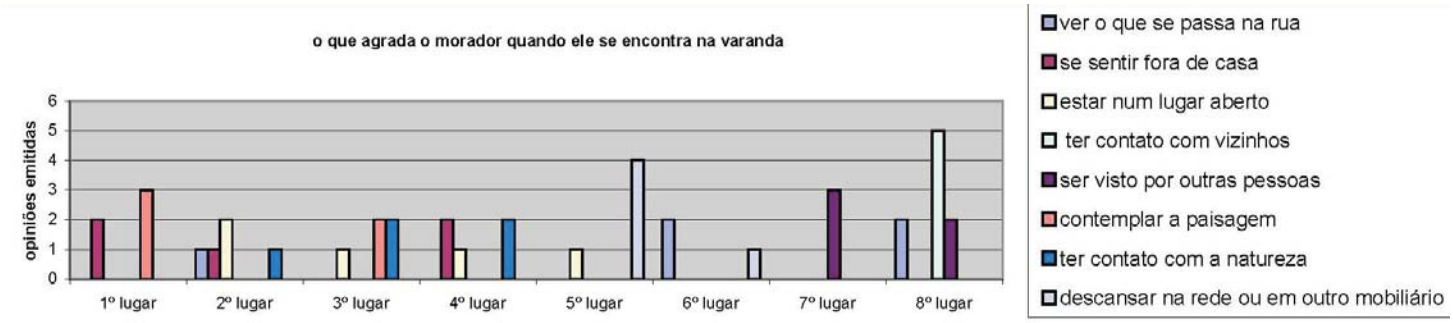
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18 %

4.8

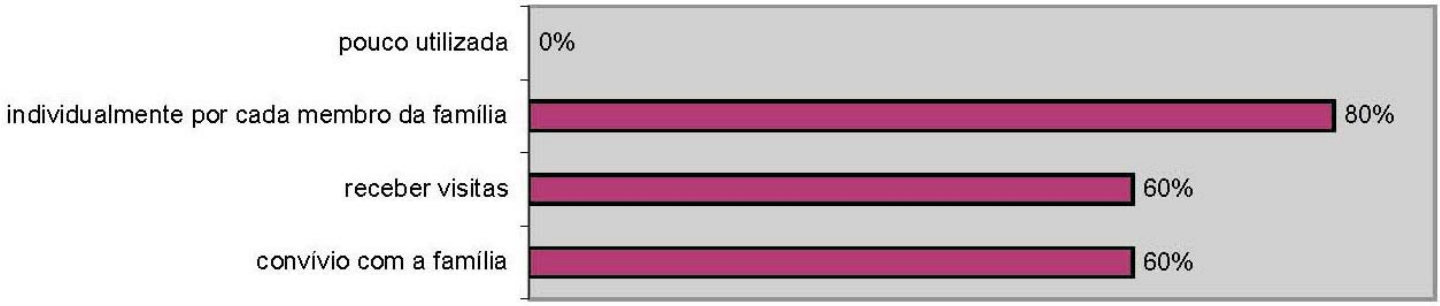
LEBLON

Você já tinha morado em outra residência com varanda?





utilização mais frequente da varanda pelo morador



motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



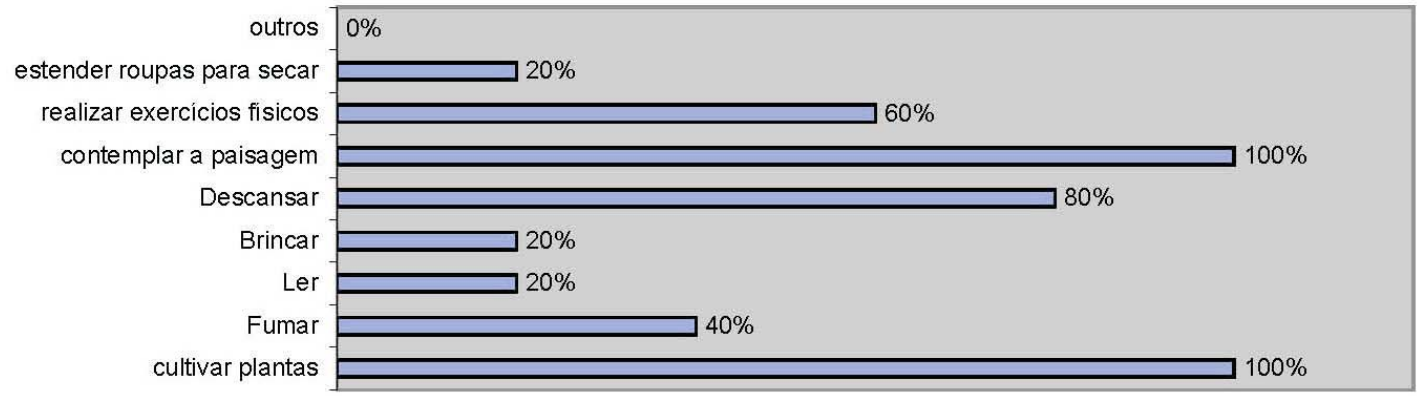
DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JERÔNIMO MONTEIRO N.º 35

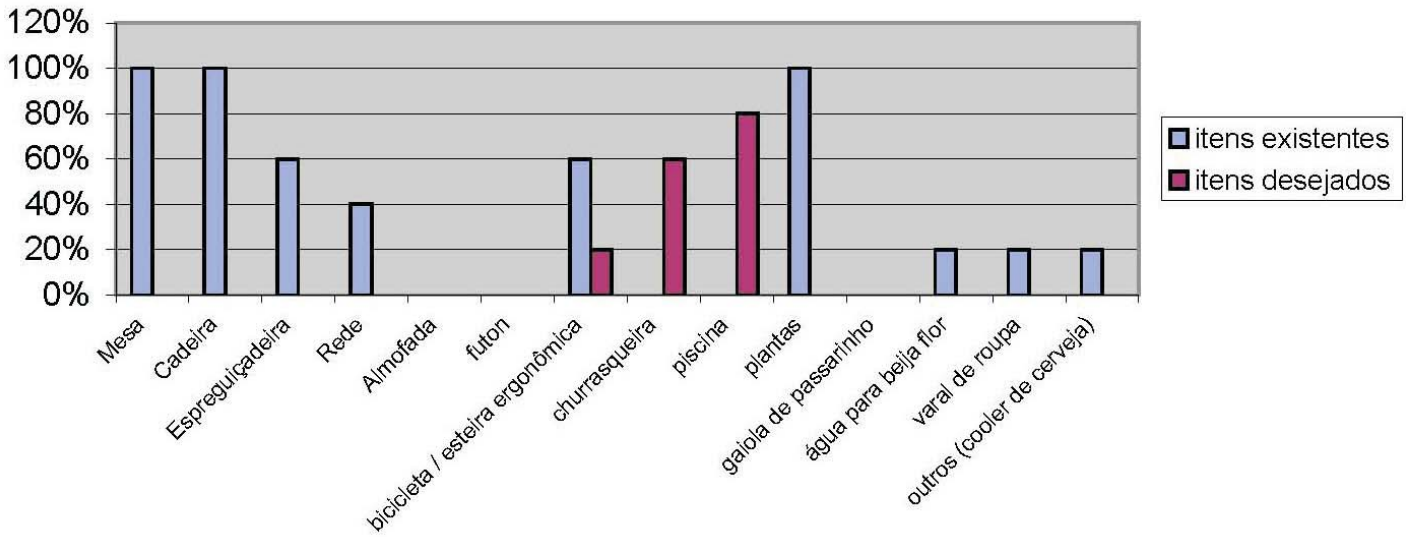
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18 %

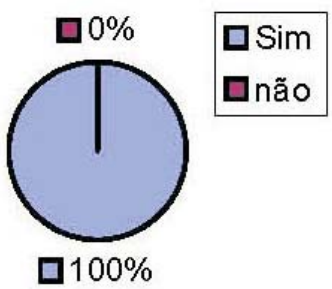
atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



mobiliários, adornos e equipamentos das varandas



O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA JERÔNIMO MONTEIRO N.º 35

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1980

4.8

LEBLON

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
28	5	18 %

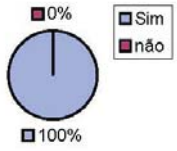
vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



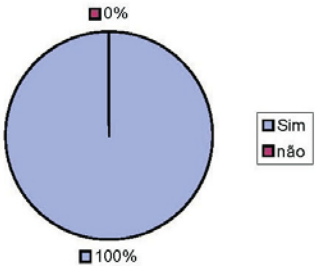
posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda

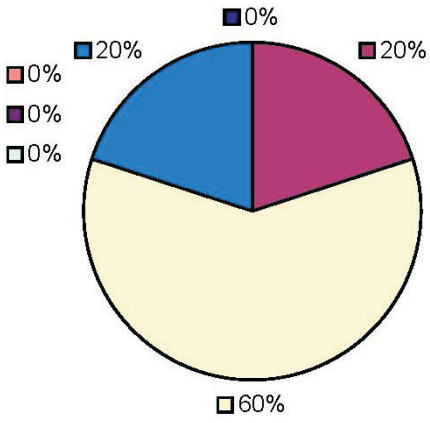


O fato do imóvel possuir uma varanda foi decisivo para sua obtenção



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?

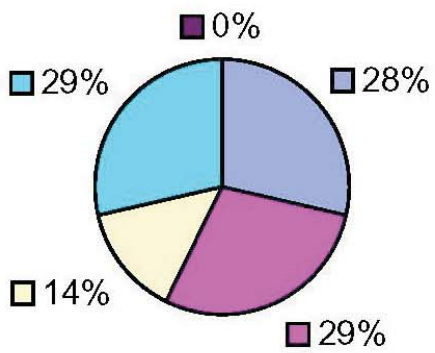




Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

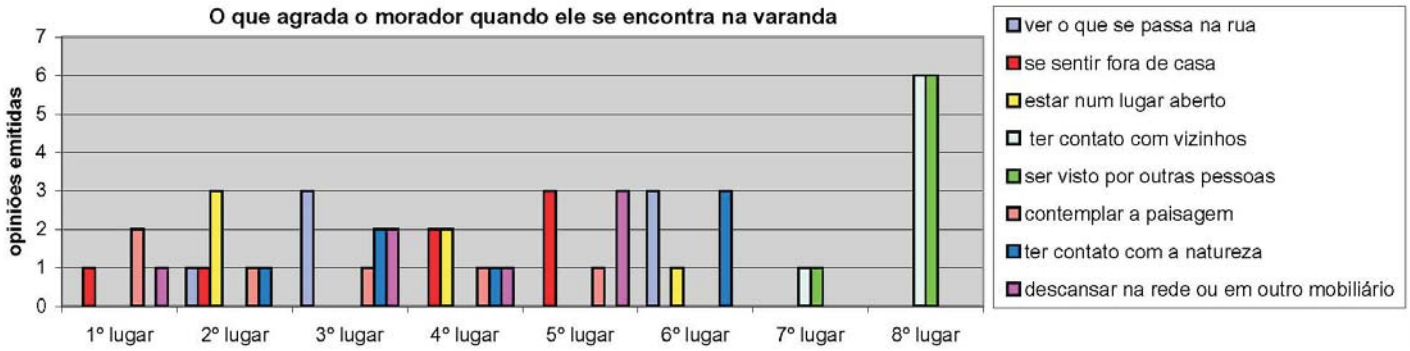


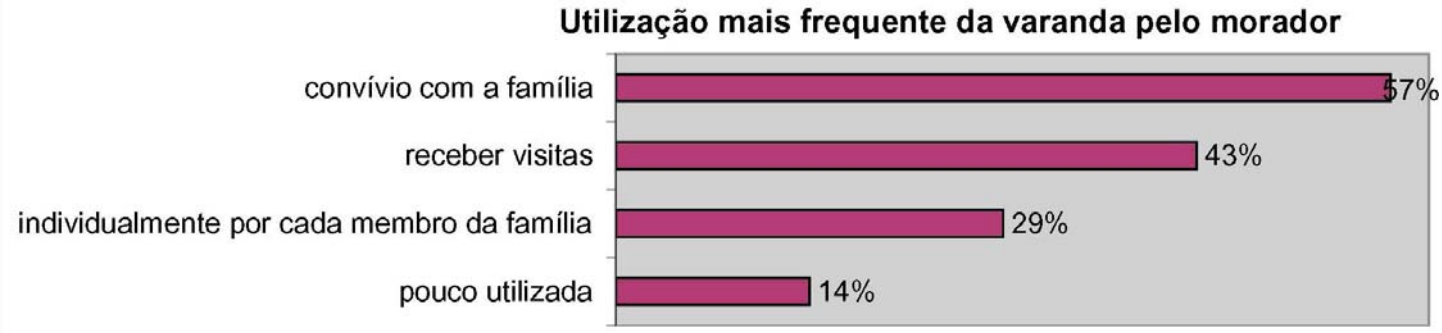
DADOS GERAIS DO BAIRRO

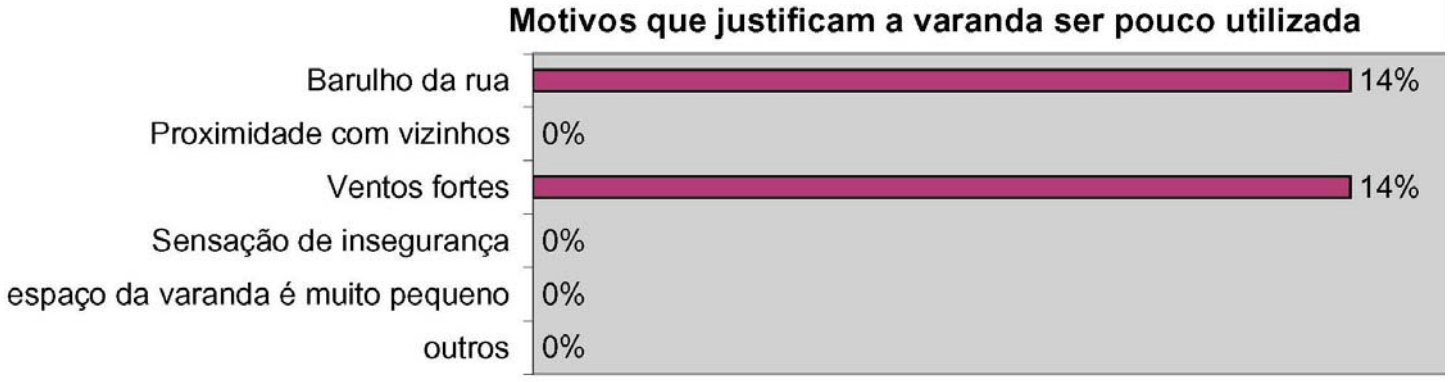


Você já tinha morado em outra residência com varanda?

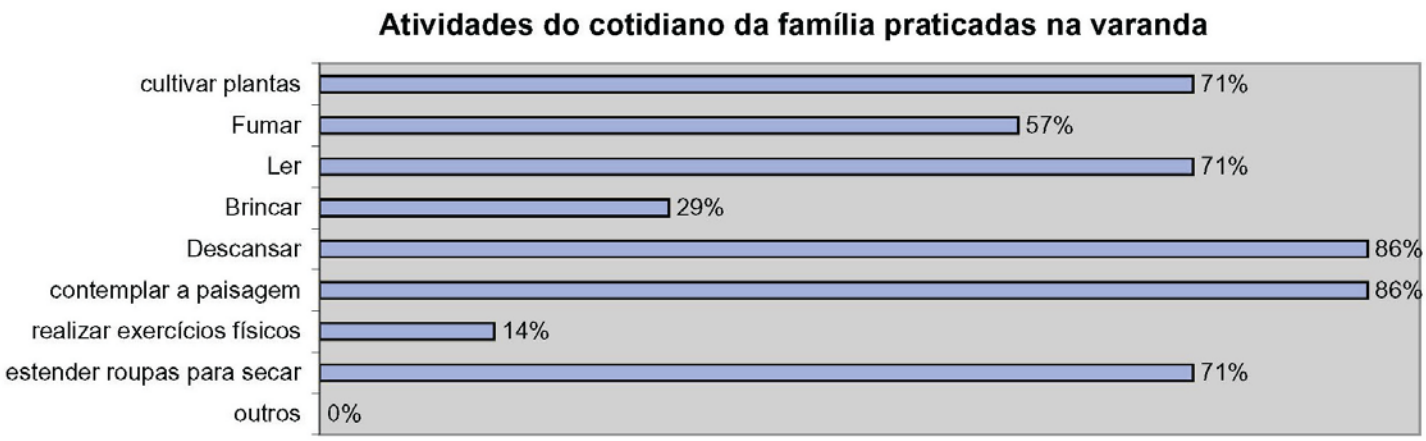
- não
- sim, sempre morei
- sim, na maior parte da minha vida
- sim, mas apenas na minha infância e/ou adolescência
- sim, mas apenas na fase adulta

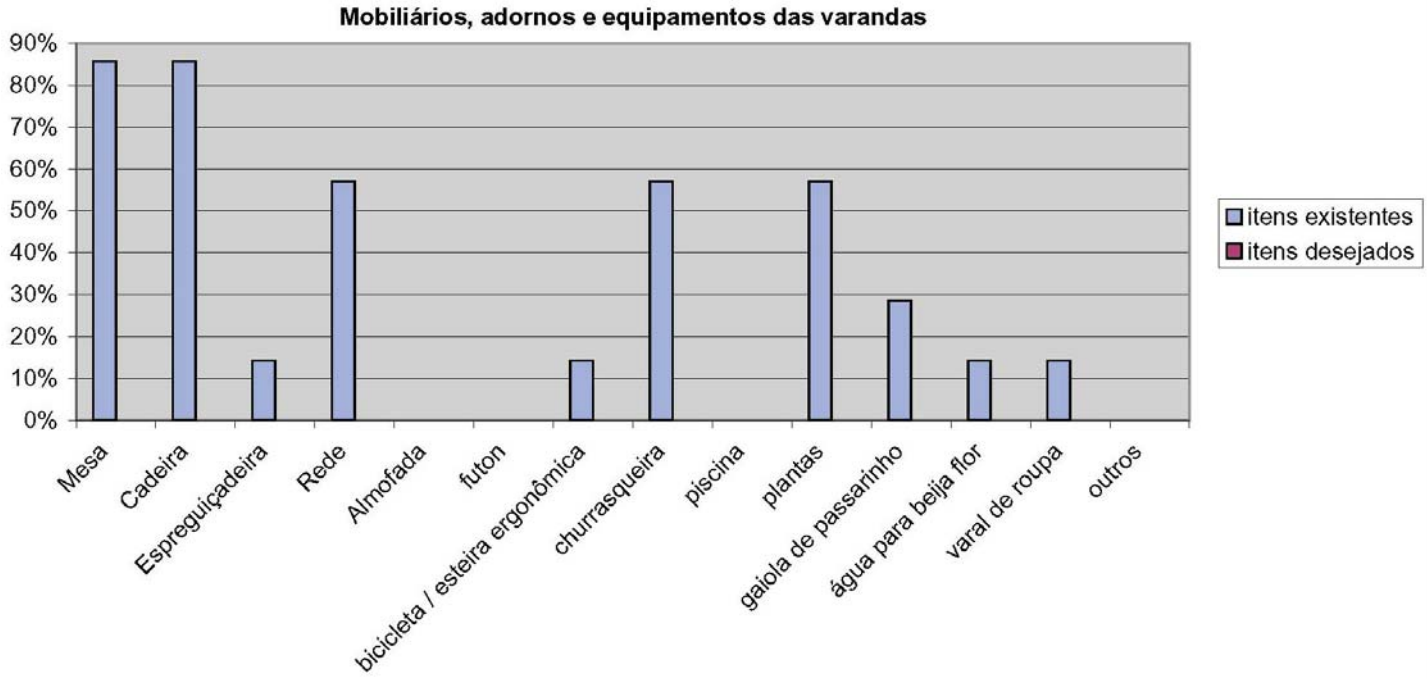


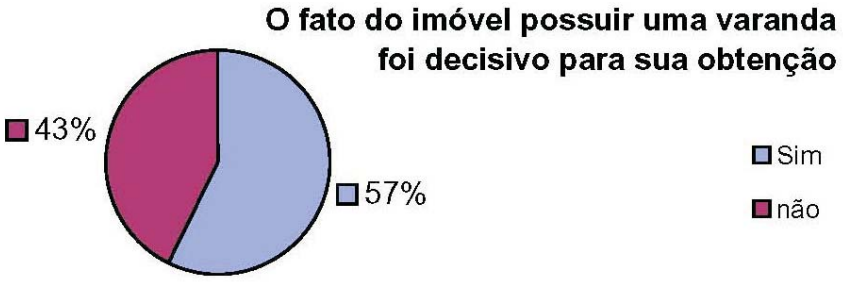




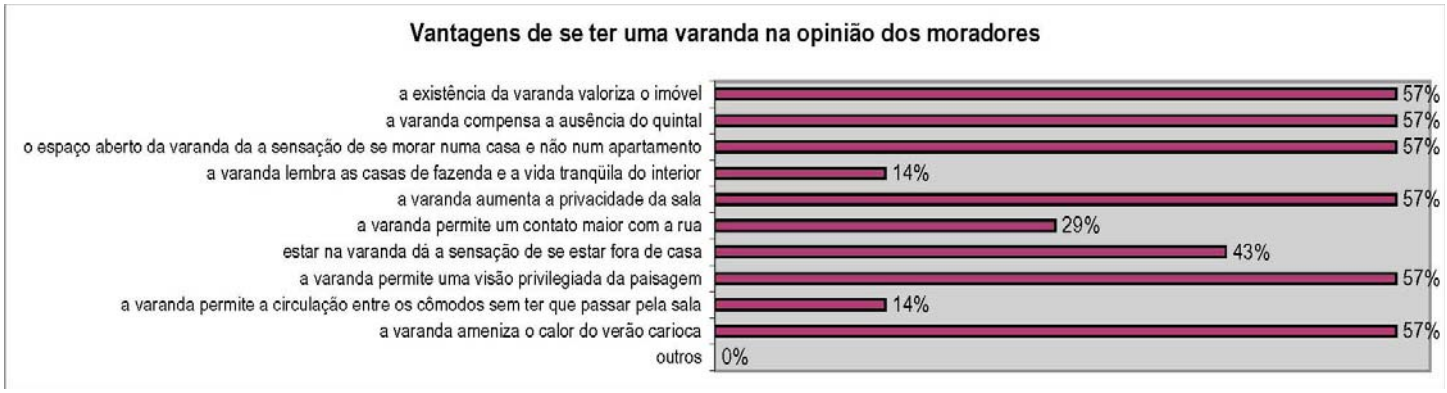
DADOS GERAIS DO BAIRRO





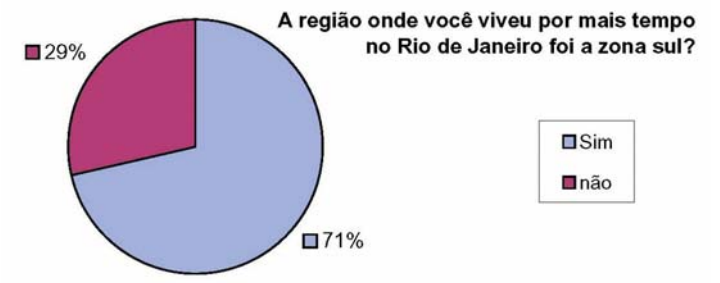


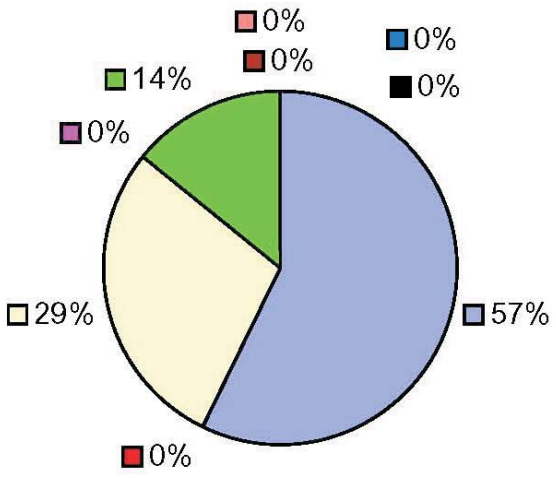
DADOS GERAIS DO BAIRRO











Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CARLOS CAMPOS N.º 125

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

5.1

FLAMENGO













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

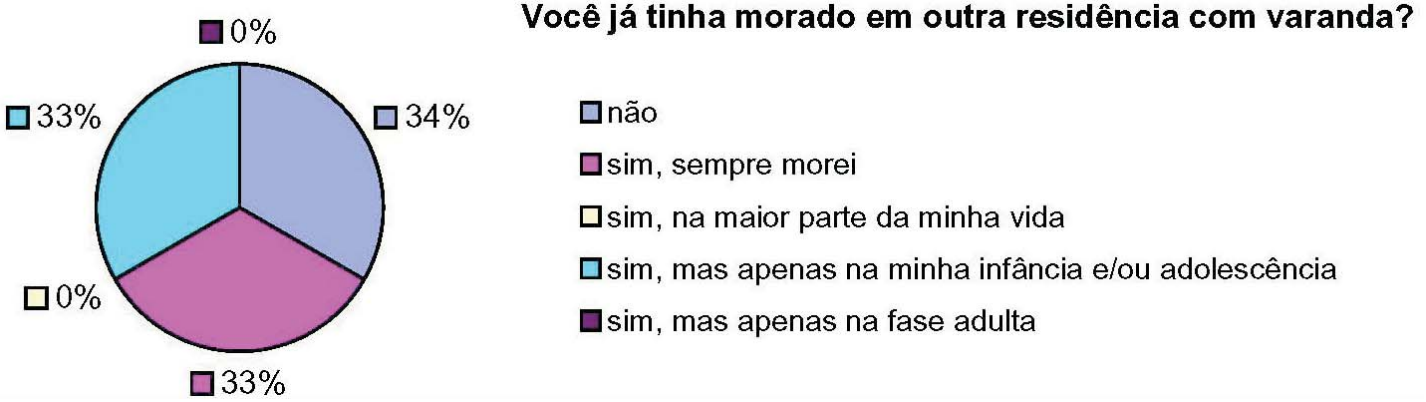
ENDEREÇO: RUA CARLOS CAMPOS N.º 125

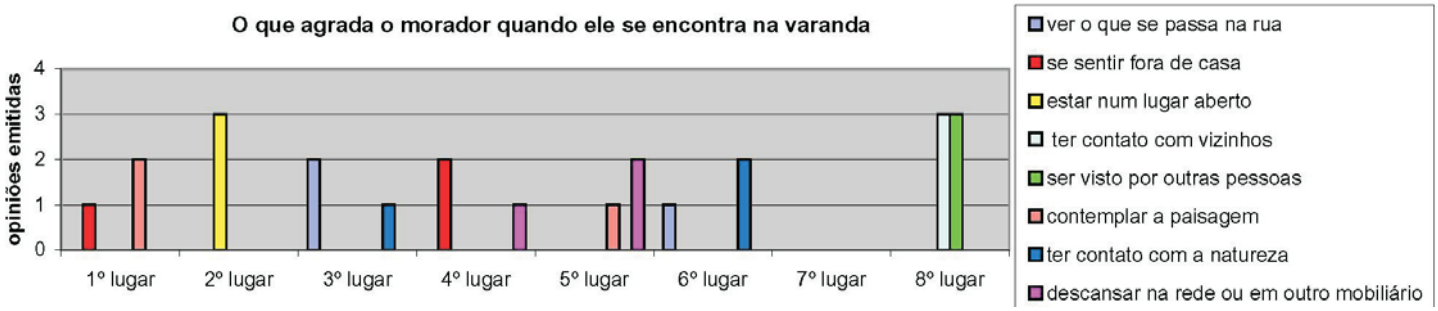
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

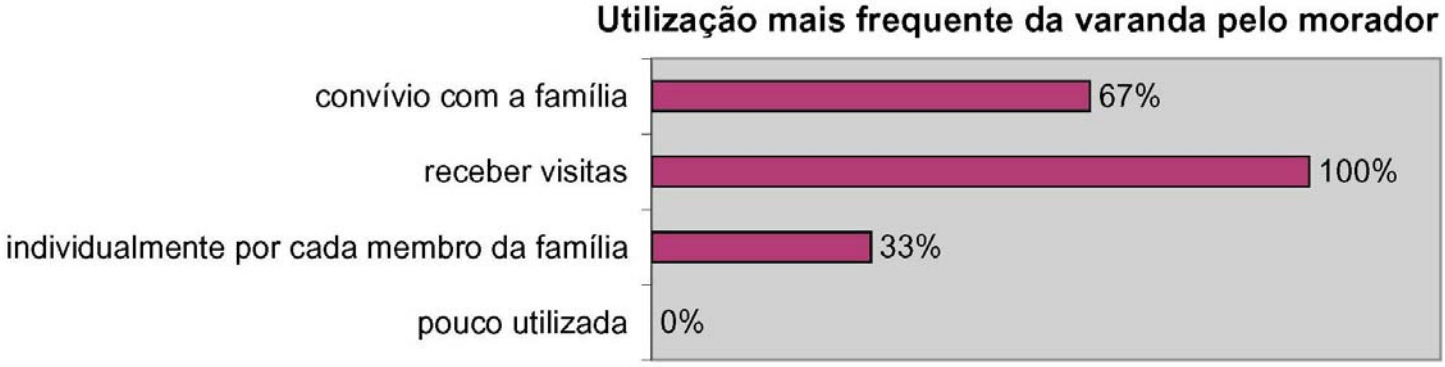
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

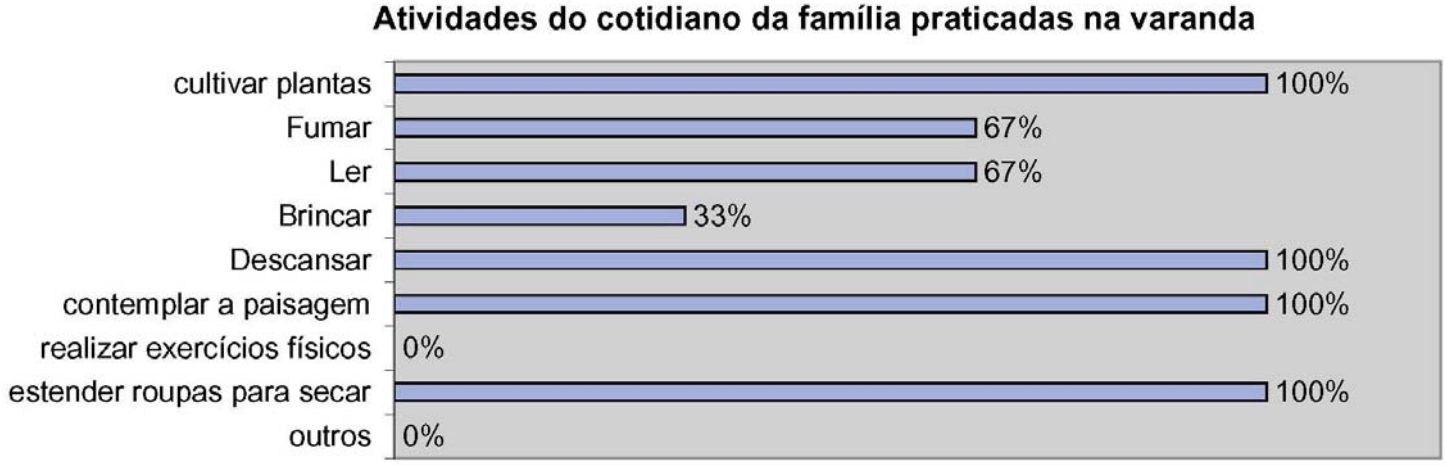
5.1

FLAMENGO









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

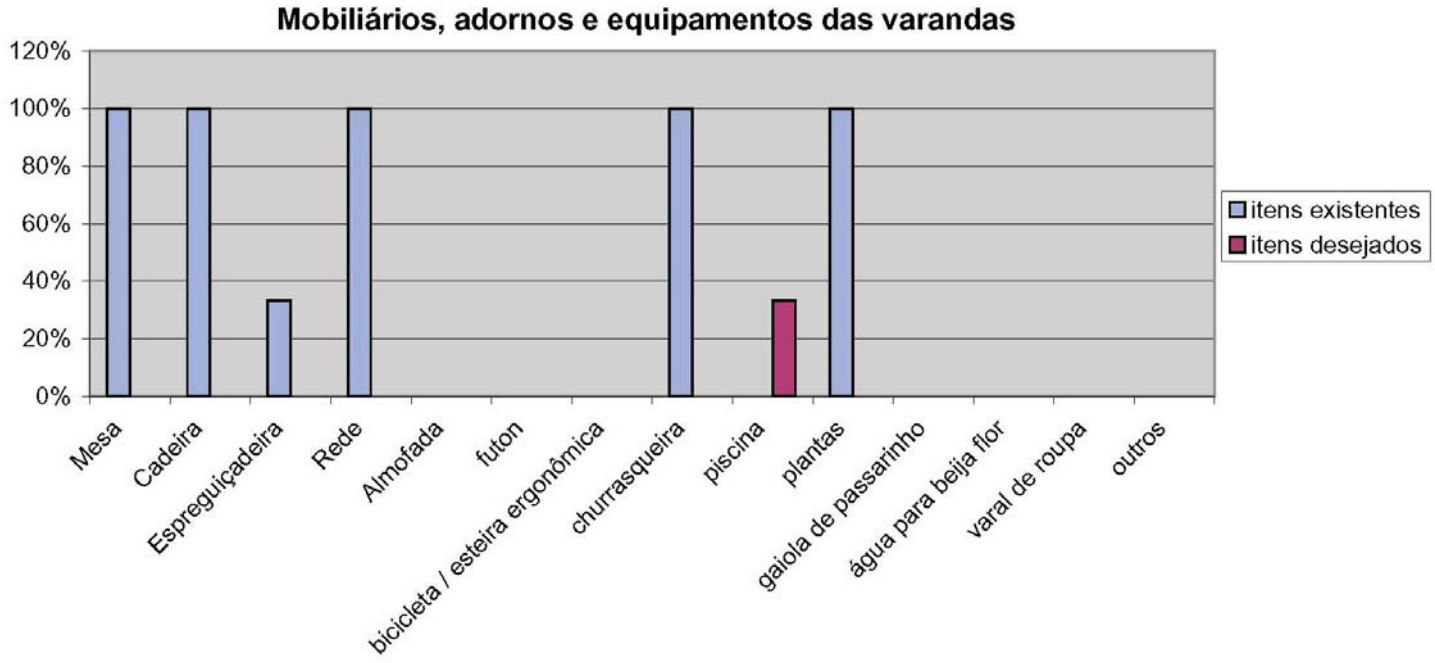
ENDEREÇO: RUA CARLOS CAMPOS N.º 125

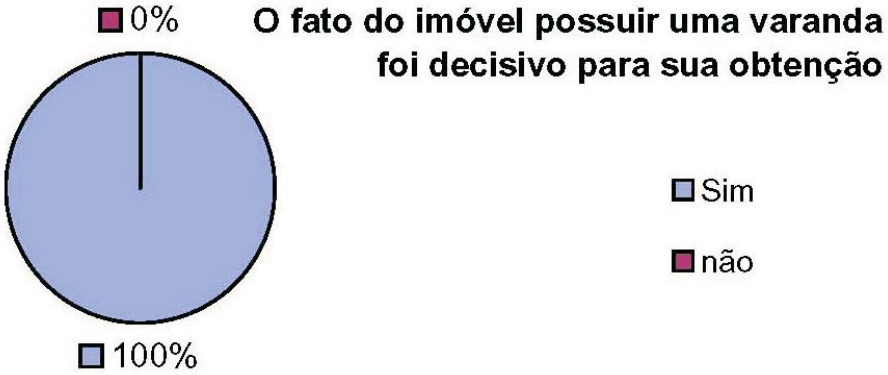
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

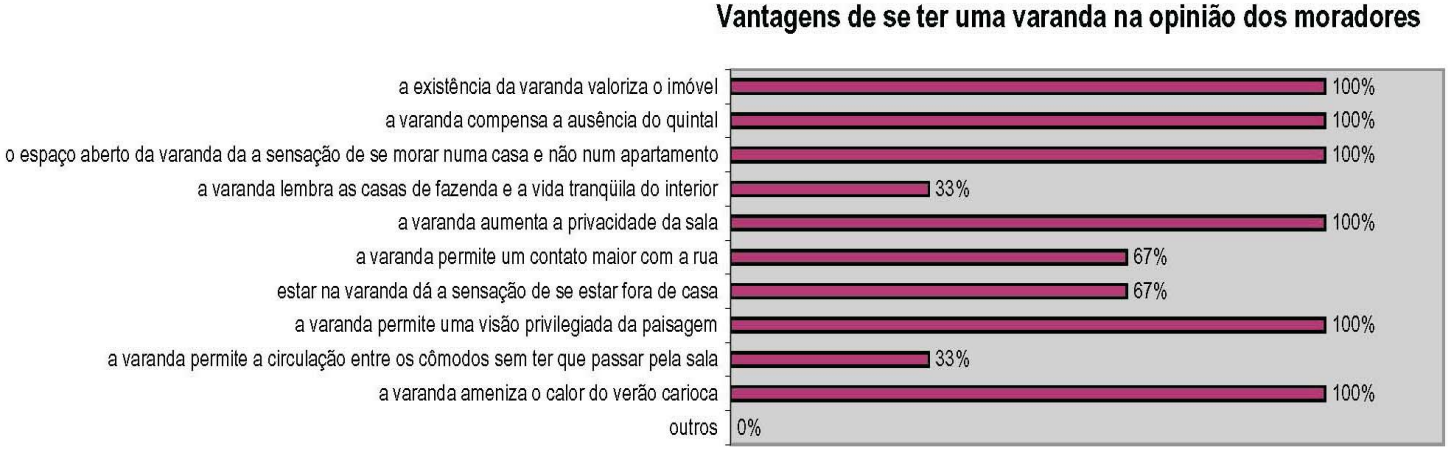
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

5.1

FLAMENGO







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA CARLOS CAMPOS N.º 125

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
6	3	50 %

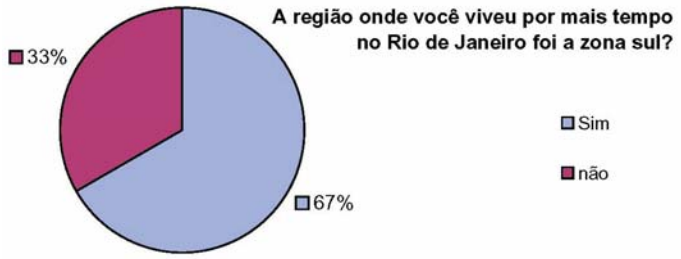
5.1

FLAMENGO

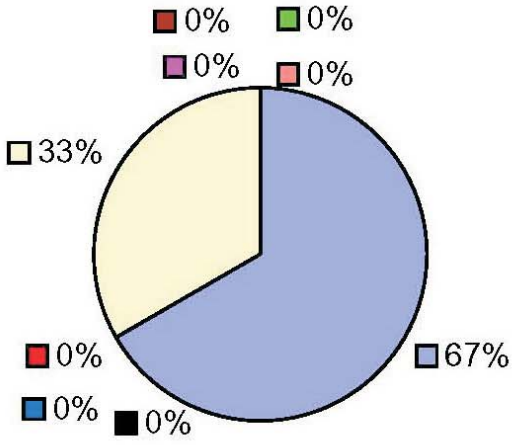
Posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda







Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas



- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

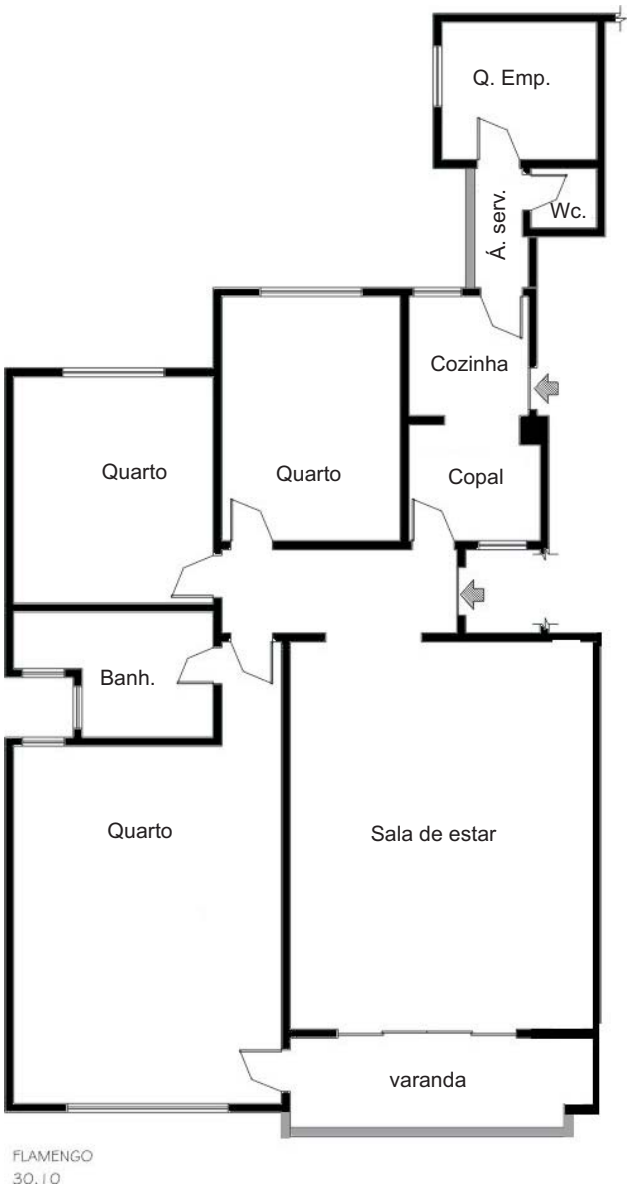
ENDEREÇO: RUA MACHADO DE ASSIS N.º 12

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	4	50 %

5.2

FLAMENGO









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

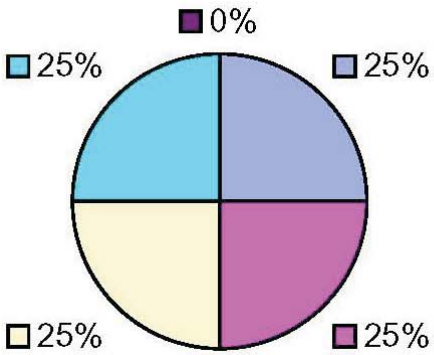
ENDEREÇO: RUA MACHADO DE ASSIS N.º 12

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	4	50 %

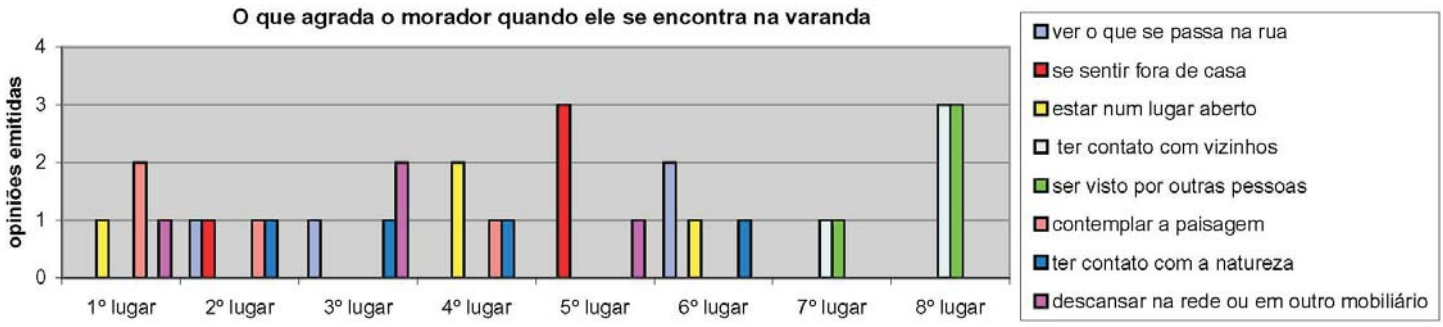
5.2

FLAMENGO

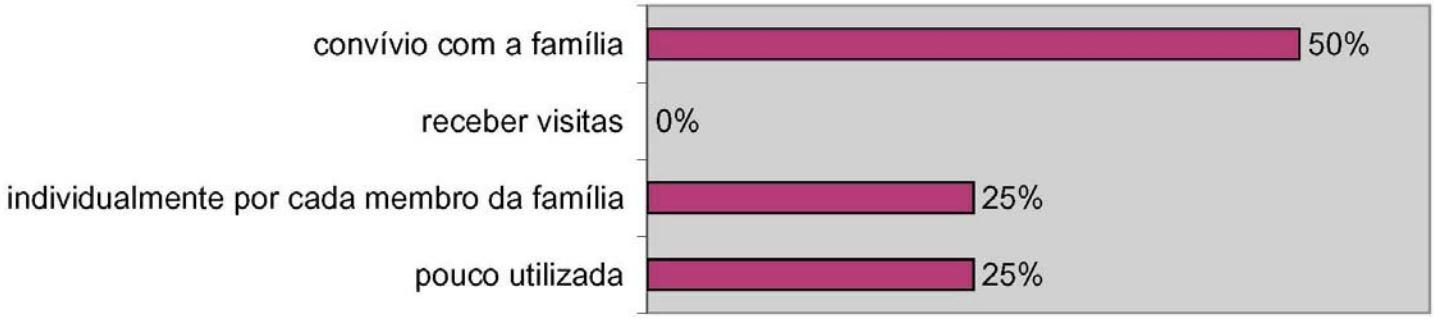


Você já tinha morado em outra residência com varanda?

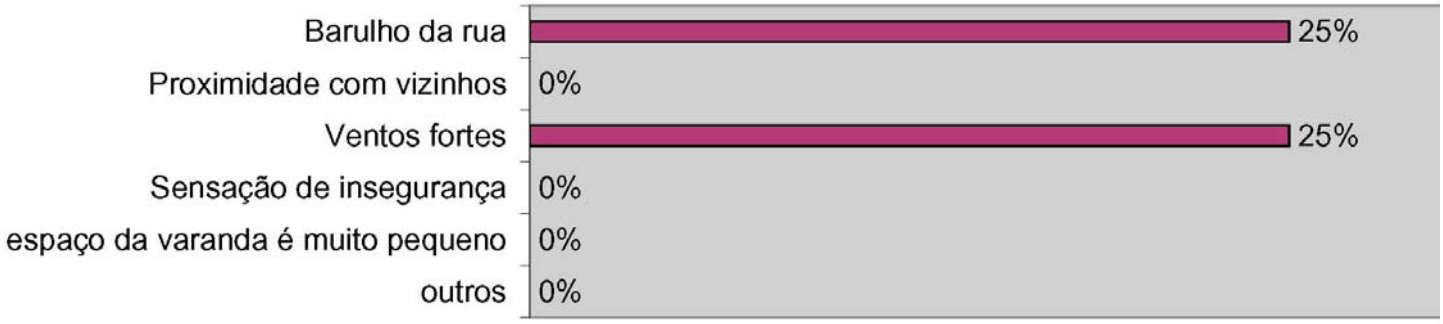
- não
- sim, sempre morei
- sim, na maior parte da minha vida
- sim, mas apenas na minha infância e/ou adolescência
- sim, mas apenas na fase adulta



Utilização mais frequente da varanda pelo morador



Motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

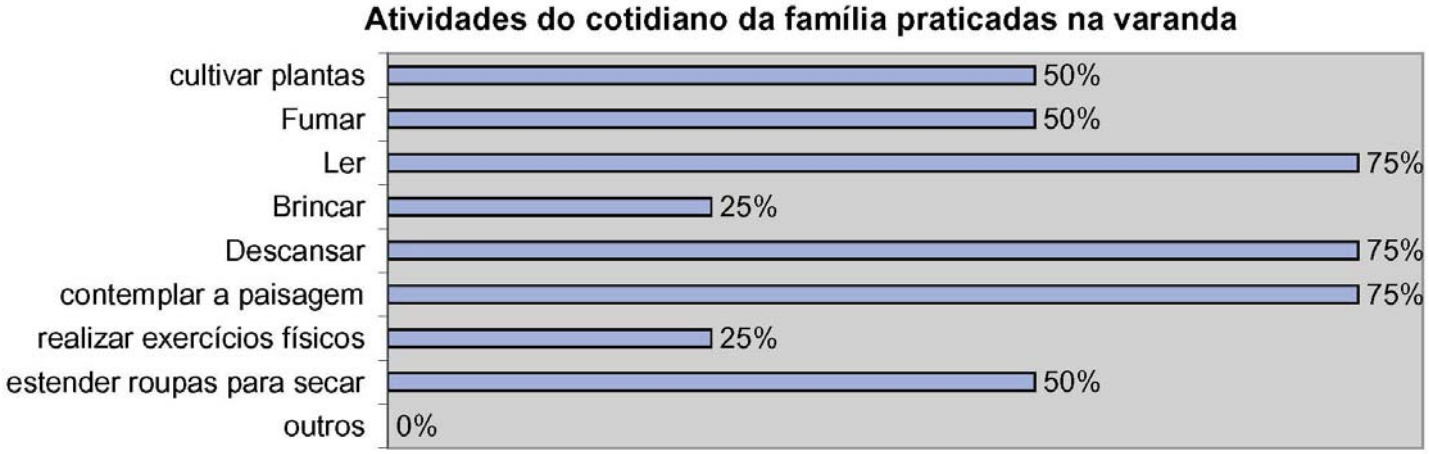
ENDEREÇO: RUA MACHADO DE ASSIS N.º 12

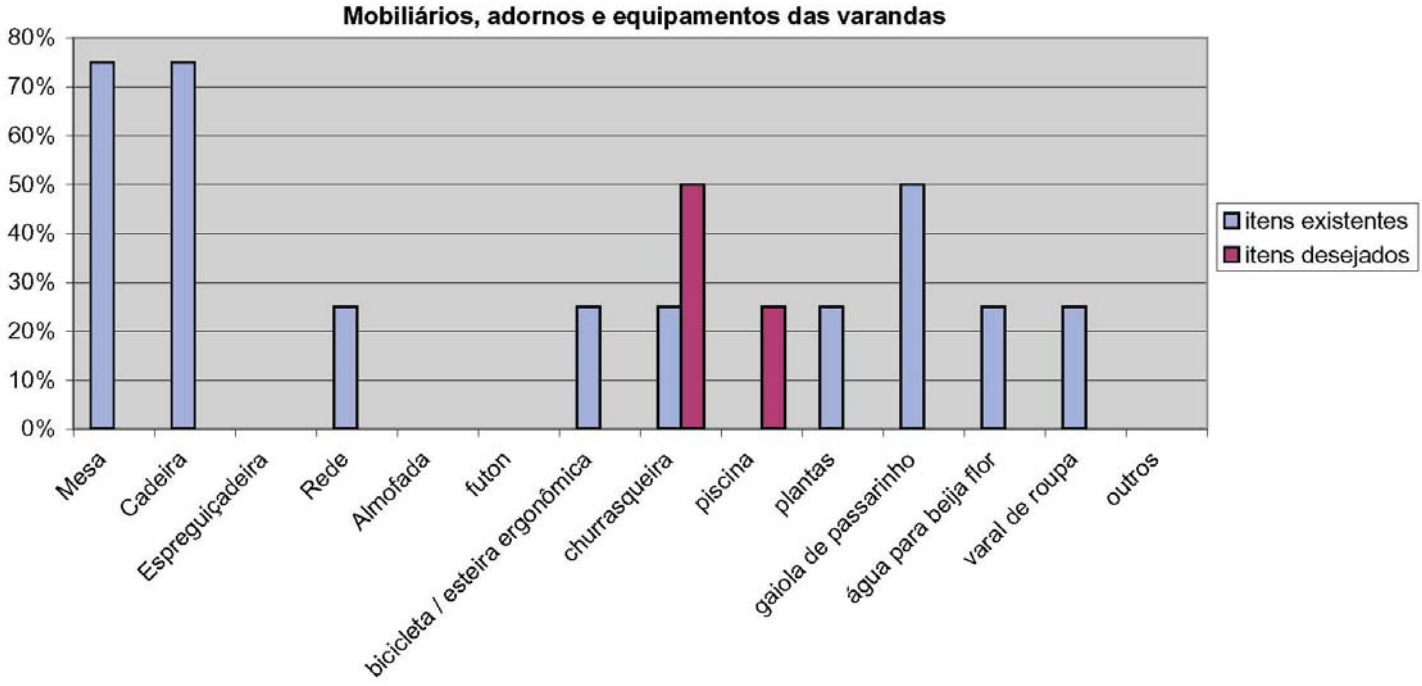
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

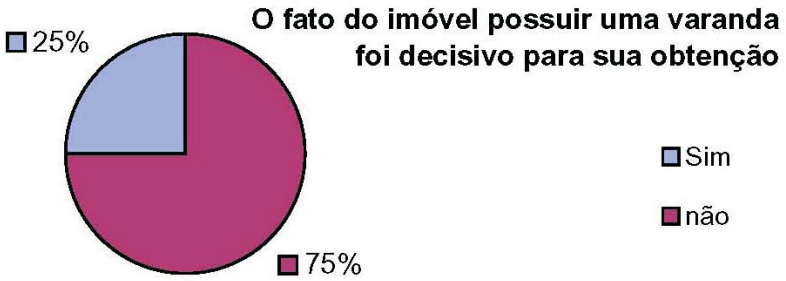
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	4	50 %

5.2

FLAMENGO







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA MACHADO DE ASSIS N.º 12

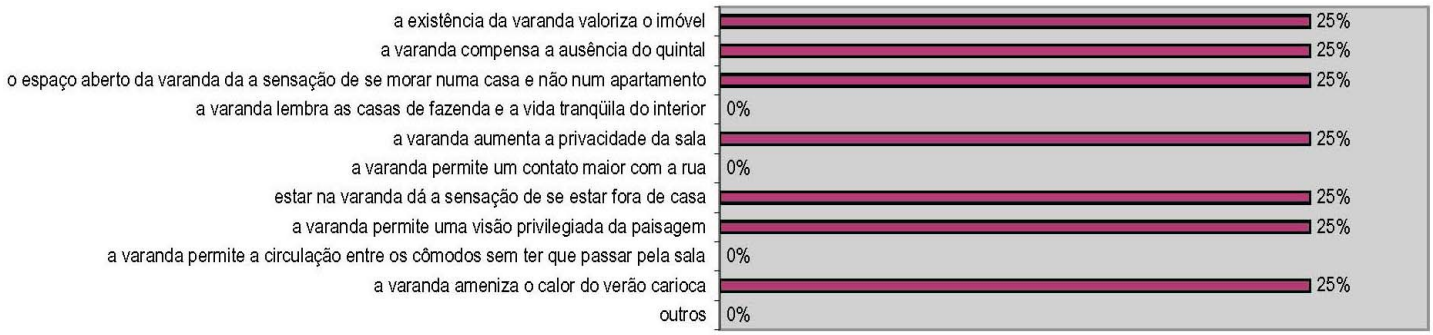
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1930

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
8	4	50 %

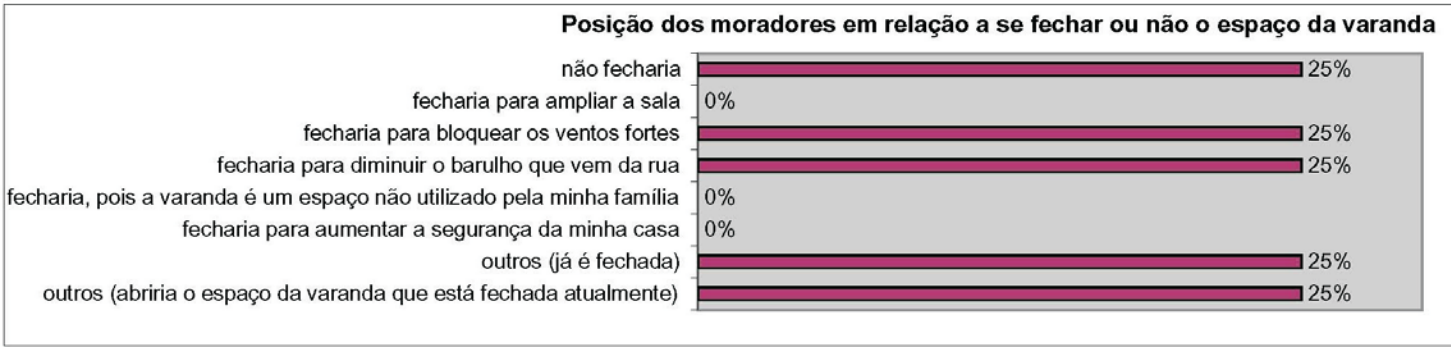
5.2

FLAMENGO

Vantagens de se ter uma varanda na opinião dos moradores



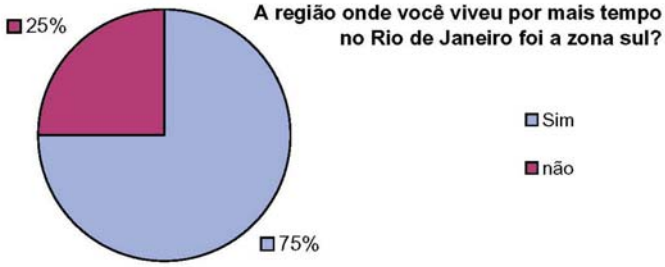
Posição dos moradores em relação a se fechar ou não o espaço da varanda



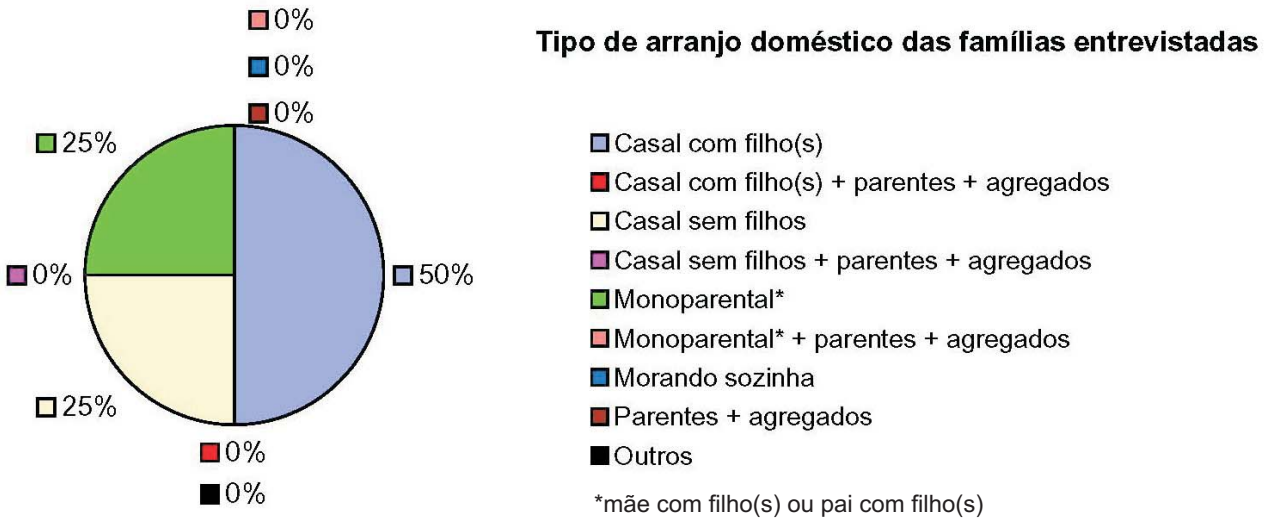
A varanda é um item importante na escolha de outro imóvel



A região onde você viveu por mais tempo no Rio de Janeiro foi a zona sul?



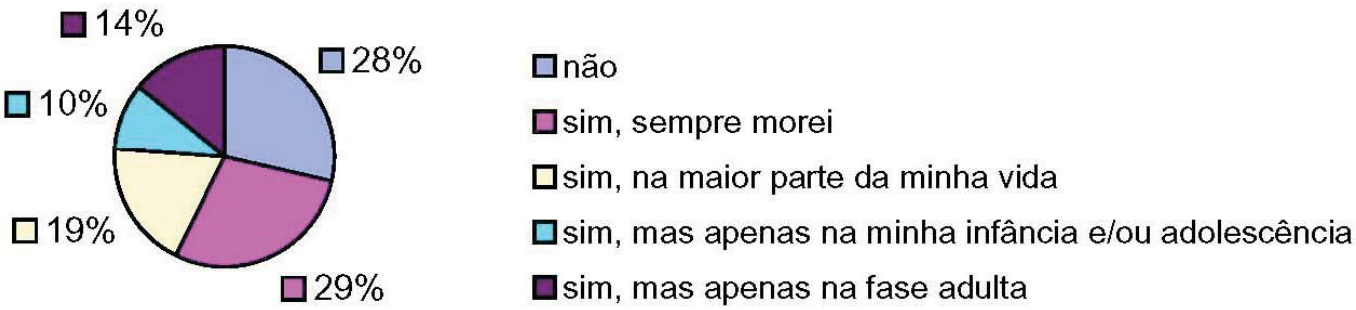
Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

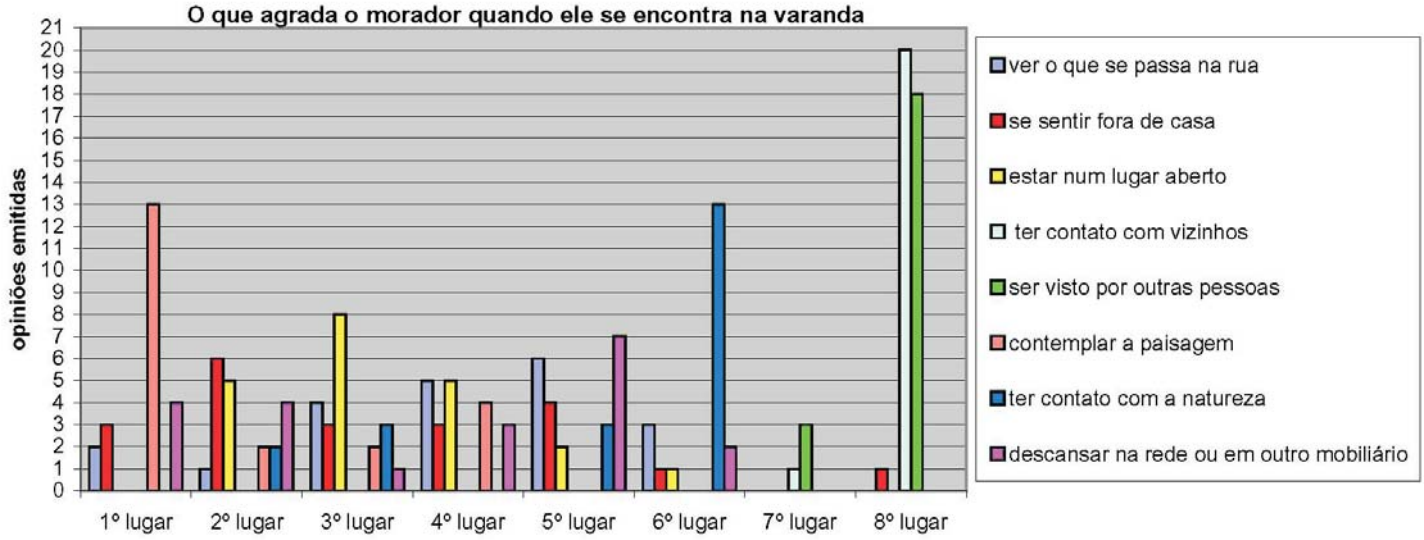


*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS GERAIS DO BAIRRO

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

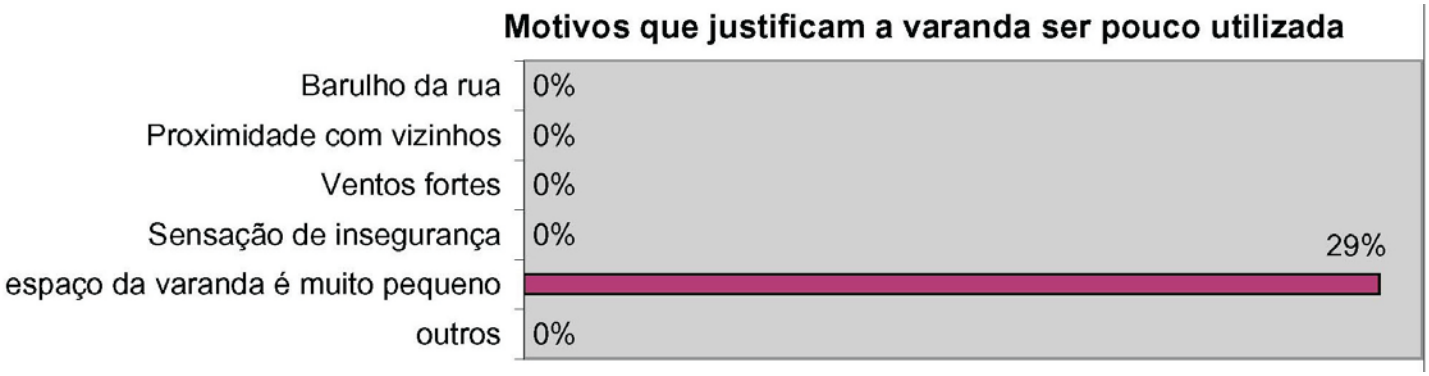




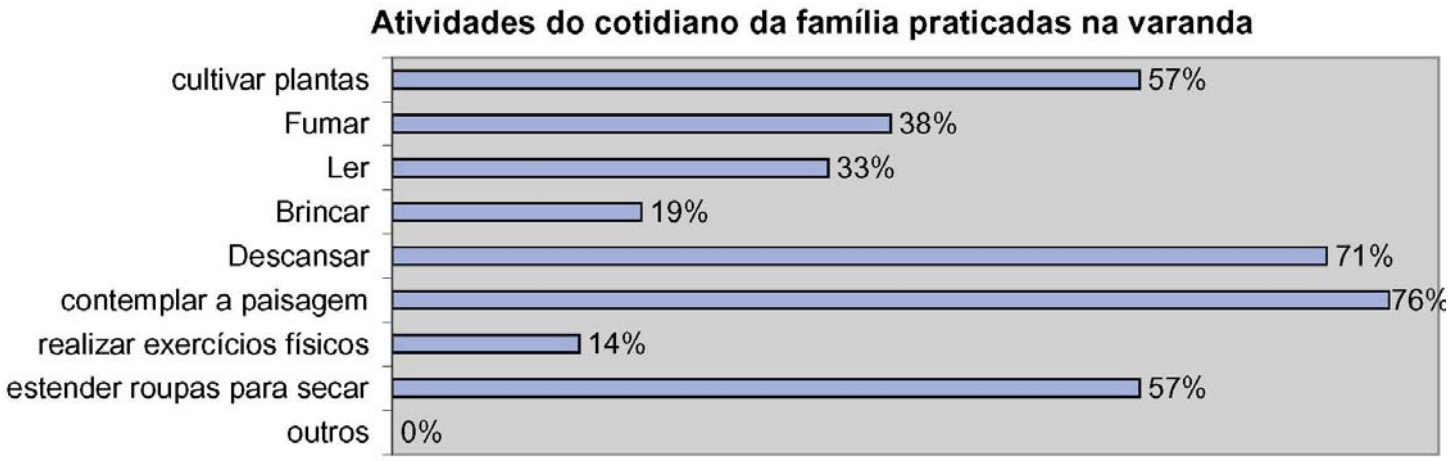
Utilização mais frequente da varanda pelo morador

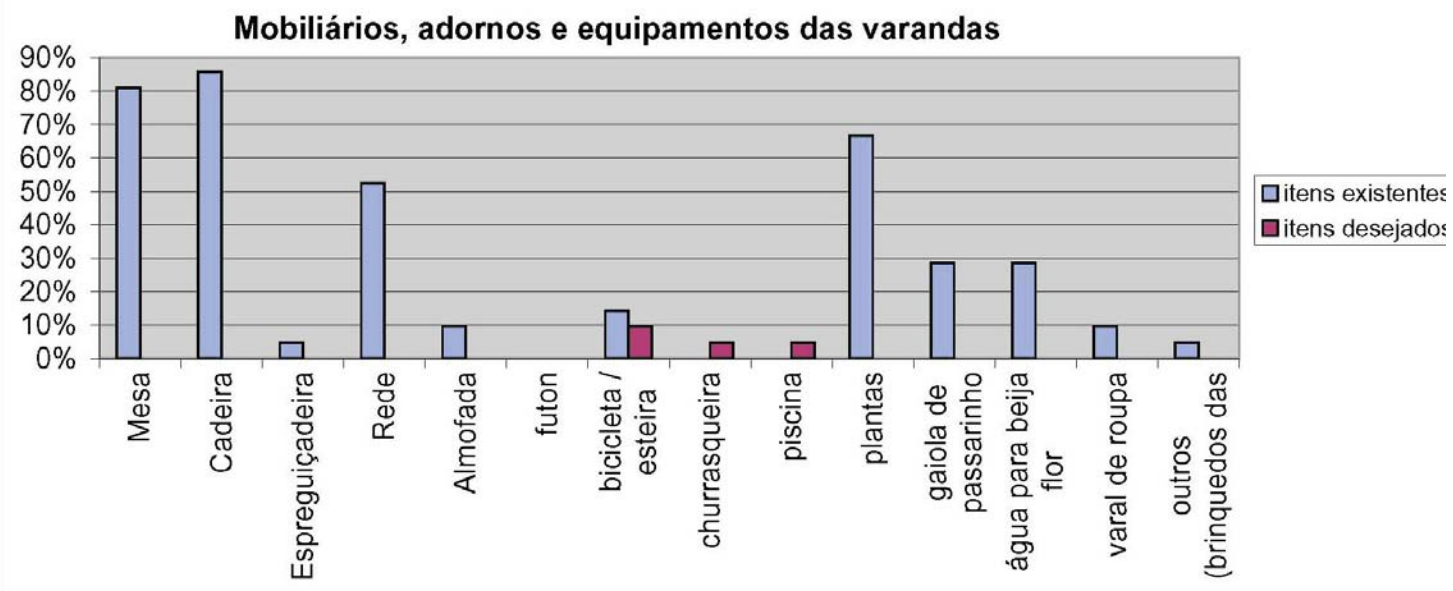


Motivos que justificam a varanda ser pouco utilizada



DADOS GERAIS DO BAIRRO





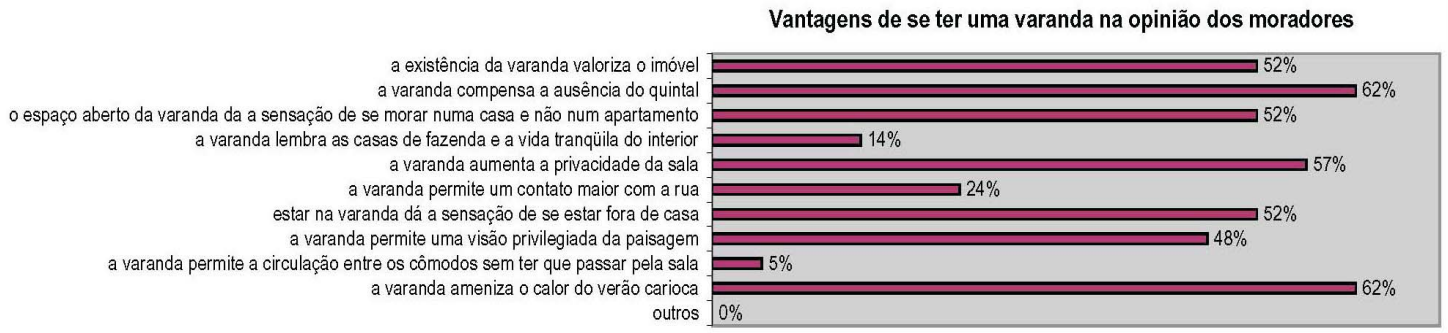


DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

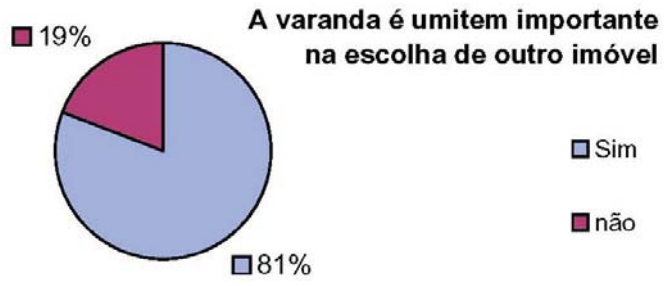
6

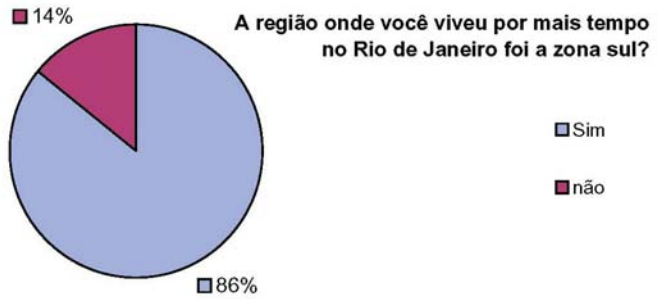
BOTAFOGO

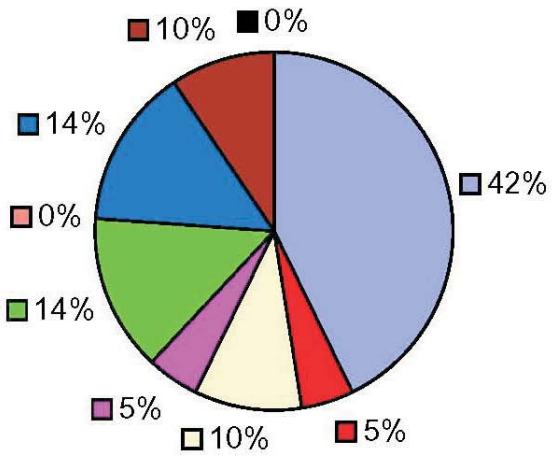
DADOS GERAIS DO BAIRRO











Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

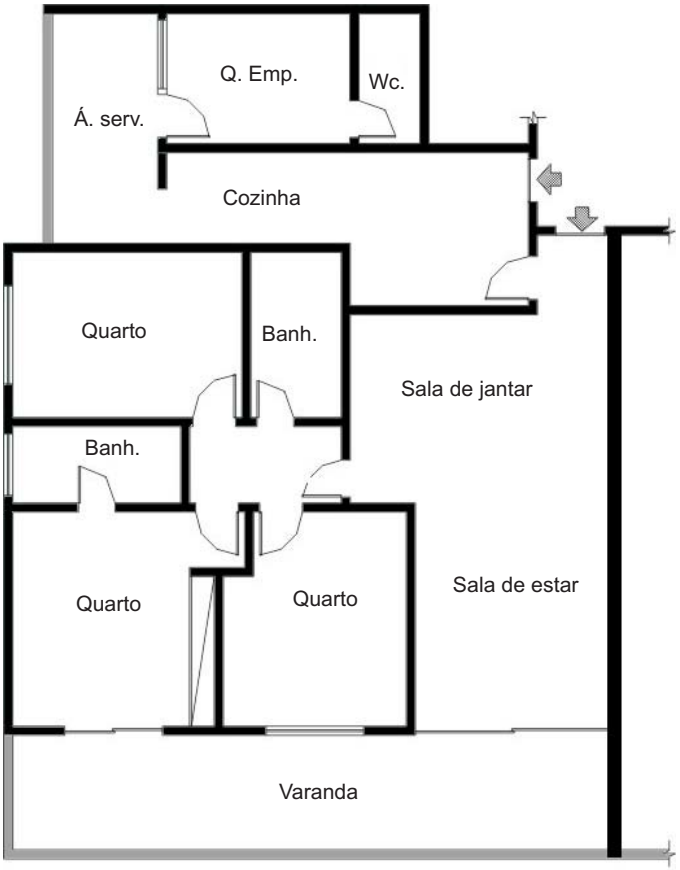
ENDEREÇO: RUA SOROCABA N.º 179

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	12	25 %

6.1

BOTAFOGO



BOTAFOGO
90.02







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA SOROCABA N.º 179

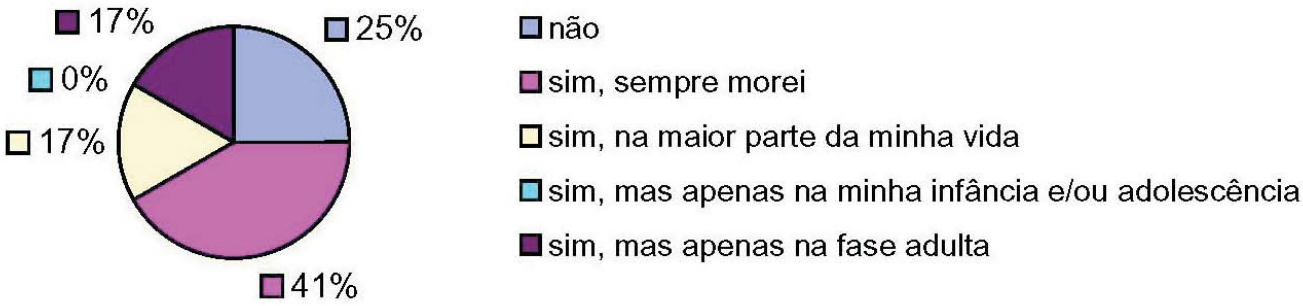
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

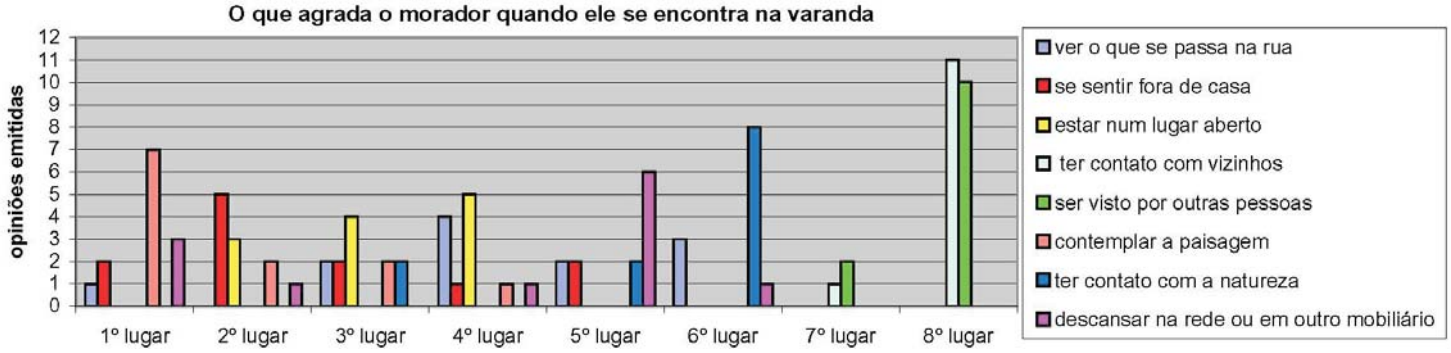
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	12	25 %

6.1

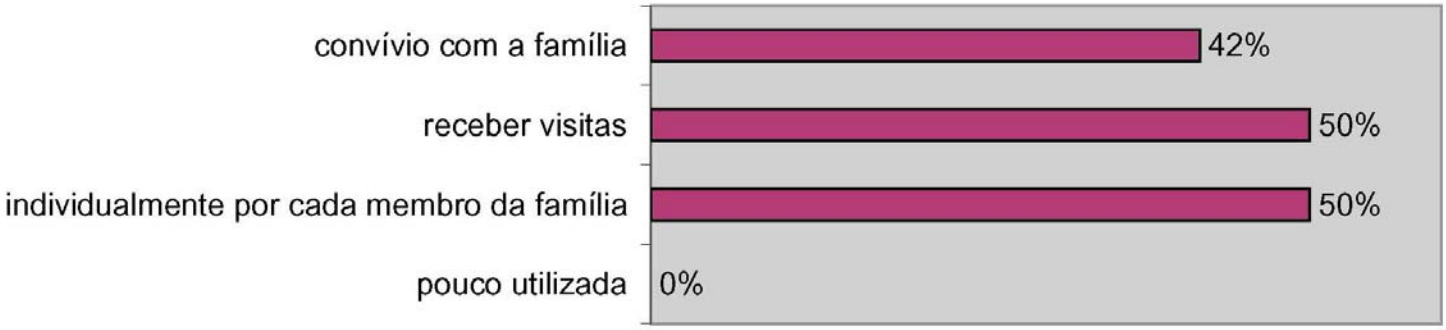
BOTAFOGO

Você já tinha morado em outra residência com varanda?

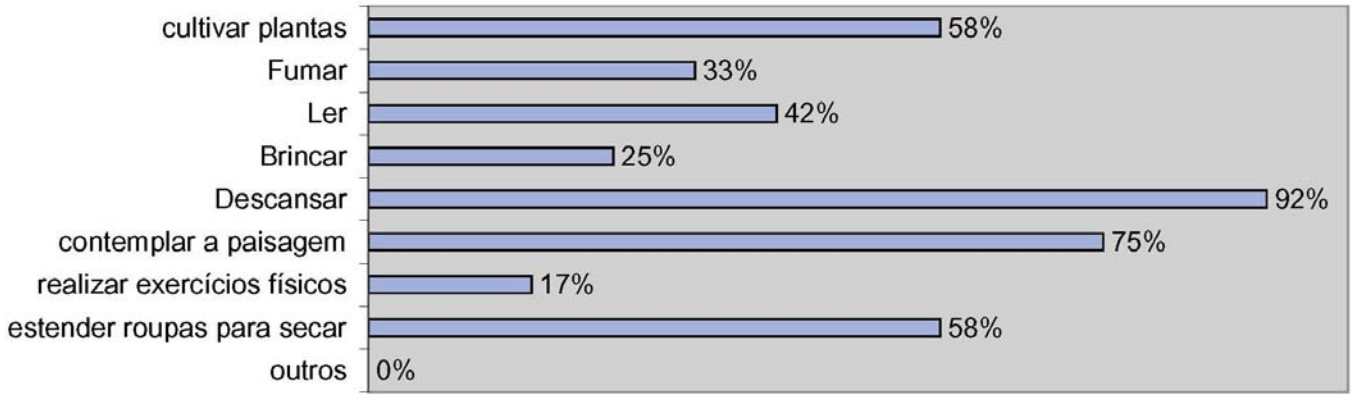




Utilização mais frequente da varanda pelo morador



Atividades do cotidiano da família praticadas na varanda



DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

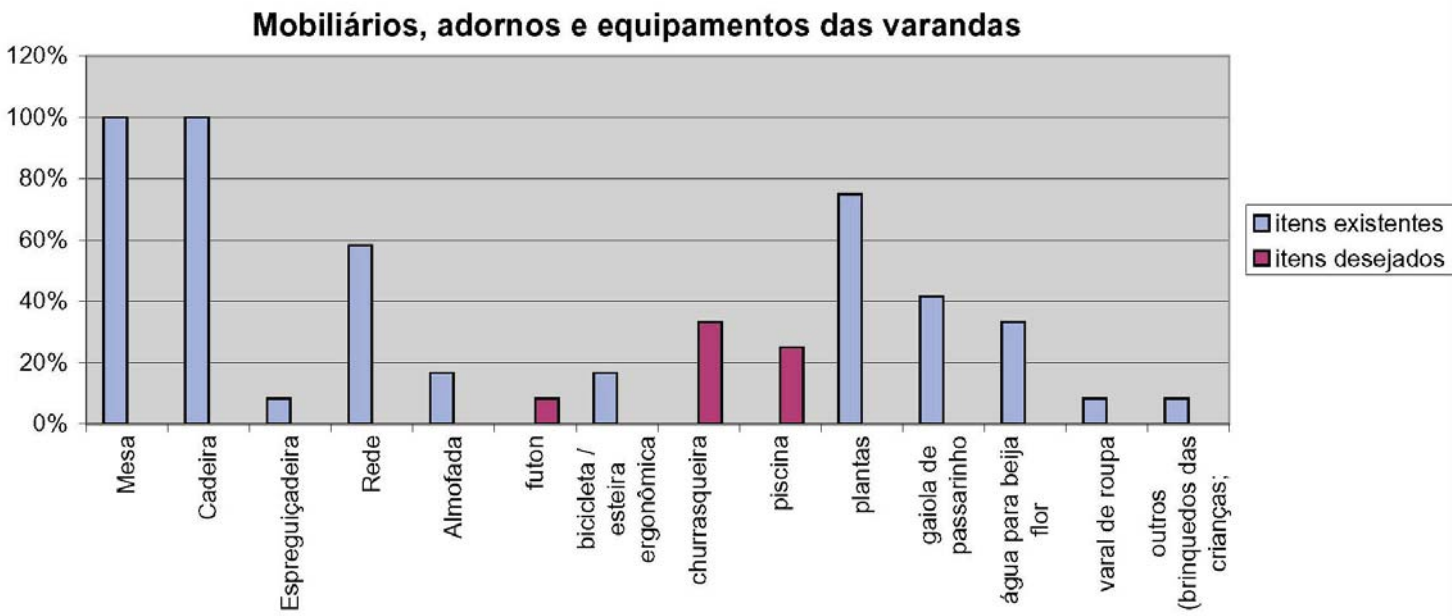
ENDEREÇO: RUA SOROCABA N.º 179

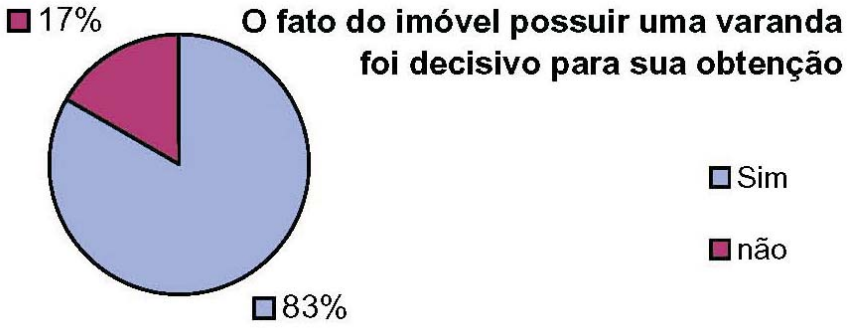
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

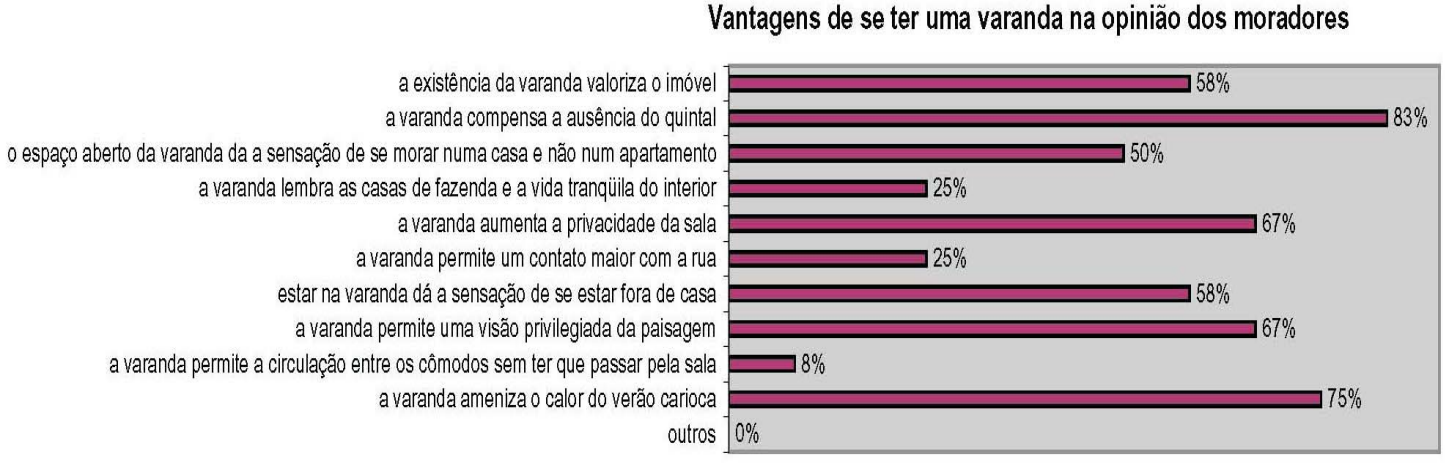
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	12	25 %

6.1

BOTAFOGO







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

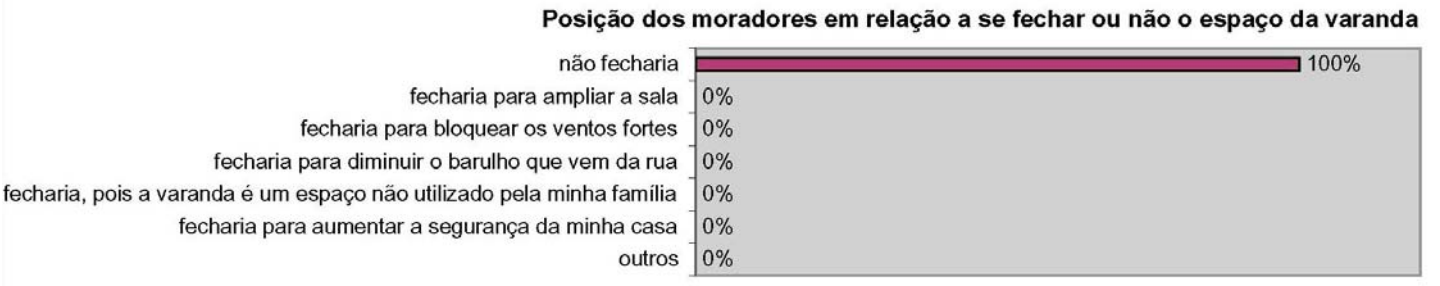
ENDEREÇO: RUA SOROCABA N.º 179

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 1990

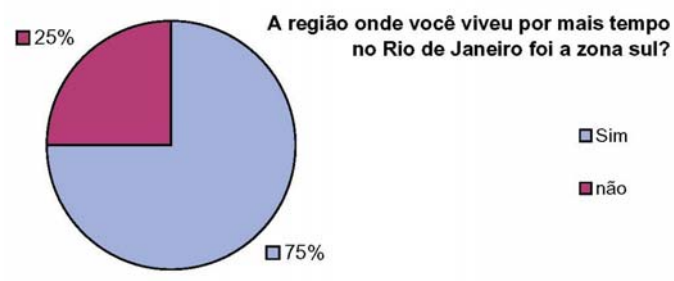
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
48	12	25 %

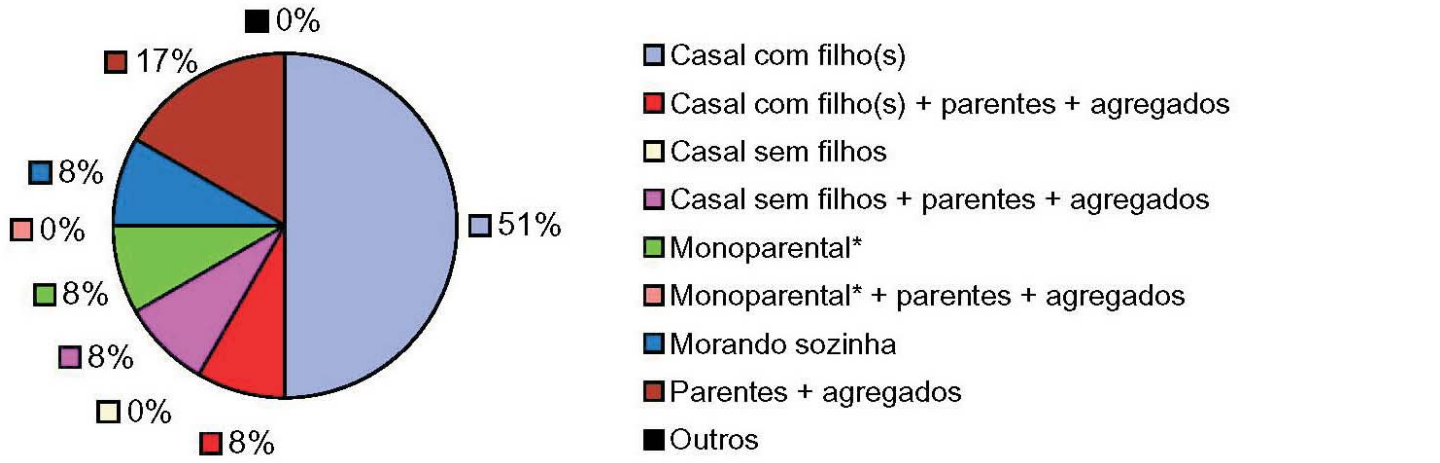
6.1

BOTAFOGO









*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA ALVARO RAMOS N.º 71

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

6.2

BOTAFOGO













DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

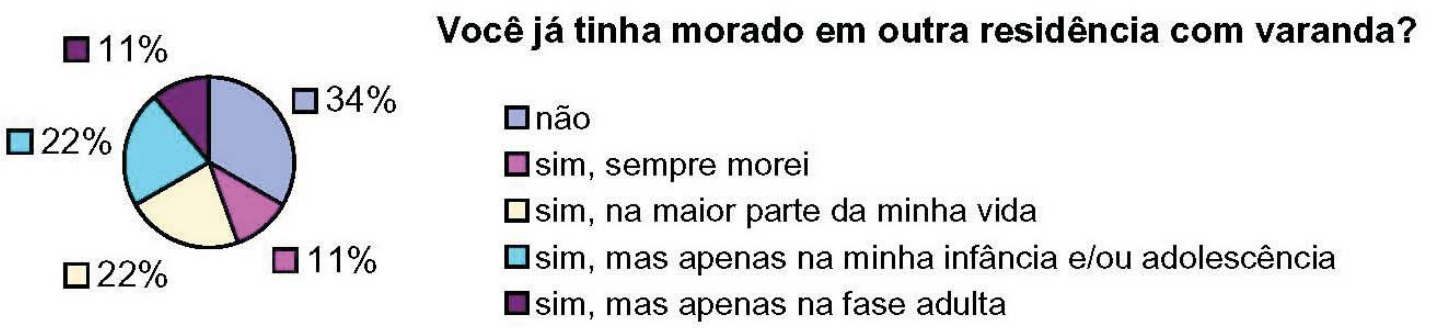
ENDEREÇO: RUA ALVARO RAMOS N.º 71

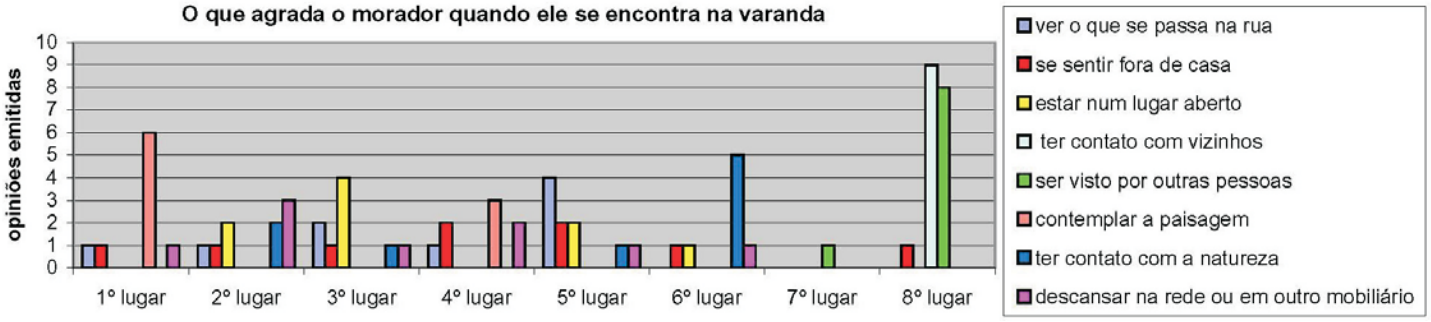
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

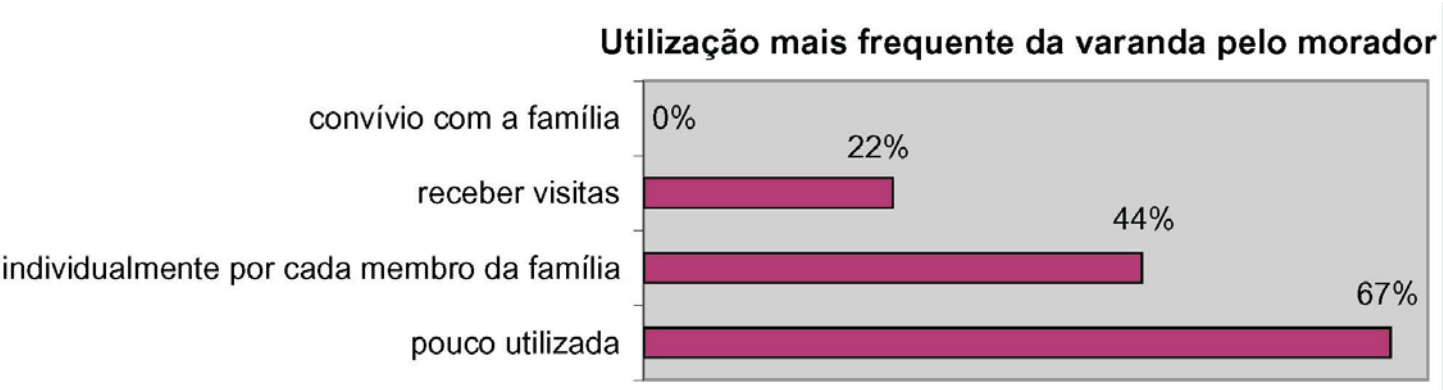
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

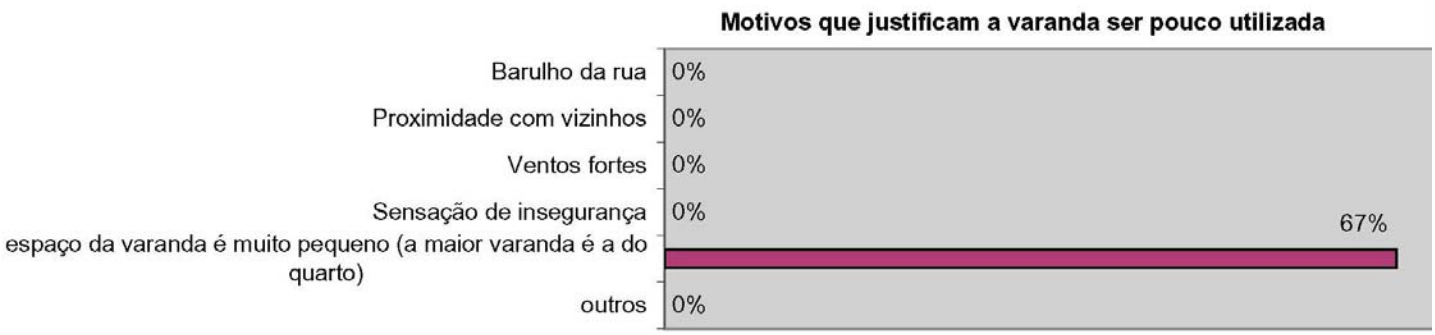
6.2

BOTAFOGO









DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

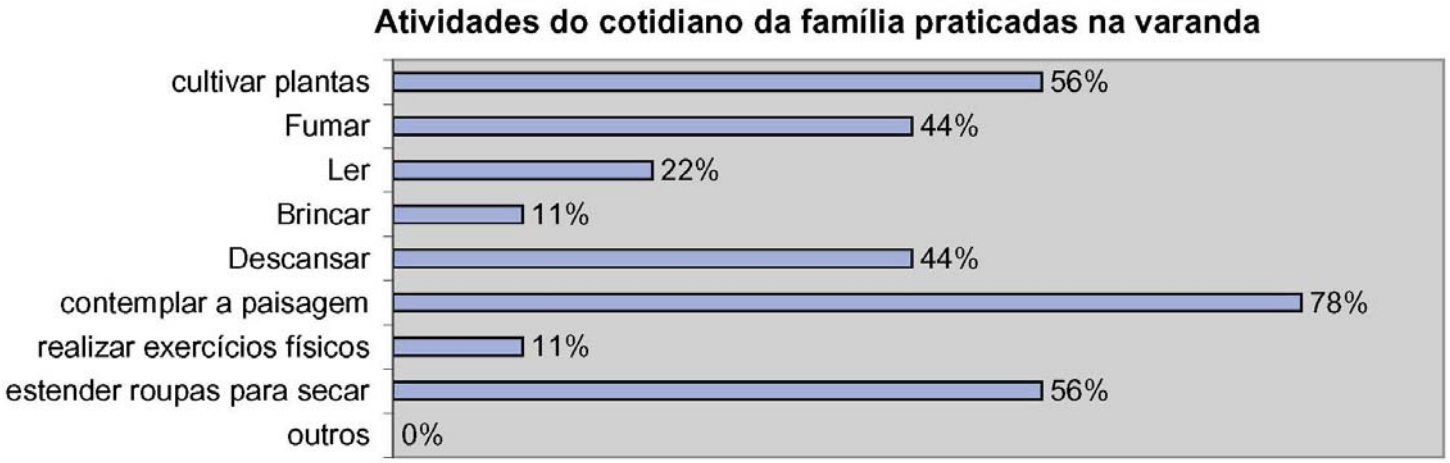
ENDEREÇO: RUA ALVARO RAMOS N.º 71

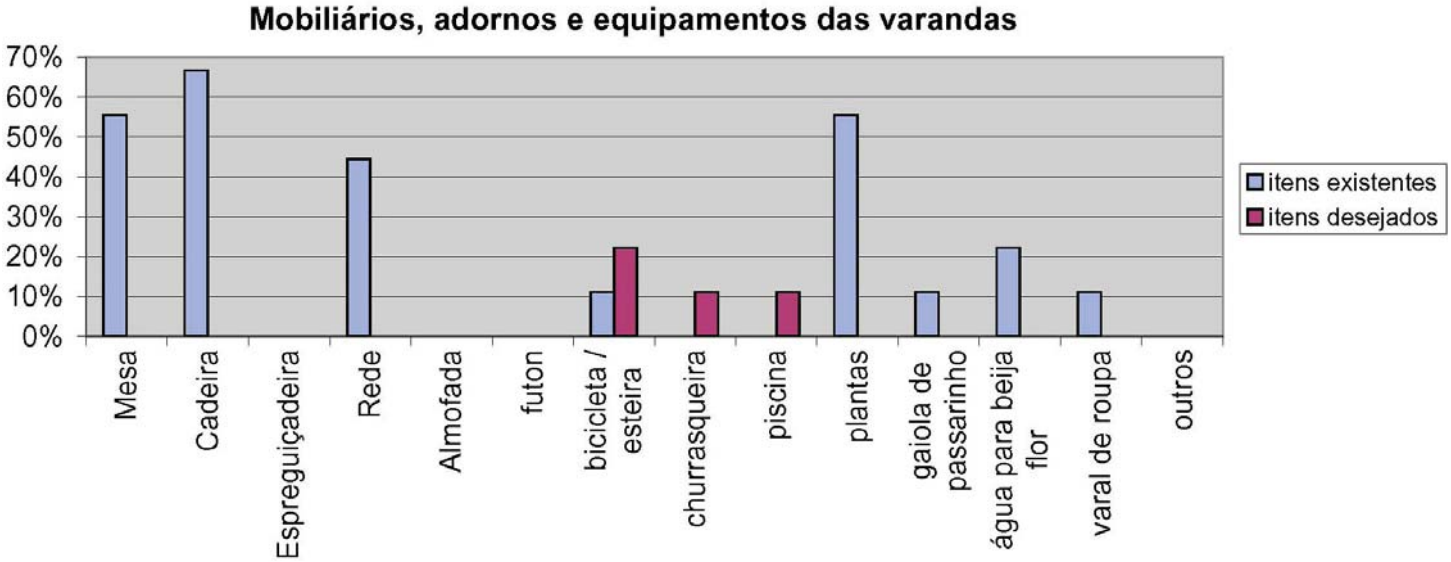
DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

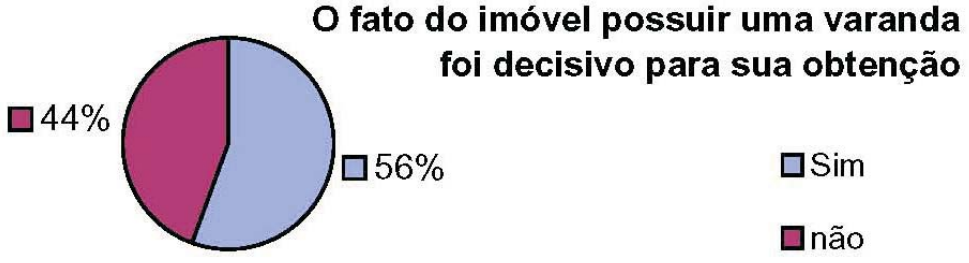
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %

6.2

BOTAFOGO







DADOS OBTIDOS ATRAVÉS DE QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS MORADORES

ENDEREÇO: RUA ALVARO RAMOS N.º 71

DÉCADA DA CONSTRUÇÃO: 2000

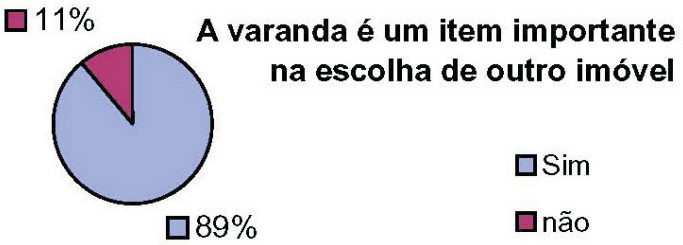
6.2

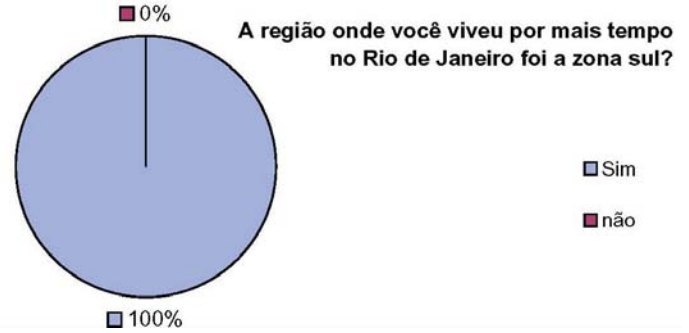
BOTAFOGO

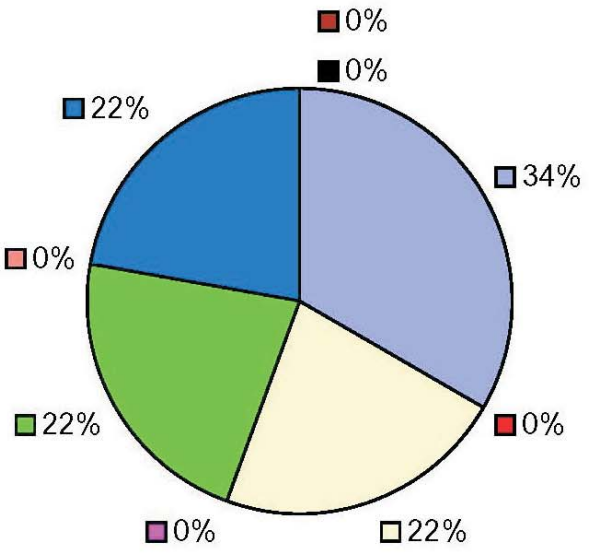
N.º DE UNIDADES HABITACIONAIS	N.º DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS	% DE RESPOSTAS OBTIDAS
36	9	25 %











Tipo de arranjo doméstico das famílias entrevistadas

- Casal com filho(s)
- Casal com filho(s) + parentes + agregados
- Casal sem filhos
- Casal sem filhos + parentes + agregados
- Monoparental*
- Monoparental* + parentes + agregados
- Morando sozinha
- Parentes + agregados
- Outros

*mãe com filho(s) ou pai com filho(s)

arquitetura &
planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto









rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

R. CUPERTINO DURÃO, 135 LEBLON

arquitetura &
planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto









rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

RUA GENERAL ARTIGAS, 97 LEBLON

arquitetura &
planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto









rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

AV. DELFIM MOREIRA, 300 LEBLON

arquitetura &
planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto









rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

R. PAUL REDFERN, 13 IPANEMA

arquitetura &
planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto









rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

AV. VISC. DE ALBUQUERQUE, 143 LEBLON

arquitetura & planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto

EXISTENTE



PROJETADO



rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

R. ANÍBAL DE MENDONÇA 156, IPANEMA

arquitetura & planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto

EXISTENTE



PROJETADO



rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

AV. DELFIM MOREIRA, 662 LEBLON

arquitetura & planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto

EXISTENTE



PROJETADO



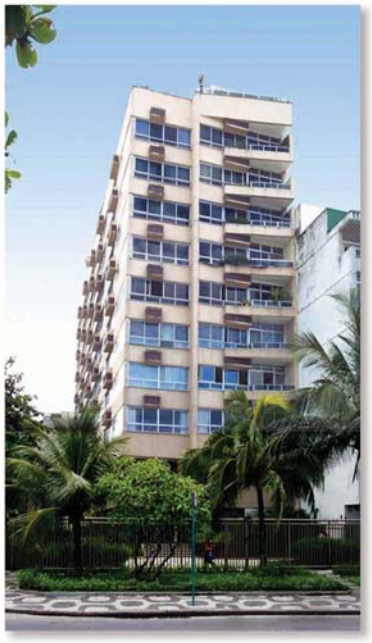
rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

Av. EPITÁCIO PESSOA, 4560 LAGOA

arquitetura & planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto

EXISTENTE



PROJETADO



arquitetura & planejamento

HUGO CHRISTIANO HAMANN
arquiteto

EXISTENTE



PROJETADO



rua uruguaiana, 10 sala 1301 / Centro Rio / RJ
tel. 2224 3036 hcharquitetura@uol.com.br

AV. VIEIRA SOUTO, 620 IPANEMA